

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS**  
Programa de Pós-Graduação em Educação



*Tese*

**Instituições e práticas escolares como representações  
de modernidade em Pelotas (1910-1930):  
Imagens e imprensa**

**Maria Augusta Martiarena de Oliveira**

Pelotas, 2012

**MARIA AUGUSTA MARTIARENA DE OLIVEIRA**

**INSTITUIÇÕES E PRÁTICAS ESCOLARES COMO  
REPRESENTAÇÕES DE MODERNIDADE EM PELOTAS (1910-1930): Imagens e  
imprensa**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação – linha de pesquisa Filosofia e História da Educação, da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Ciências (área do conhecimento: Educação).

Orientador: Prof.<sup>a</sup> Dra. Giana Lange do Amaral

Pelotas, 2012

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação:  
Bibliotecária Daiane Schramm – CRB-10/1881**

O48i Oliveira, Maria Augusta Martiarena de  
Instituições e práticas escolares como  
representações de modernidade em Pelotas (1910 -  
1930): imagens e imprensa/ Maria Augusta Martiarena  
de Oliveira; Orientadora: Giana Lange do Amaral. –  
Pelotas, 2012.  
403f.

Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-  
Graduação em Educação. Universidade Federal de  
Pelotas.

1. Educação. 2. Instituições escolares. 3. Cultura  
escolar. 4. Imprensa. 5. Fotografias. I. Amaral, Giana  
Lange do, orient. II. Título.

CDD 370

**Banca examinadora:**

Prof.<sup>a</sup> Dra. Giana Lange do Amaral

Prof.<sup>a</sup> Dra. Berenice Corsetti

Prof.<sup>a</sup> Dra. Flávia Obino Corrêa Werle

Prof. Dr. Eduardo Arriada

Prof. Dr. Elomar Tambara

### **Agradecimentos**

À Professora Giana Lange do Amaral pela confiança que me foi depositada e por orientar esta pesquisa.

Ao Professor Elomar Tambara que contribuiu muito em minha trajetória acadêmica.

Aos integrantes do CEIHE, pois a participação neste grupo foi fundamental para a realização desta investigação.

À Nádia Coelho, por sua inestimável ajuda e eficiente trabalho como estagiária.

Aos funcionários da Bibliotheca Pública Pelotense.

A Therezinha e Angelita Martiarena, pelo seu inestimável apoio e carinho.

Ao meu companheiro, Hans Günther Brahm Junior, por estar ao meu lado nesta caminhada, por cada minuto de compreensão, apoio e incentivo.

## Resumo

OLIVEIRA, Maria Augusta Martiarena de. **Instituições e práticas escolares como representações de modernidade em Pelotas (1910 – 1930):** imagens e imprensa. 2012. 400f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

Esta pesquisa dedica-se à análise da cultura escolar (instituições e práticas escolares), os quais foram utilizados como elementos de distinção social da elite pelotense, na busca em demonstrar a modernidade nas práticas e instituições relacionadas ao referido grupo. Para a realização de tal investigação, foram utilizadas fontes escritas e iconográficas, extraídas da imprensa da cidade de Pelotas e de documentos oficiais. O recorte temporal desta investigação se insere entre as décadas de 1910 e 1930, período caracterizado como um contexto de transição. Acredita-se que, nessa conjuntura, a elite Pelotense utilizou as instituições educacionais e suas práticas escolares como representações da modernidade educacional e urbana. Para a realização desta pesquisa buscou-se formar um referencial teórico embasado na Nova História Cultural, especialmente em Le Goff e Burke. Para trabalhar com imagens optou-se por uma aproximação com autores tais como Kossoy, Freund, Bauret, Fabris e Leite. Com relação à imprensa utilizou-se, principalmente, Luca e Bastos. Sobre a história das instituições educacionais, cultura escolar e arquitetura escolar, encontrou-se embasamento especialmente em Frago, Escolano, Julia, Werle, Magalhães e Bencostta. Para a contextualização do período estudado, utilizou-se, notadamente, Nagle, Carvalho, Faria Filho e Souza, em âmbito nacional, e Corsetti, Pesavento e Tambara, em âmbito regional. Com relação ao conceito de elite e distinção, optou-se pela abordagem de Bourdieu. A análise das fontes aliada ao embasamento teórico permitiu a percepção de como determinadas práticas, notadamente o escotismo, as exposições de trabalhos manuais e as festas cívicas foram utilizadas para afirmar a atualização da elite pelotense no que tange à modernidade. Além disso, algumas instituições encontravam-se diretamente ligadas ao ideário da elite, como por exemplo, a Escola de Agronomia e Veterinária. Neste estudo, percebe-se a clara diferenciação entre a educação das camadas populares e a educação das elites. Destaca-se, ainda, o papel da filantropia na visibilidade do referido grupo.

**Palavras-chave:** Educação. Instituições escolares. Cultura escolar. Imprensa. Fotografias.

## Abstract

OLIVEIRA, Maria Augusta Martiarena de. **Instituições e práticas escolares como representações de modernidade em Pelotas (1910 – 1930):** imagens e imprensa. 2012. 400f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

This research is dedicated to analyze the school culture (institutions and school practices) which was used as elements of social distinction of pelotense elite, to improve the modernity of the practices and institutions related to that group. For the achievement of this research we used written and iconographic sources, extracted from the city of Pelotas press and official documents. This research is developed about the 1910 to 1930 decades, a period characterized as a transitional context.. We realize that, at that juncture, the Pelotense elite used the educational institutions and their school practices as representations of educational and urban modernity. For realizing this research we found in the New Cultural History, especially Le Goff and Burke, a basis. For working with images we chose an approximation with authors who have worked with photos, such as Kossoy, Freund, Bauret, Fabris and Leite. The references used to assist in working with the press was, mainly, Luca and Bastos. On the history of educational institutions, school culture and school architecture, met basement, especially in Frago, Escolano, Julia, Werle, Magalhães and Bencostta. For the contextualization of the period studied, it was used, notably, Nagle, Carvalho, Faria Filho e Souza, at the national level, and Corsetti, Pesavento and Tambara in regional context. With respect to the concept of elite and distinction, we chose the approach of Bourdieu. The analysis of the sources coupled with theoretical allowed the perception of how certain practices, especially Scouting, exhibitions of handicrafts and civic events were used to update the elite pelotense's state in relation to modernity. Moreover, some institutions were directly linked to the ideology of the elite, such as the School of Agronomy and Veterinary. In this study, one notices a clear distinction between education and grassroots education elites. It is noteworthy, though, the role of philanthropy in visibilidade of that group.

**Keywords:** Education. Educational institutions. School culture. Press. Photographs.

## Lista de Figuras

Figura 1	“Os bellos e finos trabalhos de agulhas das alumnas do Collegio São José”	162
Figura 2	Exposição dos trabalhos manuaes do Collegio “Felix da Cunha”	163
Figura 3	Uma exposição de diversos trabalhos das alumnas do Collegio Cassiano do Nascimento	165
Figura 4	Um aspecto da exposição dos trabalhos do Collegio Elementar Felix da Cunha	165
Figura 5	Ricos trabalhos de pintura das alumnas do Collegio São José	166
Figura 6	“Exposição de Pintura das alumnas da senhorinha Noemia de Aguiar”	167
Figura 7	“Exposição de Pintura das alumnas da senhorinha Noemia de Aguiar”	168
Figura 8	“Exposição de Pintura das alumnas da senhorinha Noemia de Aguiar”	168
Figura 9	6. <sup>a</sup> Aula Municipal	175
Figura 10	6. <sup>a</sup> Aula Municipal	176
Figura 11	Alumnos da 6. <sup>a</sup> Aula Municipal	177
Figura 12	Alumnos da 6. <sup>a</sup> Aula Municipal	178
Figura 13	“A mocidade diverte-se. Lembrança de uma significativa festa entre os alumnos do conceituado Collegio Allemão”	183
Figura 14	“A mocidade diverte-se. Lembrança de uma significativa festa entre os alumnos do conceituado Collegio Allemão”	184

Figura 15	O Director e o Corpo Docente do “GYMNASIO PELOTENSE”	186
Figura 16	“Grupo de Alumnos do “GYMNASIO PELOTENSE”, uniformizados”	189
Figura 17	“Uma das salas de clínica da Faculdade de Pharmacia e Odontologia de Pelotas, denominada Dr. Pio Antunes”	192
Figura 18	“Um grupo de académicos da Faculdade de Pharmacia e Odontologia de Pelotas”	194
Figura 19	“Sala de espera, com clientes, atendidos gratuitamente na Faculdade de Pharmacia e Odontologia de Pelotas”	196
Figura 20	Faculdade de Direito - Dr. Bruno de Mendonça Lima, atual Diretor da Faculdade	198
Figura 21	O Dia da Música no Conservatório	201
Figura 22	“A festa dos Collegios Elementares na Praça da República, em commemoração a bandeira nacional em 19 do p. p.”	223
Figura 23	“A festa da Bandeira em 19 do passado, no momento em que discursava o Dr. Fernando Osorio”	223
Figura 24	O 19 de Novembro pelas nossas escolas elementares	224
Figura 25	Um aspecto da festa da bandeira em 19 de Novembro em Pelotas	224
Figura 26	“Exercício de Esgrima de Vara-pau, á Praça da República”	231
Figura 27	“Escoteiros de Pelotas: Formatura sob a direcção do abnegado e indefesso patriota Rubens de Freitas Weyne”	234
Figura 28	“Parada de 14 de julho de 1917 no Prado Pelotense promovida pelo Tiro 31”	235
Figura 29	“Uma companhia da escola de gymnastica do Gymnasio Brasileiro”	242
Figura 30	“Outra companhia em exercício de gymnastica sueca, sob a direcção do sargento Aldrovando de Andrade Leão”	243
Figura 31	“Collegio Elementar Cassiano do Nascimento”	255
Figura 32	“Collegio Elementar Félix da Cunha”	255
Figura 33	“Sala de aula da Bibliotheca Pública Pelotense”	257
Figura 34	“Escola André Laquintinie”	263
Figura 35	“Escola João Affonso”	263

Figura 36	“Escola Dr. Bruno Chaves (Hidráulica) – 4.º Districto”	266
Figura 37	“Escola Dr. Gervásio Álves Pereira (Arroio Grande) 6.º Districto”	267
Figura 38	“Vista do bello prédio do Conservatório de Música de Pelotas”	271
Figura 39	“Vista geral do Asylo de Órphãs N. S. da Conceição”	275
Figura 40	“Fachada da Capella do Asylo de Órphãs N. S. da Conceição, não faz muito reconstruída”	276
Figura 41	“Salão das sessões de Directoria do Asylo de Órphãs N. S. da Conceição”	277
Figura 42	“Fachada Um dos amplos corredores do Asylo N. S. da Conceição”	278
Figura 43	“Uma das salas do Collegio São Francisco, do Asylo de Órphãs N. S. da Conceição”	279
Figura 44	“Enfermaria das recolhidas do Asylo de Órphãs N. S. da Conceição”	281
Figura 45	“Parede lateral da Capella do Asylo de Órphãs N. S. da Conceição, destacando-se o grande e lindo painel da Ressurreição”	283
Figura 46	“Parede lateral da Capella do Asylo de Órphãs N. S. da Conceição, com o bello painel da Ascenção”	283
Figura 47	“Vista do côro da Capella do Asylo de Órphãs N. S. da Conceição, após reformas”	286
Figura 48	“Vista do altar-mór da Capella do Asylo de Órphãs N. S. da Conceição, após as reformas”	287
Figura 49	“Dormitorios das recolhidas do Asylo de Órphãs N. S. da Conceição”	288
Figura 50	“Dormitorios das recolhidas do Asylo de Órphãs N. S. da Conceição”	288
Figura 51	“Gymnasio Gonzaga”	296
Figura 52	“Vista do magestoso edificio do Gymnasio Gonzaga”	296
Figura 53	“Internato de fóra, confronte a rua General Victorino esquina Argollo”	297
Figura 54	“Platéa do salão de festas, no Gymnasio Gonzaga”	298
Figura 55	“Palco do salão de festas, no Gymnasio Gonzaga”	298

Figura 56	“Pateo de Recreio, no Gymnasio Gonzaga”	299
Figura 57	“Vista interna do Gymnasio Gonzaga”	300
Figura 58	“Outra vista do pateo de recreio, no Gymnasio Gonzaga”	300
Figura 59	“A Capella do Gymnasio Gonzaga”	301
Figura 60	“As Instituições em Pelotas - Edifício próprio do antigo e conceituado Gymnasio Pelotense”	304
Figura 61	“Vista externa do Gymnasio Pelotense”	305
Figura 62	“O Gymnasio Brasileiro, que festeja hoje o seu 5.º aniversário”	307
Figura 63	“Gymnasio Brasileiro”	308
Figura 64	“Vista geral do Collegio São José”	310
Figura 65	“A Capella do Collegio São José”	312
Figura 66	“Vista geral do Collegio São José”	313
Figura 67	“O refeitório do Collegio São José”	314
Figura 68	“O dormitório do Collegio São José”	315
Figura 69	“Escola de Agronomia e Veterinária”	324
Figura 70	“Escola de Agronomia "Eliseu Maciel" - Salão de Honra”	327
Figura 71	“Escola de Agronomia "Eliseu Maciel" – Gabinete de Physica “Dr. Arthur Brusque””	328
Figura 72	“Escola de Agronomia "Eliseu Maciel" - Gabinete "Dr. F. R. de Araujo" - Zootechnia e Botanica”	329
Figura 73	“Escola de Agronomia "Eliseu Maciel" - Gabinete de Engenharia Rural”	330
Figura 74	“Escola de Agronomia "Eliseu Maciel" – Sala de Chimica”	331
Figura 75	“Escola de Agronomia "Eliseu Maciel" – Gabinete de Chimica”	333
Figura 76	“Portão de entrada do Patronato Agrícola Visconde da Graça”	337
Figura 77	“Uma das salas de aula do Patronato Agrícola “Visconde da Graça””	338
Figura 78	“Um dos dormitórios do Patronato Agrícola “Visconde da Graça”	340
Figura 79	“Edifício da Escola de Artes e Ofícios em construção”	344
Figura 80	“Escola de Artes e Ofícios”	345

## **Lista de Tabelas**

Tabela 1	Resultados dos Exames Finais apresentados no Relatório de 1914	174
Tabela 2	Subvenções recebidas pelo Lyceu Rio-Grandense em 1904	194

## **Sumário**

Resumo	6
Abstract	7
Lista de Figuras	8

Lista de Tabelas	13
Introdução	16
Capítulo I: Referenciais teórico-metodológicos	27
1.1 A nova história cultural e as representações	31
1.2 A Fotografia como fonte de pesquisa	37
1.2.1 Fotografia e representações	41
1.2.2 Fotografias: usos e funções nos séculos XIX e XX	44
1.2.3 Fotografias de instituições e práticas escolares	48
1.2.4 A organização e a metodologia de análise das Imagens	55
1.3 Os impressos como fontes de pesquisa	56
1.3.1 A imprensa como fonte de pesquisa para a História da Educação	59
1.3.2 A Imprensa em Pelotas entre as décadas de 1910 e 1930	63
1.3.2.1 A Revista Ilustração Pelotense e o Almanach de Pelotas	67
1.4 As práticas escolares como dimensão da cultura escolar	69
1.5 A história das instituições educacionais como categoria de pesquisa em História da Educação	88
Capítulo II: Educação e modernidade em Pelotas durante as primeiras décadas do século XX	105
2.1 A Educação brasileira e gaúcha	106
2.2 As relações entre modernidade, educação, urbanização e fotografias nas primeiras décadas do século XX nos contextos brasileiro e Pelotense	112
2.3 Pelotas nas primeiras décadas do século XX	126
2.3.1 O contexto das disputas políticas no Rio Grande do Sul	126
2.3.2 A situação econômica de Pelotas nas primeiras décadas do século XX	132
2.3.3 A urbanização da década de 1910	136
2.3.4 A sociedade pelotense: distinção, poder simbólico e grupo de <i>status</i>	141
2.3.5 A educação em Pelotas	146
Capítulo III: Práticas escolares, docentes e discentes: representações sobre a educação em Pelotas	155
3.1 Aspectos da cultura escolar em Pelotas nas décadas de 1910 a 1930	156
3.2 Exposições de trabalhos manuais e de pinturas	157
3.3 Discentes e docentes da cidade de Pelotas: a personificação da cultura escolar	168

3.4 As fotografias escolares nos Relatórios Intendenciais	171
3.5 Imagens de festejos de uma escola alemã: a educação da elite emergente	179
3.6 Fotografias do ensino secundário: Docentes e discentes do Gymnasio Pelotense	186
3.7 O ensino superior: fotografias da Faculdade de “Pharmacia e Odontologia”	190
3.8 Bruno de Mendonça Lima e a Faculdade de Direito de Pelotas	197
3.9 O Conservatório de Música de Pelotas	199
Capítulo IV: A cultura escolar como símbolo de nacionalismo: a educação moral e cívica na cidade de Pelotas	204
4.1 A Consagração à Bandeira: os collegios elementares tomam a praça	221
4.2 O escotismo: a formação moral e cívica dos jovens	225
4.3 Educação física: um aspecto da formação moral	239
Capítulo V: As instituições educacionais: sua tradição, seus prédios e sua materialidade como ferramenta para a afirmação de um ideário de modernidade	245
5.1 A arquitetura escolar como objeto de análise da História da Educação	247
5.2 O ensino primário em Pelotas: os collegios elementares, as escolas municipais e as aulas noturnas da Bibliotheca Pública Pelotense	251
5.2.1 O Álbum de 1922 e as imagens dos Colégios Elementares	254
5.2.2 As aulas noturnas da Bibliotheca Pública Pelotense	256
5.2.3 Fotografias de escolas municipais: o governo de Pedro Luis Osório (1920-1924) e os primeiros prédios destinados às escolas	258
5.3 O Conservatório de Música de Pelotas: representações de arte e cultura	268
5.3.1 O Espaço Físico do Conservatório de Música	270
5.4 Asylo de Órphãs Nossa Senhora da Conceição: educação e benemerência	271
5.4.1 A narrativa imagética do Asylo de Órphãs N. S. da Conceição	273
Capítulo VI: Ensino secundário, profissional e superior: a educação popular e a educação das elites	291
6.1 O ensino secundário em Pelotas	292
6.2 Gymnasio Gonzaga: a primeira instituição católica de ensino primário e secundário de Pelotas	293
6.2.1 A narrativa imagética do Gymnasio Gonzaga	295
6.3 Gymnasio Pelotense: uma proposta maçônica de educação laica	301
6.3.1 O ideal maçônico representado por seu prédio: imagens do Gymnasio	302

Pelotense	
6.4 Gymnasio Brasileiro	305
6.4.1 O prédio do Gymnasio Brasileiro	306
6.5 A educação feminina em Pelotas: o Colégio São José	308
6.5.1 A narrativa imagética sobre o Colégio São José	309
6.6 O ensino superior e profissional em Pelotas: as instituições educacionais e sua representação na imprensa e nos Relatórios Intendenciais	315
6.6.1 O Ensino de Agronomia e Veterinária: da Imperial Escola de Medicina Veterinária e de Agricultura Prática à Escola de Agronomia Eliseu Maciel	315
6.6.1.1 As imagens da Escola de Agronomia e Veterinária	321
6.6.2 O Patronato Agrícola Visconde da Graça: a formação dos desvalidos da fortuna	333
6.6.2.1 O Patronato Agrícola em Imagens	335
6.6.3 A Escola de Artes e Offícios: aspectos da educação profissional na esfera urbana de Pelotas	340
6.6.3.1 As fotografias da Escola de Artes e Offícios	343
Considerações Finais	349
Referências Bibliográficas	361

# Introdução

A presente pesquisa se dedica à análise da cultura escolar (instituições e práticas escolares) como elementos de distinção social da elite pelotense, que foram utilizados como representações de modernidade pelo referido grupo. Para a realização de tal investigação, são utilizadas fontes escritas e iconográficas, extraídas da imprensa da cidade de Pelotas e de documentos oficiais. Entre as primeiras, constam imagens e/ou textos dos seguintes impressos:

**Almanach de Pelotas** – periódico anual que mesclava textos e imagens. Seu editor, Florentino Paradedda, era membro do PRR.

**Revista Ilustração Pelotense** – periódico ilustrado que servia para divulgar notadamente os acontecimentos sociais.

**Relatórios Intendenciais** – publicados anualmente no mês de setembro. Objetivava apresentar as melhorias municipais promovidas pela intendência.

**Livro “Cidade de Pelotas”** – escrito por Fernando Osório e publicado em 1922.

**Álbum do Centenário** – publicado em 1922 em comemoração ao centenário da Independência do Brasil.

**Jornal Diário Popular** - órgão oficial do Partido Republicano Rio-Grandense.

**Jornal O Rebate** - órgão supostamente independente, dirigido por Frediano Trebbi.

**Jornal Opinião Pública** - esteve sob direção de diferentes linhas políticas.

**Jornal O Libertador** - órgão oficial do Partido Libertador.

**These apresentada á Primeira Conferencia Nacional de Educação** – por Fernando Osório, intitulada “Gigante que cresce” e publicada pela Livraria do Globo em 1928.

O recorte temporal previsto para esta pesquisa se insere entre as décadas de 1910 e 1930, período caracterizado como um contexto de transição, no qual ocorreram tentativas de superação da decadência das charqueadas, especialmente durante a Primeira Guerra Mundial, ao mesmo tempo em que o pós-guerra, a crise

de 1929 (advinda da quebra da bolsa de Nova York) e a década de 1930, constituíram-se em um momento de crise. Acredita-se que, nessa conjuntura, a elite Pelotense utilizou as instituições educacionais e suas práticas escolares como representações da modernidade educacional e urbana. Na referida cidade, a cultura escolar se constituiu em elemento de distinção, conforme o conceito proposto por Bourdieu (2011a) que afirma que a cultura era utilizada como forma de diferenciar a nobreza dos outros grupos sociais. No caso pelotense, pode-se perceber que, em determinados momentos, a cultura e a educação eram utilizadas como elementos de diferenciação em relação aos outros grupos sociais e, em outros, em relação às outras cidades.

Além disso, faz-se necessário salientar que neste estudo a cultura escolar é percebida como uma representação de modernidade, a qual, na realidade, teria ocorrido notadamente no século XIX. É possível afirmar que, ao desenvolver-se uma periodização própria para a cidade de Pelotas, as primeiras décadas do século XX estariam englobadas na segunda metade do século XIX. Pode-se falar em continuidade em diversos aspectos no que tange à manutenção da estrutura social vigente no município durante esse período. Não se pode negar que a transição do Império para a República foi uma ruptura marcante para a classe dominante, entretanto, essa buscou artifícios para a manutenção de seu poder político. Salienta-se que a elite pelotense, vinculada ao Partido Republicano Rio-Grandense e aos ideais positivistas e maçônicos, encontraram no culto ao passado uma oportunidade de demonstrar a pretendida modernidade das primeiras décadas do século XX.

Deve-se mencionar, ainda, que o estudo dessas instituições e dessas práticas se encontra vinculado ao ideário divulgado pela elite pelotense. Essa, utilizava-se da temática educacional como ferramenta de dominação simbólica. Sendo assim, a história das instituições educacionais e da cultura escolar é analisada sob o prisma de uma visão coletiva de sua representação no conjunto da cidade.

Faz-se necessário, então, esclarecer uma categoria fundamental desta pesquisa: “a elite”. O presente trabalho se desenvolve com base na análise do ideário constituído por um determinado grupo social, o qual se optou denominar de “elite pelotense”. De acordo com Bobbio (2010), a teoria das elites prevê que em todas as sociedades existe uma minoria que se converte na detentora do poder, em oposição a uma maioria. O autor ressalta que, ao mencionar-se poder, deve-se considerar todas as suas dimensões: político, ideológico e econômico. Entretanto,

Bourdieu (2011b) afirma que uma classe não pode ser definida por sua situação ou posição na estrutura social, pois muitas de suas características são definidas com base nas relações simbólicas com os indivíduos de outras classes. Sendo assim, é com base nas relações existentes entre diferentes classes sociais que pode ser percebidas as diferenças de situação e de posição, transmutadas no que o autor denomina “distinções significantes”.

Para fundamentar o seu conceito de classe, o autor se baseou em Weber, o qual propunha uma diferenciação entre classe social e grupo de *status*. O primeiro se compunha por indivíduos que, por terem as mesmas condições materiais (econômicas), partilhavam a mesma situação de classe. O segundo, contudo, refere-se a indivíduos cuja definição se dá por seu posicionamento na hierarquia da honra e do prestígio. A confusão existente entre esses dois grupos é comum, entretanto, Bourdieu (2011b) adverte que se tratam de unidades nominais diferenciadas, mas que podem restituir a realidade, conforme o tipo de sociedade em que se encontram inseridas.

No caso de Pelotas, existe uma forte correlação entre a classe social e o grupo de *status*, no entanto, não é possível afirmar que isso sempre ocorra. Além disso, ressalta-se que a importância da classe e do grupo de *status*, enquanto unidades nominais diferenciadas, assim como prevê o autor, foram mais evidenciadas conforme os aspectos que a sociedade visava destacar. Pode-se dizer que, por exemplo, no século XIX, com a economia do charque, os aspectos econômicos eram mais evidentes que os simbólicos. Contudo, esses se tornaram cada vez mais acentuados como elementos de distinção da elite local, tanto em relação aos outros grupos sociais, como em relação às classes análogas de outras localidades. Além dos grupos tradicionais oriundos da economia do charque, os estrangeiros que se estabeleceram no município também se inseriram nas práticas de distinção realizadas pelo grupo de *status* que então se constituía. Ao se levar em consideração esses elementos, percebe-se que a elite pelotense não se baseava apenas nos fatores econômicos, ao constituir-se como classe, mas se tratava de um grupo de *status*, cujos hábitos e costumes a caracterizava melhor do que suas posses. Dessa forma:

[...] os grupos de *status* se definem menos por um ter do que por um ser, irredutível a seu ter, menos pela posse pura e simples de bens do que por uma certa maneira de usar estes bens, pois a busca da distinção pode introduzir uma forma inimitável de raridade, a raridade da arte de bem

consumir capaz de tornar raro o bem de consumo mais trivial [...]” (BOURDIEU, 2011b, p. 15).

Uma das práticas mais evidentes da diferenciação pretendida pelo grupo de status a que se optou por denominar elite pelotense é o seu lazer ostentatório, o qual define a sua posição em relação aos outros grupos. Os seus costumes, tradições, divertimentos e cultura se constituem em elementos de ordem simbólica, os quais tinham por objetivo demarcar a sua posição na estrutura social. Sendo assim, ao mencionar-se essa denominação, fica claro de que se trata mais do que uma classe, mas de um grupo de status que via na cultura, na educação e no refinamento, elementos fundamentais para a sua distinção na trama social.

Com relação à utilização de instituições e práticas como elementos de propaganda de determinados grupos, pode-se dizer que tal utilização não foi privilégio de Pelotas, pois foi recorrente em várias cidades importantes do país, especialmente nas capitais, pois as instituições de ensino e as práticas escolares eram consideradas como elementos representativos do progresso que essas cidades vivenciavam nas primeiras décadas do século XX. Os estabelecimentos de ensino e as atividades realizadas em âmbito escolar, notadamente com relação às comemorações cívicas, se constituiriam em signos de modernidade. A visualidade, a imagem, a fotografia, a obra construída e instalada em regiões estrategicamente definidas foram ferramentas úteis no sentido de estabelecer significações sobre a cidade. De acordo com Chartier (1990, p. 20) *“uma relação compreensível é, então, postulada entre o signo visível e o referente por ele significado – o que não quer dizer que seja necessariamente estável e unívoca”*.

Este estudo se insere no campo da Nova História Cultural, pois aborda a forma como determinados temas se tornaram representações importantes para a constituição de uma distinção de determinado grupo, mas que foi assimilado como um ideário oficial sobre a cidade de Pelotas. Para a realização deste trabalho se fez necessário um embasamento teórico que possibilitasse a compreensão de algumas categorias que darão sustentação às reflexões desse estudo, que são cultura escolar, história das instituições educacionais, representações e modernidade, bem como uma análise metódica das fontes (imagens e imprensa). Para a categoria instituições escolares, utilizou-se os seguintes autores: Werle (2004), Magalhães (1999), Gatti Jr. (2002) e Sanfelice (2006). Com relação à cultura escolar, optou-se

por utilizar Julia (2001), Pessanha, Daniel e Menegazzo (2004) e Gonçalves, Vidal e Paulilo (2004). Além disso, fez-se necessário trabalhar com autores que abordam a educação nas primeiras décadas do século XX, como Nagle (2001), Saviani (2004), Veiga (1998 e 2007), Faria Filho (1996 e 2005), Souza (1996, 2001 e 2004), Corsetti (1997 e 2000), Tambara (1995 e 1998), Stephanou (2005) e Amaral (1998 e 2003).

A categoria representação foi embasada em autores da Nova História Cultural, como Burke (2008), Chartier (2006) e, também, Foucault (2007). Utilizou-se nomeadamente Bourdieu (2006), tendo em vista que o poder simbólico imputado pela elite é o principal aspecto a ser analisado da representação. Além disso, o autor serviu como base para a análise dos elementos presentes no que tange aos anseios de distinção (BOURDIEU, 2011a) existentes no grupo a que se optou por denominar “elite pelotense”. Sobre a modernidade, utilizou-se como embasamento Berman (1986), Kumar (1997), Bauman (2001) e Benjamin (2000). Com relação à categoria imagens, deve-se ter em conta que se remete às imagens fotográficas, termo utilizado como sinônimo nesta pesquisa, embora imagem possa ter uma significação mais ampla, inclusive remetendo-se aos discursos escritos. No entanto, como as imagens utilizadas são fotografias, fez-se necessário buscar um embasamento teórico em Fabris (1991), Flüsser (2002), Grangeiro (2000), Kossoy (1989 e 1999), Leite (1991 e 1998), Lima (2006), Martínez (2005), Sontag (2004), Souza (2001), entre outros. Com relação à imprensa, utilizou-se como referenciais teórico-metodológicos autores como Luca (2005), Nóvoa, Teixeira e Bandeira (2002), Bastos (2002), Barbosa (2007) e Carvalho, Araújo e Gonçalves Neto (2002).

Conhecidas as categorias, cabe, então, justificar o sentido da realização da pesquisa proposta. Deve-se ter em conta que certas características e estereótipos atuais trazem a ideia de um ideário constituído em Pelotas a partir do período das charqueadas. Algumas vezes, os referidos estereótipos recebem atribuições positivas, como por exemplo, por sua estreita relação com a educação e com a cultura, outras vezes de forma negativa, pela possível arrogância e perfil aristocrático de seus habitantes. Tal estereótipo possui uma origem que, conforme vários pesquisadores, remonta ao Império, período em que o principal produto econômico da cidade, o charque, esteve no auge de sua produção. Alguns autores, especialmente Magalhães (2002) em muitas de suas obras, buscaram as origens de tais características.

No entanto, as primeiras décadas do século XX representaram um importante momento de transição entre o auge da indústria do charque, que ocorreu no fim do Império e a crise na década de 1930. Como já mencionado acima, considera-se as primeiras décadas do século XX como um período de continuidade em relação às últimas décadas do século XIX, entretanto, a transição de um sistema de governo para o outro se constituiu em um ponto de ruptura. Para fazer frente à perda do poder político, bem como à crise do charque, a elite pelotense procurou demonstrar a manutenção do progresso da cidade através de instituições educacionais e culturais e do próprio processo de urbanização pelo qual passava Pelotas.

O progresso municipal tendia a representar a distinção desse grupo de status em relação aos outros (grupos e cidades). Nesse contexto, divulgou-se as fotografias de instituições escolares, tanto de ensino superior, como secundário, primário, artístico e profissional, algumas originadas de iniciativas particulares e outras públicas, as quais foram difundidas na imprensa, juntamente com matérias que discutiam e demonstravam a importância de tais instituições para o contexto local.

Esse tipo de fotografia institucional representando os melhoramentos urbanos foi comum no Brasil nas primeiras décadas do século XX, especialmente em grandes cidades ou capitais, como Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre<sup>1</sup>. Em Pelotas, o interesse publicitário em produzir esse tipo de documentação, ao que tudo indica, sugere os interesses da elite em almejar a manutenção de uma situação de equivalência cultural com os grandes centros urbanos brasileiros. Tais iniciativas, bem como a difusão de suas imagens, demonstram a vontade da elite em comprovar a sua capacidade de manter a opulência cultural e educacional da cidade. Além das escolas, retratou-se, também, instituições benemerentes, que se constituíam em uma forma de, segundo Tomaschewski (2007), destacar outras pessoas com os mesmos interesses financeiros e a mesma posição social, além de permitir, àqueles que estavam tentando se integrar em Pelotas como estrangeiros, um fator de confiabilidade para o exercício de atividades comerciais em uma nova cidade.

Embora as ações da elite estejam permeadas pela disputa partidária, que foi acirrada na imprensa Pelotense, o que existe de singular em Pelotas em relação aos demais municípios do estado é a unidade no sentido de demonstrar um

---

<sup>1</sup> Foram publicados trabalhos sobre essas cidades, como por exemplo, Oliveira, Velloso e Linz (2010), Kossoy (1984 e 1988) e Possamai (2005).

desenvolvimento cultural e educacional ímpar, distinguindo-se, em âmbito nacional, colocando-se lado a lado com grandes cidades. Sendo assim, percebe-se que na sociedade pelotense ocorre uma maior valorização dos aspectos simbólicos em detrimento aos econômicos, mesmo que os primeiros estejam subjugados aos últimos. As instituições e as práticas escolares, inseridas em um contexto em que a educação, a urbanização e a modernidade estão intrinsecamente relacionadas, tomam um lugar central nessa busca por permanência no espaço conquistado.

O recorte das décadas de 1910 a 1930 se deve à maior disponibilidade de fontes iconográficas (fotografias), o que coincide com os anos de início e encerramento das atividades do Almanach de Pelotas (1913 – 1935). Com relação ao periódico, pode-se dizer que foi muito relevante na imprensa Pelotense das primeiras décadas do século XX e, o embasamento do recorte temporal, se deve ao fato de serem extraídas desse impresso a maior parte das imagens. Além disso, os outros periódicos utilizados tiveram o seu período de funcionamento no mesmo período e os Relatórios Intendenciais encontrados na Bibliotheca Pública Pelotense tiveram sua produção interrompida em 1930. Deve-se levar em conta, ainda, que as primeiras imagens encontradas na imprensa datam de 1913, oriundas do Almanach de Pelotas.

Acredita-se, como já afirmado, que as instituições e as práticas escolares retratadas e discutidas na imprensa representaram uma forma de promover uma pretensa modernidade de Pelotas. Logo, a presente pesquisa visa a analisar as fotografias e os textos difundidos nos jornais Pelotenses, entre as décadas de 1910 e 1930, ou seja, a percepção do papel social das fotografias de instituições de ensino e de práticas escolares, tendo em vista o papel que esses ocuparam na imprensa Pelotense, realizando-se um cruzamento entre as fontes iconográficas e as fontes escritas.

Com relação às fontes iconográficas, destaca-se que a maior parte das fotografias retratam fachadas de instituições de ensino e foram publicadas, notadamente, no Almanach de Pelotas e nos Relatórios Intendenciais. Existem, também, imagens de práticas escolares, em especial oriundas da Revista Ilustração Pelotense.

No presente trabalho, optou-se por dividir as práticas escolares do espaço físico das instituições educativas. Destaca-se, ainda, que aqui será analisada a história das instituições e das práticas de ensino a partir da ótica da sua significação

no que tange às representações propostas pela elite pelotense, as quais acabaram por constituir um ideário sobre Pelotas. A relação entre a autoimagem, as instituições, as práticas, as tradições e os costumes corroboraram para a difusão de representações constituídas por determinado grupo, mas, posteriormente, socialmente aceitas, como algo superior aos estamentos sociais.

Abordar singularidades na história da educação é uma das características prementes nesta pesquisa, tendo em vista que relaciona as instituições e as práticas escolares, ou seja, a cultura escolar, com as representações simbólicas desenvolvidas por um grupo de *status*, as quais passaram a integrar um ideário oficial sobre uma cidade determinada. Para tanto, optou-se por abordar instituições educacionais retratadas na imprensa, são elas: de **Ensino Superior** – Escola de Agronomia e Veterinária e Faculdade de Direito; de **Ensino Profissional** – Escola de Artes e Ofícios e o Patronato Agrícola Visconde da Graça; de **Ensino Primário** – Collegio Elementar Cassiano do Nascimento, Collegio Elementar Félix da Cunha, Escola André Laquintinie, Escola João Affonso, Escola André Laquintinie e aulas noturnas da Bibliotheca Pública Pelotense; de **Ensino Secundário** – Gymnasio Pelotense, Gymnasio Brasileiro, Gymnasio Gonzaga, Colegio São José e Collegio Allemão; de **Ensino Artístico** – Conservatório de Música e aulas de pintura da Professora Noemia Aguiar e **associações benemerentes** – Asylo de Órphãs N. S. da Conceição.

Com relação às imagens de práticas escolares, serão analisadas: **exposições de trabalhos manuais e pinturas, fotografias de docentes e discentes, festas escolares, comemorações cívicas e atividades de escotismo e educação física.**

O **Capítulo I** é dedicado ao aprofundamento sobre os referenciais teórico-metodológicos que serviram de embasamento para este estudo. Inicialmente, dedica-se a análise da relação do presente estudo com aspectos da Nova História Cultural, notadamente no que tange à categoria “representações”. Em seguida, problematiza-se a fotografia e a imprensa como fontes de pesquisa e a sua utilização no campo da História da Educação. Por fim, apresenta-se um estado da arte sobre as práticas e as instituições escolares. Realizou-se uma investigação exaustiva sobre algumas categorias fundamentais para este estudo, cujo objetivo, além de esclarecer o que é realizado no país com relação a esses temas, poderá servir como fonte para futuros pesquisadores.

O **Capítulo II** se refere ao contexto educacional brasileiro e pelotense durante as primeiras décadas do século XX, bem como apresenta as relações existentes entre a modernidade, urbanização e educação. Além disso, analisa a conjuntura política, social e econômica de Pelotas e do Rio Grande do Sul nesse período.

O **Capítulo III** apresenta a análise de práticas comuns às instituições educacionais durante as primeiras décadas do século XX, tais como as exposições de trabalhos manuais e de pinturas e o atendimento à população (Faculdade de Pharmacia e Odontologia). Além disso, esse capítulo se dedica à análise de fotografias de docentes e discentes, como alunos em sala de aula ou no pátio da escola, envolvidos em comemorações.

O **Capítulo IV** diz respeito aos temas das comemorações cívicas, do escotismo e da educação física (*gymnastica sueca*), os quais foram analisados separadamente, tendo em vista a relevância que suscitaram na imprensa pelotense.

O **Capítulo V** se dedica ao estudo do espaço físico e das instituições de ensino primário, artístico e de caridade.

O **Capítulo VI** faz alusão às investigações sobre o espaço físico das instituições de ensino secundário, profissional e superior. É necessário destacar que, tanto o Capítulo V como o VI não se restringem a uma análise do espaço físico, mas abordam as representações que eram atribuídas às referidas instituições no âmbito da sociedade pelotense.

Sendo assim, defende-se a tese de que com a transição do Império para a República, a elite pelotense, de forma mais evidente do que outros grupos sociais análogos nas cidades do interior do Rio Grande do Sul, intensificou as atividades simbólicas que tinham por objetivo distingui-la enquanto grupo de *status* e o fez por meio de seu capital cultural. As instituições e as práticas escolares são aspectos da cultura que ganharam visibilidade na demonstração simbólica do poderio do referido grupo.

Dessa forma, a modernidade dessas instituições, bem como da cidade em geral, seria uma representação da atualidade desse grupo em relação ao restante do país. Salienta-se que os termos modernidade e modernização foram intensamente utilizados em vários lugares do Brasil. Além disso, deve-se ter em conta que o referido grupo se encontrava mais diretamente relacionado ao sistema imperial, levando em conta os títulos nobiliárquicos e a proximidade de determinadas famílias com relação ao governo imperial. Então, entende-se por elite pelotense,

aquelas famílias consideradas “tradicionais” que, em sua maioria, receberam títulos nobiliárquicos no período imperial.

A cultura escolar se constitui em uma distinção, cuja herança demonstra a antiguidade do grupo em questão. Uma vez mais, utiliza-se Bourdieu (2011a) para embasar a presente investigação, no sentido de que o autor utiliza a diferenciação de uma nobreza cultural, a qual visa distinguir-se por seus conhecimentos e cultura de outros grupos. Essa disputa se dá não apenas no espaço escolar, mas extrapola os limites dos modos de apropriação da cultura legítima.

Destaca-se, ainda, que o período analisado não se trata de um momento inovador no que tange à modernidade, mas se constitui em uma continuidade do que já estava proposto no século XIX. Entende-se que, mesmo as instituições fundadas nesse período, são fruto de uma situação que já estava posta. Além disso, o progresso e a modernidade urbana divulgados na imprensa, não eram exclusivos da cidade de Pelotas, mas o processo ocorria em inúmeras cidades brasileiras.

# **Capítulo I: Referenciais Teórico- metodológicos**

O delineamento de metodologias e teorias é fundamental para a sustentação do desenvolvimento de um determinado trabalho de pesquisa. Para a realização do presente estudo optou-se por uma aproximação com a Nova História Cultural, tendo em vista que os teóricos franceses influenciam sobremaneira a historiografia brasileira e, dessa forma, o seu arcabouço teórico mostra-se condizente com o atual estudo. Pode-se considerar a educação (e mesmo a História da Educação) como uma parte integrante do que se chama de cultura. A educação é, portanto, uma das dimensões do amplo conceito de cultura.

No entanto, antes de apresentar conceituações de cultura, acredita-se ser necessário mencionar as origens da Nova História Cultural, considerada a terceira geração da Escola dos Annales, que foi parte integrante do processo denominado Revolução Francesa da Historiografia, liderada por Lucien Febvre e Marc Bloch. Segundo Burke (1992), desde os tempos de Heródoto e Tucídides, a história é escrita sob uma variada forma de gêneros (crônica monástica, memória política, tratados de antiquários, etc.). A forma dominante, porém, até o presente momento, é a narrativa dos acontecimentos políticos e militares, apresentada como a história dos grandes feitos de eminentes homens.

Com o intuito de contestar o paradigma dominante na epistemologia histórica, foi criada, em 1929, a Revista dos Annales. A Escola dos Annales pode ser considerada a primeira de três gerações: seus anos iniciais foram marcados pela atuação de Marc Bloch e Lucien Febvre; a segunda fase, por Fernand Braudel e a terceira, que inaugurou a Nova História, com diversos historiadores, tais como Jacques Le Goff, Georges Duby, Philippe Ariès, e, pela primeira vez, com a presença feminina de Michèle Perrot.

O surgimento de uma terceira geração tornou-se cada vez mais evidente nos anos que se seguiram a 1968, decorrente de mudanças administrativas no interior da revista e, também, de mudanças intelectuais ocorridas nos vinte anos que antecederam esta data. Para Burke (1992), é mais difícil traçar o perfil da terceira geração do que das anteriores porque ninguém neste período dominou o grupo, como o fizeram Febvre e Braudel. Esse fato abriu espaço para o prevalecimento de um policentrismo e para a incorporação de diversos temas e métodos. Contudo, mesmo com tantas tendências diferenciadas, é possível afirmar que, juntamente com o Marxismo, a Nova História Cultural constitui-se em uma importante corrente da historiografia contemporânea, visto que essas duas correntes adquiriram muitos adeptos em todo o mundo e influenciaram por demais as formas de fazer e pensar História.

De acordo com Chartier (2006), a categoria “nova história cultural” entrou no léxico comum dos historiadores, quando Lynn Hunt publicou, com este título, uma obra que reunia oito ensaios que apresentavam diferentes modelos e exemplos desse novo modo de fazer história. Em sua introdução, sublinhava os três traços essenciais que davam coerência a trabalhos cujos objetos eram muito diversificados. Na obra de Hunt (2006, p. 9), a autora salienta que “as relações econômicas e sociais não são anteriores às culturais, nem as determinam; elas próprias são campos de prática cultural e produção cultural”.

Logo, a presente pesquisa insere-se no campo da produção cultural na medida em que se relaciona com as representações sociais oriundas da elite da cidade de Pelotas. Esse grupo social, proprietário dos meios de produção, mostrou-se interessado em moldar um modelo de cidade e difundir um ideário muito característico sobre si próprio. O conjunto de características divulgadas pela elite como uma distinção social, reside no âmbito do poder simbólico, tendo em vista que não é oriundo de diferentes partes da estrutura social, mas de um grupo determinado, o qual desenvolveu características que o distinguiu de outros grupos, mas que acabaram assimiladas e entendidas como realidade pela população local, tornando-se uma representação sobre a cidade de Pelotas.

A pluralidade da Nova História Cultural possibilita a investigação da temática cultura/educação, com base na análise das atividades simbólicas de determinados grupos sociais. Para Burke (2008), essa corrente constitui-se, atualmente, como paradigma, ou seja, como modelo metodológico para as pesquisas historiográficas.

A sua nomenclatura “nova” refere-se ao seu posicionamento em relação ao modelo anterior, no qual a historiografia dedicava-se à história política. A expressão “nova história” é mais conhecida na França, por ser título de um trabalho de Le Goff, no qual foram apresentados “novos problemas”, “novas abordagens” e “novos objetos” (Burke, 2011).

Com relação ao conceito de cultura, Burke (2008) o percebe intrinsecamente ligado à ideia de tradição, de certos tipos de conhecimentos e habilidades legados de uma geração para a seguinte. Ao mesmo tempo, esse autor afirma que, embora a tradição pareça ser um conceito quase autoevidente, é possível que a sua persistência seja mascarada por inovações aparentes.

No caso específico da presente pesquisa, a tradição e a modernidade não são conflitantes, pois, paradoxalmente, convivem na sociedade Pelotense das primeiras décadas do século XX. Determinadas instituições de ensino locais, como a Escola de Agronomia e Veterinária e o Gymnasio Pelotense embasavam-se no peso de sua tradição, mas apresentavam-se como instituições atualizadas, vinculadas a uma pedagogia moderna, com materiais avançados e professores preparados. A expressão “tradição”, nas primeiras décadas do século XX, era utilizada na imprensa praticamente como um sinônimo de progresso e modernidade. Abordar a modernidade nas primeiras décadas do século XX é uma constante entre várias cidades brasileiras. Entretanto, em Pelotas, o diferencial encontra-se no fato da estreita relação traçada entre a tradição e a modernidade que, como mencionado anteriormente, convivem pacificamente, tendo em vista que representam o conjunto de ideias de um grupo social específico.

Ao pensar o conceito de representação, percebeu-se que, no âmago do policentrismo existente na Nova História Cultural, havia um terreno comum dos historiadores culturais, apontando-se para a preocupação com o simbólico e suas interpretações. Chartier (2006) afirma que, em primeiro lugar, centrando a sua atenção sobre as linguagens, às representações e às práticas, a Nova História Cultural propõe um modo inédito de compreender as relações entre as formas simbólicas e o mundo social. A partir de uma abordagem clássica, ligada à localização objetiva das divisões e das diferenças sociais, ela propõe a sua construção móvel, instável, conflitiva, a partir das práticas sem discursos, das lutas de representação e dos efeitos performativos dos discursos.

Nesse ponto, retoma-se outra categoria presente nesta pesquisa: a representação. Dessa forma, este estudo insere-se no âmbito da Nova História Cultural por dedicar-se a um tema que está relacionado à Cultura e à educação e.

Além disso, a Nova História Cultural, especialmente com Ginzburg (1989) oferece uma metodologia adequada para a análise das fontes históricas: o Paradigma Indiciário. O autor menciona o “método morelliano” utilizado pelos historiadores da arte, o qual consiste em buscar a identificação de uma obra de arte não em suas características mais vistosas, mas examinar os pormenores mais negligenciáveis. O método de Morelli foi comparado com os de Sherlock Holmes, tendo em vista que o conhecedor de arte deveria assemelhar-se a um detetive, reconhecendo o autor do crime, baseado em detalhes imperceptíveis pela maioria. Assim é o ofício do historiador, que investiga o passado com olhos de detetive. Tal olhar é dirigido, nesta pesquisa, a elementos que constituem uma categoria importante, a “representação”, a qual, levando em consideração a sua relevância, será abordada a seguir.

### **1.1 A nova história cultural e as representações**

A representação se tornou a categoria central da história cultural, na qual muitos trabalhos dedicam-se ao simbólico e suas interpretações. Símbolos, conscientes ou não, podem ser encontrados em todos os lugares, da arte à vida cotidiana, mas a abordagem do passado em termos de simbolismo é apenas uma entre outras. Essa categoria foi incorporada pelos historiadores a partir das formulações de Marcel Mauss e Émile Durkheim, no início do século XX. Burke (2008) afirma que, certa vez, Michel de Foucault criticou os historiadores pelo que chamou de sua “ideia empobrecida do real”, que não deixava lugar para o que é imaginado. Desde então, muitos importantes historiadores franceses reagiram a essa provocação. A partir de então, muitas formas de representação, sejam elas literárias, visuais ou mentais passaram a ser estudadas. Tal tema torna-se fundamental para esta pesquisa, pois pretende-se analisar as representações constituídas por um grupo de *status*, a elite pelotense, a qual difundiu seu ideário na imprensa Pelotense.

Tanto as imagens fotográficas, como os textos presentes na imprensa constituem-se em objetos de estudo. Para a sua interpretação, deve-se levar em conta o que afirma Chartier (2006), que menciona o *linguistic turn*, baseado em duas

ideias essenciais: a linguagem é um sistema de signos cujas relações produzem a partir delas próprias significações múltiplas e instáveis, fora de qualquer intenção ou de qualquer controle subjetivos; já a “realidade” não é uma referência objetiva, exterior ao discurso, mas é sempre construída na e pela linguagem.

Tal perspectiva considera que os interesses sociais nunca são uma realidade preexistente, mas são sempre o resultado de uma construção simbólica e linguística, e considera que toda prática, qualquer que ela seja, está situada na ordem do discurso. O caráter simbólico dessas construções encontra-se em consonância com a presente pesquisa, na medida em que considera-se o ideário de modernidade e diferenciação de Pelotas em relação às outras cidades como uma representação social proposta pela elite pelotense.

A abordagem dada pela Nova História Cultural às representações coletivas foi definida, notadamente, à maneira da sociologia durkheimiana, pois estas, incorporam nos indivíduos, sob a forma de esquemas de classificação e juízo, as próprias divisões do mundo social. São elas que suportam as diferentes modalidades de exibição de identidade social ou de força política, tal como os signos, os comportamentos e os ritos estão relacionados à credibilidade. Enfim, as representações coletivas e simbólicas encontram na existência de representantes, individuais ou coletivos, concretos ou abstratos, as garantias da sua estabilidade e da sua continuidade.

Em termos gerais, Pesavento (2003) afirma que a proposta da História Cultural seria, pois, decifrar a realidade do passado por meio das suas representações, tentando chegar àquelas formas, discursivas e imagéticas, pelas quais os homens expressaram a si próprios e o mundo. Além disso, a autora relaciona as representações com o simbólico, tendo em vista que dizem mais do que aquilo que mostram ou anunciam, carregam sentidos ocultos, que, construídos social e historicamente, se internalizam no inconsciente coletivo e se apresentam como naturais, dispensando reflexão. Há, no caso de fazer ver por uma imagem simbólica, a necessidade da decifração e do conhecimento de códigos de interpretação, mas estes revelam coerência no sentido atribuído por sua construção histórica e datada, dentro de um contexto dado no tempo. Logo, cada fotografia e cada palavra são portadores de um sentido intrínseco, que demonstra, senão a sua culpabilidade, a sua falta de inocência.

Dessa forma, cada fotografia é intencionalmente selecionada, as palavras são milimetricamente pensadas para integrar um texto portador de um objetivo específico. Todo texto possui um propósito, visa atingir um determinado público. As palavras e as fotografias significam mais do que transparece à primeira vista. Palavras e fotografias são “signos”, que, de acordo com Chartier (2005), permitem que uma sociedade se constitua em representações e exiba-se simbolicamente de modo discreto ou espetacular, desvelando seus ideais proclamados e seus recalques.

Nesse ponto, é possível concordar com Foucault (2005), quando o autor afirma que o mundo está coberto de signos, cuja decifração é necessária. Esses signos revelam as semelhanças e as afinidades, são eles próprios, apenas formas de similitude. Conhecê-los será, portanto, interpretar: ir da marca visível ao que se diz através dela, e que, sem ela, permanecerá palavra muda, adormecida nas coisas.

A interpretação ocorre no âmbito da semiologia, que, para Chartier (2005) torna-se a ciência da cultura universal e, a Linguística, a ciência das ciências humanas, ciência dos traços distintivos em oposição formal, ciência da objetivação rigorosa de sistemas linguísticos sem palavras e sem locutor. A semiologia permite tratar a literatura estendendo o conjunto das obras e de todas as produções escritas, sem julgamento de valor a priori.

Tais formas de interpretação são fundamentais na medida em que é possível identificar símbolos ou signos. Foucault (2007) afirma que só há signo a partir do momento em que se acha conhecida a possibilidade de uma relação de substituição entre dois elementos já conhecidos. Segundo o autor: “O signo não espera silenciosamente a vinda daquele que pode reconhecê-lo: ele só se constitui por um ato de conhecimento”, (FOUCAULT, 2007, p.81). É no interior do conhecimento que o signo começará a significar: é dele que tirará a sua certeza ou a sua probabilidade.

Na presente pesquisa, a interpretação das imagens e dos textos escritos é realizada em meio a uma contextualização histórica, tanto em âmbito local, como regional e nacional, tendo em vista que as significações presentes nessas fontes encontram-se relacionadas com o contexto em que estão inseridas. Sendo assim, é necessário conhecer, como mencionou Foucault. O conhecimento do contexto torna-se ferramenta primordial para a interpretação e análise das fontes, sejam elas escritas ou iconográficas.

As representações a serem analisadas neste trabalho se referem a uma imagem coletiva da própria cidade de Pelotas. Uma imagem proposta pela elite, mas incorporada, ao que tudo indica, por praticamente toda a população. Nesse aspecto, torna-se interessante mencionar Chartier (1990) que aborda a noção de “representação coletiva”, que, entendida no sentido que lhe atribuíam, permite, conciliar as imagens mentais claras – aquilo que Lucien Febvre designava por “os materiais de ideias” – com os esquemas interiorizados, as categorias incorporadas, que as geram e estruturam. Dessa forma, pode se pensar uma história cultural do social que tome por objeto a compreensão das formas e dos motivos – ou, por outras palavras, das representações do mundo social – que, à revelia dos atores sociais, traduzem as suas posições e interesses objetivamente confrontados e que, paralelamente, descrevem a sociedade tal como pensam que ela é, ou como gostariam que fossem. Segundo Chartier (1990):

A referência fundadora a Ernst Cassirer, reivindicada pela antropologia simbólica americana, depois de o ter sido por Erwin Panofsky, poderia constituir um incitamento nesse sentido, pois define a função simbólica (dita de simbolização ou de representação) como uma função mediadora que informa as diferentes modalidades de apreensão do real, quer opere por meio dos signos linguísticos, das figuras mitológicas e da religião, ou dos conceitos do conhecimento científico. A tradição do idealismo crítico designa assim por “forma simbólica” todas as categorias e todos os processos que constroem “o mundo como representação”. Daí o destinar uma função universal ao espírito de conjunto das produções, quaisquer que sejam, provenientes da ordem, da representação ou da figuração; daí conseqüentemente, a extensão máxima fornecida ao conceito de símbolo para o qual remetem todas as formas ou todos os signos graças aos quais a consciência constitui “a realidade”, (CHARTIER, p. 19).

Retoma-se, novamente, a obra de Chartier (1990) no sentido de compreender que, embora as representações aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupos que as forjam. Para o autor:

As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. Por isso, esta investigação sobre as representações supõem-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação. As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio, (CHARTIER, p. 17).

Sendo assim, pode-se verificar a intencionalidade presente nas fontes utilizadas para esta pesquisa, as quais foram produzidas por um grupo social determinado, uma elite, que conjugava riqueza, poder e *status*. Este grupo social que tinha acesso aos meios de divulgação e comunicação foi responsável pela formação de um imaginário sobre a cidade de Pelotas que, embora seja uma cidade de grupos sociais diversificados, ficou estigmatizada pelos hábitos e costumes da elite. Logo, a história, seja ela política ou social, trata de relações de poder asseguradas por forças simbólicas, que visam assegurar e perpetuar a sua sujeição.

Nesse ponto, busca-se respaldo em Bourdieu (2006, p. 7-8) que afirma: “o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem”. Sabem ou não os sujeitos se estão envolvidos? O poder simbólico mostra-se capaz de desenvolver uma representação tão forte que a coletividade acata as particularidades de um determinado grupo como sendo suas? Acredita-se que sim, tendo em vista que os meios de comunicação exercem, até os dias atuais, uma influência sobremaneira na vida das pessoas. O conceito do autor sobre o poder simbólico é fundamental para a compreensão do contexto vivenciado pela elite pelotense nas primeiras décadas do século XX.

Entende-se que as representações proporcionadas por esse grupo são elementos constituintes de um poder simbólico, o qual visava à manutenção da distinção desse grupo em relação aos outros integrantes da mesma estrutura, ao mesmo tempo em que, incorporado pela coletividade, configurava-se em elemento de distinção em relação às outras cidades do seu entorno e, possivelmente, em relação à própria capital do estado.

O acesso aos meios de comunicação permite, então, a difusão de um ideário particular, pertencente à determinado grupo. Logo, cita-se novamente Bourdieu (2006) que afirma que a cultura dominante contribui para a integração real da classe dominante (assegurando uma comunicação imediata entre todos os seus membros e distinguindo-os das outras classes); para a integração fictícia da sociedade no seu conjunto, portanto, é necessária a desmobilização (falsa consciência) das classes dominadas; para a legitimação da ordem estabelecida por meio do estabelecimento das distinções (hierarquia) e para a legitimação dessas distinções. Tais hierarquias são inculcadas através de símbolos presentes no cotidiano dos cidadãos. As instituições e as práticas escolares constituem-se em um espaço muito adequado

para a transmissão de um ideário. Instituições e práticas estão preñes de símbolos, presentes na arquitetura, no currículo e nas festividades. Pode-se afirmar que a cultura escolar reflete os interesses de um grupo que visa assegurar a manutenção de seu poder. Assim, representava, em Pelotas nas primeiras décadas do século XX, a forma como a cidade mantinha-se entre as principais do estado, ou seja, educação e cultura eram sinônimos de modernidade.

Nesse contexto, é possível afirmar que as instituições e as práticas escolares funcionam como sistemas simbólicos, cumprindo a função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica). Dessa forma, deve-se ter em conta que o reconhecimento da legitimidade mais absoluta não é outra coisa, de acordo com Bourdieu (2006), senão a apreensão do mundo comum como coisa evidente, natural, que resulta da coincidência quase perfeita das estruturas objetivas e das estruturas incorporadas. Na luta pela imposição da visão legítima do mundo social, em que a própria ciência está inevitavelmente envolvida, os agentes detêm um poder à proporção do seu capital, quer dizer, em proporção ao reconhecimento que recebem de um grupo.

Assim, é importante a abordagem que Bourdieu oferece de classe e ideologia no sentido de que este estudo encontra-se embasado na hipótese de que a elite pretendia utilizar-se da imprensa, tanto por meio de imagens, como de textos, para difundir e manter um determinado *status*. Assim como os textos e as palavras, as fotografias encontram-se impregnadas de símbolos e mensagens a serem transmitidos.

A elite aqui referida pertencia a grupos sociais com poderio econômico, político e cultural. O autor afirma que a política é o lugar, por excelência, da eficácia simbólica, ação que se exerce por sinais capazes de produzir coisas sociais e, sobretudo, grupos. Além disso, de acordo com o autor:

Na luta simbólica pela produção do senso comum ou, mais precisamente, pelo monopólio da nomeação legítima como imposição oficial – isto é, explícita e pública – da visão legítima do mundo social, os agentes investem o capital simbólico que adquiriram nas lutas anteriores e, sobretudo, todo o poder que detêm sobre as taxinomias instituídas, como os títulos (BOURDIEU, 2006, p. 146).

## 1.2 A Fotografia como fonte de pesquisa

De acordo com Flüsser (2002), imagens são superfícies que pretendem representar algo que se encontra no espaço e no tempo. A fotografia, ou seja, a categoria de imagem selecionada para ser fonte de estudo desta pesquisa se insere no âmbito das representações, conforme abordado no subtítulo anterior.

A imagem fotográfica é insistentemente reconhecida como representação do real, não o real em si, tendo em vista a adequação de quatro para duas dimensões, de um mundo esférico e amplo para um formato retangular. Na imagem, o mundo ganha bordas, limites impostos pela tecnologia da reprodução fotográfica. Logo, fotografia é reprodução e representação. Reprodução, pois a fotografia capta uma cena que é reproduzida; representação, porque tal cena é uma escolha e, dessa forma, relaciona-se a uma série de escolhas que levam ao seu resultado final.

Para tanto, deve-se levar em consideração o que afirma Fabris (1991) no sentido de que pensar a fotografia não implica apenas refletir sobre certo tipo de imagem ou sobre um sistema de trocas simbólicas. Tal reflexão requer bem mais, pois, desde o início, a fotografia demonstrou ser um agente de conformação da realidade em um processo de montagem e de seleção, no qual o mundo se revela “semelhante” e “diferente” ao mesmo tempo. A verossimilhança e as diferenças constituem-se características fundamentais do fazer fotográfico. Embora a convivência de tais traços concomitantemente possa parecer algo paradoxal, essa prática faz parte da essência da fotografia. Toda imagem é representação: pinturas, gravuras, xilogravuras, cuja intenção fora, até o advento da fotografia, a reprodução fiel da realidade, em um estudo metódico de gestos e cores, ou mesmo, a fotografia, imagem típica da modernidade, da era industrial.

As imagens selecionadas para serem utilizadas como fontes do presente estudo são fotografias divulgadas na imprensa. Destaca-se que fotografias impressas podem receber, ainda mais do que as originais, retoques. Dessa forma, identificar a origem da fotografia é um dos pontos primordiais na sua análise. As fotografias integraram-se às fontes históricas somente em um período de “revolução documental”, tendo em vista que existia uma primazia das fontes escritas em relação às fontes iconográficas. Ao mesmo tempo, a fotografia recebeu, por muito tempo, um tratamento de “espelho da realidade”.

De acordo com Burke (2004): “[...] a expressão “câmera inocente”, cunhada na década de 1920, levanta um aspecto genuíno, embora a câmera tenha de ser

empunhada por alguém e alguns fotógrafos sejam mais inocentes que outros” (p. 29). Característica que se perdeu a partir do momento em que os historiadores definiram métodos para o tratamento e análise das imagens fotográficas.

Um dos pontos críticos fundamentais no delineamento de metodologias para o embasamento da pesquisa com fontes iconográficas é a intencionalidade da imagem. Segundo Leite (1993): para a história o que interessa na fotografia implica “o ângulo de quem observa, analisa e tenta compor fotografias já existentes. Não é uma prática para quem escolhe a imagem, nem para o fotógrafo” (p.72). O entendimento que o observador tem da imagem é o campo da análise do historiador.

No entanto, deve-se levar em conta que, para analisar a significação da imagem, é importante reconhecer que esta se encontra permeada por uma série de construções e intencionalidades, especialmente no que tange a sua produção. Fotografias nascem de necessidades e de interesses. A sua produção está condicionada a seleções e escolhas. São grupos sociais ou pessoas determinadas que as requerem.

Assim, conforme Dubois (1993), toda reflexão sobre um meio qualquer de expressão deve se colocar a questão fundamental da relação específica existente entre o referente externo e a mensagem produzida por esse meio. Trata-se da questão dos modos de representação do real ou, se preferirmos, da questão do realismo. Existe uma espécie de consenso de princípio que propõe que o verdadeiro documento fotográfico “presta contas do mundo com fidelidade”. Foi-lhe atribuída uma credibilidade e esta virtude irredutível de testemunho baseia-se, principalmente, na consciência que se tem do processo mecânico de produção da imagem fotográfica, em seu modo específico de constituição e existência: o que se chamou de automatismo de sua gênese técnica. Segundo o autor, a foto é percebida como uma espécie de prova, ao mesmo tempo necessária e suficiente, que atesta indubitavelmente a existência daquilo que mostra.

Nesse mesmo sentido, Borges (2003) afirma que as imagens fotográficas devem ser vistas como documentos que informam a respeito da cultura material de um determinado período histórico, além de uma determinada cultura, e também como uma forma simbólica que atribui significados às representações e ao imaginário social. O trabalho com fotografias requer a contextualização baseada em outras fontes, o que permite perpetrar as concepções dos agentes implicados na criação do documento em questão.

De acordo com Borges (2003), longe de ser um documento neutro, a fotografia cria novas formas de documentar a vida em sociedade. Para essa autora, mais que a palavra escrita, o desenho e a pintura, a pretensa objetividade da imagem fotográfica, veiculada nos jornais, não apenas informa o leitor – sobre datas, localização, nome de pessoas envolvidas nos acontecimentos – sobre as transformações do tempo curto, como também cria verdades a partir de fantasias do imaginário, quase sempre produzidas por frações da classe dominante. Essa historiadora afirma que:

A tese do realismo, da exatidão e da fidelidade das imagens fotográficas – traço atribuído à fotografia em seus primeiros anos – já não é mais cabível entre os anos 20 e 40 do século XX. Embora o Movimento Surrealista não possa ser responsabilizado pela mudança da caracterização da linguagem fotográfica, não há como negar que as montagens dos fotógrafos que dele participaram muito contribuíram para problematizar sua natureza. A partir de então, fica fortalecida a tese de que por detrás da chamada câmera lúcida há um ou mais indivíduos interessados em divulgar suas intenções sociais e suas visões da realidade. Mas nem por isso as imagens fotográficas perderam sua aura de magia e encanto, (BORGES, p. 72).

Por mais abstrata que pareça, a fotografia é sempre imagem de alguma coisa, além de que, tudo o que se vê parece estar ao alcance, pelo menos, diante do olhar de quem vê. Ainda assim, é mister lembrar que não só os fotógrafos manipulam as fotografias como, em certa medida, os pesquisadores estabelecem o que deve ser visto. Para Burke (2004, p. 39), “no caso do testemunho de imagens, como em muitos outros casos, as testemunhas são mais confiáveis quando elas nos contam alguma coisa que elas, nesse caso os artistas, não sabem que sabem”. O autor cita o exemplo de uma discussão conhecida na Inglaterra sobre o papel dos animais nos primeiros tempos da sociedade inglesa moderna, na qual Keith Thomas observou que nos entalhes que retratam Cambridge, datados do final do século XVII, realizados por David Loggan, há cães em toda parte. Logo, o que o entalhador e os espectadores da época consideravam como algo comum tornou-se um assunto de interesse para historiadores culturais.

Deste modo, a imagem deixa transparecer algumas características que não se supunham presentes em sua superfície, especialmente a fotografia, por reproduzir cenas, construídas ou não e, sendo assim, certos tipos de informações podem estar presentes sem terem passado pela minuciosa seleção de quem produziu a imagem.

Retoma-se, então, a necessidade de uma metodologia de análise de fotografias. Para Flüsser (2002), o fator decisivo no deciframento de imagens é tratar-se de planos. O significado da imagem encontra-se na superfície e pode ser captado por um golpe de vista. No entanto, tal método de deciframento produzirá apenas o significado superficial da imagem. Quem quiser “aprofundar” o significado e restituir as dimensões abstraídas, deve permitir à sua vista vaguear pela superfície da imagem.

Tal vaguear pela superfície é chamado de *scanning*. O traçado desse segue a estrutura da imagem, mas também os impulsos no íntimo do observador. O significado decifrado por este método será, pois, resultado de síntese entre duas “intencionalidades”: a do emissor e a do receptor. Imagens oferecem aos seus receptores um espaço interpretativo, ou seja, símbolos “conotativos”.

Para o autor, imagens são códigos que traduzem eventos em situações, por outro lado, processos em cenas, são mediações entre homem e mundo. Borges (2003) também aponta que, como outras imagens, a fotografia também pressupõe um jogo de inclusão e exclusão, pois ela é escolha e, como tal, não apenas constitui uma representação do real, como também integra um sistema simbólico pautado por códigos oriundos da cultura que os produz. Para essa autora, diferentemente da pintura, do desenho, da caricatura, a representação fotográfica pressupõe uma inter-relação entre o olho do fotógrafo, a velocidade da máquina e o referente.

Ainda sobre a relevância da escolha na imagem fotográfica, a autora afirma que, muitas vezes, enquanto os códigos culturais do fotógrafo definem a composição dos cenários fotográficos, a velocidade da câmera pode captar fragmentos do real, não previstos na idealização das poses, porque a chapa fotossensível capta a luz emanada do objeto fotografado, sem a intervenção humana. A fotografia, apenas nesta fração de tempo, é uma mensagem sem código, entretanto, quando a intromissão de fragmentos do real afeta o planejamento da pose, o fotógrafo sente-se livre para cortar, selecionar, fazer e refazer seu quadro. Para Borges (2003):

A imagem fotográfica conjuga realidade e ficção. Os planos, os focos, o jogo de sombra e luz que a compõe são marcados pela encenação que a intenção do fotógrafo cria. O produto fotográfico oscila entre aquilo que escapa e isto que nela infiltra, (BORGES, p. 84).

As múltiplas dimensões de significados que orientam a interpretação da imagem dependem da reconstrução do sistema cultural, do contexto em que o ato

fotográfico ocorreu e das identidades dos sujeitos envolvidos naquele evento. Em se desconsiderando a análise do contexto original de sua criação, o alcance do conteúdo da imagem fica restrito aos índices incompletos da realidade ali apresentados. Ao preservar um instante no tempo, a imagem aponta para uma memória que é intrínseca a ela própria, mas envolve, também, uma memória externa, a memória do espectador.

Além disso, deve-se ter em conta que se utiliza imagens impressas, cuja análise, como mencionado anteriormente, deve ser encarada de forma diferente das fotografias originais. Nesse ponto, ressalta-se o papel da imprensa e as suas formas de reprodução. A imprensa constituiu-se em um meio de comunicação formador de opiniões, utilizando-se das imagens para dar mais “credibilidade aos fatos”, expressão comumente utilizada quando se aborda o tema imprensa. Ao mesmo tempo em que ela forma opiniões, produz formatos determinados de textos e de imagens. De acordo com Burke (2004, p.21): “as consequências da imprensa têm comumente sido discutidas em termos da padronização e da fixação de textos em forma permanente, e pontos semelhantes podem ser levantados sobre imagens impressas”. Dessa forma, as fontes utilizadas neste estudo encontram-se inseridas em um conjunto de representações que respondem a um determinado formato, mais específico, ainda, por tratar-se de fotografias e textos produzidos durante a Primeira República. É possível afirmar que os textos e as imagens ganham formatações distintas conforme a época e a forma de comunicação mais adequada para chegar ao público-alvo.

### **1.2.1 Fotografia e representações**

Embora as fotografias sejam uma reprodução, não é possível afirmar que possuam um caráter de fidedignidade, tendo em vista a sua característica fundamental de seleção. De acordo com Flüsser (2002), o mundo representado parece ser a causa das imagens técnicas e elas próprias parecem ser o último efeito de complexa cadeia causal que parte do mundo. O mundo a ser representado reflete raios que vão sendo fixados sobre superfícies sensíveis, graças a processos óticos, químicos e mecânicos e, dessa forma, surge a imagem.

Aparentemente, imagem e mundo se encontram no mesmo nível do real: são unidos por cadeia ininterrupta de causa e efeito, de maneira que a imagem parece não ser símbolo e não precisar de decifração. Quem vê imagem técnica acredita ver

seu significado, embora indiretamente. O caráter aparentemente não-simbólico, objetivo, das imagens técnicas faz com que seu observador as olhe como se fossem janelas, e não imagens. O observador confia nas imagens técnicas tanto quanto confia em seus próprios olhos. Flüsser (2002) afirma que:

A aparente objetividade das imagens técnicas é ilusória, pois na realidade são tão simbólicas quanto o são todas as imagens. Devem ser decifradas por quem deseja captar-lhes o significado. Com efeito, são elas símbolos extremamente abstratos: codificam textos em imagens, são metacódigos de textos, (FLÜSSER, p. 14).

O autor apresenta de forma bem clara a sedução que a fotografia, tendo em vista o seu tecnicismo, exerce sobre os espectadores, os quais a observam considerando-a testemunha de uma realidade passada ou mesmo atual. Nesse sentido, a sua estreita relação com a reprodutibilidade técnica faz com que se considere a fotografia não como construção simbólica, mas como realidade crua. No entanto, como qualquer outra imagem, a fotografia é permeada por signos visuais. Toda imagem é um texto e transmite uma mensagem. As imagens apenas se utilizam de códigos diferenciados da linguagem escrita. Segundo Sontag (2004), ao nos ensinar um novo código visual, as fotos modificam e ampliam nossas ideias sobre o que vale a pena olhar e sobre o que temos o direito de observar. Por fim, o resultado mais extraordinário da atividade fotográfica é nos dar a sensação de que podemos reter o mundo inteiro em nossa cabeça – como uma antologia de imagens.

Nessa direção, Fabris (1991) relembra Proust em sua afirmação de que a fotografia cria uma visão do mundo a partir do mundo, molda um imaginário novo, uma memória não-seletiva porque cumulativa. Em sua superfície, o tempo e o espaço inscrevem-se como protagonistas absolutos, não importa se imobilizados, ou até melhor se imobilizados porque passíveis de uma recuperação, feita de concretude e devaneio, na qual a aparente analogia se revela seleção, construção, filtro. A seleção prévia mostra-se como uma resposta ao questionamento sobre o que deixar para as gerações atuais e futuras. Ao pensar-se o caso específico de Pelotas, verifica-se que a seleção das imagens encontra-se vinculada ao ideário de um determinado grupo social. O resultado final da fotografia é proveniente de um filtro, que seleciona um espaço determinado, os seus limites, os personagens que permanecem, os lugares que merecem ser imortalizados no suporte de papel. A fotografia é a reprodução de um mundo real, mas escolhido, ela é fragmento, logo, não representa a totalidade.

Ao levar-se em consideração o caráter de representação de um estrato da realidade, deve-se ter em conta o que afirma Ribeiro (1994), sobre o fotógrafo, através da sua produção, ser responsável pela construção simbólica das situações por ele retratadas, tendo em vista que, muitas vezes, o instante registrado apresenta-se bastante diferenciado do real, podendo significar muito mais do que aquilo que nele está representado.

Toda imagem possui uma finalidade, o que a torna comprometida com uma intenção objetiva ou subjetiva. Essa intenção pode ser identificada pela maneira com que o fotógrafo se utiliza dos elementos constituintes da linguagem fotográfica: enquadramento, ângulo de tomada, profundidade de campo, controle de luz, etc. No entanto, ainda são poucos os esforços dispensados para a decodificação do conteúdo da fotografia, considerada, pela historiografia recente um documento com surpreendentes contribuições para a revelação do real.

O apego ao seu caráter de exatidão afastou, por muito tempo, as possibilidades de interpretação da imagem fotográfica. A fotografia analisada como representação e como escolha possui um significado. De acordo com Foucault (2007) a relação do significante com o significado se aloja em um espaço onde nenhuma figura intermediária assegura mais seu encontro: ela é, no interior do conhecimento, o liame estabelecido entre a ideia de uma coisa e a ideia de outra.

Analisar um conjunto de fotografias significa interpretar. Para Foucault (2005), se a interpretação nunca pode se concluir é muito simplesmente porque nada há a interpretar. Nada há de absolutamente primeiro a interpretar, pois, no fundo, tudo já é interpretação: cada signo é nele mesmo não a coisa que se oferece à interpretação, mas a interpretação de outros signos. Será, então, a fotografia já uma interpretação? Não será a escolha uma interpretação? Foucault afirma que a interpretação não esclarece uma matéria a interpretar, que se ofereceria a ela passivamente; ela pode apenas apoderar-se, e violentamente, de uma interpretação já ali, que ela deve subverter, revirar, quebrar a marteladas. O autor afirma que: "Os signos são interpretações que tentam se justificar", (FOUCAULT, 2005, p. 48). E continua: "A morte da interpretação é acreditar que há signos, signos que existem primeiramente, originalmente, realmente, como marcas coerentes, pertinentes, sistemáticas", (Ibidem, 2005, p. 50), por fim: "A vida da interpretação, pelo contrário, é acreditar que só há interpretações", (Ibidem, 2005, p. 50).

### **1.2.2 Fotografias: usos e funções nos séculos XIX e XX**

Compreender a função social da fotografia nos primeiros decênios do século XX requer um resgate histórico do papel que a imagem fotográfica ocupou a partir do século XIX, quando foi criada. Fabris (1991) afirma que pensar a fotografia em suas múltiplas relações com a sociedade oitocentista implica, como primeira operação crítica, analisá-la à luz das especificidades das “imagens de consumo”, daquelas imagens impressas e multiplicadas, que constituem o esteio da comunicação e da informação visual desde a Idade Média e que determinam a visualidade própria da era pré-fotográfica. As raízes do consumo fotográfico já estavam presentes no momento litográfico, que responde a uma série de demandas e exigências geradas pela Revolução Industrial.

Deve-se ter em conta que, no século XIX, uma parcela considerável da população era analfabeta, logo, se tornava cada vez maior a necessidade de informação visual – ampliada para a propaganda política e para a publicidade comercial. Embora as fotografias não visassem atender apenas aos analfabetos, a sua utilização como meio de comunicação para atingir aos iletrados foi comum nesse período. Dessa forma, a imagem impressa alcançou camadas da população que antes não tinha acesso a sua representação fotográfica.

A fotografia, sendo filha da reprodutibilidade técnica, como diria Walter Benjamin, e da produção em massa, foi capaz de popularizar a imagem? De acordo com Grangeiro (2000), o retrato se constitui, ao longo dos séculos, em símbolo de distinção, poder e nobreza. No entanto, a partir da segunda metade do século XIX, o outrora signo aristocrático tornou-se objeto ao alcance de muitos. Atingiu-se uma eternidade baseada em poses empostadas e construídas nos signos da distinção e da honra.

Todavia, o desenvolvimento da fotografia foi possível devido ao contexto de desenvolvimento tecnológico. Para Fabris (1991), o processo de produção industrial foi determinante para esta maioria, na medida em que estabeleceu uma diferença crescente entre as modalidades e os ritmos de produção da imagem e aqueles dos bens materiais. Frente a uma demanda cada vez maior, a produção de imagens viu-se obrigada a pautar-se por novos requisitos: exatidão, rapidez de execução, baixo custo, reprodutibilidade. Além disso, foram necessárias diversas fases para que isso ocorresse. O primeiro tipo de fotografia a ser comercializado foi o daguerreótipo. Um tipo de fotografia produzida com sais de prata, sobre uma placa

de cobre, cujos custos eram, ainda, muito elevados. Depois da descoberta de Daguerre, foi desenvolvido o ambrótipo, cujo processo empregava negativos de vidro de colódio úmido, tornou-se uma opção mais barata para o daguerreótico. Uma opção ainda mais barata foi o ferrótipo que seguia o mesmo processo do colódio úmido, no entanto, era utilizada uma fina placa de ferro. Talbot, quase que concomitantemente, produziu a primeira fotografia obtida pelo processo negativo/positivo, o calótipo.

O processo de desenvolvimento da fotografia levou à popularização da imagem. O calótipo, a primeira fotografia em suporte de papel, foi um grande passo nesse sentido. Contudo, tendo em vista que o formato encarecia o preço das fotografias, Disdèri teve a ideia de produzir imagens menores, 6x9, que permitiam a tomada simultânea de oito clichês em uma mesma chapa. Uma dúzia de cartões de visita custava vinte francos, enquanto um retrato convencional não saía por menos de cinquenta ou cem francos. O cartão de visita, conforme Fabris (1991), supriu a “ausência de retrato” nas classes menos favorecidas, mas à sua difusão capilar a alta burguesia opôs uma série de estratégias de diferenciação, negadoras da multiplicidade.

Nesse sentido, Grangeiro (2000) afirma que a fotografia foi a técnica que possibilitou essa febre do retrato, sendo responsável pela massificação e pela instauração de uma indústria com todos os meandros do consumismo, em que importava menos a necessidade do objeto do que o significado e o prazer de sua pose. A fotografia não apenas impulsionou tudo o que estava relacionado ao retrato, como também se alimentou disso: usufruiu, tanto dos códigos estéticos, como das artes plásticas para a elaboração das poses mais habituais, ao mesmo tempo em que, popularizando o retrato, ampliou o mercado de trabalho para os pintores retratistas.

Fabris (1991), ao contrário, discorda de Grangeiro (2000) ao afirmar que a fotografia constituía-se em atividade essencialmente dirigida a um público aristocrático e/ou burguês, tanto pela localização dos estúdios e pontos de difusão, quanto pelos preços, indiscutivelmente mais baixos daqueles da pintura, mas não ao alcance de toda a sociedade, como poderiam levar a crer apressadamente as afirmações sobre o “caráter democrático” do novo meio. Para essa autora, a fotografia revelou-se um poderoso instrumento de coesão social, pois oferecia às camadas hegemônicas um repertório de imagens comuns que permitiam viajar no tempo e no espaço,

estabelecer um “museu imaginário ideal”, constituído tanto de ícones “privados” e passíveis de serem entesourados, como de ícones “públicos”, divulgados pelas várias exposições estereoscópicas.

Moura (1984), no entanto, concorda com Grangeiro (2000) e marca o século XIX como o período de popularização da fotografia. Segundo o primeiro, a descoberta da fotografia veio alterar certas regras e, dessa forma, popularizar o retrato. Assim, também democratizou a oportunidade de se ter a fisionomia fixada no papel e perpetuada, como a dos reis, dos bispos, dos deputados, dos ricos. Essa popularização, portanto, teria chegado ao Brasil na metade do século XIX.

A técnica fotográfica evoluiu muito rapidamente, com os processos de fixação de imagem sucedendo-se, velozmente, uns aos outros, conforme mencionados acima. Porém, no mercado, estes processos conviveram ao mesmo tempo e foram utilizados por longos períodos. Isso ocorria devido ao curto espaço de tempo que separava uma novidade da outra, impossibilitando financeiramente a total reposição dos “ultrapassados” equipamentos.

Pode-se dizer que o século XIX foi o período de criação da fotografia e de um estágio incipiente de popularização. Passando-se do século XIX, o alvorecer da produção fotográfica, para o século XX, percebe-se que a difusão da imagem pelas diversas camadas sociais foi incrementada, ao mesmo tempo em que o acesso era, ainda, numericamente limitado, levando-se em consideração os seus custos. Ribeiro (1994) afirma que as primeiras décadas do século XX constituem-se em uma fase de transição na qual a fotografia estava perdendo a aura de mistério quase alquímico que a envolvia no século XIX. Cada vez mais acessível e cotidiana, ela ainda estava longe, no entanto, da banalização atual.

Na década de 1920, presenciou-se no Brasil uma verdadeira proliferação de ateliês fotográficos e de fotógrafos ambulantes. Ribeiro (1994), ao contrário dos autores que marcam o século XIX como período de democratização da fotografia e, conseqüentemente do retrato, propõe que a sua democratização tenha ocorrido a partir do início do século XX, devido à crescente popularização da fotografia. Tal democratização permitiu que uma parcela da população, menos favorecida economicamente, tivesse, também, sua fisionomia perpetuada. A fotografia, além de permitir a imortalização da figura anônima, corresponde a uma maneira de instigar a autoestima, de manter a presença de parentes, amigos e momentos sucessivos da vida. Retoma-se, então, a qualidade de representação e escolha da fotografia, que,

pelas palavras de Moura (1983, p. 12): “No processo se perde a inocência – haverá algo mais construído e equívoco do que uma pose? – ganha-se um documento”.

Inseridos na categoria documentos fotográficos, as imagens conquistaram o seu espaço em diversos setores, como a imprensa (o fotojornalismo) e até mesmo para utilizações científicas e policiais. No século XX, Lima (1991) aborda outra importante função assumida pela fotografia e fundamental para esta pesquisa: a sua inserção em almanaques. De acordo com a autora, a presença de fotografias nos almanaques paulistanos de 1902 em diante, representa um importante sinal da incorporação dessa atividade ao mercado publicitário e editorial. Os custos com a produção fotográfica já não eram impedimento para a sua utilização pela imprensa.

No caso de vistas fotográficas da cidade, de ferrovias e natureza, embora elas não constituíssem o principal filão comercial da fotografia até o século XX, sua produção não era insignificante. O mapeamento da produção fotográfica brasileira no século XIX realizado por Gilberto Ferrez e Boris Kossoy demonstra que, desde a chegada do daguerreótipo no Rio de Janeiro em 1840, as principais cidades brasileiras foram sistematicamente registradas pelos fotógrafos estrangeiros que aqui instalaram os seus ateliês. Gradualmente, conforme a autora, a comercialização de vistas ocupou um espaço cada vez maior no mercado urbano, atingindo o seu ápice nas primeiras décadas do século XX com a febre dos “cartões postais”.

Essas imagens foram muito importantes no sentido de formar padrões visuais que foram intensamente utilizados na imprensa, além de conterem símbolos presentes no imaginário urbano, especialmente por registrarem o usual e as mudanças, como, por exemplo, as mudanças ocorridas em São Paulo, por Militão Augusto de Azevedo, no *Álbum Comparativo – 1862-1887*. Segundo Lima (1991, p. 79): “No discurso que a fotografia engendra nesse momento a palavra-chave é comunicação. A fotografia abstrai o tempo e reordena elementos do real na síntese da imagem. Elimina as relações sociais”. Essas práticas também foram recorrentes em Pelotas, com o *Álbum do Centenário* e o *Almanach de Pelotas*, nos quais eram ressaltadas as melhorias urbanas locais.

Com base na pesquisa de Lima (1991) nos almanaques produzidos na cidade de São Paulo, a autora percebe que o período de intensa comercialização de álbuns coincide com o momento em que as transformações urbanísticas em curso estão alterando rapidamente as feições da cidade. Assim como naquela cidade, Pelotas passou por várias transformações urbanísticas nas primeiras décadas do século XX,

especialmente na década de 1910. Além das fotografias relacionadas com esse tema, foram produzidas diversas fotografias sobre instituições e práticas escolares, conforme mencionado anteriormente. Para embasar a pesquisa proposta, optou-se por realizar um mapeamento das pesquisas que utilizam fotografias para abordar tais temáticas.

### **1.2.3 Fotografias de instituições e práticas escolares**

Salvo nas ocasiões em que a câmera é usada para documentar, ou para observar ritos sociais, o que move as pessoas a tirar fotos é descobrir algo belo. De acordo com Sontag (2004), o nome com que Fox Talbot patenteou a fotografia em 1841 foi calótipo: do grego kalos, belo. Porém, é possível afirmar, que as fotografias podem mostrar o feio, ainda que este ganhe contornos artísticos, conforme as motivações a que se propõe.

Para a autora, fotos, que transformam o passado em um objeto de consumo, são um atalho. Qualquer coleção de fotografias é um exercício de montagem e sinopse da história. De acordo com Vidal (2005), poderíamos afirmar que a importância da fotografia como fonte para a história e a história da educação residiria nesse seu dom de permitir visualizar o ontem e o outro em seus contornos de verdade.

Tendo em vista que a presente pesquisa dedica-se a fotografias de Instituições de ensino e de práticas escolares, buscou-se mapear outros estudos que possuem o mesmo objeto. Para a localização dos trabalhos a seguir, realizou-se uma pesquisa em teses e dissertações que versavam sobre o assunto, bem como nos anais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação ANPEd e do Congresso Brasileiro de História da Educação (CBHE). Embora se tenha encontrado estudos em outros eventos, como o Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, eles são em menor número e, muitas vezes, já foram apresentados nos eventos antes mencionados. Aqueles trabalhos que foram considerados relevantes e não constam no CBHE e nas reuniões da ANPEd, também foram citados. Embora a apresentação de uma série de pesquisas que versam sobre fotografias e História da Educação pareça exaustiva, justifica-se essa opção no sentido de que demonstra o interesse da autora em tentar mapear as investigações realizadas na área, bem como apresentar o trânsito no tema. Além

disso, pretende-se disponibilizar essas informações para que elas sirvam como referência para futuros pesquisadores.

Inicialmente, pode-se citar a pesquisa de Rosa Fátima de Souza, que em 2001, trabalhou com fotografias contratadas por Instituições governamentais, mais especificamente, pelo governo de São Paulo. Dessa forma, as categorias utilizadas foram: arquitetura escolar, classes de alunos, corpo docente e atividades escolares. Segundo essa autora, as fotografias de edifícios escolares foram largamente utilizadas como promoção e propaganda da ação dos poderes públicos, já em 1908. As fotos escolares, segundo Rosa Fátima, constituem um gênero de fotografias muito difundido, a partir do século XX, combinado com outros gêneros, como os retratos de família, as fotografias de paisagens urbanas, de arquiteturas e os cartões-postais.

Em relação às fotos de classes escolares, Souza (2001) afirma que o surgimento e a difusão desse tipo de fotografia vinculam-se à disseminação do valor social da escola na sociedade brasileira. O período escolar, bem como os tempos de escola, convertem-se em um momento da trajetória de vida da criança e da família bastante significativo. Ao lado dos colegas, do professor ou da professora e, às vezes do diretor, cada aluno e a classe enquanto coletivo, simbolizam o próprio sentido social e cultural da escola.

Também em 2001, Marcus Levy Albino Bencostta iniciou o Projeto “A imagem fotográfica nos estudos das Instituições educacionais: os grupos escolares de Curitiba (1903-1971)”, tendo como um de seus objetivos a organização de um conjunto de fotografias escolares com o propósito de construir um banco de dados que preserve fragmentos da memória dos grupos escolares de Curitiba e, com isso, contribuir para os estudos da história da escolarização da infância no Brasil e sua relação com a cultura escolar primária.

Diana Gonçalves Vidal e Rachel Duarte Abdala, em 2005, dedicaram-se ao conjunto de imagens produzido por Augusto Cezar Malta de Campos, que foi fotógrafo na Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro e teve a função de registrar a execução e inauguração de obras públicas e documentar logradouros público cujos traçados seriam alterados, além de estabelecimentos ligados ao Município (escola, hospitais, asilos), prédios históricos que seriam demolidos, festas organizadas pela prefeitura (escolares, religiosas, inaugurações e comemorações públicas e cívicas)

e, ao mesmo tempo, flagrantes do momento, como ressacas, enchentes, desabamentos.

De acordo com as autoras, ao longo desse tempo, Campos desenvolveu o que Antonio Ribeiro de Oliveira Jr. denominou de conceito de foto pública, resultante das limitações à liberdade e subjetividade do fotógrafo pela temática, padrões de representação social e sua compreensão de atuação como funcionário municipal.

No âmbito dessa pesquisa maior, Diana Gonçalves Vidal orientou Rachel Duarte Abdala, que dedicou a sua dissertação (publicada em 2003) às imagens da Reforma Educacional do Distrito Federal (1927-1930). Tal dissertação rendeu frutos, como o artigo intitulado “A Fotografia e a construção da imagem da Escola Normal na reforma de Fernando de Azevedo”, o qual tem por objetivo contribuir para a afirmação do caráter documental da fotografia, refletindo sobre a representação fotográfica do novo prédio da Escola Normal, analisando a forma como o ideal educacional foi engendrado pela construção de imagens na Reforma Educacional realizada entre os anos de 1927 e 1928, no Distrito Federal.

Conforme Abdala (2003), a importância das novas construções escolares e de sua representação fotográfica durante a Reforma pode ser percebida em diferentes registros: nas notícias jornalísticas, nas cartas, nos Boletins e nas memórias de homens que participaram daquele momento histórico. A autora remonta às memórias de Paschoal Lemme, o qual demonstra a relevância que Fernando de Azevedo atribuía às construções dos novos prédios escolares e à sua representação fotográfica, lembrando as reuniões com o Diretor de Instrução Pública, durante as quais este demonstrava grande prazer ao ver e mostrar as fotos das construções, denotando, também, que as fotografias deveriam passar por seu aval, antes de serem publicadas.

Na mesma direção dos estudos de Rachel Duarte Abdala, Maria Cristina Gomes Machado e Josie Agatha Parrilha da Silva realizaram, em 2007, uma pesquisa sobre “Imagens Escolares da Reforma Educacional de Carneiro Leão no Rio de Janeiro (1922-1926)”. Tal pesquisa utilizou fotografias que se encontram no livro “O ensino na Capital do país” (1926) de Carneiro Leão, que foi um intelectual que se dedicou à causa educacional no início do século XX, por meio de artigos, conferências e livros, nos quais enfatizava a importância da organização da educação popular. Entre 1922 e 1926, assumiu a Diretoria de Instrução Pública do

Rio de Janeiro, então Distrito Federal, e, no referido livro, apresentou a reforma implementada.

Entre 2006 e 2007, o projeto “Professores e alunos: um minuto para a foto, as representações da escola rural produzidas pelas fotografias do acervo de Jeronimo Arantes.”, de Sandra Cristina Fagundes Lima, cujo tema, consiste na história e na memória das escolas rurais produzidas no município de Uberlândia no período de 1933 a 1959, quando Jerônimo Arantes (1892-1983) atuou na fiscalização daqueles estabelecimentos de ensino. Sendo assim, a autora propõe a seguinte questão: quais foram as representações elaboradas pelo inspetor de ensino, e depois chefe do Serviço de Educação e Saúde do Município – SESM, Jerônimo Arantes, acerca das escolas situadas na zona rural?

Segundo Lima (2006), durante aquele período, Arantes teve a preocupação de documentar as atividades que desenvolvia no âmbito da educação escolar mantida pela Prefeitura local e, por conseguinte, produziu uma gama diversificada de documentos sobre a educação municipal. Dessa forma, recenseou as escolas no que diz respeito à quantidade de estabelecimentos existentes, número de professores, total de alunos e assim por diante. Além do trabalho estatístico, Arantes legou para futuros pesquisadores 577 fotografias que retratam o ambiente escolar, como, por exemplo, registros de prédios escolares, alunos e professores dos estabelecimentos de ensino instalados no meio rural e mantidos pelo município de Uberlândia.

A pesquisa tem como objetivo interrogar estas imagens e propor o diálogo com seu conteúdo expresso e com aspectos que, embora não evidentes, lhe são subjacentes. Nesse sentido, pretende perscrutar as representações das escolas rurais (instaladas no município de Uberlândia) e produzidas pelas fotografias do acervo de Jerônimo Arantes no período que compreende os anos de 1933 a 1959.

Também em 2006, Ana Paula Pupo Correia publicou um trabalho no VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, cujo título é “Espaço Escolar: O “Projeto – Tipo” dos Grupos Escolares de Curitiba, na década de 1940”. Na referida pesquisa, a autora utiliza as fotografias como forma de analisar a arquitetura escolar. Em 2005, Silvia Alicia Martínez publicou artigo intitulado “O uso da fotografia na História da Educação: leituras (possíveis) de um retrato de formatura”, o qual é resultado de uma pesquisa maior realizada pela referida autora sobre a Escola Normal de Campos (1894-1954). Em sua investigação, uma das fontes privilegiadas

foi a fotografia, notadamente a fotografia de formatura, por registrar, segundo Silvia Alicia, um dos “rituais de passagem” mais importante para os alunos da Instituição: a formatura.

Trabalhos que utilizam a fotografia como fonte de pesquisa foram publicados, também, em algumas das Reuniões Anuais da ANPed. Pode-se citar, por exemplo, o trabalho de Lídia Nunes Cunha, intitulado “O Documento Fotográfico: um caminho a mais para o conhecimento da presença negra na escola pública brasileira”, que constou nos Anais da 23ª Reunião da ANPed.

O referido estudo objetivava perceber como a criança negra era identificada nas imagens escolares entre as décadas de 1920 e 1930. Na 28ª Reunião Anual da Anped, Flávia Obino Corrêa Werle apresentou o trabalho intitulado “Ancorando quadros de formatura na História Institucional”. Para a realização da referida pesquisa, foram analisados 47 quadros de formatura, originários de dois colégios masculinos e duas escolas femininas, entre os anos de 1909 a 2001.

Para Werle (2005), a fotografia em quadros de formatura era tratada como ação consciente de cristalização da história institucional escolar, acontecimento ao mesmo tempo único e modelar, congelamento de fatos no tempo, mantida como importante presença na materialidade institucional. Com o progresso técnico, a fotografia se aproxima da documentação ordinária sendo descartável, entretanto, na pesquisa realizada pela autora. Assim, a mesma é discutida como documento inusual, preservando momentos únicos.

Ainda segundo Werle (2005), a formatura é uma prática ritualizada que expressa a cultura escolar institucionalizada. Como símbolos rituais, os quadros de formatura situam-se em uma abordagem de história da cultura de Instituições escolares. Tais representações são um instrumental que possibilita modelar a realidade, são instrumentos mediadores com sentido subjacente ou de teor subjetivo e que articulam as dimensões normativa e afetiva, podendo condensar a representação de muitas coisas através de uma única formulação, de unificar significados discrepantes e polarizar significados.

Em 2007, Renata Marcílio Cândido defendeu sua dissertação de Mestrado, cujo título era “Culturas da escola: as festas nas escolas públicas paulistas (1890-1930)”. Para a realização de tal estudo, Cândido utilizou revistas pedagógicas publicadas em São Paulo, bem como as fotografias nelas publicadas, consistindo a

imagem em um importante documento para a interpretação do papel das comemorações escolares na sociedade paulistana.

As fotos como fonte de pesquisa, encontraram espaço, também, em algumas edições do Congresso Brasileiro de História da Educação. Em 2000, a autora já mencionada Rachel Duarte Abdala publicou o estudo denominado “A fotografia e a construção da imagem da Escola Normal na Reforma de Fernando de Azevedo”, o qual realizou uma análise das imagens do novo prédio da Escola Normal do Rio de Janeiro.

No III Congresso Brasileiro de História da Educação (CBHE), em 2004, foram publicados os seguintes trabalhos: “A utilização de fontes fotográficas e artísticas na investigação de procedimentos no ensino da arte”, de autoria de Ricardo Carneiro Antonio, que se dedicava ao estudo da Escola de Desenho e Pintura criada pelo artista norueguês Alfredo Andersen, em 1902, na cidade de Curitiba; “Fotografia: revelando uma prática educativa do olhar”, de Jefferson Fernandes Alves, que se propunha à formação de uma pedagogia visual da imagem; “Imagens da infância brasileira na Primeira República: um diálogo entre iconografia, discurso histórico e narrativa literária”, de Ana Cristina Dubeux Dourado; “Práticas discursivas do olhar: a fotografia no Instituto de Hygiene de São Paulo”, de Heloisa Helena Pimenta Rocha; “Memória e Cultura Escolar: a imagem fotográfica no estudo dos Grupos Escolares de Curitiba (1903 – 1971)”, de Marcus Levy Albino Bencostta; “Práticas Discursivas ao Olhar: as reportagens fotográficas de Augusto Malta compondo imagens da Reforma de Fernando de Azevedo”, de Rachel Duarte Abdala e, por fim, o trabalho de Heloisa de O. S. Villela, denominado “Práticas discursivas do olhar: Aprendendo a Ensinar Através de Imagens na Escola Normal do Século XIX”.

Em 2006, no IV CBHE, foram publicados quatro trabalhos que versavam sobre a utilização da fotografia como fonte de pesquisa no âmbito da História da Educação: o trabalho de Teresa Jussara Loporini, denominado “Desafios para a pesquisa em História da Educação: memória e fotografia”, o qual objetivava fundamentar teoricamente e definir métodos para a utilização da referida fonte.

O trabalho de Marcus Levy Albino Bencostta e Antonia de Meira, cujo título é “Fotografias e culturas escolares: universo digital e preservação da memória” visava a constituição de um banco de dados que preservasse a memória dos Grupos Escolares de Curitiba. O trabalho de Eugênia Maria Dantas, denominado “Imagem e Educação: arqueologizando o tempo, a memória e a fotografia”, tinha por objetivo

definir métodos de utilização das imagens como fonte para a pesquisa em Educação. Já a produção de Maria Augusta Martiarena de Oliveira e Elomar Antonio Callegaro Tambara, intitulada “A imagem fotográfica como fonte para a pesquisa em História da Educação”, destinava-se, assim, como alguns dos demais, à constituição de referenciais teórico-metodológicos para a utilização da fotografia como fonte de pesquisa.

No V CBHE, em 2008, foram publicados quatro estudos que se utilizavam das fotografias como fonte de pesquisa, são eles: “Imagens da Infância: a fotografia como fonte para a História da Educação”, de autoria de Ana Paula dos Santos Lima; “Eterna presença: a função e o papel da fotografia na Escola”, de Rachel Duarte Abdala; “Imagens da Modernidade: os Grupos Escolares aracajuanos nas fotografias”, de Magno Francisco de Jesus Santos e intitulado “República, e escola primária e negros: um estudo com imagens fotográficas da cidade de Rio Claro”, de Daniela Cristina Lopes de Abreu.

Em 2011, no VI CBHE, foi publicado o trabalho intitulado “A fotografia como fonte na História da Instituição Escolar”, de Marilda Cabreira Leão Luiz e Reinaldo dos Santos, o qual tem como objetivo sistematizar as imagens fotográficas das ações da Escola Estadual Rotary Dr. Nelson de Araújo de Dourados – MS em arquivo escolar.

É possível afirmar que o estudo da fotografia como fonte de pesquisa surgiu dentro de um grupo mais amplo de imagens da cidade, que retratam a urbanização no século XX. Sobre esse tema, pode-se citar os trabalhos de Possamai (2007), Monteiro (1992) e Michelon (2001). Os referidos trabalhos utilizam as imagens como representação de uma narrativa sobre a cidade, em seus mais diversificados aspectos.

Em 2005, Zita Possamai defendeu a sua tese intitulada “Cidade Fotografada – memória e esquecimento nos álbuns fotográficos – Porto Alegre, décadas de 1920 e 1930”. No entanto, o seu trabalho, voltado para a fotografia e História da Educação passou a ser publicado mais recentemente, como no artigo de 2009, intitulado “A Cultura Fotográfica e a Escola desejada: considerações sobre imagens de edificações escolares – Porto Alegre (1919-1940)”, apresentado no II Encontro Nacional de Estudos da Imagem. De acordo com Possamai (2009), nas primeiras décadas do século XX, observou-se uma cultura fotográfica adentrando o cotidiano escolar brasileiro. No Rio Grande do Sul, e em sua capital, Porto Alegre, foi

principalmente o poder público que utilizou a fotografia com a finalidade de documentação e divulgação das obras realizadas.

Segundo a autora, as imagens publicadas nos impressos, davam a ver as obras realizadas pelo Governo do Estado, ao construir edifícios destinados às escolas. Em outros casos, nos álbuns de edição privada, as imagens fotográficas dessas edificações também estavam presentes, quer se tratasse de Instituições públicas ou privadas. A pesquisa de Possamai está estreitamente ligada a este estudo, no entanto, o que diferencia as imagens produzidas em Porto Alegre e as imagens produzidas em Pelotas é que a propaganda governista, no caso de Pelotas, municipal, tornou-se mais intensa e digna de análise na década de 1920, durante o governo de Augusto Simões Lopes. Até então, a cidade possuía uma forte vinculação com a iniciativa privada e, dessa forma, procurava demonstrar o desenvolvimento conseguido através do incentivo de sua elite.

#### **1.2.4 A organização e a metodologia de análise das Imagens**

Pelo fato de a presente pesquisa dedicar-se à análise das fotografias difundidas na imprensa pelotense, serão analisadas 80 imagens, sendo que, 30, referem-se às práticas escolares e, 50, aos prédios das Instituições educacionais. Era recorrente a mesma imagem ser publicada em mais de um periódico. Ressalta-se que foram retratados estabelecimentos de ensino primário, secundário, superior, profissional e artístico, os quais eram estabelecimentos municipais, estaduais e particulares. O reconhecimento dessas diferenças é fundamental para a abordagem adequada das fontes iconográficas e escritas.

Em uma primeira fase da investigação, cujos resultados foram apresentados no Projeto de Qualificação, cada fotografia foi identificada com letras que indicam o impresso de origem (IP para Revista Ilustração Pelotense, AP para Almanach de Pelotas, AC para Álbum de 1922 ou Pelotas no Centenário e Rel para Relatórios Intendenciasais). As letras são seguidas do ano de publicação do impresso e, por fim, identificava-se a ordem em que a imagem aparece no impresso. Tal identificação permitiu a percepção clara do local que foi extraída a imagem, bem como a compreensão de eventuais interesses na localização da imagem na construção do impresso. Considera-se a inserção dessas tabelas no corpo da tese ou nos anexos, desnecessária, tendo em vista que elas já atenderam ao seu objetivo e constaram

como já mencionado, no Projeto de Qualificação. Contudo, salienta-se que a organização inicial foi fundamental para a efetiva análise das imagens.

O processo de análise das imagens neste estudo deu-se em fases: na primeira, as fotografias são identificadas como foi acima descrito<sup>2</sup>; na segunda, analisa-se o espaço em que a mesma ocupa no periódico e em que se encontra a legenda, se foi publicada em mais de um periódico e em quais foi publicada, se há diferença no espaço ocupado no periódico ou na legenda conforme a publicação. Já na terceira, é realizada uma descrição detalhada dos elementos presentes na imagem<sup>3</sup> e, por fim, realiza-se um cruzamento desses dados com outras fontes, como as escritas, ou seja, a interpretação efetivamente<sup>4</sup>.

Tendo em vista as pesquisas mencionadas, percebe-se que o referido campo de investigação, utilizando-se de fotografias como fonte é bastante fértil. Porém, como a fotografia é uma das fontes principais desta pesquisa, mas não a única, passa-se às considerações metodológicas sobre o trabalho com impressos.

### **1.3 Os impressos como fontes de pesquisa**

É possível afirmar que a imprensa é a fonte por excelência desta investigação, levando em consideração que a grande maioria das imagens e dos textos foram extraídos de periódicos locais, excetuando-se apenas os Relatórios Intendenciais. Logo, além das fotografias, pretende-se utilizar os textos escritos para a sua realização. Constituem-se em fontes escritas, os próprios impressos de que foram extraídas as imagens e os jornais de periodicidade diária existentes em Pelotas durante as primeiras décadas do século XX, os quais podem ser encontrados na Bibliotheca Pública Pelotense, que possui um rico acervo de meios impressos desse e de outros períodos.

A imprensa é uma fonte inestimável de pesquisa para os historiadores da educação, tendo em vista o seu papel de difusor, formador de informações, opiniões

---

<sup>2</sup> A análise da materialidade da fotografia se dá de forma diferenciada nessa pesquisa, por tratarem-se de imagens publicadas na imprensa, ou seja, não se tratam de fotografias originais. Logo, o fato de serem de gelatina ou de albumina não interfere na produção. O simples fato de serem imagens jornalísticas já se configura no questionamento inicial.

<sup>3</sup> Para essa fase, a utilização da fotografia digitalizada e da ferramenta do zoom são elementos facilitadores que permitem a visualização aproximada de diferentes pontos da fotografia. Sugere-se a divisão da imagem em campos, como por exemplo, iniciar-se pela parte superior esquerda e finalizar a descrição pela parte inferior direita. Esse método é útil no sentido em que evita a perda de detalhes que podem vir a ser relevantes.

<sup>4</sup> Pode-se relacionar com a proposta de Kossoy (1989) de análise iconográfica e iconológica.

e ideologias. Era tamanha a importância da mídia impressa, que, no Brasil Colonial não se produzia palavra impressa. De acordo com Lustosa (2004), até 1808, data da chegada de d. João VI, as letras impressas eram proibidas no Brasil. Além disso, as poucas tentativas de estabelecimento de tipografias esbarraram na intransigência das autoridades portuguesas, as quais consideravam perigosa a existência de jornais.

Deve-se ter em conta, que houve certa relutância na utilização da imprensa como fonte histórica, embora a sua importância fosse reconhecida. Os fatores que explicam tal situação encontram-se na tradição, dominante durante o século XIX e as décadas iniciais do XX, na busca da verdade dos fatos, atingida por intermédio de documentos oficiais. Nesse contexto, os jornais pareciam pouco adequados para a recuperação do passado, já que se constituíam em “enciclopédias do cotidiano”, contendo registros fragmentários do presente, realizados sob o influxo de interesses, compromissos e paixões. No entanto, segundo a autora: “O estatuto da imprensa sofreu deslocamento fundamental ainda na década de 1970: ao lado da História da imprensa e por meio da imprensa, o próprio jornal tornou-se objeto da pesquisa histórica”, (LUCA, 2005, p. 118).

A utilização dos periódicos como fonte de pesquisa permite a análise de discursos e ideologias, de características da vida cotidiana, entre tantas outras informações passíveis de serem extraídas da imprensa. Para Carvalho, Araújo e Gonçalves Neto (2002):

Entendemos que a imprensa, ligada à educação, constitui-se em um “*corpus documental*” de inúmeras dimensões, pois consolida-se como testemunho de métodos e concepções pedagógicos de um determinado período. Como também da própria ideologia moral, política e social, possibilitando aos historiadores da educação análises mais ricas a respeito dos discurso educacionais, revelando-nos, ainda, em que medida eles eram recebidos e debatidos na esfera pública, ou seja, qual era a sua ressonância no contexto social (p. 72).

Nos estudos históricos, a imprensa mostra-se como um instrumento de pesquisa relevante, pois é por meio de suas páginas que se divulgam e consolidam as principais representações sociais (GONÇALVES NETO, 2002), ao mesmo tempo em que cria um espaço público através do seu discurso – social e simbólico (BASTOS, 2002). Logo, os jornais, são capazes de formar opiniões, disciplinar, encontrando-se muito longe de sua pretendida imparcialidade.

Pode-se dizer que os periódicos têm sido uma fonte muito profícua para a coleta de dados, possibilitando a leitura das manifestações contemporâneas aos acontecimentos. Dessa forma, como já foi dito, devemos ter em conta que os documentos não são textos inocentes e transparentes, mas foram escritos por pessoas com diferentes intenções e estratégias. Para Lopes e Galvão (2005): “No trabalho com o material escrito, mas não só, é preciso levar em conta tanto os silêncios dos documentos quanto a sua ausência”, (p. 92). E, além disso, segundo Le Goff (2003):

O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa, (p. 545).

Com relação à História da Educação nos jornais, Nóvoa, Teixeira e Bandeira (2002) afirmam que a imprensa revela as múltiplas facetas dos processos educativos, em uma perspectiva interna ao sistema de ensino (cursos, programas, currículos, etc.) e também no que diz respeito ao papel desempenhado pelas famílias e pelas diversas instâncias de socialização das crianças e dos jovens. Dessa forma, é admissível dizer que a imprensa propicia o contato com uma série de informações, as quais, organizadas de forma adequada, constituem-se em uma rica fonte de pesquisa.

No entanto, ao propor-se a análise dos referidos textos, é importante dizer que todo tipo de fonte deve passar por uma crítica com a finalidade de que o emaranhado de ideologias que as permeiam, seja desvelado. A presente pesquisa utiliza jornais como fonte. Deve-se ter em conta que foi feita a opção de abordar o periódico como documento, no sentido proposto por Le Goff (2003). Para esse autor, “o documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias”, (LE GOFF, 2003, p. 548). Dessa maneira, deve-se tomar a imprensa como veiculadora de interesses sociais e recusar a ideia de que essa seja apenas uma difusora de informações, questionando a sua imparcialidade e neutralidade. Essa última palavra não pode ser relacionada às fontes de pesquisas históricas. Tendo em vista as características anteriormente citadas, ao utilizar-se a imprensa como fonte, deve-se ter em consideração certa metodologia:

Cabe ao historiador promover uma aglutinação dos fatos que ele localiza, procurando retirar desse seu caleidoscópio uma dada racionalidade,

visando a identificar, na medida do possível, as diferentes histórias que compõem o todo histórico, com o objetivo de construir uma história menos excludente. Nesta perspectiva, percebe-se que a imprensa se transformou em objeto de referência para apreensão e compreensão do processo histórico-educacional, (CARVALHO, ARAUJO; GONÇALVES NETO, 2002, p. 74).

Além disso, como afirma Bastos (2002):

“[...] Cabe ao pesquisador fazer uma desmontagem do texto – da imprensa – a fim de desvelar os significados, as contradições e as diferenças de forma e de conteúdo das falas que produz. Essa desmontagem significa análise do processo e das condições de sua produção/construção, a partir dos discursos disponíveis [...]” (p.153)

O pesquisador deve conhecer a sua fonte de forma a conseguir realizar a desconstrução do texto e analisar o processo e as condições de produção. Dessa forma, buscou-se conhecer os periódicos em circulação, percebendo quais eram as suas vinculações partidárias e doutrinárias de forma a desvelar os interesses que se encontravam por trás de suas notícias.

### **1.3.1 A imprensa como fonte de pesquisa para a História da Educação**

É possível afirmar que a imprensa constitui-se em uma fonte de pesquisa há muito tempo utilizada pelos historiadores, a qual se faz presente em pesquisas históricas de diferentes correntes ideológicas. Pode-se citar, por exemplo, a obra de Sodré (1977), cujo título é “História da Imprensa no Brasil”. Contudo, cabe aqui apresentar-se um retrospecto geral de trabalhos que utilizam a imprensa como fonte na esfera da historiografia da educação.

Tendo em vista a pluralidade de possibilidades oferecida pela imprensa, pode-se perceber que vários estudos foram publicados no Congresso Brasileiro de História da Educação, que serão identificados a seguir. No II CBHE, em 2002, Vicente Batista de Moura Sobrinho e Geraldo Inácio Filho, publicaram o estudo “Educação e modernização social em Uberlândia-MG: a fala da imprensa acerca da massificação do ensino (1940 – 1960)”.

O referido trabalho tem como objetivo analisar a forma como a imprensa utilizou o tema da educação para evidenciar a modernidade vivenciada pelo Triângulo Mineiro. Publicou-se, ainda, o estudo de Maria do Pilar Mansos, intitulado “O jornal A Campanha como meio orientador do processo de alfabetização de adultos em Portugal (1953 – 1956)”, que se dedicava à análise do conceito de

educação de jovens e adultos com base no periódico acima mencionado. Além desses, “Imprensa Periódica Educacional: entre roteiros e compêndios - um estudo sobre a revista *Atualidades Pedagógicas* (1950-1962)”, de autoria de Claudia Panizzolo Batista da Silva, se propunha à realização de um mapeamento do referido jornal.

Foi publicado, também, o trabalho “Imprensa e Pensamento Pedagógico na República Velha (Uberabinha-MG 1907 – 1922)”, de Carlos Henrique de Carvalho e Wenceslau Gonçalves Neto. Constava, também, nos anais do evento, o trabalho de Luiz Carlos Barreira, denominado “Escola, periodismo e vida urbana: imprensa operária e formação da classe trabalhadora em São Paulo (1888 – 1925)”, o qual, por meio da imprensa, traça uma relação entre a educação e a formação da classe operária. Destaca-se, também, o trabalho “As falas do novo e do tradicional na educação brasileira (anos 70 e 80): um estudo sobre o discurso pedagógico a partir da imprensa especializada”, de Jaime Francisco P. Cordeiro, o qual traz à cena, por meio da imprensa, a discussão entre ensino tradicional e novo.

Por outro lado, também merece destaque, o trabalho de Raquel Discini de Campos, denominado “Modernidade Paulista e imprensa matutina: o desafio da (re)construção da nação”, bem como o estudo de Wenceslau Gonçalves Neto e Carlos Henrique de Carvalho, intitulado “Imprensa e representações de educação, disciplina e ordem social: Uberabinha (MG), 1907 – 1920”. Ademais, o estudo “A imprensa e a situação do ensino secundário no Paraná (1891 – 1925), de Serlei Maria Fischer Ranzi e Maclovina Corrêa da Silva também foi extremamente relevante em termos de informação. Destaca-se, também, o trabalho de Flávio César Freitas Vieira e Carlos Henrique de Carvalho, intitulado “Escola Normal e Imprensa: Uberabinha (1919 – 1927)” e o trabalho “Progresso, civilização, pátria e liberdade: o pensamento católico na imprensa de Patos de Minas (1905 – 1925), de Antoniette Camargo de Oliveira e Carlos Henrique de Carvalho.

No III CBHE, em 2004, Iran de Maria Leitão Nunes publicou o trabalho denominado “Imprensa discente e cultura escolar: o “Labor” (1913 – 1917)”, que visava analisar o cotidiano pedagógico do Colégio São Francisco de Paula utilizando-se, como fonte, a imprensa estudantil. Nessa mesma edição, consta o trabalho de Raquel Discini de Campos, de título “Jornalismo e memória social: um estudo da imprensa de São José do Rio Preto nos anos de 1920”, o qual se utiliza

da imprensa para discutir a visibilidade dada ao surto de desenvolvimento vivenciado pela cidade nesse período.

Foi publicado o trabalho de Ivanete Batista dos Santos, intitulado “O jornal A Província de São Paulo como uma fonte para a história do ensino de matemática no século XIX”, que versava sobre o estudo das propostas de ensino da referida disciplina difundidas na imprensa nas últimas décadas do século XIX. Além deste, outro estudo, intitulado “Educação na imprensa: o jornal como fonte para a história da educação operária no Piauí – 1889 a 1937”, de Ana Maria Bezerra do Nascimento merece destaque. Ainda em 2004, foi publicado o trabalho “As falas do novo: a imprensa e a organização da educação do território do Acre (1930 – 1946)”, de autoria de Andréa Maria Lopes Dantas. Ressalta-se, também, o trabalho “Imprensa periódica curraisnovense: fonte privilegiada do ideário da modernidade (1920 – 1930)”, de autoria de Edilma da Silva Cortez e Eva Cristini Arruda Câmara Barros.

Em 2006, no IV CBHE, foram publicados os trabalhos de Bernadete de Lourdes Streisky Strang, “Intelectuais na imprensa: contrastes, ideologias e significações nas crônicas de educação de Cecília Meireles”; o trabalho intitulado “Fábio Luz, ação pedagógica e imprensa libertária no Rio de Janeiro – 1900/1920”, de Andreia da Silva Laucas de Campos e, por fim, o trabalho de Aline Ferreira Rodrigues, denominado “A História da Educação sob novas perspectivas: os debates entre católicos e republicanos, através da imprensa, em Uberabinha (1907 – 1920)”.

Já no V CBHE, em 2008, ressaltam-se os trabalhos de Cesar Augusto Castro e Samuel Luis Velazquez Castellanos, denominado “A imprensa educacional licientas do Maranhão na Primeira República”; “A imprensa periódica como fonte para a História da Educação do Corpo”, de Luciana Bicalho da Cunha; “Educação e imprensa: o flagelo analfabetismo e as relações de domínio no interior paulista (década de 1960)”, de Sauloéber Társio de Souza; “Imprensa e Educação: um estudo sobre a educação em Uberlândia através do jornal “A Tribuna” (1930 – 1942)”, de autoria de Maria de Lurdes Almeida e Silva Lucena; “Impressos como fonte e objeto de investigação para estudos em História da Educação”, de Valdevania Freitas dos Santos Vidal e “Impressos como fontes para História da Educação”, de Geane Corrêa dos Santos.

Destacam-se, ainda, os trabalhos: “Impressos, catolicismo e educação: uma trajetória de conformação do campo pedagógico”, de Evelyn de Almeida e Orlando Maria José Dantas; “A primeira semana da criança em Sergipe: um relato a partir de notícias veiculadas na imprensa”, de Solyane Silveira Lima; “Signos do sagrado, signos do profano: o periódico, a imprensa e os debates sobre a secularização instrucional na Parahyba do Norte (1897 – 1912)”, de Ramsés Nunes e Silva e, por fim, o estudo de Ana Luiza Santos, intitulado “Educação na imprensa católica: as representações do jornal *A Defesa* sobre a formação da juventude”.

No VI CBHE, em 2011, foram publicados os trabalhos: “Como ser mulher no alvorecer do século XX em Pelotas: a veiculação de representações sociais de gênero do periódico *Diário Popular* (1909 – 1920)”, de Rita de Cássia Grecco dos Santos e “O Estudo: um exemplar da imprensa estudantil dos anos de 1920 e 1930”, de autoria de Andréa Silva de Fraga. Ainda versando sobre a mesma temática, salienta-se o trabalho de Maria José Dantas, denominado “Impressos e História da Educação: as contribuições da Revista “*Cidade Nova*” (1980 – 2005)”. O trabalho de Isabel Cristina de Jesus Brandão, de título “Jornais: fonte de pesquisa da História da Educação da infância no século XIX”, assim como os estudos acima citados, também se propõe a definir referenciais teórico-metodológicos para a utilização da imprensa como fonte de pesquisa no âmbito da História da Educação.

O livro “Educação em Revista: a imprensa periódica e a História da Educação”, publicado em 2002 e organizado por Denice Bárbara Catani e Maria Helena Câmara Bastos é um importante referencial nos estudos de História da Educação. Ressalta-se, ainda, a obra “Novos Temas em História da Educação Brasileira: instituições escolares e educação na imprensa”, organizado por José Carlos Souza Araújo e Décio Gatti Júnior e publicado em 2002.

Da mesma forma, o capítulo de Carlos Eduardo Vieira, denominado “Jornal diário como fonte e como tema para a pesquisa em História da Educação: um estudo da relação entre imprensa, intelectuais e modernidade nos anos de 1920”, que integra o livro “Cinco estudos em História e Historiografia da Educação”, publicado em 2007 e organizado por Marcus Aurélio Taborda de Oliveira e, por fim, a obra de Dalva Carolina Yazbeck e Marlos Bessa Mendes da Rocha, intitulado “Cultura e História da Educação: intelectuais, legislação, cultura escolar e imprensa”, publicado em 2009.

Destaca-se, também, o artigo “Das escolas mistas industriais ao grupo escolar: a educação do operário viabilizada na Companhia Taubaté Industrial (CTI) e divulgada pelo CTI Jornal (1937-1941)”, de Mauro Castilho Gonçalves, publicado no número 18 da Revista Brasileira de História da Educação. Ressalta-se, ainda, o artigo “Leituras de formação: raça, corpo e higiene em publicação pedagógica do início do século XX”, de Regina Cândida Ellero Gualtieri. Além disso, nesse mesmo número, consta uma nota de leitura sobre o livro “História da Educação pela imprensa”, de Anaete Regina Schebauer e José Carlos Souza Araújo, lançado em 2007.

Assim, pode-se perceber que, de maneira geral, as investigações que utilizavam a imprensa como fonte de pesquisa inserem-se no período temporal do fim do século XIX e do decorrer do século XX. Embora tal afirmação constitua-se em uma obviedade, tendo em vista que as motivações para o referido recorte temporal estejam vinculadas ao desenvolvimento da imprensa no Brasil, cabe ressaltar, que a maior parte dessas pesquisas relaciona-se à Primeira República.

Assim como a presente pesquisa, os investigadores que se dedicam a esse recorte temporal acabam por se interessar pelos meandros difundidos na imprensa, que foi frutífera, especialmente nas primeiras décadas do século XX. Ressalta-se que, nesse período, o país contou com um número relevante de periódicos, de diferentes posicionamentos ideológicos e partidários, bem como vinculados a diferentes grupos sociais. Dessa forma, a imprensa constitui-se em uma fonte muito representativa para os pesquisadores interessados em dedicar-se ao estudo da temática educacional nas primeiras décadas de governo republicano.

### **1.3.2 A Imprensa em Pelotas entre as décadas de 1910 e 1930**

Embora a imprensa estivesse presente na cidade de Pelotas desde o Império, as primeiras décadas do século XX ficaram marcadas como um momento de forte desenvolvimento, apresentando-se em diversos formatos, tais como revistas e jornais, os quais se apresentam como fontes ricas de informações prontas a serem desvendadas pelos pesquisadores que folheiam as suas páginas.

De acordo Loner (1998), na República Velha, Pelotas se configurou, juntamente com Rio Grande, no segundo Polo industrial do estado, e sua riqueza se alicerçava, sobretudo, nas atividades agropecuárias, possuindo uma elite extremamente culta e sofisticada, cuja ilustração e o permanente desejo de estar a

par de todas as novidades, não só industriais, mas também artísticas e culturais, pode ser sentido através do extraordinário florescimento de sua imprensa, durante o período imperial e republicano. Além dos jornais diários, vários outros surgiram a partir da segunda metade do século XIX, especialmente jornais de pequeno porte, diferenciados quanto ao seu conteúdo, tiragem e periodicidade.

Segundo Barbosa (2007), o cinematógrafo, o fonógrafo, o gramofone, os daguerreótipos, entre outros, são algumas das tecnologias que invadiram a cena urbana na virada do século XIX para o XX, introduzindo amplas transformações no cenário urbano e nos periódicos que circulavam na esfera urbana. Conforme a autora, os periódicos transformaram gradativamente seus modos de produção e o discurso com que se autorreferenciavam, passando a ser, cada vez mais, ícones de modernidade em que queriam ser o símbolo de um novo tempo. Segundo a autora: “As tecnologias capazes de fornecer uma dimensão à concepção temporal e espacial são decisivas na conformação do novo mundo simbólico que emerge naquele final de século. O mundo se torna próximo e visível [...]”, (BARBOSA, 2007, p.23) e continua:

[...] Os periódicos, sobretudo aqueles que querem consolidar sua força junto ao público e, conseqüentemente, sua força política, devem implantar de maneira compulsória novos artefatos tecnológicos, permitindo maior tiragem, maior qualidade e rapidez na impressão, (Ibidem, 2007, p.23).

Na cidade de Pelotas a maior parte dos periódicos se ligava a alguma linha política, manifestamente ou não. Nessa pesquisa não se tem por objetivo focar no desenvolvimento tecnológico dos jornais da época, mas no seu conteúdo e na sua vinculação, especialmente político partidária, a qual permite o entendimento dos meandros e das tendências, as quais norteavam os discursos que se pretende analisar. Barbosa (2007) entende o discurso como evento ou proposição, onde a função predicativa e de identificação convivem em uma mesma frase, insere na sua discussão a ideia de abstração, inerente à noção de discurso, e, portanto, dependente da unidade dialética de evento e significação.

Inicia-se, então, abordando o periódico pelotense Diário Popular. Este foi fundado em 27 de agosto de 1890 e foi o órgão oficial do Partido Republicano Rio-Grandense durante toda a Primeira República, tendo apresentado uma grande estabilidade, inclusive em sua linha editorial ao longo desses anos, visto que sempre

representou os interesses da situação na cidade, que foi governada praticamente sem interrupção pelo Partido Republicano Rio-Grandense.

Deve-se levar em consideração que: “Qualquer empresa jornalística é possuidora de uma mercadoria, e ela tem um preço – qual é a razão de ser da assinatura, do anúncio comercial, senão servir como mecanismo de troca?”, (ARAUJO, 2002, p.96). De acordo com o autor, a troca de informações, anúncios, ideias, concepções, lazer, através da leitura é realizada por dividendos políticos e econômicos.

Outro importante jornal local foi a Opinião Pública, o qual começou a circular dia 5 de maio de 1896, definindo-se como órgão republicano. Porém, devido a afastamentos e falecimentos de seus diretores, o jornal, completamente desfalcado em sua equipe, foi arrendado em 1º de julho de 1913, para os senhores Damião Alves de Moura e Antonio Gomes da Silva, que, de acordo com Loner (1998), imprimiram ao jornal uma feição mais dinâmica, mas ao mesmo tempo mais polêmica, principalmente devido às ideias de Antonio Gomes da Silva. Em 1916, o jornal foi arrendado por José Julio de Albuquerque Barros; em 1917, por Álvaro Eston; em 1924, por Vicente Russomano e outros e, em 1929, por Mário Santos; somente voltando ao controle da família em 1931, com gerência de Mário Dias de Moura e direção de José Luiz Pinto da Silva.

É plausível afirmar que a nomenclatura “Opinião Pública” se encontra relacionada com a perspectiva ética, na qual a informação foi elevada a direito público: “O cidadão tem o direito à informação e à discussão pública de concepções e ideias. Porém, tais informações e concepções não são mercadorias isentas de ideologização política e econômica, mesmo que a atividade jornalística seja pública”, (ARAUJO, 2002, p. 96). Esse autor relaciona a imprensa pública a dividendos políticos, enquanto a particular, está necessariamente, afeita a dividendos econômicos, mas também políticos.

O jornal “O Rebate” se colocava como um órgão independente. Entre os comentários de jornais contemporâneos, encontram-se informações que se mostram ora concordantes, ora antagônicas. O Correio Mercantil, conforme publicação do jornal “O Rebate”, afirma que: “Nem amigos, nem inimigos. A verdade por principio e a justiça por fim”, (O REBATE, 11 de agosto de 1914). Segue a mesma ideia da afirmação publicada no mesmo jornal, baseada em matéria da Opinião Pública: “O Rebate” promete defender os interesses gerais de Pelotas, sem preocupações

políticas”, (O REBATE, 11 de agosto de 1914). E “Do Arauto”: “O Rebate, que está sendo publicado em formato pequeno provisoriamente, se apresenta como orgam independente, sem crenças partidárias”, (O REBATE, 11 de agosto de 1914).

No entanto, o jornal “Do Momento”, de Rio Grande, conforme publicação em “O Rebate”, afirma, de forma bastante veemente, que: “Viva a vitima do Ideal – sonhado por Gaspar Martins e que vae realizando pelos que não se vendem por um prato de lentilhas!”, (O REBATE, 11 de agosto de 1914). Embora dentre os vários que escreveram sobre o surgimento do Rebate, apenas um tenha apontado uma vinculação ideológica forte, deve-se ter em conta o papel que o editor, Frediano Trebbi, possuía dentro de seu antigo jornal, “A Reacção”, um jornal abertamente federalista, publicado na cidade de Rio Grande. É possível que os editores de “Do Momento” conhecessem de forma mais aprofundada o trabalho e a vinculação doutrinária do editor de “O Rebate”.

Em 30 de setembro de 1914, Frediano Trebbi publicou uma dramática notícia sobre o aniversário da “Reacção”. Segundo o editor:

Marcará amanhã o seu segundo e ultimo anno de existência o ex-orgam federalista local “A Reacção”.

Fundado pelo nosso director que, para esse fim, não poupou os mais penosos sacrificios, o referido jornal conseguira impor-se ao acatamento geral, firmando opinião em nosso meio social e fora d'elle e tornando-se ao mesmo tempo o porta-voz autorizado das ideias de um partido glorioso, cheio de tradições bizarras, que há um quarto de século vem se batendo pela causa da Liberdade.

Quando, após porfiadas luctas, a estabilidade d’”A Reacção” era um facto incontestável, deram-se os desagradáveis acontecimentos que estão no domínio publico e mercê dos quaes o orgam federalista foi ter ás mãos de conhecidos adversários políticos, que lhe abriram, como era de esperar, a sepultura, onde, em breve mergulhará para sempre!

Tão clamorosa injustiça encontrou a formal condenação de todas as consciências dignas, revoltadas contra o iníquo assalto aos direitos de um companheiro dedicado, de todos os tempos e occasiões, que não trepidou transferir do Rio Grande a sua tenda de trabalho, para convertel-a em tribuna de defesa dos idéaes de Gaspar Martins, trazendo como titulo de recomendação a publica forma dos serviços ininterruptamente prestados, emquanto os traidores viviam ás sôpas do governo ou mendigavam empregos públicos, (O REBATE, 30 de setembro de 1914).

Além disso, Trebbi afirma que: “O que preoccupa, entretanto, é o destino cruel, reservado ao jornal que, tão auspiciosamente, veio á luz da publicidade para sustentar o lábaro que as hostes federalistas empunham denodadamente”, (O REBATE, 30 de setembro de 1914). As palavras do editor deixam transparecer sua vinculação partidária e sua estreita relação com o partido federalista. Em poucos

meses, a figura de Gaspar Silveira Martins, um dos responsáveis pela reorganização do Partido Liberal durante o Império e ícone federalista, foi citada no referido jornal.

Pode-se dizer que as páginas dos primeiros meses da publicação do jornal “O Rebate”, embora tentando demonstrar a sua independência de ideais políticos e partidários, permite vislumbrar a sua forte vinculação doutrinária, seja pela exaltação do líder Gaspar Silveira Martins, seja pela intensa crítica ao governo estadual e municipal. Trebbi poderia, como propõe Loner, almejar a liberdade de expressão, no entanto, o editor de “O Rebate” possuía uma explícita filiação política que esteve presente em seu posicionamento com relação aos diversos assuntos abordados em sua publicação, notadamente ao que se referia ao governo de Cypriano Barcellos e de Borges de Medeiros, chamado de “Borges Feijão”.

Sendo assim, o então intendente filiado ao Partido Republicano Rio-Grandense, Cypriano Barcellos, foi alvo de críticas entusiasmadas de Trebbi, especialmente com relação à urbanização de Pelotas e à instalação dos esgotos. Reclamações eram publicadas diariamente. Tampouco Júlio de Castilhos deixou de ser objeto de crítica do editor que o caracterizou como: “homem que agitou o Estado durante longo tempo, ensanguentando-o e dominando-o”, (O REBATE, 27 de outubro de 1914).

Já o jornal “O Libertador” iniciou suas publicações em 02 de fevereiro de 1924, como órgão dos opositores reunidos na Aliança Libertadora e ficou sempre sob a tutela direta do partido. Em 1934, sofreu empastelamento pelos adversários. Segundo Loner (1998), como todos os jornais opositores, o Libertador buscou uma maior aproximação com o movimento operário e popular na cidade, mas, diferentemente dos demais, esse era um jornal com uma forte aproximação com a Igreja Católica. Para os parâmetros de um órgão opositor, este foi um jornal de vida longa, tendo durado até 1937, fechado apenas quando o Estado Novo aboliu os partidos e, concomitantemente, decretou o fechamento de vários jornais partidários.

A imprensa, portanto, oferece um vasto campo para o pesquisador, que, atento aos meandros ideológicos que permeiam as páginas dessas publicações, pode encontrar documentos de grande valor histórico, capazes de permitir a compreensão das formas em que se davam as relações entre os diferentes partidos. Abordar-se-á, a seguir, dois órgãos da imprensa Pelotense, os quais merecem uma análise específica, tendo em vista o fato de não serem jornais, mas um almanaque e uma revista.

### **1.3.2.1 A Revista Ilustração Pelotense e o Almanach de Pelotas**

Em Pelotas e região sul, além dos jornais diários, a revista Ilustração Pelotense teve ampla circulação. Seu estilo publicitário utilizava tanto textos como imagens. Foi publicada entre 1919 e 1927, com a proposta de manter-se um quinzenário e abranger um mercado maior do que o da cidade. Em sua primeira edição, já se propunha a arquivar pela fotografia os mais importantes acontecimentos sociais, como festas públicas, cívicas, religiosas, carnavalescas, literárias, entre outros. Em suas páginas, tem-se registrado, por exemplo, várias fotografias de exposições de trabalhos manuais, de formandos, tanto do ensino elementar como do ensino superior, de inaugurações de escolas e das próprias escolas, sejam elas públicas ou particulares.

Entre as imagens analisadas da referida revista, encontram-se, notadamente, as fotografias de alunos, do corpo docente, de quadros de formandos e de práticas escolares. A sua importância reside no fato de que essas fotografias tratam da autoimagem da elite, publicada como um espelho da própria cidade. Isto se constitui em um uso do poder simbólico como instrumento de formação de um senso comum e da manutenção de uma classe dominante e de seu modo de vida.

Por se tratar de imagens de pessoas, ou seja, retratos, deve-se levar em conta o que afirma Moura (1994) quando diz que pouco se pode desconfiar destes, especialmente daqueles que somente representam do busto para cima – eram fotografias, também retocáveis, é claro, mas que claramente estavam desejando somente mostrar a fisionomia, sem o desejo de perpetuar mensagens ou alusões à “personalidade” a ser documentada. Para o autor, era na fotografia de corpo inteiro que a imaginação se expandia – a imaginação do fotógrafo atendendo às expectativas do fotografado e à imaginação do observador distante, que sempre estaria embevecido com a felicidade serena e bem comportada do retratado. Segundo o autor, a forma “artista pintor”, com que frequentemente o fotógrafo se assinava, por sua vez, define bem o “documento artístico” representado pela fotografia, imagem “moderna” que não raro era reelaborada pelo fotógrafo como pintor, conferindo maior artisticidade ao documento.

Com relação ao “Almanach de Pelotas”, pode-se dizer que também foi outra importante publicação do período investigado. Suas primeiras edições foram realizadas por Ferreira & Cia. Mas, de acordo com Michelin e Schwonke (2008), é

quando Florentino Paradedada assume a organização do Almanach de 1917, que fica explicitado o principal objetivo da publicação, a se repetir até o último número utilizado como fonte, fazer propaganda, registrar o progresso de Pelotas e enaltecer e premiar o esforço de sua elite. Entre similaridades e diferenças, o traço singular do Almanach de Pelotas é o assumido propósito de divulgar a cidade.

Esse periódico mesclava textos e imagens de uma forma bastante interessante. Vários temas referentes à cidade de Pelotas eram abordados, dedicando-se matérias inteiras ao Patronato Agrícola Visconde da Graça, à Faculdade de Agronomia e Veterinária Eliseu Maciel e ao Asilo de Órfãos. Além disso, existia uma seção inteira sobre as realizações dos intendentess, na qual eram tratadas, também, as questões educacionais. Sobre o próprio Almanach, pode-se ler em suas páginas:

Annualmente, e devotado á propaganda de Pelotas e exaltação dos dedicados obreiros do seu progresso, aparece o “Almanach de Pelotas!, fundado pelo mallogrado e saudoso conterrâneo dr. Antonio Gomes da Silva, Ignácio Alves Ferreira e capitão Florentino Paradedada, este há muitos annos já seu único director e proprietário, (ALMANACH DE PELOTAS, 1928).

Segundo Michelin e Schwonke (2008), embora o capitão Paradedada repetisse nos seus editoriais uma breve lamentação que enunciava as dificuldades em manter a periodicidade do Almanach, em um panorama financeiramente desfavorável, estas faziam vencidas pelo desejo de ver a publicação no mercado. Como mencionado anteriormente, o início e o fim das atividades do Almanach de Pelotas definem o recorte temporal desta pesquisa. Pode-se dizer que tanto os inícios como o fim dessa publicação representam a situação financeira da cidade.

Em 1913, à beira da Primeira Guerra Mundial, a cidade ainda vivia um momento de euforia, especialmente nos primeiros anos de publicação do Almanach de Pelotas, quando a cidade exportava charque para os países em guerra e o Coronel Pedro Osório tentava incrementar a produção de arroz, iniciada uma década antes, enquanto a década de 1930 marca o período de crise que a cidade viveu, notadamente após a quebra da bolsa em 1929, e o posterior fechamento do Banco Pelotense, em 1931. Por motivos financeiros, assim como vários outros negócios de Pelotas, o Almanach fechou as suas portas.

A partir de recortes temporais, início e fim de atividades, deve-se deixar claro que, tanto o Almanach de Pelotas como a Revista Ilustração Pelotense, possuíam,

em sua direção, membros ligados ao Partido Republicano Rio-Grandense e, dessa forma, as suas matérias estavam envolvidas por um grande comprometimento ideológico e político.

#### **1.4 As práticas escolares como dimensão da cultura escolar**

A inserção da cultura escolar, no âmbito da História da Educação Brasileira, se deu há poucas décadas e a temática se configurou em um dos objetos mais significativos em escala quantitativa nessa área. A abordagem do referido assunto atingiu grandes proporções, tendo em vista o número de trabalhos dedicados a tal temática. Deve-se ter em conta que o termo “cultura escolar” possui uma amplitude impar, pois abrange inúmeros objetos passíveis de análise pela História da Educação.

Foi especialmente a partir da década de 1990 que a cultura escolar se constitui em um objeto de pesquisa amplamente abordado em nível nacional. Faz-se mister mencionar os estudos de doutoramento de Souza (1996) e Faria Filho (1996). Nesse período, uma gama de trabalhos passou a figurar nas academias<sup>5</sup>. Em 1998, Faria Filho publicou nos Cadernos de Pesquisa, da Fundação Carlos Chagas, um artigo intitulado “Cultura e práticas escolares: escrita, aluno e corporeidade”. No referido trabalho, o autor discutia algumas das implicações ao processo de produção/legitimação das diversas culturas escolares que acontecem no interior das instituições educacionais e pelas práticas de escolarização dos corpos e de ensino-aprendizagem. O seu artigo visava demonstrar que, nas primeiras décadas do século XX, no Brasil, as práticas escolares produziram o aluno no âmbito de um processo relacionado com a constituição de uma corporeidade escolar, ocorrido como um pressuposto das relações pedagógicas. Dessa forma, Faria Filho (1998) afirmava que a reforma da instrução no estado de Minas Gerais representou os interesses da elite em fortalecer a República e vinculá-la à ideia de modernidade, em oposição ao atraso educacional herdado do Período Imperial.

Com relação à cultura escolar no período republicano, deve-se citar, também, o artigo de Souza (2000) intitulado “Inovação educacional no século XIX: A construção do currículo da escola primária no Brasil”. Logo, assim como o trabalho

---

<sup>5</sup> Deve-se ressaltar que a amplitude da temática cultura escolar dificulta a realização de um estado da arte mais completo, tendo em vista a pluralidade de assuntos inseridos nessa temática. Os estudos mencionados são resultado de uma pesquisa que considerou apenas os trabalhos em que consta o termo “cultura escolar” no título, no resumo ou nas palavras-chave.

de Faria Filho (1998), o de Souza (2000) se referia ao período da Primeira República e se relacionava com a relação entre a afirmação republicana por meio da escola. O referido artigo visava demonstrar que o processo de renovação dos programas da escola primária, ocorrido no Brasil a partir de 1870, constituía-se em uma modernização educacional no país. De acordo com a autora, a renovação do programa escolar significou, para as camadas populares, maiores oportunidades de acesso à cultura e constitui um projeto político social civilizador, cujo objetivo era a construção da nação, a modernização do país e a moralização do povo. Para a realização de seu estudo, Souza (2000) utilizou como fonte o parecer de Rui Barbosa acerca da reforma do ensino primário e várias instituições complementares da instrução pública (1883), mais especificamente o volume relacionado à discussão sobre métodos e o programa escolar.

O tema cultura escolar se tornou tão relevante na década de 1990, em âmbito nacional na pesquisa em História da Educação, que a referida temática se tornou o assunto selecionado pelo Caderno CEDES (Centro de Estudos Educação e Sociedade) para dedicar o volume 20, número 52<sup>6</sup>, de 2000. A seleção dessa revista, para constar no Estado da Arte da categoria cultura escolar, deve-se ao fato de esse periódico ter realizado um dossiê específico sobre o tema.

Na apresentação do referido número, escrita por Vera Teresa Valderamin e Rosa Fátima de Souza, afirmava-se que a motivação para que tal tema merecesse uma publicação específica residia no fato de o termo cultura escolar, que então emergia na literatura educacional, encontrava-se em consonância com o momento em que a reflexão sociológica, antropológica e histórica, sobre a escola, voltava-se para os aspectos internos da instituição educativa, como por exemplo, no cotidiano escolar.

Nesse mesmo número, foram publicados sete artigos, que abordavam uma série de aspectos da cultura escolar, o que demonstra a pluralidade de temas constantes nessa categoria. O primeiro artigo, de autoria de Rosa Lydia Teixeira Corrêa, intitulado “O livro escolar como fonte de pesquisa em História da Educação”, propunha uma retomada da utilização dos livros didáticos como fonte de pesquisa, tendo em vista o seu caráter de disseminador de valores, bem como por constituir-se

---

<sup>6</sup> Em 1999 e em 2000 já haviam sido publicados três artigos na mesma revista que versavam sobre cultura escolar: dois abordavam a educação física e um se dedicava ao currículo na escola republicana.

em um material valioso para o estudo do ideário e das práticas escolares de determinados períodos.

O segundo artigo, de autoria de Cátia Regina Guidio Alves de Oliveira e Rosa Fátima de Souza, cujo título é “As faces do livro de leitura”, assim como o anterior, dedicava-se às possibilidades de utilização do livro didático como fonte de pesquisa em História da Educação. O trabalho se trata da análise de alguns dos livros de leitura mais utilizados nas escolas primárias no final do século XIX e início do XX (1890-1920), e propunha a compreensão do livro como um objeto cultural.

O terceiro artigo, de Maria do Rosário Longo Mortatti, denominado “Cartilha de alfabetização e cultura escolar: um pacto secular”, objetivava problematizar a relação entre cartilha de alfabetização e cultura escolar e seus desdobramentos na História da Educação e da alfabetização no Brasil. O quarto artigo, de Heloísa Helena Pimenta Rocha, “Prescrevendo regras de bem viver: Cultura escolar e racionalidade científica”, tinha como tema a higienização da escola, mais especificamente os parâmetros elaborados pelos médicos-higienistas, nas primeiras décadas do século XX. Para tanto, a autora utilizou como fontes, manuais escolares.

O quinto artigo, cuja autora é Vera Teresa Valdemarin, intitulado “Lições de coisas: Concepção científica e projeto modernizador para a sociedade”, debruçava-se sobre a análise de manuais didáticos para uso de professores, elaborados nas décadas finais do século XIX, os quais estavam fundamentados no Método de Ensino Intuitivo ou Lições de Coisas. De acordo com a autora, embora expressem a mesma fundamentação filosófica, esses manuais apresentavam diferentes procedimentos para o ensino dos conteúdos escolares, o que demonstrava a existência de diferentes visões do progresso científico. Assim como os estudos de Faria Filho (1998) e Souza (2000), essa pesquisa se dedicava à análise do projeto modernizador da sociedade, em curso no século XIX, propondo-se a demonstrar as diferenças apresentadas pelos manuais, que nos informam sobre as diversas vertentes constitutivas desse projeto.

O sexto artigo, “Cultura escolar e história eclesiástica: Reflexões sobre a ação romanizadora pedagógica na formação de sacerdotes católicos e o Seminário Diocesano de Santa Maria (1915-1919)”, de autoria de Marcus Levy Albino Bencostta, propunha-se a análise de como a cultura escolar se manifestou em ambientes de instrução eclesiástica. Para tanto, utilizou-se do contexto histórico dos seminários de tradição tridentina. Já o sétimo artigo, “A militarização da infância:

Expressões do nacionalismo na cultura brasileira”, de Rosa Fátima de Souza, dedicava-se ao estudo das práticas de militarização da infância (batalhões infantis, educação física, entre outros), as quais se caracterizavam por serem práticas de natureza patriótica predominantes no ensino primário, no início do século XX.

É possível perceber que uma vasta gama de temas se encontra inserida na esfera da categoria cultura escolar, no entanto, percebe-se que a maior parte dos artigos publicados no número 52, volume 20, da Revista CEDES, referem-se a estudos cujo recorte temporal está delimitado entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX.

O Período Republicano se apresenta como um campo fértil para os estudos da cultura escolar, o que pode ser motivado pela facilidade em encontrar fontes que permitam os estudos dessa categoria. Além disso, na República, os governantes perceberam a escola como um espaço propício para a difusão de valores morais e cívicos, notadamente de cunho civilizador e disciplinador. Nesse período, o cotidiano escolar estava crivado de práticas formadoras do cidadão, bem como o prédio escolar se encontrava apregoado de símbolos nacionais. Dessa forma, entende-se a motivação para a pesquisa da cultura escolar nesse contexto histórico.

Depois do dossiê publicado em 2000, a Revista CEDES publicou mais dois artigos que versavam sobre cultura escolar: ambos foram publicados em 2011, no volume 31, nos números 83 e 84. O artigo publicado no primeiro número se refere a um estudo realizado no contexto da Primeira República, bem como a maior parte dos trabalhos acima mencionados. O artigo, de autoria de Leny Cristina Azevedo e Ana Regina Pinheiro, intitulado “Criação da Escola de Formação de Professores: imprensa e afirmação de uma cultura escolar (Campinas, 1901-1903)” objetivava a compreensão da história da Escola Normal “Carlos Gomes” de Campinas (SP), analisada pela via das memórias dos documentos publicados pela imprensa local acerca da importância da criação da referida escola, que fora a primeira instituição pública criada para formar professores para as séries iniciais.

O segundo artigo, no entanto, difere-se dos outros por não se constituir em uma pesquisa no âmbito da História da Educação, mas em um estudo da cultura escolar na atualidade, tendo em vista que apresenta reflexões acerca de uma pesquisa desenvolvida entre 2008 e 2010, com jovens integrantes de um Curso de Formação de Professores, dos segundos e terceiros anos do ensino médio normal, do estado do Rio de Janeiro.

A cultura escolar se tornou um dos assuntos mais trabalhados no âmbito da historiografia da educação nacional. Além dos Cadernos CEDES, a Revista Brasileira de História da Educação, dedicou espaço para as publicações que se dedicavam a esse tema. A primeira edição da revista, em 2001, contou com o artigo de Dominique Julia, intitulado “A Cultura Escolar como objeto histórico”. Esta descreve a cultura escolar como um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos, cujas finalidades podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização). Dessa forma, é possível considerar as práticas escolares que são analisadas na presente pesquisa, como um dos inúmeros aspectos constituintes da categoria cultura escolar.

As publicações sobre a temática não se restringiram ao renomado artigo de Julia. A Revista publicou, no número 9, de 2005, um artigo de Rosa Fátima de Souza, intitulado “Tecnologias de Ordenação escolar no século XIX: Currículo e método intuitivo nas escolas primárias norte-americanas (1860-1880)”, que se constituía em um estudo sobre a construção do currículo da escola primária nos Estados Unidos, bem como sobre a adoção do método intuitivo naquele país, no período de 1860 a 1880. As fontes utilizadas pela autora foram os primeiros programas de ensino e os manuais de “lições de coisas” em circulação no período selecionado.

Nesse mesmo número foi publicado o artigo de Sonia de Castro Lopes, cujo título era “Arquivos do Instituto de Educação: Suporte de memória da educação nova no Distrito Federal (anos de 1930)”. A autora objetivava compreender determinados aspectos da cultura escolar da instituição, por meio do periódico “Arquivos do Instituto de Educação”, tendo em vista que a Escola de Professores do Instituto de Educação do Rio de Janeiro foi o primeiro curso superior destinado a formar docentes para a rede escolar “primária” do, então, Distrito Federal.

O artigo “Combates pelo ofício em uma escola moralizada e cívica: a experiência do professor Manoel José Pereira Frazão na Corte imperial (1870-1880)”, de autoria de Alessandra Frota Martinez de Schueler, também ganhou espaço nessa mesma edição. O trabalho abordava a experiência profissional e as práticas pedagógicas de um professor público primário na Corte Imperial, entre 1860 e 1890. Eram analisados o sistema disciplinar de moral e cívica proposto e utilizado

pelo referido professor. A autora evidencia a existência de diferentes práticas e culturas escolares concomitantes na capital do Império.

Em 2006, no exemplar número 11, a Revista Brasileira de História da Educação, publicou o artigo “Um estudo sobre a cultura escolar no Rio de Janeiro dos anos de 1930 pelas lições de história”, de autoria de Miriam Chaves. O trabalho analisava a forma como as lições de história em uma escola experimental do antigo Distrito Federal, na década de 1930, contribuíram para o fomento de determinados saberes e práticas culturais, com o objetivo de modelar um tipo de cidadão, proposto dentro daquele contexto histórico em que havia uma necessidade de modernização.

O artigo “Poder e cultura escolar na Primeira República em Mato Grosso”, de Dimas Santana Souza Neves, foi publicado no número 13, de 2007. Esse trabalho partia da análise da aplicação de uma prova única para o concurso de professores e visava demonstrar como era possível, através do exame, inculcar determinadas práticas disciplinadoras, as quais se fariam presentes nas atividades pedagógicas e materializariam uma ordem social.

A Revista Brasileira de História da Educação realizou, no seu número 14, um dossiê sobre a cultura material na História da Educação. Nesse dossiê, uma série de trabalhos proporcionou o traçado de uma relação entre a cultura material e a cultura escolar. A apresentação foi produzida por Rosa Fátima de Souza, e foi denominada “Vestígios da cultura material escolar”. Os artigos que constaram nesse dossiê são: “Possíveis relações entre aspectos materiais (espaço, mobiliário e utensílios), modos de organização da escola e intervenções de ensino”, de Valdeniza Maria Lopes da Barra; “Cultura escolar material na história da instrução pública primária no Paraná: Anotações de uma trajetória de pesquisa”, de Gizele de Souza; “A cultura material escolar da Deutsche Schule”, de Regina Maria Schimmelpfeng de Souza e “Símbolos da excelência escolar: história e memória da escola pública inscrita em troféus” de Rosilene Batista de Oliveira Fiscarelli e Rosa Fátima de Souza. Os trabalhos presentes nesse número, de forma geral, demonstram como a cultura material é uma fonte profícua para o estudo da cultura escolar, tendo em vista que os utensílios, os manuais didáticos, o mobiliário, entre outros, serviam de suporte para as práticas escolares.

No número 16, foi publicado o artigo “O pensamento de Edward Palmer Thompson como programa para a pesquisa em história da educação: culturas escolares, currículo e educação do corpo”, de autoria de Marcus Aurélio Taborda.

Esse trabalho apresentou as contribuições de Thompson às noções de experiência e cultura, além de demonstrar a relação entre o seu ideário e as questões referentes ao currículo, às culturas escolares e à educação do corpo. No número 17, foi publicado o artigo de Vera Valdemarin, intitulado “O manual didático Práticas escolares: um estudo sobre mudanças e permanências nas prescrições para a prática pedagógica”, o qual objetivava, por meio da análise do manual didático *Práticas Escolares*, de Antonio D’Ávila, a compreensão do processo de incorporação das concepções pedagógicas da Escola Nova nas prescrições para a prática pedagógica.

No exemplar número 18, foi publicada a tradução do artigo de Antonio Viñao Frago, de título “A história das disciplinas escolares”. Nesse estudo, o autor apresentou a história das disciplinas escolares como um campo de pesquisa inserido no âmbito da “história cultural” e, no que tange à História da Educação, nas pesquisas sobre “cultura escolar”. Já no número 20, publicou-se o artigo “Livros para a escola primária carioca no século XIX: produção, circulação e adoção de textos escolares de professores”, de Giselle Baptista Teixeira e Alessandra Frota de Schueler. Nesse trabalho foram apresentados alguns resultados de pesquisa sobre produção, aprovação e adoção de livros com a finalidade de serem utilizados nas escolas públicas primárias cariocas na segunda metade do século XIX. O estudo pretendia perceber como os intelectuais que produziam esse material participaram da produção de saberes, os quais interferiram na configuração da cultura escolar na cidade do Rio de Janeiro. Por fim, no número 22, foi publicado o artigo “Ensino de história e cultura escolar: fontes e questões metodológicas”, cuja autoria é de Antonio Simplício Neto. Esse estudo se referia à questões metodológicas e relacionadas às fontes utilizadas para a realização de pesquisas acerca da cultura escolar, mais especificamente à disciplina escolar de História.

A Revista História da Educação, publicada pela Associação Sul-Rio-Grandense de Pesquisadores em História da Educação também contou com uma série de artigos que versavam sobre cultura escolar. No volume 8, número 16, de setembro de 2004, foi publicado o artigo “Luchas por el orden ritual: inspección y cultura escolar em lós protocolos de visitación”, de autoria de Marcelo Caruso. Utilizando-se de fontes oriundas do Reino da Baviera no período do segundo império (1817 – 1918), o autor utilizou as inspeções escolares para a análise da configuração de uma cultura escolar, presente no cotidiano das instituições

educacionais. Já no volume 9, número 17, publicou-se o artigo de Antonio Viñao Frago, denominado “Tiempos Familiares, Tiempos Escolares (Trabajo Infantil y Asistencia Escolar em España durante la segunda mitad Del Siglo XIX y El primer tercio del XX)”, nesse trabalho, o autor analisou as relações entre escolarização, assistência escolar e trabalho infantil na Espanha.

No volume 10, número 20, publicou-se o artigo “A Cultura Escolar Portuguesa pelo Traçado Literário do Século XIX”, de Carlota Boto. Esse estudo se dedica ao tema da escola primária em Portugal e utiliza como subsídio vestígios apresentados por textos literários, tanto eruditos como populares, nos quais constam as figuras do professor e do aluno, o que permite a reconstituição de recortes sociais sobre o ambiente escolar. Já no volume 13, número 29, foi publicado o artigo “Grupo Escolar e produção do sujeito moderno: um estudo sobre o currículo e a cultura escolar dos primeiros grupos escolares catarinenses (1911 – 1935)”, de Gladys Mary Ghizoni Teive. O referido trabalho analisa o currículo dos primeiros grupos escolares de Santa Catarina, abordando esse espaço como o *locus* de materialização da governamentalidade, ou seja, como um lugar em que a ideologia liberal/moderna era difundida e aplicada.

O volume 14, número 31 da Revista História da Educação da ASPHE constituiu-se em um dossiê sobre “Currículos, práticas e cotidiano escolar na formação educacional, moral e cívica de cidadãos no espaço luso-brasileiro”. A apresentação foi feita por Décio Gatti Júnior e Eurize Caldas Pessanha. O primeiro artigo a constar nesse dossiê foi “Uma sólida instrução fundamental para formar cidadãos: história das orientações sobre as práticas curriculares de uma “Escola Exemplar” em Campo Grande-MT, ao final da década de 1930”, de autoria de Eurize Caldas Pessanha e Fabiany de Cássia Tavares Silva. O objetivo do estudo era analisar como as práticas curriculares foram organizadas no Liceu Campograndense para ministrar aos estudantes uma sólida instrução fundamental. O segundo artigo intitulou-se “As práticas escolares e a formação cívico-patriótica no ginásio mineiro de Uberlândia, em Minas Gerais, Brasil (1920/1970)”, de Giseli Cristina do Vale Gatti e Geraldo Inácio Filho. O referido trabalho objetivava analisar as práticas escolares efetivadas no Ginásio Mineiro de Uberlândia, tendo em vista a representação social que a instituição possuía na cidade em que se encontrava.

O terceiro artigo do mesmo dossiê, de autoria de Laurizete Ferragut Passos e Diva Otero Pavan, cujo título era “Saberes escolares de uma escola primária

paulista: regras de civilidade e noções de moral, civismo e nacionalismo (1930 – 1980)”, consiste em um estudo dos saberes escolares, realizado no Grupo Escolar Conde do Parnaíba, instituição considerada exemplar. O quarto artigo intitulava-se “Festas Escolares: as festas da árvore no Barreiro”, de autoria de Maria Manuela P. F. Rodrigues. Esse trabalho trata-se de um estudo sobre a Festa da Árvore, cujo apogeu ocorreu na Primeira República Portuguesa.

O quinto artigo intitulava-se “O Ensino Secundário no Império e na Primeira República no Brasil: entre as ciências e as humanidades, o caso do Liceu de Humanidades de Campos/RJ (1880-1930)”, de Silvia Alicia Martínez e Maria Amelia de Almeida Pinto Boynard. O estudo se articula em três aspectos fundamentais: primeiramente, os regulamentos e normas expedidos pelos órgãos de administração; as práticas que operacionalizavam, ou não, a legislação; e a materialidade dessas práticas, que configurava os suportes de circulação do ideário pedagógico do período. Já o último artigo, incluso no referido dossiê, intitula-se “Currículos, práticas e cotidiano escolar: a importância dos arquivos escolares para a produção de conhecimento em História da Educação”, de Décio Gatti Júnior e Eurize Caldas Pessanha. Esse estudo visava apresentar o processo de consulta, constituição e arranjo de arquivos escolares utilizados no âmbito do Projeto “Tempo de cidade, lugar de escola: um estudo comparativo sobre a cultura escolar de instituições escolares exemplares constituídas no processo de urbanização e modernização das cidades brasileiras (1880 – 1970)”.

No volume 15, número 33, foi publicado o artigo de Agustín Escolano Benito, intitulado “Más allá del espasmo del presente: la escuela como memoria”. Mediante análises baseadas na semiologia da cultura escolar e em alguns conceitos tomados da antropologia, o autor analisa o valor da escola como conteúdo da memória biográfica e como elemento constitutivo da identidade biográfica das pessoas.

Não se pode deixar de mencionar os artigos publicados na Revista Brasileira de Educação, que, embora estejam em número menor do que nas revistas especializadas da área de História da Educação, demonstram o espaço alcançado pela temática “cultura escolar” na esfera das pesquisas na referida área. No exemplar número 8, de 1998, dessa publicação, Diana Gonçalves Vidal e Silvina Gvirtz publicaram o artigo “O ensino da escrita e a conformação da modernidade escolar”, o qual tinha por objetivo estudar a forma como o ensino da escrita se desenvolveu tanto no Brasil como na Argentina, em um estudo comparado.

Em 2000, no número 14, foi publicado o artigo intitulado “Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil”, de Luciano Mendes de Faria Filho e Diana Gonçalves Vidal. O estudo visava ressaltar a relação entre escolarização de conhecimentos e tempos e espaços sociais. Por fim, em 2004, no número 27, foi publicado o artigo de Eurize Caldas Pessanha, Maria Emília Borges Daniel e Maria Adélia Menegazzo, intitulado “Da história das disciplinas escolares à história da cultura escolar: uma trajetória de pesquisa”, o qual analisa a cultura escolar com base na perspectiva das disciplinas escolares.

Além de estar presente nas revistas da área, o tema da cultura escolar também integrou alguns dos eventos mais renomados no âmbito da Educação e da História da Educação. No Grupo de Trabalho 02 – História da Educação, da 23ª Reunião da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação - ANPEd. Neste foi apresentado o trabalho de Tarcísio Mauro Vago, intitulado “Cultura Escolar, cultivo de corpos: a Gymnastica como prática constitutiva de corpos de crianças no ensino público primário de Belo Horizonte (1906 – 1920)”. O referido analisa como, na Primeira República, deu-se a atuação da escola não só como elemento de disciplinarização social, mas como espaço disciplinarizador dos corpos, especialmente das classes populares.

Na 28ª Reunião Anual da ANPEd foi apresentado o trabalho “Culturas Escolares e experiências docentes na cidade do Rio de Janeiro (1854 – 1889): notas de pesquisa”, de autoria de Alessandra Frota M. de Schueler. A produção visava investigar os processos de constituição das escolas públicas primárias, no contexto histórico e espacial da cidade do Rio de Janeiro, no recorte acima mencionado. Na 29ª Reunião da ANPEd, foi publicado o trabalho de Dimas Santana Souza Neves, intitulado “Cultura política e culturas escolares: um estudo da província de Mato Grosso”. Esse estudo se propunha analisar o texto de quatro reformas ocorridas na Província do Mato Grosso e perceber as mudanças ocorridas com relação ao discurso sobre escolarização. Além desse, foi publicado, ainda, o trabalho de Giana Lange do Amaral, nomeado “As passeatas estudantis: aspectos da cultura escolar e urbana”, cujo objetivo residia em analisar aspectos que demonstravam as diferenças ideológico-educacionais existentes em duas Instituições Escolares na cidade de Pelotas. Uma das instituições era de ensino católico, o Colégio Gonzaga, e a outra, de ensino laico, criada pela Maçonaria, o Colégio Pelotense.

Na 30ª Reunião da ANPEd fora publicado o trabalho de Aleluia Heringer Lisboa Teixeira, intitulado “Movimento de inserção da ginástica como constitutiva da cultura escolar do Ginásio Mineiro (internato e externato) – 1890 – 1916”. O referido estudo visa compreender como se deu, no Ginásio Mineiro, a inserção e a permanência da ginástica no âmbito da cultura escolar dessa instituição. Nesse mesmo encontro, foi publicado o trabalho “Culturas da Escola: as festas escolares em São Paulo (1890 – 1930)”, de Renata Marcílio Cândido. O objetivo deste, residia na investigação do papel das comemorações realizadas nas instituições de ensino para o processo de constituição de um ideal de escola e de sociedade republicana. Além disso, a autora visava compreender como se deu o estabelecimento das concepções de ensino, escola, aluno e profissão docente no período pesquisado e como esse ideário era disseminado nas festividades.

Já na 32ª Reunião, publicou-se o trabalho “Cultura Escolar: prescrevendo regras de bom comportamento”, de Claricia Otto. Esse estudo analisa cartilhas produzidas no início do século XX, em Santa Catarina, para os estudantes ítalo-brasileiros do ensino primário. O objetivo deste é compreender parte dos propósitos presentes nas referidas cartilhas, bem como as representações de escola, gênero, família, professor, trabalho e pátria italiana.

Assim como nas Reuniões Anuais da ANPEd, vários trabalhos sobre cultura escolar constam nos anais dos Congressos Brasileiros de História da Educação. No I Congresso Brasileiro de História da Educação, em 2000, foi publicado o trabalho de Vera Teresa Valdemarin, intitulado “Vertentes interpretativas do método de ensino intuitivo: unidade teórica, diversidade de procedimentos e modernização do ensino”, o qual se propunha à análise de determinados elementos da cultura escolar, com o objetivo de estabelecer implicações da adoção de diferentes procedimentos didáticos, oriundos do Método de Ensino Intuitivo.

O II CBHE, em 2002, contou com um Eixo Temático denominado “História de Culturas Escolares e Profissão Docente no Brasil”. Nesse ano, foram apresentados cento e três trabalhos que versavam sobre ambos os temas, entre eles, o estudo de Carlos Monarcha, intitulado “Cultura Escolar Urbana: São Paulo – 1840 – 1940: repertório de fontes documentais”, cujo objetivo residia no mapeamento de fontes para a pesquisa no âmbito da cultura escolar em São Paulo. Além desse, foi publicado o estudo de Cynthia Greive Veiga, de título “Institucionalização das cadeiras de instrução elementar em Minas Gerais no século XIX e a produção da

profissão docente”, que objetivava analisar os procedimentos legislativos para a institucionalização das cadeiras da instrução elementar em Minas Gerais, no período imperial. O trabalho “Cultura Subalterna e Cultura Escolar”, de Ednéia Regina Rossi, dedicava-se à análise do “Boletim da Escola Moderna”, publicado nos anos de 1918 e 1919, e do jornal da imprensa operária “A Lanterna”, editado no período de 1912 a 1919. Não se pode deixar de citar a produção de Marcus Levy Albino Bencostta, “Memória e Cultura Escolar: a imagem fotográfica no estudo dos Grupos Escolares de Curitiba (1903 – 1971)”, a qual utiliza a fotografia como fonte de pesquisa para análise da cultura escolar no âmbito dos grupos escolares. Ainda no 2º Congresso Brasileiro de História da Educação, foi publicado o trabalho “Docência e Culturas Escolares em estabelecimento católico de Caicó – RN, 1942 a 1946” de Paula Sônia de Brito, cujo objetivo consiste em estabelecer uma relação entre a docência e a cultura escolar em uma instituição de ensino católica<sup>7</sup>.

No III CBHE, em 2004, o Eixo Temático “Cultura Escolar e práticas educativas” contou com 99 trabalhos. Dentre esses estudos, destacam-se determinados trabalhos, como o de Rita de Cássia de Souza, intitulado “Cultura escolar e práticas educacionais na Reforma de Francisco Campos: a participação dos/as professores/as”, cujo objetivo consistia em analisar a repercussão de uma reforma educacional realizada em Minas Gerais, no ano de 1927. Destaca-se, também, o trabalho de Iran de Maria Leitão Nunes, cujo título é “Imprensa discente e cultura escolar: o “Labor” (1913 – 1917)”, o qual analisa a cultura escolar com base na perspectiva de um periódico produzido por estudantes. Deve-se citar, ainda, o estudo “Cultura escolar revelada nos escritos de professores”, de Antonia Simone Coelho Gomes, o qual utiliza cadernos de lições de professoras das décadas de 1930 e 1940.

No IV CBHE, em 2006, o Eixo Temático “Cultura e práticas escolares” contou com sessenta e seis comunicações individuais. Dentre elas, deve-se destacar o

---

<sup>7</sup>No II CBHE publicou-se, ainda, o trabalho “A Cultura Escolar e a formação de meninas na Escola Normal Rural Santa Maria (Timbaúba, 1938 – 1950)”, de Eremilda Vieira da Costa, que visava à compreensão da cultura escolar no âmbito de uma instituição formadora de professores. Bem como o trabalho intitulado “A música e a cultura escolar no alvorecer da República”, de Flávio Couto e Silva de Oliveira, o qual se dedicava ao estudo da história da educação musical em Belo Horizonte. Publicou-se, ainda, o trabalho de Irlen Antônio Gonçalves, intitulado “A produção da cultura escolar em Minas Gerais: práticas de professoras e alunos da escola primária”, cujo objeto de estudo consistia na produção da cultura escolar em Minas Gerais. Destaca-se, também, o trabalho de José Gonçalves Gondra, “Higiene e cultura escolar”, o qual se propõe à reflexão acerca do processo de constituição da escola primária na Corte Imperial, a partir do exame da circulação dos elementos doutrinários da higiene.

trabalho de José Ricardo Oriá Fernandes, intitulado “As lições cívicas de vovô: Viriato Corrêa e a cultura histórica escolar (1921 – 1962)”, cujo objetivo é perceber a influência de determinados membros da Academia Brasileira de Letras na produção de determinado tipo de literatura escolar, responsável por uma concepção de História, fundamental na formulação da identidade nacional. Menciona-se, também, a produção “As lições dos Grupos Escolares: um estudo sobre a incorporação do método de ensino intuitivo na cultura escolar dos primeiros grupos escolares florianopolitanos (1911 – 1935)”, de Denise de Paulo M. Prochnow e Gladys Mary Teive Auras, que se dedica à análise da cultura escolar em dois grupos escolares do estado de Santa Catarina<sup>8</sup>.

No V CBHE, o Eixo Temático “Cultura e Práticas Escolares e Educativas” contou com cento e quarenta e uma comunicações individuais. Desses trabalhos, deve-se destacar os seguintes trabalhos: “A cultura escolar catarinense na década de 1850: uma análise das escolas de primeiras letras”, de Leonete Luzia Schmidt; “Bibliotecas e Grupos Escolares: práticas educativas na cultura escolar de São Paulo (1890 – 1920)”, de Luciene Soares de Souza; “Cultura escolar dos primeiros grupos escolares catarinenses sob Reforma Orestes Guimarães (1911 – 1935), de Denise de Paulo Matias Prochnow e Gladys Mary; “Cultura e culturas escolares: da informalização à institucionalização do ensinar e do aprender”, de Ednéia Regina Rossi; “Tempo, temporalidades e ritmos nas escolas públicas em São Paulo e a construção da cultura escolar primária (1846 – 1890), de Rita de Cassia Gallego e, por fim, “Trabalho docente e a transmissão da cultura escolar”, de Carmen Regina de Carvalho Pimentel.

Em 2011, o VI CBHE contou com dois eixos temáticos os quais podem ser relacionados ao tema da cultura escolar: História das Culturas e Disciplinas

---

<sup>8</sup> Nessa mesma edição do evento, deve-se mencionar, ainda, o trabalho de Aline Choucair Vaz, denominado “Festividades cívicas em Minas Gerais (1837 – 1945): escola, culturas e práticas”, que analisa as festividades cívicas realizadas em Minas Gerais no período do Estado Novo. Destaca-se, também, o trabalho de Rosa Lydia Teixeira Corrêa, de título “Saberes escolares na formação de professores e cultura escolar”, que se constitui em um estudo de uma escola de formação de professores em nível médio, utilizando-se como fonte dois projetos destinados a essa formação, desenvolvidos nos anos de 1967 e 1972. Deve-se citar, ainda, o trabalho “Saúde, Higiene, Educação Física e Cultura Escolar: um olhar sobre a infância a partir da Revista Educação Physica” de Rosianny Campos Berto e Omar Schneider, o qual, utilizando-se da imprensa periódica especializada, a forma como a disciplina Educação Física foi organizada a partir das transformações de diversos saberes, com a finalidade de responder às necessidades sociais que se colocaram entre as décadas de 1930 e 1940. Por fim, destaca-se o trabalho “Um olhar sobre a leitura e a escrita na cultura escolar de Mato Grosso (1837 – 1889)” de Ana Paula da Silva Xavier e Nicanor Palhares Sá.

Escolares e Patrimônio educativo e cultura material escolar. O primeiro contou com setenta e uma comunicações individuais e o segundo com trinta e duas.

Desses trabalhos, deve-se destacar: “A Literatura como fonte para pesquisas sobre escola e cultura escolar: possibilidade de análise em História da Educação”, de Rosana Sant’Ana de Moraes, cujo objetivo é evidenciar as potencialidades da literatura como fonte de pesquisa para o tema da cultura escolar; o trabalho de Tania Cordova, intitulado “Comemorações e Festas: dimensões de uma cultura escolar no Grupo Vidal Ramos (Lages, Santa Catarina, 1904 – 1928)”, o qual se dedica ao estudo das comemorações escolares, como um aspecto integrante da cultura escolar; o trabalho “Cultura Escolar e perfil do corpo docente no Colégio Estadual Dias Velho (1947 – 1964), de Norberto Dallabrida, que analisa a cultura escolar no âmbito de uma instituição formadora de professores.

Deve-se mencionar, ainda, o trabalho de Maria da Guia de Sousa Silva, “O Espaço, o tempo e a cultura escolar na Escola Industrial de Natal (1942 – 1968)”, o qual relaciona elementos da arquitetura escolar com elementos da cultura escolar; o trabalho “Patrimônio Educativo e materialidade da cultura escolar na historiografia do Instituto Superior de Educação Professor Aldo Muylart em Campos dos Goytacazes/RJ, 1954 – 2010”, de Regina Márcia Gomes Crespo e Valéria Maria Neto Crespo de Oliveira Lima, que analisa como se deu o processo histórico, o qual compõe a cadeia genética da formação docente naquela cidade.

Deve-se destacar, ainda, o capítulo de Rosa Fátima de Souza, intitulado “Um itinerário de pesquisa sobre a cultura escolar”, do livro “Ideário e Imagens da Educação Escolar”, organizado por Marcus Vinícius da Cunha e publicado em 2000. Pode-se mencionar, também, o livro “Cultura escolar: práticas e produção dos grupos escolares em Minas Gerais (1891 – 1918)”, de Irlen Antônio Gonçalves, publicado em 2006. O livro foi organizado por Diana Gonçalves Vidal e publicado em 2006, intitulado “Grupos Escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893 – 1971). Desse mesmo ano, o livro organizado por Marcilaine Soares Inácio, Luciano Mendes de Faria Filho, Walquíria Miranda Rosa e Zeli Efigênia Santos de Sales, “Escola, Política e Cultura: a instrução elementar nos anos iniciais do Império Brasileiro”, aborda diversos aspectos da cultura escolar durante o período imperial.

Além desses trabalhos, deve-se citar o livro “Cultura e História da Educação: intelectuais, legislação, cultura escolar e imprensa”, de Dalva Carolina Yazbeck e

Marlos Bessa Mendes da Rocha, publicado em 2009. Neste consta uma série de artigos relacionados ao tema da cultura escolar, dentre eles destacam-se o capítulo de Wenceslau Gonçalves Neto, sobre cultura escolar e legislação em Minas Gerais; e o capítulo de Diana Gonçalves Vida, sobre cultura e práticas escolares como objeto de pesquisa em História da Educação.

O mapeamento dos diversos trabalhos que utilizam a categoria cultura escolar se constitui em uma tarefa árdua, tendo em vista a dificuldade em delimitar o tema “cultura escolar”. Dentre os estudos acima mencionados, é possível perceber que existe uma diversidade muito grande de fontes a serem utilizadas para a pesquisa sobre cultura escolar. Dessa forma, pode-se citar, por exemplo, manuais escolares, legislações educacionais, relatórios de inspetores, anotações de professores.

Existe, ainda, uma série de vieses e ângulos de análise, pois há um número bastante grande de aspectos que integram a cultura escolar. No entanto, dentre os trabalhos citados, a maior parte se insere no mesmo recorte temporal: a Primeira República. Esse ponto deve ser ressaltado, inclusive, pelo fato desta pesquisa constar dentro dessa delimitação temporal. Determinados fatores podem ser os responsáveis pelo grande número de investigações sobre cultura escolar nesse período. Primeiramente, a Primeira República foi, na História da Educação Brasileira, um dos momentos em que a escola foi mais utilizada como espaço de difusão da ideologia política do sistema de governo. A escola tornou-se, como já mencionado anteriormente, o lugar disciplinador e civilizador da sociedade. Além disso, foi nesse período em que houve o incremento da rede pública de ensino.

Nesse sentido, as festividades escolares e o cotidiano escolar passaram a figurar além dos limites espaciais da instituição educacional, ou seja, além de civilizar os estudantes, a escola, notadamente o grupo escolar, passou a civilizar a cidade. Deve-se dizer, ainda, que existe um número muito grande de fontes disponíveis para a pesquisa nesse período, os quais são mais volumosas do que as do período anterior, que conta com um número mais reduzido de investigações. Existe, também, um número razoável de pesquisas sobre o Estado Novo e algumas sobre as décadas de 1950 e 1960. No entanto, a proximidade com o tempo presente pode se constituir em um fator desestimulador para alguns pesquisadores.

Parece plausível afirmar que a inserção da temática cultura escolar nas pesquisas em História da Educação encontra-se situada em um contexto maior,

relacionado com a Nova História Cultural e com a aproximação da História da Educação com a disciplina da História.

A história das disciplinas escolares, neste sentido, se localizaria sob o guarda-chuva da nova história cultural e constituiria inclusive, para alguns, o núcleo fundamental da cultura escolar, um termo cujo uso e significado se tem visto obrigados a explicar em seus trabalhos, tanto Julia como Chervel, mas que, em definitivo, implicaria um olhar sobre a instituição escolar com espaço não de reprodução ou de mera transposição de conhecimentos externos, mas de produção do saber, (FRAGO, 2008, p.188).

A terminologia “cultura” tem sido amplamente pesquisada pela historiografia e ganhou espaço com a terceira geração da Escola dos Annales<sup>9</sup>. De acordo com Burke (2008), a história cultural foi redescoberta nos anos 1970, não se caracterizando por uma invenção nova. O autor afirma que já era praticada na Alemanha com esse nome (Kulturgeschichte), há mais de 200 anos. A partir de 1780, encontraram-se histórias da cultura humana ou de determinadas regiões ou nações.

No século XIX, o termo “Culture”, ou “Kultur”, foi empregado com frequência cada vez maior na Inglaterra e na Alemanha. Os franceses, por outro lado, preferiam falar em “Civilisation”. Esse mesmo autor sugere, ainda, que a história da história cultural pode ser dividida em quatro fases: a fase “clássica”; a da história social da arte, que começou na década de 1930; a descoberta da cultura popular, na década de 1960; e a nova história cultural.

Concomitantemente com o período que Burke relaciona com a descoberta da cultura popular, na Europa, a História da Educação, influenciada especialmente pela Sociologia, Antropologia, Teoria Literária e Linguística, à semelhança do que já ocorria em outros domínios da História, passou por um processo de renovação que alargou e diversificou seus objetos e fontes. No Brasil, esse movimento se deu principalmente a partir da década de 1980.

É possível afirmar que os termos cultura e educação são categorias bastante amplas. A cultura, por exemplo, muitas vezes foi relacionada com a “alta” cultura, englobando a cultura popular somente em momento posterior. A educação também

---

<sup>9</sup> A Escola dos Annales foi fundada por Lucien Febvre e Marc Bloch e surgiu com a fundação da Revista, inicialmente intitulada “*Annales d’histoire économique et sociale*”. Tal movimento gerou uma mudança paradigmática no âmbito da historiografia, a qual se dedicara, notadamente a partir de Ranke, perdurando pelo século XIX e início do século XX, a um aprisionamento dos documentos oficiais e a um abandono da história sociocultural. Tal mudança paradigmática é conhecida como a “Revolução Francesa da historiografia”. A Escola dos Annales é costumeiramente dividida em três gerações: a dos fundadores, a de Braudel e a Nova História Cultural. Sobre o assunto ver Burke, 2010.

é um conceito que pode estar restrito à educação formal ou ser ampliado à educação informal, incluindo grupos e espaços com funções educativas.

Embora se tenha descrito algumas investigações que utilizam a cultura escolar como objeto de pesquisa, faz-se necessário, ainda, descrever qual a concepção utilizada nesta investigação. Pode-se dizer que se entende por cultura escolar o que fora proposto por Julia (2001):

[...] um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização) (p. 10).

Entende-se, portanto, que as práticas escolares se encontram no âmbito da cultura escolar e se constituem em ferramentas para a transmissão dos conhecimentos propostos, definidos por meio de normas, por determinados grupos sociais. A cultura escolar não é imóvel, pelo contrário, ela se transforma e se reconstrói a cada geração, tendo em vista que o espaço escolar é o lócus propício para a difusão de ideologias.

No caso desta pesquisa, a cultura de que se aborda pode ser considerada “alta” cultura, pois se insere nas propostas de uma determinada elite, no entanto, supõe-se uma visão crítica sobre a forma de como a visão de cultura era utilizada no imaginário da cidade. Embora esta pesquisa aborde instituições e práticas escolares, essas vivenciaram uma inserção em espaços que nem sempre são a escola, a faculdade, mas no espaço público, na cidade, como forma de disciplinarizar os cidadãos.

Tal situação é corroborada por Julia (2001), que acrescenta que o termo cultura escolar expande-se para além dos limites da escola, ao identificar-se, em um sentido mais amplo, com modos de pensar e de agir largamente difundidos no interior de nossas sociedades, modos que não concebem a aquisição de conhecimentos e de habilidades senão por intermédio de processos formais de escolarização. A escola, notadamente no período estudado, tornou-se parte integrante da sociedade, mostrando-se como instituição capaz de formar e disciplinar socialmente.

A cultura é um processo que, segundo Pessanha e Silva (2006) possibilita a atribuição de significado às práticas sociais e, ao mesmo tempo, pressupõe critérios de valor levando em conta a classificação dos modos e meios de produção do bem

cultural. Estudar a cultura escolar é estudar o processo que confere significado aos produtos das práticas escolares, ou seja, práticas que tornam possíveis a transmissão de conhecimentos e a inculcação de condutas inseridas em um espaço/tempo identificado como escola. De acordo com Vidal (2009):

A cultura deixou de ser apenas um fato externo à instituição, algo com o qual lidava no desempenho de suas funções sociais; e passou a ser também um objeto interno, cujo escrutínio permitia compreender a escolarização como a negociação possível entre os interesses dos diferentes grupos sociais, a lógica do funcionamento institucional e a pragmática das ações dos sujeitos educacionais. O surgimento da categoria cultura escolar ofereceu visibilidade a estas operações pela sensibilização para a análise do conjunto de normas e práticas vigentes na instituição [...], (p. 105).

O termo “cultura escolar” se refere a uma categoria ampla, englobando práticas bastante diversificadas. Isso ocasiona certa dificuldade na definição de limites para a sua significação. As autoras Pessanha, Daniel e Menegazzo afirmam que:

Embora cultura escolar não seja um conceito simples de delimitar, considera-se que na escola foram sendo historicamente construídas normas e práticas definidoras dos conhecimentos que seriam ensinados e dos valores e comportamentos que seriam inculcados, gerando o que se pode chamar de cultura escolar. Conhecimentos, valores e comportamentos que, embora tenham assumido uma expressão peculiar na escola, e, principalmente, em cada disciplina escolar, são produtos e processos relacionados com as lutas e os embates da sociedade que os produziu e foi também produzida nessa e por essa escola, (PESSANHA, DANIEL e MENEGAZZO, 2004, p. 58).

As práticas escolares abordadas na presente pesquisa, justamente por ocorrerem no seio dos embates sociais pela definição de uma identidade social de um grupo, inserem-se no âmbito da cultura escolar. De acordo com Vidal (2009), a pesquisa que se dispõe a utilizar as práticas escolares como objeto, pressupõe de determinados cuidados, tendo em vista que as referidas práticas se constituem como práticas culturais. Dessa forma, representam modos de compreender a realidade e de estabelecer sentidos, os quais foram previamente partilhados social e historicamente. Logo, a autora afirma que as práticas não são individuais, mas coletivas e desenvolvidas no âmago de culturas específicas. Vidal (2009) ressalta, ainda, a necessidade de analisar as práticas como um ato, uma operação, o que ocasiona determinados problemas, dos quais o primeiro consiste na dificuldade de localizar os registros desse ato e o segundo é a distinção epistemológica entre as práticas e a “prescrição/modelação de práticas”, (VIDAL, 2009, p.107). A autora

diferencia que as prescrições desenham os contornos do possível, ou seja, atuam no sentido de propor práticas ideais, as quais podem ser subvertidas no cotidiano do espaço escolar. Tanto as fotografias como os documentos escritos contém ambos os elementos da modelação das práticas, por se dedicarem a apresentar o “ideal”, e das práticas, por deixar, muitas vezes, transparecer alguns resquícios da subversão do modelo.

### **1.5 A história das instituições educacionais como categoria de pesquisa em História da Educação**

O estudo da cultura escolar não deixa de estar relacionado com as investigações sobre instituições escolares, tendo em vista que, segundo Gatti Jr. (2002): “[...] a história das instituições educacionais almeja dar conta dos vários atores envolvidos no processo educativo, investigando aquilo que se passa no interior das escolas [...]” (p. 20).

Essas categorias se tornaram atrativas no âmbito de um movimento em busca do particular, o qual se baseia em recortes cada vez menores, que, segundo Sanfelice (2006), encontra-se na contramão de toda a globalização econômica e do discurso hegemônico neoliberal. Tal comportamento, afirma o autor, não é específico da historiografia educacional brasileira ou da historiografia brasileira. Ele ocorre no âmbito mundial e delineou-se ao longo de todo o século XX. Nesse sentido, Gatti Jr. (2002) afirma que a história das instituições educacionais integra uma tendência recente da historiografia, a qual confere relevância epistemológica e temática ao exame das singularidades sociais, o que relegou as análises de conjunto, que se faziam presentes, especialmente, na área educacional, em um segundo plano.

De acordo com Werle (2004), a história das instituições escolares é uma tentativa de elaboração de um discurso, de uma interpretação cujo objeto refere-se a diferentes momentos ou fases da instituição e a seu contexto. Para essa autora, a história das instituições escolares não é um relato ou recitação de acontecimentos, mas uma narrativa com interpretações, releituras que se apresentam na dimensão de representação, de uma versão da história institucional. Além disso, deve-se ter em conta o que afirma Magalhães (1999):

A história das instituições educativas constitui um processo epistêmico que medeia entre a(s) memória(s) e o arquivo, não se limitando a memória às

dimensões orais, mas incluindo as crônicas e outros textos afins e não se confinado o arquivo à documentação e informações escritas, (p.69).

Pode-se perceber que esse autor menciona a importância de analisar a história das instituições educativas se utilizando de uma pluralidade de fontes. A presente pesquisa baseia-se tanto em fontes escritas como em fontes visuais, bem como opta por jornais que possuem diferentes vinculações partidárias, com a finalidade de perceber os diferentes pontos de vista sobre as instituições Pelotenses.

Como mencionado anteriormente, a pesquisa sobre a história das instituições educacionais ganhou muito vulto em âmbito nacional, especialmente quando, em 2004, a Revista Brasileira de História da Educação publicou, na sua 7ª edição, o artigo de Elizabeth Figueredo de Sá Poubel e Silva, intitulado “Leowigildo Martins de Mello e a organização da Escola Normal de Cuiabá”. O referido trabalho propunha-se, por meio da análise da estrutura organizacional e curricular da Escola Normal de Cuiabá, a perceber o confronto entre o modelo escolar paulista, representado por Mello (que fora contratado para organizar essa instituição) e a forma como tal modelo foi incorporado, no que tange à realidade educacional, social e econômica do estado do Mato Grosso. No número 12, de 2006, a mesma revista publicou o artigo “A produção acadêmica sobre os institutos isolados de ensino superior do estado de São Paulo (1951-1964)”, de Rosane Michelli de Castro, cujo objetivo consiste em oferecer uma visão de conjunto dos estudos e das pesquisas sobre nove institutos isolados de ensino superior criados ou incorporados ao Sistema Estadual de Ensino Público Paulista, entre 1951 e 1964.

Já em 2007, a Revista Brasileira de História da Educação dedicou espaço nas páginas do seu 13º número, para a publicação do artigo intitulado “Pesquisa historiográfica em instituições educativo-musicais: fundamentos e reflexões”, de autoria de Rita de Cássia Fucci Amato. O referido trabalho visa contribuir para as pesquisas sobre instituições de ensino musical, ao abordar a sua relação com a Nova História e com a História Oral, bem como apresentar alguns procedimentos metodológicos relativos às fontes passíveis de serem utilizadas. No mesmo ano, no entanto em sua 14ª edição, a Revista publicou o artigo de Sônia Castro Lopes, intitulado “Memórias em disputa: Anísio Teixeira e Lourenço Filho no Instituto de Educação do Rio de Janeiro (1932-1935)”, o qual se dedica à análise da atuação dos educadores, acima mencionados, na referida instituição educacional.

No número 15, de 2008, a Revista Brasileira de História da Educação publicou o artigo “A emergência de escolas normais no Rio de Janeiro do século XIX: Escola Normal do Município da Corte e Escola Normal de Campos”, de autoria de Sonia de Castro Lopes e Silvia Alicia Martinez. Embora o presente artigo se refira à formação docente, a história de duas instituições educacionais de formação de professores fora abordada no referido estudo.

Em seu número 19, de 2009, tal revista publicou dois artigos sobre a Universidade de São Paulo. O primeiro, de autoria de Diogo da Silva Roiz, cujo título é “Dos “discursos fundadores” à criação de uma “memória coletiva”: formas de como se escrever a(s) história(s) da Universidade de São Paulo”, objetivava demonstrar como Júlio de Mesquita Filho e Fernando de Azevedo foram responsáveis por elaborar “discursos fundadores”, divulgados por meio de “pronunciamentos”, os quais se efetuaram em momentos de consagração dessa instituição. O segundo, intitulado “Os primórdios da Universidade de São Paulo”, de Macioniro Celeste Filho, se dedicou ao estudo dos conflitos entre a Escola Politécnica e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, nos anos de criação da USP.

Embora em número menos representativo, a temática da história das instituições educacionais também teve espaço na Revista Brasileira de Educação, a qual publicou o artigo de Moysés Kuhlmann Jr., cujo título era “Histórias da educação infantil brasileira”, no qual foi traçado um histórico das instituições de educação infantil no Brasil. Entretanto, na Revista de História da Educação da Associação Sul-Rio-Grandense de Pesquisadores em História da Educação, a temática contou com um espaço considerável.

Em 2007, no volume 11, número 22, foi publicado o artigo de Rogério Canciam e Vera Lúcia Machado, denominado “A PUC-Campinas: as mudanças institucionais narradas por seus docentes mais velhos”, que visa recuperar a história dessa instituição, por meio da análise das atividades de seus docentes mais antigos. Já em 2010, no volume 14, número 31, foi publicado o artigo “A Escola de Belas Artes de Pelotas: aspectos de sua gênese e constituição”, de Clarice Rego Magalhães e Giana Lange do Amaral, cujo objetivo é esclarecer quais foram as condições para a criação da referida instituição, no ano de 1949.

Já no Grupo de Trabalho-02, de História da Educação da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, esse tema tem merecido um espaço relevante. Na 23ª Reunião Anual da ANPEd foi publicado o trabalho de

Carmen Lúcia Fornari Diez e Geraldo Balduino Horn, intitulado “Catedrais de Cultura e de Arame em Curitiba: mito e metáfora”, cujo objetivo era discutir a importância que a Escola de Artes e a Indústria do Paraná ocupou no processo de formação da identidade cultural paranaense, entre o fim do século XIX e o início do XX. Na 24ª Reunião Anual da ANPEd foram publicados três trabalhos que versavam sobre a referida temática.

Primeiramente, o estudo de Mauricéia Ananias, de título “O Ensino em Campinhas na segunda metade do século XIX: a Escola Corrêa de Mello”, o qual se dedicava ao contexto educativo da cidade acima mencionada no século XIX e o alvorecer de instituições educacionais, notadamente da Escola Corrêa de Mello. Nessa mesma edição da ANPEd, publicou-se, também, o trabalho intitulado “Uma Escola de Formação Profissional para o sexo feminino no Distrito Federal: a Escola Profissional Paulo de Frontin (1919)”, de Nailda Marinho da Costa Bonato, o qual se dedica ao estudo de uma escola municipal que visava a formação de meninas pobres. Por fim, nessa edição da ANPEd, foi publicado o trabalho “O Centro Regional de Pesquisas Educacionais de São Paulo (1956 – 1961)”, de autoria de Márcia dos Santos Ferreira, cujo objetivo consistia em apresentar um quadro descritivo das atividades desenvolvidas no Centro Regional de Pesquisas Educacionais de São Paulo (CRPE/SP), durante o período em que foi dirigido por Fernando de Azevedo.

Na 26ª Reunião Anual da ANPEd foi publicado o trabalho de Norma Patricya Lopes Soares e Maria do Amparo Borges Ferro, de título “A Escola Normal do Piauí: origem, consolidação e apogeu”, o qual visava traçar o perfil da Escola Normal de Teresina desde sua criação no ano de 1864 até 1973 quando foi transformada em Instituto de Educação. Na sua 27ª edição, o GT-02 da ANPEd contou, novamente, com um trabalho de Norma Patricya Lopes Soares, sobre a Escola Normal de Teresina. Esse trabalho, cujo título é “Práticas e representações de uma escola de formação de professores”, dedicava-se à análise das práticas e das representações presentes nos alunos egressos e nos professores, com vistas à reconstituição da história dessa instituição educacional. Nesse mesmo ano, foi publicado, também, o trabalho de Luiz Claudio Gonçalves Gomes, intitulado “Imagens e Memórias da Escola de Aprendizes Artífices de Campos”, instituição que funcionou entre 1910 e 1942. O referido trabalho visava à reconstituição da história institucional por meio de imagens fotográficas.

Na 28ª Reunião Anual da ANPEd foram publicados cinco trabalhos que versavam sobre a história de instituições educacionais. O trabalho de Silvia Alicia Martinez, de título “A Escola Normal de Campos: trajetória de uma investigação”, visava contribuir para a preservação da memória da referida instituição, bem como para a compreensão das políticas de formação de professores, desenvolvidas nos primeiros anos da República até a primeira metade do século XX, no estado do Rio de Janeiro. O estudo intitulado “Três vidas, o mesmo colégio, diferentes olhares (décadas de 1930 e 1940)”, de Paula Leonardi, que objetivava enfatizar as relações travadas entre três mulheres e o Colégio Puríssimo Coração de Maria, de acordo com suas origens sociais diferenciadas. Além disso, a análise se encontrava inserida no âmbito de uma discussão sobre as relações entre a Igreja Católica e o Estado, na construção de uma ideia de professora e mulher, assim como uma ideia de escola de qualidade.

O estudo de Flávia Obino Corrêa Werle, intitulado “Ancorando Quadros de Formatura na História Institucional”, já mencionado anteriormente como um trabalho que relaciona fotografia e História da Educação, utiliza como fonte quarenta e sete quadros de formatura, originários de dois colégios masculinos e duas escolas femininas, com o objetivo de reconstituir a história institucional por meio de fotografias. O trabalho de Marina Tucunduva B. Porto Vieira, intitulado “Associação Casa da Criança de Santos na Primeira República: concepções de infância”, pretendia conhecer quais concepções de infância estariam subjacentes às propostas de atendimento da Instituição, no decorrer da Primeira República (1889-1930). Além desses, o estudo de Beatriz da Costa e Cunha, “Assistência e profissionalização do exército: elementos para uma história do Colégio Militar da Corte (1889-1906)”. O objetivo do estudo residia em apresentar uma reflexão sobre o processo de criação dessa instituição, ao se identificar as forças que definiram a sua existência e o seu funcionamento enquanto instituição de ensino secundário de modelo militar.

Na 29ª Reunião Anual da ANPEd foram publicados três trabalhos sobre o tema das instituições educacionais. O estudo intitulado “Memórias em disputa: Anísio Teixeira e Lourenço Filho no Instituto de Educação do Rio de Janeiro (1932-35)”, de Sonia de Castro Lopes, o qual foi citado acima, por sua publicação na Revista Brasileira de História da Educação. O estudo de Domingos Nobre, intitulado “Escola Indígena Guarani Mbya: resistência e subordinação”, o qual analisa a “crise” que a Escola Indígena Guarani Kiringue Yvotyty, localizada em Angra dos Reis, no

Rio de Janeiro, vivencia nos últimos dois anos. Para tanto, o autor utiliza uma perspectiva histórica, ao relacionar fatores como as políticas públicas para a educação indígena. E o trabalho de Berenice Corsetti, cujo título é “Movimento Social e Escola no Rio Grande do Sul: um estudo no campo da história das instituições educativas”. Esse estudo tem por objetivo analisar a relação estabelecida entre o movimento ferroviário e a questão educacional, mais especificamente com relação às iniciativas do Departamento de Educação da Cooperativa dos Ferroviários do Rio Grande do Sul, notadamente com relação à Escola Silva Jardim, de Porto Alegre.

Assim como a edição anterior, a 30ª Reunião Anual da ANPEd teve três trabalhos sobre história das instituições educacionais. O estudo de Flávia Obino Corrêa Werle, intitulado “Escola Normal Rural no Sul do Brasil”, o qual visa trazer à luz a diferenciação entre a visão global de “Escola Normal” e o conceito de “Escola Normal Rural”. Para tanto, a autora apresenta a trajetória de algumas instituições que foram criadas com a finalidade de formar professores para a zona rural. Contou-se, ainda, com o estudo de Sérgio César da Fonseca, cujo título é “Do abandonado ao menor: o caso do Instituto Disciplinar em São Paulo (1903-1927)”, cujo objetivo é analisar como a infância ganhou espaço nos debates políticos e qual a representação da criação de uma instituição para abrigar e formar os menores abandonados. Por fim, nessa edição se publicou o trabalho de Bruno Bontempi Jr., de título “A incorporação do Instituto de Educação pela FFCL-USP: hipóteses para entender um campo cindido”, o qual se dedica à análise do contexto em que o Instituto de Educação foi incorporado pela FFCL, bem como de criação do INEP.

Na 31ª Reunião Anual da ANPEd foi publicado o trabalho “Construção de bases de dados e análise historiográfica de propostas educacionais: um estudo sobre o Parque Infantil Paulistano (1947-1957)”, de Moysés Kuhlmann Júnior, o qual se propunha, por meio da análise da história do Parque Infantil Paulistano, compreender a história da infância, utilizando como fonte principal, uma publicação da Divisão de Educação, Assistência e Recreio da Secretaria de Educação e Higiene, que possibilita conhecer aspectos das propostas institucionais e pedagógicas dos Parques Infantis.

Publicou-se, ainda, o estudo de Érica Piovam de Ulhôa Cintra, intitulado “Escola Técnica de Comércio São José: um colégio católico feminino no tempo da reorganização do ensino comercial”, cujo objetivo é analisar as soluções

encontradas pela referida instituição no âmbito da Lei Orgânica de Capanema. E o trabalho de Carlos Fernando Ferreira da Cunha Júnior, “A dimensão educativa dos espaços do Imperial Collegio de Pedro Segundo”, o qual realiza uma análise do espaço escolar da instituição como elemento formativo, examinando as zonas internas e externas da referida escola.

Na 32.<sup>a</sup> Reunião Anual da ANPEd foi publicado o trabalho “Propagandas das instituições de ensino de Pelotas-RS: visibilidade ao espaço escolar (1875-1910)”, de Helena de Araújo Neves, o qual se dedica a investigar as características do processo educacional pelotense, entre os séculos XIX e XX, por meio da análise de anúncios institucionais. Por fim, na 33.<sup>a</sup> Reunião da ANPEd se publicou o estudo de Silvana Aparecida Bretas, cujo título é “A Federalização das Faculdades Sergipanas: os embates na construção de um projeto de Universidade (1950-1967)”, que se dedica à reconstituição da trajetória de formação da primeira instituição universitária sergipana.

A relevância que a temática da história das instituições educacionais ganhou, no âmbito da pesquisa em História da Educação no Brasil, pode ser evidenciada ao se perceber que em várias edições do Congresso Brasileiro de História da Educação se contou com um eixo temático dedicado ao tema. No I CBHE, em 2000, o referido eixo contou com trinta e sete trabalhos. Dentre esses, pode-se citar como exemplo, o estudo de Rachel Duarte Abdala, intitulado “A fotografia e a construção da imagem da Escola Normal na Reforma de Fernando de Azevedo”, já citado anteriormente no que tange a sua relação entre fotografia e História da Educação.

Tal trabalho visa demonstrar a forma como o ideal educacional foi engendrado pela construção de imagens na Reforma Educacional realizada entre os anos de 1927 e 1928. Além disso, deve-se mencionar o trabalho de Milton Ramon Pires de Oliveira, “Educar e regenerar: os Patronatos Agrícolas e a Infância Pobre na Primeira República”, cujo objetivo é analisar o contexto de criação dos patronatos agrícolas no Brasil, os quais visavam formar trabalhadores, bem como intervir nos setores pobres da sociedade, o que concorreria para a modernização social e cultural. Cita-se, ainda, o trabalho de Larisse Dias Pedrosa e Wenceslau Gonçalves Neto, intitulado “(Des)caminhos para se compreender a criação da Faculdade de Engenharia em Uberlândia: a imprensa enquanto objeto de análise (1950-1960)”. O referido estudo se destinava a verificar o processo de discussão em torno da criação

da primeira Escola Técnica Superior de Uberlândia (Faculdade de Engenharia), objetivando compreender as principais opiniões difundidas nos jornais<sup>10</sup>.

O II CBHE, em 2002, não contou com um eixo temático sobre História das instituições educacionais, no entanto, isso não significou a ausência de trabalhos na área. Entre os trabalhos que versam sobre cultura escolar, pode-se citar o estudo de Ana Paula Gomes Mancini e Carlos Monarcha, cujo título é “Escola Normal da Corte (1876-1889): contribuição para o estudo das instituições de formação de professores no Império”. O objetivo desse estudo consistia em contribuir para o estudo das instituições de formação de professores no Império, mais especificamente no município neutro. Deve-se mencionar, também, o trabalho “O Colégio Santa Teresa de Ituiutaba (MG) e a ação educacional das irmãs scalabrinianas no Brasil”, de Décio Gatti Júnior e Lúcia Helena Moreira de Medeiros Oliveira. Esse estudo visava analisar a consolidação da Congregação das Irmãs Scalabrinianas no Brasil e a afirmação de sua obra educacional.

Além desses, ressalta-se o trabalho denominado “Grupo Escolar Júlio Bueno Brandão: suas singularidades no processo de construção da cidadania (Uberlândia-MG, 1915-1929)”, de Luciana Beatriz de Oliveira Bar de Carvalho e Geraldo Inácio Filho. Os autores se dedicaram à análise do contexto de criação da referida instituição, a qual seria um marco para a institucionalização do republicanismo no âmbito educacional em Uberlândia. Deve-se citar, ainda, o trabalho “O Colégio Nossa Senhora de Lourdes e a Formação da Elite Feminina”, de Miguel André Berger e Ilza Elaine de A. Souza, dedicado à investigação de uma instituição de educação feminina. Bem como o trabalho de Patricia Pereira de Souza, intitulado “O CEFD-UFES em anos de chumbo”, o qual se dedica a estudar o ensino superior durante o período militar no Brasil, visando compreender como os responsáveis pela formação superior de educadores agiam perante os ditames do governo.

---

<sup>10</sup> Ainda no I CBHE, destaca-se o trabalho “A pesquisa histórico-educacional sobre as instituições educacionais brasileiras: reflexões teórico-metodológicas”, de Décio Gatti Júnior, que se trata de reflexões teóricas sobre a pesquisa no âmbito da temática de História das Instituições Educacionais, com relação aos processos de constituição e desenvolvimento de instituições de ensino primário e secundário, na região do Triângulo Mineiro e Alto do Paranaíba, entre 1880 e 1960. Cita-se, ainda, o trabalho “Industrialização e educação: a origem do Liceu de Artes e Ofícios”, de Celina Midori Murasse, o qual se dedica à investigação do contexto de criação da referida instituição. Por fim, o trabalho de Marilda Iwaya, cujo título é “Instituto de Educação do Paraná (de 1940 à 1960) – representações sobre a arquitetura escolar”. Esse estudo evidencia a dimensão formativa da arquitetura escolar.

Além disso, o trabalho “O ingresso da instrução pública na modernidade: lendo os Arquivos do Grupo Escolar Dr. Manoel Luís”, de Miguel André Berger, que se dedica ao estudo da criação e do cotidiano dos grupos escolares, os quais se constituíam em espaços para concretização da educação pública e gratuita baseada nos princípios escolanovistas. Nesse mesmo sentido, cita-se o trabalho “Liceu Paraibano: histórias e memórias da década de 1960”, de Afonso Celso Scocuglia, que visa a reconstrução histórica da sua trajetória político-educacional, tendo em vista a representatividade da instituição para a história da escolarização da Paraíba na década de 1960<sup>11</sup>.

O III CBHE, em 2004, tampouco contou com um eixo temático específico para a história das instituições educacionais. No entanto, em seus anais constam vinte e cinco trabalhos dedicados ao tema. Dentre esses, destaca-se o estudo comparado de António Gomes Ferreira, denominado “Instruir as elites em meados do século XIX: o Liceu de Coimbra e o Imperial Collegio de Pedro II”. Esse trabalho se refere a um estudo do ensino secundário no Brasil e em Portugal, por meio da história de duas reconhecidas instituições educacionais. No mesmo sentido de formação das elites, pode-se citar o trabalho de Ricardo Nascimento Abreu, intitulado “Os “Bacharéis Fardados” da Escola Militar da Praia Vermelha: a formação da elite intelectual sergipana (1870-1889)”. Esse autor se dedica ao estudo de uma instituição educacional militar, que visava formar a intelectualidade no estado do Sergipe.

Menciona-se, ainda, o trabalho “Colégio Santo Antônio: conquistando almas para Deus, formando cidadãos para a Pátria”, de Rogéria Rebello Diegoli, o qual analisa as estratégias de poder existentes no âmbito institucional, no período de implantação da escola. Ainda se destinando à temática do ensino secundário, pode-se mencionar o trabalho de Norberto Dallabrida, denominado “Co-educação no

---

<sup>11</sup> Além desses, o evento contou com uma gama vasta de estudos sobre a educação feminina, como “Escola Doméstica de Natal: signo de modernidade educacional da sociedade norte-riograndense no século XX (1914-1945)”, de Andréa Gabriel F. Rodrigues e Marlúcia Paiva de Oliveira, o qual se dedica à educação feminina na primeira metade do século XX. Bem como, com o trabalho “História e Memórias de um espaço escolar feminino: o Colégio Nossa Senhora Auxiliadora de Ribeirão Preto/SP (1918-1960), de Alessandra Cristina Furtado; o estudo denominado “História da Escola Normal de Natal: memórias da Professora Francisca Nolasco Fernandes (D. Chicuta 1908-1995), de Maria Arisnete Câmara de Moraes e o trabalho “Colégio Nossa Senhora das Dores e a formação de piedosas filhas de Maria, dedicadas professoras e perfeitas esposas”, de Sandra Nui Asano. Por fim, o trabalho de Hedmar de Oliveira Ferreira, intitulado “Colégio Dom Lustosa: História da Educação Católica Masculina em Patrocínio - MG (1927-1962)” dedicou-se à educação confessional masculina.

Ginásio Lagunense nas décadas de 1930 e 1940: avanços e limitações”, cujo objetivo consiste em compreender os avanços implementados no Ginásio Lagunense no que tange à co-educação, durante as décadas de 1930 e 1940, ao mesmo tempo em que visa constatar as desigualdades de gênero nas práticas educativas. Também sobre ensino secundário, ressalta-se o trabalho de Fernanda Barros e Wenceslau Gonçalves Neto, intitulado “História das Instituições Educacionais em Goiás: Lyceu de Goyaz – 1930/1937”, que tinham por objetivo o estudo da História do Lyceu de Goyaz e sua organização educacional, utilizando-se de fontes primárias, secundárias e de História Oral.

No que tange à história de instituições formadoras de professores, deve-se citar o trabalho de Andréia Cristina Fregate Baraldi Labegalini, cujo título é “Uma instituição modelar para a formação de professores alfabetizadores: os Institutos de Educação do Estado de São Paulo (1933-1975)”, que objetiva analisar o contexto de criação, bem como de funcionamento das referidas instituições. No mesmo sentido, ressalta-se também, o trabalho “Infância e formação de professores: concepções produzidas no Instituto de Educação de Florianópolis nas décadas de 1930 e 1940”, de Ana Cláudia da Silva. Destaca-se, ainda, o trabalho de Cleonara Maria Schwartz, denominado “Tradicional Instituição” e “ensino de qualidade”: representação e imagem da Escola Normal D. Pedro II nos anos de 1950 – Vitória (ES)”, o qual se dedica à escrita da história daquela que foi, no período estudado, a única instituição para a formação de professores na cidade de Vitória.

Com relação ao ensino agrícola, foram publicados os trabalhos: “Agricultura ou Pedagogia? Agrônomos e Pedagogos no Colégio Agrícola Benjamin Constant (1967-1979)”, de Jorge Carvalho do Nascimento; “Educação no Campo e desenvolvimento sustentável: um estudo do caso da Escola Família Agrícola de Angical – Bahia”, de Sandra Regina Magalhães de Araújo, e “Escola Normal Rural no Rio Grande do Sul: história institucional - década de 1940”, de Flávia Obino Corrêa Werle. O primeiro analisa os embates presentes nas instituições de ensino agrícola, as quais tinham por preceito seguir os ditames do Ministério ou das Secretarias da Agricultura, enquanto o debate em âmbito educacional possuía pouco espaço na escola. O segundo dedica-se a um estudo de caso que relaciona a escola de formação agrícola e a possibilidade de seus egressos se manterem no campo. O último se refere à análise do papel da Escola de Engenharia de Porto Alegre de onde partiram, em âmbito estadual, iniciativas educacionais relacionadas à

necessidade de formação para o ensino no meio rural. O estudo se dedica, ainda, a demonstrar como os conceitos de escola normal e escola rural foram integrados tardiamente no Rio Grande do Sul, bem como apresenta como se dava o funcionamento de uma escola normal rural<sup>12</sup>.

Com relação a instituições educacionais em contextos de imigração, pode-se citar os trabalhos: “Escola Alemã ou Colégio Progresso?”, de Regina Maria Schimmelpfeng de Souza, e “Escola Municipal Casemiro Stachurski: uma prática político pedagógica oficial forjada na interdição da cultura de uma comunidade cricumense de origem polonesa”, de Leila Lourenço. O primeiro se dedica a analisar uma instituição educacional curitibana, na década de 1930, momento em que existe uma preocupação em nacionalizar o ensino, ao mesmo tempo em que a escola vive esses embates por ter sido criada em um contexto de imigração alemã. O segundo se insere no mesmo contexto do anterior e apresenta como se deu, no interior da escola, as disputas entre a legislação do Estado Novo, que visava nacionalizar o ensino, e a comunidade polonesa, que percebia na escola e em seu professor a possibilidade de manter os seus traços culturais, nomeadamente o seu idioma.

Com relação à educação feminina, ressalta-se o trabalho “Mulheres e Educação Profissional em Curitiba: a Escola Técnica de Comércio São José (1942 – 1955)”, de autoria de Erica Piovam de Uihôa Cintra<sup>13</sup>. Esse estudo analisa a diferença entre a proposta de educação feminina católica e a da formação profissional deste público longe do ‘tradicional’ magistério, que visa, ainda, compreender aspectos da educação feminina paranaense, permitindo identificar o papel da jovem mulher dos anos de 1940 e 1950, em Curitiba –Paraná. No âmbito do estudo de instituições de formação profissionalizante, pode-se citar o trabalho de Lilian Ianque Leite, denominado “Práticas Escolares e representações: o ensino profissionalizante no Instituto Politécnico Estadual”, que se utiliza da História Oral para resgatar as memórias institucionais.

Cabe destacar que, nessa edição do Brasileiro, houve trabalhos que versavam sobre a arquitetura escolar, como o estudo de Ana Paula Pupo Correia, denominado “História e Arquitetura Escolar: em busca da construção de escolas “modernas” no Paraná (1943 – 1953)”, o qual se dedica à análise das políticas de

---

<sup>12</sup> Outro trabalho, da mesma autora, dedicado a esse tema foi apresentado na 30ª Reunião Anual da ANPEd.

<sup>13</sup> A autora publicou um trabalho sobre a mesma instituição na 31ª Reunião Anual da ANPEd.

edificação de escolas no momento de criação dos primeiros projetos de planejamento urbano de Curitiba. Ressalta-se, também, o trabalho de Silvia Alicia Martinez e Maria Amélia de Almeida Pinto Boynard, denominado “Atrás da Casa-grande: memória, gênero e espaço escolar da Escola Normal de Campos (1895 – 1955)”, que visa analisar a relação entre gênero e espaço escolar no contexto do fenômeno do “apagamento” da história dessa escola na memória social da região. E o trabalho “O espaço escolar como tempo de civilização: o ensino primário no Rio Grande do Norte (1889 – 1920)”, de Adriana Moreira Lins de Medeiros e Cristiana Moreira Lins de Medeiros, cujo objetivo é perceber a dimensão civilizatória do espaço escolar.

No IV CBHE, em 2006, o Eixo Temático “História da profissão docente e das instituições escolares”, contou com sessenta e oito trabalhos. Dentre esses trabalhos, no que tange às instituições de ensino profissional, destaca-se o trabalho de Ana Cristina dos Santos Amaro da Silveira e Giana Lange do Amaral, intitulado “O Início da cidadania dos menores aprendizes da Agência de Treinamento Eraldo Giacobbe, SENAI/Pelotas, através de seu ensino industrial, nas décadas de 1970 e 1980”, cujo objetivo consiste em analisar a contribuição dessa instituição como escola formadora de mão-de-obra para indústria pelotense. Ressalta-se, também, o trabalho “A Educação da Infância Desvalida no Maranhão Oitocentista: a Casa de Educandos Artífices”, de César Augusto Castro, que se dedica ao estudo da formação profissional para as classes mais empobrecidas no Maranhão, durante o período imperial. Nesse mesmo tema, deve-se mencionar, ainda, o trabalho de Érica Piovam de Uilhôa Cintra, denominado “Do curso de datilografia aos cursos de Comércio (propedêutico e contador): a criação do Instituto Comercial São José (Curitiba, 1942-1943)”, o qual se dedica ao período de instalação da referida instituição. Cita-se, também, o trabalho de Norma Patrícia Lopes Soares e Maria do Amparo Borges Ferro, denominado “Escola Normal no Piauí: uma História através da Memória”, cujo objetivo é analisar o currículo escolar no decorrer na história dessa instituição.

Com relação às instituições de ensino primário, destaca-se o trabalho “Educação e infância: as práticas pedagógicas no âmbito do Grupo Escolar João Pinheiro de Ituiutaba, MG (1966-1988)”, de Ana Emília Cordeiro Souto Ferreira e Carlos Henrique de Carvalho, cujo objetivo é analisar como se dava a educação infantil no período acima mencionado. Sobre a educação rural, ressalta-se o trabalho

de Angélica Pinho Martins Rocha, denominado “História da Educação Rural nas imagens: Escola Cruzeiro dos Peixotos (Uberlândia/MG – 1933-1959)”, o qual se dedica à análise das representações produzidas pelas fotografias existentes no Arquivo Público de Uberlândia das escolas rurais de Cruzeiro dos Peixotos.

Sobre a temática do ensino superior, pode-se citar o trabalho “História, Memória e Instituição Escolar: a constituição da FAFI à FACED – UFU”, de Cleide Fátima Carvalho e Sônia Maria dos Santos, que utiliza a História Oral para reconstituir a história da referida instituição educacional. Deve-se mencionar, ainda, o trabalho de Denilson Santos de Azevedo, intitulado “A História da Escola Superior de Agricultura e Veterinária (ESAV) do Estado de Minas Gerais e as origens da Universidade Federal de Viçosa (UFV)”, que se trata de uma pesquisa a respeito do trabalho pedagógico implementado durante o processo de constituição e consolidação da Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Estado de Minas Gerais, a partir de 1927. Cita-se, ainda, o trabalho de Macioniro Celeste Filho, denominado “A Comissão Paritária da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de 1968 e a Reforma da Universidade de São Paulo”, que se dedica ao estudo da instituição durante a ditadura militar e da repercussão da Reforma da Universidade de São Paulo.

Deve-se mencionar, também, o trabalho de Regina Maria Jordão Cardoso de Castro e Maria de Araújo Nepomuceno, intitulado “Expansão da Educação Superior privada em Goiânia: a história da Faculdade Cambury”, que se trata de um estudo sobre a mercadorização da educação e o mundo do trabalho. Nesse sentido, citamos o trabalho de Suely Ferreira e Maria de Araújo Nepomuceno, denominado “A expansão da Educação Superior privada em Goiânia: o caso da UNI Anhangüera em perspectiva histórica”, cujo objetivo é analisar a trajetória dessa instituição educacional em perspectiva histórica.

Sobre a educação feminina, destaca-se o trabalho de José Fernando Teles da Rocha, intitulado “Do infantil ao secretariado: o externato São José e a Educação Feminina na capital paulista (1880-1942)”, o qual visa analisar a importância do Externato São José como uma das principais instituições de ensino feminino na cidade de São Paulo. Com relação às instituições de ensino confessional, cita-se o trabalho de Luciete Diniz Castro, denominado “História e memória do Instituto Teresa Valsé Salesianas (1959-1970)”, o qual se dedica ao estudo da importância de uma instituição confessional voltada para classe carente da cidade de Uberlândia

e região. Deve-se mencionar, no que tange às instituições educacionais em contextos de imigração, o trabalho de Marcio Brasil, intitulado “A Escola da Società Italiana di Beneficenza di Santos (1897-1942)”, que se trata de um estudo sobre uma instituição educacional desenvolvida por imigrantes, que preconizava um determinado tipo de formação, o qual é analisado pelo autor<sup>14</sup>.

No V CBHE, em 2008, o Eixo Temático “História da profissão docente e das instituições escolares formadoras” contou com noventa e sete trabalhos<sup>15</sup>. Além de se dedicar aos estudos das instituições formadoras, houve investigações que se dedicavam ao ensino secundário ginasial, dentre as quais destaca-se o trabalho de Regina Tereza Cestari de Oliveira e Marcelo Pereira Rocha, denominado “As instituições escolares no sul do estado de Mato Grosso: implantação dos primeiros ginásios em Campo Grande (1920-1940)”. Além disso, menciona-se o trabalho de Jakeline Duque de Moraes Lisboa e Carlos Fernando Ferreira da Cunha Júnior, de título “A história do Clube Ginástico de Juiz de Fora (1909-1979)”.

No que tange ao ensino superior, ressalta-se o trabalho de Celso João Carminati e Camila Porto Fasolo, intitulado “A contribuição de intelectuais-bacharéis na fundação da Faculdade Catarinense de Filosofia”, assim como o trabalho de Nayara Alves de Oliveira, denominado “A Faculdade Católica de Fisiologia de Sergipe: antecedentes e origens”. Também cita-se o trabalho de Silvana Maura Batista de Carvalho, de título “A formação do professor de História na UEPG sob a visão dos formadores de professores – 1950 a 1975”.

---

<sup>14</sup> Ressalta-se, também, o trabalho de Helena de Araujo Neves e Giana Lange do Amaral, denominado “Estabelecimentos de instrução: desvelando aspectos sobre as instituições de ensino da cidade de Pelotas - RS por meio da propaganda institucional (1875-1910)”, o qual utiliza a imprensa como fonte para o estudo das instituições educacionais pelotenses.

<sup>15</sup> Dentre esses trabalhos, destaca-se, no que tange o estudo de instituições secundárias formadoras de professores, o trabalho de Wiara Rosa Rios Alcântara, intitulado “A Escola Normal do Brás e sua especificidade na formação de professoras em São Paulo”, bem como o trabalho de Ana Paula Gomes Mancini e Paula Nudmila Oliveira Silva, denominado “A Escola Normal Nossa Senhora da Conceição no Município de Dourados/MS (1940-1970): saberes escolarizados na formação de professores”. Ressalta-se, ainda, o trabalho de Wilson Sandano, “A criação da Escola Normal Livre Municipal de Sorocaba”. Além desses, o estudo de Thais M. Manieri, denominado “A formação de professores na antiga Escola Normal da cidade de São Carlos (1911-1945)”. Destaca-se, também, o trabalho de Wenceslau Braz e Tereza Fachada Levy, intitulado “A formação de professores na Escola Normal de Artes e Ofícios”. O trabalho de Cíntia Maria Luz Pinho de Souza, “Escola Normal de Nazaré (BA): espaço de ordem e transgressão – 1930-1970”. O trabalho de Sonia Maria de Castro Nogueira e Fátima de Araújo Silva Galvão, denominado “Escola Normal Livre do Município da Corte (1874-1875)”. Cita-se, ainda, o trabalho de Alessandra Cristina Furtado, de título “O papel da “Escola Normal Livre Nossa Senhora Auxiliadora” e da “Escola Normal Oficial”, na formação dos quadros para o magistério primário em Ribeirão Preto/SP”.

Com relação ao ensino rural e profissional, destaca-se o trabalho de Ana Carla Menezes de Oliveira, denominado “A Escola Agrotécnica Federal de São Cristovão através de uma retrospectiva histórica: passado e presente”. Ressalta-se, também, o trabalho de Maria das Graças Sá Peixoto Pinheiro e Heloíza Chaves Pinto, de título “A Escola Estadual “Vital de Mendonça”: trajetória histórica e ensino profissional (1952-2000)”. Sobre ensino primário, destacam-se os trabalhos de Ana Palmira Bittencourt Santos e Casimiro Laucimar Carvalho Souto Ferreira, “Educação, História e Memória: a trajetória das escolas sacramentistas”, e de Francinaide de Lima Silva, “O Grupo Escolar Augusto Severo, modernização pedagógica em Natal (1908-1920)”. Por fim, ressalta-se o trabalho de Adriana Duarte Leon e Giana Lange do Amaral, denominado “Apontamentos sobre duas associações docentes de Pelotas, nas décadas de 1930 e 1940”. Além desses, o trabalho sobre uma instituição de educação artística, de Elias Souza dos Santos, intitulado “Uma análise da história do Conservatório de Música de Sergipe, do seu método de ensino e da evasão”.

No VI CBHE, em 2011, o Eixo Temático “História das Instituições e Práticas Educativas”, contou com 248 trabalhos inscritos. Dentre esses, destaca-se, no que tange ao ensino primário, o trabalho de Lucia Mara de Lima Padilha e Maria Isabel Moura Nascimento, intitulado “Ideário Republicano nos Campos Gerais: a criação do Grupo Escolar Conselheiro Jesuíno Marcondes (1907)”, cujo objetivo consiste em realizar o resgate histórico de uma instituição escolar pública na referida localidade. Ressalta-se, também, o trabalho de Pedro Ernesto Fagundes, denominado “Escolas verdes: as escolas da ação integralista brasileira (AIB) no estado do Rio de Janeiro (1933-1937)”. Esse estudo tem como objetivo relacionar a fundação de escolas pelos integralistas e a divulgação de seu ideário político durante a década de 1930.

Ainda sobre a educação da infância deve-se mencionar o trabalho de Johelder Xavier Tavares e Sandro Nandolpho, denominado “A escola no parque: processos de institucionalização da Educação Infantil na cidade de Vitória (ES), na segunda metade do século XX”. O objetivo desse estudo é analisar o processo de institucionalização da educação infantil na cidade de Vitória (ES) e demonstrar que a criação do Jardim de Infância Ernestina Pessoa, na década de 1930, foi um importante marco espaço-temporal nesse processo. Além desse, pode-se citar o trabalho de Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avelino de França e Samara Avelino de Souza França, cujo título é “A educação de meninas órfãs e

desvalidas no Colégio Nossa Senhora do Amparo (1860 – 1870)”, o qual se dedica à análise do desenvolvimento das instituições de assistência aos desvalidos na região Norte do Brasil, durante o período imperial<sup>16</sup>.

É possível perceber que as pesquisas que se referem à história das instituições educacionais abordam as mais variadas instituições e recortes temporais. Os estudos desse tema se dedicam tanto ao século XIX, como a um período mais recente, inclusive décadas de 1980 e 1990. Além disso, pode-se dizer que são abarcadas tanto as instituições de ensino primário, como as de secundário e superior. Também contam com pesquisa, as instituições de educação profissional, tanto de formação para o comércio e para o trabalho na zona rural, como as escolas normais. Nesse sentido, são estudadas as instituições rurais e urbanas. Além desses, os institutos de artes também contam com investigações.

Na presente pesquisa, que também aborda uma grande variedade de instituições, a história dessas não será analisada individualmente, mas sim no sentido de perceber o traçado que o seu conjunto proporcionou à elite pelotense na divulgação de seu ideário com relação à formação cultural da cidade de Pelotas. Nesse sentido, visa-se perceber a significação que as instituições educacionais

---

<sup>16</sup> Nessa mesma edição do CBHE, foram publicados, o trabalho de Carla Regina Hofstatter e Gladys Mary Ghizoni Teive, de título “Forma silenciosa de ensino”: o espaço escolar no currículo do Centro Educacional Menino Jesus: produzindo subjetivações e identificações (1973 – 1997)”. Esse estudo se dedica à análise do espaço escolar de uma escola confessional católica, o qual utiliza o método montessoriano. Com relação ao ensino secundário, pode-se mencionar o trabalho de Beatriz Rietmann da Costa e Cunha, denominado “A expansão do ensino secundário militar (1889-1919)”. Tal estudo tem por objetivo examinar a formação do ensino secundário militar nas primeiras décadas da República, em especial a expansão inicial do Colégio Militar, criado na Corte, em 1889, em um período de transformações, durante o processo de profissionalização do Exército. Com relação às instituições de formação profissional, destaca-se o trabalho de Ariadne Lopes Ecar, intitulado “Formar homens de maior ou melhor capacidade de trabalho: um estudo da “missão” da Escola Normal de Niterói na Primeira República – 1893 – 1918”, que visa resgatar a história dessa instituição durante o alvorecer da República. Sobre esse mesmo tema, pode-se citar, ainda, o trabalho de Rita de Cássia Oliveira Ferreira, cujo título é “A Escola Normal da Capital em Minas Gerais no início do século XX”, que analisa o processo de criação e de institucionalização da Escola Normal da Capital, em Belo Horizonte. A Escola Normal Oficial do Piauí também se constituiu em objeto de pesquisa para estudos apresentados nessa edição do CBHE. O trabalho de Salânia Maria Barbosa Melo, intitulado “A Escola Normal Oficial do Piauí e suas contribuições para a sacralização da memória cívica”, dedicou-se à análise dessa instituição no âmbito de um contexto histórico de construção de memórias cívicas. Também sobre educação profissional, destaca-se o trabalho de Maria Zélia Maia de Souza, denominado “A assistência pela profissionalização: o caso de Instituto Profissional João Alfredo (1910 – 1933)”, que visa analisar a legislação que regulamentou a assistência e a profissionalização de menores desamparados, os quais eram internos no Instituto Profissional João Alfredo (IJPA), durante as primeiras décadas do século XX. Sobre a educação profissional feminina, pode-se citar o trabalho de Danielle Gross de Freitas, cujo título é “A educação das mulheres e a proposta da Escola Profissional Feminina de Curitiba”, o qual analisa os anos iniciais de funcionamento e os objetivos da referida instituição.

possuem no intuito de representar a modernidade em Pelotas, entre as décadas de 1910 e 1930.

A história das instituições de ensino insere-se, então, no contexto de um período em que conceitos possuíam uma significação muito presente na sociedade e que a modernidade era uma palavra intensamente usual no vocabulário da imprensa. Destaca-se, ainda, que as instituições educacionais, além de espaços propícios para a inculcação e imposição de valores (Bourdieu, 2011a), afirmavam-se, por seus prédios e sua tradição, como elementos simbólicos que divulgavam o ideário de um determinado grupo social. Sendo assim, as instituições serviram como ferramenta de imposição de determinada forma da cidade se pensar, embora representasse apenas uma classe específica.

**Capítulo II:  
Educação e modernidade  
em Pelotas durante as  
primeiras décadas do  
século XX**

## **2.1 A Educação brasileira e gaúcha**

A educação é fruto de um contexto histórico maior, que engloba as esferas econômica, política, social e cultural. Logo, para que as transformações educacionais realmente se concretizassem foi necessário um conjunto de mudanças iniciadas ainda no decorrer do século XIX. Ao realizar uma periodização da história da escola pública brasileira, Saviani (2004) define como marco inicial do que considera o “longo século XX” o ano de 1890<sup>17</sup>. Para justificar tal escolha, o autor menciona vários fatores: economicamente, os cafeicultores estabeleceram-se como principal grupo; politicamente, a Monarquia encontrou o seu fim e instaurou-se a República; socialmente, grupos sociais que vieram a pressionar a classe agroexportadora já haviam surgido, como a classe média, os trabalhadores assalariados urbanos, a imigração estava estabelecida e havia ocorrido a abolição; culturalmente, o positivismo, o evolucionismo, o darwinismo, o romantismo encontravam-se na cena acadêmica.

Nesse turbulento contexto histórico, a escola ganhou um papel primordial na formação dos cidadãos da república nascente. Seja com o intuito de republicanizar, disciplinar e afirmar o regime ou com o objetivo de reduzir o analfabetismo que ainda atingia níveis altíssimos, a escola constituiu-se como uma das principais ferramentas governistas, especialmente na figura do grupo escolar, ou seja, com classes seriadas, cujo prédio era construído tendo em conta interesses curriculares e pedagógicos. Tal instituição acabou por tornar-se um templo de saber que não civilizava apenas os seus estudantes, mas os habitantes da cidade. Isso ocorria porque seu prédio era, na maior parte das vezes, um diferencial em relação ao seu

---

<sup>17</sup> Embora o ano de 1890 faça parte do século XIX, o autor justifica a sua escolha por propor uma periodização que não se baseia apenas nos marcos temporais tradicionais. Além disso, a última década do século XIX é a primeira de efetivação do regime republicano no Brasil.

entorno. A arquitetura escolar passou a ter determinadas características que tornavam visíveis o poderio republicano.

Outra questão não menos importante que envolve a escola foi citada por Hilsdorf (2005) e refere-se ao voto. Segundo a autora, a educação pelo voto e pela escola foi instituída pelos republicanos como a grande arma da transformação evolutiva da sociedade brasileira, sendo oferecida em caução do progresso prometido pelo regime republicano. Dessa forma, a prática do voto pelos alfabetizados e a frequência à escola, seriam os responsáveis pela formação do homem progressista, adequado aos tempos modernos, transformando o súdito em cidadão ativo.

Tal transformação é essencial em um momento de transição entre dois regimes de governos distintos: a Monarquia, baseada na tradição e na hereditariedade, afirmando-se através de seus súditos; a República, baseada no voto do alfabetizado e na participação do cidadão. Cabe aqui ressaltar que existe um caminho a ser traçado entre o súdito e o cidadão, cuja formação se dá através de instituições e símbolos. Logo, a República não se eximiu de transformar a cidade em palco de sua simbologia.

Era importante ser detentor de uma dessas ferramentas, pois, de acordo com Hilsdorf (2005), as forças políticas buscaram controlar as instituições educativas e seus agentes com o objetivo de impor-lhes a forma escolar mais adequada e eficaz para ministrar e conformar a sociedade. Nesse mesmo sentido, Bencostta (2005) afirma que o discurso daqueles que implantaram o novo regime político em 1889, continha, além da justificação racional do poder, a fim de legitimar a República, o interesse em construir uma nação pautada em valores sintonizados com as mudanças que o mundo moderno apresentava. Logo, na tentativa de colocar-se contra as diversidades presentes no cotidiano social, Veiga (1998) afirma que a função do Estado foi a de assumir a liderança nos processos uniformizadores das populações, cujo objetivo era adaptar as pessoas à sociedade em que vivem. Nesse contexto, a escola tornou-se uma das instâncias legitimadoras do Estado, pois é uma instituição com função eminentemente ideológica.

A questão da modernidade e do moderno são repetidamente mencionados pelos autores, tendo em vista que a República afirmou-se no contexto político brasileiro como uma proposta moderna, inserida em um ideário iluminista, que se opunha ao passado monárquico, tradicional e conservador. Além das

transformações políticas que caracterizaram a história brasileira do final do século XIX e das primeiras décadas do século XX, a modernidade esteve presente, também, em âmbito educacional. Formou-se um ideário amplo sobre educação, trazendo para o campo educacional uma série de novos conceitos que, até então, não faziam parte desse vocabulário, como aptidão individual, atividade e mobilidade. A assimilação de tais conceitos, agregada ao rompimento com as formas tradicionais como Igreja e a família seria, de acordo com Veiga (1998), uma expressão do modernismo na educação, porque quer romper com a gestão tradicional da escola e o academicismo das ações, além de buscar a invenção do indivíduo e recriar o social.

O início do século XX, especialmente as décadas de 1910 e 1920, foi um período marcado por greves operárias, pelo movimento tenentista, pela Coluna Prestes, pela fundação do Partido Comunista do Brasil e pela contestação cultural na Semana de Arte Moderna de 1922.

Ao tratar-se de educação nesse período, é impossível deixar de mencionar Nagle (2001). De acordo com esse autor, a evolução das ideias pedagógicas na Primeira República pode ser representada pela conjunção de dois movimentos ideológicos desenvolvidos por intelectuais do país, que são o “entusiasmo pela educação” e o “otimismo pedagógico”, caracterizados da seguinte forma:

De um lado existe a crença de que, pela multiplicação das instituições escolares, da disseminação da educação escolar, será possível incorporar grandes camadas na senda do progresso nacional, e colocar o Brasil no caminho das grandes nações do mundo; de outro lado, existe a crença de que determinadas formulações doutrinárias sobre a escolarização indicam o caminho para a formação do verdadeiro homem brasileiro (escolanovismo), (NAGLE, 2001, p. 134).

Tal autor evidenciou as diferenças entre o pensamento pedagógico da década de 1910 e da década de 1920. A primeira, tratava de expandir a escolarização com o intuito de erradicar o analfabetismo. Já a segunda, preocupou-se em pensar e modificar os padrões de ensino e cultura das instituições escolares.

Ao contrário de Nagle, Carvalho (1998) afirma que as propostas modernizadoras da década de 1920 não tiveram o sentido de apontar a educação como forma de mobilidade e ascensão social para as classes populares, pois se encontravam articuladas no âmbito de um projeto de construção da “nacionalidade”, acreditando que tais propostas privilegiaram a efetivação de um projeto particular da

sociedade. Como consequência, Veiga (1998) aponta que a intensificação do processo de escolarização das sociedades acabou por produzir hierarquias sociais, étnicas e culturais profundas que seguem existindo na sociedade atual.

Na sociedade que se formava, a escola teve papel cada vez mais relevante, sendo utilizada como ferramenta de homogeneização cultural, difundindo valores patrióticos, com o intuito de disciplinar não apenas o ambiente escolar, mas realizar uma disciplinarização social, notadamente através das manifestações cívicas, que foram mencionadas no subtítulo anterior. A escola afirma-se como mecanismo de controle, focando-se nas diferenças raciais, sexuais e de classe social, estando permeada por processos de exclusão social e cultural.

A alteração e o incremento da função social da escola foi um fenômeno cuja amplitude atingiu praticamente a totalidade dos estados brasileiros. Dessa maneira, além dos acontecimentos que ocorriam em âmbito nacional, deve-se ter em conta que no Rio Grande do Sul grandes transformações também ocorriam. Conforme Corsetti (2000), a sociedade rio-grandense, na Primeira República, foi alvo de um processo de modernização caracterizado por medidas definidas a partir do Estado gaúcho, que visaram à eliminação das condições que vigoraram até quase final do século XIX, marcadas pelo domínio da oligarquia rural tradicional.

A Primeira República no Rio Grande do Sul foi marcada pela hegemonia política do Partido Republicano Rio-Grandense, que se manteve no poder na esfera estadual e, também, na maior parte dos municípios. A atuação do PRR foi marcada pela influência ideológica do Positivismo, o qual, de acordo com Tambara (1995) apresentou certas peculiaridades, decorrentes da justaposição das ideias de Auguste Comte e Júlio de Castilhos, o que se chamou de Castilhismo.

Um exemplo dessa justaposição de ideias e da adaptação do positivismo ao contexto gaúcho habita na intervenção do Estado, a qual era vista como algo negativo pelos positivistas, no entanto, em determinados momentos ganhava uma nova feição, sendo considerada como uma “fatalidade necessária”. Dessa forma, o governo tomou então, para si, a responsabilidade pelo ensino elementar, mesmo que a iniciativa privada fosse bem aceita. O contexto social e econômico do estado do Rio Grande do Sul não permitiu uma abertura completa para a iniciativa privada. Os baixos índices de escolarização e o grande número de analfabetos tornou necessária tal atitude do governo estadual, que realizou uma ampliação da rede

pública de ensino, focando-se no ensino primário, fosse através da abertura de colégios elementares, ou através da subvenção de aulas isoladas.

A expansão da rede de ensino estadual demonstra a utilização da educação como ferramenta de modernização. Contudo, tais pressupostos de modernidade foram adaptados à realidade do estado e aos interesses do grupo dirigente, ou seja, do PRR. Para Corsetti (1997), a modernização implicou no traçado de políticas públicas de modernização, que demonstravam as convicções da nova elite dirigente, centrada na busca de uma racionalização de conteúdo burguês que transformou o Estado Rio-grandense em importante agente social, político e cultural, à época.

A autora propõe que a ciência, a educação e a moral transformaram-se em poderosos instrumentos de controle social e de veiculação ideológica, o que garantia a reorientação da sociedade e mantinha a estabilidade social. Além disso, a constituição da nova sociedade implicou no seu reordenamento a partir da construção de novas formas de dominação adequadas à problemática colocada: como dominar homens livres e formalmente iguais. Tal necessidade demandou a utilização de estratégias diferenciadas de poder e a formulação de um novo ideário que sustentasse as práticas políticas destinadas a garantir a desigualdade. Esse ideário tratava de diferenciá-los ao mesmo tempo em que igualizava os agentes sociais.

Retoma-se, então, a temática da relação estreita entre a educação e a higiene. Conforme Stephanou (2005), os discursos médicos não se restringiam a defender uma bandeira genérica de educação e saúde como solução aos problemas nacionais. Havia uma intensa discussão sobre qual saúde e qual educação deveriam ser preconizadas. O conceito de saúde englobava os âmbitos físico, mental, moral e sexual. Nesse período, médicos brasileiros ocuparam-se cada vez mais em discutir os conteúdos e objetos de ensino, os procedimentos pedagógicos, a avaliação, o exemplo do professor, a materialidade, a salubridade das escolas e os pressupostos teóricos dos pedagogos. Fundados no discurso da neutralidade da ciência, os médicos se apresentaram como arautos de uma poderosa alternativa para a cidade, seu espaço e sua população. Uma medicina social e urbana se legitimou pelo caráter de cientificidade, moralizador e salvacionista.

Com a Revolução de 1930, o governo gaúcho passou a ser exercido por Flores da Cunha, o qual se manteve no poder durante todo o período que antecedeu o Estado Novo. Esse governador criou a Secretaria de Estado dos Negócios da

Educação e Saúde Pública, no ano de 1935, mesmo ano em que foi criado o Conselho Estadual de Educação. Conforme Tambara, Quadros e Bastos (2007) várias providências foram tomadas quanto à regulamentação da carreira do magistério, tais como a adoção de novos critérios do provimento de vagas em escolas primárias e normais, remoção de professores à capital e criação de quadros especiais de professores contratados e substitutos.

Nesse período, ocorreu a ampliação da rede física de escolas, bem como o número de vagas e de professores, que se constituíam em metas governamentais. Em âmbito nacional, o contexto educacional encontrava-se marcado pelas disputas entre os católicos e os pioneiros<sup>18</sup>. Deve-se ter em conta que o contexto educacional da década de 1930 foi influenciado pelo “Manifesto dos Pioneiros”, em 1932 e pelas já mencionadas disputas entre os pioneiros, congregados na Associação Brasileira de Educação e os católicos. As propostas desse grupo já se desenrolavam nas reformas educacionais ocorridas nas esferas estaduais.

De acordo com Saviani (2008), uma das primeiras medidas do governo Vargas foi a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, cuja pasta foi ocupada por Francisco Campos. Em 1931, o ministro publicou sete decretos, cujo conteúdo resultou na orientação do novo governo de “[...] tratar a educação como questão nacional, convertendo-se, portanto, em objeto de regulamentação, nos seus diversos níveis e modalidades, por parte do governo central”, (SAVIANI, 2008, p. 196). Entre essas medidas, salienta-se a retomada do ensino religioso nas escolas públicas. A sua promulgação foi o estopim para a externalização da disputa entre os católicos e os escolanovistas, os quais até então participavam da Associação Brasileira de Educação. Como consequência da publicação do “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”, em 1932, os educadores católicos retiraram-se da ABE e fundaram a Confederação Católica Brasileira de Educação.

A situação em que se encontrava a educação nas primeiras décadas do século XX é fundamental para a compreensão das categorias instituições e práticas escolares. Inicia-se, abaixo, a abordagem de outra categoria desta pesquisa: a modernidade, bem como a sua relação com a educação e a urbanização.

---

<sup>18</sup> Sobre o assunto ver Hilsdorf (2005), Vidal (2003).

## **2.2 As relações entre modernidade, educação, urbanização e fotografias nas primeiras décadas do século XX nos contextos brasileiro e Pelotense**

No alvorecer do século XX, Pelotas vivia um momento de melhorias e reformas urbanas. Nesse período, algumas cidades ganharam novas formas condizentes com o momento político em que estavam inseridas, ou seja, a República influenciava a nova cidade, emergida do período imperial, mas pronta para adaptar-se à modernidade republicana.

Nesse contexto de reformas urbanas, a fotografia, também fruto da modernidade, encontrou espaço para tornar-se ferramenta indispensável na difusão do pensamento republicano reformador, demonstrando o desenvolvimento das cidades que eram, então, modernizadas. Álbuns, almanaques, relatórios e jornais retrataram a glória das reformas urbanas de grandes cidades, como Rio de Janeiro e São Paulo.

No período pesquisado, encontra-se, em Pelotas, um número significativo de imagens que retratam instituições e práticas escolares realizadas dentro do perímetro urbano, constituídas em um momento de preocupação com a urbanização e com a higienização. Tendo em vista que o “moderno” encontra-se na *urbes*, no Brasil, nas primeiras décadas do período republicano, determinados tipos de instituições de ensino caracterizavam-se por serem eminentemente urbanos, como, por exemplo, os grupos escolares e os “gymnasios”.

Modernidade é uma categoria fundamental para a condução desta pesquisa, dessa forma, faz-se necessário apresentar discussões referentes ao seu significado. Tendo em vista a recorrente utilização do termo, cabe aqui traçar sentidos e significações para o conceito de modernidade.

Inicialmente, faz-se mister mencionar uma diferenciação proposta por Kumar (1997): modernidade e modernismo não possuem o mesmo significado, embora usualmente sejam utilizados como sinônimos. O autor entende modernidade como uma designação abrangente de todas as mudanças – intelectuais, sociais e políticas – que criaram o mundo moderno. Já “modernismo” é um movimento cultural que surgiu no ocidente em fins do século XIX e, constituiu, em alguns aspectos, uma reação crítica à modernidade.

O significado proposto por Kumar (1997) está em total acordo com o proposto por Berman (1986), segundo o qual existe um tipo de experiência vital – experiência de tempo e espaço de si mesmo e dos outros, das possibilidades e perigos da vida –

que é compartilhada por homens e mulheres em todo o mundo. Esse conjunto de experiências seria designado como “modernidade”. Ser moderno seria encontrar-se em um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas em redor – mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos.

A caracterização realizada por ambos os autores pode ser aplicada ao momento histórico que a cidade de Pelotas vivia nas décadas de 1910, 1920 e 1930. Viviam-se e pregava-se um tipo de modernidade. A cidade transformava-se através da urbanização ocorrida da década de 1910 e que causou um enorme impacto na vida dos seus habitantes. O advento do século XX trazia consigo medos e incertezas, especialmente pela característica dos pelotenses, sob forte influência positivista, de buscarem manter sua estreita ligação com o passado. O conceito de modernidade facilmente aplicável à realidade pelotense refere-se ao que Benjamin comenta sobre a modernidade na obra de Baudelaire:

Entre todas as relações que a modernidade possa ter, a relação com a antiguidade é a melhor. [...] A modernidade caracteriza uma época, caracteriza simultaneamente a força que age nesta época e que faz com que ela seja parecida com a antiguidade, (BENJAMIN, 2000, p. 17).

Dessa maneira, não se percebe o contexto pelotense como algo contraditório, mas esse período encontra-se em consonância com a dubiedade existente no âmago da própria modernidade. Além disso, a antiguidade é apresentada por Bourdieu (2011a) como um elemento de distinção social, o qual era utilizado como diferenciação pela elite pelotense. Pode-se dizer que as rupturas e as continuidades apresentam-se como questões intrínsecas ao paradigma moderno. A velocidade do tempo e das transformações, contudo, constituem-se em características inseridas no âmbito das rupturas. Berman (1986) aponta os motivos pelos quais foi alimentado o turbilhão da vida moderna: grandes descobertas nas ciências físicas, com a mudança da nossa imagem do universo e do lugar que ocupamos nele; a industrialização da produção, que transforma conhecimento científico em tecnologia, cria novos ambientes humanos e destrói os antigos. Tal processo, ainda, acelera o próprio ritmo de vida, gera novas formas de poder corporativo e de luta de classes; descomunal explosão demográfica, que penaliza milhões de pessoas afastadas de seu habitat ancestral, empurrando-as pelos caminhos do mundo em direção a novas vidas; rápido e muitas vezes catastrófico crescimento urbano; sistemas de

comunicação de massa, dinâmicos em seu desenvolvimento, que embrulham, e amarram, no mesmo pacote, os mais variados indivíduos e sociedades; Estados nacionais cada vez mais poderosos, burocraticamente estruturados e geridos, que lutam com obstinação para expandir seu poder; movimentos sociais de massa e de nações, desafiando seus governantes políticos ou econômicos, lutando por obter algum controle sobre suas vidas; enfim, dirigindo e manipulando todas as pessoas e instituições, um mercado capitalista mundial, drasticamente flutuante, em permanente expansão.

A modernidade, segundo as considerações de Bauman (2001), consistiu em uma disputa entre o tempo e o espaço, sendo que este representava o lado sólido e impassível, enquanto o outro representava o lado dinâmico e ativo. Assim como Berman (1986) menciona um turbilhão de acontecimentos, Bauman (2001) menciona a velocidade e a aceleração como características modernas. A velocidade, a industrialização, o domínio do espaço e do tempo construíram um novo modelo de vida e de sociedade.

Esse modelo começou a existir de forma consistente, conforme Kumar (1997), a partir do século XVIII, quando deixaram de ser consideradas simples cópias inferiores de tempos mais antigos, como na Renascença. Além disso, não se constituíam mais no último estágio de uma existência humana empobrecida que acabaria com a história humana sobre a terra, como em uma versão cristianizada de modernidade. Nesse momento, a modernidade passou a significar rompimento completo com o passado, um novo começo baseado em princípios radicalmente novos. Significou, também, o ingresso em um tempo futuro expandido de forma infinita, um tempo para progressos sem precedentes na evolução da humanidade.

Mais uma vez, a discussão em torno da modernidade dirige-se para uma questão bastante difícil no contexto pelotense da época estudada: o abandono total do passado. Essa característica raramente foi encontrada no contexto municipal, pois a elite encontrava-se estreitamente ligada ao passado “glorioso” do período das charqueadas. Deixar de lado o passado não é um hábito facilmente realizável em uma cidade que perdeu o seu poderio econômico e posteriormente político. Além disso, o Positivismo, que no período estudado e especialmente no século XIX fora uma corrente filosófica moderna, preconizava o progresso por meio do respeito ao passado, o que influenciou ainda mais essa dicotomia entre o antigo e o moderno em Pelotas.

O conceito de modernidade, no período investigado, torna-se polissêmico. Tal expressão ocupou constantemente lugar na imprensa, apresentando diversas facetas, ora ligadas ao passado e à tradição, ora relacionadas ao novo. A amplitude de sentidos e entendimentos de modernidade possibilitou tal multiplicidade de utilizações.

Le Goff (2003) afirma que a oposição antigo/moderno que emergiu periodicamente nas controvérsias entre os intelectuais europeus desde a Idade Média não pode ser reduzida à oposição progresso/reação. Para o autor, os “antigos” são os defensores da tradição, enquanto os “modernos” se pronunciam pela inovação. No entanto, a elite pelotense manteve o seu requinte e suas fortes instituições culturais e educacionais, procurando atualizar-se nas questões inseridas nesta esfera ao mesmo tempo em que respeitava às tradições e o seu passado. Esses eram elementos de distinção social, sendo assim:

A distinção da nobreza cultural é o pretexto para uma luta que, desde o século XVII até nossos dias, não deixou de opor, de maneira mais ou menos declarada, grupos separados em sua ideia sobre cultura, sobre a relação legítima com a cultura e com as obras de arte, portanto, sobre as condições de aquisição, cujo produto é precisamente estas disposições: a definição dominante do modo de apropriação legítima da cultura e da obra de arte favorece, inclusive no campo escolar, aqueles que, bem cedo, tiveram acesso à cultura legítima, em uma família culta, fora das disciplinas escolares; de fato, ela desvaloriza o saber e a interpretação erudita, marcada como “escolar”, até mesmo, “pedante”, através da experiência direta e do simples deleite, (BOURDIEU, 2011a, p. 9).

Nesse contexto, faz-se necessário entender o que representa a expressão “modernização”, presente nos documentos das primeiras décadas do século XX em Pelotas e que está vinculada ao conceito de “modernidade”. Para Berman (1986), chamou-se de “modernização”, no século XX, determinados processos sociais. Para o autor, o século XX seria a terceira e última fase, momento em que o processo de modernização se expandiu a ponto de abarcar virtualmente o mundo todo e, a cultura mundial do modernismo em desenvolvimento atingiu espetaculares triunfos na arte e no pensamento.

Em Pelotas, a imprensa apresentava um conjunto de imagens que indicavam o desenvolvimento da cidade e, a escola, representava elementos de modernidade ao mesmo tempo em que esses signos representavam a manutenção da tradição e da antiguidade. Cabe ressaltar que a disputa entre o novo e o arcaico deu-se em vários centros urbanos, assim como a relação entre a urbanização e a modernidade tornaram-se representações quase que intrinsecamente ligadas.

Nos estudos de Oliveira, Velloso e Lins (2010), por exemplo, destaca-se a iconografia existente sobre a cidade do Rio de Janeiro, disponibilizada em revistas durante a Primeira República. Segundo as autoras, as revistas eram um espaço estratégico na divulgação do ideário de modernidade. Cabe, aqui, destacar, que a maior parte dos trabalhos que abordam essa questão encontra-se inserida no período republicano. As motivações que levam ao grande número de investigações que versam sobre esse recorte temporal se referem à relação entre a modernidade educacional e a urbanização, à criação dos Grupos Escolares e as reformas educacionais ocorridas em diferentes estados brasileiros. Além disso, estudos que utilizam tanto a imprensa como a fotografia como fonte, abordam recortes somente a partir do século XIX pelo fato de a imprensa ter-se desenvolvido no Brasil apenas nesse período e porque a fotografia foi criada naquele século.

Com relação à urbanização e à modernidade, cuja ligação é estreita, pode-se dizer que várias cidades brasileiras vivenciaram um processo de urbanização no início do século XX. O caso de Pelotas, ao ser analisado especificamente, apresenta características semelhantes e algumas diferenças. Inicialmente, é inegável o fato de que o governo de Cypriano Corrêa Barcellos, na década de 1910, tenha sido marcado pelas melhorias urbanas. Entretanto, a formação de um imaginário social sobre o que era tido como modernidade em Pelotas é algo anterior a isso. É possível afirmar que, durante o século XIX, a cidade destacou-se pelo advento da indústria do charque. No momento em que essa classe diferenciou-se economicamente, constituiu-se em um grupo de *status*, pois, deve-se ter em conta que:

Ao constatar que o poder econômico puro e simples e sobretudo “a força nua do dinheiro” não constituem, necessariamente, um fundamento reconhecido do prestígio social, Max Weber distingue a classe social enquanto um grupo de indivíduos que, por partilharem a mesma “situação de classe”, isto é, a mesma “situação de mercado”, possuem as mesmas chances típicas no mercado de bens e de trabalho, as mesmas condições de existência e de experiências pessoais, e os grupos de *status* (*Stände*) que são conjuntos de homens definidos por uma certa posição na hierarquia da honra e do prestígio. Ao que tudo indica, Weber opõe a classe e o grupo de *status* como dois tipos de unidades reais que se confundiriam de modo mais ou menos frequente, conforme o tipo de sociedade (isto é, ao que parece, conforme o grau de autonomização e de dominação da ordem econômica). Para restituir às análises weberianas toda sua força e alcance, antes é preciso reconhecer que os grupos de *status* e as classes constituem unidades nominais que podem restituir a realidade de modo mais ou menos completo segundo o tipo de sociedade, mas que são sempre resultado da opção de acentuar o aspecto econômico ou o aspecto simbólico, aspectos que sempre coexistem na própria realidade (em proporções diferentes conforme as sociedades e as classes sociais de uma mesma sociedade),

uma vez que as distinções simbólicas são sempre secundárias em relação às diferenças econômicas que as primeiras exprimem, transfigurando-as, (BOURDIEU, 2011b, p. 14).

Logo, não se pode, ainda, deixar de relacionar a modernidade com o contexto social. De acordo com Bauman (2001, p.41): “Os ‘estamentos’ enquanto lugares a que se pertencia por hereditariedade vieram a ser substituídos pelas ‘classes’ como objetivo de pertencimento fabricado”. A substituição da ordem social, praticamente oriunda do período medieval, em que a hereditariedade e o nascimento definiam o *status* social em que cada pessoa era incluída, constituiu-se em um longo processo que marcou toda a Idade Moderna e acabou por chegar à Idade Contemporânea. No caso do Brasil, o pertencimento a um “estamento” teve um caráter diversificado do contexto europeu, tendo em vista o fato de o país ter sido uma colônia. Nesse caso, os títulos nobiliárquicos foram dados com base no “merecimento”, fosse pela atuação como militar ou como político, ou seja, por atividades de interesse da coroa. Constituiu-se, dessa forma, uma nobreza que precisou buscar o *status* como meio de afirmação (BURKE, 1991).

O critério do *status*, acima mencionado, mostra-se em concordância com a afirmação de Bauman (2001), que relaciona a tarefa de “autoidentificação”, a qual se resumia ao desafio de viver “de acordo”, de seguir os padrões, os modelos de conduta. Logo, o autor afirma que “o pertencimento às classes devia ser buscado e, continuamente renovado, reconfirmado e testado na conduta diária” (Ibidem, 2001, p. 41). As elites brasileiras, em especial a pelotense, levaram em consideração a necessidade de autoidentificação, constituindo um grupo com características semelhantes e hábitos comuns, os quais os diferenciavam em relação às outras classes sociais. Além disso, no Brasil, por não existir uma “nobreza” com laços sanguíneos e hereditários, acabou por acontecer uma distribuição de títulos nobiliárquicos, baseados, especialmente, em distinções militares.

Em Pelotas, receberam títulos, por exemplo, Visconde de Jaguari (Domingos de Castro Antikeira), Visconde da Graça (João Simões Lopes), Barão de Butuí (**José Antônio Moreira**), Barão de Arroio Grande (**Francisco Gomes da Costa**), Barão de Corrientes (**Felisberto Inácio da Cunha**), Barão de São Luís (**Leopoldo Antunes Maciel**), Barão dos Três Cerros (**Aníbal Antunes Maciel**), Barão Azevedo Machado (**Antônio de Azevedo Machado**), Barão de Santa Tecla (**Joaquim da Silva Tavares**), Barão do Jarau (Joaquim José de Assumpção), Barão de Cacequi

**(Francisco Antunes Maciel)**, Barão do Itapitocaí **(Miguel Rodrigues Barcellos)**, Barão de Piratini **(João Francisco Vieira Braga)**, Barão da Conceição **(Manuel Alves da Conceição – título dado pelo rei de Portugal)** e Barão de Sobral **(José Júlio de Albuquerque Barros)**, Barão de Irapuã **(José Luís Cardoso de Sales)**<sup>19</sup>.

A modernidade caracterizou-se, ainda, por mais uma disputa entre o campo e a cidade. Logo, para compreender a relevância existente nas instituições e nas práticas escolares e suas representações para a cidade de Pelotas, torna-se fundamental pontuar o espaço que a cidade ganhou nas pesquisas históricas realizadas atualmente, especialmente no que tange à relação entre a urbanização e a modernidade. Para tanto, não se pode deixar de citar Pesavento (2003), que traz a visão de diversos filósofos e artistas sobre o papel da cidade. A autora cita que Voltaire, por exemplo, identificava a cidade como centro de difusão da cultura e da civilização, como forma superior das realizações humanas, núcleo difusor da novidade e do bem estar da vida. Engels, por outro lado, percebia a cidade como *noir* (cidade maldita, cidade-pecado, reduto do vício, do perigo, do enfrentamento social, a expor a miséria e a degradação da condição humana). Baudelaire a enaltecia como situada acima do bem e do mal, desprezando todas as regras, tal como se configurou na modernidade. Segundo Pesavento (2003, p. 79) “Tradução sensível da renovação capitalista do mundo, a modernidade, enquanto experiência histórica, individual e coletiva, faz da cidade mais que um *locus*, um verdadeiro personagem”. Além disso, a autora aponta que:

A transformação da cidade desencadeia uma luta de representações entre o progresso e a tradição: uma cidade moderna é aquela que destrói para construir, arrasando para embelezar, realizando cirurgias urbanas para desenhar o espaço em função da técnica, da higiene, da estética (PESAVENTO, p. 79).

O urbano contrapõe-se ao rural, representante do passado. O rural está relacionado, no imaginário, ao período pré-industrial, ao feudalismo persistente, ao atraso econômico em um mundo que buscava desenvolvimento tecnológico. Já, o urbano, relaciona-se ao progresso, ao desenvolvimento e à indústria. Além disso, as

---

<sup>19</sup> A identificação dos títulos nobiliárquicos recebidos pelos pelotenses teve como fonte a matéria do jornal Diário da Manhã, de 07 de abril de 2009, escrita por Mário Osório Magalhães. Além disso, recomenda-se o site <http://www.vivaچارque.com.br/ocharque/informacoes.htm>, cujo texto foi produzido pelo mesmo autor. Faz-se mister ressaltar, ainda, que a maior parte dos títulos nobiliárquicos foram recebidos, conforme Osório (2009) por charqueadores.

formas de socialização, consideradas modernas, encontram-se disponíveis no âmbito urbano. Delineou-se uma distinção clara entre os habitantes da cidade e os habitantes do campo. Características lhes foram atribuídas: os habitantes da cidade eram modernos, educados, dedicavam-se à filantropia e à sociabilidade; já os habitantes do campo eram atrasados, incultos, resistentes ao turbilhão moderno que lhes rodeava.

A modernidade representou, dessa forma, a definição de novas identidades. Além da dicotomia rural/urbano, colocou-se, ainda, outra problemática: as massas empobrecidas que ganhavam corpo nas periferias urbanas. Tais massas, formadas por indivíduos provenientes do meio rural ou, ainda, habitantes da cidade que não conseguiram estabelecer-se na conjuntura moderna, tornaram-se o foco de preocupações da elite, que buscava atuar através de “processos civilizatórios”, tentando impedir o perigo que o coletivo de tais sujeitos representava.

As representações urbanas demonstram as formas de percepção de significações presentes no entorno, inserindo-se no campo do imaginário urbano. A renovação e a transformação da cidade, objetivando o progresso, geraram opiniões divergentes, favoráveis e contrárias às reformas urbanas. No contexto local de Pelotas, a imprensa, dividida em diferentes doutrinações político-partidárias, ora ufanava o “progresso” trazido pelas reformas urbanas, ora rejeitava tais destruições de um passado, embasando-se, notadamente, nos transtornos gerados para os moradores. Tal situação é caracterizada por Bresciani (1984) que identifica “máquinas, multidões, cidades” como o persistente trinômio do progresso, do fascínio e do medo.

Para Bresciani (1984, p. 37): “O estranhamento do ser humano em meio ao mundo em que vive, a sensação de ter sua vida organizada em obediência a um imperativo exterior e transcendente a ele mesmo, embora por ele produzido”. A aceitação das novidades nem sempre é algo fácil. As ruas das cidades ganhavam novos contornos e uma aparência diferenciada. Os prédios públicos transformavam-se em demonstrações do poderio republicano. Luz elétrica, esgotos e saneamento básico até então praticamente desconhecidos passavam a ser parte integrante da cidade “moderna”. Para que isso ocorresse, foi necessária uma proliferação de obras que transformaram, no decorrer das primeiras décadas do século XX (em Pelotas especialmente na década de 1910), a vida da cidade, trazendo incômodos, ou seja,

sacrifícios para uma posterior melhora, para que a modernização e o progresso acontecessem.

A relação de urbanização com progresso foi citada por Veiga (1998), ao retomar Tony Garnier (1869-1948), urbanista francês, nomeado arquiteto chefe de Lyon em 1905, autor de *Uma Cidade Industrial* (1917). Essa se constitui no primeiro manifesto do urbanismo progressista. Garnier pressupõe que a cidade industrial teve como princípio diretores a análise e a separação das funções urbanas, a exaltação dos espaços verdes que desempenham o papel de elementos isoladores e a utilização sistemática dos materiais novos, em particular do concreto armado. Na descrição que o autor faz de uma cidade-modelo, a organização da escola acompanha as necessidades de uma cidade industrial, expressando formas de hierarquização de espaços, conteúdos e de gerações. Chega-se, naturalmente, na intrínseca relação entre a educação, mais especificamente, as instituições escolares e a cidade.

Como já mencionado anteriormente, alguns tipos de instituições escolares eram caracteristicamente urbanos. A longa história da educação no Brasil, embora não tão longa se comparada com a história da educação em outros países, partiu da educação jesuítica, passando pelas aulas régias, para, na Primeira República, chegar aos Grupos Escolares. Além disso, faculdades, escolas de arte e ofícios e “gymnasios” eram parte integrante da rede urbana que então era tecida. A cidade era o “espaço do saber” e sua capacidade pedagógica não se restringia às instituições educacionais e suas práticas escolares que, muitas vezes, tomavam as ruas da cidade em um “processo civilizatório”. Segundo Veiga (1998), os urbanistas deixaram escapar uma concepção pedagógica de compreensão das relações entre os sujeitos, na delimitação de suas moradas, de seus locais de trabalho, de lazer e estudo. Para a autora:

As aproximações entre os projetos urbanos e os projetos pedagógicos fazem parte do processo de delimitação de campos específicos do conhecimento, fundamentalmente no século XIX, onde o urbanismo e a pedagogia, nas suas pretensões científicas, objetivaram a produção de novos hábitos nas populações (VEIGA, p. 171).

No mesmo sentido de Veiga (1998), Faria Filho (2005) afirma que os ideários e utopias urbanos e escolares são frutos das mesmas matrizes de pensamento,

carregando o peso e a crença na visão redentora das ciências e das racionalidades modernas. Para o autor:

Ambas participam da racionalização da cultura e, diante de uma heterogeneidade de sujeitos, cultivam uma utopia homogeneizadora. Ambas trabalham teórica e retoricamente com um conjunto de dicotomias, tais como bárbaro e civilizado, arcaico e moderno, velho e novo, rural e urbano, entre muitas outras. Nelas, finalmente, projetar a educação e o urbano é arquitetar a modernidade e o progresso, é racionalizar os condutos (FARIA FILHO, p. 31).

O lugar em que as instituições educacionais ocupam na cidade e a relação existente entre elas, leva em conta determinadas considerações. De acordo com Faria Filho (2005), em primeiro lugar, há que se considerar que a escola representa uma experiência de socialização e, portanto, de aprendizados variados. Nessa perspectiva, ela está colocada no centro de uma das grandes transformações culturais da modernidade: a lenta, mas paulatina, afirmação do modo de socialização letrada vis-à-vis, a desqualificação das formas orais de organização e transmissão de saberes e conhecimentos.

Percebe-se, portanto, que na sociedade moderna a escola ganhou um papel relevante no sentido da construção da “modernidade”. Tal instituição tornou-se fundamental no sentido de embasar, ideologicamente, a sociedade daquele período, transmitindo o ideário moderno, seja através de sua arquitetura metodicamente pensada, ou através de seu currículo. A escola ganhou uma viva importância no âmbito urbano. A cidade caracteristicamente moderna ficou eivada de instituições educacionais que se constituíam em signos de modernidade. Nesse sentido, definiu-se uma nova escola e uma nova cidade.

Conforme Pesavento (2003), uma cidade moderna cria um léxico urbano para nomear e dar significados ao espaço e às gentes, criando-se palavras novas para designar e dar sentido a lugares e às materialidades da *urbe*, e também identidades para definir reconhecimentos de personagens urbanos. Segundo a autora, bons e maus lugares, cidadania e exclusão são algumas dessas classificações, mas que podem ser ainda desdobrados em designações legais de enquadramento do urbano, a estabelecer a norma e a transgressão, o público e o privado.

Dessa forma, entende-se Veiga (1998) quando afirma que a estética urbana não é uma expressão apenas do lugar do indivíduo. A autora nos diz que nos

diferentes projetos dos urbanistas estaria a preocupação em organizar os coletivos. Tais urbanistas estariam sintonizados com os projetos políticos das elites e com as experiências passadas do movimento social à solta. Dessa maneira, os espaços públicos foram planejados com base na ideia de produção de corpos cívicos, identificados por padrões de equivalência para os diferentes sujeitos que habitam as cidades. Os padrões baseavam-se em uma mesma língua, mesmos valores, mesmos anseios de progresso que devem estar acima dos hábitos e cultura desses ou daqueles grupos sociais.

Nesse contexto, é possível relacionar cívico e civismo com modernidade. Relaciona-se, ainda, no Brasil, a modernidade com a República, ainda que D. Pedro II, durante o Império tenha trazido para o país muitas inovações tecnológicas características da modernidade, tais como a fotografia e o telefone, além de incentivar a criação de ferrovias. Mesmo que tais inovações tenham ocorrido no período imperial, a nascente República se identificou com os ideais de modernidade, oriundos da Revolução Francesa ou mesmo do ideário positivista que era, então, uma filosofia extremamente moderna e cientificista.

Para que a República fosse inserida no imaginário público como um símbolo de modernidade, contrapondo-se à tradição elitista da monarquia, na qual a ascensão social era pouco acessível, foi necessário reformular as cidades de forma a construir espaços que atuassem no sentido pedagógico de educar os coletivos. Veiga (1998) aponta como exemplos desses espaços as praças cívicas, os parques públicos, as áreas destinadas ao lazer, nos quais essa perspectiva pedagógica estava presente. A autora destaca, ainda, que o projeto de homogeneização sócio-cultural da modernidade foi uma forma encontrada para lidar com as diferenças, em que as subjetividades, não somente são controladas, mas ganham um caráter abstrato frente a uma objetividade que se quer perante a padronização das formas de intervenção social.

Nesse sentido, verifica-se um contexto impregnado de símbolos e significações, baseado na construção de espaços públicos pudes de representações. As construções dessas obras eram, na maior parte das vezes, dirigidas pelos governos estaduais e municipais, os quais, de acordo com Bencostta (2005), tinham no urbano o espaço privilegiado para a sua edificação, em especial nas capitais e cidades prósperas economicamente. A localização dos edifícios

escolares deveria funcionar como ponto de destaque na cena urbana, de modo que se tornasse visível, como signo de um ideal republicano, uma gramática discursiva arquitetônica que enaltecia o novo regime. Além disso, o autor reitera que os grupos escolares foram entendidos como um investimento que contribuiria para a consolidação de uma intencionalidade que procurava, por sua vez, esquecer a experiência do Império e apresentar um novo tipo de educação que pretendia ser popular e universal.

A escola foi, portanto, reformulada física e ideologicamente. Ao contrário das aulas de primeiras letras do período Imperial, oferecidas por professores sem a preocupação com o tempo escolar e com currículo flexível, os grupos escolares eram seriados, o tempo escolar era organizado, os alunos foram distribuídos com base na sua idade e no seu grau de conhecimento. Com relação aos professores, houve a exigência de formação adequada para o exercício das atividades.

Faz-se mister ressaltar que nas primeiras décadas da República configurou-se um tipo determinado de escola republicana: o já citado grupo escolar. Este surge em oposição às escolas isoladas, estabelecendo, de certa forma, o local que cada um deve ocupar. Conforme Faria Filho (1996), até o início do século XX, o processo de criação e estabelecimento de uma escola isolada de instrução pública era bastante simples, sendo suficiente que um professor ou professora, titulado ou não, ou um grupo de moradores de determinada localidade, procedendo ao levantamento do número de crianças em idade escolar residentes na região, e, verificando número suficiente de meninos e meninas, solicitasse a criação de uma cadeira de instrução primária local. O autor afirma, ainda, que muitas vezes a efetiva criação da cadeira dependia tanto do interesse das autoridades estaduais em prestigiar uma dada região ou pessoa, como da pressão exercida pelos interessados, principalmente pelas famílias.

A escola isolada era aquela que funcionava nas casas dos professores, em espaços que não eram adequados para a prática docente. Logo, para a realização da tarefa educadora e salvacionista republicana mencionada por Faria Filho (1996), tornava-se necessário o desenvolvimento de um espaço adequado, no qual existissem organização e doutrinação através da própria arquitetura. O grupo escolar era, no contexto da modernidade, uma instituição educacional que representava culturalmente a industrialização vigente.

Quanto aos grupos escolares, de acordo com Souza (2004), em meados do século XX, estes haviam se tornado a modalidade de escola primária predominante no país, acompanhando o processo de urbanização e democratização do ensino público, embora não se possa menosprezar a participação de outros tipos de escolas primárias, visto que, notadamente as escolas isoladas, foram responsáveis pela escolarização de um grande contingente da população brasileira.

Mais uma vez percebe-se a importância dos prédios que foram construídos com a finalidade de abrigarem instituições de ensino. De acordo com Escolano (2000), o edifício-escola é uma variante da chamada arquitetura institucional, mas apresenta uma determinada força semântica através dos signos e símbolos que exhibe. As aulas isoladas não possuíam uma arquitetura diferenciada, logo, essas não possuíam símbolos que as identificasse. A escola, na República ganhou ares de imponência, embasada no Positivismo que imperava, tornando-se o templo do saber. Além disso:

Um edifício próprio para a escola: eis uma importante questão que os poderes públicos tiveram que enfrentar diante do comprometimento discursivo que coroava a instrução escolar como uma das principais colunas de sustentação da civilização. Portanto, para os poderes públicos, tornou-se imperativo empregar recursos na construção dos edifícios escolares convenientes à sua função. Entretanto, este investimento, que contribuiu, sem sombra de dúvidas, para o enaltecimento da República, tornou-se muito mais uma estratégia de visibilidade do que uma ação que necessariamente democratizaria a escola (BENCOSTTA, 2005, p.103-104).

O progresso e civilização se inseriram nesse espaço e a escola se tornou um dos espaços produtores de urbanidade, cuja nova arquitetura, segundo Veiga (2007), combinou higiene física e moral para qualificá-la na função de educadora das crianças. Todos os fatores constituintes do ambiente escolar passaram a ser objeto de estudos e de planificação, seja por dentro ou por fora das escolas, seu mobiliário, suas salas de aulas, seus gabinetes dentários, seus muros e sua organização espacial.

Faria Filho (2005) acredita que a afirmação da escola como instituição social de central importância nas sociedades modernas foi um processo de múltiplos significados, tendo ocorrido no interior do movimento de produção da sociedade moderna, relacionada ao processo de transformação das instituições de formação e socialização, como a família e a Igreja, de fundação e estruturação das nações e dos estados modernos, de construção do capitalismo e de institucionalização da ciência moderna.

Além do prédio escolar, que ganhou novos traços e uma grande visibilidade no contexto urbano, as práticas escolares também se constituem, em representações da modernidade que então se delineava, sendo utilizadas como meio de escolarizar os espetáculos. De acordo com Faria Filho (2005), na cidade, a escola se defrontou com outras formas de socialização, que se demonstram ora complementares, ora antagônicas, como a rua, os espetáculos públicos e as fábricas. Para o autor, em relação aos espetáculos é muito interessante notar a forma ambígua com que a escola se porta, agindo ora com desconfiança, como com o teatro, o cinema, o circo, as festas – quando ocorrem em espaços públicos e de pouco controle pelos agentes escolares, ora como adequados, quando ocorrido na perspectiva da escola.

As festas cívicas se constituíram, em um dos melhores exemplos da concorrência e inserção do mundo da escola, nos espetáculos públicos, tendo em vista que, notadamente a partir da segunda metade do século XIX, tais comemorações passaram a ser eminentemente escolares. Esses momentos possibilitavam à escola uma oportunidade para se mostrar como educadora da infância e da juventude, bem como doutrinadora dos habitantes da cidade através de seu conteúdo impregnado da ideologia republicana.

Nesse sentido, deve-se ter em conta o que afirma Borges (2003), sobre as cidades, as quais considera *lócus* por excelência do exercício e das práticas civilizadoras, que iam construindo suas versões higienizadas, oficiais e modernas do espaço público. Tal espaço se tornou um objeto possível para a reprodução fotográfica. As suas ruas limpas e metodicamente ordenadas, os seus prédios imponentes, cuja localização não foi escolhida de forma inocente, as suas escolas impregnadas do ideário republicano, cravadas no seio da cidade como símbolos do novo regime eram um espaço público e possível, que deveria ser eternizado, fosse pela iniciativa privada, fosse pelo poder público.

Iniciou-se, então, a produção de álbuns fotográficos que representavam as cidades. Borges (2003) afirma que tal prática se sobrepunha à estética de cada fotógrafo que personalizava sua obra, pois a montagem desse tipo de álbuns revelava a força de um padrão fotográfico próprio do tempo em que eles foram produzidos. A autora ressalta que, no interesse em obter lucro com a venda do álbum, o fotógrafo escolhia as imagens e costurava uma narrativa urbana capaz de tornar vendável o produto de sua criação. Em geral, a sequência de imagens

apresentava “uma cidade moderna, evoluída e quase sempre higienizada”, (BORGES, 2003, p.84).

Em Pelotas existem alguns exemplos desse tipo de álbum, como o Almanach de Pelotas e o Álbum de 1922, nos quais eram destacados prédios públicos, obras públicas, estabelecimentos comerciais, clubes sociais, hotéis, instituições educacionais, casas de famílias da elite econômica e política, entre outros temas que representavam o progresso e a modernidade em que a cidade se encontrava. A fotografia, nesse contexto, atua no sentido proposto por Borges (2003) que conclui: “Aí, como em outros trabalhos fotográficos, a fotografia é, a um só tempo cristalização e interrupção de ideias e de temporalidades” (p.84).

## **2.3 Pelotas nas primeiras décadas do século XX**

### **2.3.1 O contexto das disputas políticas no Rio Grande do Sul**

A educação, como prática social, não pode ter a sua análise desvinculada do contexto político que a envolve. Como o objeto dessa pesquisa refere-se à educação em Pelotas, durante as primeiras décadas do século XX, faz-se necessário compreender o contexto político em que o estado do Rio Grande do Sul se encontrava. Especialmente em função do entendimento da atuação do Partido Republicano Rio-Grandense e de seus opositores é fundamental para realizar a análise das instituições e das práticas escolares representadas na imprensa. Além disso, para compreender aspectos da política gaúcha no século XX, é necessário retroceder ao século XIX.

Com o fim da Revolução Farroupilha, dois partidos foram organizados: o Partido Liberal, com tendências à descentralização, e o Partido Conservador, que visava à centralização. A partir de 1852, o Brasil vivia um período marcado pela indefinição política. Nesse momento, os liberais e os conservadores gaúchos se reorganizaram em uma Liga, predominantemente conservadora, e uma Contra-Liga, de maioria liberal. Após um domínio inicial da Liga, ainda como reflexo da política adotada pelo Império na região do Prata, a Contra-Liga, organizada no Partido Liberal Progressista, passou a dominar a Assembléia Provincial e a representação gaúcha no Rio de Janeiro.

Nesse contexto, Félix da Cunha, Manuel Luis Osório e Gaspar Silveira Martins, reorganizaram o Partido Liberal no Rio Grande do Sul a partir de 1860, mostrando-se favoráveis à descentralização administrativa e contestando a diluição

dos princípios ideológicos decorrentes das coligações entre liberais e conservadores. Entre a década de 1870 até o final do Império, o Partido Liberal se manteve hegemônico no Rio Grande do Sul, alcançando maioria na Assembléia Provincial.

Nos últimos anos do Império, houve uma aproximação entre o Partido Liberal gaúcho e a monarquia. Para Pezat (1997): “Silveira Martins, outrora um crítico implacável de D. Pedro II, colocou seu prestígio popular a serviço do Imperador em troca do atendimento de reivindicações da província” (p.143). Isso fez com que a conjuntura na década de 1880 fosse favorável à organização da propaganda republicana no estado.

Além disso, em âmbito nacional o Império se mostrava como um sistema político defasado, incapaz de atender aos interesses da burguesia paulista, a qual havia se tornado a classe com maior poderio econômico no Brasil. Concomitantemente, o Rio Grande do Sul possuía uma agropecuária subsidiária, voltada para o abastecimento do mercado interno brasileiro com a exportação de gêneros alimentícios, ficando conhecido por “celeiro do país”. De acordo com Pesavento (1987), o Partido Liberal, do qual fazia parte os pecuaristas que dominavam a política sul-rio-grandense, majoritário no Rio Grande, barganhava com o poder central através da atuação de seu líder, Gaspar Silveira Martins, para a obtenção de favores para a província. No entanto, o Partido Liberal se apresentava como incapaz para resolver os problemas que afligiam a economia gaúcha.

Esse contexto desfavorável ao Partido Liberal possibilitou a organização dos republicanos sul-rio-grandenses, cujas origens remontam a 1878, quando Apolinário e Apeles Porto Alegre fundaram o Club Republicano. Segundo Pezat (1997), em dezembro de 1881, o Club Republicano lançou uma circular convocando uma convenção republicana para fevereiro de 1882, quando foi, então, criado o Partido Republicano Rio-Grandense, apresentando, como princípios norteadores, a defesa da república federativa e a adoção de métodos pacíficos para sua obtenção. Esse autor afirma que, desde o começo, o PRR se diferenciou dos partidos republicanos das demais províncias por calcar no positivismo suas diretrizes programáticas.

A criação do PRR também pode ser relacionada ao surgimento das novas camadas médias urbanas, as quais não se identificavam com os partidos políticos do Império. De acordo com Pesavento (1987) tais setores se apresentavam como politicamente disponíveis para serem arrematados por uma nova proposta

partidária que surgisse. Diante da conjuntura que se apresentava, a república foi a nova alternativa política e o PRR o seu instrumento partidário em âmbito estadual.

Segundo essa autora, a instalação da república no Brasil, implicou, no Rio Grande do Sul, na adoção de uma forma de governo autoritária, inspirada na república ditatorial de Comte. Adotando uma perspectiva de promover o progresso econômico, sem alteração da ordem social, assegurava o domínio das “classes conservadoras” no estado. Júlio de Castilhos foi praticamente o único autor da Constituição Estadual de 14 de julho de 1891.

Tal conjuntura, no entanto, mostrava-se favorável à eclosão de disputas partidárias mais violentas. No início da Primeira República, a luta pelo poder entre os liberais e os republicanos foi aos extremos da guerra civil. Segundo Corsetti (1997), o PRR, procurou na diversificação social das populações, os fundamentos para a prática do seu poder, conseguindo articular elementos jovens do latifúndio pecuarista, conservadores e descontentes com o regime, associando-os aos setores médios urbanos, uniu-se, também, ao exército, incorporando parte da tradição militarista gaúcha às suas fileiras. O positivismo, ideologia que norteava o PRR, já tinha certa penetração no meio militar.

Tambara (1998) indica que, no Rio Grande do Sul, a partir do final do século XIX, a ideologia positivista começou a se constituir em uma alternativa ao modo de pensar dominante, transformando-se em fator de legitimação do ideário político do partido republicano, transformando-se em uma nova força que visava questionar o domínio dos partidos existentes, o Liberal e o Conservador. No entanto, no estado, a consolidação da República não se deu de forma fácil, existindo uma disputa política entre o Partido Republicano e o Partido Liberal, cuja disputa mais violenta se deu durante a Revolução Federalista (1893/1895), conflito entre os republicanos positivistas e os federalistas ou maragatos.

Gaspar Silveira Martins, líder dos ex-liberais, formou o Partido Federalista Brasileiro, que tinha por diretrizes o parlamentarismo, opondo-se no plano local, a Castilhos, e no plano federal, ao governo de Floriano Peixoto. Por fazer uma oposição ao governo central, Floriano apoiou Castilhos, o que contribuiu para a sua vitória no estado. A ascensão republicana ao poder contrariou os antigos privilégios, impedindo a manutenção do pacto imperial, o qual privilegiava os estancieiros da fronteira sul do estado. Em 1895, os federalistas renderam-se, conseguindo do governo a promessa de que seria revista a Constituição. Tal rendição representou a

consolidação do PRR como partido hegemônico. Em 1898, Castilhos passou o governo a Borges de Medeiros, que herdou uma hierarquizada máquina político-administrativa, além da sucessão na direção do Partido.

Embora o PRR tenha controlado rigidamente o poder, alijando do governo a fração derrotada da classe dominante e concentrando todos os poderes em um mesmo chefe, houve muitas desavenças de ordem política, especialmente pela inexistência de rodízio no aparelho estatal. Em 1892, em um Congresso realizado em Bagé, reorganizou-se o Partido Federalista, partido de oposição, formado com remanescentes do Partido Liberal, sob a liderança de Gaspar da Silveira Martins. Como no programa não ficou definido o funcionamento do regime parlamentar, após a morte de Silveira Martins, em 1901, surgiu um documento explicitando as linhas básicas do parlamentarismo apregoado pelos federalistas, o qual não foi aceito por todas as facções e abriu questões entre os próprios integrantes do partido.

Entre 1907 e 1908, Fernando Abbott deixou o PRR e houve a fundação de mais um partido no Rio Grande do Sul, o que ocasionou a ampliação das oposições rio-grandenses, provocando importante cisão no grupo republicano. Havia uma tensão no PRR entre correntes que preconizavam duas formas de regime republicano: regime ditatorial positivista e regime liberal. Antonacci (1981) aponta que foi na tentativa de tomar a direção desta corrente liberal que se formou o Partido Republicano Democrático. Para ela, o grupo liberal dentro do PRR teve sua origem na onipresença do executivo estadual, ou seja, na pessoa de Borges de Medeiros em todos os assuntos partidários e governamentais, estabelecendo uma extrema dependência de suas decisões.

Fernando Abbott expressou as aspirações desse grupo liberal, manifestando-se contra o arbítrio governamental e a favor do governo da Constituição. O grupo liberal dentro do PRR entrou em contato com elementos descontentes com a situação vigente no Rio Grande do Sul, sendo que Abbott dirigiu-se a Assis Brasil, um dissidente desse partido, por ocasião da elaboração da Constituição Rio-Grandense.

Com o intuito de congregiar todos os descontentes com o controle exclusivo do Partido Republicano Rio-Grandense no Rio Grande do Sul, Abbott e Assis Brasil reuniram-se, em Bagé, com alguns membros do Partido Federalista, visando discutir a atuação das oposições rio-grandenses. Chegou-se a redigir uma proposta unificadora, porém, a facção federalista dirigida pelo conselheiro Francisco Antunes

Maciel recusou a união, por entender que seria o sacrifício da doutrina parlamentarista e o desaparecimento do partido. Dessa forma, a fusão não foi consumada. Entretanto, a ideia de articular todos os grupos da oposição em uma campanha contra o PRR permaneceu e foi levada a cabo em 1922.

A eclosão de tal movimento no ano de 1922 se deve a um contexto favorável, o qual Pesavento (1987) relaciona com a recessão econômica, a rearticulação da economia europeia e o recuo da demanda mundial, ocorridos após a Primeira Guerra Mundial, os quais repercutiram negativamente sobre a economia rio-grandense. O início da década de 1920, especialmente, representou para o estado um momento de crise interna e externa.

O governo estadual não conseguiu contornar a crise econômica. Com isso a parcela da classe dominante alijada do poder passou a exigir do governo Borges de Medeiros que se empenhasse numa política de defesa exclusiva da pecuária. Borges, porém, optou pela continuidade da política econômica de “desenvolvimento global” da economia gaúcha. Rapidamente a crise extrapolou os limites do econômico e alcançou o plano político. A parcela oposicionista da classe dominante arregimentou-se sob a liderança de Assis Brasil, e foi às armas na Revolução de 1923. Tal movimento reuniu republicanos dissidentes e antigos federalistas, que formaram a Aliança Libertadora. Politicamente, o processo revolucionário expressava duas formas diferentes de condução da máquina política estadual: uma, libertadora, pugnando pelo liberalismo e democracia; outra, dos “chimangos” (partidários de Borges de Medeiros), defendendo formas centralizadoras autoritárias de governo.

Em 1922, a disputa política causou muitas discussões pelo estado. O Partido Republicano indicou, novamente, Borges de Medeiros. Cada vez mais enfraquecidos relativamente à emergente economia da serra e do planalto, os pecuaristas da campanha gaúcha reorganizaram-se durante o ano de 1922, apresentando a candidatura de Assis Brasil à presidência do Rio Grande do Sul. A Aliança Libertadora articulou-se em nível nacional com a candidatura de Arthur Bernardes, face ao apoio dado a Nilo Peçanha pelo PRR. A oposição, com a vitória de Artur Bernardes para a presidência da República, criou a Aliança Libertadora, que tinha Assis Brasil como candidato. A eleição de 25 de novembro desse ano foi marcada pela violência.

Nesse sentido, percebendo a derrota iminente de Nilo Peçanha, Borges de Medeiros abandonou a “Reação Republicana”, visando, assim, resguardar-se de uma possível intervenção federal no Rio Grande do Sul, como era pedido por Assis Brasil, o que seria fatal para o projeto político do PRR. Por outro lado, controlando inteiramente o processo eleitoral, Borges de Medeiros obteve três quartos dos votos necessários para que conquistasse seu quinto mandato presidencial, gerando a revolta da oposição gaúcha, que pediu a formação de um Tribunal Arbitral. Com a posse de Borges iniciaram-se tumultos e escaramuças. Tais episódios relacionados com a eleição estadual de 1922, portanto, precipitaram a eclosão dos incidentes revolucionários. Os oposicionistas esperavam o apoio do governo federal, pois Borges não deu apoio ao candidato do governo nas eleições de 1921.

No princípio de 1923, descontentes com o processo eleitoral que havia dado a vitória a Borges de Medeiros contra Assis Brasil, os oposicionistas gaúchos foram às armas visando impedir o início do quinto mandato do líder republicano. As forças assististas, reunidas na Aliança Libertadora, contestavam a idoneidade das eleições, esperando que o governo de Arthur Bernardes interviesse no Rio Grande do Sul. A revolução assistista teve o seu início no dia em que Borges foi empossado como presidente do Rio Grande do Sul, caracterizando-se pela adoção de táticas de guerrilha pelos revolucionários, tendo em vista a disparidade entre suas forças bastante reduzidas e o armamento bélico de ponta com que a Brigada Militar do governo estadual contava.

A conclusão dessa disputa foi o Tratado de Pedras Altas, assinado em 24 de dezembro de 1923, que vetou a reeleição e definiu que a escolha do vice-presidente deveria ser feita através de eleições. Com o fim do governo de Borges de Medeiros, em 1928, Getúlio Vargas assumiu a presidência do estado.

De acordo com Trindade (1979), na perspectiva da análise da evolução do sistema partidário rio-grandense, a luta eleitoral de 1922, não tinha como objetivo buscar a conquista imediata do poder, mas Assis Brasil pretendia dar início a uma luta comum, na qual surgiria a possibilidade de sedimentar a aliança da oposição na prática. Assis Brasil demonstrou sua habilidade política, conduzindo a coalizão heterogênea interna própria, que possibilitou aos vários grupos de oposição a identificação e fusão num partido novo (o Partido Libertador, em 1928).

Conforme a estratégia política acima citada, foi instituída em 15 de janeiro de 1924, a Aliança Libertadora, reunindo federalistas e dissidentes históricos sob a

liderança de Assis Brasil. O objetivo dessa aliança era propugnar os princípios da liberdade política, baseados no sistema representativo e, especialmente, para combater nas eleições estaduais e municipais a situação que imperava no Rio Grande do Sul.

Desse modo, com o crescimento do prestígio dos libertadores na política nacional, o seu líder conseguiu formar um partido de oposição nacional, quando, em setembro de 1927, a Aliança Libertadora uniu-se com o Partido Democrático de São Paulo, formando o Partido Democrático Nacional. A etapa final da constituição de um partido de oposição liberal ocorreu apenas em março de 1928, quando, reunido em Bagé, sob a presidência de Assis Brasil, o congresso dos oposicionistas conservadores liberais decidiu fundar o Partido Libertador, que reuniu líderes da extinta Aliança Libertadora, absorvendo e extinguindo o velho Partido Federalista.

### **2.3.2 A situação econômica de Pelotas nas primeiras décadas do século XX**

Do Império à República, a economia pelotense se baseou, especialmente, no charque, que foi uma maneira de aproveitar a carne bovina. A referida prática promoveu o desenvolvimento da região da campanha gaúcha, notadamente com o incremento de estâncias de criação de gado. O período imperial na cidade de Pelotas foi marcado pelo enriquecimento de estancieiros, charqueadores e de cidades como Pelotas, a qual se sobressaiu como principal representante dessa atividade no Estado e Rio Grande, como principal porto de exportação.

Enquanto a campanha baseava a sua economia em grandes propriedades de terra e na produção do charque, na região norte do Rio Grande do Sul foram criadas colônias de imigrantes, inicialmente alemães, que receberam terras com o compromisso de produzir e colonizar a região. Na segunda metade do século XIX, chegaram os imigrantes italianos e de outras nacionalidades, embora em menores proporções. De acordo com Loner (2001), aos poucos, o Rio Grande do Sul se diferenciou em dois polos distintos: ao norte, dominada por Porto Alegre, a região de colonização alemã e italiana, caracterizada pela pequena propriedade, pelo predomínio da atividade agrícola e pelo desenvolvimento do artesanato e do comércio. Ao sul, na região da campanha, ocorreu o desenvolvimento de uma sociedade caracterizada pelo latifúndio, a pecuária e a escravidão. A diferença quanto à forma de ocupação da terra e de produção terminou por acarretar diferenças significativas no desenvolvimento econômico e social, dificultando

especificamente as transformações econômicas exigidas pelo desenvolvimento do capitalismo industrial na região.

Percebe-se que a economia estadual, no século XIX, girava especialmente em torno da agricultura e da pecuária, ao mesmo tempo em que a Europa se encontrava em amplo crescimento industrial, o qual foi iniciado no século XVIII, na Inglaterra. Embora a sua base fosse a agropecuária, ainda no século XIX, a industrialização gaúcha teve início, datando, aproximadamente, de 1870. Dois polos principais são apontados por Loner (2001): Rio Grande e Pelotas, os quais formavam um polo e Porto Alegre, outro. Graças a um desenvolvimento singular, o Estado gaúcho contou com duas zonas social e economicamente diferenciadas que, praticamente, não mantinham relações econômicas entre si, ligando-se diretamente às zonas consumidoras do restante do país. A integração entre ambas ocorreu durante a Primeira República, com o desenvolvimento do sistema de transportes.

A industrialização se deu de formas distintas entre Pelotas, Rio Grande e Porto Alegre. A economia pelotense, por se basear na produção escravista do charque, não conseguiu alcançar, de acordo com Jantzen (1990), o nível de metropolização e de cosmopolitanismo que as outras grandes capitais da América Latina atingiram. O próprio caráter subsidiário da economia do charque limitou na raiz suas possibilidades de crescimento. Conforme Pesavento (1985), a República veio confirmar a posição gaúcha de tradicional fornecedor do mercado interno do país, com sua economia subsidiária de base fundamentalmente agropecuária. Em especial, os produtos pecuários (charque e couros) se apresentavam com grande vulto na pauta das exportações. Todavia, a criação continuava a se desenvolver em moldes extensivos, já que o aumento da produção só se obtinha pela expansão quantitativa dos dois fatores básicos, terra e gado.

Um dos entraves para o desenvolvimento econômico de Pelotas se encontrava nas dificuldades de exportação através do porto da cidade, o qual não se modernizou durante a Primeira República e cobrava taxas mais elevadas do que em Rio Grande. Essa situação fez com que parte das mercadorias a serem transportadas fosse enviada diretamente para a cidade vizinha.

Além dos entraves econômicos decorrentes dos problemas com seu porto, no início do século XX, o estabelecimento de frigoríficos no país gerou uma forte crise nas charqueadas. Os principais frigoríficos se instalaram no Rio Grande do Sul na década de 1910 e pertenciam a grupos estrangeiros e localizados na região sul. Em

Pelotas, por exemplo, foi instalado o Frigorífico Anglo. Como forma de concorrência, os charqueadores e pecuaristas tentaram organizar um frigorífico nacional, também situado em Pelotas, o Frigorífico Rio-Grandense, no entanto, não conseguiram manter um bom nível de capitalização.

Embora durante a Primeira República Pelotas fosse considerada a segunda cidade do Estado, a sua economia baseava-se, especialmente, na indústria do charque, tendo como principais produtos de exportação o charque e o couro. Magalhães (2002) aponta algumas situações que ocasionaram o retraimento da industrial saladeiril e a conseqüente retração na economia pelotense: em primeiro lugar, para a circunstância de que, com a abolição, em 1888, deixou de existir o escravo, principal consumidor do produto. Em segundo lugar, para o fato de que novas vias de comunicação, além do fluvial, permitiam que novas charqueadas se estabelecessem no Estado – e no próprio interior da campanha, dentro do mesmo espaço onde se produzia a sua matéria-prima.

O fato de a economia pelotense se basear quase que, exclusivamente, em um único produto, especialmente por se tratar de grandes proprietários de terra e grandes produtores, limitou as possibilidades de manter o nível de desenvolvimento atingido em fins do século XIX. Não se pode dizer que o período da Primeira República foi exatamente um momento de crise, mas se constitui em um período de estagnação, no qual os charqueadores ainda tinham um poder econômico e político muito grande, embora as suas oportunidades de crescimento estivessem restritas. Para modificar essa situação de estagnação, visto que a importância do charque reduzira depois do fim do Império, em 1903 se iniciou a implantação da cultura do arroz na região.

Para a implantação de tal tipo de cultura se fazia necessária a existência de grandes propriedades e alta capitalização. Além disso, era possível realizar uma associação com a criação de gado. Loner (2001) ressalta que com as lavouras de arroz, a fundação de frigoríficos na região e a criação de ovelhas, para aproveitamento de carne e lã para exportação, a região sul passou por uma espécie de renascimento agrícola, a partir da primeira guerra.

A produção do arroz na região mantém-se até a atualidade, demonstrando ser ele um produto relevante na economia do sul do Estado, bem como a produção de frutas e legumes, cujo destino era (e continua sendo) as agroindústrias de conservas artesanais, as quais se difundiram na zona colonial de Pelotas depois do incremento

da imigração alemã e italiana. É possível dizer que a estagnação da indústria do charque fez com que a elite econômica pelotense buscasse outras formas de rentabilidade financeira. Reitera-se que tal estagnação não representou uma decadência econômica na Primeira República, tendo em conta que em 1906 criou-se o Banco Pelotense, no qual foram concentradas as economias da pecuária e de outras atividades, como o comércio. O Banco Pelotense conseguiu se impor no mundo bancário, com filiais por várias regiões do país.

Embora tenha todos os problemas enfrentados, Loner (2001) afirma que Pelotas conseguiu manter uma taxa de crescimento que a colocava em 8º lugar em rendas municipais, no conjunto dos municípios brasileiros em 1920, superior a Juiz de Fora, Campinas e Santos. No entanto, no decorrer da década de 1920 ficou mais evidente o declínio da economia pelotense, o que pode estar relacionado com a queda geral da participação do estado no contexto nacional.

No início da Primeira República foi possível a resolução da crise da pecuária gaúcha através de políticas internas do governo de Borges de Medeiros, mas, principalmente, com o incremento da exportação de charque propiciado pelo advento da Primeira Guerra Mundial. Nesse momento, os países envolvidos na guerra precisaram comprar alimentos baratos e com uma durabilidade maior, sem necessidade de refrigeração. Nesse contexto, a indústria do charque retomou a sua importância. Porém, com o fim da Primeira Guerra, especificamente em 1919, desencadeou-se uma nova crise na pecuária. O governo do Estado visava à encampação das estradas de ferro gaúchas, para tanto, retirou todo o dinheiro aplicado em bancos estaduais, especialmente no Banco Pelotense, o que provocou a descapitalização da região. O pós-guerra tornou ainda mais visível as diferenças entre a produção platina e a gaúcha, impedindo o crescimento da produção regional do charque. Aliado a esses fatores negativos, os bancos restringiram o crédito e, especialmente, o Banco Pelotense tomou medidas duras em relação aos devedores. Pressionado, o governo não adotou medidas para salvaguardar os interesses dos pecuaristas, o que implicou o alinhamento destes junto à oposição durante a década de 20.

A Primeira República marcou a diferenciação econômica entre a metade norte e a metade sul do estado e o consequente desenvolvimento da primeira. Um dos fatores que possibilitou o desenvolvimento econômico da parte norte do Rio Grande do Sul pode estar relacionada com a forma como foi construída a rede ferroviária

federal. Tal rede incrementou as potencialidades econômicas estaduais, no entanto, aumentava as vantagens relativas à região de Porto Alegre em relação ao polo Rio Grande – Pelotas, pois, de acordo com Loner (2001), a ferrovia foi construída a partir de dois grandes eixos, sendo que o maior teve como ponto inicial a capital do Estado e o outro da região sul.

Ao contexto desfavorável à economia da metade sul, que recebia menos incentivos do que a metade norte, bem como pelas sucessivas crises da pecuária que afetaram, uniu-se à crise mundial iniciada com a quebra da bolsa de valores de Nova York, em 1929. De acordo com Amaral (2003) a crise de 1929 ocasionou muitas mudanças no contexto econômico nacional e, em nível regional, causou, entre outros estragos, o fechamento do Banco Pelotense. Segundo a autora, no final do ano de 1930, ao mesmo tempo em que se vislumbravam possíveis mudanças políticas e econômicas em nível nacional com a “Revolução de 1930”, em Pelotas, era visível a estagnação econômica, que já vinha se consolidando desde a década anterior, o que tornava necessária a busca de outras fontes que impulsionassem o desenvolvimento da cidade.

Ainda que a Primeira República tenha consistido em um momento desfavorável para a economia pelotense, a cidade não deixou de sustentar a sua posição de pioneira entre os municípios do interior no que tange à urbanização e à modernização. A instabilidade econômica das primeiras décadas da República permitiram, mesmo que nos momentos de euforia, como no período da Primeira Guerra Mundial, que a cidade obtivesse um certo desenvolvimento urbano, especialmente durante a década de 1910. Embora atrasada em relação a algumas capitais e grandes cidades, em Pelotas ocorreu um forte processo de urbanização durante a segunda gestão de Cypriano Corrêa Barcellos (1912-1920), como será abordado a seguir.

### **2.3.3 A urbanização da década de 1910**

A urbanização é um dos aspectos materiais da modernidade. A cidade, as ruas, a fiação e os encanamentos se constituem em signos do mundo moderno. O urbano foi o berço da fábrica. Os fios de cobre começaram a cobrir os centros urbanos, trazendo a eletricidade. Redes de esgotos foram criadas com o intuito de sanear as cidades e as pessoas. Higiene tornou-se uma das preocupações mais recorrentes entre políticos e pensadores. Os sanitaristas passaram a figurar entre os

profissionais contratados pelos governos municipais. Em se tratando de Pelotas, este foi o caso de Saturnino de Britto, que trabalhou na cidade durante as gestões de Cypriano Corrêa Barcellos e de Augusto Simões Lopes. No Brasil, de acordo com Rocha e Eckert (2005), a cidade coloca em jogo as emoções e as paixões coletivas arcaicas de seu povo convivendo com a visão mecânica do mito do Progresso e da Ordem. Tal afirmação se torna ainda mais concreta ao se analisar a Primeira República e a remodelação urbana ocorrida nesse período.

Importantes cidades do país, como São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre, viveram, na época acima citada, a sua urbanização e remodelação. A urbanização, em Pelotas, encontrou o seu ápice na década de 1910, na gestão do intendente Cypriano Correa Barcellos, que se manteve no cargo por dois mandatos, entre 1912 e 1920. Além disso, Barcellos já havia exercido a intendência entre 1904 e 1908. Nesse período, foram implementados os esgotos e a água encanada, a luz elétrica e o telefone. Magalhães (2002) se utiliza das palavras do viajante Abadie Faria Rosa, para descrever o avanço na urbanização da cidade:

Impressionara-me aquele súbito avanço. A remodelação ia-se impondo. Estava já quase completa a instalação da rede de esgotos, preparava-se a próxima inauguração de bondes elétricos, cuidava-se da reforma do calçamento. O mercado apresentava-se outro, na elegância dos seus torreões. A ponte de pedra fora reedificada<sup>20</sup>. Ao lado do Santa Bárbara havia uma praça ajardinada. Para além, o caminho do parque, que dizem agora esplendente, era um novo bairro que se intensificava com as magníficas instalações da Força e Luz. E no coração da *urbs*, a Praça da República, que sempre fora um encanto na formosa Pelotas, desdobrava-se ainda mais bela, como se vara mágica das Fadas houvesse operado o milagre do embelezar a própria beleza, (ROSA *apud* MAGALHÃES, 2002, p.264).

Rosa, em visita a Pelotas, mostrou-se impressionado com as mudanças aceleradas ocorridas no âmbito urbano. A cidade ganhou uma nova organização e estruturação, adequada ao sistema Republicano, o qual se consolidava politicamente enquanto signo situado no centro (no “coração”, nas palavras de Rosa) da cidade, a Praça da República, cujo nome é corolário e representação de uma forma de disciplinarização.

Além do símbolo do poderio republicano, encravado em meio ao centro urbano, Rosa abordou o sistema de esgotos, tema que fora insistentemente discutido na imprensa, especialmente porque sua instalação causou transtornos e

---

<sup>20</sup> A ponte de pedra se localiza, atualmente, na Rua Marechal Floriano, encontrando-se, de um lado a Praça XX de Setembro e do outro o Ministério da Fazenda.

alterações na vida cotidiana dos habitantes. As mudanças não se inserem apenas no campo das melhorias, mas o seu significado é muito mais amplo: modernizar uma cidade é uma forma de demonstrar o poder do homem sobre a natureza e sobre o tempo. A compreensão da singularidade do ato de destruir e reconstruir um espaço existencial não é possível, segundo Rocha e Eckert (2005), sem remontar a uma multidão de atos, volições e sentimentos que engendram seus territórios no domínio do vivido de seus habitantes. Desse modo, as autoras continuam: “Nesse sentido, tomar-se a cidade como matéria supliciada significa aqui encarar-se a potência subterrânea de uma imaginação criadora presente no homem brasileiro que, destruindo sua morada, pretende domesticar o Tempo”, (Rocha e Eckert, 2005, p. 26). Logo, na materialidade da cidade, o ser humano trava a sua disputa com o tempo, renegando o passado e buscando o novo, na tentativa de se adiantar ao próprio tempo.

Dentre as transformações que caracterizam a modernização urbana deve-se incluir o desenvolvimento dos meios de transporte, especialmente no que tange os primeiros decênios do século XX. Nesse período, o antigo e o novo conviveram lado a lado e disputaram espaço pelas ruas remodeladas. Cavalos e bondes se tornaram meios de transporte, ao mesmo tempo, concorrentes e complementares. A vida urbana viveu, dessa forma, uma revolução. A modernidade afetou, de forma bastante intensa, a vida do cidadão comum, alterando os padrões de tempo, os seus costumes e a sua vida cotidiana.

No entanto, em meio ao sacrifício e ao medo gerado pelas novidades que imprimiram um ritmo novo na vida dos cidadãos, deve-se ter em conta que o processo de urbanização conferiu à cidade de Pelotas, conforme Amaral (2003), o status de um importante centro comercial, industrial e cultural, singularizado pela estética de suas construções – prédios públicos, palacetes e praças, bem como pelas escolas, teatros, bibliotecas, igrejas, hotéis, bancos, estação ferroviária, porto, iluminação pública, serviço de telefonia, ruas calçadas e arborizadas.

As preocupações com as melhorias urbanas da cidade se encontram presentes nos Relatórios Intendenciais da década de 1910. A seguir, por exemplo, algumas frases introdutórias do Relatório de 1910, apresentado por José Barboza Gonçalves:

Cada vez mais se firma em meu espírito a conveniência de serem explorados, directamente, pelo poder publico, os vários serviços que interessam á hygiene urbana e á commodidade geral dos munícipes. Entre

outros de alta relevância, convem salientar, principalmente, as obras relativas ao abastecimento d'água, aos exgottos subterrâneos e à iluminação da cidade, (RELATÓRIO INTENDENCIAL, 1910, p. 3).

Aparecem, também, nas palavras do intendente posterior a Barboza, Cypriano Corrêa Barcellos:

Entretanto, desde já, os seguintes mais importantes problemas exigem todo o nosso esforço e para cuja proveitosa solução pratica, dentro do mais curto espaço de tempo possível, despenderei todas as energias de que for capaz: - o estabelecimento de rede de exgottos, a reconstrução da de águas, com a necessária ampliação, e a instalação dos serviços de electricidade: - bonds, energia e luz (RELATORIO INTENDENCIAL, 1912, p. 3).

Percebe-se que tanto Barboza Gonçalves como Cypriano Corrêa Barcellos identificam a necessidade de realizar reformas urbanas e implementar a modernização, notadamente no que tange ao abastecimento de água e à rede de esgotos. No entanto, deve-se ter em conta que o processo de urbanização de Pelotas não é uma singularidade, mas está ocorrendo concomitantemente à urbanização de outras cidades. O governo de Pelotas e a elite cultural (e, ao que tudo indica, econômica) buscam manter a cidade no mesmo patamar dos grandes centros, tendo em vista a manutenção do renome que alcançara, sendo considerada uma cidade com tradição cultural e, ao mesmo tempo, moderna e atualizada.

Nesse período, a iniciativa privada e os serviços municipais concorriam no sentido de promover melhoras urbanas. Logo, não se pode negar que muito do que foi realizado em Pelotas deve-se, conforme Amaral (2003), ao forte vínculo com a iniciativa particular e a ausência do “favoritismo oficial”, ou seja, dos investimentos do Estado. Por outro lado, tais características que constituem uma forte singularidade da cidade, foram uma importante causa da sua estagnação econômica diante da crise de seu principal produto: o charque, crise essa que já se percebia na virada do século XIX para o XX, quando as charqueadas gaúchas perdiam espaço para as platinas. Nesse período, no entanto, o governo de Borges de Medeiros deu o apoio e a sustentação necessários para reerguer a indústria do charque, a qual cresceu intensamente durante a Primeira Guerra Mundial. Na década de 1920, quando se deu a crise gerada pela retração no consumo europeu de carnes, Borges de Medeiros optou por uma política de modernização dos transportes, cobrando as dívidas dos criadores, essa opção governista levou muitos deles à falência.

Porém, mesmo sem o dinamismo econômico propiciado pelas charqueadas nas primeiras décadas do século XX, concretizam-se na cidade importantes

transformações urbanas condizentes com os tempos modernos que chegaram com o novo século. Melhoramentos na área central da cidade, tais como a instalação da rede de água e esgotos, iluminação e transportes públicos, calçamento, praças e arborização, que reforçaram o caráter progressista de Pelotas, fazendo com que viajantes continuassem a tecer empolgados elogios à cidade, mesmo quando sua economia já não ia tão bem.

Magalhães (2002) cita como empreendimentos desenvolvidos durante as primeiras décadas do século XX: plantações de arroz, que tiveram incremento por iniciativa do coronel Pedro Osório, a partir de 1907; Fábrica de Fiação e Tecidos, inaugurada em 1913; a Força e Luz, em 1912; os bondes elétricos, em 1915; a remodelação do Mercado, entre 1911 e 1914; a fundação da Faculdade de Direito, em 1912; da Academia de Comércio, pelo Clube Caixeiral, em 1907; do Banco Pelotense, em 1906, mas com edifício próprio a partir de 1916; do Esporte Clube Pelotas, em 1908; do extinto Tiro Brasileiro, em 1912 e do Escotismo, em 1916.

Entre os empreendimentos referidos pelo autor, pode-se notar que a maior parte se trata de iniciativa particular, como as atividades econômicas (arroz, Fiação e Tecidos, Banco Pelotense), alguns serviços (Força e Luz) educação (Academia de Comércio, Faculdade de Direito) e civismo (Tiro Brasileiro, Escotismo). Contudo, coube ao governo municipal a remodelação do Mercado e a instalação dos bondes elétricos.

Como já foi mencionado anteriormente, a participação do governo municipal nas melhorias urbanas ganhou mais força em Pelotas durante os primeiros decênios da Primeira República. Tal prática já era comum em outras cidades, pois as grandes reformas urbanas citadas anteriormente, como a de São Paulo, Rio de Janeiro, Florianópolis, Porto Alegre, foram promovidas pelos governos municipais ou estaduais. Ao justificar a municipalização de tais serviços, Barcellos afirmou: “A municipalização dos serviços não é, portanto, doutrina moderna, nem de aplicação recente, estabelecendo novos moldes ou processos econômicos para administrar as cousas publicas”, (RELATORIO Intendencial, 1910, p. 5). O intendente utilizou do exemplo de Júlio de Castilhos para explicar a intensificação da participação do Município nas obras públicas, tendo em vista que, como foi dito anteriormente, as melhorias da cidade normalmente eram realizadas pela iniciativa privada e a influência do governo municipal parecia se constituir em uma novidade para o contexto de Pelotas.

O fato de a cidade contar com a iniciativa privada como promotora de melhorias e empreendimentos estava estreitamente ligada com a constituição da sociedade naquele período. Dessa forma, abordar-se-á, a seguir, aspectos da sociedade Pelotense na Primeira República.

#### **2.3.4 A sociedade pelotense: distinção, poder simbólico e grupo de *status***

A educação na cidade de Pelotas esteve, nas primeiras décadas do século XX, estreitamente relacionada com a atuação de sua elite. Caracterizar a formação e os costumes desse grupo social se constitui em uma tarefa fundamental para a realização desta pesquisa. Nesse sentido, é possível buscar a origem desse grupo ainda no século XVIII, período bastante importante para a configuração dos territórios portugueses na América do Sul e, especialmente, para a formação do estado do Rio Grande do Sul.

Tais grupos, em âmbito estadual, formaram-se tendo em vista as atividades econômicas a que se dedicavam ou à atuação militar nas guerras fronteiriças, como as que envolveram a Província Cisplatina e a Guerra do Paraguai. Além disso, formaram-se redes familiares que foram intensificadas por matrimônios. A elite oriunda do charque era, provavelmente, uma das mais ricas do estado. De acordo com Osório (2004): “Os comerciantes-charqueadores encontravam-se no topo das fortunas mercantis do Rio Grande” (p.89). Além disso, estes eram os maiores proprietários de escravos, de bens comerciais, prédios urbanos e bens rurais, especialmente “pelas valorizadas terras ao redor do Canal São Gonçalo, localização ideal e necessária para a produção do charque e o escoamento da produção através do porto de Rio Grande” (OSÓRIO, 2004, p. 89).

Tal elite, consolidada entre os períodos colonial e imperial, forneceu os quadros para os partidos do Império e da República, conseguindo benefícios e regalias por meio de sua relação com o Estado. Pelotas, em especial, destacava-se, também, pela sua sofisticada cultura e estilo de vida, que a diferenciava das outras cidades gaúchas do interior. Pode-se dizer que a explicação para o desenvolvimento cultural da cidade se encontra no âmbito de um dos três critérios propostos por Burke (1991), o do *status*. Não é somente a riqueza que caracteriza uma elite, mas o espaço que ela ocupa em cargos públicos, as possibilidades de promoção da cultura, o renome que determinada família possui, seja em âmbito cultural, como no político. Além disso, como já mencionado, na maior parte do tempo a elite pelotense

se caracteriza como um grupo de *status*, cuja relação com o “ser” é mais valorizada do que com o “ter”. Ademais, como dito anteriormente, os militares e os políticos, reconhecidos por sua presteza à nação, recebiam títulos nobiliárquicos, os quais não eram hereditários. Como exemplo, pode-se citar o General Osório, brindado com o título de “Marquês do Erval”, e João Simões Lopes, com o título de “Visconde da Graça”.

A ausência de uma efetiva “nobreza” brasileira foi compensada com a distribuição de títulos nobiliárquicos com base em meritocracia. No entanto, o já mencionado fato de não ser um título hereditário, excluía os descendentes de sua vinculação a qualquer título de nobreza. A forma encontrada pela elite, portanto, caracterizava-se por realizar uma inserção em movimentos culturais, como forma de diferenciação com relação às camadas letradas e às camadas médias, as quais, ainda em formação, não possuíam as mesmas possibilidades de acesso à educação. Logo, os charqueadores, membros da elite econômica local, que conseguiram espaço no campo político, buscaram na cultura e na educação mais um diferencial de *status*, especialmente no que tange à diferenciação com relação às que se desenvolveram em cidades próximas. Quando se menciona os charqueadores, não se utiliza uma conotação circunscrita à Pelotas, mas inclui-se, ainda, Rio Grande, cidade cuja elite desenvolveu características bastante semelhantes.

A busca por um *status* cultural diferenciado se insere no contexto da valorização do ócio, o qual permitia o usufruto dos entretenimentos e dos bens culturais disponíveis. As práticas culturais comuns na sociedade pelotense acabaram por promover um reconhecimento da elite (e conseqüentemente da cidade) como vinculada à cultura elevada. De acordo com Loner (2001), a elite fazia jus à fama, pois se comportava de modo a legitimar esses atributos, constantemente envolvida em campanhas assistencialistas ou progressistas na cidade. A autora afirma que: “[...] sua lembrança se consolidou na memória da cidade, mesmo quando ela começou a declinar em termos políticos e econômicos, influenciando o comportamento das outras classes em relação com os descendentes desses “pais fundadores” (LONER, 2001, p.55).

Dessa forma, a elite estabelecida no Império, manteve a sua condição no início do século XX. Nesse período, a sociedade ganhou uma nova configuração com a vinda de imigrantes, além de contar com um grande contingente de ex

escravos. No final do Império e no começo da República, formou-se, ainda, uma classe média urbana, constituída por indivíduos ligados aos serviços públicos e privados, bem como por pequenos comerciantes. De acordo com Amaral (2003), de polo escravista charqueador, a cidade passou a ser um centro urbano de diversificadas atividades voltadas para a produção de serviços e de bens de consumo. Não se pode esquecer também que, no interior do município, formaram-se vários centros de colonização, dedicados ao cultivo de hortifrutigranjeiros em pequenas e médias propriedades rurais, e a agroindústria de conservas artesanais, o que contribuiu para um processo de readequação da economia local.

A sociedade pelotense mudou estruturalmente, no entanto manteve as mesmas formas e hábitos. O incremento da imigração ocorrido entre os séculos XIX e XX modificou, de certa forma, tal sociedade. Embora grande parte dos imigrantes de diversas nacionalidades tenha atuado ou como produtor rural, ou como mão-de-obra barata, uma parte se dedicou a investir na incipiente industrialização do já mencionado polo Rio Grande – Pelotas. Os estudos de Loner (2001) apontam que grande parte do capital investido nas fábricas era estrangeiro. Essa afirmação se remete aos estrangeiros residentes na cidade, embora, em alguns casos, o capital tenha sido empregado vindo diretamente do exterior.

Nesse contexto de imigração e desenvolvimento urbano, como muitas outras cidades, Pelotas, no final do século XIX, recebeu um contingente populacional que ia bastante além da antiga freguesia ou vila. Segundo Jantzen (1990), vários fatores contribuíram para o aumento da população urbana, além da imigração europeia (provavelmente o principal deles): o êxodo rural, a libertação progressiva dos escravos, que vinham à cidade etc. Em 1895 a população de Pelotas era de 37.256 habitantes e a população de Porto Alegre 52.186 habitantes.

A tradicional ordem escravocrata dos charqueadores e estancieiros foi sendo lentamente invadida por uma onda de imigrantes, negociantes, artesãos e todos aqueles que descobriam uma atividade para explorar. A cidade complexificava suas atividades, especialmente o comércio e os serviços. As obras públicas, a construção da ferrovia Rio Grande – Bagé (1884) e outros empreendimentos trouxeram à cidade uma razoável quantidade de técnicos, comerciantes e pequenos investidores que, ao se fixar mudaram a fisionomia da cidade de charqueadores. Conforme Vanti (1998), nesse processo de modernização do Município de Pelotas, no final do século XIX, não foram somente os pelotenses que, em viagem de negócio, lazer e estudos

traziam as ideias e práticas sócioeconômicas da Europa, os estrangeiros radicados na cidade também foram de suma importância nesse processo.

De acordo com a autora, o elemento estrangeiro contribuiu para a melhoria de condições de infraestrutura urbana na cidade de Pelotas no último quartel do século XIX, como, por exemplo, a inauguração do serviço de saneamento projetado pelo engenheiro francês Gregório Howyan e em outras obras que tiveram a participação e a iniciativa de técnicos e artistas europeus, como no caso a Bibliotheca Pública Pelotense, a Cia Ferro Carril e o Cais de Pelotas, etc. Participou também, o estrangeiro como proprietário de estabelecimentos comerciais e como industrial, implantando no município, fábricas de fumo, cervejarias, curtume, etc, mas a contribuição destes europeus radicados no município se estendeu também ao domínio da cultura, na educação e nas artes. Anjos (1996) afirma que a presença do elemento estrangeiro no processo de transformação da sociedade pelotense em direção a uma cultura urbana se deu desde a fundação de sociedades de natureza filantrópica, beneficente e esportiva até a atuação de artistas plásticos, fotógrafos, arquitetos, engenheiros, jornalistas e mestres educadores.

No entanto, embora a sociedade pelotense tenha sofrido alterações, a ordem já estabelecida prevaleceu. Toda a tradição construída se mostrou mais forte do que a capacidade transformadora trazida pelos imigrantes, os quais acabaram embevecidos pela “velha ordem”, impregnada de atrativos de uma nobreza inventada, cujos títulos nobiliárquicos perdidos foram mantidos pelo refinamento dos costumes e pela afirmação de nomes de família. Nesse sentido, retoma-se um dos critérios para o conceito de elite proposto por Burke (1991), o *status*, que os estrangeiros enriquecidos buscaram nas famílias aristocráticas. Para tanto, os laços matrimoniais, costumeiramente usados foram a maneira encontrada pelos estrangeiros para agregarem-se com a elite já existente.

Além do renome das famílias aristocráticas, o empresariado de origem estrangeira aderiu aos valores e costumes próprios da elite da “antiga ordem”, o que, segundo Loner (2001), terminou por comprometer seu potencial de acumulação e seu próprio dinamismo empresarial, trocados por uma visão de mundo que valorizava artes e cultura e pretendia resolver os problemas da cidade (e das famílias), recorrendo ao Estado *benefactor*. A elite pelotense, portanto, cuja formação se deu, especialmente, no período imperial, estabeleceu-se de tal maneira

que os seus costumes constituíram-se em tradição, o que veio a comprometer posteriormente o desenvolvimento econômico da cidade.

Dos critérios apontados por Burke (1991), o poder, a riqueza e o *status*, o último tornou-se o esteio para a manutenção da “velha ordem”. Os seus costumes e valores, no entanto, mostraram-se tão atraentes, que mesmo com alterações em âmbito social, os novos grupos emergentes buscaram se inserir na ordem já estabelecida e se adequaram ao seu estilo de vida. Logo, percebe-se que uma elite deve ser entendida levando-se em conta os critérios acima mencionados e que o *status* assume uma importância de proporções tão grandes que não basta apenas ser detentor de riqueza, é necessário ser reconhecido como pertencente a uma estirpe pré-estabelecida. A sociedade Pelotense da Primeira República que aparentemente promovia o desenvolvimento cultural e educacional é, dessa forma, uma sociedade de famílias tradicionais e famílias estrangeiras, ambas buscando renome, reconhecimento e a afirmação de uma tradição.

Dessa forma, é importante, ainda, afirmar que a sociedade pelotense teve importância política em nível nacional, entre o século XIX e as primeiras décadas do século XX. Fausto (2007) aponta que a presença dos gaúchos na política nacional teve a peculiaridade de se relacionar com a presença militar e percebendo uma pretensa ausência dos políticos gaúchos da administração federal entre os anos de 1894 e 1910, os quais teriam retornado com a eleição do Marechal Hermes da Fonseca. A situação dos políticos pelotenses era um pouco diferente. A sua maioria era constituída por advogados e engenheiros agrônomos. A cidade praticamente manteve sempre algum representante na Câmara Federal, como Cassiano do Nascimento, Alcides de Mendonça Lima, Piratinino de Almeida, João Py Crespo, Ildefonso Simões Lopes, José Barboza Gonçalves, Joaquim Luiz Osório, os quais eram filiados ao PRR. Francisco Antunes Maciel, ao contrário de seus conterrâneos, foi eleito pelo Partido Federalista. No Senado, a cidade de Pelotas contou com Cassiano do Nascimento, Joaquim Assumpção e Augusto Simões Lopes. Além disso, alguns membros da elite pelotense ocuparam Ministérios, como José Barboza Gonçalves, que comandou o Ministério dos Transportes e Ildefonso Simões Lopes, Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio<sup>21</sup>.

---

<sup>21</sup> Alguns dos políticos pelotenses acima citados não nasceram na cidade de Pelotas, mas estavam radicados na cidade.

É plausível assegurar que a elite pelotense, na sua busca por *status*, inspirou-se na elite do Rio de Janeiro, então capital, alcançando mais similaridades com essa do que com as elites que se formaram na maior parte das cidades do Rio Grande do Sul. Um exemplo disso é a formação acadêmica dos representantes pelotenses na política, os quais não possuíam o mesmo vínculo militar, nas primeiras décadas do século XX, dos outros representantes gaúchos<sup>22</sup>.

Tendo em conta que o estudo de aspectos da sociedade pelotense visa a compreensão do contexto educacional em que as instituições educacionais e as práticas escolares se constituíam em representações da modernidade urbana e cultural de Pelotas, passa-se a abordar a forma como a educação era abordada nas primeiras décadas do século XX.

### **2.3.5 A educação em Pelotas**

Refinamento, elegância, cultura e educação são palavras relacionadas com o imaginário sobre Pelotas, o qual não inclui uma grande parte da população que esteve, por muito tempo, fora do circuito cultural reconhecido na cidade. A República representou, depois do Império, um momento em que foi mantida a relevância da tradição educacional e cultural pelotense, ao mesmo tempo em que os intendentess demonstravam uma interligação com as discussões ocorridas nacionalmente sobre a ampliação da rede pública de ensino e do atendimento às pessoas de estratos sociais mais baixos e os imigrantes.

Magalhães se utiliza das palavras do viajante Vittorio Buccelli, que esteve em Pelotas nos primeiros anos do século XX, para expressar a forma como a instrução pública era tratada em Pelotas: “A instrução pública é objeto de especial atenção por parte do Estado e da administração municipal” (MAGALHÃES, 2002, p. 247). Esse viajante fez efusivos elogios ao então intendente Cypriano Barcellos, sobre sua sapiência e sobre sua formação em Engenharia na Bélgica. Sobre esse afirma: “[...] já encarregado das ferrovias de Itararé e Santa Maria e inspirador das atuais obras do porto. É um dos mais genuínos campeões da Ideia da República no Brasil sob a monarquia” (Ibidem, 2002, p.247).

---

<sup>22</sup> Deve-se informar que, embora a origem dos títulos nobiliárquicos seja decorrente de atividades militares, a situação da maior parte dos representantes políticos pelotenses na Primeira República não era então ligada às atividades militares.

Outro visitante, Abadie Faria Rosa, que esteve em Pelotas em mais de uma oportunidade nas primeiras décadas do século XX, já mencionado anteriormente, foi citado por Magalhães (2002) para demonstrar a situação de Pelotas com relação à cultura:

Os meus olhos sentiam ainda a minha terra alcandorada no seu grau de cultura, com cursos superiores, desde o Liceu de Agronomia, que é uma tradição honrosa no seu patrimônio intelectual, às faculdades de Direito, de Farmácia, de Odontologia; desde a Academia do Comércio, fundada pelo invicto Clube Caixeiral, aos cursos secundários, com instalações modernas, como os ginásios Pelotense e Gonzaga; desde os colégios elementares, às escolas particulares e às aulas públicas – abençoados exames espalhados por toda a parte, para que todo o município seja ele mesmo uma irradiante eclosão de inteligências aproveitadas (Ibidem, 2002, p. 264).

Ambos viajantes acima mencionados apresentam uma visão positiva do contexto educacional pelotense no momento de suas visitas. Rosa citou vários estabelecimentos educativos de ensino superior, secundário e primário, os quais já possuíam certo renome na cidade. A difusão de instituições educacionais foi bastante incentivada pela elite, como uma atitude de benemerência, ao mesmo tempo em que a sua dedicação à cultura e à educação era interpretada como forma de ilustração e refinamento, reforçando o *status* social desse grupo. A relação com as instituições educacionais representava um *status* não apenas para a elite que as mantinha, mas para os professores e funcionários que se vinculavam àquelas instituições. Vários membros da elite trabalhavam como professores desses estabelecimentos, tendo em vista os seus conhecimentos em determinadas áreas.

Logo, o desenvolvimento dos setores educacionais e culturais foram resultado, segundo Vanti (1998), da busca dos charqueadores, aristocratas ou não, pela distinção social também através da ilustração e do aprimoramento cultural, o que possibilitou o desenvolvimento de atividades culturais como a atuação teatral, a literatura, as artes plásticas e musicais e a educação escolar formal e informal. A educação escolar era voltada especialmente para os filhos e filhas das classes mais privilegiadas pelotenses.

A prática de manter a educação por meio de iniciativas particulares manteve-se por muito tempo. Na primeira década do século XX, a educação ocupava um pequeno espaço nos relatórios dos intendentos pelotenses. Os temas recorrentes nesse período incidiam, notadamente, sobre o “Lyceu Rio-Grandense”, denominação dada, nesse período, à Escola de Agronomia e Veterinária. Em 1909, na gestão de

Barboza Gonçalves, publicaram-se algumas considerações sobre as “aulas municipais”. De acordo com o intendente:

Conhecidas as vantagens de disseminar a instrução, fazendo-a chegar, prompta e fácil, ao alcance de todas as classes, principalmente as mais desfavorecidas da fortuna, a Administração julgou-se no dever de estabelecer, dentro da cidade, diversas aulas.

Mantidas em favor dos que, sequiosos de saber, mas impedidos, pelas prementes necessidades da vida, que procuraram nas horas de seu funcionamento as aulas do Estado, só possam dispor das horas da noite para satisfazer esse dever que cabe a todo cidadão, não foi esse um baldado empenho nem semente lançada, entre abrolhos.

As aulas municipaes são muito procuradas, tem boa freqüência e vão preenchendo perfeitamente o seu fim (RELATÓRIO INTENDENCIAL, 1909, p. 24).

Através das afirmações de Gonçalves, percebe-se que as aulas municipais visavam o atendimento de uma classe menos privilegiada, principalmente alunos trabalhadores, e tinha por finalidade uma educação básica, no sentido de alfabetização e não a preparação para o ingresso no ensino superior. Durante o período Republicano, a educação passou a ser um cuidado do estado e do município. O primeiro se dedicou à expansão da rede pública de ensino antes do âmbito municipal, porém, não foi suficiente, o que forçou os municípios a oferecerem aulas públicas.

Dessa forma, lentamente, o tema educacional começou a perpassar os discursos intencionais. Veja o que José Barboza Gonçalves afirmava: “O povo em que a média da instrução se patenteia mais elevada, também se revela o mais forte, o mais industrioso, o mais capaz” (RELATÓRIO INTENDENCIAL, 1910, p.16), e Cypriano Corrêa Barcellos: “Não é descurada entre nós: desenvolve-se, progride e segue marcha desassombrada, com forte empenho do poder público em difundil-a e pol-a a fácil alcance”, (RELATÓRIO Intendencial, 1913, p.10). Este, afirma ainda:

A cada passo, revelam os esforços pertinazes de seus competentes directores e provectoros mestres, que, numa conjucção de labores profícuos, não conseguido conservar em destaque o bom nome do professorado Pelotense.

Se, por um lado, se vêem em tão lisonjeiro estado as faculdades, os gymnasios e as aulas particulares por outro, os collegios elementares e os estadoaes, os subvencionados e os do Municipio correspondem perfeitamente a seus fins (RELATÓRIO INTENDENCIAL, 1916, p.19)

As palavras do intendente Cypriano Corrêa Barcellos demonstram a satisfação e o orgulho que o governo sentia em relação ao desenvolvimento das instituições educacionais e do próprio professorado. Além disso, o intendente se mostrou bastante satisfeito com a forma como essas instituições cumpriram as suas

finalidades. Diante dessa colocação, que demonstra uma grande satisfação pelas instituições públicas e privadas, parte-se para outro ponto: decorrente do ideário, seja positivista ou maçônico (como será abordado a seguir). Não houve, nesse período, uma concorrência entre o setor público e o privado, mas um incentivo ao desenvolvimento de ambos os setores. Isso se devia, em especial, ao fato de as doutrinas que influenciavam o pensamento da época, destinavam os cuidados da educação primária para o Município e para o Estado, sugerindo que os ensinos secundário e superior deveriam estar nas mãos da iniciativa privada. O espaço para a iniciativa privada esteve presente, também, nos discursos dos intendentes, como pode ser percebido nas palavras de Cypriano Corrêa Barcellos: “A seu turno, se manifesta, poderosamente, a iniciativa particular, cuja acção, se evidencia de modo eloquente”, (RELATÓRIO INTENDENCIAL, 1913, p.10). Conforme a citação de José Barboza Gonçalves:

Conscio da missão que lhe assiste, o poder publico deve auxiliar o desenvolvimento da instrucção, sob qualquer aspecto que se apresente, não reconhecendo privilégios acadêmicos, não fazendo questão de diplomas, deixando exercer-se a livre concorrência, para estímulo das aptidões, e auxiliando a capacidade proveitosa, onde quer que Ella se encontre.

Em vez do ensino official, que já fez sua época de estreiteza dogmática, com suas pragmáticas e peãs, com concursos de aparato e a effectividade que, muitas vezes, só premeia um esforço de occasião ou uma felicidade do acaso, e pode matar, na sua dissecante atmospherá, o gérmen do estímulo, que deve ser, na livre concorrência, guia de acção constante, estabelece-se a plena liberdade, que leva o espírito desempedido a agir, autônomo, em busca de maior desenvolvimento para a firmeza de uma situação em que a sua utilidade se defina (RELATÓRIO INTENDENCIAL, 1910, p. 15).

As palavras de Gonçalves apontam para uma situação característica da Primeira República: a teoria Positivista se mostrava favorável às iniciativas particulares no âmbito educacional, o que fica claro quando o intendente menciona as expressões “livre concorrência”, “plena liberdade”, “autônomo”. Ao mesmo tempo, deve-se ter em conta que, durante a República, como já foi mencionado anteriormente, citando Tambara (1995) e Corsetti (1997), o incremento do ensino público primário ocorreu durante um processo desenvolvido pelo governo estadual. Tal processo fica evidente nas palavras do referido intendente, o qual demonstra que a difusão do ensino primário em Pelotas, pelo governo municipal, não foi uma singularidade da cidade, mas estava vinculado a um processo que ocorria concomitantemente em âmbito estadual e por iniciativa do governo estadual:

A administração municipal, no intuito de auxiliar a acção fecunda do governo do Estado, que, além de, com nobre empenho e franco successo, acelerar a diffusão da instrucção elementar por todas as classes, presta ainda valioso apoio aos institutos de ensino superior, não podia deixar de contribuir, na força dos seus actuaes recursos, para o augmento do numero de aulas (RELATÓRIO INTENDENCIAL, 1909, p. 21).

Ou, conforme as palavras do mesmo intendente em Relatório do ano seguinte:

E, procurando cooperar com o Estado na disseminação do ensino, além das aulas que o Municipio já mantém na cidade, estabeleci outras nos Districtos Ruraes, localisando-as nos pontos julgados mais convenientes, de forma que seus benefícios alcancem o maior numero possibile de creanças, e preparando por methodo pratico e efficaz cidadãos úteis a si, á família e á Patria (RELATÓRIO INTENDENCIAL, 1910, P.15).

Nos anos de 1912 e 1913, as preocupações do então intendente Cypriano Corrêa Barcellos se mantinham centradas no saneamento, tema que, nesse período mostra-se relacionado com a educação, conforme já mencionado anteriormente, no item “a Educação nas primeiras décadas do século XX”. Dessa forma, justamente por existir um tipo determinado de educação cuja função seria a formação integral do cidadão e que se daria de forma a levar em consideração dos conhecimentos científicos de maneira organizada, em 1912, o intendente aprovou o “Regulamento da Instrucção Pública Municipal”<sup>23</sup>, pelo Ato n. 642, de 24 de janeiro. O referido Regulamento consta de 18 artigos, nos quais foram abordados temas como o caráter leigo e gratuito do ensino municipal; a divisão em dois cursos (primário e técnico para profissões elementares); o currículo de tais cursos e o público a quem era destinado; a inspeção do ensino; o cronograma das atividades; as atribuições dos estudantes e dos professores, entre outros temas. O desenvolvimento de uma legislação que regulasse a instrucção municipal demonstra que o funcionamento das aulas municipais existentes exigia uma organização.

No ano de 1913, o governo estadual criou, em Pelotas, dois “collegios elementares”<sup>24</sup> estaduais, o que denota um incremento, a partir da década de 1910, do ensino público. Além disso, nessa mesma década, Cypriano Corrêa Barcellos encontrava-se bastante satisfeito com a situação da instrucção:

Problema que attrahe e prende a atenção dos dirigentes em todos os paizes, muito principalmente naquelles que, como o nosso, iniciam as

<sup>23</sup> O Regulamento da Instrucção de 1912 se encontra publicado no Relatório Intendencial do mesmo ano.

<sup>24</sup> Os “collegios elementares” eram escolas seriadas semelhantes aos grupos escolares, criadas no Estado do Rio Grande do Sul.

primeiras pugnas da grande campanha, não tem a instrução permanecido estacionaria em nossa terra nem se apresenta em plano inferior.

Ao contrario, pode-se afirmar, com justa ufania, que seu útil desdobramento é continuo e de excellentes resultados, tornando-se já conhecidos, dentro e fora do Estado, os nossos estabelecimentos de ensino.

Noveis ainda quase todos, oferecem, entretanto, provas inconcussas da bem constituída organização de que são dotados (RELATÓRIO INTENDENCIAL DE 1916, p.19).

As palavras de Cypriano Barcellos representam o entusiasmo pela educação vivido na segunda década do século XX, pois relaciona a educação com o desenvolvimento. Além disso, o intendente se vangloria do crescimento que a instrução tem apresentado e do renome dos estabelecimentos de ensino. Nesse ponto, é possível entender que o intendente não aborda somente o ensino primário, mas, de forma geral, referindo-se, com relação ao reconhecimento dentro e fora do Estado, das escolas de ensino superior, especialmente, a Escola de Agronomia e Veterinária.

A década de 1910 foi caracterizada pela preocupação e desvelo com o ensino superior em âmbito municipal. No entanto, foi nesse período que o interesse pelo ensino primário iniciou a sua intensificação, especialmente por estar integrado em um processo de expansão da rede pública de ensino em nível estadual. O referido processo pode ser percebido pela criação dos dois “collegios elementares” e do incremento dado às aulas municipais e às subvenções. Embora a década de 1920 represente o decênio de criação do maior número de escolas municipais, foi na década anterior que se iniciou o discurso de importância da instrução como meio de elevação intelectual e econômica das nações.

Além disso, a educação se desenvolveu no âmago da modernidade e da urbanização, contando com o *status* de prática modernizante, o que se insere no discurso mencionado anteriormente, sobre a educação como caminho necessário para o crescimento dos países. Pode-se dizer que, no Brasil, as grandes cidades passaram, durante a Primeira República, por um forte processo de urbanização e modernização urbana. Assim como essas grandes cidades, Pelotas viveu a sua modernização urbana notadamente a partir da década de 1910, em especial no governo de Cypriano Corrêa Barcellos, cuja reeleição permitiu que governasse por praticamente todo o segundo decênio do século XX.

Tais intendentes (Barboza Gonçalves e Cypriano Barcellos), ainda que não tivessem clara a necessidade de expandir o ensino público municipal, já apresentavam o tema da educação em seus relatórios, recaindo, inicialmente, no

ensino superior, especialmente na Escola de Agronomia e Veterinária e, mais tarde, ampliando os seus interesses para o ensino primário.

A década seguinte, 1920, foi marcada pelo incremento do ensino público municipal, através da atuação de três intendentes ligados, assim como os anteriores, ao PRR: Pedro Luis Osório, Augusto Simões Lopes e João Py Crespo. Deve-se ter em conta que os temas do ensino superior permanecem presentes nos Relatórios Intendenciários da década de 1920, bem como a atuação dos collegios elementares estaduais e do ensino secundário, notadamente o “Gymnasio Pelotense”. Além desses temas, a instalação do Patronato Agrícola “Visconde da Graça” foi um assunto muito abordado.

Percebe-se que o discurso sobre a temática educacional ganhou ainda mais força, relacionados ao contexto nacional, no qual a educação era considerada como uma solução para os problemas nacionais. Nesse sentido, o intendente Pedro Luis Osório afirmava:

A instrução é, certamente, um dos nossos grandes problemas; impossível é organizar uma pátria forte e consciente de seu destino sem antes de mais nada educar-lhe o povo, dando-lhe com a alfabetização, o recurso suficiente para que do seu espírito, já iluminado, venha a contribuição eficiente, a dedicação e o interesse pelas causas publicas. Para tanto, mister é que convirjam esforços de todos os que, investidos ou não de poder publico, devem reunir o seu concurso para debellação deste mal social – o analfabetismo (RELATÓRIO INTENDENCIAL, 1923, p. 37).

O discurso de Augusto Simões Lopes, intendente que se seguiu a Pedro Luis Osório, também foi impregnado de falas sobre a necessidade de erradicar o analfabetismo e sobre a importância da educação popular, como por exemplo: “Na certeza de que a educação popular é o mais alto dos problemas collectivos que se apresentam ás administrações da actualidade, o governo municipal não lhe tem regateado o melhor e o mais constante dos seus esforços”, (RELATÓRIO INTENDENCIAL, 1926, p. 69-70). É possível afirmar que o intendente Augusto Simões Lopes utilizou a educação como propaganda governista, propiciando a sua manutenção e estabilidade na vida política<sup>25</sup>.

Ambos os intendentes se encontravam impregnados pelas amplas discussões ocorridas em âmbito nacional e estadual, as quais versavam sobre os problemas

---

<sup>25</sup> O tema da educação no governo de Augusto Simões Lopes foi abordado na seguinte dissertação: OLIVEIRA, Maria Augusta Martiarena. **A educação durante o governo de Augusto Simões Lopes**. 2005. 260f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

educacionais. Como já mencionado anteriormente, Escolano (2000) e Stephanou (2000) tratam da relação entre higienismo e educação. O primeiro, em especial, analisa a questão da arquitetura escolar. Em concordância com o que falam tais autores, torna-se factível afirmar que esses temas impregnaram os discursos dos intendentess pelotenses na década de 1920. Pedro Luis Osório assegurou, em seu Relatório apresentado no ano de 1923, que a escola era um fator importante para a mobilização de energias novas, as quais seriam fundamentais no combate ao analfabetismo. No entanto, seriam necessários dois requisitos indispensáveis à escola moderna: prédios que seguissem às exigências sanitárias e exames periódicos pelas autoridades. Em seguida, o intendente mencionou itens dos quais dependiam a saúde na escola:

- a) Da organização de um ambiente semelhante com o das habitações mais higienicas;
- b) Do alarme immediato das moléstias contagiosas;
- c) De múltiplas previsões para a correção de defeitos e vícios phisicos e mentaes;
- d) Do estímulo ao estudo, do amor ao livro, conseguidos pela vida ao ar livre e pelos recreios, que fazem nascer na creança o affecto perdurável pela casa onde aprende”, (RELATÓRIO INTENDENCIAL, 1923, p. 38)

Os governos municipais da década de 1920, no que tange à educação, foram marcados pela construção de prédios com a finalidade específica de serem escolas e pela implantação dos grupos escolares na cidade, os quais se constituíam em escolas seriadas, semelhantes aos “collegios elementares”. Além disso, houve a implantação de uma série de formas de assistência ao aluno, vinculadas ao já mencionado movimento higienista.

O governo do último intendente da década de 1920 e primeiro da década de 1930, João Py Crespo, deu continuidade às ações já implantadas nos governos anteriores, como o “Pelotão da Saúde”, o “Cópo de Leite” e as “Caixas Escolares”. Nesse governo houve uma intensificação da vacinação nas escolas:

Sem interrupção está sendo feita a inspecção medica, nas escolas municipaes.

A inspecção medica a cargo do dr. José Ottoni Xavier vem mantendo um trabalho efficiente, com o fim único de zelar pela saúde dos professores e alumnos, como também pela hygiene dos edificios em que funcçionam as nossas escolas.

A vacinação anti-typhica e a anti-variolica de toda a população escolar tem sido effectivada com a maior regularidade, por determinação do sr. medico escolar, auxiliando-o nesse serviço, como também na escripturação de fichas, o sr. Manoel Hespanholatti.

Pelo sr. dr. José Ottoni Xavier vão sendo attendidas, com a maior dedicação e presteza, as notificações que lhe são feitas (pág. 137) pelas professoras,

nos casos de doenças infectuosas de alumnos que deixam, por essa razão, de comparecer á escola (RELATÓRIO INTENDENCIAL, 1929-1930, p. 136).

Pode-se perceber que entre 1920 e 1930, os intendentess municipais foram influenciados pelos movimentos do “otimismo pedagógico” e do “entusiasmo pela educação”<sup>26</sup>. Além disso, é necessário destacar a relevância do ideário positivista do PRR ao desenvolver na cidade ações de cunho pedagógico, as quais ocorriam em âmbito nacional e regional, como as formas de assistência ao aluno (distribuição do “Cópo de Leite”, as Caixas Escolares) e de cunho higienista (Pelotão da Saúde, vacinação, inspeção sanitária, cuidados odontológicos).

---

<sup>26</sup> Sobre o assunto ver NAGLE (2001).

**Capítulo III:**  
**Práticas escolares,**  
**docentes e discentes:**  
**representações sobre a**  
**educação em Pelotas**

### **3.1 Aspectos da cultura escolar em Pelotas nas décadas de 1910 a 1930**

Nas primeiras décadas do século XX, as fotografias de práticas escolares foram amplamente difundidas na imprensa em todo o território nacional. As instituições escolares ganhavam relevo pela sua representação como espaço de difusão do ideário republicano e de formação do cidadão adequado ao novo regime. Determinadas práticas tiveram maior publicidade como, por exemplo, as comemorações cívicas. Outras, entretanto, embora tenham assumido um papel secundário quanto à sua publicização se fizeram presentes no cotidiano escolar como parte integrante de um currículo disciplinarizador, como a disciplina de trabalhos manuais, presente nas escolas públicas e particulares. Demonstram, ainda, a modernidade de algumas práticas e a maquiagem de práticas oriundas do período imperial, as quais ganharam novas roupagens com o advento da República.

Para a realização deste capítulo, utiliza-se um grupo de fotografias oriundas dos seguintes periódicos: Almanach de Pelotas, Revista Ilustração Pelotense, Álbum do Centenário, do jornal “A Opinião Pública”, do jornal “Diário Popular”, dos Relatórios Intendenciais e do livro “A cidade de Pelotas”. Além das fotografias, utilizam-se como fontes os textos escritos nesses periódicos, no livro acima mencionado, na “These apresentada á Primeira Conferencia Nacional de Educação”, intitulada “Gigante que cresce” e nos jornais “O Libertador” e “O Rebate”. Dessa forma, esta parte do trabalho se dedica à análise dos textos escritos e visuais (tendo em vista que a imagem também se constitui em um texto) difundidos na imprensa pelotense sobre as práticas escolares e a sua representação da adequação da cidade ao conceito de modernidade.

Faz-se necessário ainda, ratificar o que já foi mencionado anteriormente: as instituições e as práticas escolares se constituem, para fins desta pesquisa, em duas categorias distintas, no entanto, ambas são dimensões da cultura escolar. A sua

existência como categorias diferenciadas neste estudo é justificada pela opção de organizar as fontes documentais, escritas e iconográficas, e dividi-las por temas. O conjunto documental aborda uma série de temáticas as quais puderam ser inseridas em dois grupos: instituições escolares e práticas escolares. Tal divisão tem como finalidade facilitar a análise das fontes. Além disso, deve-se dizer que o universo de práticas escolares existentes nas primeiras décadas do século XX era muito maior do que as práticas aqui abordadas. A seleção de quais temas da cultura escolar seriam analisados teve como recorte os temas retratados na imprensa pelotense no período em que a pesquisa se insere.

Este capítulo se propõe a investigação de uma série de práticas comuns às escolas durante as primeiras décadas do século XX, são elas: as exposições de trabalhos manuais e de pinturas e atendimento à população (Faculdade de Pharmacia e Odontologia). Além dessas práticas, este capítulo se dedica à análise de fotografias de docentes e discentes, retratados no espaço das instituições educacionais a que se encontravam ligados, como alunos em sala de aula ou no pátio da escola. Ressalta-se que, com relação às comemorações cívicas, o escotismo, a educação física (*gymnastica sueca*), optou-se por se abordarem os referidos temas em um capítulo a parte (capítulo IV) tendo em vista a relevância que os referidos temas encontraram na imprensa e no ideário pelotense.

### **3.2 Exposições de trabalhos manuais e de pinturas**

O *corpus* documental selecionado consta de oito fotografias cuja temática versa sobre exposições de trabalhos manuais e de pinturas. Deve-se ter em conta que o referido número se torna expressivo na medida em que faz parte de um grupo de trinta e quatro imagens. Os impressos que veicularam as imagens são o Álbum do Centenário e a Revista Ilustração Pelotense. Todas as imagens foram produzidas na década de 1920. Além disso, representam exposições promovidas tanto por instituições públicas como privadas. Das fotografias, duas se referem às exposições de trabalhos manuais realizadas no Colégio São José, escola particular, confessional e de educação feminina<sup>27</sup>; três são exposições de trabalhos produzidas pelas alunas dos colégios elementares estaduais e três se referem às exposições de pintura das alunas de uma professora particular.

---

<sup>27</sup> O Colégio São José foi fundado pelas Irmãs de São José, em 1910.

No Brasil, os trabalhos manuais se integraram às disciplinas escolares especialmente a partir do período imperial, no entanto, com o advento da República, tais práticas ganharam novos contornos, notadamente após a criação dos grupos escolares e a ampliação do papel da escola como instituição formadora. Pelo “Regulamento da Instrução” de 1928, os trabalhos manuais passaram a ser parte integrante do currículo das escolas urbanas. Para o então Intendente, Augusto Simões Lopes, juntamente com o desenho, os trabalhos manuais eram: “disciplinas da mais relevante magnitude vão influir, sobremaneira, na formação do espírito infantil, educando-lhe o senso artístico, disciplinando-o para os longos esforços pacientes” (RELATÓRIO INTENDENCIAL DE 1927, p.219). Além disso, o Intendente reitera a sua importância por considerá-los “uma fase embryonaria da instrução profissional, por cuja disseminação tanto anseiam os povos modernos” (RELATÓRIO INTENDENCIAL DE 1927, p.219). As fotografias apresentadas a seguir se referem aos trabalhos manuais realizados por alunas, não existindo, na época, nas escolas primárias da cidade, um equivalente dirigido ao público masculino.

Ressalta-se que os impressos mencionados são dois tipos de publicações distintas. O Álbum do Centenário foi criado com o intuito de comemorar os cem anos da independência do Brasil, enquanto a Revista Ilustração Pelotense possuía uma periodicidade. Faz-se necessário, ainda, ressaltar o público leitor de tais impressos, imprescindivelmente do último.

De acordo com Herzog (2008), a Revista Ilustração Pelotense foi publicada durante o período de 1919 a 1927 e se propunha a divulgar a sociedade de Pelotas e região para as demais localidades do estado. As suas páginas constavam de crônicas, fotografias e matérias que visavam engrandecer a produção intelectual e econômica de Pelotas e região, demonstrando como esses estavam inseridos nos preceitos de modernidade e progresso. Tais preceitos ao mesmo tempo em que eram elaborados eram seguidos e demonstrados, explicitando não só a boa forma do indivíduo (moda, tipos de beleza e saúde), como o seu comportamento: o que poderia e deveria ser feito, ou o que competia ser usufruído e apresentado e, sobretudo, os valores a serem adotados por homens e mulheres.

Esse impresso se caracterizava por ser uma publicação do modo de vida moderno, ou seja, do modo de vida da elite. Entre as fotografias encontradas em suas páginas, há poucas representações de prédios, de arquitetura. A Ilustração

Pelotense era uma revista que se dedicava a retratar, principalmente, as pessoas, o seu modo de vida, as suas práticas, ao contrário do Almanach de Pelotas que apresentava um discurso em imagens de propaganda da cidade, dos prédios, das instituições.

Deve-se deixar claro, então, que a Revista Ilustração Pelotense se dedicava a atender um público determinado, da elite e da classe média. Suscita-se uma questão relevante no que tange à educação pública e à privada em Pelotas, nas primeiras décadas do século XX: a inserção das classes mais elevadas nas escolas públicas. Na Primeira República, em Pelotas, as instituições de ensino primário foram categorizadas e hierarquizadas, especialmente a partir do “Regulamento da Instrução” de 1928. Tal hierarquização representava o papel social de cada escola na sociedade pelotense. Dentre as escolas públicas existiam, por exemplos, instituições que atendiam às classes populares e instituições que atendiam à elite econômica. Como exemplo das últimas, pode-se citar o “Gymnasio Pelotense” e o Grupo Escolar Dr. Joaquim Assumpção.

Até a década de 1910, a educação em Pelotas se constituía principalmente por instituições particulares, em especial, professores particulares que ofereciam seus serviços aos estudantes<sup>28</sup>. No ano de 1913, foram inaugurados, em Pelotas, dois “collegios elementares” estaduais, o “Felix da Cunha” e o “Cassiano do Nascimento”. A incorporação dessas instituições ao âmbito educacional da cidade demonstra que, notadamente a partir da década de 1910, o ensino público teve um incremento.

Como se pode perceber em matéria do jornal Opinião Pública, publicada na primeira página, sobre a visita ao Collegio Elementar Felix da Cunha, a disciplina de trabalhos manuais ademais de constar no currículo escolar, era vista como um elemento importante na formação das crianças:

Desenho, trabalhos manuaes, musica... incontestavelmente é ahi que a creança se revela, já demonstrado o zelo, o temperamento minucioso, já a vivacidade o organismo talhado aos grandes empreendimentos (OPINIÃO PÚBLICA, 31 de outubro de 1916).

Entre as décadas de 1910 e 1930 existe um número expressivo de matérias noticiando a realização de exposições de trabalhos manuais, como, por exemplo, a matéria do dia 12 de novembro de 1930, do jornal Opinião Pública:

---

<sup>28</sup> Sobre o assunto ver NEVES (2007 e 2012).

Exposição de trabalhos – No Collegio Cassiano do Nascimento  
Inaugura-se amanhã, no collegio elementar Cassiano do Nascimento, a exposição de trabalhos manuaes executados pelos alumnos do acreditado estabelecimento, certame que todos os anos obtem o mais franco êxito. A exposição se prolongará até o dia 15 e para assistir á mesma o corpo docente do Cassiano do Nascimento, de que é directora a exma sra. D. Orfilia Nascimento, convida as autoridades, gymnasios, escolas estaduaes, municipaes e particulares, bem como as exmas famílias e a população em geral, (OPINIÃO PUBLICA, 12 de novembro de 1930).

Pode-se perceber que as exposições de trabalhos manuais eram uma constante no cotidiano não só das instituições escolares, mas de toda a sociedade. As exposições eram noticiadas em vários periódicos da cidade, como os jornais Diário Popular, Opinião Pública, Libertador e Rebate, os quais, como mencionado anteriormente, possuíam distintas vinculações político-ideológicas. Deve-se mencionar, ainda, que na década de 1910 as notícias não eram tão recorrentes como nas décadas que se seguiram. Nas décadas de 1920 e 1930 houve um incremento no número de notícias sobre exposições de trabalhos manuais. Além disso, as matérias normalmente referem-se aos colégios elementares estaduais, Cassiano do Nascimento e Félix da Cunha, e ao Colégio São José. O Collegio Elementar Félix da Cunha é o mais citado, seguido do Cassiano do Nascimento. As exposições realizadas pelo Colégio São José foram mencionadas em apenas dois jornais: Diário Popular e Opinião Pública.

Sobre o espaço dos trabalhos manuais na mídia se faz mister ressaltar que, apesar de sua constante presença nos periódicos, normalmente as matérias apareciam entre a segunda e a quarta página. Foram poucas as oportunidades em que o referido tema ocupou a primeira página, como exemplo dessas, pode-se citar a matéria sobre as comemorações do Centenário, sobre as “Caixas Escolares” e sobre uma exposição de trabalhos manuais do Colégio São José.

Das notícias citadas, a primeira, cujo título é “O centenário nos collegios públicos” se refere às comemorações ao centenário da independência do Brasil realizadas na cidade de Pelotas. Nessa matéria publicada no jornal Diário Popular, do dia 04 de julho de 1922, foi apresentado o cronograma que deveria ser realizado pelas escolas estaduais em todo o Rio Grande do Sul, no dia 07 de setembro daquele ano. Deve-se ter em conta, que as exposições de trabalhos manuais são parte integrante das comemorações, o que demonstra a sua importância na educação da época. No entanto, a sua presença na primeira página somente existiu em função de comemorações maiores e consideradas, no período, mais relevantes.

Além disso, é necessário mencionar, uma vez mais, que o jornal Diário Popular era o órgão de imprensa oficial do PRR, logo, era natural que enaltecesse as escolas públicas estaduais.

A segunda notícia é uma das poucas que vincula exposições de manuais às escolas municipais. Além disso, deve-se dizer que o motivo da referida matéria estar localizada na primeira página do jornal Diário Popular do dia 02 de fevereiro de 1929, refere-se à instituição das caixas escolares nas escolas municipais de Pelotas. Ressalta-se, uma vez mais, que o periódico estava ligado oficialmente ao partido governista. Além disso, os trabalhos manuais ganharam maior destaque nessas escolas a partir do governo de Augusto Simões Lopes, já citado anteriormente, especialmente a partir da criação dos Grupos Escolares Dr. Joaquim Assumpção e D. Antonia. No Relatório Intendencial de 1928, foi publicada uma fotografia de “uma aula de trabalhos manuais”, a primeira fotografia desse tema a ser publicada em um relatório do governo municipal de Pelotas. Tendo em vista o Regulamento da Instrução de 1928, pode-se perceber que determinadas práticas tiveram um desenvolvimento tardio nas escolas municipais em relação às escolas estaduais, como a disciplina de trabalhos manuais e as instituições de assistência estudantil.

A terceira notícia é a única em que uma exposição de trabalhos manuais fez-se presente na primeira página. No entanto, a matéria intitulada “Collegio São José – Exposição de trabalhos” e publicada no jornal Opinião Pública, de 06 de dezembro de 1930 teve seu lugar garantido, possivelmente, mediante o pagamento por tal espaço no periódico. Alguns elementos mostram-se significativos no embasamento dessa afirmação: a instituição era particular e a matéria era bastante reduzida com relação à notícia publicada sobre a mesma exposição no noticiário do dia 10 de dezembro de 1930, a qual estava na página 4 e ocupou quase duas colunas.



Figura 1 – “Os bellos e finos trabalhos de agulhas das alumnas do Collegio São José”

Fonte: Álbum do Centenário de 1922

A figura 1, cuja legenda é “os bellos e finos trabalhos de agulhas das alumnas do Collegio São José”, retrata uma série de trabalhos de bordados realizados pelas estudantes do Colégio São José, uma escola feminina destinada às meninas das classes mais favorecidas. Percebe-se que a fotografia segue os padrões simétricos estabelecidos desde o período renascentista. Embora em primeiro plano se encontre os trabalhos produzidos pelas estudantes, dispostos em forma de cascata, ou melhor, em degraus, na parte superior, destacam-se três quadros: duas paisagens e o retrato do “Sagrado Coração de Jesus”. O último está situado entre aqueles, o que deixa transparecer a vinculação religiosa da instituição. A posição central do quadro é um indício da sua centralidade na vida cotidiana da escola. Além disso, deve-se perceber a relevância da presença desse elemento na imagem, pois a referida fotografia foi parte integrante do Álbum do Centenário, de 1922. Esse impresso foi editado por Clodomiro Carriconde e, conforme já dito, produzido em comemoração ao centenário da independência do Brasil. Logo, um elemento religioso foi introduzido em uma publicação de motivação eminentemente política. Deve-se, ainda, mencionar, as disputas existentes entre a educação laica e a educação católica em Pelotas nas primeiras décadas da Primeira República<sup>29</sup>.

<sup>29</sup> Sobre o assunto ver AMARAL (1998) e (2003).



Figura 2 – Exposição dos trabalhos manuaes do Collegio “Felix da Cunha”

Fonte: Revista Ilustração Pelotense, abril de 1921

Em oposição à manifestação religiosa presente na imagem acima citada, a figura 2, com legenda “Exposição dos trabalhos manuaes do Collegio Felix da Cunha” apresenta vários elementos de cunho nacionalista. Essa fotografia foi publicada na Revista Ilustração Pelotense, em abril de 1921. Em primeiro planos, encontram-se dispostas sobre uma superfície várias almofadas bordadas. Os elementos que se destacam, no entanto, não são os trabalhos realizados pelas estudantes, mas uma bandeira do Brasil, na qual se lê “ordem e progresso”, cujas pontas foram ornamentadas de forma a assemelhar-se a uma estrela. Além dessa bandeira, outra ocupa a parte superior da fotografia. Em ambos os lados da mesa em que se encontram expostos os trabalhos, uma série de colunatas produzidas provavelmente pelas alunas, sustentam outras bandeiras, as quais demarcam o caminho que leva à bandeira maior, à bandeira da nação, um dos símbolos máximos do civismo e do nacionalismo republicano. Abaixo da bandeira, um vaso de flores, como se fosse um culto à nação e aos seus preceitos laicos.

As exposições de trabalhos manuais e de pinturas eram elementos integrantes da educação feminina promovida nas primeiras décadas do século XX. A

análise de uma classe social requer o reconhecimento do espaço feminino nesse grupo. Dessa forma:

As propriedades de gênero são tão indissociáveis das propriedades de classe quanto o amarelo do limão é inseparável de sua acidez: uma classe define-se no que ela tem de mais essencial pelo lugar e valor que atribui aos dois sexos e as suas disposições socialmente constituídas. Eis o que faz com que, por um lado, o número de maneiras de realizar a feminilidade corresponda ao número de classes e de frações de classe; e, por outro, no seio das diferentes classes sociais, a divisão do trabalho entre os sexos assumam forma completamente diferentes, tanto na prática como nas representações [...] (BOURDIEU, 2011a, p.102).

Ao se analisar as exposições de trabalhos manuais, especialmente pelo fato de uma das escolas destinar-se às meninas das classes privilegiadas da sociedade, percebe-se que a forte ligação da mulher com o ambiente doméstico. Nesse período, as mulheres eram educadas para as atividades relacionadas ao lar. Existia, portanto, uma expectativa para a formação feminina. De acordo com Almeida (2004):

O casamento e a maternidade eram a sua salvação; honesta era a esposa mãe de família; desonrada era a mulher transgressora que desse livre curso à sexualidade ou tivesse comportamentos em desacordo com a moral cristã. Para a missão materna as meninas deveriam ser preparadas desde a tenra idade, fosse nos colégios católicos, nas escolas protestantes, nos estabelecimentos de ensino não confessionais ou nas instituições públicas (ALMEIDA, 2004, p.67 e 68).

De acordo com essa autora, mesmo com as conquistas efetivadas durante as primeiras décadas do século XX, como o acesso das mulheres ao ensino superior e a algumas profissões, os ideais oriundos da colônia e do Império mantiveram-se impregnando a mentalidade brasileira e forjando uma figura feminina plasmada nesse perfil. Dessa forma, as responsabilidades femininas nunca deveriam transpor as fronteiras do lar.

Em concordância com as afirmações de Almeida (2004), é possível dizer que a disciplina de trabalhos manuais constituía-se em uma preparação da menina para o lar e para o casamento. Embora algumas vezes os jornais mencionem a palavra “alunos”, como os produtores das peças, geralmente se utiliza a expressão “alumnas”, o que deixa transparecer que pouco foi desenvolvido com relação aos trabalhos manuais para os meninos. Além disso, as escolas que promoviam exposições de trabalhos manuais ou eram mistas ou se dedicavam exclusivamente à educação feminina, como o Colégio São José. Os trabalhos manuais expostos eram, ainda, eminentemente femininos. A utilização do termo “trabalhos manuais” ligado ao

gênero masculino foi recorrente apenas depois da criação do Liceu de Artes e Ofícios e, nesse caso, estão relacionadas a outra atribuição: a formação profissional.



Figura 3 - Uma exposição de diversos trabalhos das alunas do Collegio Cassiano do Nascimento

Fonte: Revista Ilustração Pelotense, agosto de 1920



Figura 4 - Um aspecto da exposição dos trabalhos do Collegio Elemental Felix da Cunha

Fonte: Revista Ilustração Pelotense, fevereiro de 1921

Retomando-se a vinculação dos trabalhos manuais à função da escola de formação das meninas para o casamento, deve-se dizer que as peças expostas eram constituídas por guardanapos, toalhas de mesa, almofadas e outros elementos

da casa, trabalhados e bordados (figura 4). Além disso, as instituições escolares também realizavam exposições de trabalhos de pinturas. Existiam, ainda, peças de corte e costura, como uma camisa feminina e várias outras peças do guarda-roupa feminino apresentadas na figura 3. As peças, especialmente na figura 4, apresentam elementos relacionados ao universo feminino, como flores. Pode-se perceber que os trabalhos manuais constituíam uma disciplina ampla que, contudo, visava à formação da futura esposa:

E os bordados e a collecção delles, variada, numerosa, rica, toda denunciando a intrincada manufactura domestica, sempre exuberante, caprichosa, intraduzível nesses artefactos?

São admiráveis e dignos de applausos os exemplares de bordados a seda, a linha, pinturas de agulha, etc., etc., que ali se acham expostos em trilhos, almofadões, pastas de escriptorio, porta-relogios e outros objectos.

Completam o mostruário dos trabalhos manuaes do “Felix da Cunha” esplendidos quadros de pintura Metallica, devidos á laboriosidade da zelosa professora d. Othylia Lopes (DIÁRIO POPULAR, 16 de dezembro de 1914).

Nas palavras acima, deixa-se desvelar o caráter doméstico atribuído às atividades femininas. A expressão “manufactura doméstica” representa o tipo de educação a qual as meninas deveriam se dedicar e o futuro que estava reservado para elas. Além disso, a matéria apresenta uma série de atividades que permaneceriam ligadas à figura feminina ao longo do século XX, como os bordados e os trabalhos de costura.



Figura 5 - Ricos trabalhos de pintura das alumnas do Collegio São José

Fonte: Álbum do Centenário de 1922

A jovem culta também deveria dedicar-se à pintura<sup>30</sup>, uma atividade que demonstraria o seu refinamento. Em concordância com esse ideário, aulas de pintura eram oferecidas por professores particulares e pelo Colégio São José (figura 5), a exemplo disso, a professora Noêmia de Aguiar. A valorização dessa habilidade feminina como característica de distinção social entre as mulheres pertencentes às classes privilegiadas pode ser percebida pelo fato de a figura 5 ter sido publicada no Álbum do Centenário de 1922. Além dessa imagem, três fotografias de exposições de pinturas da referida professora foram publicadas na Revista Ilustração Pelotense de 1926. O fato de tais imagens terem a sua vinculação na referida publicação demonstra a relevância social do ensino da pintura para as moças da sociedade pelotense.

Segundo Herzog (2008), o período no qual a Revista foi publicada apresenta algumas características marcantes que conforma uma espécie de “espírito da época”. Esse espírito da época do início do século XX traz os traços de uma estrutura social influenciada pela ideia de modernidade, de progresso e de moralização da sociedade. Tais preceitos estavam impregnados naquele contexto e foram incorporados através da interpretação de pensamentos positivistas. Independente da corrente política, o que se nota através da revista é que seus editores pareciam estar em sintonia com esse espírito, que tinha como propósito incorporar a modernidade e torná-la possível.



Figura 6 – “Exposição de Pintura das alumnas da senhorinha Noemia de Aguiar”

Fonte: Revista Ilustração Pelotense, N.3, 1926

---

<sup>30</sup> Existe uma série de atividades relacionadas às jovens cultas, como a pintura, o estudo do idioma francês e a prática do piano.



Figura 7 – “Exposição de Pintura das alumnas da senhorinha Noemia de Aguiar”

Fonte: Revista Ilustração Pelotense, N.3, 1926



Figura 8 – “Exposição de Pintura das alumnas da senhorinha Noemia de Aguiar”

Fonte: Revista Ilustração Pelotense, N.3, 1926

No entanto, embora a revista buscasse apresentar referenciais de modernidade, estes normalmente não se encontravam em consonância com o que realmente era vivenciado. Nesse sentido, pode-se utilizar como exemplo as figuras 6, 7 e 8, nas quais se percebe que o tipo de pintura ensinado às alunas encontrava-se no âmbito do academicismo, o que se constituiu em modernidade no século XIX, sendo ultrapassado nas primeiras décadas do século XX por uma série de movimentos culturais que a Europa e os Estados Unidos vivenciavam, como o cubismo, o dadaísmo e o surrealismo.

As imagens permitem perceber que os temas das pinturas versavam sobre natureza morta e retratos. Conta-se, ainda, com pinturas de motivos religiosos, como o Sagrado Coração de Jesus (figura 8). Além dos quadros, percebe-se que as

classes de pintura incluíam, também, pintura em tecidos e vasos (figura 7), ressaltando as habilidades domésticas a serem desenvolvidas pelas jovens.

A relevância social das referidas exposições, tanto de pinturas como de trabalhos manuais, é corroborada pelo fato de ocorrerem em espaços externos ao ambiente escolar. Os clubes sociais se tornavam o recinto ideal para a divulgação dos trabalhos realizados nas instituições educativas ou com as professoras particulares, como a “senhorinha” Noêmia de Aguiar: “Em uma das salão (sic) do Club Caixeiral, gentilmente cedido, será inaugurada, amanhã, a exposição dos trabalhos manuaes das alumnas do Collegio Elemenar Felix da Cunha [...]” (O LIBERTADOR, 9 de março de 1931).

Não se pode deixar de evidenciar um elemento que não perpassa a imagem, mas a sua legenda. As figuras 6, 7 e 8 se referem às exposições de pintura das alunas da professora Noêmia de Aguiar, cujo pronome de tratamento acima mencionado é “senhorinha” o que indica que tal professora era solteira na época. Essa legenda é mais um demonstrativo da profissionalização feminina e da feminização do magistério nas primeiras décadas do século XX.

Deve-se ter em conta que as suas exposições eram um acontecimento relevante no cotidiano das instituições escolares. Com base no Regimento do ensino público do Estado, de 1927, todos os trabalhos manuais executados nos estabelecimentos de ensino, fossem de material fornecido pelo Estado ou não, deveriam ser vendidos durante a exposição de encerramento das aulas, em benefício das Caixas Escolares. Essa prática constituía-se em um dos motivos para a divulgação das exposições. Somente os trabalhos que se diferenciavam seriam reservados para o museu escolar. Ressalta-se, também, que além de um ideário geral sobre a feminilidade e o ser feminino, havia, ainda, a expectativa que cada grupo social depositava nas pessoas do sexo feminino. Existem diferenças entre ser uma mulher da classe privilegiada e ser uma mulher de classe baixa e essas afirmam o campo simbólico das distinções sociais, ressaltando o grupo de *status* em que a elite pelotense se configurava.

### **3.3 Discentes e docentes da cidade de Pelotas: a personificação da cultura escolar**

Ao analisar este grupo de fotografias, deve-se ter em conta os recursos necessários para a produção de fotografias nas primeiras décadas do século XX e a

demanda de tempo e materiais que era necessário. A fotografia, ainda que vivenciasse um momento de ampliação do seu público, especialmente com o desenvolvimento da fotografia no formato cartão-de-visita, ainda era um produto caro. Com relação às fotografias publicadas na imprensa, deve-se ter em conta o que afirma Freund (2008, p.96): “La introducción de la foto en la prensa es un fenómeno de capital importância. Cambia la vision de las masas”. Além disso, a autora continua: “La palabra escrita es abstracta, pero la imagen es el reflejo concreto del mundo donde cada uno vive”. Logo, deve-se ter em conta que, a inclusão da fotografia, como ferramenta da imprensa, no intuito de concretizar com a imagem, o que fora dito em palavras, foi uma grande transformação, a qual trouxe grandes conseqüências.

A veracidade já era uma palavra com a qual a imprensa encontrava-se relacionada. Contudo, a fotografia trouxe maior credibilidade aos órgãos de imprensa e às instituições governamentais. A referida confiabilidade, porém, encontrava-se pautada em objetos cuja função seria duvidosa. Assim como as palavras, as imagens tornaram-se manipuláveis:

Al mismo tiempo se convierte en un poderoso medio de propaganda y manipulación. El mundo en imágenes funciona de acuerdo con los intereses de quienes son los propietarios de la prensa: la industria, la finanza, los gobiernos (FREUND, 2008, p.96).

Os parágrafos acima demonstram o cuidado necessário para realizar a análise de documentos, sejam eles visuais ou escritos. O caráter de veracidade das fotografias não é menos perigoso que o das fontes escritas. A reafirmação de tais restrições ao abordar as imagens surgiu do fato de tal grupo apresentar um diferencial ainda maior do que os anteriormente analisados: são fotografias realizadas em âmbito escolar.

Ao se analisar as fotografias de comemorações cívicas e de exposições de trabalhos manuais se tem muito claro que o resultado da fotografia já está incumbido de toda uma preocupação concernente à imagem que as instituições desejavam formar no público receptor. Com relação às fotografias produzidas no âmbito da instituição educacional, a princípio, pode-se imaginar que se refira ao cotidiano per se, enquanto, na verdade, a fotografia se refere a um cotidiano selecionado, com o intuito de atender à instituição ou ao governo.

O presente grupo consta de oito fotografias, sendo quatro relacionadas ao ensino primário, duas ao ensino secundário e duas ao superior. Cinco das imagens

foram produzidas na década de 1910, duas na década de 1920 e uma na década de 1930. Seis delas foram produzidas com o intuito de serem apresentadas nos Relatórios Intendenciais, embora, em sua maior parte, publicadas posteriormente no Almanach de Pelotas. E duas constavam em periódicos que circulavam em Pelotas (Opinião Pública e Diário Popular).

### **3.4 As fotografias escolares nos Relatórios Intendenciais**

No Relatório Intendencial de 1915 foram publicadas quatro fotografias da 6ª Aula Municipal, as quais foram posteriormente publicadas no Almanach de Pelotas de 1916. O referido relatório foi o segundo a incluir imagens fotografias às suas páginas. O primeiro foi o Relatório de 1914, no qual foram apresentadas as seguintes fotografias: Intendencia Municipal, Salão principal da intendência municipal onde funciona o conselho, trecho da Rua 15 de novembro, trecho da Rua Marechal Floriano, Escola de Agronomia e Veterinária, Chafariz no centro dos jardins da Praça da República, vista dos Jardins da Praça da República, forno de incineração, Hospital da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas, antigo Mercado, um trecho do novo mercado frente leste e novo mercado frente oeste.

As fotografias presentes no Relatório de 1914 e o estudo do governo de Cypriano Barcellos demonstram que a real modernização de Pelotas nesse período se relaciona com a urbanização da cidade, especialmente da zona central. Além disso, as fotografias apresentam prédios novos e a reurbanização da praça, mas, ao mesmo tempo, apresentam prédios antigos, como o da Intendência, o da Santa Casa e da Escola de Agronomia e Veterinária. Os referidos prédios foram construídos no século XIX, quando a elite da cidade se encontrava em seu apogeu econômico. Deve-se mencionar, ainda, que apenas uma instituição educacional fora apresentada, o que, em conjunto com todo o discurso sobre urbanização e saneamento básico<sup>31</sup>, demonstra que a educação não era o foco principal do referido governo. Além disso, o município não contava com um número relevante de escolar. Ressalta-se que a instituição educacional representada, no referido relatório, era de ensino superior e, no que tange o tema da educação, era a que mais espaço possuía nos relatórios intencionais.

---

<sup>31</sup> Foi durante o governo de Cypriano Barcellos que Saturnino de Brito foi trazido pela primeira vez para atuar em Pelotas. Além disso, o governo municipal se dedicou à instalação de luz elétrica e de bondes.

No Relatório de 1915, no entanto, todas as imagens apresentadas se referem à educação. O número de imagens apresentadas é muito inferior ao do Relatório apresentado no ano anterior. Às quatro fotografias já mencionadas, acrescenta-se uma gravura do mapa dos dados da instrução pública em Pelotas. Das fotografias, duas foram produzidas no pátio da escola e duas no interior da escola. As fotografias são de baixa qualidade, o que traz prejuízo à sua análise.

Primeiramente, deve-se mencionar que existe uma intencionalidade em apresentar as fotografias dos alunos da 6ª aula municipal. A referida aula passou a ser mencionada nos Relatórios Intendenciais, a partir de 1913, quando o Professor José Francisco Duarte, responsável pela sua manutenção, foi premiado com medalha de ouro e diploma pelo fato de seus alunos terem alcançado a média mais elevada no total das aprovações. Ressalta-se que os prêmios escolares eram uma prática deveras comum em âmbito nacional e internacional.

Além disso, em Pelotas, os exames finais costumavam ocorrer na Escola de Agronomia e Veterinária e verificavam determinados conhecimentos:

O adeantamento revelado pelas creanças, em geral, foi satisfactorio e confirmativo não somente da assiduidade ás aulas, como também do interesse com que os preceptores cumpriram seus deveres.

O termo de exame registrou para os collegios o conhecimento de leitura corrente, de dictado, de grammatica, de noções de geographia, de historia pátria e das operações fundamentaes.

Em mais de um delles, porem, sabem os alumnos fracções ordinárias e decimaes, regras de juro e proporções, exhibindo as meninas da 15.a aula apreciáveis trabalhos de agulha (RELATÓRIO INTENDENCIAL De 1913).

Percebe-se que era avaliado um conhecimento geral, baseado notadamente nos conhecimentos de leitura, de gramática, geografia e história nacionais (como continuidade da formação moral e cívica), matemática e trabalhos manuais para meninas. As alunas da 15ª aula foram novamente mencionadas no Relatório de 1914, por seus trabalhos com agulhas.

Ressalta-se, ainda, que os referidos exames ocorriam normalmente no mês de dezembro e eram realizados em conjunto com a solenidade de encerramento do ano letivo. Os exames eram realizados perante uma banca. Em 1913 e 1915 a banca foi composta por Manuel Luiz Osório, Manoel Serafim Gomes de Freitas e Gregorio Romeu Iruzum. Deve-se salientar que Manoel Luiz Osório era o inspetor do ensino de Pelotas durante o governo de Cypriano Barcellos.

Em 1914, de acordo com o Relatório Intendencial vários alunos da 6ª aula, não compareceram à chamada para realização dos exames, devido a engano na

interpretação de ordem. Contudo, essa aula teve um dos maiores índices de alunos premiados, conforme a tabela abaixo:

Tabela 1 – Resultados dos Exames Finais apresentados no Relatório de 1914

Aulas	Examinados	Relação entre matriculados e examinados	Conhecimento geral	Premiados
1.a	40	72%	25%	10%
2.a	60	76%	3%	7%
3.a	30	61%	16%	13%
4.a	27	64%	55%	15%
5.a	35	60,3%	6%	14%
<b>6.a</b>	<b>63</b>	<b>53%</b>	<b>19%</b>	<b>19%</b>
7.a	32	84%	12,5%	19%
9.a	5	38%	20%	40%
10.a	16	4%	31%	18%
11.a	27	48%	14%	14%
12.a	22	55%	18%	14%
13.a	21	36%	9,5%	19%
14.a	50	44%	12%	6%
15.a	70	78%	8,5%	4,3%

O incidente anteriormente mencionado mereceu uma menção ao trabalho do Professor José Francisco Duarte: “Esse facto veio baixar a relação de entre presentes e matriculados, sem diminuir contudo o mérito do respectivo professor, que, leccionando 117 creanças, pelo resultado patenteado, tornou-se digno de elogios” (RELATÓRIO INTENDENCIAL DE 1914).

Aos prêmios escolares já oferecidos pelo município, a partir de 1915 se integraram as doações realizadas por Edmundo Berchon des Essarts<sup>32</sup>, em memória à sua esposa, Antônia Berchon des Essarts. Em 1915, o referido prêmio consistiu em “dez cadernetas da Caixa Economica do Estado, do valor de 50\$000 cada uma”, (RELATÓRIO INTENDENCIAL DE 1915). Nesse mesmo ano, foi instaurado o Prêmio “D. Antonia”, para os órfãos que apresentavam os melhores rendimentos escolares. A empresa Echenique & C. também disponibilizou artigos para estudos, os quais eram distribuídos como prêmios aos alunos que mais se destacavam.

<sup>32</sup> Sobre as doações de Edmundo Berchon des Essarts, ver OLIVEIRA (2005).

Dentre as aulas que receberam premiações, a 6ª aula destacou-se, tendo sido premiados quatorze alunos, enquanto as outras aulas municipais foram brindadas com duas, três ou quatro premiações. Essa diferenciação em relação às outras aulas municipais levou o município a um maior dispêndio de atenção com essa instituição escolar. Em 1914, foi mencionada a implantação de aulas de música na referida aula:

Já se iniciou o ensino da musica, na 6.a aula, com elevado intuito de estimular o sentimento artístico entre os menores, facultando-lhes ao mesmo tempo uma profissão que talvez um dia lhes possa ser útil. O instrumental necessário encommendou-se a Reimers & Loessl, de Hamburgo, tendo iniciado as licções theoricas o maestro Salustiano Penteado, desde julho ultimo (RELATÓRIO INTENDENCIAL DE 1914).

Pode-se dizer, então, que a 6ª aula municipal, ao se destacar, mereceu receber mais cuidados da Intendência Municipal, como a implantação de aulas de música. Os instrumentos, nessa época, eram importados da Europa, especialmente da Alemanha, o que denota certos investimentos com o ensino musical nas escolas. Além disso, eram necessários professores com conhecimentos específicos para ministrar as referidas classes.

As aulas municipais se encontravam entre as antigas aulas isoladas<sup>33</sup> e os colégios elementares ou grupos escolares. Embora semelhantes às aulas isoladas, elas viviam forte inspeção do município e do estado, ao mesmo tempo em que começam a instalarem-se em prédios próprios para escolas. A seguir, as figuras 9 e 10 demonstram que a escola do Prof. José Francisco Duarte possuía salas de aula cujo espaço se encontrava adequado à prática do ensino. As referidas imagens encontravam-se em uma mesma página do Relatório Indentencial de 1915, dispostas uma acima da outra, na mesma página, pois faziam parte de um mesmo contexto, cuja legenda é “6ª Aula Municipal”. Ambas as imagens representam a mesma sala de aula, mas de ângulos diferentes.

---

<sup>33</sup> Sobre o assunto, ver FARIA FILHO (1996).



Figura 9 – 6.<sup>a</sup> Aula Municipal

Fonte: Relatório Intendencial de 1915

A fotografia que ocupavam a parte superior da página (figura 9) apresentava um grupo de alunas sentadas em suas carteiras, o que demonstra que a escola já estava dotada de mobiliário, senão o adequado, mas mais próximo ao que se esperava de uma instituição escolar durante a Primeira República. A fotografia possui um equilíbrio assimétrico, pois as fileiras de alunas desenhavam uma linha transversal que cruzava a imagem, partindo da parte inferior direita da imagem, dirigindo-se à parte superior esquerda. Nas paredes, percebe-se uma série de instrumentos didáticos e de símbolos nacionais, com a finalidade de formar cívica e moralmente o cidadão: um mapa do Brasil e três bandeiras, das quais, acredita-se que uma é a do Brasil.

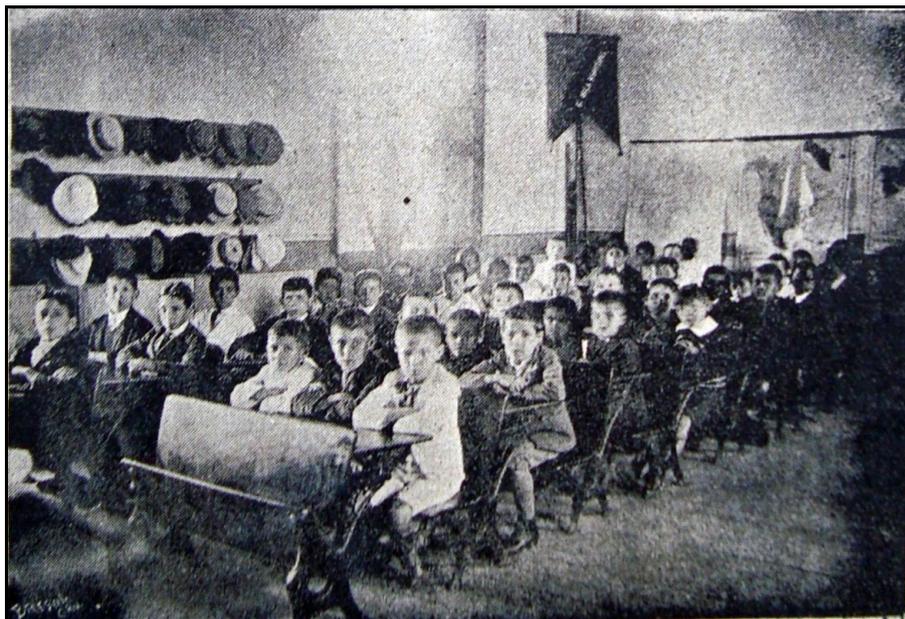


Figura 10 – 6.ª Aula Municipal

Fonte: Relatório Intendencial de 1915

A figura 10, que ocupava a parte inferior da página do Relatório possui o mesmo equilíbrio assimétrico que a imagem anterior. A fotografia refere-se ao lado esquerdo da sala de aula, no qual se sentava um grupo de alunos. Ao fundo da sala, também é possível perceber a existência de uma série de materiais didáticos, provavelmente mapas. Na parede ao lado dos estudantes, é possível perceber cabides nos quais foram dispostos os chapéus dos alunos. O chapéu e a boina ou boné, nesse período, eram elementos marcantes da indumentária masculina. Dessa forma, ao lado dos meninos, encontravam-se elementos das representações sociais da masculinidade.

Deve-se ressaltar que as figuras 9 e 10 podem indicar que a aula era mista. Entretanto, essa prática pode ser questionada, tendo em vista que o fato de os alunos encontrarem-se na mesma sala, não é necessariamente um indicador de que as aulas eram comuns a todos. Na imagem, as meninas sentavam-se de um lado da sala, enquanto os meninos sentavam do outro. Essa divisão sexual pode ter ocorrido apenas para a realização da fotografia ou não, tendo em vista que se trata de uma imagem oficial. Destaca-se que todas as crianças encontravam-se na mesma posição: com os braços cruzados sobre a mesa, o que ressalta quão posada era a fotografia. A utilização de uniforme, aparentemente, não era um costume diário na 6ª Aula Municipal, embora os alunos se encontrem uniformizados na figura 11. Pode-se perceber que, tanto entre as meninas, como entre os meninos, existem alunos de

várias alturas, o que pode denotar idades diferentes. Isso pode representar que a aula municipal não era seriada, como as antigas aulas isoladas acima mencionadas, ou que alunos de diferentes séries foram reunidos para que a imagem fosse produzida.

Ademais, faz-se mister ressaltar que, ao levar-se em conta a análise das vestimentas utilizadas pelos estudantes, a escola contava com alunos de diferentes origens socioeconômicas, o que era comum nas escolas de ensino primário. Além disso, entre os meninos havia alunos negros, o que aparentemente era menos recorrente entre as meninas. Os alunos negros presentes na figura 9 sentavam-se ao fundo da sala, o que denota as dificuldades de inserção das crianças negras nas instituições educacionais, as quais se encontravam, nas primeiras décadas do século XX, em número menor em âmbito local e nacional. A quase ausência de meninas negras pode ser um indicativo de como a mulher negra encontrou ainda mais dificuldade de inserção na esfera educacional, pois era duplamente vítima de preconceito: sexual e racial.

As figuras 11 e 12 foram realizadas em partes externas da escola. Assim como as fotografias acima abordadas, essas figuras fazem parte de um mesmo contexto e representam os alunos no pátio da escola.

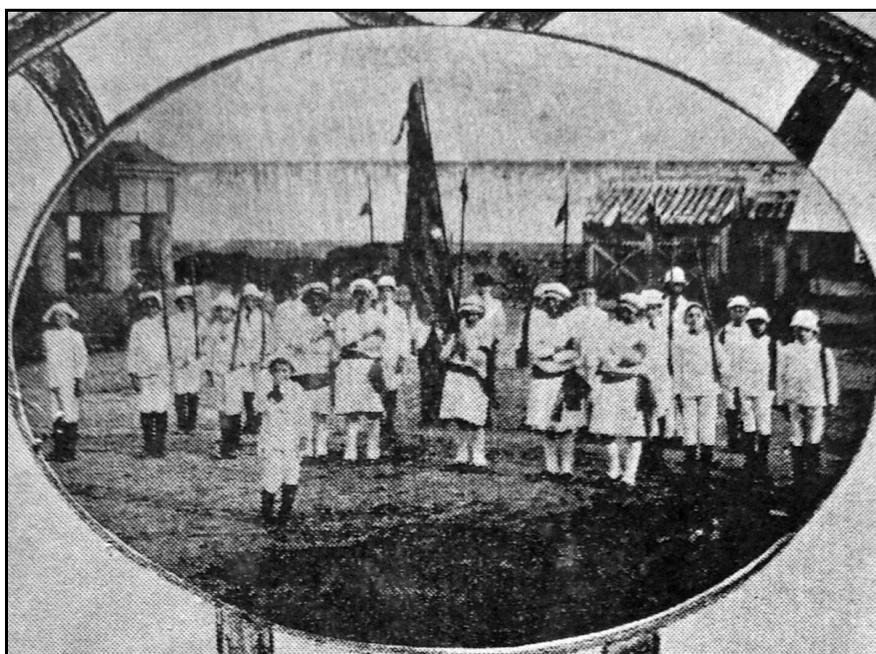


Figura 11 – Alunos da 6.<sup>a</sup> Aula Municipal

Fonte: Relatório Intendencial de 1915

A fotografia que ficava na parte superior da página do Relatório (figura 11) apresenta os alunos (meninas e meninos) uniformizados, segurando bandeiras e vara-paus (aparentemente o mesmo tipo que os escoteiros utilizavam para realizar os seus exercícios). Esta imagem representa a preocupação existente e já mencionada anteriormente, com a formação moral e cívica dos estudantes. O uniforme da escola era branco. Os meninos usavam botas, enquanto as meninas usavam meias três-quartos e sapatilhas. Ambos usavam chapéus, no entanto, os dos meninos eram diferentes dos das meninas, pois os dessas eram arrematados com um laço. Entre as alunas, uma aparentemente é negra. Uma das meninas segurava uma bandeira, provavelmente a nacional. Os alunos estavam dispostos em duas fileiras e apenas um aluno encontrava-se adiantado, o qual se encontra em primeiro plano. Ao fundo, vê-se uma espécie de galpão ou casa do zelador e, do lado esquerdo, uma construção cujo formato é hexagonal e possui aberturas, como se fosse um poço.



Figura 12 – Alunos da 6.<sup>a</sup> Aula Municipal

Fonte: Relatório Intendencial de 1915

A figura 12 apresenta uma disposição bastante comum nas fotografias de alunos<sup>34</sup>. Os estudantes encontravam-se nas escadarias que se dirigem ao pátio da escola. Formavam fileiras de maneira a formar uma figura em forma de triângulo ou

<sup>34</sup> No Relatório Intendencial de 1928, do governo de Augusto Simões Lopes, constam duas fotografias realizadas na porta dos fundos do Grupo Escolar Dr. Joaquim Assumpção: a fotografia do Grupo de Escoteiros Municipais e a fotografia da Distribuição do “Cópo de Leite”.

trapézio. A fileira em primeiro plano era composta pelos alunos de menor estatura. Pode-se perceber que os estudantes uniformizados e os sem uniformes misturavam-se. Ao fundo, via-se a porta de entrada para a escola.

### **3.5 Imagens de festejos de uma escola alemã: a educação da elite emergente**

Entre as imagens divulgadas na imprensa, encontram-se duas referentes ao Collegio Allemão<sup>35</sup>. Ambas fotografias foram publicadas em 1926 na Revista Ilustração Pelotense. Deve-se ter em conta que essa instituição se consagrou pelo diferencial de se constituir em uma escola de etnia alemã que funcionava em esfera urbana.

Segundo Bezerra (2003), nos estados que contavam com um número significativo de imigrantes, a exemplo de São Paulo, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, as escolas étnicas tiveram, inclusive, estímulo governamental até a Primeira Guerra Mundial. A partir desse momento, a autora ressalta que as medidas restritivas à organização educacional de imigrantes se intensificaram, impulsionadas, especialmente, pelas políticas de nacionalização. Foi nesse contexto de incentivo em que foi fundado em Pelotas, em 1898, o Collegio Alemão. Conforme Fonseca (2007), esse estabelecimento de ensino foi criado por uma sociedade escolar formada por imigrantes alemães e teuto-brasileiros, os quais eram, em sua maioria, industriais e comerciantes. Além disso, a autora ressalta que a maior parte do grupo era de protestantes luteranos que pertenciam à Comunidade Evangélica Alemã de Pelotas, filiada ao Sínodo Rio-Grandense.

Com relação às motivações religiosas para a criação de uma instituição educacional alemã, Kreutz (2000) explica que a Igreja Evangélica Luterana considerava a escola uma instância essencial para a ação eclesial, tendo em vista que a leitura da Bíblia se constituía em um elemento fundamental para a manutenção da fé. Além das questões religiosas, é necessário destacar que as escolas alemãs eram um espaço de manutenção do *Deutschtum*<sup>36</sup>. O anseio pela manutenção da cultura desse grupo de imigrantes na região de Pelotas é evidenciado por Fonseca (2007), que destaca a diferenciação entre a criação de escolas alemãs rurais e uma escola na zona urbana. Segundo a autora, no primeiro

---

<sup>35</sup> Sobre o Collegio Alemão ver Fonseca (2007).

<sup>36</sup> Conforme Bezerra (2003), relaciona-se ao pertencimento à etnia alemã, ao se basear no poder aglutinador da língua, com o objetivo de unir todos os imigrantes e descendentes à nação alemã. Fonseca (2007) utiliza “germanidade” como tradução para essa expressão.

caso, havia carência de escolas, já o Collegio Alemão, ao contrário, foi criado com o intuito de transmitir um *corpus* teórico por meio da língua alemã. Ressalta-se que existia um número considerável de instituições educacionais que poderiam atender aos imigrantes e seus descendentes, entretanto, esse grupo optou por criar um estabelecimento que transmitisse para as futuras gerações a cultura germânica. Destaca-se, ainda, que o Collegio Alemão era uma escola mista, ou seja, atendia meninos e meninas.

Além disso, como já mencionado anteriormente, Fonseca (2007, p. 23) destaca que os imigrantes alemães que se instalaram em Pelotas a partir de 1840: “Sendo detentores de um capital econômico, formaram uma pequena burguesia que se reuniu em torno de sociedades culturais e de lazer, cultivando as raízes de uma cultura genuinamente étnica”. Ressalta-se, uma vez mais, que o grupo relacionado à fundação do Collegio Alemão possuía uma diferenciação econômica. É possível dizer que esse grupo se constituía em uma elite emergente, a qual inicialmente se contrapôs à elite tradicional repetitivamente abordada nesta pesquisa. Contudo, deve-se ter em conta o que foi abordado no Capítulo II deste trabalho, o qual evidenciou que o elemento estrangeiro acabou por se integrar à sociedade tradicional. Evidencia-se, ainda, que Loner (2001) afirma que uma das consequências dessa integração foi o comprometimento do potencial de acumulação e do dinamismo empresarial. Assim como o tradicional grupo de *status*, oriundo do período imperial, cujos membros da família receberam títulos nobiliárquicos, os imigrantes enriquecidos, preocupados em se distinguir do restante da sociedade, procuraram valorizar determinados elementos. O conceito de distinção proposto por Bourdieu (2011a) não se aplica apenas ao grupo de status tradicional, mas também aos imigrantes que se integraram à sociedade pelotense.

É necessário informar, ainda, que o Collegio Alemão foi fechado em 1942, durante a Segunda Guerra Mundial, período em que a preocupação com a nacionalização do ensino se tornou ainda mais intensa. No entanto, destaca-se que, como já mencionado anteriormente, a partir da Primeira Guerra Mundial, o posicionamento com relação aos imigrantes e às instituições que mantinham as suas tradições se modificou. Essa alteração pode ser percebida pela matéria publicada no jornal Diário Popular de 20 de agosto de 1914, intitulada “O Germanismo e o Brazil”. Nessa notícia, eram reproduzidas as palavras extraídas do jornal “A Noute”, do Rio de Janeiro:

Com a responsabilidade do seu cargo, o cônsul francez nesta capital, mr. Dupas, afirmou, hontem, que, entre as compensações que a Alemanha manteria com a Inglaterra, caso esta abandonasse a causa da “entente”, figuraria a presa de tres estados brasileiros: Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catharina.

Agora, a promessa não nos pode causar grande susto...

Entretanto, quando espíritos alarmados apontavam para o perigo germanico que nos ameaçava, jamais procuramos por medidas criteriosas impedir a invasão germanica, que, intelligente, se fazia nos estados do sul.

Com o estalar da guerra e a partida dos reservistas, verificamos que no Brasil pullulavam officiaes allemães, que trabalhavam principalmente nas casas allemãs fornecedoras de material bellico para o exercito e para a armada.

Felizmente essa guerra virá dissipar a ameaça que pesava sobre nós. Mesmo victoriosa, não será tão cedo que a Alemanha tentará uma aventura qualquer, principalmente na America....[...] (DIÁRIO POPULAR, 20 de agosto de 1914)

Pode-se perceber que, na notícia acima, o germanismo ganhou um viés negativo a partir da eclosão da Primeira Guerra Mundial, o qual pode ser verificado nas expressões “perigo germânico” e “invasão germânica”. Essa notícia demonstra a despreocupação que o país apresentou com relação às possibilidades de uma invasão germânica a qual se dava notadamente nos estados da região sul. O artigo destaca, ainda, a presença de oficiais alemães. Deve-se ter em conta que, embora o país pretendesse se manter na neutralidade, especialmente com vistas a manter os seus interesses econômicos, o Brasil acabou por declarar guerra ao Império Alemão. Segundo Bonow (2010), no ano de 1915, o governo britânico colocou em prática a *Satutory List* ou *Black List*, na qual foram listadas empresas que tivessem origem em qualquer um dos países inimigos. Ficava, então, proibido aos súditos britânicos o estabelecimento de relações econômicas com essas empresas ou indivíduos. De acordo com o autor, no Brasil, cerca de quinhentas empresas foram listadas. Entretanto, as relações entre o Brasil e a Alemanha foram rompidas em outubro de 1917, após uma sucessão de naufrágios de embarcações brasileiras.

É necessário destacar, ainda, a questão da participação do Brasil na Primeira Guerra Mundial e a situação dos alemães e teuto-brasileiros no Rio Grande do Sul, que em Porto Alegre, uma série de empresas de alemães foram atacadas. A notícia do jornal Diário Popular de 1914 demonstra que, mesmo antes de 1917, determinados setores brasileiros se posicionavam contrariamente à Alemanha. Deve-se levar em consideração que os jornais locais realizaram uma cobertura intensa do que então se chamou “Grande Guerra”. Além disso, deve-se destacar que

a década de 1910 foi marcada pela forte atuação de Olavo Bilac, que em sua cruzada pela obrigatoriedade do serviço militar, assumia-se favorável à participação do país na guerra.

Deve-se ter em conta, também, que no caso de Pelotas, a Segunda Guerra Mundial trouxe uma perseguição mais efetiva com relação à comunidade alemã. Entretanto, ao verificar-se a imprensa pelotense, percebe-se a existência de preocupação com relação a essa comunidade. No ano de 1918, a menos de um mês do fim da guerra, o jornal Opinião Pública noticiou:

Manifestações patrióticas – Realizou-se, hontem, á noite uma imponente passeata popular, com bandeiras alliadas, puxada pela banda do brioso batalhão 27, em regozijo ás grande victorias alliadas e o desmoronamento rápido da Allemanha.

Partindo da frente da Intendência Municipal, onde falou o dr. Victor Russomanno, ao estrugir de foguetes, os manifestantes, no meio do mais vivo entusiasmo, dirigiram-se aos consulados e redacções dos jornaes, sendo saudados no nosso apreciado collega “Diário Popular”, pelo sr. Pedro Vergara e na redacção d’ “A Opinião Publica” pelo dr. Ildefonso Carvalho.

Por toda a parte notava-se vivo regozijo pelo brilho das armas alliadas, que, sob o comando do marechal Foch, vão varrendo dos solos da França, Bélgica, Itália, Servia em todas as frentes, emfim á força de bayoneta e metralha o brutal militarismo prussiano, (OPINIÃO PÚBLICA, 14 de outubro de 1918).

Deve-se ter em conta que nesse período o Brasil já havia declarado guerra à Alemanha, contudo, a existência de manifestações patrióticas que tomavam as ruas demonstra o envolvimento da população com esse evento, o qual não se restringiu ao âmbito político. Além disso, ressalta negativamente o caráter de militarização prussiano, embora esse fosse retalhado por meio da guerra.

Existe uma possibilidade de que a integração da comunidade urbana alemã que havia formado uma pequena burguesia tenha se aliado ao estilo de vida oriundo da ordem tradicional, especialmente no que tange à benemerência e ao *status* para minimizar a imagem negativa que esse grupo possuía na sociedade. Porém, esse grupo manteve-se ligado ao ideário de germanismo, o que se percebe pela manutenção do Collegio Allemão.

Com relação às imagens dessa instituição na imprensa, na edição do dia 16 de abril de 1926, a Revista Ilustração Pelotense publicou duas fotografias, cuja legenda informava “A Mocidade diverte-se Lembrança de uma significativa festa entre os alumnos do conceituado Collegio Allemão”. As duas imagens foram dispostas em uma mesma página, sendo que a primeira ocupava o canto superior esquerdo e a segunda o canto inferior direito. A legenda situava-se em posição

central e servia como referência para ambas. Julga-se necessário apontar o fato de que, na mesma página, constavam propagandas de produtos sem relação com a temática educacional (*bella cútis e creol*). É possível que as fotografias tivessem sido publicadas como propaganda institucional, cujo espaço tenha sido dedicado à escola decorrente de pagamento.

Deve-se ter em conta que, embora a Primeira Guerra Mundial tenha terminado em 1918, a década de 1920 foi marcada pela memória próxima desses acontecimentos. Em 1921, segundo Fonseca (2007) a instituição chegou a mudar o seu nome para *Collegio Internacional*, o que provavelmente visava minimizar os efeitos negativos do conflito armado com relação à comunidade alemã. Em 1925, entretanto, a instituição retoma o seu nome original.

As fotografias publicadas na imprensa apresentam um momento de festa, o qual é reafirmado na legenda. Mas não há maiores informações sobre qual a motivação para a realização do referido evento. Não se pode afirmar com certeza que as fotografias foram produzidas em 1926, ano de sua publicação. Essas imagens podem ter sido produzidas em 1925 (ano em que a escola retoma a sua nomenclatura original) ou 1923 (ano da comemoração de seus vinte e cinco anos de funcionamento).



Figura 13 – “A mocidade diverte-se. Lembrança de uma significativa festa entre os alunos do conceituado *Collegio Allemão*”

Fonte: Revista *Ilustração Pelotense* de 1926

Deve-se ter em conta que a análise dessas imagens se torna difícil no sentido de que se conta com poucas informações sobre o evento. Na figura 13, verifica-se a presença de quatro jovens moças, provavelmente alunas do ensino

secundário do Collegio Alemão, as quais se encontravam vestidas com roupas no estilo às usadas pelos imigrantes quando aqui chegaram. As quatro moças utilizavam as mesmas vestimentas: vestido preto sobre camisa de mangas curtas branca, touca e avental brancos. Além disso, todas faziam a mesma pose, paradas levemente de lado e com as mãos na cintura. A fotografia foi realizada em uma parte externa do prédio, na qual havia a presença de uma árvore que serviu para emoldurar a imagem. Com relação às informações sobre o prédio da instituição, pode-se visualizar apenas a parede do pátio e uma pequena janela.



Figura 14 – “A mocidade diverte-se. Lembrança de uma significativa festa entre os alunos do conceituado Collegio Allemão”

Fonte: Revista Ilustração Pelotense de 1926

Com relação à figura 14, a fotografia também foi produzida na parte externa do prédio, no qual se verifica a presença de árvores. Pode-se visualizar, ainda, uma mesa e um banco rústicos no canto esquerdo da imagem. Essa fotografia retrata outro grupo de jovens estudantes (a qualidade da imagem não permite uma afirmação definitiva, mas provavelmente também seja constituída por um grupo formado apenas por pessoas do sexo feminino). Em primeiro plano, encontram-se duas meninas sentadas, trajando roupas femininas adequadas para a sua idade. Ambas usavam corte em estilo Chanel, utilizado tanto por adultas como por crianças, o que demonstra a atualização das famílias das jovens em relação à moda da época. Uma delas decorou os seus cabelos com um laço. Em pé, cinco estudantes adolescentes, vestindo roupas masculinas. Dessas estudantes, duas usavam barbas

falsas. Uma delas (primeira da esquerda para a direita) vestia um casaco 7/8. A segunda carregava uma sacola em suas costas. A jovem em posição central utilizava uma boina, enquanto as duas últimas vestiam terno e gravata. Todas usavam calças e chapéus.

Com relação às informações sobre o prédio da instituição, embora as imagens retratem um ambiente semelhante à zona rural, o Collegio Allemão situava-se em zona central. De acordo com Fonseca (2007), em 1907, a instituição estabeleceu-se em seu endereço definitivo, na rua Félix da Cunha, 763, cujo prédio foi financiado por Carlos Ritter & Irmão, membros da comunidade germânica e importantes industriais da cidade de Pelotas. Atualmente, esse prédio não mais existe e, em seu lugar, encontra-se o auditório do Clube de Dirigentes Lojistas de Pelotas.

Outro ponto que suscita questionamentos é o fato de apenas constarem meninas nas imagens, embora a instituição fosse mista. Segundo Fonseca (2007, p.89):

Diferentemente de outras escolas particulares que atendiam somente meninos, como o Gymnasium Gonzaga, fundado em 1895, e o Collegio São Francisco que educava meninas, fundado em 1893, o Collegio Allemão de 1898 seguiu os princípios de co-educação, educando meninos e meninas na mesma sala de aula, partilhando os mesmos professores e a mesma escola.

É possível, que mesmo se tratando de uma instituição em que as aulas transcorressem com meninos e meninas dividindo o mesmo espaço, nos festejos provavelmente ocorria uma divisão e os alunos acabavam confraternizando com pessoas do mesmo gênero. As fotografias também podem se referir a apresentações, para cujo preparo não seria recomendado que meninos e meninas dividissem o mesmo espaço. Além disso, a presença de fotografias apenas de meninas na Revista Ilustração Pelotense poderia constituir-se em uma propaganda institucional para que os pais (ou as mães) percebessem a possibilidade do Collegio Allemão como um espaço formador para as jovens. Deve-se ressaltar, ainda, que a instituição atendia aos filhos de uma elite emergente.

Conforme dados oferecidos por Fonseca (2007), embora 70% dos alunos eram provenientes de famílias em que ambos os pais eram de origem alemã, 10%, em 1913, eram filhos de ambos os pais brasileiros. Não se tem informação do impacto da Primeira Guerra Mundial no âmbito da inscrição de estudantes de outras

etnias. Em 1926, o Relatório Intendencial contou com o censo dos estudantes, entretanto, as informações sobre o número de matrículas referem-se, de forma geral, a instituições municipais, estaduais e particulares. Dessa forma, não é possível identificar o número de matrículas e o perfil do alunado desse período.

### **3.6 Fotografias do ensino secundário: Docentes e discentes do Gymnasio Pelotense**

A presente pesquisa propõe-se a analisar duas fotografias do “Gymnasio Pelotense”, instituição de ensino secundário laico em Pelotas. Ambas as fotografias foram publicadas no Relatório Intendencial de 1925, apresentado pelo então intendente Augusto Simões Lopes. As duas imagens retratam docentes e discentes separadamente.

Primeiramente, deve-se ter em conta a relação da fotografia com a história institucional, ou seja, como um objeto a ser preservado para a posteridade. Além disso, deve-se ressaltar a relação da instituição de ensino com o governo municipal, tendo em vista que o Gymnasio Pelotense fora municipalizado em 1917. Ao analisar-se as imagens, deve-se levar em consideração algumas precauções, como aponta Martins (2009,):

[...] A fotografia é um dos componentes do funcionamento desta sociedade intensamente visual e intensamente dependente da imagem. Mas, obviamente, não é ela o melhor retrato da sociedade. É nessa perspectiva que se pode encontrar o elo entre a cotidianidade e a fotografia, a fotografia como representação social e memória do fragmentário [...] (p.36).



Figura 15 - O Director e o Corpo Docente do “GYMNASIO PELOTENSE”

Fonte: Relatório Intendencial de 1925

A figura 15, cuja legenda é “O Director e o Corpo Docente do “GYMNASIO PELOTENSE”” apresenta o corpo docente no ano de 1925, os quais se agruparam formando duas fileiras. Na fileira da frente, na qual se encontrava o diretor Joaquim Luís Osório, os professores e o diretor encontram-se sentados. Na fileira de trás, os professores postaram-se em pé. Ao fundo, é possível visualizar dois quadros de formatura.

Os professores retratados na imagem foram identificados por Amaral (2005), logo, vê-se na fotografia algumas pessoas de renome na cidade. Da esquerda para à direita: José Francisco Duarte<sup>37</sup>, Jorge Sallis Goulart, Roberto Miller, Joaquim Alves da Fonseca, Francisco de Paula Alves da Fonseca, José Von Almeln e Fernando Luís Osório. Sentados: Alípio Torres, Dario Salgado Guimarães, Estela Wilkinson, Joaquim Luís Osório, Gregório Romeu Iruzum e Silvio Derengowski.

Nas primeiras décadas do século XX, ser professor em determinadas instituições educacionais era um reconhecimento de suas qualidades e capacitação docente. Esse foi o caso do “Gymnasio Pelotense”. De acordo com Amaral (2005), o corpo docente da referida instituição era constituído por professores considerados competentes e qualificados, os quais, em geral, se encontravam ligados à Maçonaria. Salieta-se que vários integrantes do corpo docente se dedicavam a outras atividades, pois eram advogados, médicos, agrônomos. Alguns desses professores ministravam aulas também no ensino superior, como por exemplo, na Escola de Agronomia e Veterinária.

Na fotografia apresentada, todos os docentes se encontravam elegantemente vestidos: os homens trajavam terno e gravata, vários usavam sapatos Oxford<sup>38</sup>, inclusive o diretor; a única mulher na fotografia, professora Estela Wilkinson, usava vestido bastante recatado, arrematado por botões que se enfileiravam latitudinalmente. Os detalhes ficavam por conta da gola e dos punhos provavelmente brancos de sua camisa ou arremate do vestido. A professora usava, ainda, um chapéu. Os trajes apresentados pelo grupo demonstram quanto a fotografia aproxima-se mais da ideia de seleção, bem como do objetivo de retratar o evento, o extraordinário, e não o cotidiano. A fotografia do grupo não se refere às

---

<sup>37</sup> Também atuou como professor da 6ª Aula Municipal, objeto das imagens analisadas no item anterior.

<sup>38</sup> Os Sapatos Oxford eram de couro pintado em duas cores e estavam na moda na década de 1920.

atividades ordinárias, mas representa o extraordinário. Percebe-se que os professores prepararam-se para serem retratados. Para isso, provavelmente escolheram belos trajes com o intuito de personificar as suas imagens para a posteridade. Embora as pessoas costumassem utilizar vestimentas mais elaboradas na década de 1920, Amaral (2005) deixa claro que os professores cujas rendas eram oriundas exclusivamente do magistério recebiam baixa remuneração.

Outros elementos destacam-se na imagem: a presença de dois professores mulatos ou pardos e de uma professora mulher. De acordo com Muller (2006), embora seja frequente no imaginário social brasileiro a crença de que a população negra só tenha tido acesso à escola no desenrolar dos anos cinquenta ou sessenta do século XX, na Primeira República já existia um contingente de professores negros, mesmo que em número reduzido em relação à maioria branca. Logo, a presença de dois professores aparentemente pardos, os irmãos Joaquim Alves da Fonseca e Francisco de Paula Alves da Fonseca não era um privilégio da cidade de Pelotas. Porém, deve-se destacar a já mencionada dicotomia entre o conservadorismo e o anseio por progresso e ressalta-se, ainda, o fato de cidades com tradição escravista relegarem um papel secundário aos descendentes de escravos. Dessa forma, Pelotas constituía-se em um espaço tradicional.

Os referidos professores galgaram o espaço logrado por terem se destacado em meio a muitos outros professores. Além disso, em 1931, quando das comemorações do 29º aniversário do Gymnasio Pelotense, Joaquim Alves da Fonseca ocupava o cargo de diretor, conforme matéria do jornal Diário Popular: “Registrando a data cumprimentamos a digna congregação na pessoa do seu illustre director, o nosso amigo, sr. Joaquim Alves da Fonseca, provector lente de mathematicas” (DIÁRIO POPULAR, 21 de outubro de 1931).

Com relação à presença do elemento feminino, de acordo com Amaral (2003) o número de professoras mulheres era pequeno nas primeiras décadas do século XX e a autora identifica as professoras que fizeram parte do corpo docente nesse período: Joaquina Ramos (professora em 1902, ano de fundação da escola), Olíndina Cortelari (trabalhava com os anos do ensino primário na década de 1910 e na Faculdade de Odontologia) e Estela Wilkinson, na década de 1920. Percebe-se uma relevante questão: o machismo que ainda imperava na sociedade pelotense no início do século XX. Destarte, ressalta-se que o espaço conquistado pelas mulheres no âmbito educacional, como professoras, circunscreveu-se, nesse período, quase

que exclusivamente ao ensino primário. Dessa forma, as mulheres galgavam a profissionalização, contudo era-lhes destinado um espaço restrito.

Deve-se destacar, também, que, como mencionado anteriormente, as vestimentas da professora demonstravam recato, ou seja, suas roupas eram ricas em representações sobre o significado social de ser professora e de ser mulher na década de 1920, não só no Brasil, mas em âmbito internacional. Chaine (2010) analisou o caso argentino:

La adopción de un estilo vestimentario por parte de las maestras normales nos permite observar la elaboración cultural de un rol, ya que ese estilo estuvo definido por su base material y, principalmente, por su significado social. Cuando estas mujeres eligieron unas prendas y descartaron otras en su vida cotidiana no sólo lo hicieron para estar a la moda usando las últimas tendencias, aunque adaptando los materiales para la comodidad en el trabajo y la prudencia del bolsillo, sino que realizaron sus elecciones en base a las consideraciones culturales construidas alrededor de su función social; la apropiación de esas pautas fue generando una visión homogénea en torno a qué rol debían cumplir las mujeres en la Argentina de entreguerras (CHAINED, 2010, p.7).

Percebe-se que a professora retratada na figura 13, assim como as professoras argentinas, cujas imagens foram analisadas por Chaine (2010) apresentava a mesma preocupação com as vestimentas, as quais foram selecionadas para gravar a sua imagem. Os seus trajes pouco deixavam transparecer de seu corpo e seu vestido terminava abaixo de suas panturrilhas, pouco acima dos tornozelos.

No mesmo Relatório em que fora publicada a fotografia do corpo docente do Gymnasio Pelotense, constou a fotografia de seus discentes. Salienta-se que a escola já se encontrava municipalizada e era a instituição de ensino municipal de maior destaque. Por esse motivo, duas imagens que representam estudantes dessa instituição foram consideradas merecedoras de espaço no primeiro relatório do intendente Augusto Simões Lopes.

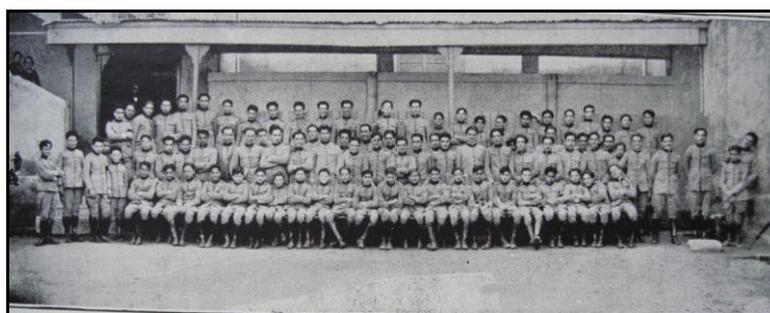


Figura 16 – “Grupo de Alunos do “GYMNASIO PELOTENSE”, uniformizados”

Fonte: Relatório Intendencial de 1925

Na figura 14, vê-se um numeroso grupo de alunos, uniformizados, dispostos em três fileiras. Na primeira fileira, os alunos estão sentados. Nas fileiras subjacentes, os alunos estão em pé. A fotografia foi realizada em uma parte externa da escola. Além dos estudantes, o fotógrafo, provavelmente de forma involuntária, capturou a imagem, à esquerda, de duas pessoas (uma mulher e uma criança) que deveriam ser observadores da fotografia e não se contava com a sua presença efetiva.

A primeira fileira de alunos, os quais se encontravam sentados, é formada por alunos que aparentemente são mais jovens do que os que se postavam de pé. De acordo com Amaral (2005) devem ser os meninos do ensino primário. É possível perceber, ainda, que existe uma dicotomia entre o uniforme militarizado utilizados pelos estudantes e a postura menos rígida de alguns, os quais foram retratados de maneira mais informal, fazendo poses menos militarizadas e mais informais. Além disso, deve-se ressaltar que a fotografia contava apenas de alunos do sexo masculino, no entanto, a escola foi mista desde a sua fundação.

Retomando-se o tema dos uniformes militarizados, é plausível afirmar que a referida prática encontra-se no âmbito do movimento cívico, que fora incrementado em 1916, na cidade de Pelotas. Contudo, de acordo com Amaral (2005, p.158): “No Gymnasio Pelotense, desde a sua criação, as preocupações cívicas e patrióticas sempre estiveram presentes, uma vez que eram intrínsecas ao ideário maçônico [...]”.

### **3.7 O ensino superior: fotografias da Faculdade de “Pharmacia” e Odontologia**

A cidade de Pelotas, durante a Primeira República, contava com várias instituições de ensino superior, como a Escola de Agronomia e Veterinária, a Faculdade de Direito e a Faculdade de “Pharmacia” e Odontologia<sup>39</sup>. A Escola de Agronomia foi, por muito tempo, a instituição de ensino mais renomada, tendo em vista a sua antiguidade em relação às outras<sup>40</sup>.

Com relação ao ensino superior em Pelotas, é possível afirmar que, assim como ocorrera em âmbito nacional, a preocupação inicial no contexto municipal foi

---

<sup>39</sup> Em Pelotas, houve uma ruptura entre a Faculdade de Pharmacia e Odontologia e o Gymnasio Pelotense, o que culminou na criação de uma segunda Faculdade de Pharmacia e Odontologia. Informações mais aprofundadas podem ser encontradas em Amaral (2005).

<sup>40</sup> A Escola de Agronomia e Veterinária foi criada em 1883, ainda no Período Imperial.

formar as elites. Isso pode ser evidenciado com o papel ocupado pelo ensino superior nos Relatórios Intendenciais nas duas primeiras décadas do século XX. Além disso, deve-se mencionar que, entre o fim do século XIX e o início do XX, o ensino primário era oferecido principalmente por professores particulares e a rede pública somente vivenciou um processo de expansão a partir da década de 1910, com a criação dos dois colégios elementares estaduais: o Félix da Cunha e o Cassiano do Nascimento, ampliada, posteriormente, com a expansão da rede municipal de ensino, na década de 1920.

No dia 04 de novembro de 1916, o jornal “A Opinião Pública” publicou, em sua primeira página, uma extensa matéria sobre a Faculdade de Pharmacia e Odontologia de Pelotas, na qual constavam três fotografias. Duas das imagens referem-se às atividades realizadas pelos discentes e a terceira aos pacientes em uma sala de espera. Embora a terceira fotografia não retrate nem os discentes nem os docentes da instituição de ensino, ela constará entre as imagens analisadas por referir-se a uma atividade curricular dos alunos.

Ressalta-se que a matéria acima mencionada foi publicada durante um período em que a cidade contou com duas faculdades de Odontologia. A instituição retratada era a dissidente e não a que se manteve como anexo ao Gymnasio Pelotense. O jornal “A Opinião Pública” dedicou algumas páginas aos melhoramentos pelos quais o prédio da instituição havia passado. Além disso, o citado periódico demonstrou a sua simpatia pela fusão das duas instituições em notícia publicada no dia 13 de março de 1916, na qual se afirmava:

Convem accentuar que não temos, nem próxima nem remotamente o mínimo intuito de interferência na vida intima dos citados institutos: não podemos sim, é silenciar a sympathia que nos merece a hypothese da fusão delles. Centros maiores que o nosso não comportam a duplicata de cursos e esta, entre nós, consideramol-a uma anomalia, (OPINIÃO PÚBLICA, 13 de março de 1916).

Com relação a notícia do dia 04 de novembro de 1916, primeiramente, a notícia abordou os aspectos físicos da instituição, como por exemplo, os laboratórios, os gabinetes dentários, a biblioteca, o Museu de História Natural, o anfiteatro, entre outras dependências da instituição. Essa parte dedica-se a demonstrar como a instituição seguia os preceitos de higiene, iluminação e ventilação propostos para os prédios escolares. Em seguida, a reportagem versou sobre os professores que integravam o corpo docente da instituição, salientando o

seu renome e formação. Por fim, a matéria se dedicou à informações práticas sobre os cursos, o ingresso e a seleção para a instituição.



Figura 17 – “Uma das salas de clínica da Faculdade de Pharmacia e Odontologia de Pelotas, denominada Dr. Pio Antunes”

Fonte: Jornal Opinião Pública de 04 de novembro de 1916

A primeira fotografia constante na publicação (figura 17) se refere à sala de clínica Dr. Pio Antunes, que fora citada na referida matéria:

Entre as numerosas dependências do estabelecimento destacam-se: sala da Congregação, sala de clinica Dr. Edmundo Gastal, sala de clinica Dr. Pio Antunes, sala Dr. João Alfredo (de oto-rhino-laryngologia), anphiteatro Dr. Álvaro Eston, laboratório de Prothese, laboratório de Pharmacia, laboratório de Chimica (OPINIÃO PÚBLICA, 04 de novembro de 1916).

Ressalta-se que Pio Antunes era professor na Faculdade de Pharmacia e Odontologia e que era “diplomando pelas escolas dentarias de Berlim, Paris e Lisboa” (OPINIÃO PÚBLICA, 04 de novembro de 1916). Pelo fato de ser considerado um professor emérito, teve seu nome imortalizado em uma das salas da instituição.

A figura 17 retrata um grupo de pessoas, provavelmente professores, alunos e pacientes, os quais se encontram na referida sala de clínica, para a realização de uma atividade prática, cuja finalidade era preparar os estudantes para a profissão de odontólogo. Em primeiro plano, vê-se uma estudante próxima à cadeira, na qual se encontrava uma paciente. A mesma cena repetia-se várias vezes, tendo em vista

que a sala constava de pelo menos cinco cadeiras para atendimento dentário. Ressalta-se que os estudantes vestiam jalecos, enquanto aqueles que, provavelmente, eram os professores se apresentavam elegantemente em ternos. Destaca-se, ainda, que as pacientes do sexo feminino eram atendidas por estudantes do mesmo sexo. De acordo com Amaral (2005), as estudantes atendiam apenas mulheres e crianças.

As preocupações com a arquitetura escolar também estavam previstas para as instituições de ensino superior. Tal afirmação pode ser percebida ao analisarem-se os Relatórios Intendenciais das duas primeiras décadas do século XX, cuja maior preocupação versava sobre a Escola de Agronomia e Veterinária, também denominada Lyceu Rio-Grandense. No Relatório Intendencial de 1910, o então intendente José Barboza Gonçalves afirmou:

Para o ensino pratico corresponder ao theorico em todo seu alcance, se aparelha o Posto Zootechnico com os melhores elementos, que estou methodicamente reunindo, afim de tornar sua utilidade tão intensa quanto corresponda ao forte incremento a que tendemos em toda a immensa escola da actividade que se nos desdobra, (RELATÓRIO INTENDENCIAL DE 1910).

Com base em Neves (2007), deve-se ter em conta que até a década de 1910, o ensino primário se baseava notadamente na iniciativa privada, enquanto a Escola de Agronomia e Veterinária recebia subvenções do Município e do Estado, como pode ser percebido na tabela abaixo. Ao mesmo tempo, não lhes era proibido receber pagamentos como matrícula e expedição de certidões de análises clínicas. Embora a Faculdade de Pharmacia e Odontologia não tenha disposto do mesmo espaço da Escola de Agronomia e Veterinária nos Relatórios Intendenciais<sup>41</sup>, o número de matriculados e o corpo docente era costumeiramente citado nesses documentos.

**Tabela 2 – Subvenções recebidas pelo Lyceu Rio-Grandense em 1904**

Subvenção do Estado (1.o semestre)	10:000\$000
Idem Municipal	5:000\$000
Machinas vendidas	1:000\$000
Renda do laboratório	568\$536

<sup>41</sup> O Lyceu de Agronomia e Veterinária foi, durante a maior parte da Primeira República, o tema a que se dedicou mais páginas nos Relatórios Intendenciais.

Matriculas e certidões	305\$000
------------------------	----------

Deve-se ter em conta, ainda, retomando-se o tema do espaço adequado ao ensino, que as fotografias integrantes da matéria do jornal “A Opinião Pública” apresentam os melhores aspectos físicos da Faculdade de Pharmácia de Odontologia, com o intuito de materializar a seguinte afirmação contida no periódico: “Edifício apropriado, apresenta salas banhadas fartamente de luz, com a montagem necessária ás suas applicações” (OPINIÃO PÚBLICA, 04 de novembro de 1916). Na figura 15, é possível perceber que a sala possuía pelo menos uma janela ampla e uma porta de dimensões comuns nos prédios construídos entre o século XIX e o início do século XX. Na parede encontravam-se dois quadros e um relógio. Os primeiros referem-se à anatomia do rosto ou à anatomia bucal e, mais uma vez, materializam as afirmações do periódico: “Além do aparelhamento necessário, encontram-se as paredes do estabelecimento de quadros instructivos de anatomia, microbiologia, historia natural [...]” (OPINIÃO PÚBLICA, 04 de novembro de 1916).



Figura 18 – “Um grupo de acadêmicos da Faculdade de Pharmacia e Odontologia de Pelotas”

Fonte: Jornal Opinião Pública de 04 de novembro de 1916

Além disso, é possível perceber que na fotografia vê-se um número semelhante de estudantes do sexo feminino e do sexo masculino, o que se repete na figura 18, na qual foi retratado um grupo de acadêmicos da Faculdade de Pharmacia e Odontologia. Essa presença feminina na referida instituição demonstra

que, nas primeiras décadas do século XX, as mulheres buscavam a profissionalização e estavam conseguindo penetrar ambientes outrora exclusivamente masculinos, como as academias.

De acordo com Blay e Conceição (1991), as mulheres ingressaram tardiamente no ensino superior. Segundo as autoras, D. Pedro II aprovou uma lei, em 19 de abril de 1879, que permitia às mulheres o acesso às universidades. As autoras afirmam, ainda, que nas primeiras décadas do século XX, poucas mulheres diplomaram-se nas carreiras mais tradicionais, como Direito, Medicina e Engenharias. No entanto, ressalta-se que, ao mesmo tempo em que algumas estudantes galgavam espaços no ensino superior, as mulheres ainda raramente ocupavam, na cidade, as funções de professoras dessa modalidade de ensino. Na matéria do jornal a Opinião Pública, a instituição apresentava orgulhosamente os seus docentes, os quais eram em sua quase totalidade homens, em sua maioria, formados no Rio de Janeiro. Alguns se titularam fora do país (principalmente na França e nos Estados Unidos) e poucos em Porto Alegre. Já contavam com professores formados em Pelotas, na própria instituição e na Escola de Agronomia e Veterinária. A instituição contava, ainda, com uma professora que, de acordo com Amaral (2005), era oriunda da primeira turma de formandos.

Na figura 18, já mencionada anteriormente, o grupo de acadêmicos foi retratado provavelmente na sala de Congregação. Na primeira fileira, sentadas, encontram-se as alunas do sexo feminino. A segunda e a terceira fileiras eram compostas por alunos do sexo masculino. As acadêmicas trajavam vestidos de comprimento próximo ao tornozelo, como era previsto na década de 1910. Todas estavam com seus cabelos presos, não adotando, ainda, o corte Chanel que estava em voga nas décadas de 1910 e 1920. Os homens vestiam ternos e usavam gravatas, inclusive, um acadêmico apresentava-se utilizando uma gravata borboleta. Destaca-se que esse grupo de acadêmicos contava com um número significativo de mulheres. Esse dado pode ser um indicativo da inserção feminina no ensino superior, que embora lenta, já dava os seus primeiros passos no fim do século XIX e no início do século XX.

A escolha do espaço para a realização do retrato dos estudantes, provavelmente visava demonstrar o contexto acadêmico em que os alunos encontravam-se inseridos, pois, do lado direito, é possível perceber a presença de uma estante com vários livros. Nas paredes, constam dois quadros de formatura, o

que pode indicar a localização do espaço escolhido para o retrato, pois, além dos quadros de anatomia, de acordo com o jornal “A Opinião Pública” de 04 de novembro de 1916, as paredes também contavam com outros adereços: “[...] destacando-se na sala da Congregação sete quadros de formatura das turmas de 1913 a 1915, em ricas molduras” (OPINIÃO PÚBLICA, 04 de novembro de 1916).



Figura 19 – “Sala de espera, com clientes, atendidos gratuitamente na Faculdade de Pharmacia e Odontologia de Pelotas”

Fonte: Jornal Opinião Pública de 04 de novembro de 1916

A última fotografia (figura 19) que constava na reportagem sobre a Faculdade de Pharmacia e Odontologia se refere aos pacientes que aguardavam pelo atendimento gratuito. De acordo com a legenda, o longo corredor apresentado na imagem consistia na sala de espera. A fotografia retrata um grande grupo de pessoas, formado especialmente por mulheres e crianças, provavelmente oriundos de classes sociais mais baixas. Além disso, é possível que existisse um horário destinado ao atendimento de mulheres e crianças e outro para o atendimento de homens. Várias pessoas encontravam-se sentadas, enquanto outras aguardavam de pé. De acordo com o periódico:

A clínica da Faculdade, completamente gratuita, funciona diariamente das 8 às 11 e das 13 às 17, com uma frequência extraordinária, bem como o laboratório pharmaceutico, permitindo isso uma longa e perfeita aprendizagem aos alumnos, acompanhados durante esse tempo por vários professores que se revezam (OPINIÃO PÚBLICA, 04 de novembro de 1916).

Além disso, deve-se salientar que, além da clínica da Faculdade, existia uma clínica destinada exclusivamente ao atendimento de crianças: “No mesmo edifício, encontra-se confortavelmente installada, com todos os requisitos hygienicos, a sala de Clinica Dentaria Infantil de Pelotas, instituição de caridade que vem prestando inestimáveis serviços á infância desprovida de meios de fortuna” (OPINIÃO PÚBLICA, 04 de novembro de 1916).

A existência de espaços de atendimento ao público denota o caráter benemerente e a preparação dos acadêmicos para a profissão. A filantropia era um ideário consideravelmente difundido em Pelotas, como forma de integração e promoção social. Os estreitos laços da cidade com os ideais maçônicos fortaleceram essas práticas, pois, de acordo com Amaral (2005, p.51): “As atitudes filantrópicas eram bastante exaltadas pelos jornais, revistas e almanaques da cidade que dedicavam um razoável espaço para a publicação de fotos dos ilustres benemerentes”. Além disso, a autora afirma que essas pessoas estavam, em sua maioria, ligadas à Maçonaria. Logo, o primeiro aspecto, além de atender à população desvalida, era um meio de promover a instituição em âmbito municipal, ao mesmo tempo em que os estudantes encontravam pessoas dispostas a servirem para o seu aprendizado.

### **3.8 Bruno de Mendonça Lima e a Faculdade de Direito de Pelotas**

Em comemoração ao aniversário da Faculdade de Direito de Pelotas, foi publicada, no jornal Diário Popular de 12 de setembro de 1935, uma fotografia de Bruno de Mendonça Lima (figura 20), então diretor daquela instituição de ensino. A curta reportagem, intitulada “Faculdade de Direito”, assinalava:

A efemeridade de hoje assinala o aniversário da fundação em 1912, da Faculdade de Direito de Pelotas, instituto superior de ensino que honra a cultura do Rio Grande do Sul.

Atualmente encontra-se á testa da sua direção o ilustre patricio Dr. Bruno de lto deve o progresso crescente da Faculdade (DIÁRIO POPULAR, 12 de setembro de 1935).

Salienta-se que, em comparação ao tamanho da matéria, a fotografia de Bruno Lima destaca-se. A imagem é um retrato, no qual constava apenas o busto de referido jurista, que trajava beca, provavelmente tratando-se de uma fotografia produzida para constar nos quadros de formatura. A imagem possui o formato tradicional, ainda utilizado nos dias atuais.

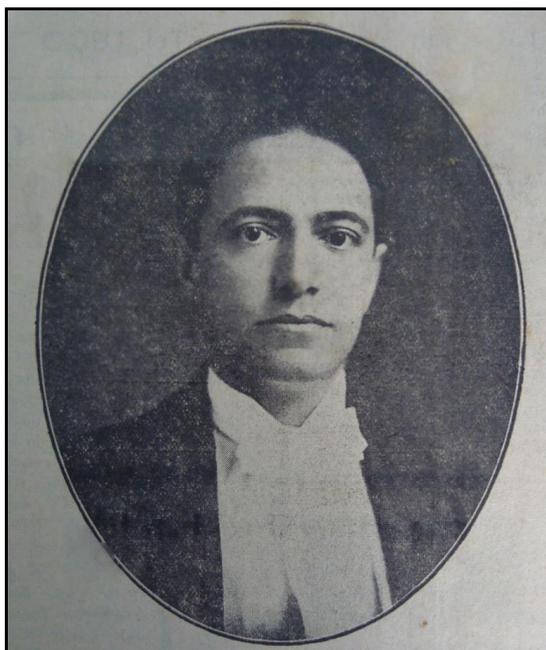


Figura 20 – Faculdade de Direito - Dr. Bruno de Mendonça Lima, atual Diretor da Faculdade  
Fonte: Jornal Diário Popular de 12 de setembro de 1935

Contudo, mais do que os elementos constituintes da imagem, a sua presença e espaço ocupado na referida reportagem são pontos passíveis de análise. Em primeiro lugar, a fotografia de Bruno Lima ocupava um espaço maior do que o texto. Em segundo lugar, vários aspectos da Faculdade de Direito poderiam ser selecionados para representá-la em seu aniversário. Nesses casos, o mais comum é a utilização de fotografias do prédio como forma de representar a instituição na imprensa. Logo, a figura de Bruno de Mendonça Lima se tornou uma representação mais importante do que o próprio prédio da Faculdade, apesar de a mesma ter recebido um edifício próprio em 1929<sup>42</sup>.

Mais do que os aspectos arquitetônicos ecléticos do prédio da instituição inspirados nos tradicionais palacetes do século XIX, Bruno de Mendonça Lima constituiu-se na personificação da Faculdade de Direito de Pelotas, conhecida como “A Casa de Bruno Lima”<sup>43</sup>. Tal título refere-se ao fato de que Bruno Lima ter atuado como professor, tesoureiro e diretor dessa instituição, tendo começado a sua carreira, de acordo com Vilar (2004), em 1916, como professor substituto da disciplina Teoria Geral do Direito. Em 1918, já assumiu o cargo de tesoureiro. Entre 1931 e 1965, foi diretor dessa instituição. Ressalta-se que Bruno Lima era um dos

<sup>42</sup> Conforme matéria do jornal Diário Popular, o prédio da Faculdade de Direito foi inaugurado em 11 de agosto de 1929.

<sup>43</sup> Sobre Bruno Lima e sua atuação, ver: VILAR (2004).

representantes do grupo de status existente em Pelotas, tendo em vista que era filho de Alcides de Mendonça Lima, renomado político gaúcho. A memória de Bruno Lima relacionada à Faculdade de Direito se insere em um dos aspectos mencionados por Bourdieu (2011a), no que tange à distinção social. Segundo o autor, qualquer grupo tende a se dotar dos meios que lhe permitam perpetuar-se para além da finitude dos agentes individuais em que ele se encarna. Para isso, ele instala um verdadeiro aparato de mecanismos, tais como a delegação, a representação e a simbolização que conferem ubiquidade e eternidade. Sendo assim, a denominação de “Casa de Bruno Lima”, denominação utilizada até os dias atuais, constituiu-se em ferramenta capaz de legar a eternização de um membro da elite pelotense.

### **3.9 O Conservatório de Música de Pelotas**

O ensino artístico emerge no século XX, como uma das preocupações constantes na formação integral do cidadão, propondo-se a sua difusão nas escolas primárias. No entanto, o ensino mais aprofundado de música era realizado em instituições especializadas ou por meio de professores particulares. Em Pelotas, o Conservatório de Música foi criado em 1918 em um contexto de interiorização da cultura musical<sup>44</sup>. Com relação aos seus objetivos, segundo a imprensa: “O Conservatorio se destina a ministrar instrução musical, no nosso meio, dentro da mesma orientação dos institutos de Porto Alegre, São Paulo e Rio, concorrendo, dessa forma, para a formação da arte nacional” (ALMANACH DE PELOTAS, 1921). A relevância da existência de um Conservatório de Música em Pelotas reside na diferenciação social de que a música é capaz de evidenciar:

Se nada existe, por exemplo, que permita, tanto quanto os gostos no campo da música, afirmar sua “classe”, nada pelo qual alguém possa ser infalivelmente classificado, é porque, evidentemente, não existe prática para determinar melhor a classe, pelo fato da raridade das condições de aquisição das disposições correspondentes, do que a frequência do concerto ou a prática de um instrumento de música considerado “nobre” [...]” (BOURDIEU, 2011a, p.23).

Dessa forma, o conhecimento de um instrumento considerado nobre mostrava-se como importante elemento de distinção social. O Conservatório de Música mostrou-se como espaço propício para que a elite pelotense desenvolvesse maior capacidade de diferenciação em relação às outras classes e, muitas vezes, a classes análogas de outras cidades que não tiveram a oportunidade de integrar o

---

<sup>44</sup> Sobre o assunto, ver CERQUEIRA (2008).

grupo de municípios que receberiam instituições de ensino musical. Além disso, a relação entre a elite e a instituição musical foi evidenciada na imprensa:

O Conservatorio de Pelotas foi fundado por iniciativa dum pugillo de apreciadores da musica de camera, havendo occorrido, a 4 de junho de 1918, no salão da *Associação Commercial*, a primeira reunião, convocada pelo dr. Francisco Simões, afim de se tratar do grande empreendimento. Attenderam, nessa occasião, ao appello as seguintes pessoas de qualificação social: Francisco A. Gomes da Costa, Dr. Pedro Luis Osorio, Francisco Reingantz, dr. Gonçalo Marinho, Leopoldo de Souza Soares, dr. Manuel Luis Osorio, Miguel de Souza Soares, dr. Victor Russomanno, Carlos Baptista Nery, dr. Alfredo Tavares, Alexandre Gastaud, dr. Francisco Moreira, Baldomero Trapaga, Andino Abreu, Alcides Ivo Affonso da Costa, Antonio da Silva Lessa, Affonso Gastal, Epaminondas de Carvalho e Silva, dr. Emilio Leão, por si e pelo intendente municipal (ALMANACH DE PELOTAS de 1921, p.278).

Pode-se perceber que a notícia vinculada pelo Almanach de Pelotas não menciona o processo de interiorização da cultura artística que, de acordo com Nogueira (2005), partiu de Porto Alegre, com Guilherme Fontainha e José Corsi, os quais incentivaram a fundação de Conservatórios de Música em cidades do interior do estado do Rio Grande do Sul. Além disso, a instituição manteve, por décadas, a existência de um diretor administrativo e um diretor técnico. No Almanach de Pelotas de 1921, foi citada como primeira diretoria: presidente, Francisco Simões; vice-presidente, Francisco A. Gomes da Costa e secretario, Alcides Ivo Affonso Costa. Nessa matéria também consta, sobre o diretor técnico: “A 18 de Setembro do mesmo anno, sob a orientação do illustre prof. Antonio Leal de Sá Pereira, diretor tecnico do Conservatorio, foram começados os respectivos trabalhos, com os cursos de piano, canto, teoria e solfejo”, (ALMANACH DE PELOTAS, 1921, p.278).

Mesmo que a notícia tenha valorizado a participação de membros da elite pelotense, pode-se afirmar, com base nos trabalhos de Vergara (2005) e Nogueira (2005) que a atuação dos diretores técnicos era fundamental para o bom andamento da instituição. Além disso, cabe ressaltar que o primeiro diretor, Sá Pereira, era nascido na Bahia e havia passado anos estudando na Europa. Ao retornar ao Brasil, foi convidado para assumir a direção do Conservatório de Música de Pelotas. O segundo diretor e que ficou nesse cargo por mais tempo, Milton de Lemos, tampouco era pelotense. Nascido no Rio de Janeiro, este foi convidado por Guilherme Fontainha para dirigir o Conservatório de Música de Santana do Livramento. Destaca-se, ainda, que o papel da diretoria administrativa era mais

figurativo do que efetivo. Esse cargo era utilizado como um elemento de *status* social, ou seja, como uma ferramenta de distinção.

Embora suas atividades tenham iniciado na década de 1910, a fotografia a ser analisada neste capítulo data de 1935 e foi publicada nos jornais Diário Popular e Libertador. Ambos os periódicos noticiaram as comemorações referentes ao dia da Música. As referidas comemorações eram promovidas pelo Grêmio dos Estudantes do Conservatório de Música.



Figura 21 – O Dia da Música no Conservatório

Fonte: Jornais Libertador de 26 de novembro de 1935 e Diário Popular de 27 de novembro de 1935

A imagem publicada na imprensa na década de 1930 (figura 21) apresenta o Diretor da instituição, o professor Milton de Lemos, sentado ao centro; a pianista Dyla Josety, à sua direita; membros do Grêmio dos Estudantes, como a secretária, Rosinha Nahuys (à esquerda do diretor) e o presidente, cujo nome e localização não foram mencionados. Além dos personagens mencionados, a fotografia consta de um grande grupo de “consócios”, formado notadamente por mulheres. A imagem foi produzida provavelmente no auditório do prédio cedido pelo Município à instituição, sala, da qual, pode-se perceber uma porta aos fundos e ao lado. Além disso, atrás dos personagens, constam dois pianos.

A imagem é simétrica e foi produzida pelo “Foto Studio Pelotas”. As pessoas estão dispostas em duas fileiras. Na primeira, as pessoas encontram-se sentadas e as figuras principais foram ali retratadas. Na segunda, todos encontram-se em pé. Além dos personagens já citados, o diretor Milton de Lemos e a pianista Dyla Rosetti seguram uma menina entre eles. Ressalta-se, ainda, alguns elementos deixam claro o caráter de acontecimento extraordinário a referida comemoração: as mulheres

retratadas encontram-se elegantemente vestidas, inclusive recorrendo ao uso de chapéus. Embora a pianista Dyla Rosetti destaque-se por seu vestido e chapéu escuro e por seu batom provavelmente vermelho, as “consocias” também foram retratadas com roupas de festa. Os cuidados com a aparência podem denotar além do caráter de festividade do evento retratado, a preocupação da sociedade pelotense em demonstrar o luxo e o refinamento. É possível dizer que uma instituição de ensino artístico tornava-se o espaço adequado para a promoção social das damas de famílias de renome na cidade ou para aquelas que desejavam alcançar o referido título.

Ao analisarem-se as fotografias de docentes, discentes e de práticas escolares, os quais se constituem em elementos da cultura escolar, percebe-se a relevância que tais elementos tiveram no âmbito da representação social sobre Pelotas. Deve-se ter em conta que tais temas ganharam as páginas da imprensa, pois representavam os pontos que os grupos sociais privilegiados tinham interesse em destacar. As fotografias e os textos acima analisados representam o que se tinha como “ideal” para a educação feminina, para o ensino artístico, bem como para o superior. Além disso, deve-se ressaltar que as manifestações da cultura escolar vigente nesse período estavam estreitamente ligadas ao ideário oficial proposto pela elite pelotense.

As atividades divulgadas na imprensa constituem-se em elementos simbólicos que instituíram um ideário condizente com determinado grupo social e incorporado como se tratasse de algo que englobasse toda a sociedade. Além disso, a imprensa como espaço foi instrumento relevante para evidenciar a distinção social do referido grupo, que ora se eternizava como protagonista em uma instituição educacional (Bruno de Mendonça Lima), ora mostrava-se com diferenciais de nobreza cultural, como o conhecimento de um instrumento nobre (Conservatório de Música). Além disso, o simples fato de integrar-se a uma instituição já era um elemento de diferenciação, o qual não poderia ser alcançado por qualquer membro da sociedade, mas por aqueles que faziam parte de determinada classe, de determinado grupo.

Além disso, Bourdieu (2011a) afirma que, como anteriormente mencionado, cada grupo se define, também, pela representação que é dada ao feminino. Dessa forma, percebe-se que havia uma distinção entre o que era previsto para uma jovem das classes privilegiadas e o que cabia às jovens das classes desvalidas. Nesse capítulo, aborda-se especialmente imagens relacionadas com a formação das

meninas de classes altas, entretanto, no capítulo V, será dedicado um espaço para as expectativas para as jovens de classes menos privilegiadas.

**Capítulo IV:**

**A cultura escolar como  
símbolo de nacionalismo:  
a educação moral e cívica  
na cidade de Pelotas**

As comemorações cívicas, as festividades pátrias e a educação moral e cívica constituíram-se, não apenas no Brasil, mas em vários países da América Latina, como possibilidades de uma formação moral ou, como afirma Lópes (2009, p. 65) ao abordar o caso argentino: “espacios propios a la hora de construir un pasado común que materilizara la “identidad nacional” en una población heterogénea”.

No contexto de formação do cidadão, o escotismo e a educação cívica se constituíram em elementos de disciplinarização e difusão das ideais republicanas. No Brasil, a instituição do escotismo iniciou-se em 1910, quando foi fundado o Centro de Escoteiros do Brasil, no Rio de Janeiro. De acordo com Thomé (2011), esse movimento começou com os oficiais da Marinha, que se impressionaram com o novo método de educação complementar em sua visita à Inglaterra.

Depois da Primeira Guerra Mundial, conforme Souza (2000), o Brasil viveu uma fase de nacionalismo, na qual foram iniciados movimentos e campanhas nacionalistas com a finalidade de promover a elevação moral e política do país. Foi através da associação entre a educação cívica e o nacionalismo que ocorreu o entusiasmo pelo escotismo e a sua implantação. Além disso, este se encontrava entre os ideais preconizados pela Liga de Defesa Nacional<sup>45</sup>.

Uma das campanhas nacionalistas que mais obteve resultado foi a do poeta Olavo Bilac<sup>46</sup>. É possível dizer que na cidade de Pelotas, o tema do escotismo encontrou, na imprensa, entre as décadas de 1910 e 1920, mais espaço decorrente dessa campanha cívica, na qual Olavo Bilac empreendia uma campanha nacionalista, a favor da língua vernácula, da literatura nacional e da obrigatoriedade

---

<sup>45</sup> A Liga de Defesa Nacional foi fundada, em 1916, pelo poeta Olavo Bilac, com o objetivo de difundir o sentimento de patriotismo.

<sup>46</sup> Olavo Bilac foi um poeta parnasiano, republicano e nacionalista. Entre os anos de 1915 e 1916 empreendeu uma “cruzada” cívica, visitando várias cidades do Brasil e divulgando o escotismo, a obrigatoriedade do serviço militar e o nacionalismo.

militar. Em 1916, o poeta esteve em visita a Pelotas, o que rendeu muitos frutos para o movimento nacionalista e republicano. Além disso, a referida visita foi amplamente divulgada na imprensa, notadamente no jornal Diário Popular.

As escolas elementares participaram das comemorações alusivas à visita de Bilac, como é possível verificar em matéria sobre o colégio elementar “Cassiano do Nascimento”: “[...] os alumnos deste collegio ensaiaram conjuntamente com os do “Felix da Cunha”, diversos hymnos que serão cantados por ocasião das festas em honra a Olavo Bilac”, (DIÁRIO POPULAR, 28 de outubro de 1916). Houve apresentação da Banda do Tiro 31 que acompanhava os estudantes nessas apresentações. Além disso, deve-se mencionar que Fernando Osório, intelectual pelotense, incentivou o projeto de educação cívica em Pelotas, além de ser um dos responsáveis pela organização dos festejos oferecidos ao poeta. Destaca-se, ainda, a importância de João Simões Lopes Neto na difusão do ideário nacionalista na cidade de Pelotas<sup>47</sup>. A realização de uma campanha cívica por uma figura de renome nacional não foi um privilégio do Brasil. Segundo Lópes (2009):

Los discursos y conferencias patrióticas de los representantes de la sociedad civil, de los maestros, Inspectores y Directores Generales de Educación coincidieron en asignar un lugar destacado al fomento de la educación, en tanto ingrediente indispensable del progreso y prosperidad de la nación, (LÓPES, p. 65).

Em Pelotas foi realizada uma intensa programação, na qual constava, de acordo com o jornal Diário Popular, a recepção a Olavo Bilac por representantes do Município, do Tiro 31, da Guarda Nacional e da Imprensa. No turno da noite foi realizada uma sessão pública, no Teatro Sete de Abril, na qual falaram Fernando Osório, pelo Tiro 31, Vitor Russomanno, pela cidade e Olavo Bilac, pela Liga de Defesa Nacional. Os estudantes das escolas elementares “jogaram flores desfolhadas sobre o poeta, que agradecia emocionado”, (DIÁRIO Popular, 2 de novembro de 1916). Sobre a sessão pública, o periódico republicano afirmou:

A noute no, “7 de abril”, teve lugar a sessão pública em honra de Olavo Bilac.  
O theatro regorgitava de exmas. senhoras e cavalheiros, embora a noute chuvosa.

---

<sup>47</sup> Embora de reconhecida importância, o renomado escritor não será abordado arprofundadamente nesta tese. O seu falecimento ocorreu em 1916 e são poucas as fontes do período estudado que abordam a sua participação efetiva, mesmo que a sua relevância seja conhecida por todos.

No palco, em torno de uma mesa, sentava-se o illustre poeta, ladeado das commissões auxiliares do Conselho Director do Tiro 31 e este, devidamente fardado.

Viam se, também, muitos meninos trajando o uniforme, do atirador civil, e que davam a guarda de honra ao poeta, (DIARIO Popular, 2 de novembro de 1916).

Percebe-se que a estada de Olavo Bilac fomentou ainda mais as discussões sobre o civismo. No entanto, deve-se dizer que tal tema, embora tenha sido consideravelmente incrementado com a referida visita, já era discutido na imprensa e fora mencionado por Cypriano Corrêa Barcellos, então intendente municipal, em seu “Regulamento da Instrucção”, de 1912, que previa: “A instrucção moral e a educação cívica serão attendidas no mais elevado grau”. Além disso, o referido regulamento instituía: “Art. 11.o – Será feita, diariamente, antes da saudação á Bandeira Nacional”.

O Regulamento de Cypriano Barcellos foi o primeiro em âmbito municipal durante o período republicano. Entretanto, o tema da formação cívica dos estudantes não constou apenas de seu regulamento. Em seu Relatório de 1914, Barcellos afirmava:

A instrucção cívica continuou a ser feita com especial cuidado, commemorando-se todas as datas nacionaes, fácil meio de despertar na juventude conhecimentos de historia pátria e estimular por nobres exemplos, os deveres a cada cidadão inherentes, (RELATORIO Intendencial de 1914).

Além disso, a citação acima propõe o cuidado prestado pelas instituições públicas com o civismo, objeto de crítica do jornal “O Rebate”, o qual, como já mencionado na introdução, opunha-se ao Diário Popular, órgão oficial do PRR. O primeiro artigo mencionando a educação cívica e as comemorações pátrias data de 3 de setembro de 1914, em seção intitulada “pela Instrucção”. O Rebate afirma:

O governo do Estado fez distribuir pelos nossos Collegios Elementares Exemplares do hymno de Bento Gonçalves e da Canção Marcial de Zeferino Brasil.

O hymno de Bento Gonçalves é a exaltação do movimento separatista de 1835, é uma revivescencia dos sentimentos de hostilidade dos rio-grandenses de outrora contra o Imperio do Brasil, cuja unidade se quis quebrar para fazer do Rio Grande uma republiqueta, á feição das de Nicaragua, Honduras, Costa Rica e outras que pullulam na America.

A Canção Marcial é um cântico de guerra, é um appello aos sentimentos das crianças para o culto a essa cousa odiosa, que é a guerra, a esse monstro de mil formas, destruidor de cidades, de bens, de vidas, tão bem pintado pelo padre Antonio Vieira.

É esse o ensino cívico que o governo do Rio Grande faz ministrar nas escolas publicas!

Não pode ser mais infeliz a orientação dos nossos governantes em assumpto tão delicado, procurando reaccender nas almas infantis as paixões despertadas por essa inglória lucta de 35, desgraçada expressão do caudilhismo que nos dominava, e despertando-lhes o culto pelo militarismo, esse canero que corrõe as forças vivas da humanidade, verdadeira syphilis da civilização!

Quanto estamos atrasados, sr. Redactor, o que falta temos de um estadista á frente dos destinos do Rio Grande, entregue á incapacidade de seu chronico presidente!, (O REBATE, 3 de setembro de 1914).

As palavras de Trebbi promovem uma crítica ao Partido Republicano Rio-grandense, reabrindo feridas oriundas do Império, quando o Partido Federalista, ao aliar-se ao governo imperial para conseguir vantagens para o Rio Grande do Sul, perdeu partidários para os republicanos que passaram a ansiar pela República. Deve-se ressaltar, ainda, que a matéria acima mencionada foi escrita nos meses iniciais da Primeira Guerra Mundial, o que fomentou o desenvolvimento de um discurso antimilitar, notadamente relacionado à Alemanha, país considerado extremamente bélico<sup>48</sup>. Além disso, o Rebate, por várias vezes relacionou às comemorações da Revolução Farroupilha com o separatismo, que seria proposto pelo PRR, bem como criticou o culto ao líder Júlio de Castilhos.

Outro aspecto que deve ser analisado é a relação proposta entre a educação cívica e a guerra, que foi retomada em outros artigos do “O Rebate”. Em 1914 o mundo passava pela Primeira Grande Guerra, a qual estava intensamente presente nas páginas dos jornais locais. Relacionar, nesse momento, educação cívica e guerra seria uma forma de apelar para o medo decorrente das notícias da guerra mundial.

No Relatório Intendencial de 1915, de Cypriano Corrêa Barcellos, um trecho do subtítulo dedicado à Instrução Pública, parece contrapor-se ao que foi afirmado pelo jornal “O Rebate”:

Em tão honrosa quão utilíssima missão esforços múltiplos se revelam e prosseguem em desdobramento benéfico, tornando verdadeiros templos os nossos modestos collegios, onde, a par de esmerado cultivo intellectual, se aperfeiçoa o amor da Patria, sem exaggeros nativistas, mas com elevação de vistas, digna de acatamento, (RELATORIO Intendencial, 1915).

---

<sup>48</sup> Foram publicadas nos jornais locais várias matérias sobre os países envolvidos no conflito, principalmente Alemanha e Sérvia.

O parágrafo acima, além de exaltar as instituições de ensino público primário, afirma o seu papel central na irradiação do amor à pátria, ressaltando a imparcialidade regional, ou seja, “sem exaggeros nativistas”. Barcellos propõe que o ensino cívico nas instituições de ensino em Pelotas não estejam impregnadas do regionalismo e do revanchismo proposto pelo jornal “O Rebate”. O intendente continua:

Não pode, na verdade, o ensino cívico ficar desprezado, em abandono em nossas aulas, que vão, felizmente, tendo para dirigil-as e inspiral-as profissionais hábeis e cidadãos devotados á causa pública. Tornam-se merecedores, portanto, de francos encômios os srs. preceptores que solemnizam, com entusiasmo, os grandes dias de nossa História, até a pouco quase em completo olvido passando, e incutem em seus jovens alumnos o respeito e a admiração que lhes devem merecer os paladinos indefessos de nossos ideaes, (RELATORIO Intendencial, 1915).

Como pode ser percebido, Barcellos exalta a realização do ensino cívico nas instituições de ensino primário, em Pelotas. Enquanto isso, o jornal “O Rebate”, produziu outra matéria criticando o ensino cívico e o abandono das datas cívicas nacionais, o que reafirma a sua crítica ao que considerava uma postura separatista do PRR. Em artigo intitulado “A data”, afirmou-se: “Passou hontem, friamente, a data da nossa independência política”, (O REBATE, 8 de setembro de 1914). E continua:

A educação cívica, o sentimento pátrio é ainda uma utopia no Brasil. Se assim não fora, a data da nossa serviria de estímulo bemdicto para o resgate das publicas liberdades conculcadas pela mão de ferro do despotismo e atravez de um estado de sitio chronico, aviltante e revoltante, (O REBATE, 8 de setembro de 1914).

Percebe-se, no trecho acima, que “O Rebate” não se opunha à educação cívica, mas à forma como a educação cívica era realizada no Brasil e, notadamente no Rio Grande do Sul. Retomando-se as matérias do jornal “O Rebate”, no dia 25 de setembro de 1914, na seção “Salpicos”, o referido impresso abordou, uma vez mais, as datas cívicas:

O Collegio Elementar Felix da Cunha, como o feriado de 20 de Setembro cahisse num domingo, transfeiriu-o para o dia anterior, para não perder o dia de folga...  
Foi bem arranjado, foi.  
Em S. Paulo está prohibido a commemoração de datas nacionaes fora dos dias próprios.  
O 7 de Setembro, o 15 de Novembro, são commemorados fatalmente nessas datas.

Nós estamos mais adiantados que o prospero Estado até nisso, isto é, na vadiação dos professores, (O REBATE, 25 de setembro de 1914).

No trecho acima dois pontos merecem destaque: primeiro, a relação entre o feriado e a folga, cuja intencionalidade habita em demonstrar o pouco interesse no objetivo principal do feriado que seria a importância da data regional; segundo, a comparação entre o estado do Rio Grande do Sul e o estado de São Paulo, que já era considerado o estado mais desenvolvido econômica e educacionalmente no país. Tendo em vista a ausência de censura com relação aos periódicos da época, Trebbi utilizou uma expressão muito forte (vadiação dos professores) no que tange ao desinteresse dos educadores pela referida data, bem como o seu interesse em uma folga no trabalho.

Deve-se ter em conta, ainda, que o Collegio Elementar Felix da Cunha era, como já foi mencionado anteriormente, uma instituição de ensino público estadual e que as críticas dirigidas a ele, não visavam propriamente à instituição, mas ao governo estadual. Além disso, deve-se perceber a importância que as comemorações das datas cívicas tinham na mídia nesse contexto histórico, especialmente se comparado aos dias atuais, em que as festividades e as datas nacionais não possuem a mesma relevância, tanto nas cidades de médio quanto de grande porte.

No entanto, a partir de novembro de 1914, as críticas dirigidas aos colégios elementares Cassiano do Nascimento e Félix da Cunha deixaram de se fazer presentes, embora a educação cívica não tenha deixado de ser um tema abordado constantemente. Coloca-se, então, a questão do que teria causado o fim das matérias entusiastas alvejando as escolas elementares. No dia 12 de novembro de 1914, foi publicado:

Collegio Cassiano do Nascimento

Esteve, hontem, em nossa redacção uma comissão do collegio elementar Cassiano do Nascimento e composta das gentis senhorinhas Olga Lagos, Minervina Vieira e Itala Penzi, que nos veio convidar para assistirmos á festa patriótica que se realizará no dia 15 de novembro p. f., ás 13 horas da tarde.

Gratos pela deferência, (O REBATE, 12 de novembro de 1914).

E no dia seguinte:

Gentil convite

Uma graciosa comissão composta das senhoritas Zeza Fernandes, Arlinda Nunes Vieira e Lucy Ferreira, veio convidar-nos para a patriótica festa que o collegio elementar Félix da Cunha realizará, depois de amanhã, em commemoração ao anniversario da proclamação da República. Agradecemos a deferência a que correspondemos com o máximo prazer, (O REBATE, 13 de novembro de 1914).

Não se pode afirmar que tais visitas tenham sortido efeito no editor do jornal “O Rebate”, mas é necessário constatar que após as mesmas, as críticas contundentes aos colégios elementares passaram a ser dirigidas às escolas municipais. Além disso, em matéria do dia 16 de novembro de 1914, as festas comemorativas de ambos os colégios elementares, foram descritas de forma bastante elogiosa, como pode ser percebido no seguinte trecho: “Realisaram-se hontem, com bastante brilhantismo, as projectadas festas em commemoração ao 25.º anniversario da proclamação da Republica”, (O REBATE, 16 de novembro de 1914). Com relação à diretora do Félix da Cunha e suas assistentes, afirma:

Á exma. Sra. D. Maria Delphina Caminha e dignas auxiliares enviamos parabéns pelo bom êxito da festa de hontem e agradecemos as deferências dispensadas ao nosso representante, (O REBATE, 16 de novembro de 1914).

Sobre as comemorações do Cassiano do Nascimento, afirmou: “Essa interessante commemoração correu muito animada, achando-se o theatro litteralmente cheio de exmas. Famílias, convidados, representantes e pessoas de destaque social”, (O REBATE, 16 de novembro de 1914).

Em 14 de novembro, iniciam-se as críticas apontadas para a preparação militar desenvolvida nas escolas municipais:

Exibir-se-á pelas ruas da cidade, ás 10 horas da manhã, o “batalhão” da 6.ª aula municipal regida pelo auxiliar José Francisco Duarte. O batalhão será commandado pelo alumno Darcy Fernandes Portella. Emfrente ao Theatro “7 de Abril”, os pequenos soldados farão diversas evoluções. O batalhão será acompanhado pela Cruz Vermelha, com a respectiva ambulância. Não concordamos, em absoluto, ao character dessa passeata infantil. É uma orgia militaresca que não se coaduna com o espírito, a índole e os fins que visa a mocidade daquella e de outras escolas. Para que essa prematura e desarrazoada exhibição de ridícula força, por parte de crianças votadas aos estudos e não aos campos de batalha?, (O REBATE, 14 de novembro de 1914).

Ao analisar o trecho acima, deve-se levar em conta a palavra batalhão que, colocado propositalmente entre aspas o termo “pequenos soldados”, deve-se levar em conta a intenção do artigo, uma vez que o referido trecho pode ser percebido como uma expressão de alcunha irônica, além de remeter à algo como “orgia militaresca”. A relação da educação cívica ministrada nas escolas com a militarização foi novamente citada no seguinte trecho, extraído de artigo intitulado “Assumptos Locaes”:

A instrução publica obedece quasi ao mesmo diapasão, limitando-se a meras sinecuras as poucas aulas que o município mantém. Alem disso, não se tem cogitado de dar a necessária feição a esse importante ramo de serviço a que se tem querido, até, transformar em fonte de militarismo precoce!..., (O REBATE, 24 de novembro de 1914).

O número resumido de aulas mantidas pelo município e a insuficiência na aplicação da instrução municipal foram os temas que acabaram por substituir as entusiasmadas matérias sobre as comemorações cívicas, encontradas no segundo semestre de 1914. Logo, retomando-se a educação cívica e a militarização, relação proposta pelo jornal “O Rebate”, pode-se dizer que tal relação não foi privilégio de Pelotas, muito menos das escolas municipais.

Souza (2000) assinala que a renovação dos programas do ensino primário foi defendida por Rui Barbosa em seu parecer sobre a Reforma do Ensino Primário e várias instituições complementares da instrução pública, datado de 1882. Tais acontecimentos teriam se constituído na origem do desenvolvimento da educação militar. A autora afirma, ainda, que a prática dos exercícios militares gerou a formação dos batalhões infantis. Por conseguinte, a palavra “batalhões”, tão intencionalmente grifada pelo “O Rebate”, ganha novos sentidos: está relacionada aos batalhões infantis que a autora menciona e, ao mesmo tempo, a sua relação com a militarização e o período de guerra, permite uma utilização pejorativa do termo.

Mesmo depois do fim da Primeira Guerra Mundial, as comemorações cívicas não perderam o seu espaço, em especial a sua vertente relacionada com o escotismo. Assim como estes, a preocupação com a formação moral e cívica manteve-se presente nos discursos da época. Isso pode ser percebido pela “These apresentada á Primeira Conferencia Nacional de Educação”, por Fernando Osório, intitulada “Gigante que cresce”, a qual fora publicada pela Livraria do Globo em

1928. Antes de se apresentar alguns fragmentos da tese de Osório, deve-se ter em conta que a referida conferência para a qual o trabalho foi produzido, ocorreu no âmbito da Associação Brasileira de Educação (ABE)<sup>49</sup>, a qual foi fundada em 1924 por um grupo de intelectuais. Este acontecimento ocorreu no âmbito dos movimentos do otimismo pedagógico e do entusiasmo pela educação, propostos por Nagle (2001).

Na visão de Carvalho (1998), os fundadores visavam moldar o “povo” segundo os seus desígnios, logo, para a autora, o ideário educacional do período esteve muito longe de acenar para a educação como meio de ascensão social. Ainda sobre a ABE, deve-se dizer que em Pelotas foi fundada uma seção no ano de 1926. A Primeira Conferência Nacional de Educação ocorreu em 1927, na cidade de Curitiba e a tese de Osório foi publicada em 1928<sup>50</sup>. Sobre o civismo, o autor afirma:

A educação do soldado-cidadão que deve merecer a confiança nacional, como o escudo ambulante da Patria, assentará nas inflexíveis leis sociológicas. Começará quando começa a educação geral, no aprendizado do lar, na escola primaria do civismo, a do escoteiro, porque na educação cívica está compreendida a educação moral; e na formação patriótica do cidadão acabará a constituição ethica do individuo que disciplina as suas paixões, que esclarece os pensamentos, enrija o caráter, tonifica o corpo para que a paz se mantenha no trabalho, (OSÓRIO, 1928, p. 35 e 36).

Nas palavras de Fernando Osório constavam vários elementos nacionalistas de influência positivista. Primeiramente, Osório mencionou a figura do soldado-cidadão, merecedor da confiança nacional. Ressalta que sua formação ocorria no espaço familiar e na escola. O escotismo fora mencionado como elemento na formação moral do cidadão. De acordo com Tambara (1995), toda a construção teórica desenvolvida pelo positivismo é embasada na concepção social desenvolvida por Comte, que entende a existência de um processo inevitável de desenvolvimento, o qual se caracteriza por um posicionamento teleológico de que a sociedade humana se direcionava para uma nova estrutura, a científica-positiva. Dessa forma,

---

<sup>49</sup> Sobre o assunto ver Carvalho (1998), Nagle (2001). Sobre a seção pelotense da ABE ver Peres e Cardoso (2003) e Cardoso (2011).

<sup>50</sup> De acordo com Cardoso (2008), a escolha de Fernando Osório para ser o redator da tese deveu-se ao fato de o mesmo ser advogado, professor da Faculdade de Direito de Pelotas e do Ginásio Pelotense, diretor da Escola Prática de Comércio e da Escola de Artes e Ofícios, presidente da Sociedade de Tiro Pelotense e da Biblioteca Pública Pelotense, sendo considerado, no período, um especialista em assuntos educacionais. Além disso, Fernando Osório foi autor da obra “A Cidade de Pelotas”, publicada em 1922, que ainda serve de referência.

a sociedade estaria à mercê de leis sociais, da mesma forma que a Física estaria à mercê de leis naturais.

Ainda na tese produzida por Fernando Osório, percebe-se o caráter tradicional da modernidade vivenciada nas primeiras décadas do século XX. O autor justifica-se da falta de aprofundamento em seu trabalho realizado junto à Secção Pelotense da Associação Brasileira de Educação:

[...] colheremos as velas sem poder justificar outras factores da Unidade Nacional como armazenadas munições de um arsenal nacionalista para defeza da lei de progressão e possessão moral do patrimônio do Brasil, garantindo as tradições e em geral todas as qualidades nobres seleccionadas pela historia no coração dos nossos maiores [...] (OSÓRIO, 1928, p. 37).

Fernando Osório demonstra de forma elucidativa o apego às tradições, o aprisionamento a um “passado de modernidade” e a uma sociedade hierarquizada, vivenciada em Pelotas no século XIX. Embora historiograficamente tenha-se abandonado a ideia de uma “Idade de Ouro” em Pelotas, a qual teria ocorrido durante o apogeu econômico das charqueadas, o pensamento de que o auge da cultura pelotense está relacionado ao período imperial ainda é parte integrante do imaginário local. Mesmo que os intelectuais de destaque durante a República estivessem imbricados em regimentar o novo sistema, a grande maioria era oriunda de famílias de renome do período imperial, como o próprio Fernando Osório. Além da valorização das tradições e do passado, notadamente na figura dos grandes homens, foco das preocupações da historiografia positivista, deve-se perceber, ainda, o caráter elitista do ideário da época. Segundo Tambara (1995, p. 89): “a postura positiva com relação à ciência possibilita uma práxis que, inerentemente, visa à preservação da ordem social”. Portanto, a ordem social representa a manutenção de uma hierarquia social e econômica, a qual se originou no período imperial. Os intelectuais, cujo papel era fundamental na aceleração da evolução histórica das sociedades, eram oriundos de famílias da elite pelotense, as quais se constituíram durante o Império, período em que receberam vários títulos nobiliárquicos.

Os referidos elementos de ordenamento social e hierarquização, bem como de manutenção da tradição, os quais caracterizavam a nossa roupagem presente na pretensa modernidade das primeiras décadas do século XX, já se encontram

presentes na primeira página da tese de Osório, na qual o autor afirma sobre o seu trabalho:

E o pensamento útil, contido na presente these, pensamento que pulsa entre os dois pólos de uma compreensão philosophica – o condicionalismo da força conservadora e o determinismo do progresso, - redundando numa questão de vida e de morte da nacionalidade ou de sua forma de equilíbrio político e social (OSÓRIO, 1928, p. 5).

Mais uma vez, verifica-se a dicotomia entre a tradição e a modernidade. A ideia de progresso encontrava-se vinculada à manutenção de uma ordem pré-estabelecida, que seria a força conservadora que, ao mesmo tempo, geraria o progresso. Deve-se ter em conta que no âmbito da teoria positivista, a evolução da sociedade no sentido de concretizar a “civilização científico-industrial” obedecia aos cânones tipicamente capitalistas, entre os quais se destaca a divisão social do trabalho (TAMBARA, 1995). O progresso do Brasil estaria condicionado, segundo Osório, ao equilíbrio das forças do qual poderia advir o equilíbrio político e social ou a decadência do país. Além disso, é possível afirmar que a ideia de progresso, de acordo com Lopes (2009), constituiu-se em um mito construído. A sua divulgação se dava nas comemorações cívicas, nas escolas, na imprensa, etc.

Osório evidencia o papel da elite intelectual como fonte disseminadora de progresso ao endereçar aos “homens cultos e ricos de coração” (OSÓRIO, 1928, p. 8) a sua obra. A referida expressão, embora esteja relacionada à riqueza de coração, ou seja, às características éticas e morais dos cidadãos, demonstra a elitização cultural que, nesse período, estava muitas vezes vinculada a uma situação econômica. Além disso, a expressão demonstra a sociedade sexista pelotense e brasileira, a qual se encontrava nas mãos dos homens, desconsiderando a mulher como ser capaz de efetivar transformações sociais. Novamente, vê-se evidenciado o caráter tradicional da modernidade proposta nas primeiras décadas do século XX.

A partir da página 8, Osório passou a apresentar o “Plano Synergico de Acção Nacionalista”, no qual foram feitas proposições para criação de órgãos que visavam o desenvolvimento nacional. Dessa forma, deve-se levar em consideração que o autor utilizou uma série de expressões que demonstram a vinculação com o ideário positivista, especialmente no que tange a sua preocupação com a “geometria política” (OSÓRIO, 1928, p. 8). Sendo assim, os órgãos sugeridos pelo autor são:

- 1.º ORGAM: o Conselho Consultivo de Defesa Nacional Interna, o qual serviria para informar “a attitude, devidamente definida, do brasileiro – organico, do verdadeiro idealismo cultural do Brasil, dentro do patriotismo, humano, escudada a Nação de males que da sua indisciplina social interna possam provir”, (OSÓRIO, 1928, p. 9). A sugestão desse órgão demonstra a preocupação com os fatores internos que poderiam colocar em risco à nação, como os estrangeiros que mantinham relações com seus países de origem ou mesmo a população em geral.
- 2.º ORGAM: O Ministério da Educação Nacional, o qual constariam departamentos relacionados com as secretarias estaduais de instrução, cujas funções seriam “systematizar o ensino, republicanizal-o, nacionalizal-o”, (OSÓRIO, 1928, p. 10). Essa pasta ficaria a cargo de um sociólogo ou, pelo menos, de um “sociologista”, o que demonstra a influência positivista no ideário de Osório. O incremento do ensino se daria pelo amparo ao professor brasileiro, em escolas normais; na instituição e manutenção da higiene escolar, bem como a pediatria nacional, que promoveria um estudo da criança brasileira, além da sociologia da infância, a qual realizaria um estudo do meio natural e social, em que se desenvolvia o “futuro cidadão” e a assistência à infância pobre (patronatos, maternidades, escoteirismo, etc.). O ministério seria custeado pelos impostos sobre o álcool, o luxo e as diversões, como o cinema estrangeiro, o qual, segundo Osório (1928, p. 10) “desbria, desnacionalizando os seus frequentadores”. Percebe-se uma preocupação com a interferência estrangeira na formação da nacionalidade. O elemento estrangeiro outrora exemplar para o país tornou-se um risco para a afirmação da identidade nacional.
- 3.º ORGAM: A Federação do Magistério Nacional, cujo objetivo era formar o “Crêdo do Professor brasileiro, resahido da essência da sabedoria brasileiro, teórica e pratica, directamente em correspondencia com as Associações Brasileiras de Educação [...]”, (OSÓRIO, 1928, p. 12). Além disso, o autor afirma que seria nesse contexto em que se identificaria o verdadeiro professor nacionalista.
- 4.º ORGAM: A Federação das Letras, Sciencias e Artes Nacionais, o qual deveria atuar no sentido de permitir a “persistência do sentimento de Patria, porque é esta persistência que dá a unidade e justifica a autonomia da nossa

literatura, desde que a podemos definir como sendo a melhor expressão de nós mesmos[...]”, (ÓSÓRIO, 1928, p. 13). O autor evidencia a necessidade de cuidar com as literaturas que “degradam o caracter”. Osório ressalta que a orientação modernista era aquela que acompanhava não só o progresso da arte nacional, mas o progresso do país como um todo, sem, no entanto, romper com “nossa tradição civica, num equilíbrio por assim dizer, instável, progressivo, equilíbrio do gênio sociológico que allie as imagens históricas ao quadro nacional do ambiente physico e da visão do porvir [...]”, (OSÓRIO, 1928, p. 14). As palavras do autor deixam desvelar o caráter tradicional da modernidade proposta pela elite pelotense, a qual trata de uma mudança que não pressupõe rupturas, especialmente nas esferas sociais.

5º ORGAM: A Federação da Mocidade Nacional, o qual demonstra a preocupação com a formação dos jovens. Para esse órgão, foram apontados três objetivos:

- 1º) Uma orientação filosófica humanitária, fosse cristã ou positivista, “plasmando a mentalidade, os ideaes da nossa historia, os ideaes dos nossos avós, num destino de sangue e de alma, de beleza e de fraternidade” (OSÓRIO, 1928, p. 22);
- 2º) Educação sistemática, baseada na realidade, simultânea e preponderantemente moral;
- 3º) Uma ação no conjunto da sociedade, a qual deveria ser guiada pelo estudo da “política científica, ethico-juridica, para que as leis se não anteponham aos costumes e a mocidade” (OSÓRIO, 1928, p. 23).
- 6º FACTOR: criação da cadeira de Sociologia Geral e Brasileira, Direito nacional e Política científica (ético-jurídica) nas escolas de Direito.
- 7º ORGAM: Formação e ação do Sacerdócio Nacional, o qual deveria integrar as colônias estrangeiras e auxiliar na assimilação de seus filhos, com a finalidade de homogeneização do povo brasileiro, principalmente por meio do idioma e do conhecimento da história pátria.
- 8º ORGAM: Federação das Associações da Imprensa Nacional, a qual seria responsável pela organização das fontes da opinião pública. Percebe-se que nesse período a liberdade de imprensa atingiu um nível considerável, ao se verificar o que era publicado nos jornais pelotenses.
- 9º ORGAM: Aliança das Mães Brasileiras, que seria responsável por zelar “pelas tradições de recato e de pudor da mulher, na sociedade onde affligem

a família elementos destruidores de seu conceito humanista e desgraças que rompem deveres, interesses e recíprocas afeições” (OSÓRIO, 1928, p. 33). O autor apresenta a sua preocupação com as mudanças sociais que permitiram a alteração do papel da mulher da sociedade, o que reitera o caráter tradicional do ideário da elite pelotense. Além disso, a vinculação com o pensamento positivista fica clara quando Osório (1928) afirma que: “Os primeiros bancos da escola são os joelhos das mães” (p.33).

- 10º ORGAM: Embora Osório não apresente um título, essa parte de sua tese se refere à legislação trabalhista. Conforme o autor:

“Todos somos operários da vida social brasileira dentro da atmosphaera ethico-juridica, das idéas que fundamentam o espírito republicano; e, queremos, nessa obra, que a Republica vá dando, em leis, a atenção que em nossos dias lhemerecem os reclamos das classes operarias, procurando, já, o Congresso melhorar a lei referente aos accidentes de trabalho, instituindo caixas de pensões e aposentadorias em beneficio dos ferroviários e as férias para os empregados do commercio [...]”.

- 11º ORGAM: Tampouco apresenta título, mas apresenta considerações sobre a formação do soldado-cidadão, o qual já foi mencionado anteriormente, a qual, segundo o autor, deverá estar assentada nas inflexíveis leis sociológicas.
- 12º OUTROS FACTORES: Embora essa parte da tese possua esse título, nela há uma retomada dos temas do civismo e da tradição. De acordo com Osório (1928): “Não há Patria sem culto cívico ao forte factor da tradição” (p.28). O autor sugere a criação das “Arcas das Tradições mais puras do Brasil”, que seriam agremiações responsáveis pelas comemorações das datas nacionais e dos grandes “Archétypos” brasileiros (culto aos grandes homens).

Com base no que fora proposto por Fernando Osório em sua tese apresentada na Primeira Conferência Nacional de Educação, é possível dizer que o autor propõe o patriotismo e o desenvolvimento nacional, por meio da manutenção das tradições, o que se encontra em consonância com o ideário positivista, favorável à manutenção da ordem social<sup>51</sup>. Esse intelectual representa muito bem o pensamento da elite pelotense, inclusive por ser ele um membro dessa elite, tanto intelectual/cultural, como econômica. O apego às tradições e ao passado fica claro pelo número de vezes em que a expressão “tradição” foi utilizada. Além disso, o

<sup>51</sup> Sobre o assunto ver TAMBARA (1995).

autor afirma a necessidade de manter “os ideaes da nossa historia, os ideaes dos nossos avós”, como foi citado no “5º Organ”. Embora os fatores pessoais não sejam de fundamental importância em uma investigação acadêmica, deve-se ter em conta que Fernando Osório era neto do General Osório, o Marquês de Herval, um dos “heróis nacionais” que participaram da Guerra do Paraguai. A vinculação do autor a um ideário tradicional, bem como a vinculação da elite local, encontra-se interligada às suas origens.

Além disso, com relação aos incrementos do ensino propostos por Osório (1928), pode-se perceber que, tanto em âmbito nacional como regional, a classe governante dirigiu os seus esforços para a formação do “cidadão”, buscando realizar uma uniformização ao mesmo tempo em que ficavam cada vez mais claras as diferenças sociais oriundas do Império e agravadas na República, notadamente pela tendência a “urbanizar”, “sanear” e “higienizar” a população, destinando lugares para determinados grupos e realizando uma seleção dos habitantes. A educação surgiu, então, como instrumento de disciplinarização, como mencionado anteriormente, sugerindo-se propostas educativas coerentes com tal período histórico. Dessa forma:

Uma educação física, intelectual e moral da mocidade, com a finalidade de possibilitar ao espírito todas as noções necessárias para melhor garantir a ordem, se colocou como central para que todos os homens tivessem consciência de seu papel social. Em outras palavras, a educação foi vinculada à formação do cidadão” (Corsetti, 1997, p.167).

A educação e a higiene estavam estreitamente relacionadas, como pode ser verificado na inclusão da temática higiene escolar como um incremento do ensino. Tal prática se verifica, tendo em vista que entre os séculos XIX e XX, tanto em âmbito nacional como internacional, a educação, segundo Herrera (2007, p.720): “The hygiene of the body is directly related to the hygiene of the soul”<sup>52</sup>. Logo, higiene e moral constituíam dois aspectos de uma mesma problemática, tendo em vista que a higiene do corpo atuava significativamente para representar a higiene do caráter. Higiene e educação foram citadas em conjunto no Relatório Intendencial de 1923, de Pedro Luis Osório, quando o intendente afirmou que “multiplicaram-se os serviços públicos; as questões de ensino e hygiene são tratadas com energia e sólida precisão [...]”. Com uma relação intrínseca entre ensino e higiene, percebe-se que a escola se tornou, durante a Primeira República, um dos espaços de higienização

---

<sup>52</sup> Tradução nossa: A higiene do corpo está diretamente relacionada com a higiene da alma.

moral e física. Carvalho (1998) indica que entre os propósitos existentes nas primeiras décadas do século XX, existe uma proposta de “[...] sanear a sociedade, extirpando os elementos considerados perturbadores de seu bom funcionamento, convertendo questões sociais e políticas em questões de higiene” (p.146).

A afirmação do nacionalismo pela difusão da língua pátria também foi um tema abordado na tese de Osório, e que foi amplamente abordado nos periódicos e nos relatórios intencionais. A difusão da língua pátria era um elemento de fortalecimento da identidade nacional. Nesse mesmo sentido, Herrera (2007) afirma:

The notion of Us, that commonplace of the imaginary, upon which the process of national and individual identity is built, is limited by the fact that it belongs to the world of all that is normal; being Catholic, being white, the men, the pure, the obedient, the patient. The vicious, the others, therefore, are the suicidal ones, the dirty ones, the ignorant ones, the sinner, the alcoholics, the abnormal ones. All that is different is considered to be dangerous as it is considered unnatural, (HERRERA, 2007, p.721)<sup>53</sup>.

A criação de uma identidade nacional requer, como a autora acima aponta, o desenvolvimento de um imaginário sobre quais seriam as características dos cidadãos. No entanto, esse projeto encontra limites em populações heterogêneas. Logo, desenvolve-se a imagem do que são os outros, os quais ficariam à margem da sociedade ideal. Todos aqueles que se opuseram ao ideal de Estado-Nação republicano passaram a ocupar um espaço desprivilegiado na sociedade. Com relação às populações estrangeiras, a escola se apresentou como uma ferramenta de nacionalização.

A difusão do idioma nacional como ideal civilizador se encontra presente no Relatório Intendencial de 1915:

Em vista da conveniência de ampliar-se, tanto quanto possível, o ensino da língua vernácula na região colonial, procuro sempre conceder o auxílio do Governo do Estado a collegios particulares que se comprometam em cultural-a, conjuntamente com a da nacionalidade a que pertencem seus directores.

E vem de molde appellar para as associações de nossa zona agrícola a não recusarem seus prudentes conselhos aos colonos que as constituem, no sentido de fazerem com que aprendam seus filhos a língua deste paiz, que lhes é segunda Patria e para cujo bem-estar trouxeram o concurso inestimável de seus labores (RELATÓRIO INTENDENCIAL DE 1915).

---

<sup>53</sup> Tradução nossa: A noção de nós, um lugar comum do imaginário, desenvolvida durante o processo de construção de identidade nacional e individual, é limitada pelo fato de que as suas acepções transformaram-se referência para todo o mundo do que é normal: ser católico, ser branco, homem, puro, obediente, paciente. Os vícios, os outros, conseqüentemente, são os suicidas, os sujos, os ignorantes, os pecadores, os alcoólatras, os anormais. Tudo isso que é considerado diferente e inatural.

Durante as primeiras décadas do século XX, o ensino público, notadamente em âmbito rural, foi marcado pela difusão do idioma nacional.

A língua vernácula passou a ser professada em todas as escolas do Município, cessando a anomalia de ser na região colonial o ensino ministrado em idioma estranho.

É de se esperar, portanto, que não se deparem na geração que se está formando de brasileiros que ignorem a língua de sua Pátria.

Tem-se dispensado à cultura cívica o máximo carinho, sendo a geographia e a historia do Brazil ramos de ensino postos em destaque, para formação dos sentimentos de patriotismo, (RELATÓRIO INTENDENCIAL DE 1915).

Inseridas no âmbito do movimento cívico, constam as festas nacionais, espaço extra-escolar propício para a difusão do ideário republicano. Além de tomar a cidade, as referidas comemorações tiveram espaço privilegiado nos periódicos pelotenses.

#### **4.1 A Consagração à Bandeira: os “collegios elementares” tomam a praça**

Conforme Mauad (2008), “a expressão da ordem capitalista e da cultura burguesa, e seus consequentes processos de mundialização e a construção do império do efêmero, transformou a cena pública em espetáculo [...]” (p.197). A Revista Ilustração Pelotense dedicou espaço em suas páginas entre os anos de 1920 e 1921 para a publicação de quatro fotografias da festa da Bandeira. Dentre essas imagens, duas se referem à participação dos “collegios elementares” nas festividades. As outras duas não fazem menção às instituições envolvidas. Deve-se mencionar que os “collegios elementares” eram escolas seriadas, equivalentes aos grupos escolares. Na cidade de Pelotas, as referidas escolas foram fundadas pelo governo estadual.

Com relação às comemorações cívicas, estas eram uma constante na vida social da cidade de Pelotas nas primeiras décadas do século XX. Essas práticas se apresentam ao mesmo tempo como um aspecto relevante da cultura escolar e como importante símbolo de nacionalismo incitado pelo advento do regime republicano e que visava à manutenção do mesmo. Nesse sentido, a escola se tornou uma terra fértil para a difusão do ideário republicano e para a formação do novo cidadão que era, então, requisitado.

Além de o espaço escolar se constituir em um ambiente prenhe de signos republicanos, materializado notadamente pela bandeira nacional hasteada em frente aos prédios escolares públicos, como forma de afirmação da escola como lugar de

formação não só intelectual, como cívica. Nas festividades cívicas, a escola com toda a sua significação e representação nacionalista ultrapassava os limites de seus muros e tomava os espaços de maior relevância, como a praça, disciplinando os cidadãos não apenas com os discursos proferidos pelos renomados políticos da época ou pelos alunos mais destacados, mas por todos os elementos visuais ali presentes.



Figura 22 – “A festa dos Collegios Elementares na Praça da República, em commemoração a bandeira nacional em 19 do p. p.”

Fonte: Revista Ilustração Pelotense, dezembro de 1920



Figura 23 – “A festa da Bandeira em 19 do passado, no momento em que discursava o Dr. Fernando Osorio”

Fonte: Revista Ilustração Pelotense, dezembro de 1920

As fotografias de comemorações cívicas que constam nesta pesquisa foram publicadas no fim da década de 1910 e no início da década de 1920. A figura 22, cuja legenda é “A festa dos Collegios Elementares na Praça da República, em commemoração a bandeira nacional em 19 do p. p.”, apresenta as comemorações da Festa da Bandeira ocorrida no dia 19 de novembro de 1920, na Praça da República (atual Praça Coronel Pedro Osório). Na parte esquerda da fotografia, encontram-se, ao lado do chafariz, as autoridades, provavelmente o intendente, as

diretoras dos colégios elementares e alguns intelectuais da época integrantes do movimento cívico da cidade de Pelotas. À direita, vê-se estudantes dos Colégios Elementares “Félix da Cunha” e “Cassiano do Nascimento”, ambas eram escolas estaduais, como já mencionado anteriormente. O grupo é formado principalmente por meninas, as quais trajam vestidos (provavelmente uniforme da escola, ou uma vestimenta solicitada pela instituição escolar para as comemorações) e portam chapéus. As meninas usam faixas e se observa, entre a multidão, bandeiras alinhadas. Na figura 23, o mesmo grupo e as mesmas autoridades assistem ao discurso proferido por Fernando Osório.



Figura 24 - O 19 de Novembro pelas nossas escolas elementares

Fonte: Revista Ilustração Pelotense, janeiro de 1921

Na figura 24, a multidão de estudantes das escolas elementares e alguns expectadores encontram-se voltados para os imponentes prédios da Intendência Municipal e da Bibliotheca Pública Pelotense. No prédio da Prefeitura, a bandeira nacional se encontra hasteada. Em primeiro plano, um homem fita a câmara fotográfica e o fotógrafo. Além dele, algumas outras pessoas têm a mesma reação. A figura do fotógrafo profissional fora de seu estúdio, embora já fosse recorrente, ainda se constituía em um motivo para prender a atenção daqueles que se tornavam objeto da imagem a ser produzida.



Figura 25 - Um aspecto da festa da bandeira em 19 de Novembro em Pelotas

Fonte: Revista Ilustração Pelotense, janeiro de 1920

Já na figura 25, um grupo de jovens moças e de meninas enfileiradas seguem-se a uma jovem que carregava a bandeira, provavelmente nacional, tendo em vista a festa a que se referia. Ressalta-se que jovens uniformizados encontravam-se próximos às jovens. Destaca-se que, ao contrário da maior parte das fotografias dessa categoria, nessa imagem as pessoas encontravam-se sorridentes e em posições mais informais. A fila estava pouco organizada e as meninas não estão em posição de sentido. Além disso, os próprios jovens uniformizados pareciam se englobar nessa situação informal.

Nesse sentido, sobre as comemorações da festa da bandeira de 1915, o jornal “O Rebate” dedicou uma matéria, na qual foi transcrito um trecho de artigo do “Jornal do Recife”. Segue abaixo uma parte do artigo:

A festa da bandeira é eminentemente educativa e isto é o bastante para que batamos com o mesmo malho na mesma bigorna, insistindo para que se faça a educação da mocidade, a educação physica, moral e intellectual, sem que acceitemos como único meio de salvação a caserna, como pretendem certos apóstolos, que surgiram lá das bandas do Sul. Tal disputério não merece os nossos applausos, pois o problema da educação da mocidade é complexo e deve começar no recesso do lar, onde o character se forma deante dos bons exemplos recebidos.

A nova doutrina dominou muitas consciências, porque a alma brasileira se deixa levar pelos arroubos dos oradores e poetas e jamais está disposta a meditar nas lições dadas pelos pensadores, que estudam amorosamente, longe das agitações populares, os problemas sociológicos (O REBATE, 28 de dezembro de 1915).

Continua:

O civismo não é o resultado da educação militar e não é somente com as armas na mão, que se pode bem servir à Patria. O civismo tem os seus primórdios no “home”, afirma-se nas escolas e completa-se na vida publica,

qualquer que seja a profissão escolhida na luta pela vida (O REBATE, 28 de dezembro de 1915).

Percebe-se que a linha editorial do jornal “O Rebate” se colocou contra a militarização da infância. Tal atividade relacionada ao ideário republicano provavelmente ia de encontro aos ideais federalistas defendidos por Trebbi, o editor do jornal, que estava vinculado ao Partido Federalista.

Souza (2000) afirma que os batalhões, simulacros de corporações militares, recebiam treinamento fora do horário regular das aulas e utilizavam um aparato condizente com o ritual cívico a que se prestavam, além do fardamento, espingardas de madeira, cinturões, baionetas, tambores e cornetas. Cada batalhão possuía um estandarte e recebia o nome de um herói nacional ou de um personagem político eminente. De acordo com a autora: “À semelhança das organizações militares, os batalhões infantis, reunindo pequenos soldados, simbolizavam uma das finalidades primordiais da escola pública: a celebração cívica” (SOUZA, 2000, p.108). A autora afirma, ainda, que ao desfilarem pelas ruas da cidade manifestavam todo o sentido simbólico da escola no meio social. A escola chegava às ruas, crivada de simbolismos e significados.

No entanto, trata-se de uma suposição, cuja resposta iria requerer um estudo aprofundado da educação cívica proposta pelo Partido Federalista<sup>54</sup>. Porém, pode-se afirmar que o jornal pernambucano que publicou tal artigo, bem como o jornal “O Rebate” se opunham às campanhas nacionalistas de Olavo Bilac, tão festejado pelo órgão oficial do PRR. O texto publicado no jornal federalista teceu algumas comparações históricas:

A mocidade educada na legislação guerreira de Lycurgo não era mais patriota do que a juventude atheniense, que em massa, comparecia à “Agora” para ouvir a palavra de seus eméritos oradores. O feito das Thêrmopylas, onde se immortalizou Leonidas, não é mais brilhante do que a batalha de Salamina que encheu de glórias Themistocles. No Brasil mesmo a bravura dos “Voluntarios da Patria” não foi excedida pelas dos soldados do nosso glorioso exercito. Agora mesmo o patriotismo da militarizada Allemanha não é superior ao da França ou da Inglaterra, como está attestando a formidável conflagração européa (O REBATE, 28 de dezembro de 1915).

Ao colocar em oposição grupos que defendem e grupos que são contrários a um caráter militarizante da educação, a matéria procurou demonstrar a ausência de necessidade da militarização do ensino cívico. Para isso, utilizou-se, também, do

---

<sup>54</sup> Sobre o assunto, ver LOVE (1975).

exemplo da Alemanha que, no Brasil, durante a Primeira Guerra Mundial, fora considerada um mau exemplo como nação, o que ocorreu novamente na Segunda Guerra Mundial. Além disso, Trebbi ressaltou o fato de os países que não eram militarizados terem demonstrado muita habilidade e estratégia em relação a um país considerado militarizado.

#### **4.2 O escotismo: a formação moral e cívica dos jovens**

No contexto de formação do cidadão republicano, o escotismo e a educação cívica se constituem em mais um elemento de disciplinarização e difusão do ideário da emergente República. Assim como as comemorações cívicas, o presente tema foi recorrente na imprensa pelotense das primeiras décadas do século XX. Nesse grupo, encontram-se oito imagens, as quais retratam atividades realizadas pelos escoteiros, atividades do Tiro 31, exercícios realizados pelos alunos das instituições educacionais e uma fotografia de um grupo de alunos uniformizados. Além das imagens mencionadas, no Relatório Intendencial de 1928 foi publicada uma fotografia com legenda “Grupo de Escoteiros Municipais”<sup>55</sup>.

As imagens acima mencionadas foram extraídas de publicações bastante distintas, o que demonstra a amplitude que o referido tema alcançou. No entanto, demonstra, também, como existia uma coesão ideológica entre determinados grupos e determinados periódicos, em oposição a outros. As publicações em que foram encontradas as imagens são: Almanach de Pelotas (1918 e 1928), o jornal “Opinião Pública” (1920), o livro “A Cidade de Pelotas”, de 1922 e o Relatório Intendencial, de 1925. Dessa forma, é possível perceber que o referido tema foi um dos focos da imprensa entre as décadas de 1910 e 1920, especialmente depois da campanha cívica de Olavo Bilac. Entretanto, deve-se reafirmar que o presente tema já era abordado anteriormente, porém ganhou proporções maiores com a referida campanha.

A imprensa pelotense dedicou, além de imagens, várias páginas sobre o escotismo, tendo em vista que o referido tema se insere no âmbito do movimento cívico, o qual foi muito intenso durante a Primeira República. Esse tema se encontra presente nesta pesquisa pois, embora a Escola de Escoteiros do Tiro 31 não se constitua em uma instituição escolar da rede regular de ensino, pode ser

---

<sup>55</sup> A presente fotografia fez parte das fontes analisadas em OLIVEIRA (2005).

considerada como uma instituição de ensino. Nela, os alunos entravam em contato com o ideário republicano, a formação física, intelectual e moral prevista na época. Em 1918, o Almanach de Pelotas dedicou uma matéria sobre as origens do escotismo em Pelotas. Com base nos periódicos pesquisados é possível afirmar que Fernando Osório foi o responsável pela instalação do primeiro grupo de escoteiros na cidade, o que ocorreu em 5 de novembro de 1916. Pode-se dizer que esse acontecimento é um dos frutos da visita de Olavo Bilac a Pelotas. Quando da fundação do grupo de escoteiros, ocorreu um ato público, no qual Bilac se fez presente:

O acto foi publico e festivo. No “stand” da sociedade do Tiro 31, perante avultada massa de povo, realizava-se a festa das Arvores. Olavo Bilac, que em propaganda cívica se achava nesta cidade, estava presente á brilhante cerimonia e enterrara, elle próprio, a primeira das arvores que naquelle dia seriam plantadas no campo do “Stand”. Sessenta e seis jovens inscriptos aguardavam ali a criação do núcleo de escoteiro a que iam pertencer. Foi ainda o insigne poeta Olavo Bilac que proclamou realizada a ideia de Fernando Osório, e, tomando da espada deste, armou o primeiro escoteiro, proferindo a formula feliz que improvisara: “Armo-te Escoteiro do Brasil para a Honra, para a Virtude, para a Justiça e para a Bondade” (ALMANACH DE PELOTAS, 1918).

Como se pode constatar nesse estudo, a figura de Fernando Osório se encontra estreitamente ligada ao civismo na cidade de Pelotas. Além dessa imagem, o jornal “A Opinião Pública” dedicou uma matéria sobre a instalação do escotismo, na qual o nome de Osório não foi citado, no entanto, a criação fora atribuída ao Tiro Brasileiro (mesmo Tiro 31). Nessa matéria, foi mencionada notadamente a figura de Waldemar Schneider:

Creação de Escoteiros em Pelotas – O conselho diretor do tiro Brasileiro de Pelotas vae crear, annexa á esta associação, uma secção de escoteiros por iniciativa de seu instructor tenente Waldemar Schneider. Destina-a á educação physica e civica dos meninos de 11 a 16 annos, sem distincção de classe, attendendo a que o regulamento do Tiro Federal só admitte sócios a começar da idade de 16 annos, (OPINIÃO PÚBLICA, 10 de janeiro de 1916).

O Almanach chegou mais longe ao afirmar o pioneirismo na instalação dos escoteiros no Rio Grande do Sul.

Organizado sob o regimen escolar, anexo á sociedade do Tiro 31, foi o primeiro grupo de escoteiros constituído neste Estado. Foi portanto Fernando Osorio o implantador do escotismo no Rio Grande do Sul, relevantíssimo serviço que lhe valerá a gratidão de seus contemporaneos (sic) e das gerações beneficiadas com as vantagens da utilíssima insituição de Banden Powell (ALMANACH DE PELOTAS, 1918, p.185)

As afirmações no Almanach de Pelotas demonstram, ainda, uma vinculação do escotismo com a organização escolar. Além disso, deve-se ressaltar a relação do escotismo com a formação cívica, moral e física dos jovens, o que demonstra a sua estreita ligação com a disciplina de educação física. As atividades escolares atribuídas aos escoteiros incluíam:

Pela manhã, três vezes por semana gymnastica sueca, ao ar livre; aos domingos, instrução militar e prelecções de hygiene e moral. Às tardes, diariamente, aulas de orientação, topografia, signalisação, telegrafia, meteorologia, historia natural e do Brazil; com projecções luminosas (ALMANACH DE PELOTAS, 1918, p.185).

O escotismo<sup>56</sup> se encontrava em consonância com o contexto educacional das primeiras décadas do século XX, no qual se previa uma formação integral do indivíduo. De acordo com Nascimento (2004), o sucesso do escotismo tanto em âmbito nacional como mundial estava relacionado a um contexto de crise e de valorização da ideia de nação. Além disso, desenvolveram-se novas práticas pedagógicas, as quais visavam formar os estudantes moralmente. Deve-se, ainda, levar em conta que o escotismo se configurou em uma ferramenta para a disciplinarização dos corpos, intrinsecamente relacionado com o higienismo.

Logo, a modernidade, sendo um conceito de grande amplitude, trouxe consigo um arcabouço ideológico, no qual a higiene e o saneamento foram relacionados ao ambiente escolar, abrangendo a saúde física e a mental. De acordo com Stephanou (2005), nas primeiras décadas do século XX, muito crédito era atribuído à educação no concurso que ela prestava à obra de saneamento do meio e do homem, estando difundido o pensamento de que diversos males eram causados pela ausência de “instrução racional e educação esmaltada” do povo. No entanto, a autora afirma que a solução não se tratava de uma educação qualquer, mas duma educação “completa”, uma educação “integral” e fundada nos conhecimentos científicos poderia dar conta de tal empreendimento.

A preocupação com a completude da formação dos estudantes não foi um privilégio local, porém esteve presente em outros países, especialmente por se tratar de um ideário originado na Europa. Na província de Entre Ríos, Argentina, os intelectuais locais, notadamente José María Torres, influenciados pelas teorias de Pestalozzi, postularam três “modos de atividades” inatos nas crianças: “El físico, el intelectual y el moral, cada uno de ellos con SUS próprias leyes – al igual que la

---

<sup>56</sup> Sobre o escotismo ver NASCIMENTO (2004).

naturaleza” (KUMMER, 2010, p. 79). Além disso, a autora afirma que o educador argentino, acima mencionado, frisava a importância de cuidar do físico, tendo em vista os efeitos que esse poderia ter sobre o cérebro. O físico deveria ser mantido em “estado normal”, evitando a sua inação e a sobra sobreexcitação.

O contexto mundial permitiu a formação de um ideário educacional que visava a educação da mente e do corpo. Esse contexto educacional era adequado à conjuntura política que tanto o Brasil, como o Rio Grande do Sul viviam. Pode-se perceber que, tanto em âmbito nacional como regional, a classe governante dirigiu os seus esforços para a formação do “cidadão”, buscando realizar uma uniformização ao mesmo tempo em que ficavam cada vez mais claras as diferenças sociais oriundas do Império e agravadas na República, notadamente pela tendência a “urbanizar”, “sanear” e “higienizar” a população, destinando lugares para determinados grupos e realizando uma seleção/exclusão dos habitantes. A educação surgiu, então, como instrumento de disciplinarização, como mencionado anteriormente, sugerindo-se propostas educativas coerentes com tal período histórico. Dessa forma:

Uma educação física, intelectual e moral da mocidade, com a finalidade de possibilitar ao espírito todas as noções necessárias para melhor garantir a ordem, se colocou como central para que todos os homens tivessem consciência de seu papel social. Em outras palavras, a educação foi vinculada à formação do cidadão” (CORSETTI, 1997, p.167).

A formação moral ganhava a mesma relevância em território argentino: “El acento puesto en el caracter moralizador de la educación atraviesa cada uno de los modos” (KUMMER, 2010, p. 80). Nesse trecho de Kummer (2010), que analisa a obra de José María Torres, evidencia-se a importância da formação moral na escola, a qual seria um tema transversal nos anteriormente mencionados modos de atividades das crianças. A formação moral ocorreria tanto em âmbito físico, como intelectual. Em concordância com esse contexto educacional: “Os ensinamentos cívico e moral tem sido um dos pontos que não merecem o maior carinho de parte dos respectivos instructores” (ALMANACH DE PELOTAS, 1918, p.185).

Além da formação integral prevista no âmbito da Escola de Escoteiros, as atividades do referido grupo extrapolaram o ambiente interno da instituição e foram levadas para a cidade. Logo, assim como as exposições de trabalhos manuais e de pinturas e as comemorações cívicas representavam a expansão das práticas

escolares para além do espaço da escola, as atividades realizadas pelos escoteiros também ocupavam determinados espaços da urbe. No mesmo ano de publicação da matéria dedicada ao escotismo pelo Almanach de Pelotas, foram publicadas duas fotografias da Escola de Escoteiros vinculada ao Tiro 31. As mesmas fotografias foram publicadas no livro “A Cidade de Pelotas”, de autoria do próprio Fernando Osório. As imagens mencionadas referem-se à sagração à bandeira e ao exercício com vara-paus. Ambas atividades foram realizadas em espaços públicos da cidade de Pelotas, a primeira, fora realizada no Prado Pelotense; já a segunda, efetivou-se no seio do espaço urbano, ou seja, na Praça da República que, nas primeiras décadas do século XX, constituía-se no centro político e cultural da cidade de Pelotas.

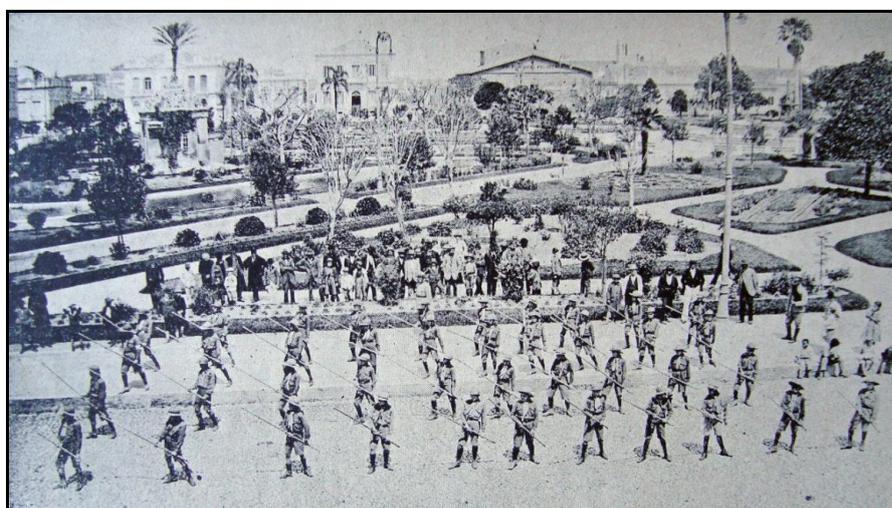


Figura 26 – “Exercício de Esgrima de Vara-pau, á Praça da República”

Fonte: Almanach de Pelotas de 1918

Na figura 26, vê-se um grupo de escoteiros, alinhados em 11 colunas, cada uma formada por quatro jovens, somente a última (da esquerda para a direita) consta de apenas um jovem, cuja função poderia ser instruir os colegas. Os escoteiros se organizavam de maneira a formar um trapézio. O formato geométrico é um dos ícones que demonstra a disciplinarização da juventude. Além disso, a sua organização se encontra em consonância com os formatos geométricos pré-existentes na Praça da República, cuja arborização e jardinagem eram constituídos por canteiros em formato de triângulos, quadrados e retângulos. Cada jovem segurava uma vara, a qual se constituía em uma ferramenta para a realização dos exercícios propostos. Suas vestimentas de escoteiros eram semelhantes a uniformes militares, constando de botinas, bermuda, camisa e chapéu. Os jovens se

posicionaram na parte central da praça, contando com um público que os observava, o qual se posicionou na parte de trás de um canteiro.

As apresentações dos escoteiros eram uma constante na vida pública pelotense. Ocorriam, especialmente, nas comemorações cívicas. De acordo com o Almanach de Pelotas:

Nesse mesmo dia offerecia seus serviços, para auxiliar a instrução dos novos escoteiros, o seu actual e dedicado director Rubens Weyne, que a 12 do mesmo mez de novembro inaugurava os exercícos com uma turma de 70 aspirantes, perante grande concurrencia popular, a praça da Republica (ALMANACH DE PELOTAS, 1918, p.185).

É provável que o público não constasse apenas dos observadores presentes na fotografia, tendo em vista o grande espaço da Praça da República. Ao observar o público presente na imagem é possível afirmar que pelas vestes, assistir às apresentações que ocorriam na praça era um acontecimento que merecia determinados cuidados com a aparência. Entre os presentes, a maior parte é constituída por homens, os quais trajavam terno, sobretudo e chapéu. Provavelmente o público representado se referia às autoridades presentes, o que infelizmente não pode ser confirmado, pela baixa qualidade da imagem. À direita, algumas crianças se sentaram no degrau e assistiam à apresentação desinteressadamente.

Ao fundo é possível observar os prédios do entorno da praça. Nesse período, é possível afirmar que a Praça da República se constituía no centro laico de poder. Ao contrário da maior parte das cidades, em que o poder religioso e o poder secular ocupam o entorno da mesma praça, em Pelotas, por disputas de poder oriundas do período imperial, a Igreja e a prefeitura situaram-se em lugares diferentes. A referida distinção que não ocorrera por motivos de diferenças ideológicas, mas por disputas econômicas entre membros da elite que se formara, ganhou uma nova roupagem ideológica na República. Assim como as instituições públicas e as privadas confessionais representavam, respectivamente, o Estado laico e o poder da Igreja, os dois espaços na urbe iriam constituir a mesma disputa.

O escotismo se inseria no âmbito do nacionalismo e do civismo e era natural que suas práticas ocorressem no centro laico da cidade. Ao recorrer novamente à figura 26, retoma-se a temática da militarização dos jovens, percebida não só pelo uniforme, mas por sua postura. O anseio por militarização não era um discurso presente nas entrelinhas, mas fazia parte de um ideário oficial, o qual se alimentava

do contexto de guerra mundial. Faz-se mister lembrar que, quando da constituição do grupo de escoteiros em Pelotas e da realização da campanha cívica de Olavo Bilac, o mundo vivia a sua primeira grande guerra. Esses acontecimentos arrefeceram as preocupações das nações quanto à segurança nacional. O escotismo era apenas mais uma das consequências de tal contexto:

O movimento geral que se manifesta no paiz a favor da defesa nacional, reorganizando-se sociedades de tiro, augmentado, de uma maneira digna de encomios, os voluntários de manobras, faz nascer a esperança de, em futuro próximo, ser o Brasil uma nação regularmente forte, formada d'homens capazes de defender o solo pátrio com ardor e inteligentemente (OPINIÃO PÚBLICA, 31 de agosto de 1916).

Além do escotismo, o contexto mundial de guerra acarretou o ressurgimento das sociedades de tiro, o que visava à transformação do Brasil em um país preparado para se proteger em eventuais conflitos armados. A militarização da infância e do país não era percebida como um problema, mas como uma forma de defesa: “Esse movimento não trará em resultado a militarisação do paiz com o fim de agredir, mas sim a generalização dos conhecimentos de guerra indispensáveis a um povo que quer subsistir, mantendo intacta a sua honra e integral o seu território”, (OPINIÃO PÚBLICA, 31 de agosto de 1916). Além disso, o escotismo era visto como um meio de preparar a criança para ser um cidadão apto para defender o seu país: “Mas é preciso ir mais longe, é necessário preparar a creança para que com mais facilidade possa, mais tarde, usufruir as grandes vantagens das linhas de tiro” (OPINIÃO Pública, 31 de agosto de 1916). Com relação ao escotismo, Souza (2000) afirma:

A militarização da infância ressurgia de forma mais sistematizada e racionalizada sob os auspícios dos órgãos da administração do ensino público e a Associação Brasileira de Escotismo. As práticas cívico-militares em voga nas escolas primárias atendiam, assim, a múltiplos propósitos: fosse a perpetuação da memória histórica nacional, a exibição das virtudes morais e cívicas inscritas na obra formativa escolar, a ação educadora da escola para o conjunto da sociedade ou a expressão do imaginário sociopolítico da República (SOUZA, 2000, p.116).

A ideia da instituição do escotismo se arraigou, de tal forma que, em Pelotas, não encontrou opositores sequer no jornal “O Rebate”, que se opunha tão intensamente aos governos municipal e estadual. Sobre os escoteiros, somente se tem noticiada a sua participação nas comemorações cívicas da Festa da Bandeira, na qual “fizeram exercícios na praça da Republica, de hygiene, telegraphia e tratamento de ferimentos” (REBATE, 20 de novembro de 1916). Nesse sentido, é

possível afirmar, ainda, que o desenvolvimento do escotismo em Pelotas se deu de forma concomitante a outros lugares do Brasil, inclusive São Paulo. Esse estado era considerado exemplar, logo, as críticas com relação aos batalhões infantis tornavam-se mais efusivas na medida em que esses haviam perdido o seu prestígio nesse lugar, que durante a Primeira República, tornara-se um modelo para o restante do país. Com relação, ao escotismo, ao contrário, este se configurava em uma novidade amplamente aceita pelos intelectuais e ainda representava o nacionalismo e a educação moral e cívica do cidadão.

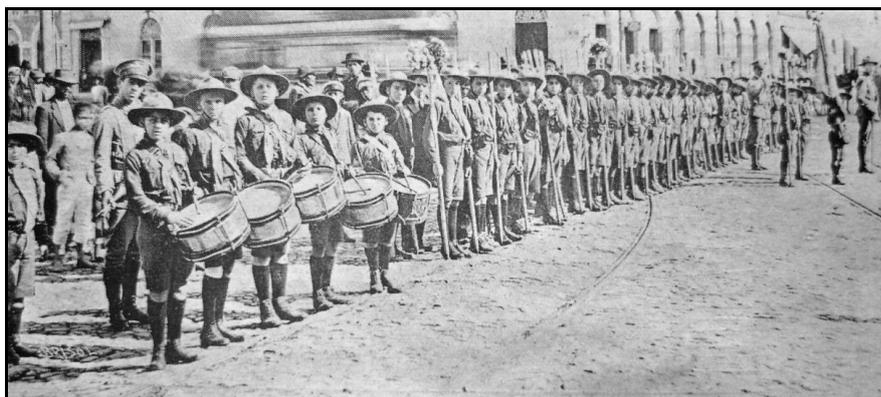


Figura 27 – “Escoteiros de Pelotas: Formatura sob a direcção do abnegado e indefesso patriota Rubens de Freitas Weyne”

Fonte: A Cidade de Pelotas de 1922

A figura 27, cuja legenda é “Escoteiros de Pelotas: Formatura sob a direcção do abnegado e indefesso patriota Rubens de Freitas Weyne” apresenta um grupo numeroso de jovens escoteiros. Nessa imagem, o fotógrafo optou abandonar o equilíbrio simétrico e adotou um ângulo diagonal, tendo em vista que as fileiras de jovens traçam uma linha transversal na imagem, a qual inicia na parte inferior da fotografia, à esquerda, e termina na parte superior, à direita. Essa opção de ângulo privilegia determinados aspectos na imagem: evidencia o grande número de formandos ali presentes, tendo em vista que o ponto de fuga, encontrado ao fim da linha transversal que ali se forma, mostra-se distante e se vê um número sem fim de meninos enfileirados. Dessa forma, a perspectiva presente nessa fotografia evidencia a quantidade de sujeitos retratados na imagem. Inclusive, torna-se relevante mencionar que a referida fotografia foi produzida pelo estúdio Brisol<sup>57</sup>, o que demonstra a intencionalidade pautada pelo profissionalismo. Pode-se perceber

<sup>57</sup> O Estúdio Brisol realizava trabalhos em fotografia e filmagens, tendo produzido vários conjuntos de imagens para os Relatórios Intendenciasais e para os periódicos em circulação em Pelotas.

ainda que a formatura extrapolou os limites físicos da escola de escoteiros, ocupando uma parte privilegiada e central da cidade, provavelmente a Praça da República ou a Rua XV de Novembro.

Na imagem (figura 27) verifica-se vários elementos da modernidade urbana que era vivenciada pela cidade, como os trilhos utilizados pelos bondes elétricos. Deve-se ressaltar que a modernidade recorrente em Pelotas se refere à sua urbanização, a instalação de iluminação elétrica, de bondes e da rede de esgotos, especialmente no que tange o trabalho realizado pela Intendência em conjunto com o sanitarista Saturnino de Brito.

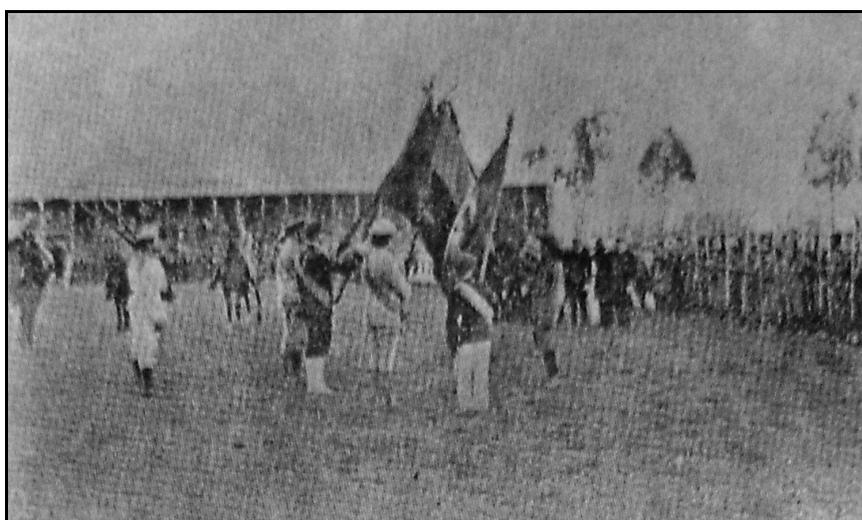


Figura 28 – “Parada de 14 de julho de 1917 no Prado Pelotense promovida pelo Tiro 31”

Fonte: A Cidade de Pelotas de 1922

Entre as imagens das atividades do Tiro 31 publicadas no livro “A cidade de Pelotas” encontra-se a fotografia cuja legenda é “Parada de 14 de julho de 1917 no Prado Pelotense promovida pelo Tiro 31” (figura 28). A data de 14 de julho, embora atualmente não faça parte do calendário de festividades cívicas, era bastante representativa nas primeiras décadas da República, pois se relacionava com a ideologia dominante na época, a qual se originava nos ideais preconizados durante a Revolução Francesa, os quais, de acordo com Amaral (2003): “eram referências ao espírito liberal, maçom e anticlerical” (p.230).

A referida fotografia (figura 28), realizada no atual hipódromo de Pelotas, apresenta, em primeiro plano, um grupo de cinco pessoas que trajavam uniformes e carregavam bandeiras. Esse grupo era formado por quatro homens adultos (ou adolescentes) e um menino. A sua frente, encontrava-se um jovem escoteiro que

segurava a ponta de uma das bandeiras. Atrás do referido grupo, encontravam-se dois homens, com suas armas calçadas nos ombros e vestindo uniformes da Marinha. Existe, ainda, a presença de uma cavalaria, no lado esquerdo da imagem.

No lado direito, outro grupo, também uniformizado, utilizando quepes brancos, presta continência à Bandeira. Nesse mesmo lado, vê-se os jovens integrantes da escola de escoteiros, trajando os seus informes e carregando os seus vara-paus. Ao fundo, é possível perceber as construções do Prado Pelotense, o público assistente e mais alguns jovens uniformizados. O evento retratado nessa imagem se refere às comemorações mencionadas no Almanach de Pelotas de 1918:

A 14 de julho, commemorando a grande data americana, realizava-se o juramento de Bandeira ou prestação de compromisso de 82 escoteiros. Foi, talvez, um dos mais imponentes espetáculos a que tem assistido a população desta cidade. Depois de desembarcarem no porto e na estação da estrada de ferro, formavam em grande parada cerca de mil homens, constantes de atiradores dos tiros de Bagé, Rio Grande e Pelotas, atiradores navaes, reserva naval e Escola de Aprendizes Marinheiros, Gymnasio Lemos Junior, do Rio Grande, Escola Bento Gonçalves e Escoteiros, que formavam uma companhia de 130 jovens (ALMANACH DE PELOTAS, 1918, p.185)<sup>58</sup>.

É importante mencionar que algumas formaturas dos escoteiros se constituíam em acontecimentos que ultrapassavam o contexto municipal, envolvendo as cidades próximas. Além disso, a comemoração retratada se transformou em um evento que abarcava uma série de instituições militares, como a Escola de Aprendizes Marinheiros e os atiradores de Bagé, Rio Grande e Pelotas. Mais uma vez se evidenci- a militarização da infância que, nesse período, não era considerada por muitos como um aspecto negativo, mas como o caminho mais correto para a formação de cidadãos: “O valor da instituição dos escoteiros reside justamente em transformar as creanças em cidadãos aptos, em todos os sentidos” (OPINIÃO PÚBLICA, 31 de agosto de 1916). Além disso, a referida formatura se inseria no âmbito das comemorações cívicas, tendo em vista o seu caráter nacionalista relacionado com a prática do escotismo e enaltecido pelo juramento do Escoteiro:

Prometto pela minha honra:  
 Proceder em todas as circunstancias como um homem consciente dos seus deveres, leal e generoso;  
 Amar a minha pátria e servi-la fielmente, na paz e na guerra (OPINIÃO PÚBLICA, 10 de janeiro de 1916).

<sup>58</sup> Existe uma pequena confusão com relação à data, pois 14 de julho se refere às comemorações da Revolução Francesa e não da Independência dos Estados Unidos, cujos festejos se realizam em 4 de julho.

Não somente a formatura dos jovens escoteiros se constituía em um acontecimento local, pois sua criação e instalação na cidade de Pelotas mereceu, repetidas vezes, espaço em primeiras páginas de periódicos, como a Opinião Pública. O lugar que o tema ocupa nesse jornal diário demonstra a relevância do tema, o interesse do periódico em divulgar o assunto ou a ausência de notícias mais importantes para serem publicadas. Como esse fato ocorreu por mais de uma vez se torna possível afirmar que o Escotismo era um tema de destaque em âmbito municipal, pelo menos no que tange o jornal Opinião Pública.

Além dos vários elementos já mencionados, pode-se perceber os materiais que se encontravam vinculados ao escotismo: vara-paus, com os quais os jovens realizavam os exercícios, os tambores e bandeiras ou faixas. A atualidade dos materiais utilizados pelos estudantes fora mencionada elogiosamente no Almanach de Pelotas, o qual a atribuiu a Fernando Osório:

Actualmente é, senão o melhor, pelo menos um dos mais bem organizados grupos de escoteiros, o desta cidade. Bem vestidos e bem equipados, eguaes aos da Inglaterra e S. Paulo, graças ainda ao devotamento de seu insigne presidente Dr. Fernando Osorio, possuindo ambulâncias e barracas, bandas de cornetas e tambores e profuso material de sapa; bem disciplinados e verdadeiramente compenetrados dos deveres impostos pelo código do escotismo e de sua elevada missão, os nossos jovens escoteiros, cuja acção benéfica já se faz sentir acentuadamente em nosso meio, merecem todo applauso e apoio de que são dignas as mais uteis e nobres instituições (ALMANACH DE PELOTAS, 1918, p.185).

O periódico considerava o grupo de escoteiros de Pelotas como um dos melhores preparados em âmbito nacional. A sua vestimenta fora inspirada nos scout boys<sup>59</sup> ingleses e nos grupos de escoteiros de São Paulo, os quais foram criados no mesmo ano em que isso ocorrera em Pelotas. Ao ter em conta os materiais que constavam entre os equipamentos dos jovens estudantes, aparentemente, o grupo de escoteiros se encontrava preparado para a guerra: ambulância, barracas, bandas de cornetas e tambores, além de material de sapa, cuja função era cavar trincheiras. Deve-se evidenciar, uma vez mais, que a Primeira Guerra Mundial era amplamente divulgada na imprensa local e, por ser um conflito de proporções que não haviam sido atingidas até então, a preocupação com a segurança nacional tornou-se uma problemática na agenda de diversos países que sequer estavam envolvidos no conflito.

---

<sup>59</sup> O escotismo foi criado por Lord Robert Smyth Baden-Powell, um oficial britânico, em 1907. Sobre o tema ver THOMÉ (2006).

Além disso, a palavra “disciplinados” ou expressões congêneres eram frequentemente utilizadas no que tange ao grupo de escoteiros. A forma como os jovens se posicionam, tanto na figura 4 como na figura 5, demonstra a ordem e a disciplina almejados pela prática do escotismo. Assim como a relação com a disciplina, o Código do Escoteiro foi repetidas vezes citado:

Código do Escoteiro

- 1 – A palavra de um Escoteiro é sagrada. Elle colloca a honra acima de tudo, mesmo da própria vida.
- 2 – O Escoteiro sabe obedecer. Comprehende que a disciplina é uma necessidade de interesse geral.
- 3 – O Escoteiro é um homem de iniciativa.
- 4 – O Escoteiro aceita, todas as circunstancias, a responsabilidade dos seus atos.
- 5 – O Escoteiro é leal e cortez para com todos.
- 6 – O Escoteiro considera todos os outros escoteiros como seus irmãos, sem distinção de classe social.
- 7 – O Escoteiro é generoso e valente, sempre pronto a auxiliar os fracos, mesmo em perigo da sua vida.
- 8 – O Escoteiro pratica cada dia uma boa acção, por mais modesta que ella seja.
- 9 – O Escoteiro estima os animaes e se oppõe a toda a crueldade contra elles.
- 10 – O Escoteiro é sempre jovial, entusiasta e procura o bom lado de todas as cousas.
- 11 – O Escoteiro é econômico e respeitador do bem alheio.
- 12 – O Escoteiro tem a constante preocupação da sua dignidade e do respeito de si mesmo (OPINIÃO PÚBLICA, 10 de janeiro de 1916).

O Código do Escoteiro aponta para vários aspectos que devem ser vivenciados diariamente pelos jovens que se uniam ao grupo. Entre os vários aspectos enaltecidos se encontram a honra, a disciplina, a capacidade de obedecer com o intuito de atender ao bem geral, o respeito por todos os seres vivos, a prática de boas ações, a economia. Além disso, fica bem claro que o escoteiro não deve fazer distinção social e que o escotismo deveria atingir diversas classes sociais, tendo em vista que objetivada a formação de um cidadão disciplinado. Nesse sentido, entrou em cena o governo municipal:

E foi em consideração aos benéficos resultados já em tão pouco tempo colhidos com a implantação do escotismo em Pelotas, (oito mezes apenas) que o nosso digno intendente municipal, Dr. Cypriano Correa Barcellos, sempre solícito em estimular e auxiliar todos os empreendimentos que se relacionam com o progresso do município e bem estar e segurança de seus municipaes, acaba de propor ao patriótico Conselho Municipal a concessão de um auxilio pecuniário, com o fim de proporcionar aos meninos pobres, que se quiserem alistar, o respectivo fardamento de escoteiro (ALMANACH DE PELOTAS, 1918, p.185).

Embora o Governo Municipal somente tenha criado um grupo de Escoteiros Municipais na década de 1920, a prática do escotismo tida como civilizatória já havia sido internalizada pela municipalidade na década de 1910, no governo de Cypriano Barcellos. Além da preocupação em inserir membros de classes economicamente mais baixas existia, ainda, o interesse em incluir pessoas de diferentes vertentes religiosas: “anexado á sociedade de Tiro, está isento de todos os preconceitos e incompatibilidades religiosas e políticas” (ALMANACH DE PELOTAS, 1918, p.185). Tal prática se encontra em consonância com o Estado laico que se originara no advento da República. Além disso, a proposta do grupo de escoteiros era diminuir as diferenças partidárias entre os republicanos rio-grandenses e os federalistas, o que de certa forma, foi alcançado, tendo em vista que não houve um posicionamento de oposição por parte do jornal “O Rebate”, como mencionado anteriormente.

A fotografia, cuja legenda é “Em continência á Bandeira – Escola de Escoteiros do Patronato Agrícola Visconde da Graça” é a única do grupo publicado em que a legenda não aponta para o prédio, mas para o grupo de alunos. Na fotografia, percebe-se que os alunos se encontram distribuídos em duas longas fileiras. A sua frente, encontrava-se o seu instrutor, provavelmente Raul Paradedá. Uma parte dos alunos carregava instrumentos, especialmente de percussão, enquanto os outros seguravam vara-paus. Atrás dos estudantes se visualiza um dos prédios do Patronato, provavelmente se refere ao espaço dedicado especificamente à Escola de Escoteiros da instituição. No prédio, de arquitetura despojada e sem ornamentos, verifica-se a bandeira nacional hasteada. Atrás desse, encontravam-se várias árvores, o que está em concordância com o espaço e com a função da instituição em formar mão-de-obra para atuar na zona rural. A fotografia foi realizada de um ângulo oblíquo ao grupo, o que ressalta a distância alcançada pelas fileiras.

Deve-se mencionar, ainda, que assim como os outros grupos de escoteiros, os jovens do Patronato Agrícola utilizavam uniforme militar e posicionavam-se em uma atitude disciplinar e militarizada. Nesse sentido, é possível afirmar que o proposto por Vicente (2010) sobre a regeneração da infância pobre encontra-se em concordância com os objetivos de formação moral e cívica divulgados pelo escotismo. Destaca-se, também, que as comemorações cívicas realizadas pela referida instituição tinham a função de disciplinar e civilizar não somente os seus integrantes, mas, por se tratarem de festas públicas, visavam civilizar a sua audiência. Além disso, a apresentação dos jovens escoteiros era uma demonstração

da instituição para a cidade, o governo e autoridades em geral, de que essa estava colhendo bons frutos.

A comemoração da Festa da Bandeira ganhou espaço na mídia em 16 de dezembro de 1930. De acordo com matéria do jornal Diário Popular:

Bella festa cívica decorreu brilhante, com a assistência de autoridades civis e militares.

Formou a escola, sob o comando do seu dedicado instructor, o nosso amigo sr, Raul Paradedá, que fez diversos exercícios, mostrando-se todos satisfeitos pela execução precisa do bello programma.

O illustrado paranymphe dos jovens escoteiros, o brilhante escriptor, nosso prezado amigo, sr. dr. Fernando Luis Osório pronunciou por ocasião do juramento da bandeira, o seguinte vibrante discurso [...] (DIÁRIO POPULAR, 16 de dezembro de 1930).

Pode-se perceber que as comemorações cívicas se constituíam em momentos de disciplinarização pública. Além disso, ressalta-se que a referida matéria foi considerada digna de merecimento de espaço na primeira página do periódico daquele dia. Ao mesmo tempo em que isso pode indicar uma completa ausência de outras notícias de maior relevância naquele momento, pode indicar a relevância que era atribuída ao escotismo. Percebe-se, ainda, o papel de Fernando Osório na difusão do escotismo em Pelotas e a sua intensa participação nas comemorações desse tipo.

O Diário Popular dedicou ainda mais palavras ao referido tema, demonstrando como os dirigentes da instituição e o instrutor poderiam se rejubilar de seu trabalho:

O incansável director interino do Patronato Agrícola, o illustrado engenheiro, nosso prezado amigo, sr. dr. Jayme Soares de Oliveira, recebeu muitas felicitações pelo desenvolvimento e aproveitamento dos jovens escoteiros, dos quaes também compartilhou o prestante instructor, nosso amigo, sr. Raul Paradedá.

Foi, na realidade, uma festa que impressionou agradavelmente pelo seu sadio patriotismo e civismo (DIÁRIO POPULAR, 16 de dezembro de 1930).

Além do orgulho que o escotismo poderia causar naquele período, o periódico deixa claro a existência de um tipo “sadio” de patriotismo e civismo. Tal expressão provavelmente se refere ao momento político que o país vivenciava. Deve-se ter em conta que a referida matéria foi realizada no fim do ano de 1930, ano da Revolução que pôs fim à República do café-com-leite.

### **4.3 Educação física: um aspecto da formação moral**

A prática da educação física durante as primeiras décadas do século XX foi um elemento integrante da formação moral e cívica, pois se afirmava como aspecto de disciplinarização dos corpos, propondo-se às mesmas utilizações que as atividades existentes no âmbito das escolas de escoteiros. Nesse contexto, é importante ressaltar que, segundo Vago (1999), a educação física, que já fazia parte dos conteúdos escolares desde o século XIX, ganhou novos contornos com o advento da República, pois se encontrava no cerne da nova cultura escolar, na qual os corpos das crianças tinham novas atribuições: dever-se-ia cultivar “um corpo belo, forte, saudável, higiênico, ativo, ordeiro, racional, em contraposição àquele considerado feio, fraco, doente, sujo e preguiçoso” (VAGO, 1999, p.32). O autor resalta, ainda, que a proposta das construções dos prédios para os grupos escolares previam um espaço próprio para as atividades físicas.

Em Pelotas, o tema da educação física também esteve presente em ambos os “Regulamentos da Instrução” desenvolvidos na Primeira República. No Regulamento de 1912, o então intendente Cypriano Barcellos previa:

Art. 2.o – O primeiro para crianças de ambos os sexos de 7 a 15 anos, compreenderá: - leitura, calligraphia, contar e calcular, noções de geographia universal, do Brasil e do Estado, lições de cousas, elementos de musica e canto, desenho e gymnastica (RELATÓRIO INTENDENCIAL de 1912, p.6)<sup>60</sup>.

Já no Regulamento de 1928, de Augusto Simões Lopes, previa-se, no artigo 150.º, que funcionariam nas escolas urbanas, a cargo de professores especializados, o curso de educação física<sup>61</sup>. Entre um Relatório e outro existe uma diferença de nomenclatura: no primeiro, utilizou-se a expressão “gymnastica”, enquanto no segundo, constava a expressão “educação physica”. Tal alteração pode não ter representação alguma, por outro lado, pode demonstrar as mudanças sofridas pela disciplina no decorrer da Primeira República, principalmente pelo incremento de sua importância, decorrente de sua estreita relação com a formação integral do cidadão (moral, cívica e física), bem como com a higiene.

Nos periódicos contavam três fotografias sobre esse tema, sendo que duas se referem ao exame de “gymnastica sueca” dos alunos do “Gymnasio Brasileiro” e uma

---

<sup>60</sup> Quando se menciona “primeiro curso”, refere-se à divisão proposta por Barcellos do ensino público municipal em dois cursos: o primário e o técnico de profissões elementares. A disciplina de “gymnastica” constava do primeiro.

<sup>61</sup> No mesmo artigo, o intendente previa que os cursos de trabalhos manuais também funcionariam nas escolas urbanas.

se refere à “Semana da Raça” e apresenta as atividades físicas das alunas dos colégios elementares. As fotografias foram produzidas respectivamente nas décadas de 1920 e 1930. As primeiras foram publicadas no jornal “A Opinião Pública” e a última no Almanach de Pelotas.

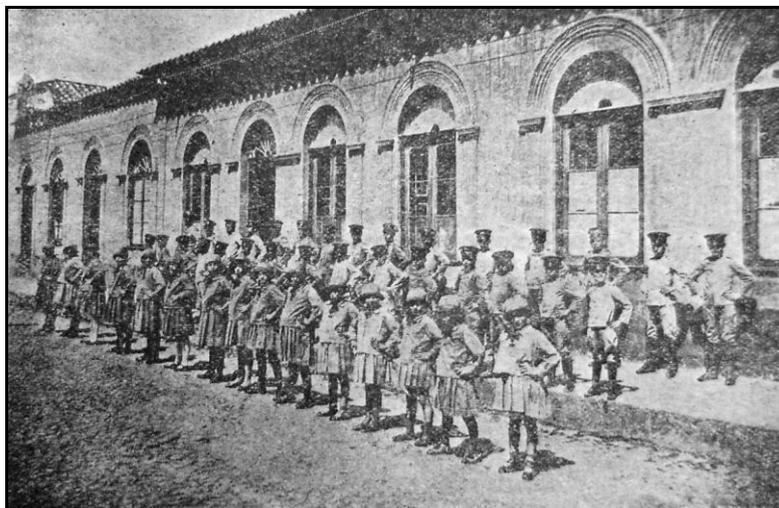


Figura 29 – “Uma companhia da escola de gymnastica do Gymnasio Brasileiro”

Fonte: Opinião Pública, 6 de dezembro de 1920

A figura 29, cuja legenda é “Uma companhia da escola de gymnastica do Gymnasio Brasileiro”, apresenta um grupo de alunos, dispostos em três fileiras. A primeira era formada exclusivamente por alunas do sexo feminino, enquanto a segunda e a terceira, as quais se encontravam na calçada a um degrau de elevação em relação à fileira de meninas, eram formadas exclusivamente por alunos do sexo masculino. Todos os estudantes encontravam-se uniformizados: as meninas trajavam saias com pregas, blusas arrematadas com um laço no pescoço e chapéus.

Além disso, usavam sapatilhas e meias. A delicada roupa feminina contrasta com o uniforme masculino, cuja militarização torna-se evidente não apenas nas vestimentas, mas nos quepes e nas botas. Na fotografia é possível perceber o caráter sexista das atividades de educação física e da própria atividade escolar, que embora oferecesse escolas mistas, ainda destinavam determinadas funções aos homens e às mulheres. De acordo com Scharagrodsky (2009), a disciplina de educação física para estas estava relacionada com a preparação do corpo da mulher para a maternidade, tendo em vista que as mulheres transmitiriam determinadas características para os filhos.

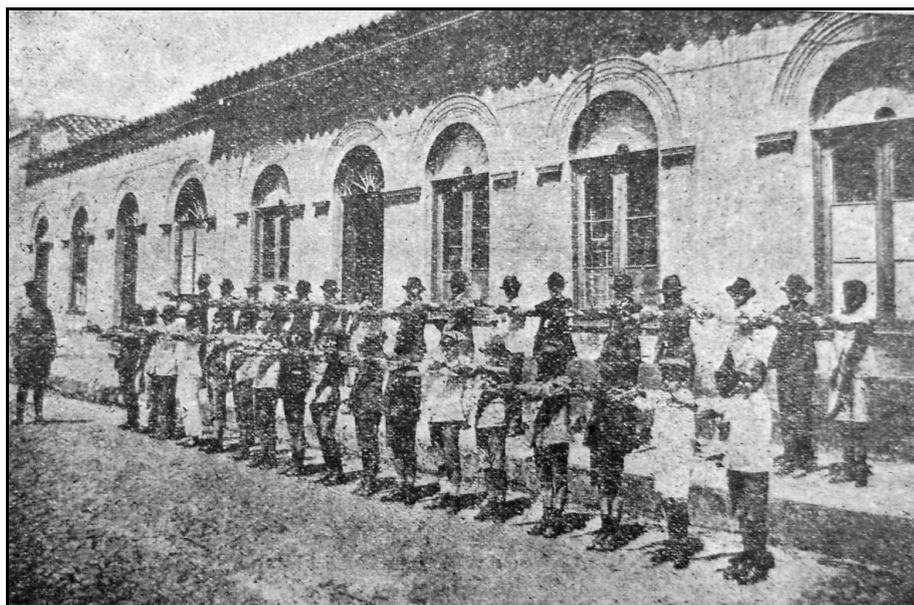


Figura 30 – “Outra companhia em exercício de gymnastica sueca, sob a direcção do sargento Aldrovando de Andrade Leão”

Fonte: Opinião Pública, 6 de dezembro de 1920

Na figura 30, intitulada “Outra companhia em exercício de gymnastica sueca, sob a direcção do sargento Aldrovando de Andrade Leão”, vê-se duas fileiras de alunos, aparentemente todos do sexo masculino. A qualidade desta imagem prejudica muito a sua análise, pois dificulta a apreciação das vestimentas, as quais são diferenciadas dos uniformes apresentados pelos estudantes na imagem anterior. No entanto, assim como a fotografia acima mencionada, os alunos se encontravam dispostos em fileiras, nesse caso duas, executando um exercício de ginástica sueca. Ao fundo da imagem, percebe-se a figura do sargento Aldrovando de Andrade Leão.

Faz-se necessário ressaltar que a introdução da ginástica sueca ocorreu paulatinamente no âmbito da disciplina de educação física, em nível nacional. Embora os militares tenham conseguido manter o seu papel de instrutores dessa disciplina no sistema escolar, de acordo com Melo e Nascimento (2000), houve várias discussões entre os militares e os intelectuais, notadamente, Rui Barbosa, Jorge de Moraes, Fernando Azevedo, Eduardo Augusto Pereira de Abreu, entre outros. Enquanto os militares propunham o método alemão, os intelectuais objetivavam a sua substituição pelo método sueco. Além disso, segundo Vago (2000), a ginástica sueca, que consiste em uma minuciosa série de exercícios físicos, acabou por ser incluída na disciplina de educação física, a qual consistia, até então, em marchas e evoluções militares. O autor afirma, ainda, que a influência

marcante do método sueco de ginástica é um forte indício que reforça a utilização da cadeira de “gymnastica” como prática corretora e constitutiva dos corpos das crianças, incumbida de funções ortopédicas, de correção e constituição dos corpos.

Ambas as fotografias foram realizadas partindo de um mesmo ângulo, o qual permitia apresentar o grupo de estudantes em sua íntegra. Além disso, as fotografias evidenciam o espaço urbano externo à instituição escolar, no qual as atividades eram realizadas com o intuito de disciplinar não apenas os alunos, mas a população assistente. Em matéria do jornal “A Opinião Pública” de 30 de novembro de 1920, evidencia-se o caráter externo das atividades:

As varias companhias da escola de gymnastica estenderam-se na quadra da rua Marechal Deodoro entre Marechal Floriano e Riachuelo, executando ahi os alumnos, varias figuras, obedientes á voz de commando, o que causou a melhor impressão foi a precisão dos gestos.  
Este exercício final foi apreciado por numeroso publico (OPINIÃO PÚBLICA, 30 de novembro de 1920).

Entretanto, embora as fotografias retratem os exames da instrução física, a existência ou não de um grupo de assistentes não foi representada na imagem, tendo em vista que todas as fotografias da matéria publicada no dia 06 de dezembro de 1920, sobre o “Gymnasio Brasileiro”, não se preocupou em retratar o público, o que pode ser um indicativo de sua presença ínfima ou mesmo inexistência, ou por não ser o público o objetivo da imagem.

Ressalta-se, ainda, o caráter militarizado dos exercícios, os quais eram realizados por meio de treinamento com professores de origem militar. De acordo com a Opinião Pública, antes do sargento Aldrovando Leão, outros militares já haviam atuado como professores de cultura física: “A instrução physica, que vinha sendo dada pelo Sr. Tenente Omar Azambuja, passa a ser feita, na sua ausência, pelo Sr. Alfredo O. Sampaio, da mesma escola do tenente Omar” (OPINIÃO PÚBLICA, 13 de janeiro de 1920). Deve-se mencionar, também, que na figura 30, na qual o instrutor fora retratado do lado esquerdo da imagem, que este vestia o seu uniforme militar. Os estudos de Melo e Nascimento (2000) respaldam a afirmação da relação entre a disciplina da educação física e a militarização da infância, pois, segundo os autores, a educação física se desenvolveu, inicialmente, dentro dos quartéis, porém, em um momento posterior, a influência do Exército se estendeu ao sistema escolar civil, por conta da atuação direta dos instrutores, em grande parte

militares. Além disso, segundo os autores, os militares foram os responsáveis por incrementar a relação entre a prática de atividades físicas e o civismo.

Sendo assim, pode-se perceber, até aqui, que a formação moral e cívica se encontrava relacionada com a prática do escotismo e da educação física. O pensamento grego de busca pela saúde do corpo e da mente, por meio da higiene moral e física foi deveras intensificado durante a Primeira República. Entretanto, ressalta-se que esse não foi um diferencial da cidade de Pelotas, pois tal ideário era amplamente difundido em âmbito nacional. Deve-se ter em conta que o domínio de tais espaços por membros da elite pelotense foi importante na medida em que as práticas do escotismo, do civismo e o nacionalismo constituíam-se em ferramentas propícias para a divulgação da elite enquanto grupo atualizado no que tange o pensamento pedagógico.

Dessa forma, a criação de um grupo de escoteiros e a inserção das atividades físicas no currículo escolar eram meios de demonstrar a atualidade da cidade, a sua modernidade. A imprensa valorizava determinadas atividades de forma a que essas fossem consideradas como exclusivas do município, contudo, tais atividades já eram realizadas desde muito em cidades como o Rio de Janeiro e São Paulo. Ressalta-se, ainda, que as comemorações cívicas, além de disciplinar as populações oriundas das classes mais baixas, servia como espaço para dar visibilidade aos grupos de status. O espaço público se constituía no locus ideal para a divulgação do modo de vida e do ideário oficial a ser seguido.

**Capítulo V:  
As instituições  
educacionais: sua  
tradição, seus prédios e  
sua materialidade como  
ferramenta para a  
afirmação de um ideário  
de modernidade**

As instituições educacionais, a partir do momento em que se inserem na vida cotidiana das cidades, passam a integrar o seu imaginário. As escolas são, por excelência, espaços formadores dos cidadãos. Espaços, aos quais, os habitantes da cidade entregam os seus filhos para que esses tenham a educação adequada. Em âmbito municipal, determinadas instituições de ensino adquiriram relevância, o que as transformou em referências do desenvolvimento cultural da cidade de Pelotas. Dentre essas instituições, algumas foram criadas ainda no período imperial, outras, no alvorecer da República. O estudo dessas instituições educacionais, no que concerne a esta pesquisa, visa demonstrar como foram utilizadas no intuito de representar a modernidade que a cidade vivenciava.

Contudo, deve-se ressaltar que o século XX constitui-se em um período de continuidade do contexto do século XIX, notadamente no que tange à educação. Embora a cidade contasse com outras escolas e faculdade, as instituições educacionais mencionadas neste capítulo foram delimitadas com base na existência de fotografias de seus prédios, divulgadas na imprensa pelotense. Foi a partir dessas imagens, que se buscou traçar uma comparação entre as fontes iconográficas e as fontes escritas. Dessa forma, procurou-se verificar como essas instituições de ensino se integraram ao imaginário de modernidade na cidade de Pelotas nas primeiras décadas do século XX.

Conforme já foi visto, para embasar esta pesquisa, buscou-se referenciais teóricos que pudessem ser utilizados para o traçado de uma metodologia de análise adequada para esse objeto de estudo. Para tanto, além de procurar entre os principais autores que trabalham com esse tema, verificou-se, em importantes publicações nacionais, os trabalhos que se dedicavam a esta temática.

### **5.1 A arquitetura escolar como objeto de análise da História da Educação**

A análise das instituições escolares, com relação às imagens, insere-se no âmbito da abordagem do espaço escolar, que se constitui um importante elemento representado em fotografias. A preocupação com os prédios das escolas emerge tanto como ferramenta disciplinadora no traçado urbano, como fruto de determinações pedagógicas e de higiene. Conforme Frago (2001), a noção de lugar, a localização em um espaço específico configurado para tal fim é um dos elementos mais característicos da instituição escolar desde meados do século XIII. Dessa forma, percebe-se que durante o reflorescimento urbano vivenciado na Baixa Idade Média, a educação passou a integrar o espaço urbano ao receber um lugar diferenciado na cidade. Nesse sentido, desenvolve-se a preocupação com o lugar que a escola ocuparia no traçado urbano, com a sua fachada e com o interior de seu prédio, tendo em vista que a sua arquitetura passaria a contar de uma série de elementos simbólicos e disciplinadores.

De acordo com Escolano (2000), a arquitetura escolar é por si mesma, um programa, uma espécie de discurso materializado, que promove um sistema de valores, como os de ordem, disciplina e racionalidade, os quais se constituem em marcos para a aprendizagem sensorial e motora e toda uma semiologia que cobre diferentes símbolos estéticos, culturais e ideológicos. Ao mesmo tempo, o espaço educativo refletiu em seu formato as inovações pedagógicas, tanto em suas concepções gerais como em seus aspectos mais técnicos.

Logo, a escola se constitui em um signo de modernidade, importante referência em meio ao traçado urbano, representando para as populações que a observam, um símbolo a ser reverenciado. Escolano (2000) dedicou-se à buscar uma rede de significações presente nos espaços educativos, as quais transmitem uma importante quantidade de estímulos, conteúdos e valores, impondo, ao mesmo tempo, as suas leis como organizações disciplinares. Não somente o “espaço-escola”, mas, também, a sua localização e a sua disposição na trama urbanística, devem ser analisados como um elemento curricular.

A análise das instituições escolares remonta à sua significação com relação à importância que a educação alcançou na Primeira República e o espaço ocupado pela escola no contexto urbano. Especialmente porque algumas das imagens publicadas na imprensa retratam os prédios, tanto as partes externas como as internas. Como mencionado anteriormente, a arquitetura escolar passou a se

constituir em um elemento fundamental do currículo disciplinador das escolas republicanas, as quais estão em concordância com a formação da identidade brasileira nos primeiros decênios da República. Para Carvalho (1998), o movimento educacional brasileiro incorporou valores culturais da Europa e dos Estados Unidos do pós-guerra. Tal incorporação foi o sinal de uma percepção das possibilidades disciplinares dos novos métodos. A exigência de uma “política nacional de educação” esteve articulada, na década de 1920, a projetos de homogeneização cultural e moral. Deve-se enfatizar que o projeto de elaboração desta política nacional se deu no âmbito da questão da “formação da nacionalidade”. Nele, a escola foi proposta como instância de homogeneização cultural por meio da inseminação de valores e da formação de atitudes patrióticas, no qual se atribuíam às “elites” um papel de liderança nos processos de transformação social. Por conseguinte, a cultura escolar se manifestou como consagração da relação escola/Estado e se configurou como espaço próprio para a disciplinarização e a formação do cidadão.

Deve-se ter em conta que o tema das instituições de ensino como espaço de formação e disciplinarização do cidadão e a sua relação com a projeção de um espaço que fosse ideal para atingir esses objetivos, trouxe à esfera da pesquisa em História da Educação, a preocupação em estudar a arquitetura escolar. Dentre as várias obras que se dedicam a esse tema, é necessário citar o livro de Agustín Escolano Benito, intitulado “Tiempos y espacios para la escuela”, publicado em 2001. É necessário mencionar, ainda, o livro de Antonio Viñao Frago e Agustín Escolano, denominado “Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa”, publicado, no Brasil, em 2001. Dentre os nomes internacionais que se dedicam à arquitetura escolar, figura, também, Anne-Marie Chatêlet, que escreveu a obra “La Naissance de l’architecture scolaire. Les écoles élémentaires parisiennes de 1870 à 1914”, de 1999.

No Brasil, Marcus Levy Albino Bencostta tem se destacado no que tange às pesquisas que utilizam a arquitetura escolar como objeto. Deve-se mencionar o livro de que esse foi organizador, denominado “História da Educação, Arquitetura e Espaço Escolar”, de 2005. Em 2007, esse autor publicou um capítulo denominado “Desafios da Arquitetura Escolar: construção de uma temática em História da Educação”, o qual consta na obra “Cinco estudos em História e Historiografia da Educação”, organizada por Marcus Aurélio Taborda de Oliveira. Ressalta-se, ainda,

o capítulo que Bencostta e Viñao Frago publicaram em conjunto, cujo título é “Entre a multidisciplinidade e a história: o espaço e a arquitetura escolares nas recentes historiografias educativas espanhola e brasileira”, que consta no livro “História (s) comparada (s) da Educação”, organizado por Marta Maria de Araújo e publicado em 2009. Bencostta trabalhou, ainda, na tradução do artigo de Anne-Marie Châtelet, de título “Ensaio de Historiografia I: a arquitetura das escolas no século XX”, publicado na Revista de História da Educação da Associação Sul-Rio-Grandense de Pesquisadores em História da Educação (ASPHE), volume 10, número 20, de setembro de 2006.

Além desse autor, deve-se mencionar o trabalho de Luciano Mendes de Faria Filho e Diana Gonçalves Vidal, publicado em 2000, no número 14 da Revista Brasileira de História da Educação, intitulado “Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil”. Outro relevante estudo é o artigo de Luciano Mendes de Faria Filhos, denominado “O espaço escolar como objeto da história da educação: algumas reflexões”, publicado no volume 24, número 1, da Revista da Faculdade de Educação da USP, em 1998.

É importante ressaltar, também, que a obra de Bencostta teve como referência vários autores acima citados e, ainda, Silvia Ferreira Santos Wolff e Hugo Segawa. Ambos são arquitetos que se dedicaram ao estudo da arquitetura escolar. Dentre os trabalhos da primeira, pode-se citar o livro *Escolas para a República: os primeiros passos da Arquitetura das Escolas Públicas Paulistas*. Nessa obra, a autora dedica-se ao tema da arquitetura escolar entre os séculos XIX e XX, preocupando-se em apresentar as influências da arquitetura europeia na arquitetura escolar brasileira. Além disso, Wolff (2010) demonstra que as preocupações com a arquitetura escolar no Brasil vivenciaram diferentes fases, iniciando-se no Império e tendo a sua oficialização e consolidação durante a República. Com relação ao segundo, esse autor publicou duas obras relevantes com relação à arquitetura brasileira, durante a urbanização dos séculos XIX e XX. Primeiramente, destaca-se o livro *Prelúdio da Metrópole: arquitetura e urbanismo em São Paulo na passagem do século XIX ao XX*, no qual o autor apresenta o processo de urbanização da cidade de São Paulo e os projetos arquitetônicos existentes para diferentes áreas da cidade, bem como para diferentes instituições. Além desse, o autor publicou o livro *Arquiteturas no Brasil (1900 – 1990)*, em que apresenta as fases da arquitetura brasileira e sua vinculação ao modernismo.

Evidencia-se, ainda, o trabalho “Anísio Teixeira e a arquitetura escolar: planejando escolas, construindo sonhos”, de Célia Rosângela Dantas Dórea, publicado no número 13 da Revista da FAEEBA, em 2000. Outro trabalho no âmbito da arquitetura escolar é a tese de Andrés Zarankin, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Unicamp, denominado “Paredes que domesticam: arqueologia da arquitetura escolar capitalista – o caso de Buenos Aires”, que se dedica a uma análise dos prédios de instituições educacionais da referida cidade, do século XIX ao fim do século XX. Também se dedica ao tema da arquitetura escolar, o trabalho de Hugo Sefrian Peinado, Tatyana Murer Cavalvante, denominado “Entre as propostas pedagógicas e os espaços escolares: do final do Império à República Velha”, publicado no I Encontro de Pesquisa em Educação, da Universidade Estadual de Maringá. O referido estudo propõe-se a apresentar as diferenças entre as Escolas Unitárias do período imperial e os Grupos Escolares republicanos.

Destaca-se, também, o estudo de Maria de Fátima Guimarães Bueno, intitulado “A história da educação: a cidade, a arquitetura escolar e o corpo”, publicado nos Cadernos do CEOM, em 2008. O objetivo do referido trabalho é traçar uma relação entre a arquitetura dos grupos escolares paulistas e a sua relação com as concepções de cidade e de corpo. No ano seguinte, foi publicado, na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, o artigo de Elizabeth Amorim de Castro, denominado “A arquitetura dos grupos escolares do Paraná na Primeira República”, que se dedicava ao estudo da implementação dos Grupos Escolares no estado do Paraná, por meio da análise de suas edificações.

Tendo em vista o que foi acima mencionado, é possível afirmar que a maior parte dos trabalhos que versam sobre a arquitetura escolar como objeto de pesquisa no âmbito da História da Educação no Brasil, se dedica à análise do período republicano. O motivo de tal recorte temporal constituir-se em o mais requisitado por esses pesquisadores deve-se, provavelmente, ao fato de que as preocupações com a construção de prédios específicos para serem escolas, especialmente primárias, emerge nesse período. Além da pura e simples construção de prédios, pode-se dizer que nesse período chegaram ao Brasil vários estudos sobre a dimensão pedagógica do espaço escolar, nos quais continham especificações de como deveria ser a estrutura física de uma escola ideal. Ressalta-se, ainda, que outro atrativo para a pesquisa sobre o referido período é que a construção e a criação dos prédios

situam-se no âmbito da ampliação da escola pública primária, encabeçado, notadamente, pelos governos estaduais.

A presente pesquisa, embora situada no período republicano, não se dedica apenas à análise de prédios de instituições públicas de ensino primário, mas, também, de instituições de ensino secundário, particulares confessionais, de instituições de ensino superior e de ensino profissional e artístico. Tendo em vista essa pluralidade de instituições a serem analisadas, optou-se por agrupá-las. Inicialmente, serão abordadas as instituições de ensino primário. Posteriormente, o Conservatório de Música, cuja fotografia de seus diretores e alunos já foi analisada no capítulo III, como estabelecimento de ensino artístico. Por fim, o Asylo Nossa Senhora da Conceição passa, então, a ser abordado. Com relação às instituições de ensino secundário e superior, coube-lhes o capítulo VI, tendo em vista que necessitam receber um olhar diferenciado pelo seu caráter de educação formal dedicada às elites.

## **5.2 O ensino primário em Pelotas: os collegios elementares, as escolas municipais e as aulas noturnas da Bibliotheca Pública Pelotense**

As preocupações com um ensino primário público em Pelotas foram incrementadas a partir da década de 1910. Até então, o ensino primário era ofertado, notadamente, por meio de particulares<sup>62</sup>. Ao mesmo tempo, existia certo número de aulas subvencionadas pelo município, as quais funcionavam ainda, conforme o sistema das aulas isoladas, ou seja, não eram seriadas e reuniam grupos de alunos de diferentes idades.

Nos Relatórios Intendenciais apresentados na primeira década do século XX, a preocupação parecia versar apenas sobre o Lyceu Rio-Grandense, que iria chamar-se de Escola de Agronomia e Veterinária Elyseu Maciel. No entanto, em 1909, José Barboza Gonçalves mencionou pela primeira vez em um de seus relatórios, o seu interesse em ampliar a instrução em Pelotas:

Conhecidas as vantagens de disseminar a instrução, fazendo-a chegar, prompta e fácil, ao alcance de todas as classes, principalmente as mais desfavorecida da fortuna, a Administração julgou-se no dever de

---

<sup>62</sup> Sobre o assunto ver Neves (2012).

estabelecer, dentro da cidade, diversas aulas (RELATÓRIO Intendencial de 1909, p. 24).

Para a realização de seus objetivos, Barboza Gonçalves dividiu a cidade em quatro zonas, pelas ruas 15 de Novembro e 7 de Setembro, visando o estabelecimento de quatro aulas noturnas. Além disso, o intendente nomeou, pelo “Acto n.490”, de 1.º de fevereiro, o professor Francisco de Paula Laquintinie para reger a aula localizada na 2.ª zona. Nesse período, acham-se matriculados 30 alunos na aula do professor Laquintinie, 50 na aula do professor Fróes e 49 na aula do professor Moraes. O intendente afirmava o seu interesse, também, em espalhar aulas pelos distritos rurais, bem como construir uma escola de ensino primário e profissional em terreno situado à rua 15 de Novembro.

Em 1910, Barboza Gonçalves mencionou, em seu Relatório, a criação de algumas escolas na zona rural: uma localizada no 3.º distrito, na Colônia Ramos, foi estabelecida junto à casa de Ernesto Eskow; uma no 4.º distrito, na Encruzilhada, junto à casa de Guilherme Holz; uma no 5.º distrito, na Colônia Municipal, junto à casa de Angelo Grupelli e, por fim, uma no 6.º distrito, na Colônia “Triumpho”, junto à casa de Augusto Müller. Foram nomeados, como professores: Leopoldo Weissheimer, Mauricio Alfredo Brandão, Augusto Knaback e José Dausaker.

Em 1912, Cypriano Corrêa Barcellos apresentou o quadro geral da instrução pública municipal:

Então funcionavam 12 aulas dirigidas pelos professores Alberto Fróes, Francisco de Paula Laquantinie, d.d. Olga Fernandes Gomes, Francisca Garcia de Oliveira, Lily Romano, Alice Pinheiro, Manoela Doralice Varella, José Francisco Duarte, Quiliandro Osorio da Rocha, Mauricio Alfredo Brandão, José Dausaker e Augusto Knaback.

Esse numero elevou-se a 18 em princípios deste anno, pela nomeação das professoras d.d. Diva Pinto da Silva, Noemia Gomes Bastos, Margarida Silva, Felippa Teixeira de Moura, Henriqueta Rocha Fabião e Maria Magdalena Marinho, pelos actos ns. 641, de 8 de janeiro, 643, 644, 645 e 646, de 24 de janeiro, e 651, de 5 de fevereiro (RELATÓRIO Intendencial de 1912, p. 6).

De acordo com os dados apresentados pelo Relatório Intendencial de 1913, naquele ano funcionavam quatorze aulas municipais na cidade, uma nos subúrbios e três nos distritos rurais. Pode-se perceber que houve a manutenção do número de escolas do ano anterior. Além disso, os dados apresentados levam ao entendimento de que as aulas funcionavam nas casas dos professores ou de pessoas importantes

da localidade em que eram instaladas. É possível afirmar que não existia um ensino regulamentado e oficializado. Em 1912, Cypriano Barcellos aprovou o primeiro Regulamento da Instrução de Pelotas, entretanto, a preocupação com os prédios escolares e sua organização somente se deu a partir do governo de Pedro Luis Osório.

Embora já existissem escolas e professores subvencionados, entre as primeiras iniciativas para o desenvolvimento de uma rede pública de ensino oficial consta a criação de dois colégios elementares<sup>63</sup>: o Félix da Cunha e o Cassiano do Nascimento. Tal acontecimento foi comentado pelo então intendente Cypriano Corrêa Barcellos: “Não há muito, mandou o governo do Estado estabelecer dous collegios elementares na cidade, cuja inauguração effectuou-se, respectivamente, a 17 de junho e a 14 de julho”, (RELATÓRIO Intendencial de 1913, p.11). Deve-se ter em conta que o governo estadual manteve o regime de subvenções, porém, essas eram oferecidas principalmente para professores que atuavam na zona rural, como pode ser percebido abaixo:

Resolveu o governo do Estado conceder auxilio em 1913, ás escolas de dr. Julia Leon Vianna, no Capão do Leão, Rosalvo da Fontoura Barcellos, no Monte bonito, Isolina Lima de Abreu, no Areal, Joaquim Thomaz Affonso dos Reis, na Colonia Ramos, Francisca Braga Fernandes, na colônia Ramos, Francina Braga Fernandes, na colônia Ramos, Mauricio Alfredo Brandão, no Passo do Valdez, Adolpho Steine, na colônia Santa Maria, Oscar Fischer, na colônia S. Manoel, José Dausaker, na colônia S. Antonio, Augusto Knaback, na colônia Progresso, e Frederico Bucker, no Serrito (RELATÓRIO Intendencial de 1914, p. 23).

Contudo, os colégios elementares urbanos ganhavam a cena e cresciam em importância na cidade, como pode ser percebido pelas palavras de Barcellos, no Relatório Intendencial de 1914 (p. 23): “É excellente o estado desses bem montados estabelecimentos, cujas direcções não poupam esforços para desenvolve-los ainda mais”. Naquele ano, de acordo com dados extraídos do Relatório Intendencial de 1914, o Colégio Elementar Cassiano do Nascimento contava com 368 alunos e o Colégio Elementar Félix da Cunha, com 550. Além da diferença numérica entre os estudantes das aulas isoladas e dos colégios elementares, estes eram seriados e possuíam professores responsáveis para determinadas disciplinas. Logo, é possível afirmar que o estabelecimento dessas escolas pelo governo estadual foi relevante para a transformação do sistema de ensino do município.

---

<sup>63</sup> Os colégios elementares eram escolas primárias seriadas que foram criadas pelo governo estadual.

### 5.2.1 O Álbum de 1922 e as imagens dos Colégios Elementares

É possível afirmar que no Álbum do Centenário, publicado em 1922, como comemoração ao centenário da Independência do Brasil, foram selecionadas as fotografias que representavam o que Pelotas tinha de melhor. Nessa publicação, constava uma fotografia de cada colégio elementar. As duas imagens apresentam os prédios das referidas instituições de ensino.



Figura 31 – “Collegio Elementar Cassiano do Nascimento”  
Fonte: Álbum do Centenário de 1922



Figura 32 – “Collegio Elementar Félix da Cunha”  
Fonte: Álbum do Centenário de 1922

Com base nas fotografias, pode-se dizer que ambas escolas estavam instaladas em prédios construídos em amplos terrenos de esquina. Eram construções de um pavimento e, onde as duas referidas escolas apresentavam

platibanda vazada balaustrada. As janelas do Colégio Elementar Cassiano do Nascimento (figura 31) eram mais ornamentadas do que as do Colégio Elementar Félix da Cunha (figura 32), no entanto, este possuía porão.

Ambos prédios apresentavam várias janelas, tanto na fachada lateral, como na frontal. Nessa fachada, encontrava-se a porta de entrada, sobre a qual, nos dois casos, dispunha-se o nome da escola. No caso do Cassiano do Nascimento, o nome foi afixado junto à platibanda, enquanto no Félix da Cunha, foi colocado sobre a porta. Ao centro do nome das instituições, pode-se perceber o brasão do Estado do Rio Grande do Sul. Além disso, ao lado de ambas portas, havia mastros, para hastear bandeiras em cerimônias e datas cívicas. Esses dois elementos se compõem em representações cívicas, com o intuito de formar não só os estudantes, mas disciplinar os transeuntes que se deparavam com um espaço do governo estadual. De acordo com Souza (2006) as comemorações cívicas se constituem em práticas simbólicas que tinham por objetivo formar a identidade nacional. Além disso, ressalta-se a importância da arquitetura escolar como fator civilizatório, cuja dimensão curricular é mencionada por Escolano (2000).

Além do caráter disciplinador e civilizatório presente nos ornamentos que foram acrescentados no prédio, é necessário mencionar que a sua localização em espaço central na cidade é mais um indício da importância da arquitetura escolar como elemento disciplinador no ambiente urbano. Cabe destacar, ainda, que essas instituições foram fundadas pelo governo estadual, o que, de acordo com Neves (2012), foi uma mudança no perfil educacional da cidade. Segundo a autora, até então, o ensino primário e secundário baseava-se, principalmente, na iniciativa privada. A difusão de colégios elementares foi uma iniciativa do governo estadual, a qual se relacionou com as necessidades do novo regime em alfabetizar os cidadãos. De acordo com Tambara (1995), embora essa prática de difundir instituições de ensino primário fosse contrária aos ideais positivistas, configurou-se em uma fatalidade necessária, pois o contexto estadual não permitiu uma abertura completa para a iniciativa privada.

Deve-se mencionar, também, que todas as fotografias foram realizadas de um ângulo oblíquo, que permitia a visualização da fachada frontal e de uma das fachadas laterais. Em estilo eclético historicista, o referido prédio, provavelmente, era adaptado para a instituição.

Em ambas fotografias, percebe-se a presença de fiação elétrica, que foi uma das grandes preocupações do governo de Cypriano Barcellos, na década de 1910. Ao lado do prédio do Félix da Cunha (figura 30) percebe-se, ainda, uma luminária que provavelmente ainda não funcionasse com eletricidade. É possível afirmar que a cidade viveu uma série de reformas urbanas na década de 1910, as quais trouxeram uma sucessão de melhorias, como iluminação pública e saneamento. Contudo, deve-se ter em conta que a realização dessas obras causou controvérsias e críticas, especialmente por parte do jornal “O Rebate”, o qual afirmava ser a cidade um campo de obras de difícil acesso.

### 5.2.2 As aulas noturnas da Bibliotheca Pública Pelotense

No ano de 1919, o Almanach de Pelotas publicou três fotografias da Bibliotheca Pública Pelotense: “Vista geral da Bibliotheca, vendo-se o patamar, escada e galeria”; “Sala de honra da Bibliotheca Publica Pelotense” e “Sala de aula da Bibliotheca Publica Pelotense”. Entretanto, optou-se por analisar nesta pesquisa apenas a última, por tratar-se de uma sala de aula.



Figura 33 – “Sala de aula da Bibliotheca Pública Pelotense”  
Fonte: Almanach de Pelotas de 1919

Essa fotografia (figura 33) produzida pelo Estúdio Brisol, foi posteriormente publicada no Álbum de 1922 e na Revista Ilustração Pelotense, número 19, também de 1922. Assim como a maior parte das imagens utilizadas como fontes nesta

pesquisa, a figura 33 foi realizada de um ângulo oblíquo, no qual é possível ver retratadas duas amplas janelas e uma porta de grandes dimensões. Entre as duas janelas, percebe-se a presença de uma pintura, a qual não foi possível identificar, tendo em vista a baixa qualidade dessa fotografia. Verifica-se que as paredes são decoradas, provavelmente com escariolas.

Ressalta-se que a Biblioteca Pública Pelotense é uma das construções que se encontra em destaque na Praça Coronel Pedro Osório, naquele período denominada Praça da República. Esse prédio foi construído com a finalidade de ser uma biblioteca. De acordo com Santos (2007), a sua construção contou com muitos donativos da comunidade, como tijolos, telhas, areia e argamassa. Além disso, o autor ressalta que, para a construção do pavimento térreo, anterior à Lei Áurea, alguns proprietários disponibilizaram algumas horas de trabalho dos seus escravos. Tanto o primeiro como o segundo pavimento foram idealizados, conforme Chevalier (2002), por arquitetos de origem italiana, como José Isella e Caetano Casaretto.

.Na figura 33 se observa, ainda, um lustre e o mobiliário escolar. Esse é constituído pelas carteiras estudantis e pela mesa do professor. O mobiliário foi produzido, provavelmente, com madeira e ferro. As carteiras individuais eram pequenas e com delicado trabalho em ferro. Além disso, estão dispostas em seis fileiras enfrente à mesa do professor e quatro carteiras, ao lado, sendo que três alinhadas e uma mais adiantada, formando uma coluna com outra carteira. Ressalta-se que essa disposição provavelmente se devia ao espaço da sala de aula, pois não se trata de uma distribuição comum até os dias atuais. Deve-se ter em conta que, de acordo com Castro (2009), as cadeiras estão relacionadas com o conforto e com o status social. No espaço escolar, esse móvel ganhou uma significação ainda maior, pois possibilitava, além da higiene do corpo, a disciplina e a aprendizagem.

Tendo em vista a importância do mobiliário para a aprendizagem, pode-se perceber o destaque e a diferenciação que a mesa do professor tem em relação às outras peças do mobiliário: trata-se de um móvel compacto, também em madeira, por trás do qual é possível visualizar a parte superior de uma cadeira. A relevância da mesa do professor reside no fato de que, pela pedagogia tradicional, esse era considerado o centro da aprendizagem. Ao lado da porta, encontrava-se o quadro negro, posicionado de forma a permitir que todos os estudantes visualisassem o conteúdo que seria ali escrito. Um pano ou toalha encontrava-se pousado sobre o quadro negro, provavelmente era utilizado para apagá-lo.

Na Bibliotheca Pública Pelotense se realizavam aulas noturnas para estudantes que, de acordo com Peres (1995) e Amaral (2003), eram dedicadas às classes menos favorecidas<sup>64</sup>. Além disso, de acordo com Amaral (2003, p. 182): “[...] para a Maçonaria, as “classes inferiores” do povo deveriam usufruir somente dos benefícios da instrução elementar. E esta era propiciada pelos maçons da cidade através dos cursos noturnos da Bibliotheca Pública Pelotense”. Logo, é possível perceber que existia uma diferenciação educacional, ou seja, havia um projeto de educação para o povo e outro, diferenciado, para a elite. Ressalta-se também, que, embora as aulas noturnas tivessem lugar em um prédio majestoso do século XIX<sup>65</sup>, vários outros estabelecimentos de ensino tiveram espaço nesse prédio, inclusive com propostas e públicos diferenciados. Entende-se que essa atitude de benemerência das classes mais privilegiadas da sociedade vinculadas a esse projeto educacional se inseria no âmbito do status que tais atividades poderiam render a esses grupos. Dessa forma, deve-se ter em mente o que afirma Bourdieu (2011b) que não há nada mais falso do que acreditar que as ações simbólicas nada significam além delas mesmas. O autor acredita que elas exprimem sempre a posição social segundo a lógica que é a mesma da estrutura social, a lógica da distinção. Deste modo, as atitudes de benemerência se constituem em ações simbólicas que visam diferenciar a elite pelotense como um grupo de status.

### **5.2.3 Fotografias de escolas municipais: o governo de Pedro Luis Osório (1920-1924) e os primeiros prédios destinados às escolas**

Na década de 1920, o governo municipal se dedicou a ampliar a sua rede de ensino. Além disso, foi nessa década que os intendentes se propuseram a construir prédios para as instituições de ensino primário. Faria Filho (1998) afirma que a Primeira República se caracterizou por oficializar um tipo de escola (o grupo escolar), em oposição ao modelo anterior (escolas isoladas). Na cidade de Pelotas, tanto Pedro Luis Osório (1920-1924), como Augusto Simões Lopes (1924-1928), desenvolveram um modelo de instituição que se situava entre as escolas isoladas e os grupos escolares. Estes estabelecimentos de ensino possuíam prédios próprios,

---

<sup>64</sup> Sobre as aulas noturnas na Bibliotheca Pública Pelotense ver Peres (1995).

<sup>65</sup> O prédio da Bibliotheca Pública Pelotense teve sua construção iniciada pelo arquiteto José Isella, em 1875. Sobre o assunto, ver Chevalier (2002).

construídos com a finalidade educacional, no entanto, tendo em vista as suas dimensões e sua localização, estavam, em sua maioria, longe de alcançar a preocupação arquitetônica presente nos grupos escolares urbanos. O modelo de escola baseado nos preceitos da arquitetura escolar das primeiras décadas da República, com arquitetura eclética e que se impunha no traçado urbano, somente se efetivou, em Pelotas, no ano de 1927, ainda no governo Simões Lopes, com a criação do Grupo Escolar Dr. Joaquim Assumpção.

Com relação aos dois intendentess, deve-se mencionar que ambos integravam o que se considera neste estudo, a elite pelotense. Tanto Pedro Luis Osório, como Augusto Simões Lopes<sup>66</sup> são oriundos de famílias que receberam títulos nobiliárquicos durante o período imperial. A sua vinculação à política, muitas vezes precoce, deu-se por herança. Sendo assim:

[...] a precocidade é um efeito da antiguidade: a nobreza é a forma por excelência da precocidade, já que se limita a ser a antiguidade possuída, desde o nascimento, pelos descendentes das velhas famílias (pelo menos, nos universos em que a antiguidade e a nobreza – noções, praticamente equivalentes – são reconhecidas como valores) (BOURDIEU, 2011a, p. 70).

Pode-se dizer que é comum a relação classe econômica e poder político e, tal prática, não se fez diferente na cidade de Pelotas. Além disso, deve-se destacar que a cena política é por excelência, um espaço propício para a divulgação das ações simbólicas e para a manutenção de um determinado status na estrutura social. É possível perceber que vários dos políticos pelotenses são os mesmos que mantinham instituições benemerentes e de caridade e que a sua atuação serviu para o seu reconhecimento enquanto grupo de status e, também, para a sua divulgação enquanto políticos profissionais. A antiguidade era muito valorizada em Pelotas e esta característica era um dos elementos fundamentais na atribuição de nobreza e na distinção social, tendo em vista que os laços de sangue, no caso específico do Brasil, foram definidos a partir de grupos que prestaram serviços à Corte no período imperial. A antiguidade se constitui, portanto, em elemento de distinção para os grupos sociais acima citados.

---

<sup>66</sup> Pedro Luis Osório era neto do “Marques do Herval”, Marechal Manuel Luis Osório, patrono da Cavalaria do Exército Nacional. Augusto Simões Lopes, a seu turno, era filho do “Visconde da Graça”, João Simões Lopes, que também se dedicou à política.

O governo Simões Lopes foi o responsável pela maior parte das fotografias de instituições de ensino primário divulgadas na imprensa pelotense. É possível afirmar que a educação foi utilizada como propaganda desse governo. Embora exista um vasto corpus documental produzido nesse período, esse não será analisado nesta pesquisa, pois sua análise já foi efetivada durante a dissertação de mestrado, dedicada exclusivamente àquele governo<sup>67</sup>. Dessa forma, essa parte da pesquisa será dedicada à análise de quatro fotografias de escolas municipais, todas fundadas no governo de Pedro Luis Osório. Duas das imagens foram extraídas do Almanach de Pelotas de 1924 e duas do Relatório Intendencial do mesmo ano.

Ressalta-se que a preocupação com a educação durante ambos governos residiu, notadamente, no ensino primário, considerando que o número de analfabetos ainda era muito grande. De acordo com Nagle (2001), a fase que denominou como entusiasmo pela educação caracterizou-se por uma luta contra o analfabetismo, prevendo-se a ampliação quantitativa do número de escolas, nas quais os estudantes seriam instruídos. Essa preocupação com o número de analfabetos pode ser percebida na afirmação de Pedro Luís Osório: “Pelos trabalhos realizados pela comissão de srs. Funcionarios municipaes, chegou-se á conclusão de que existiam dentro da cidade creanças de 7 a 14 annos annalphabetas – 1446, sabendo ler 3572 [...]”, (RELATÓRIO Intendencial de 1922, p. 67).

Para promover o incremento educacional, o intendente criou um imposto sobre diversões, o qual visava auxiliar “a verba de instrucção e de caridade”, (RELATÓRIO Intendencial de 1922, p. 67). Ao se verificar a expressão “instrucção” utilizada por Pedro Luis Osório, percebe-se como a criação de escolas municipais se encontrava vinculada ao entusiasmo pela educação, na qual era previsto o aprendizado da leitura e da escrita, em detrimento de uma formação integral, a qual foi proposta na fase subsequente, denominada por Nagle (2001) de otimismo pedagógico.

Destaca-se, ainda, que tanto a escola André Laquintinie como a escola João Affonso foram instaladas em praças, sendo a primeira, na Praça Domingos Rodrigues e a segunda na Praça Júlio de Castilhos. Segundo o intendente:

---

<sup>67</sup> Sobre a educação no governo Simões Lopes, ver Oliveira (2005).

Nos jardins junto a espaços livres – As escolas ao ar livre, pelo seu alto valor social, devem merecer as melhores atenções, pois se destinam, sobretudo, ás creanças de débil constituição.

Pelotas tem já as suas duas primeiras, nas praças Júlio de Castilhos e Domingos Rodrigues, onde irão esses entesinhos passar, em trechos bastante arborizados, parte do dia ao sol e ao ar livre, em exercícios methodicos, ao mesmo tempo recebendo a necessária instrucção (RELATÓRIO Intendencial de 1922, p. 68).

A relação entre a natureza e a educação é uma das características da Escola Nova. Na obra de Fernando de Azevedo, “Novos caminhos e novos fins”, o autor evidencia os benefícios que o contato com a natureza poderia oferecer à saúde das crianças. Além disso, ao mencionar a arquitetura escolar, afirma que as escolas deveriam ser localizadas em meio a praças ou parques, ou, não sendo possível, deveria contar com um entorno arborizado. Esse interesse em desenvolver a saúde dos alunos ficou claro nas palavras do intendente, o qual afirmava que as escolas contariam principalmente com alunos com saúde frágil. Com relação às aulas, o intendente afirmava:

As creanças dirigem-se á aula pela manhã, cedo, e retiram-se, á tarde, indo á casa apenas para a refeição.

As carteiras são portáteis, removíveis facilmente, em bruscas mudanças de tempo.

As licções são dadas pela manhã, de preferênciã ao ar livre, usando a meninada chapéus de palha de abas largas, sempre que o tempo permittir á sobra das árvores, e no pavilhão, quando houver mau tempo.

Ficando ao contacto directo com a natureza, recebendo licções de coisas práticas, que, mais do que todas as theorias, desenvolverão nellas a intelligencia.

Cada licção dura, no máximo, vinte e cinco minutos, seguido de recreio.

As licções não excedem de muitas horas para cada classe, de modo que se torna possível alterar-se duas classes: uma de instrucção e outra de recreio, vice-versa.

As creanças executam exercícios de gymnástica e canto e ocupam-se da jardinagem (cultivo de flores) e de outros pequenos trabalhos manuaes (confecção de cestos, caixas, bordados, costuras, etc) (RELATÓRIO Intendencial de 1922, p. 68).

Pode-se perceber que, embora as escolas não se tratassem de grupos escolares e provavelmente tampouco eram seriadas, o tempo escolar era organizado de forma a revezar horários de aula e de descanso, além de prever atividades que envolviam o entorno da escola. Além disso, as aulas eram dadas, preferencialmente, no espaço externo da instituição, contudo, ao levar-se em consideração o clima, havia espaço no interior do prédio para que o mesmo ocorresse. As fotografias de ambas instituições foram publicadas no Almanach de Pelotas. Como já mencionado anteriormente, esse periódico foi amplamente

utilizado pelos intendentos do PRR para divulgar o progresso de Pelotas e, conseqüentemente, de suas gestões. Até então, o ensino superior, o ensino secundário e as instituições beneméritas já haviam sido retratadas nesse periódico.



Figura 34 – “Escola André Laquentinie”

Fonte: Almanach de Pelotas de 1924



Figura 35 – “Escola João Affonso”

Fonte: Almanach de Pelotas de 1924

Em 1924, foram publicadas as imagens das Escolas André Laquentinie e João Affonso. A fotografia da primeira foi publicada anteriormente no jornal Diário Popular de 20 de setembro de 1922. Tanto a Escola André Laquentinie (figura 34), como a Escola João Affonso (figura 35) foram construídas na zona urbana, embora em locais relativamente distantes do centro. Por isso, pode-se perceber que os prédios, embora apresentassem uma arquitetura mais utilitária e despojada em relação aos prédios de grupos escolares urbanos que iriam se construir posteriormente,

receberam mais cuidados do que as escolas construídas na zona rural, como a Escola Dr. Bruno Chaves (figura 36) e Dr. Gervásio Alves Pereira (figura 37). Deve-se destacar que, embora esses prédios sejam considerados mais despojados, foram os primeiros em âmbito municipal a serem construídos com a finalidade de abrigarem instituições educacionais. Nesse período, os já mencionados colégios elementares estaduais eram as instituições educacionais com posição de centralidade no que tange ao ensino primário público. Dessa forma, o município não teve, até o governo Simões Lopes, a preocupação em construir escolas dessas mesmas dimensões. Sobre a arquitetura das escolas urbanas, Pedro Luis Osório afirmou:

A instalação de aula em pavilhões simples, orientados, devido às condições do nosso clima, é tudo quanto há de melhor [...].  
O pavilhão que constitui uma aula independente, divide-se em sala de classe e anexos.  
Cada sala pode comportar 50 alunos (RELATÓRIO Intendencial de 1922, p. 68 e 69).

Ressalta-se que o próprio intendente evidencia a simplicidade dos pavilhões das edificações escolares, entretanto, destaca o grande espaço, o qual poderia abrigar cinquenta alunos. A diferença entre as dimensões das escolas urbanas e rurais, provavelmente se devia ao fato de que a zona urbana contava com maior densidade demográfica. Nesse mesmo sentido, destaca-se que a dicotomia urbano x rural está presente nos debates sobre modernidade nas primeiras décadas do século XX. De acordo com Pesavento (2002, p. 303): “[...] a identidade se reconhece na alteridade. O campo é tudo o que a cidade não é e vice-versa”. Destaca-se, também, o fato de que o centro urbano era um espaço mais propício para a divulgação das obras públicas. Tratava-se de um lugar em que circulava um número maior de pessoas, as quais entrariam em contato com as ações simbólicas promovidas pelo governo municipal.

A fotografia da Escola André Laquintinie retrata a fachada lateral e parte da fachada principal. Na imagem (figura 34), pode-se perceber que o entorno e a instituição encontravam-se em obras. Percebe-se, ao lado da fachada principal, que outros prédios já existiam no local. A fachada lateral contava com seis janelas, o que demonstra a preocupação com os quesitos de higiene e iluminação. Conforme Frago (2001), a seleção da localização dos prédios escolares tinha em conta critérios de

ordem higiênica e moral. Propunha-se, segundo o autor, que fossem selecionados lugares elevados, secos, bem arejados e com sol.

A seleção do local para a Escola João Affonso (figura 33) também levou em consideração os preceitos de higiene. O estabelecimento escolar, situado na Praça Dom Antonio Zattera, anteriormente, Praça Júlio de Castilhos. Sobre a inauguração da escola afirmava Pedro Luis Osório:

A 16, inaugurei a “Escola João Affonso” á praça Julio de Castilhos, primeira da serie de escolas ao ar livre, tão aconselháveis, e que, como nos povos superiormente orientados em materia de ensino, tanto virá contribuir para a disseminação da cultura primaria entre a população (RELATÓRIO Intendencial de 1923, p. 49).

A imagem apresenta a fachada principal e a fachada lateral. O prédio contava com várias janelas, sendo que, a fachada principal era constituída por uma porta, ladeada por duas janelas. Vários elementos deixam transparecer o fato de o prédio ainda se encontrar em obras, como as duas escadas que aparecem em frente ao prédio, uma aberta, ao lado da escola e outra deitada ao chão, frente à fachada principal. Além disso, do lado direito da imagem, percebe-se uma série de materiais de construção. Também se deve mencionar que o prédio da instituição distinguia-se em relação à praça, ladeado por uma série de árvores.

Ressalta-se, que no período de sua construção, a sua localização era urbana, porém não central. Nesse período, o epicentro da urbe situava-se na Praça da República, na qual estava localizado o poder secular do município. Além disso, destaca-se que a iniciativa de instalação de escolas na praça já existia, o que ocorria, principalmente, por influência do pensamento escolanovista que, segundo Nagle (2001), iniciava o seu lento processo de inserção no pensamento educacional brasileiro desde o final do século XIX. Destaca-se, ainda, que a difusão de escolas públicas municipais é um processo que se encontrava inserido no projeto estadual de multiplicação do número de escolas públicas, tendo em vista, de acordo com Tambara (1996), a incapacidade de a rede privada atender às necessidades de alfabetização.



Figura 36 – “Escola Dr. Bruno Chaves (Hydráulica) – 4.º Distrito”  
Fonte: Almanach de Pelotas de 1924

Com relação à fotografia da Escola Dr. Bruno Chaves, publicada no Almanach de Pelotas de 1924, em cuja legenda se verifica a correção em vermelho de 4.º para 7.º distrito, as preocupações com o estilo arquitetônico se mostravam menores. Atualmente, a região em que a escola se localizava é chamada de Rincão da Hidráulica e faz parte do 9.º distrito. O prédio, de arquitetura muito simples, teve sua fachada principal e parte da lateral retratadas. A primeira, contava com duas janelas, de dimensões reduzidas, e uma porta disposta entre elas. A segunda, provavelmente tinha outra porta e duas pequenas janelas. Uma escada se encontrava encostada em sua fachada lateral. Em primeiro plano, do lado direito da imagem, percebe-se a presença de um tronco. Do lado esquerdo, visualiza-se uma árvore de grandes dimensões. Ao contrário de uma calçada, como pode ser percebido na fotografia da Escola André Laquentinie (figura 34), verifica-se que a entrada da instituição era gramada.

A imagem provavelmente foi realizada no momento da inauguração da escola ou durante algum evento comemorativo, pois nela foi retratado um grande número de pessoas. Essa fotografia foi considerada uma imagem de prédio escolar, pois a legenda aponta para a instituição e não para os personagens ali presentes. Ainda com relação ao público presente na fotografia, ressalta-se que havia homens, mulheres e crianças, em sua maioria elegantemente vestidos. É possível que, por tratar-se da zona rural, aquelas fossem as suas melhores roupas. Algumas senhoras usavam chapéus, bem como alguns dos homens. Desses, vários vestiam

sobretudos. As meninas usavam, em sua maioria, meias e sapatos escuros, com uma tira no peito do pé, semelhante ao utilizado pelas mulheres adultas. As vestimentas representam a importância cerimonial do momento que ocorria enquanto eram retratados frente à escola.



Figura 37 – “Escola Dr. Gervásio Alves Pereira (Arroio Grande) 6.º Distrito”  
Fonte: Almanach de Pelotas de 1924

Com relação à figura 37, da Escola Dr. Gervásio Alves Pereira, em Arroio Grande, 6.º Distrito, percebe-se, também, a presença de alguns personagens: dois homens se encontravam à porta. Um deles trajava terno e gravata. O outro, por sua vez, se apresentava com vestimentas típicas do estado do Rio Grande do Sul. Das janelas, algumas pessoas ingressavam na imagem, como espectadores do fotógrafo que os retratava. Além deles, um cãozinho se encontrava frente à escola, pois, em se tratando de zona rural, provavelmente frequentasse o lugar. Ressalta-se que o local em que se encontrava a escola atualmente pertence ao município de Turuçu. É possível que a fotografia contasse com poucos retratados por se tratar de uma escola da zona rural e as pessoas não se sentissem adequadamente vestidas. Existe, ainda, a possibilidade de que o fotógrafo tenha selecionado os elementos que iriam constar na imagem.

Com relação ao prédio, se tratava de uma construção simples, sem requintes ou ornamentos, semelhante ao estilo arquitetônico colonial português. A fachada principal contava com duas portas e três janelas. A fachada lateral contava com duas janelas, sendo que uma era igual às janelas da fachada principal e a outra tinha dimensões reduzidas. Ressalta-se, também, que o telhado é mais simples do

que os apresentados pelas construções anteriormente analisadas, trata-se de um telhado de zinco. Pode-se perceber que na Escola Dr. Gervásio Alves Pereira, as telhas são de zinco, cujo custo é menor do que as telhas em estilo português e francês, que foram utilizadas nos prédios das outras instituições escolares.

Vários elementos deixam transparecer que a escola se localizava na zona rural, como o fato de não haver construções próximas. Além disso, ao fundo, percebe-se a presença de algumas árvores. A cerca feita em madeira bruta também se constitui em um elemento típico da zona rural. Deve-se ter em conta, ainda, que as dimensões da escola demonstram que a instituição recebia poucos alunos em relação às escolas urbanas.

Embora os prédios das escolas localizadas na zona rural se tratassem de prédios mais despojados no que tange a ornamentos, pode-se dizer que a construção de espaços para o estabelecimento de instituições educacionais insere-se no âmbito do movimento higienista, como já mencionado anteriormente. De acordo com Pedro Luis Osório, a saúde na escola dependia:

- a) da organização de um ambiente semelhante com o das habitações mais higienicas;
- b) do alarme immediato das moléstias contagiosas;
- c) de múltiplas previsões para a correção de defeitos e vícios phisicos e mentais;
- d) do estímulo ao estudo, do amor ao livro, conseguidos pela vida ao ar livre e pelos recreios, que fazem nascer na creança o affecto perdurável pela casa onde aprende (RELATÓRIO INTENDENCIAL DE 1923, p.37 e 38).

O discurso higienista, de acordo com Stephanou (1997), chegou ao Rio Grande do Sul antes da década de 1920. Para a autora, as práticas formativas da medicina social, no início do século XX, encontravam-se relacionadas ao desenvolvimento de um novo paradigma comportamental, o qual poderia ser entendido como um “modelo” de urbanidade e civilidade. A difusão desse modelo que então se desenvolvia, deu-se, no âmbito educacional, por meio da difusão de escolas e pelas preocupações com os edifícios escolares. Pedro Luis Osório destaca como solução para a proteção da saúde das crianças, o “constante estímulo á criação de escolas em todas as fabricas, emprezas, companhias, estâncias, colônias, etc [...]” (RELATÓRIO Intendencial De 1923, p.38).

Além das preocupações com a difusão de escolas se destaca, ainda, a relevância existente nos nomes com que eram batizadas. Com relação às escolas

em praças, situadas na zona urbana da cidade, ambas receberam nomes de professores<sup>68</sup>. Segundo Pedro Luis Osório:

Pelo Acto n.º1083, de 7 de setembro, criei mais duas aulas, ás praças Julio de Castilhos e Domingos Rodrigues, com as denominações de João Affonso e Carlos Laquintinie, pelo acto n.º1084, de 8:  
 Considerando ser de justiça homenagear as memórias daquelles que prestaram á comunidade serviços de valia, com dedicação e zelo;  
 Considerando que pela instrucção em nossa terra muito fizeram os professores João Affonso Corrêa de Almeida e Carlos André Laquintinie;  
 Considerando que foram elles guias prestimosos de quatro gerações, que lhes bemdizem os homes, com a mais profunda reverencia (RELATÓRIO INTENDENCIAL DE 1923, p.39).

As escolas da zona rural, diferentemente das urbanas, ambas receberam nomes de beneméritos pelotenses. Gervásio Alves Pereira foi o primeiro intendente de Pelotas e Bruno Gonçalves Chaves foi médico, diplomata e provedor da Santa Casa de Pelotas. A escolha de nomes relacionados à política para escolas na zona rural pode estar relacionada com a distância daquelas localidades em relação ao poder central. Dessa forma, atribuir a um espaço escolar, o nome de um político ou de um benemérito, constituía-se em uma forma de aproximar os habitantes da zona rural e reafirmar a sua ligação com o centro político. Destaca-se que uma das regiões (6º distrito) atualmente não faz parte de Pelotas. As homenagens realizadas ao dedicar-se às escolas nomes de figuras eméritas é uma forma de perpetuar a memória desses indivíduos, o que, de acordo com Bourdieu (2011a), confere eternidade.

### **5.3 O Conservatório de Música de Pelotas: representações de arte e cultura**

Essa instituição já foi mencionada anteriormente, no capítulo III, ao se realizar a análise de uma fotografia de diretor, docentes, alunos e artistas visitantes. Esta parte do estudo, entretanto, refere-se aos aspectos arquitetônicos da instituição, ou seja, ao seu prédio. A relevância do Conservatório de Música como instituição representante de um *status* a ser obtido por determinado grupo social se relaciona com a estreita ligação entre o ensino da música e as concepções de cultura e refinamento. Dessa forma, considera-se o Conservatório de Música uma instituição representativa de determinadas características que a elite pelotense pretendia demonstrar. De acordo com o Almanach de Pelotas de 1921, a cidade esteve por

---

<sup>68</sup> Sobre o assunto ver NEVES (2012).

quase duas décadas sem uma instituição que se propusesse à difusão do ensino musical:

Quasi dous decennios decorreram, assim, sem musica, até que alguns cérebros esclarecidos, soffrendo pelo immenso e deprimente disequilíbrio entre o adiantamento material e o intelectual nossos, valentemente tomaram a si a realização de um das obras que mais ennobrece a nossa gente (ALMANACH DE PELOTAS, 1921, p.278).

Durante o fim do século XIX, foram extintas as instituições musicais da cidade, como a “Philharmonica Pelotense” e o “Club Beethoven”. No alvorecer do século XX, o periódico aponta para os “Concertos Populares”, que ocorriam na Bibliotheca Pública, por iniciativa de Demétrio Ribeiro. As duas décadas sem música, conforme o Almanach de Pelotas, consistiriam em um disequilíbrio entre o adiantamento material e o intelectual da cidade de Pelotas. Contudo, como já mencionado no Capítulo III, de acordo com Nogueira (2005), de um projeto de interiorização da cultura artística, o qual foi idealizado por membros do Conservatório de Música de Porto Alegre, José Fontainha e por José Corsi. Ambos atuaram também, de acordo com Sparvoli e Goldberg (2008), na fundação do Conservatório de Rio Grande. Além disso, ao mesmo tempo em que o Conservatório de Música tinha um diretor administrativo, de função mais figurativa, normalmente membro da elite pelotense, o seu diretor artístico, cuja função era mais relevante, em geral, não era sequer pelotense. Os primeiros diretores do Conservatório de Música de Pelotas foram Antonio Leal de Sá Pereira (nascido em Salvador, diretor entre 1918 e 1923) e Milton de Lemos (vindo do Rio de Janeiro para dirigir a instituição, diretor entre 1924 e 1954)<sup>69</sup>. A atuação de Sá Pereira foi ressaltada pela Revista Ilustração Pelotense de 16 de outubro de 1921 (n.º20, p.2):

Festejou no mez passado, o seu 8º anniversario, o nosso Conservatorio, ora em franco e auspicioso progresso, graças especialmente á dedicação de seu director snr. Sá Pereira e digno prestimoso auxiliar snr. Andino Abreu, professor de canto.

Dessa forma, como já mencionado no Capítulo III, percebe-se que a criação de um Conservatório de Música em Pelotas não se refere a um acontecimento exclusivo dessa cidade, tendo em vista que fazia parte de um movimento maior, que objetivava a interiorização do ensino musical, o qual, no estado do Rio Grande do Sul, partiu de sua capital.

<sup>69</sup> Sobre o assunto ver NOGUEIRA (2005).

O espaço físico dedicado à instituição foi o segundo piso de um prédio cedido pela municipalidade, no qual, esse estabelecimento continua até os dias atuais. É possível afirmar que ao se analisar o significado de determinadas representações, pode-se perceber algumas dimensões: a primeira delas, consiste na representação que determinadas instituições exercem na cidade, pela qualidade do ensino oferecido, pelas opções ideológicas de seus dirigentes e pela sua inserção social. A segunda, não menos importante, consiste no espaço físico que a instituição ocupa, seja no traçado urbano, seja por seu estilo arquitetônico. O prédio em que o Conservatório de Música se encontrava instalado foi retratado e divulgado tanto no Almanach de Pelotas de 1922, como no Álbum do Centenário, com legenda “Vista do bello predio do Conservatorio de Musica de Pelotas”. Tratava-se da mesma fotografia. A seguir, a referida imagem será analisada.

### 5.3.1 O Espaço Físico do Conservatório de Música



Figura 38 – “Vista do bello prédio do Conservatório de Música de Pelotas”  
Fonte: Álbum do Centenário de 1922

A fotografia do Conservatório de Música (figura 38) segue o mesmo padrão apresentado pelas imagens de prédios escolares, no qual foram retratadas as fachadas principal e lateral da edificação. Trata-se de um prédio de dois pisos. Na fachada principal, a porta de entrada, localizada ao centro, era ladeada por duas janelas, seguindo os princípios de simetria. No segundo piso, encontravam-se alinhadas cinco portas-janela com sacada de ferro. Na fachada lateral, no piso térreo, contava-se com seis janelas, semelhantes ao do piso térreo da fachada principal, bem como com uma porta. No piso superior, havia duas portas-janela com

sacada em ferro e cinco janelas. O prédio contava com platibanda balaustrada. Sobre todas as aberturas havia decorações em estuques.

Dois transeuntes foram retratados, ao lado da fachada lateral da instituição. A disparidade entre as dimensões da construção e a altura dos dois homens retratados de costas, usando chapéus e terno, como era de costume na época, ressalta a imponência da edificação. Sobre a porta de entrada, verifica-se a presença de um mastro, o que indica que os prédios públicos deveriam atuar no sentido de propagar o civismo que era preconizado na época. A arborização inicial se constitui em um elemento que demonstra a fase de reurbanização que a cidade vivenciava.

Entretanto, deve-se ressaltar que esse prédio não foi construído durante o período republicano, mas se trata de uma residência que pertenceu a uma família abastada. De acordo com Magalhães (2005), existe uma hipótese de que o prédio, cujo segundo piso serve de sede para o Conservatório de Música até os dias atuais, teria sido construído entre 1880 e 1881 para servir de residência para o Barão de Correntes, Felisberto Inácio da Cunha. Outra hipótese seria de que a edificação fosse propriedade de Domingos de Castro Antiqueira e que D. Pedro II teria ficado nele hospedado em 1846. Independentemente da origem do prédio, a informação aqui relevante é o fato de que a construção foi realizada no século XIX e que o prédio que abriga a instituição até os dias atuais não se trata de uma obra do século XX, mas de uma tradicional afirmação da Pelotas que emergiu no século anterior.

#### **5.4 Asylo de Órfãs Nossa Senhora da Conceição: educação e benemerência**

Como mencionado no capítulo I deste estudo, a benemerência da elite local era uma forma de obter ou manter status social. O Asylo de Orphãs N.S. da Conceição se constituía em um espaço propício para esse intento. De acordo com o Almanach de Pelotas de 1922: “Um dos padrões, entre tantos outros, pelo qual se pode avaliar da edificante piedade e incompatível philantropia dos pelotenses, as quaes já se tornaram tradicionais, é o Asylo de Orphãs N. S. da Conceição” (p.301). As palavras do referido impresso deixam clara a relação entre filantropia e tradição, o que permite desvelar o já mencionado interesse da elite em manter o seu status por meio de atitudes benemerentes e filantrópicas. Em 1922, Leopoldo Souza

Soares<sup>70</sup> se encontrava à frente da diretoria, antecedido por Manoel Luiz Osório<sup>71</sup>, que ocupou o cargo, conforme o periódico, pelo período de onze anos. Verifica-se que a diretoria era ocupada por membros da elite local, os quais foram denominados pelo Almanach de Pelotas de 1922, como “obreiros do Bem”. Contudo, a publicação buscava demonstrar que não era apenas a elite econômica que deveria manter a instituição:

Quando se souber que uma parte do Asylo, a antiga está a ruir; que há necessidade de dota-lo de outras instalações de hygiene; que as suas rendas mal dão para custear as despesas; que, dahi não se pode ampliar os benefícios que elle poderia prestar e que as condições actuaes da Cidade, com população mais densa, estão a exigir; quando isso se disser, então terá desaparecido a errônea convicção de muitos – que o Asylo é rico – amparado por gente rica, e que não precisa, portanto, do auxilio da communhão; e todos, impulsionados por aquella improvável e tradicional philantropia, acorrerão com seus obulos para que não pericyte a obra meritória e grandiosa dos nossos maiores (ALMANACH DE PELOTAS, 1922, p.301).

Pode-se perceber que o Almanach de Pelotas considerava as atitudes filantrópicas dos menos favorecidos como algo improvável, no entanto, esses deveriam acorrer à benemerência para que a obra grandiosa dos “nossos maiores” não viesse a terminar. As afirmações, acima transcritas, reforçam a diferença social existente em Pelotas e exaltam a distinção do grupo de *status* que era constituído pela elite pelotense. Além disso, o periódico demonstra um posicionamento social, no qual as classes mais populares devem seguir o exemplo dos membros das classes mais elevadas.

Tais afirmações se encontram em consonância com o que aponta Bourdieu (2011b) de que o grupo de *status* se distingue por seu estilo de vida. Pode-se dizer, então, que o Asylo de Órphãs se constituía em um dos espaços propícios para a evidenciação da distinção buscada pelo referido grupo social. Ser um benemérito dessa instituição representava uma diferenciação em relação aos membros de outros grupos. A filantropia e a benemerência são elementos de distinção social.

---

<sup>70</sup> Leopoldo Álvares de Souza Soares era filho do Visconde de Souza Soares, José Álvares de Souza Soares. Conforme informações disponíveis no site do Museu da Emigração e das Comunidades ([www.museu-emigrantes.org](http://www.museu-emigrantes.org)), esse título nobiliárquico não foi obtido no Brasil, mas em Portugal. Sendo assim, os membros dessa família que se estabeleceram em Pelotas a pesar de constituírem-se em descendentes da nobreza portuguesa, não podem deixar de constar entre as figuras integrantes do grupo de *status* pelotense.

<sup>71</sup> Com relação à família Osório, como já mencionado anteriormente, são descendentes do Marquês do Herval e patrono da Cavalaria do Exército Brasileiro, Marechal Osório.

Com relação à trajetória dessa instituição, conforme esse periódico, a instituição foi fundada em 1855:

[...] recolhendo ao seu hospitaleiro âmbito, a principio modesto e acanhado, desamparadas creaturinhas, as mais dignas de compaixão, dando-lhes o conforto de cuidados e carinhos e os dons de educação e do ensino, um futuro mais risonho, tornando, enfim, menos amarga e dolorosa sua condição de orphãs (ALMANACH DE PELOTAS, 1922, p.301).

De acordo com Vanti (1998), durante o século XIX, a família era a única responsável pelo atendimento à infância, sendo prestado o atendimento institucional apenas nos casos de abandono declarado. Conforme a autora, em 1 de julho de 1849, foi criada a Casa dos Expostos da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas. Entretanto, a demanda de crianças expostas aumentou, o que foi amenizado com a fundação do Asylo de Órphãs, que recebia as meninas. Os meninos que não eram adotados, a seu turno, eram enviados ao Arsenal de Guerra, em Porto Alegre.

Ressalta-se, ainda, que a instituição, criada com o intuito de atender e formar as meninas órfãs da cidade de Pelotas, embora retratada no Almanach de Pelotas de 1922 e no Álbum do Centenário de 1922 (em ambos disponibilizando as mesmas fotografias, como de costume) como sendo uma instituição representante do progresso da cidade naquele período, trata-se de uma criação do século XIX. Uma vez mais, pode-se perceber que as primeiras décadas do século XX se constituem em um período cuja proposta é dar continuidade à modernidade vivenciada no século XIX. Além disso, ressalta-se que a fundação dessa instituição de caridade está relacionada à Maçonaria. Conforme a mesma matéria do Almanach de Pelotas:

A loja maçônica 'União e Concordia', tendo resolvido a sua dissolução, deliberou que o prédio em que celebrava as suas sessões, sito a rua Gonçalves Chaves, esquina da 13 de Maio, fosse consagrado a uma instituição pia, delle fazendo por isso doação para a instalação de um asylo para orphãs desvalidas (ALMANACH DE PELOTAS, 1922, p.301).

Essa instituição foi amplamente retratada no Almanach de Pelotas de 1922, bem como no Álbum do Centenário do mesmo ano. A série de imagens produzidas permite a análise do espaço da instituição, bem como de suas concepções de formação e de religião.

#### **5.4.1 A narrativa imagética do Asylo de Órphãs N. S. da Conceição**

Deve-se ter em conta que a narrativa imagética, aqui apresentada, segue a ordem das imagens conforme o seu ordenamento no Álbum do Centenário de 1922,

no qual, após a fotografia da enfermaria, foram reproduzidas quatro imagens da Capela. Ressalta-se que no Almanach de Pelotas de 1922, as imagens da Capela foram as primeiras a constarem naquele periódico. Ressalta-se que o ordenamento em que as fotografias são expostas se refere aos interesses do periódico ou da publicação em evidenciar determinados aspectos.

No Álbum do Centenário se realizou uma apresentação das partes externas do prédio, para posteriormente, adentrar a edificação. Nesse impresso, a primeira fotografia de partes internas se refere à sala de sessões da diretoria, ou seja, espaço dedicado à cúpula administrativa, para depois se dedicar ao espaço em que as órfãs se apropriavam cotidianamente. A Capela se inseriu nesse contexto antes de se apresentarem os cômodos mais íntimos: os dormitórios. Dessa forma, percebe-se um traçado que parte do público em direção ao privado.

No Almanach de Pelotas, no entanto, as fotografias da Capela, iniciando-se por sua fachada, foram evidenciadas e tiveram o privilégio de constarem como as primeiras da publicação. Diferentemente das outras, elas não contaram em sua legenda, a informação “Estabelecimentos pios de Pelotas”. Tal dado pode tratar-se apenas de um simples esquecimento. O ordenamento que as fotografias tiveram, em seguida, parece mais despreocupado do que o do Álbum do Centenário. Provavelmente, a preocupação tenha assolado mais intensamente ao segundo, por tratar-se de uma publicação que buscava evidenciar o que Pelotas tinha de melhor naquele período.



Figura 39 – “Vista geral do Asylo de Órfãs N. S. da Conceição”  
Fonte: Álbum do Centenário de 1922

A figura 39 apresenta a “Vista geral do Asylo de Órphãs N. S. da Conceição”. Assim como a maior parte das fotografias de prédios de instituições educacionais, a imagem apresenta tanto a fachada lateral, como a fachada principal. A imagem, realizada a partir de um ângulo oblíquo à edificação, destinava-se a exaltar as grandes dimensões daquele prédio. Embora o prédio contasse apenas com um piso, possuía porão baixo. O prédio era ornamentado com platibanda vazada balaustrada. Pode-se dizer que, embora a arquitetura dessa edificação possa ser considerada austera, ela não é despojada de ornamentos. Uma carruagem e um transeunte servem para evidenciar as grandes dimensões do prédio.

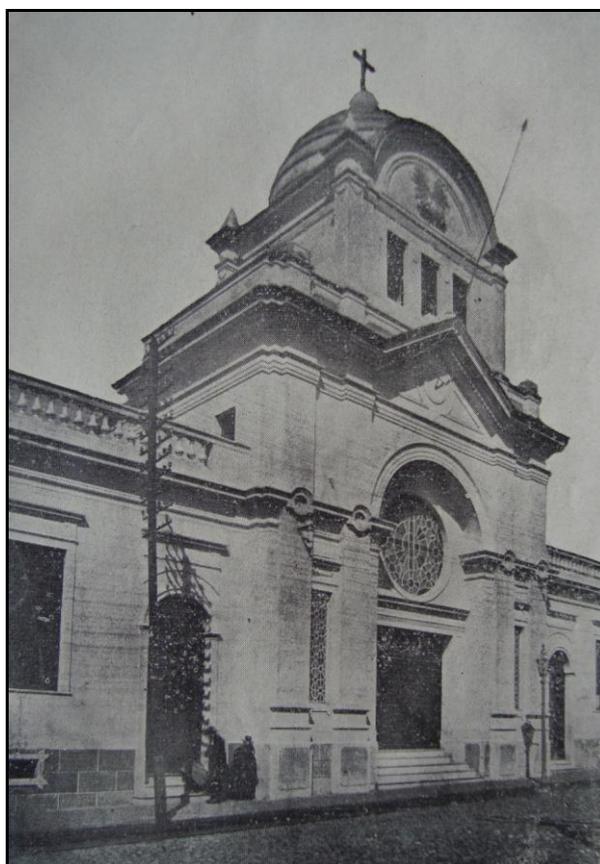


Figura 40 – “Fachada da Capella do Asylo de Órphãs N. S. da Conceição, não faz muito reconstruída”

Fonte: Álbum do Centenário de 1922

Como mencionado anteriormente, o prédio em que foi instalado o Asylo de Órphãs pertencia à Maçonaria, especificamente à Loja “União e Concórdia”, a qual utilizava aquele espaço para a celebração de suas sessões. A Capela foi anexada posteriormente ao prédio. Segundo o Almanach de Pelotas de 1922:

Esse asylo tinha armado em seu salão de honra um oratório, erecto soba a invocação de N. S. da Conceição.

Por provisão episcopal de 15 de Novembro de 1855, foi esse oratório transferido para pequeno edifício, de aspecto especial, erguido no meio da quadra, contigua ao estabelecimento e elevado a capella (ALMANACH DE PELOTAS DE 1922, p.301).

Na fachada principal, verifica-se a porta de entrada para a Capela, a qual pode ser melhor identificada na figura 40, cuja legenda é “Fachada da Capella do Asylo de Órphãs N. S. da Conceição, não faz muito reconstruída”. Nessa imagem, percebe-se que a porta de entrada possuía quatro folhas. Sobre ela se encontrava uma grande rosácea. A Capela contava, ainda, com um frontão triangular e com uma cúpula, sobre a qual, levantava-se uma pequena cruz. Pode-se perceber que esse prédio eclético buscou elementos tanto no Neoclassicismo, como na arquitetura neogótica.



Figura 41 – “Salão das sessões de Directoria do Asylo de Órphãs N. S. da Conceição”  
Fonte: Álbum do Centenário de 1922

Na figura 41, vê-se retratado o “Salão das sessões de Directoria do Asylo de Órphãs N. S. da Conceição”. Nessa imagem, pode-se perceber que a sala possuía grandes dimensões. Ao fundo, percebe-se a presença de pelo menos doze quadros em que eram retratados os filantropos da instituição. À direita se vê uma mesa com seis cadeiras, um armário de cor clara e uma porta de duas folhas. À esquerda, mais três cadeiras. A sala se encontrava, também, decorada com vários vasos de plantas, provavelmente palmeiras ou ráfias.

Ressalta-se que os retratos que adornam o salão de honra, mais do que um brinde a memória da instituição é uma forma de eternizar os indivíduos ali representados. Uma vez mais, retoma-se Bourdieu (2011a), o qual afirma que os

grupos procuram dotar-se de meios para perpetuar-se além da finitude dos seus membros. Para tanto, esses grupos utilizam-se de vários instrumentos:

Entre esses instrumentos que permitem escapar às alienações genéricas, a representação, o retrato ou a estátua que imortaliza a pessoa representada (às vezes, por uma espécie de pleonasmos, ainda em vida); ou o memorial, o túmulo, o escrito, aere perennius, que celebra, além de transmitir para a posteridade, e, em particular, o escrito histórico que introduz na história legítima, merecendo ser conhecida e aprendida [...] (BOURDIEU, 2011a, p.71).

Sendo assim, deve-se considerar o conjunto de retratos presentes no Salão de sessões da Diretoria como uma ferramenta de eternização dos beneméritos da instituição, os quais em sua maioria (provavelmente totalidade) fizessem parte da elite pelotense. O espaço do salão de sessões, por si só, já é destinado à cúpula, ao conjunto de dirigentes, o qual pertence ao mesmo grupo dos indivíduos retratados.



Figura 42 – “Um dos amplos corredores do Asylo N. S. da Conceição”  
Fonte: Álbum do Centenário de 1922

Ao contrário das paredes de cor clara e sem decoração do salão de reuniões da diretoria, o corredor retratado na figura 42, apresenta paredes cobertas por escariólas. O piso era coberto por tijoletas. Vê-se, ainda, duas imagens de santos na parede em oposição às janelas, as quais se encontravam abertas. Pode-se perceber a presença de uma porta ao fundo e de outras no mesmo lado que as imagens de

santos. Ressalta-se que esse espaço, muito imponente, cuja finalidade era servir aos necessitados, possuía muitas semelhanças com prédios de famílias de destaque econômico na cidade. Seria possível dizer que partes do prédio do Asylo de Órphãs apresentavam similaridades com o prédio da instituição escolar que visava a formação das meninas da elite: o Colégio São José.

De acordo com Maciel (2004), ao confrontar as exigências das escolas femininas no século XIX apenas pelo currículo, percebia-se uma série de similaridades. Entretanto, a autora destaca que existia uma diferenciação em suas práticas educativas, notadamente por meio de instrumentalizações diferentes. As jovens bem nascidas eram preparadas para integrar a sociedade e representar as suas famílias, enquanto as órfãs aprendiam a costurar, bordar, lavar, cozinhar, entre outras atividades que serviriam tanto para o lar como para seu futuro sustento.

Contudo, deve-se mencionar, uma vez mais, que o prédio em que o Asylo foi instalado já existia e era utilizado pela Maçonaria, cujos membros, em sua maioria, eram integrantes da elite. Além disso, é possível dizer que o corredor, por ser um espaço público, de passagem, era mais ornamentado do que os espaços privados destinados às meninas.

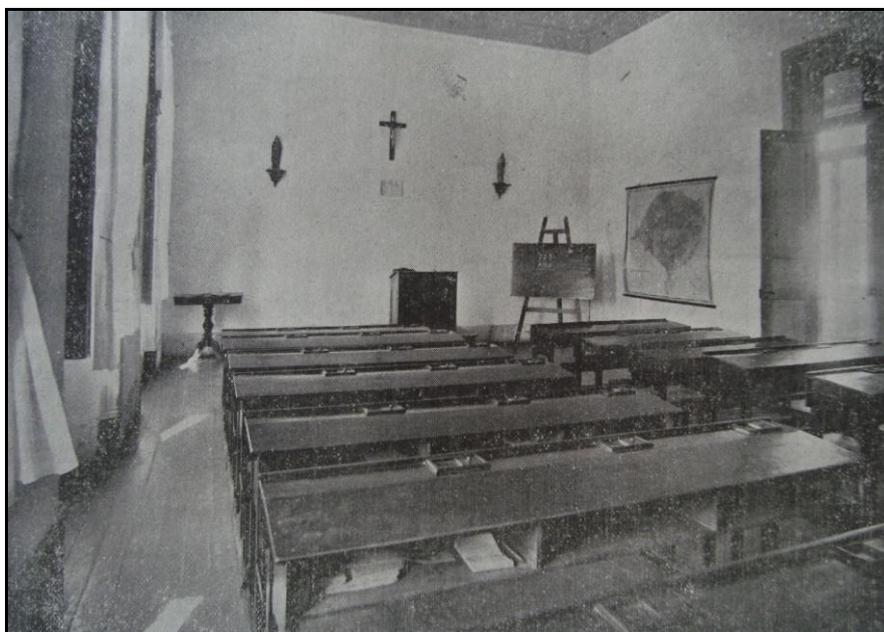


Figura 43 – “Uma das salas do Collegio São Francisco, do Asylo de Órphãs N. S. da Conceição”  
Fonte: Álbum do Centenário de 1922

A imagem que se segue ao corredor se refere a uma das salas de aula do Colégio São Francisco. Nessa fotografia (figura 43) pode-se verificar o mobiliário escolar de uma instituição confessional. A sala contava com carteiras coletivas, um

pequeno quadro negro, um mapa do Rio Grande do Sul, uma mesa para o professor (no caso, professora, provavelmente uma religiosa) e uma mesa auxiliar. Na parede ao fundo, um crucifixo era ladeado por duas imagens de santos. As paredes tinham pintura clara e não eram decoradas como as do corredor. As grandes janelas eram ornamentadas com cortinas que tinham, provavelmente, função mais utilitária do que decorativa. A porta de duas folhas encontrava-se aberta quando da realização da fotografia. Em relação a outras salas de aula já analisadas nesta pesquisa, pode-se dizer que a sala de aula do Colégio São Francisco era mais austera.

Além disso, de acordo com Frago (2001), eram traços característicos da organização pedagógica desse tipo de salas de aula, a reserva, em uma mesma sala, de um espaço para o ensino mútuo e de outro espaço para o ensino simultâneo. Maciel (2004) afirma que o currículo do Asylo de Órfãos previa instrução primária, religiosa e educação física adequada à idade e ao sexo. Dessa forma, a autora aponta que a instituição apresentava uma base curricular semelhante às escolas formadoras da elite pelotense. Entretanto, como já mencionado anteriormente, no Asylo, além dessas disciplinas, eram ensinadas práticas que serviriam tanto para as meninas utilizarem no lar, como para sua atuação profissional. Tal afirmação se encontra em consonância com os apontamentos de Vieira (2006) sobre a instalação de um Asilo de Órfãos na cidade de Santos. Segundo a autora, no fim do século XIX e no início do XX, percebeu-se a importância de realizar a profissionalização das classes mais pobres, tendo em vista o processo de urbanização que o país vivia. Além disso, Silva (2010) menciona que as preocupações com a formação profissional na educação primária e com os jovens das classes mais desvalidas já eram oriundas do período imperial e estavam presentes no Regulamento de 1854<sup>72</sup>.

---

<sup>72</sup> Sobre o assunto ver Silva (2010) e Vieira (2006).



Figura 44 – “Enfermaria das recolhidas do Asylo de Órphãs N. S. da Conceição”  
 Fonte: Álbum do Centenário de 1922

As recolhidas, além de aulas, tinham atendimento médico. A enfermaria (figura 44) contava com três camas, provavelmente de ferro, cobertas por mosquiteiros. As camas estavam cobertas por colchas brancas. À esquerda, vê-se um armário de quatro portas, posicionado frente a uma porta, cujo uso deve ter sido abandonado. Verifica-se, ainda, a presença de uma luminária de três lâmpadas. As camas foram posicionadas próximas às janelas e, ao lado de uma das camas, percebe-se a presença de uma jarra e uma bacia de porcelana, sobre uma das pequenas mesas presentes na imagem. As janelas da enfermaria apontam que essa sala estaria perto do pátio da instituição, pois se pode verificar uma edificação, com telhas portuguesas ou americanas, bem como algumas plantas.

Deve-se ter em conta que havia um espaço dedicado à enfermaria, pois as meninas, além de terem no Asylo um lugar para a sua instrução, ali habitavam e necessitavam de cuidados médicos. Destaca-se, ainda, que houve várias epidemias em Pelotas, como por exemplo a gripe espanhola, que vitimou inúmeras pessoas. Deve-se mencionar, ainda, o fato de que o higienismo, mencionado por Stephanou (2005), relacionava educação e saúde, tendo em vista que os discursos médicos previam a higiene física e moral como elementos relacionados.

A essas imagens, seguiram-se quatro fotografias da Capela. Ressalta-se que a apresentação de um número relativamente grande em relação aos outros de

fotografias de um espaço determinado está relacionado ao fato de que, quando da restauração do edifício, as obras da Capela tiveram cuidados especiais:

Entre muitos dos melhoramentos introduzidos no Asylo, durante a gestão longa do dr. Manoel Luiz Osorio, merece especial referencia, pelo seu vulto, a reconstrução externa e em parte interna do edifício, e ainda a Capella, que, hoje pela sua decoração, realizada por um pintor emérito da Ordem dos Franciscanos, é talvez, o templo mais lindo, já não diremos de Pelotas, mas do Rio Grande do Sul (ALMANACH DE PELOTAS DE 1922, p.301).

Como mencionado anteriormente, o Asilo tinha um oratório em homenagem à Nossa Senhora da Conceição, localizado no salão de honra. Pela provisão episcopal de 15 de novembro de 1855, o oratório foi transferido para um pequeno edifício, no meio da quadra, contiguo ao estabelecimento. Esse espaço foi elevado à Capela. Com relação às suas dimensões, o periódico informou, em 1914, cujo trecho foi transcrito em 1922:

Esta capella mede de comprimento 22m, 22 por 8m88 de largura. Faz frente para a rua Gonçalves Chaves, por onde tem um adro revestido de um gradeamento de ferro, cujo portão da ingresso para a Capella (ALMANACH DE PELOTAS DE 1922, p.301).

Com relação à ordem em que as imagens aparecem no Almanach de Pelotas e no Álbum do Centenário, pode-se dizer que esses impressos fizeram opções diferentes. O Almanach de Pelotas iniciou com a fotografia da fachada (figura 33) já analisada anteriormente, em seguida apresentou a vista do altar mor, para depois apresentar as paredes laterais e terminar com o côro. O Álbum do Centenário, ao contrário, começou com as paredes laterais, passou pelo côro e terminou com o altar mor. Pode-se perceber que a primeira opção de narrativa imagética opta por iniciar com o lugar mais importante da Igreja, que representa, de acordo com Zilles (2006), a presença de Cristo entre nós. O Álbum do Centenário, ao contrário, atribui a mesma valorização do espaço, apenas colocando-o em uma posição diferente, como um grande fechamento.



Figura 45 – “Parede lateral da Capella do Asylo de Órphãs N. S. da Conceição, destacando-se o grande e lindo painel da Ressurreição”  
Fonte: Álbum do Centenário de 1922



Figura 46 – “Parede lateral da Capella do Asylo de Órphãs N. S. da Conceição, com o bello painel da Ascensão”  
Fonte: Álbum do Centenário de 1922

Tanto na figura 45 (parede lateral com painel da Ressurreição de Cristo), como na figura 46 (parede lateral com painel da Ascensão de Cristo), as pinturas apresentam algumas características renascentistas. Em ambos os painéis, percebe-se um equilíbrio simétrico, no qual Jesus é o centro da imagem. Destaca-se, ainda, que nos dois painéis Jesus encontra-se entre nuvens. De acordo com Zilles (2006): “Na narrativa da Ascensão a nuvem é apresentada como um biombo, atrás do qual acontecem coisas misteriosas” (p.67). Além disso, o autor continua, citando Mateus 26,64: “Como o Filho do Homem também Jesus há de vir com ou em nuvens do céu”

No painel da Ressurreição, Jesus surge vitorioso de sua tumba. Sua figura é iluminada. De acordo com Lexikon (1990), a luz se constitui no símbolo mais utilizado para representar a imaterialidade, o espírito de Deus, bem como a vida e a felicidade. Em sua mão direita, Jesus carrega um estandarte em forma de cruz, a qual recebeu o “significado especial de símbolo de sofrimento, mas também de triunfo de Cristo [...]”, (LEXIKON, 1990, p.71). Além disso, esse estandarte é acompanhado de uma bandeira, que, para o autor, Cristo carrega a bandeira como símbolo de ressurreição e vitória sobre as trevas. No caso específico da pintura retratada na imagem, o significado parece denotar o triunfo, até porque, duas das figuras que cercam Jesus foram retratadas prostradas, o que, segundo Zilles (2006) significa fazer-se pequeno diante de Deus. Além disso, outro soldado romano é retratado fugindo, provavelmente temendo o poder de Deus. A única figura serena é um anjo situado do lado esquerdo de Cristo, ao lado da pedra que selava o seu sepulcro e que é fortemente segurada por Jesus.

Ressalta-se, ainda que o painel é formado por três partes, o que também é uma característica bastante comum na pintura renascentista. Logo, a cena da ressurreição estava ladeada pelas imagens de dois santos, separadas da imagem central por colunatas. As imagens são emolduradas por arcos e, a cena da ressurreição encontra-se abaixo do arco mais alto, formando um esquema triangular, repetido na pintura (Jesus Cristo está acima e ao centro da imagem).

O painel da Ascensão segue o mesmo esquema triangular e também é formado por três partes, sendo que nas laterais encontram-se figuras de santos. Na cena da Ascensão, Jesus ocupa uma vez mais a posição central e superior, sendo retratado subindo aos céus, lançando raios de luz, entre nuvens das quais se originam anjos. Abaixo, encontram-se os seus discípulos prostrados diante da sua

glória e enormidade. Em ambos os painéis, as figuras de santos retratadas ao lado, que não foram identificadas tendo em vista a baixa qualidade das imagens, assistem com humildade a cena apresentada ao centro.

Destaca-se que, em ambos os painéis, sobre os arcos em que foram retratadas as cenas principais, existe uma decoração realizada com ramagens e querubins. De acordo com Lexikon (1990): “[...] sobretudo os galhos verdes (mais raramente também um ramo de ouro) simbolizam a honra, a fama e a imortalidade”(p.103).Notadamente a ideia de imortalidade encontra-se relacionada com os temas retratados nas referidas imagens. A intensa decoração das paredes retoma características do Barroco, o que não se contradiz aos elementos renascentistas, pelo fato de os séculos XIX e XX terem sido marcados pelo ecletismo não só no âmbito da arquitetura, mas também da pintura. Ressalta-se que ao lado de cada uma das pinturas, há uma coluna que demarca o fim do espaço dedicado ao altar. Essas colunas foram decoradas com uma série de símbolos religiosos.

Na coluna ao lado do painel da Ressurreição, percebe-se inicialmente, as letras X e P, representadas sobrepostas. Segundo Zilles (2006), o “chi” grego é escrito com X em português, ao mesmo tempo em que o “rho” grego é escrito como um p. Essas são as letras iniciais em grego para “Christós”, que seria a tradução de Messias de hebraico para o grego. A segunda figura provavelmente se refere à fênix que, embora tenha a sua origem na mitologia egípcia e grega, conforme Lexikon (1990), tornou-se símbolo de Jesus Cristo, notadamente de ressurreição, de vencer a morte e de imortalidade. Pode-se identificar, ainda, o cálice, que, de acordo com Zilles (2006): “[...] é o principal dos vasos sagrados do culto cristão, no qual é consagrado o vinho na celebração da Eucaristia” (p.94). A última figura, cuja qualidade da imagem permite a análise, refere-se à coroa de espinhos e aos pregos, os quais também se relacionam à Paixão de Cristo. Além disso, os pregos são representados em número de três, pois se relacionam à trindade (o pai, o filho e o espírito santo).

Na coluna ao lado do painel da Ascensão se pode verificar a presença de uma pomba carregando uma âncora. A última, para os cristãos, é tida, de acordo com Lexikon (1990), como um símbolo de esperança, bem como de constância e fidelidade. Para o autor, a pomba possui ainda mais significados, pois representa o Espírito Santo, a simplicidade, a pureza e o batismo. No caso específico desse

painel, a pomba provavelmente se refere ao Espírito Santo, o qual se encontrava presente no momento de ascensão de Jesus aos céus. Abaixo dessa figura, foram representadas uma escada e uma coluna cruzadas.

Para Lexikon (1990), a coluna é um símbolo de ligação entre o céu e a terra. Segundo o autor, a escada também é representada como um símbolo de relação entre o céu e a terra, relacionando-se à ascensão. Entre os signos representados, conta-se, ainda, com um martelo e uma torquês cruzados. Para o autor, a franco-maçonaria utiliza o martelo como um símbolo de vontade orientada pela razão. No entanto, para os saletinos, o martelo é símbolo do pecado, pois servia para pregar Cristo na cruz, enquanto a torquês é símbolo de conversão e libertação. Percebe-se, ainda, uma árvore, provavelmente seja uma representação da “árvore-cruz”, com flores e frutos, a qual, segundo Lexikon (1990) representa a superação da morte.

Pode-se perceber que ambas as paredes laterais foram decoradas com elementos relacionados aos temas das pinturas dos painéis. As figuras acima mencionadas representam, em geral, a vitória da vida sobre a morte, bem como a ressurreição e a ascensão de Cristo. Deve-se destacar que os painéis retratados nas figuras 45 e 46 não mais existem, embora a Capela ainda esteja em funcionamento. O altar atualmente mantém alguns elementos presentes nas fotografias de 1922, porém as paredes laterais são de concreto e madeira.



Figura 47 – “Vista do côro da Capella do Asylo de Órphãs N. S. da Conceição, após reformas”  
Fonte: Álbum do Centenário de 1922

Com relação à fotografia do coro (figura 47) se pode perceber que foi retratada a nave da capela, tendo ao fundo o coro. Percebe-se que a nave é ladeada por grandes janelas, provavelmente vitrais. Além disso, as paredes laterais e a parede do fundo da capela contam com figuras em alto relevo que representam a Via Sacra. Ademais, dois painéis se situam um de cada lado do coro. Abaixo desses murais, encontram-se algumas das figuras já mencionadas que representam a Via Sacra, bem como uma estátua e duas pequenas portas (uma possivelmente levaria à Sacristia). O coro possui o espaço central e localiza-se em um mezanino situado sobre a porta de entrada em ferro. Atrás do lugar dedicado ao coro, verifica-se uma grande rosácea. Nessa imagem, pode-se visualizar, ainda, o teto bastante decorado, bem como os bancos que seriam utilizados pelos fiéis nas cerimônias.



Figura 48 – “Vista do altar-mór da Capella do Asylo de Órphãs N. S. da Conceição, após as reformas”  
Fonte: Álbum do Centenário de 1922

Por fim, a fotografia do altar-mor (figura 48) retrata o espaço principal da capela. Essa imagem provavelmente foi realizada do coro. Nela, pode-se perceber que o altar-mor é ladeado por dois altares: um cuja figura central refere-se ao Sagrado Coração de Jesus e outro, cuja figura central provavelmente era São José. O altar principal é dedicado a Nossa Senhora da Conceição, como foi mencionado em matéria do Almanach de Pelotas de 1922:

Interiormente é ornamentada e tapetada com arte e decência; tem ao fundo o altar com N. S. da Conceição, e aos seus lados os nichos de S. Roque, S. Joaquim, S. Sebastião e Santa Thereza (ALMANACH DE PELOTAS DE 1922, p.301).



Figura 49 – “Dormitórios das recolhidas do Asylo de Órphãs N. S. da Conceição”  
Fonte: Álbum do Centenário de 1922

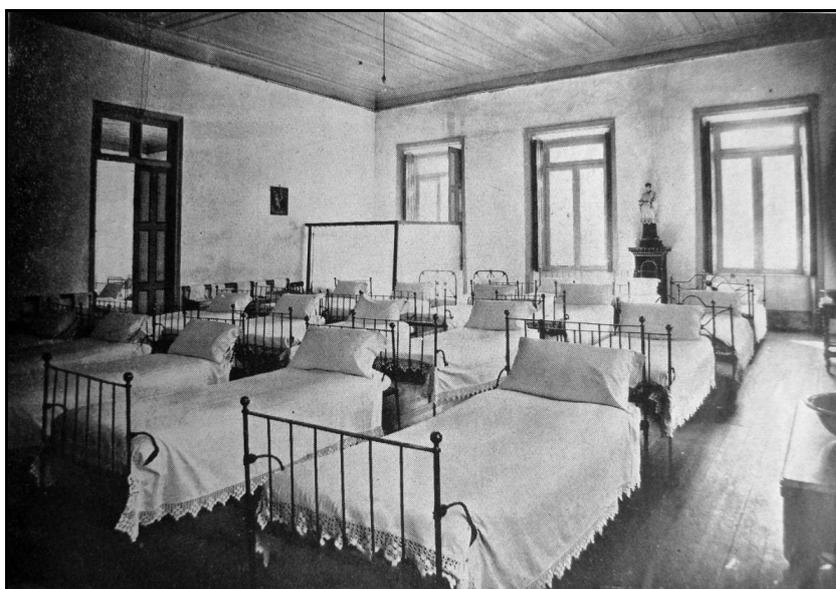


Figura 50 – “Dormitórios das recolhidas do Asylo de Órphãs N. S. da Conceição”  
Fonte: Álbum do Centenário de 1922

Por se tratar de um orfanato, entre as imagens do prédio, constam duas fotografias de dormitórios. Em ambas as imagens (figura 49 e 50), percebe-se que o espaço era austero e simples. O piso era de tábua corrida e o forro de madeira. As luminárias contavam apenas com a lâmpada, sem ornamentos ou decorações. As camas se enfileiravam, formando-se um estreito corredor entre elas, para a

movimentação das internas. As camas eram de ferro e estavam cobertas por colchas com acabamento em crochê. Havia grandes janelas e as paredes estavam decoradas com imagens religiosas. Além dessas imagens, havia, também, estatuário religioso. Em um dos quartos (figura 49), percebe-se a presença de um baú, enquanto no outro (figura 50), verificam-se duas bacias, nas quais, provavelmente, as jovens realizavam a sua primeira higiene do dia, ou a última da noite. Além disso, a figura 48 apresenta um biombo próximo a uma das janelas.

Os dois quartos retratados representam a forma simples como as órfãs deveriam aprender a viver. Ressalta-se, ainda, que os elementos religiosos, bastante comuns em quartos, demonstram a presença da religião, que deveria ser uma constante na vida dessas jovens. As colchas com detalhes em crochê representam o papel dos trabalhos manuais na formação feminina, especialmente das órfãs, que provavelmente se tornariam esposas ou se dedicariam a vida religiosa. Com relação ao espaço físico do Asylo, foi afirmado no Almanach de Pelotas de 1922:

Quem visitar o Asylo de Orphãs N. S. da Conceição, e ainda que com espirito de investigador apprehenda aquellas faltas e contingencias, de lá retirar-se-á agradavelmente impressionado pela ordem, disciplina, asseio e sobretudo, pelo espetáculo impressionante daquellas creanças sadias e garrulas, que, entregues aos brincos infantis, esquecem seu grande e irreparável infortúnio! (ALMANACH DE PELOTAS, 1922, p.301).

O grupo de imagens do Asylo de Órphãs N. S. da Conceição traça uma narrativa imagética, na qual se percebe que os espaços privados se constituem em esferas formadoras de jovens simples e dedicadas, ao mesmo tempo em que os espaços que podiam ser visualizados pelo público, como a capela, a sala de sessões da Diretoria e o corredor, bem como a parte externa do prédio, demonstram a grandiosidade da benemerência de seus patronos, situação essa que não se manteve com o tempo. Logo, o Asylo era perpetrado pela dicotomia entre a simplicidade e o status social. Simplicidade para as órfãs que ali ingressavam e riqueza e ornamentos para enriquecer o status dos benemerentes que utilizavam essa prática, como já foi dito, como forma de ascensão social ou manutenção de posição na sociedade.

Ao se analisar fotografias e textos sobre as instituições de ensino primário (municipais e estaduais), sobre ensino artístico e sobre uma instituição benemerente se percebe vários elementos relacionados. É possível afirmar que essas instituições estavam ligadas aos nomes de seus fundadores ou membros participantes. As

escolas municipais, por exemplo, relacionam-se aos intendentos que as criaram e às figuras homenageadas na forma de seus patronos, o que também ocorre nas escolas estaduais, que receberam nomes de políticos pelotenses. Destaca-se que, como já mencionado anteriormente, à homenagem póstuma ou mesmo em vida de eternizar um indivíduo é o que Bourdieu (2011a) considera uma ferramenta para a eternização, para a luta contra a finitude, a qual os grupos sociais se dedicam para vencer às alienações genéricas, ou seja, a própria morte. A imortalização de determinados membros permite valorizar os elementos de antiguidade, os quais são utilizados como fatores de distinção da nobreza cultural, em que a elite pelotense se considerava integrante.

Além das nomenclaturas e dos fundadores das escolas, os filantropos responsáveis pelo Asylo de Órfãs também foram imortalizados por meio de retratos, os quais ficavam expostos na Sala de Sessões da Diretoria. O retrato, assim como a estátua, também se constitui em ferramentas de imortalização. Tais elementos constituem-se, nas palavras de Bourdieu (2011a) em elementos de poder social sobre o tempo, para o autor:

[...] possuir algo antigo, ou seja, as coisas presentes que são do passado, da história acumulada, entesourada, cristalizada – tais como, títulos de nobreza e nomes nobres, châteaux ou “mansões históricas”, quadros e coleções, vinhos velhos e móveis antigos – é dominar o tempo (BOURDIEU, 2011, p.70).

Desse modo, é possível dizer que a antiguidade da família, os títulos nobiliárquicos, são elementos que foram seguidamente utilizados pelo grupo de status constituído pela elite pelotense. Ressalta-se que esses elementos são utilizados como forma de distinção com relação aos outros grupos e garante a formação da sua identidade.

Com relação à instituição de ensino artístico, já mencionada no Capítulo III deste estudo, esse estabelecimento se encontrava relacionado aos elementos de distinção da elite pelotense como grupo de *status* pelo seu caráter de educação para classes mais privilegiadas da sociedade, as quais poderiam se dedicar ao estudo de um instrumento. Destaca-se, ainda, que mesmo antes da instalação do Conservatório de Música em Pelotas, notadamente no que tange à educação feminina, existia uma preocupação em instrumentalizar as moças para o conhecimento de uma língua estrangeira (especialmente o francês) e de um instrumento. De acordo com Maciel (2004), tais práticas eram instrumentalizadas

durante o século XIX nas escolas de educação feminina com fins de formar as jovens da elite. Essas práticas divergiam do que era previsto para a formação das jovens desvalidas das classes menos privilegiadas que ingressavam no Asylo de Órfãs, as quais eram preparadas para as atividades do lar ou para uma possível profissionalização. As jovens poderiam atuar como costureiras, cozinheiras, atividades consideradas femininas e adequadas para as meninas das classes sociais menos privilegiadas.

Com relação à estrutura física das instituições, uma importante característica que pode ser percebida é ressaltada por Frago (2001), trata-se do fato de a maior parte das instituições optarem pelo retilíneo em detrimento do curvilíneo ou redondo. O autor justifica essa opção pelo fato de que os retângulos e os quadrados facilitam a vigilância e o controle, pois permitem uma melhor visualização do espaço. A questão da vigilância encontra-se relacionada principalmente às instituições de ensino primário e ao Asylo de Órfãs.

Ressalta-se, ainda, que as salas de aulas representadas ainda utilizavam carteiras fixas, o que dificultava a mobilidade dos estudantes. Destaca-se a sala de aula do Asylo de Órfãs N. S. da Conceição, a qual contava com carteiras coletivas. O espaço da sala de aula contém elementos que, segundo Frago (2001), relacionam-se a um discurso médico e psicopedagógico, notadamente no que tange a preocupação com aspectos como a aeração, a iluminação, entre outros. A afirmação do autor é corroborada por Wolff (2010), segundo a qual a questão da higiene escolar regia as orientações e definições das propostas para a arquitetura escolar. Tais preocupações são perceptíveis nas salas representadas, pois, em praticamente todos os casos, esses espaços contavam com grandes janelas, que proporcionavam iluminação e ventilação.

Além dos preceitos de higiene, é possível dizer que a organização espacial, ou seja, a disposição do mobiliário e o tipo de mobiliário existente representam os conceitos ideológicos-doutrinários que pautavam o funcionamento das instituições. No caso da sala de aula do Asylo, as carteiras coletivas, provavelmente oriundas do século XIX, período de construção dessa instituição, pressupõe um trabalho em grupo, a divisão, o compartilhar. Com relação ao edifício, o caso do Asylo N. S. da Conceição, cuja arquitetura era bastante rica, relaciona-se ao *status* promovido pelas ações de benemerência e a relevância social que essa causava.

**Capítulo VI:  
Ensino secundário,  
profissional e superior: a  
educação popular e a  
educação das elites**

Tendo em vista a pluralidade de instituições abarcadas no presente estudo, optou-se por dedicar este capítulo às instituições de ensino secundário e, por fim, à educação profissional e superior. As últimas foram englobadas no mesmo grupo ao levar-se em conta algumas considerações: primeiramente, tanto a Escola de Agronomia e Veterinária, como o Patronato Agrícola Visconde da Graça, dedicavam-se ao ensino agrícola. Em segundo lugar, assim como o Patronato Agrícola Visconde da Graça, a Escola de Artes e Ofícios dedicava-se à educação profissional. Além disso, analisadas globalmente, é possível verificar duas diferentes propostas que envolviam as três instituições.

### **6.1 O ensino secundário em Pelotas**

De acordo com Nunes (2000), o ensino secundário foi introduzido no Brasil por meio dos jesuítas. Para a autora, esse momento caracterizou-se pela separação instaurada pela ordem jesuítica, na qual o ensino de humanidades era destinado aos filhos dos colonos mais abastados e a catequese aos indígenas. Deve-se ter em conta, que mesmo com as mudanças conjunturais corridas ao longo da História da Educação no Brasil, houve uma distinção entre os públicos para os quais eram dedicados, por exemplo, a educação primária e profissional (camadas populares) e o ensino secundário e superior (classes privilegiadas).

Durante o período imperial, conforme Vechia e Lorenz (2006), a Constituição de 1824 manteve o princípio da liberdade de ensino e de instrução primária gratuita para todos. Entretanto, com relação ao ensino secundário, não houve definição. Tendo em vista a situação de desorganização dessa modalidade, em 1837, foi criado o Imperial Colégio de Pedro II, que serviria de modelo, inclusive durante a República, para as instituições de ensino secundário. Segundo os autores: “Sua

fundação tinha por finalidade educar a elite intelectual, econômica e religiosa da Corte e das Províncias brasileiras [...]”, (VECHIA; LORENZ, 2006, p.6004).

Pode-se perceber que o ensino secundário desenvolveu-se no Brasil, desde o período imperial, como uma modalidade de ensino voltada para as classes sociais mais privilegiadas. Essa característica predominou, também, em Pelotas durante o século XIX e as primeiras décadas do século XX. Na cidade foram criadas uma série de instituições com fundamentos doutrinários e ideológicos diferenciados que visavam atender aos filhos das famílias mais abastadas.

Entre as instituições de ensino secundário que atuavam em Pelotas durante a Primeira República, foram divulgadas na imprensa imagens de quatro dessas instituições: Gymnasio Pelotense, Gymnasio Brasileiro, Gymnasio Gonzaga e Colégio São José. Deve-se ressaltar, que dessas imagens, apenas duas foram publicadas na década de 1910. A maior parte das fotografias foi utilizada no Álbum do Centenário de 1922.

Ressalta-se que alguns dos prédios das instituições de ensino secundário não foram construídos para tal fim. De acordo com Wolff (2010), o ensino ginásial recebeu investimentos limitados, por tratar-se de uma modalidade que atendia às elites e era oferecida, em sua maioria, por instituições particulares. O caso de Pelotas não é muito diferente, pois, dentre as instituições abaixo abordadas, apenas o Gymnasio Pelotense consolidou-se como um estabelecimento público, embora sua origem remonte a iniciativas particulares.

## **6.2 Gymnasio Gonzaga: a primeira instituição católica de ensino primário e secundário de Pelotas**

De acordo com Amaral (2010), as escolas católicas no Brasil foram reorganizadas de forma a reestruturar o catolicismo nos anos que se seguiram à implantação da República. A partir da década de 1890, foram criados vários estabelecimentos de ensino católico no Rio Grande do Sul e, em 1894, foi fundado o Colégio São Luiz Gonzaga, a primeira instituição de ensino católico primário e secundário de Pelotas. A autora ressaltava que os primeiros anos de funcionamento da instituição foram difíceis, tendo em vista o contexto anticlerical presente na cidade, notadamente por meio da influência maçônica. Entretanto:

Como pode ser observado a seguir, nas primeiras décadas, de acordo com os relatórios anuais, o número de alunos que acorreram para o estabelecimento de ensino aumentou bastante: 1895, 62 alunos; 1900, 296

alunos; 1910, 349 alunos; 1920, 395 alunos; 1925, 508 alunos; 1940, 1228 alunos. O corpo docente, que inicialmente era composto por três padres, foi sendo acrescentado a cada ano que passava por outros professores, todos religiosos. Somente a partir dos anos de 1920 é que se constata a presença de professores leigos, (AMARAL, 2010, p.155).

O crescimento do interesse na instituição pode ser constatado no fato de, durante a década de 1910, o prédio de seu internato ter sofrido reformas, como pode ser verificado em matéria do jornal Diário Popular: “As obras do edifício destinado ao Internato estão muito adiantadas, tendo sido resolvida a construção de um pavimento superior, afim de atender às necessidades”, (DIÁRIO Popular, 22 de fevereiro de 1916). Além disso, o periódico afirma que: “Por sua vez, a matrícula de externos, este anno e como sempre já é muito avultada”.

De acordo com Amaral (2003), o Gymnasio Gonzaga recebeu equiparação prévia ao Gymnasio Pedro II em 1902, sendo efetivada apenas em 1904. A escola tinha como modelo pedagógico o jesuítico, baseado na Ratio Studiorum. Além disso, a partir de 1910, a escola passou a contar com o auxílio dos irmãos maristas. Contudo, em 1924, por decisão da Congregação Jesuítica na Alemanha, que priorizou a formação eclesiástica, a instituição esteve próxima do fechamento. A autora salienta que as tentativas de manter a escola levaram à substituição da congregação responsável, que passaria para os maristas, mas, pela falta de recursos humanos para essa finalidade, acabou nas mãos dos lassalistas. Esses compraram a instituição dos jesuítas no ano de 1934. A escola ficou nas mãos dessa congregação até ser vendida, em 2004, para setores da iniciativa privada.

### **6.2.1 A narrativa imagética do Gymnasio Gonzaga**

As fotografias a serem analisadas nesta pesquisa foram publicadas no Almanach de Pelotas de 1913 e 1922 e no Álbum do Centenário de 1922. Ressalta-se que o último periódico apresentou um número maior de imagens e que as fotografias foram produzidas pelo Studio Brisol, o que era bastante comum na época. A narrativa imagética apresentada de forma mais completa no Álbum do Centenário apresenta relevantes aspectos da estrutura física desse estabelecimento de ensino. Destaca-se que, embora sejam apresentados vários espaços internos da instituição, não foram retratadas salas de aula.

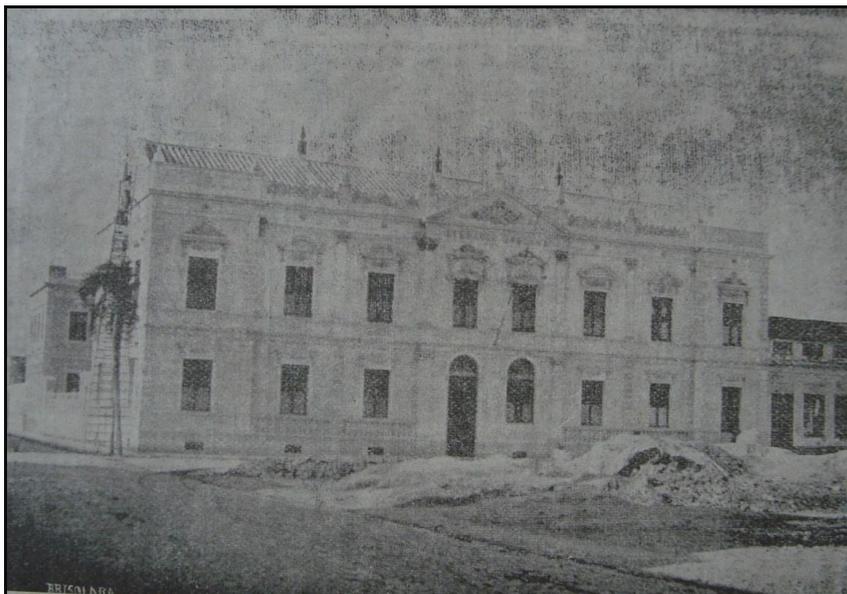


Figura 51 – “Gymnasio Gonzaga”  
Fonte: Almanach de Pelotas de 1913

Como a narrativa inicia-se com a fotografia da fachada principal e lateral da instituição, será traçada, inicialmente, uma comparação entre as fotografias de 1913 e de 1922 (figura 51 e figura 52). Na primeira, observa-se, em primeiro plano, que a Praça José Bonifácio, na qual se localiza a Catedral, encontrava-se em reformas. Além disso, diferentemente da figura 50, não havia fiação elétrica, provavelmente pela existência das obras. Entretanto, o grande coqueiro situado ao lado da escola já estava presente. Pode-se perceber que o prédio estava em reformas, pois, ao lado da fachada lateral, alguns operários estavam sobre uma grande escada que levava até o sótão. Ressalta-se, ainda, que a pintura foi modificada entre 1913 e 1922.



Figura 52 – “Vista do magestoso edifício do Gymnasio Gonzaga”  
Fonte: Álbum do Centenário de 1922

Em ambas as fotografias, pode-se perceber que se tratava de um prédio de dois pavimentos sobre um porão. Na figura 52, no entanto, é possível verificar, com mais detalhes, a arquitetura eclética com vários elementos neoclássicos, como o frontão sobre o nome da instituição, a platibanda que esconde o telhado de duas águas, bem como os estuques sobre as janelas e as pinhas. Pode-se perceber que a fachada principal contava com uma porta de entrada que se encontrava ladeada por várias janelas. As que se encontravam mais próximas da porta de entrada, contavam com sacada balaustrada. No pavimento superior, o prédio contava com oito janelas, além das aberturas para o sótão, sobre as quais, há, também, um frontão.

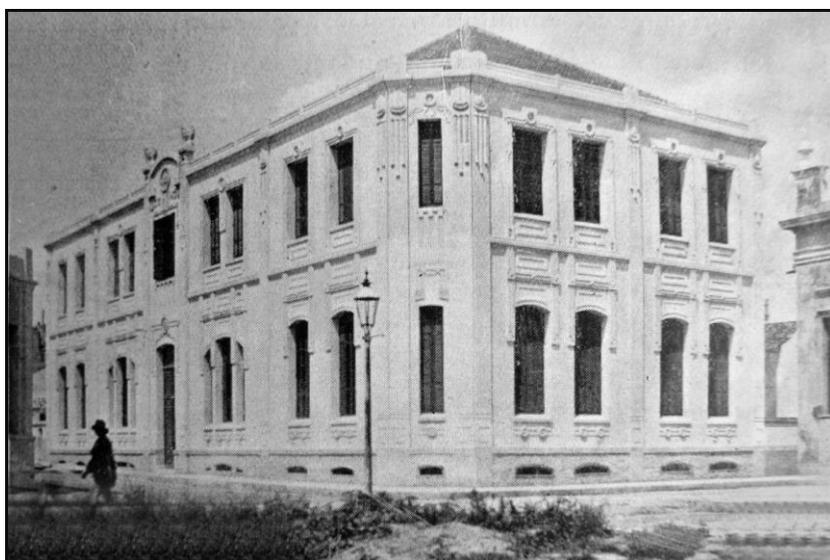


Figura 53 – “Internato de fóra, confronte a rua General Victorino esquina Argollo”  
Fonte: Álbum do Centenário de 1922

O prédio do internato (figura 53) estava localizado na Rua Victorino (atualmente Rua XV de Novembro), esquina com a Rua Argollo. Atualmente esse prédio não mais existe. Tratava-se de um prédio de dois pavimentos com porão. Seguiu o mesmo padrão eclético do prédio da escola, contendo vários elementos neoclássicos. A fotografia apresenta a fachada principal e a lateral, nas quais é possível perceber a presença de várias aberturas, as quais atendiam aos requisitos de higiene e iluminação que eram propostos na época. O prédio era ornamentado com estuques. Pode-se observar, ainda, a presença de uma elegante luminária em estilo francês.

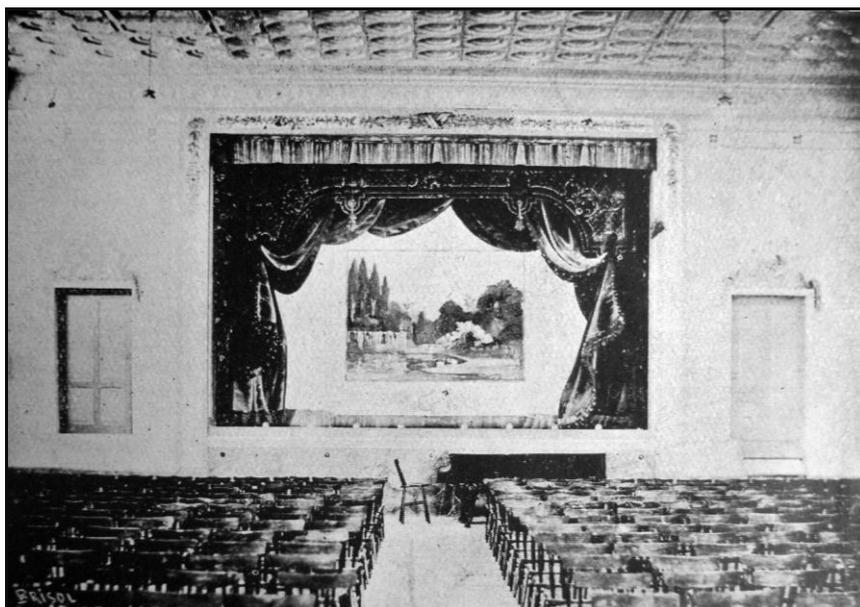


Figura 54 – “Platéia do salão de festas, no Gymnasio Gonzaga”  
Fonte: Álbum do Centenário de 1922

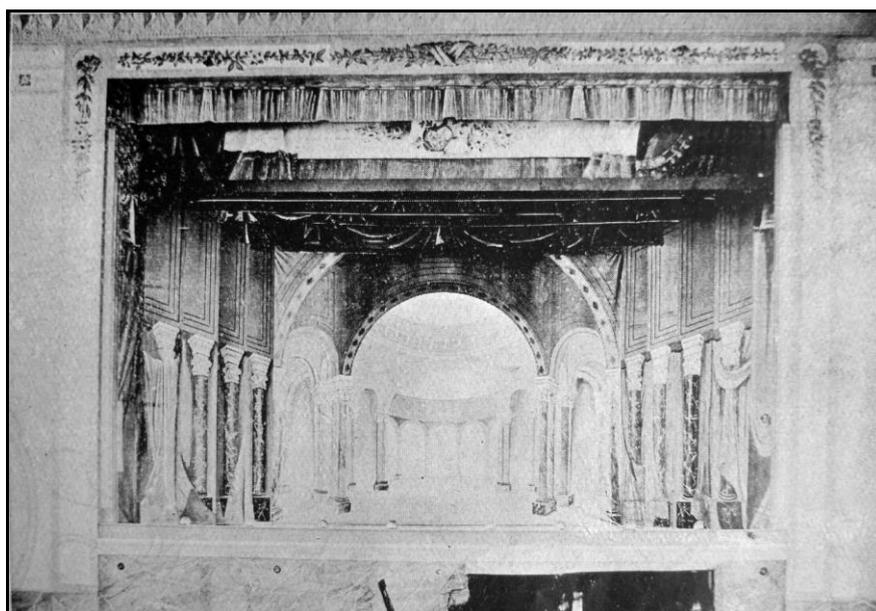


Figura 55 – “Palco do salão de festas, no Gymnasio Gonzaga”  
Fonte: Álbum do Centenário de 1922

A narrativa imagética apresentada no Álbum de 1922 e no Almanach de Pelotas do mesmo ano conta com duas fotografias do Salão de Festas. A primeira delas refere-se à plateia (figura 54), enquanto a segunda dedica-se ao palco (figura 55). Na imagem da plateia é possível vislumbrar-se o palco. A fotografia de Brisolara foi realizada em direção ao palco e pode-se perceber a presença de uma série de cadeiras divididas em duas colunas, entremeadas por um corredor central. À frente e abaixo do palco, havia um piano de cauda, bem como uma cadeira para aquele que

iria tocá-lo. Em ambas as fotografias (figura 54 e figura 55) percebe-se que as paredes eram decoradas com pinturas de ramagens e que o teto contava com roda forro decorado, possivelmente de gesso. Nas imagens, cenários diferentes decoravam o palco, ambos referiam-se à natureza morta, no entanto, um retratava uma casa frente a um lago e um bosque (figura 54), enquanto o outro representava a parte interna de um prédio com vários elementos da arquitetura clássica, como as colunas que o ornamentavam (figura 55).

É possível afirmar que a presença de imagens retratando um palco e um teatro mostrou-se como um diferencial em relação às outras instituições. Contudo, o papel do teatro no *Gymnasio Gonzaga* era didático. Logo, ressalta-se que, de acordo com Amaral (2003):

O teatro era das atividades que mais despertava o interesse dos alunos. Como a realização de apresentações teatrais com fins educativos estava previsto na “*Ratio Studiorum*”, elas faziam parte da cultura escolar desde o tempo em que o *Gonzaga* pertencia aos jesuítas, sendo praticadas com regularidade, geralmente só com personagens masculinos e com temáticas impregnadas de religiosidade, (AMARAL, 2003, p.160).

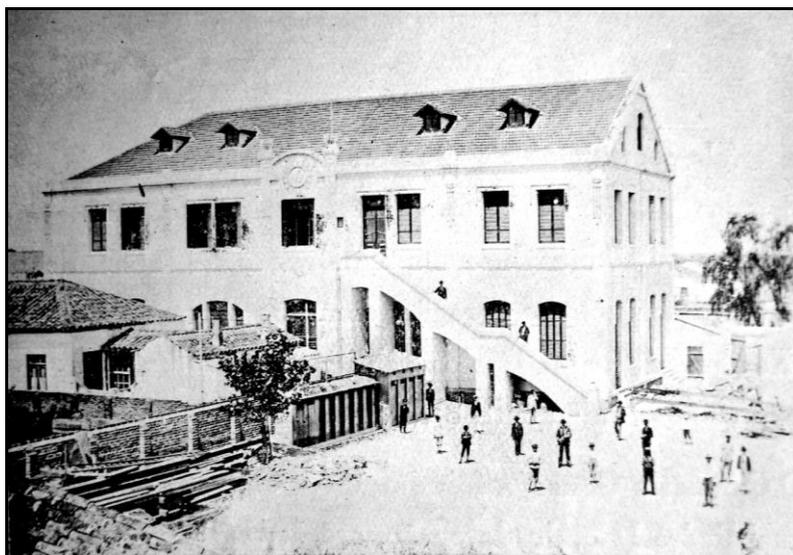


Figura 56 – “Pateo de Recreio, no *Gymnasio Gonzaga*”  
Fonte: Álbum do Centenário de 1922



Figura 57 – “Vista interna do Gymnasio Gonzaga”  
 Fonte: Álbum do Centenário de 1922

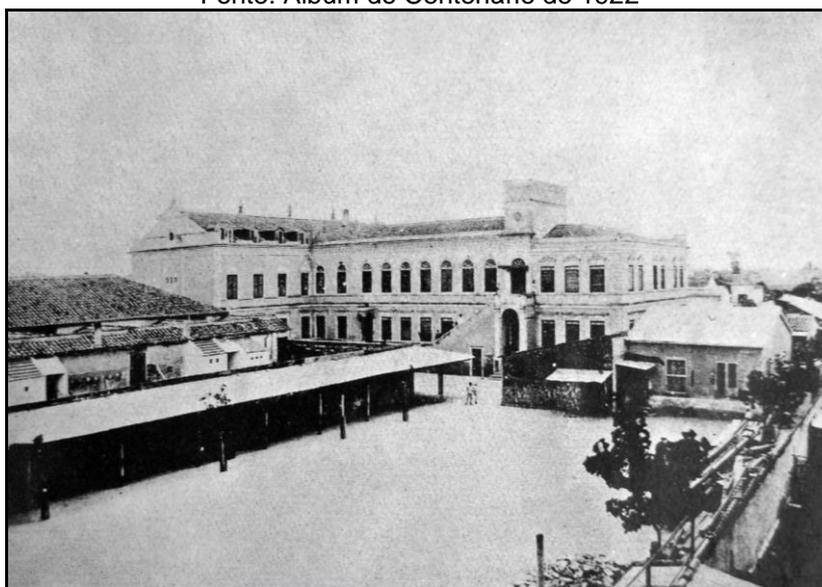


Figura 58 – “Outra vista do pátio de recreio, no Gymnasio Gonzaga”  
 Fonte: Álbum do Centenário de 1922

Nas figuras 56, 57 e 58, o pátio de recreio foi retratado de dois ângulos diferentes, além de apresentada uma vista interna do pátio. Conforme Amaral (2003), o prédio em que o Gymnasio Gonzaga funcionava foi demolido em 1905, dando lugar à construção que se vê representada nas fotografias. Segundo a autora, com o passar do tempo foram adquiridos várias propriedades do entorno, o que possibilitou o crescimento da parte edificada desse estabelecimento. Além disso, a autora salienta que essas edificações constituíam um conjunto arquitetônico de configuração jesuítica: “[...] Um espaço retangular, com suas alas voltadas para os

pátios internos de recreação, que eram divididos conforme o seu público: alunos menores, alunos maiores e pensionistas”, (AMARAL, 2003, p.131).

Nas três imagens acima citadas, é possível perceber a existência dos pátios diferenciados que foram mencionados pela autora. As grandes escadarias que levavam ao internato e ao prédio da escola aparecem representadas. Na figura 56, veem-se vários alunos no pátio de recreio. Tratavam-se, pelo porte, de alunos do ensino secundário. Já na figura 58, pode-se perceber que existia um abrigo para que a passagem fosse facilitada nos dias de chuva. Em ambas as imagens torna-se claro que a instituição encontrava-se em obras. Alguns prédios do entorno foram retratados nessas imagens, prédios esses, que seriam comprados posteriormente pela instituição. O colégio mostra-se, ainda, arborizado.



Figura 59 – “A Capella do Gymnasio Gonzaga”  
Fonte: Álbum do Centenário de 1922

A última fotografia integrante à narrativa imagética refere-se à Capela do Gymnasio Gonzaga (figura 59). Essa imagem foi realizada em um ângulo reto em relação ao altar central, o qual era muito ornamentado e possuía, em sua divisão central, um crucifixo. Esse era ladeado por duas estátuas de santos, bem como acima do tabernáculo. Seis castiçais individuais decoravam o altar. Além desse espaço principal, altares secundários estavam dispostos ao lado do principal. Ressalta-se, ainda, a presença de bancos coletivos. E destaca-se a elegante decoração do teto e das paredes. O primeiro provavelmente era em gesso, enquanto as paredes eram decoradas por pinturas. Havia, também, um requintado lustro.

Contudo, percebe-se que a Capela do Gymnasio Gonzaga era simples em relação à Capela do Asylo de Órphãs N. S. da Conceição. A preocupação com a ornamentação existente na última possivelmente estava relacionada com a imagem que a elite benemérita pretendia evidenciar. Além disso, membros desse mesmo grupo social frequentava o local.

É possível perceber que o prédio do Gymnasio Gonzaga contava com elementos religiosos que atuavam na formação cristã dos jovens que ali ingressavam. Com relação às propostas educacionais dessa instituição, segundo Amaral (2003):

O sistema de ensino pautado pelos princípios da disciplina, da obediência, do respeito e dos bons exemplos, tendo por base a inculcação moral e religiosa, visava a formação de alunos dóceis, obedientes, mas ao mesmo tempo preparados para futuramente ocuparem posições e responsabilidades de mando, (AMARAL, 2003, p.135).

O Gymnasio Gonzaga, enquanto instituição confessional de ensino, era um espaço propício para a formação cristã das elites. Ao verificar-se as imagens de seu prédio, pode-se observar um espaço imponente o qual seguia diretrizes educacionais, mas que não visava atender a todas as camadas da população. Como já mencionado anteriormente, o ensino secundário desde a sua instalação no Brasil pelos jesuítas, visava atender aos filhos das classes mais abastadas.

### **6.3 Gymnasio Pelotense: uma proposta maçônica de educação laica**

De acordo com Amaral (2005), o Gymnasio Gonzaga foi criado em 1894 pelos jesuítas, tendo sido entregue, posteriormente, aos lassalistas. Segundo a autora, havia em jogo grandes disputas político-ideológicas entre a Maçonaria e a Igreja Católica. O campo educativo tornou-se um espaço privilegiado para a efetivação dessas disputas, logo, ao existir uma escola católica de renome, a Maçonaria esforçou-se em criar uma escola laica de qualidade.

Dessa forma, no início do século XX, conforme Amaral (2005, p.109): “[...] em uma reunião que congregou as sociedades maçônicas Antunes Ribas, Lealdade e Rio Branco, foi concretizada a ideia de criação de uma instituição educacional maçônica: o Gymnasio Pelotense”. Sobre o Gymnasio Pelotense, foi publicado no Almanach de Pelotas de 1919:

Um dos estabelecimentos que mais honram esta cidade, e que talvez mais estreitas relações tem com a sua mocidade intelectual, é o Gymnasio Pelotense.

Aspecto duplamente sympathico nos offerece a sua fundação: coligiu a flor dos mestres que, em lições particulares, aqui viviam esparsos, e preencheu uma grande lacuna, dotando Pelotas de um estabelecimento leigo, completo, de instrução primaria e secundária, (ALMANACH de Pelotas, 1919, p.182).

Pode-se perceber que, como menciona Amaral (2005) a questão ideológica mostrava-se relevante no que tange à disputa entre os dois estabelecimentos ginasiais. Dessa forma, o Gymnasio Pelotense apresentava-se como a alternativa para pessoas de diferentes religiões tivessem acesso a uma educação de qualidade.

### **6.3.1 O ideal maçônico representado por seu prédio: imagens do Gymnasio Pelotense**

É possível perceber que o Gymnasio Pelotense foi a concretização de um ideal maçônico, na busca pela oferta de ensino laico, como afirma Amaral (2005). Essa instituição bastante representativa da cidade, que a homenageia, inclusive, em seu nome, foi municipalizada em 1917. Após esse acontecimento, a instituição passou a ser um centro de preocupações da municipalidade, tornando-se, juntamente com a Escola de Agronomia e Veterinária, um dos bastiões da intendência.

As fotografias divulgadas do prédio dessa instituição apresentam apenas a fachada lateral e a fachada principal. Essas imagens foram divulgadas no Almanach de Pelotas de 1919, no Álbum do Centenário de 1922, na Revista Ilustração Pelotense de 1923 e no Relatório Intendencial de 1925. Além disso, deve-se ressaltar que, embora o Pelotense tenha tido a sua imagem divulgada em quatro impressos diferentes, trata-se de apenas duas imagens. Os periódicos usaram uma mesma imagem, produzida na década de 1910 ou ainda antes, enquanto o Relatório de 1925 apresentou outra imagem, realizada do mesmo ângulo e ressaltando as mesmas características.

Destaca-se que o prédio inicialmente ocupado pelo Gymnasio Pelotense não foi o mesmo que se consagrou como a imagem da instituição durante a Primeira República. Em seus primeiros anos de funcionamento, o estabelecimento de ensino funcionou na antiga residência do Barão de Itapitocai, Miguel Barcellos, onde atualmente é a Escola Estadual Monsenhor Queiroz. Conforme o Almanach de Pelotas:

Augmentando consideravelmente a matricula, de anno para anno, o edificio de sua primeira installação tornou-se acanhado; mudou-se então o

Gymnasio Pelotense para o vasto e confortável prédio da rua Felix da Cunha, esquina Tiradentes, outr'ora propriedade da família Ribas e hoje pertence ao Gymnasio, (ALMANACH de Pelotas, 1919, p.182).

Contudo, de acordo com Amaral (2005), o Gymnasio foi transferido para outro prédio, dessa vez não se tratava de uma propriedade alugada, mas própria, pois tal requisito era fundamental para a equiparação com o Gymnasio Nacional D. Pedro II. Nesse prédio, a instituição manteve-se até a década de 1960.



Figura 60 – “As Instituições em Pelotas - Edifício próprio do antigo e conceituado Gymnasio Pelotense”

Fonte: Almanach de Pelotas de 1919

Na figura 60, como mencionado acima, pode-se observar a fachada lateral, pela Rua Tiradentes, e a fachada principal, pela Rua Félix da Cunha. É possível perceber que o prédio apresentava, para época, grandes dimensões, especialmente ao verificarem-se os prédios próximos. Deve-se ressaltar que esse casarão não foi um prédio construído para abrigar uma instituição de ensino, mas se trata de uma casa que pertencia, como apontado pelo Almanach de Pelotas de 1919, à família Ribas.

O referido prédio, conforme Amaral (2005) foi construído entre 1833 e 1835. Conforme Luzzardi (2007, p.61): “Quanto às tipologias arquitetônicas, o período de 1818 a 1850 assinala a presença do estilo colonial, metamorfoseado na segunda metade do século XIX [...]”. Pode-se perceber que o grande casarão com três pisos (atualmente conta apenas com dois). A fachada principal contava com seis janelas no piso térreo, as quais se dividiram em dois grupos de três, dispendo-se ao lado da porta de entrada. No segundo piso, percebe-se a presença de sete portas-janelas,

todas com sacada em ferro. Já no terceiro piso, que se encontrava em posição centralizada em relação aos pisos situados abaixo, verifica-se três janelas. Sobre a porta de entrada, pode-se ler “Gymnasio Pelotense”, em grandes letras maiúsculas. Entre o nome da instituição e a porta, há um mastro. O prédio contava, ainda, com platibanda e pinhas como elementos de decoração.



Figura 61 – “Vista externa do Gymnasio Pelotense”  
Fonte: Álbum do Centenário de 1922

Ressalta-se que as pinhas foram retiradas e não constam na figura 61. Além disso, verifica-se que a pintura foi renovada e que, ao invés de um mastro posicionado sobre a porta de entrada, substituiu-se por dois mastros que ladeavam o nome da instituição. As janelas, tanto do prédio em anexo, como da fachada principal, foram, provavelmente, trocadas.

Com relação à fachada lateral, pode-se perceber a presença do prédio anexo, o qual manteve mais fortemente as características da arquitetura colonial, como por exemplo, as eiras e beiras. Além disso, o prédio contava com cinco janelas e uma porta no piso térreo e seis janelas no superior. A porta foi suprimida e substituída por uma janela, conforme a figura 61. Outro elemento que desaparece são as eiras e beiras, substituídas por uma platibanda, semelhante à do prédio principal. Logo, observa-se que as modificações em prédios de arquitetura colonial não ocorreram apenas na segunda metade do século XIX, mas persistiram nas primeiras décadas do século XX. Ao lado do anexo, havia, ainda, uma construção de um piso, que, na figura 60, contava com uma janela e uma porta, que foram substituídas apenas por

uma porta. A pintura também foi renovada. Ambas as fotografias, apresentam, também, vários indícios de urbanização, como a fiação de eletricidade.

Destaca-se que a legenda da fotografia na Revista Ilustração Pelotense diz: “Gymnasio Pelotense, que acaba de reabrir suas aulas”. Entretanto, o periódico utilizou uma fotografia anterior às reformas. Deve-se mencionar, ainda, que essa série de alterações no prédio estavam relacionadas à sua municipalização e demonstram o grau de desvelo que o Município dedicava a essa instituição. O Gymnasio Pelotense encontrava-se em concordância com o ideário maçônico e positivista presente na maior parte dos representantes políticos do PRR. A sua municipalização evidenciou ainda mais o papel dessa instituição para a cidade, tanto em âmbito cultural, como político.

#### **6.4 Gymnasio Brasileiro**

O Gymnasio Brasileiro consta entre alguma das mais relevantes do ensino secundário existente em Pelotas durante a Primeira República. Essa instituição foi fundada em 1.º de julho de 1917. Conforme o jornal Opinião Pública de 30 de junho de 1922, esse estabelecimento foi criado e dirigido por João C. de Freitas. Nesse ano, a instituição contava com uma matrícula de 350 alunos, de ambos os sexos, ou seja, tratava-se de uma instituição mista. Além disso, os alunos não eram oriundos apenas de Pelotas, mas de outras localidades. Junto ao ensino secundário funcionavam as escolas de comércio e de artes domésticas.

A instituição contava com professores reconhecidos na cidade, como o tenente Januário Coelho da Costa e Jorge Salis Goulart, bem como D. Ubaldina B. de Freitas e senhorinha Ondina Palmeiro, o próprio criador e diretor, João C. de Freitas, José Von Ameln, Dario Salgado, Marcolino Leivas e Pedro Vergara. A instituição contava, ainda, com instrução militar, a qual era confiada ao 3.º sargento Favorino. Deve-se ressaltar que o treinamento militar e o escotismo foram marcantes nessa instituição e foram divulgadas, inclusive, fotografias de alunos da instituição realizando atividades dessa natureza<sup>73</sup>.

---

<sup>73</sup> Esse assunto foi abordado no Capítulo IV deste estudo.

#### 6.4.1 O prédio do Gymnasio Brasileiro

Essa instituição teve duas fotografias de seu prédio publicadas durante a Primeira República: uma na Revista Ilustração Pelotense de 1921 e outra no Álbum do Centenário de 1922. Embora ambas as fotografias retratem a fachada principal do prédio, observa-se relevantes informações sobre o incremento do espaço da escola e sobre a urbanização de Pelotas. Destaca-se que atualmente esse prédio não mais existe.



Figura 62 – “O Gymnasio Brasileiro, que festeja hoje o seu 5.º aniversário”  
Fonte: Revista Ilustração Pelotense de 1921

Na figura 62, cuja legenda é “O Gymnasio Brasileiro, que festeja hoje o seu 5.º aniversário” já se percebe uma confusão sobre datas. Conforme o jornal Opinião Pública, o referido estabelecimento comemorou seu 5.º aniversário em 1922, enquanto pela Revista Ilustração Pelotense, isso teria ocorrido em 1921. Além disso, ressalta-se que, em 1921, a instituição ocupava apenas o segundo piso do prédio. Ao observar-se a figura 60, percebe-se, ainda, a presença dos nomes “Pires & Cascaes”, que eram os donos do prédio nesse período. Nessa imagem, é possível perceber que a rua em que a instituição se localizava (Marechal Floriano)

encontrava-se em obras. Ao lado das obras, verifica-se a presença dos trilhos por onde passavam os bondes.

Conforme o jornal Opinião Pública, no ano de 1922, o diretor do Gymnasio Brasileiro contratou o aluguel de todo o prédio. Na matéria constava, ainda que: “As aulas passarão a funcionar na parte térrea, para o que vão ser introduzidas obras de adaptação, ficando a parte alta destinada ao internato”, (OPINIÃO Pública, 4 de janeiro de 1922).



Figura 63 – “Gymnasio Brasileiro”  
Fonte: Álbum do Centenário de 1922

Na figura 63, publicada no Álbum de 1922, não havia a inscrição dos nomes dos proprietários do prédio. Somente se pode observar o nome da instituição, que pode ser constatado na parte superior do prédio, junto à sacada de ferro que se estendia por praticamente todo o segundo piso. Com a retirada do nome dos proprietários, o nome da instituição ficou mais claro e evidente na fachada do estabelecimento.

O prédio contava com uma porta de entrada, de duas folhas, com parte superior em arco arredondado, com detalhes em ferro. Em cada lado, havia duas portas. Na parte superior verificam-se cinco portas-janelas que se encaminhavam para a supracitada sacada balaustrada de ferro. Sobre a platibanda decorada,

percebe-se a presença de uma estátua que carrega uma bandeira. Provavelmente seja uma referência aos estudantes uniformizados e a educação militarizada oferecida pela instituição.

Em ambas as fotografias estão presentes figuras humanas (na figura 63, uma senhora, possivelmente uma docente ou uma mãe de aluno, ingressa na instituição pela porta lateral; na figura 62, operários trabalham na Rua Marechal Floriano). Porém, pela indicação das legendas e pela opção do fotógrafo, o destaque relacionava-se ao prédio da instituição, o qual foi mencionado pela Opinião Pública de 4 de janeiro de 1922, o qual evidenciava, também, a qualidade da escola: “Não só pelas condições do prédio, vasto e arejado como pelos esforços acima referidos, fica o Gymnasio Brasileiro um dos maiores e mais bem montados do Estado”.

### **6.5 A educação feminina em Pelotas: o Colégio São José<sup>74</sup>**

De acordo com Santos e Ferrari (2009), a fundação do Colégio São José, ocorrida em 19 de março de 1910 teve como objetivo atender a um projeto social que visava à formação de meninas dóceis, cultas e cristãs. Tal perspectiva ocorria no âmbito do ideário católico, familiar e higienista. Tal afirmação das autoras encontra-se em concordância com as palavras divulgadas pelo jornal Diário Popular, sobre as comemorações dos vinte anos de fundação da escola:

Completa amanhã o 20º aniversario de sua fundação o conceituado estabelecimento de ensino primário e secundário Collegio S. José. Inaugurado a 19 de março de 1910, promptamente teve suas aulas freqüentadas por distintas senhorinhas de nosso meio social, que o cursaram com grande aproveitamento. O bom nome do seu ensino depressa se propagou pelo Estado, pois logo o procuraram, buscando seu Internato, muitas meninas moradoras de municípios próximos do nosso. Muitas, muitíssimas são as moças que o tem freqüentado, delle levando sólidos ensinamentos não só das muitas sciencias e artes que compõem o seu programma, como de moral christã. Firmado assim seu conceito, recebe todos os annos o Collegio bom número de alumnas, que continuaram a ter como educadoras virtuosas Irmãs perfeitamente habilitadas para o magistério, e intelligentemente dirigidas pela Revda. Madre Saint- Maurice, (DIÁRIO POPULAR, 18 de março de 1930).

A notícia acima deixa claro o interesse da instituição em formar jovens meninas de acordo com a moral cristã. Além disso, percebe-se que famílias da região interessaram-se em matricular as suas filhas nesse estabelecimento dirigido

---

<sup>74</sup> Destaca-se que a escola contava com alguns estudantes do sexo masculino, porém era predominantemente feminina.

por religiosas. As imagens do prédio dessa instituição retratam, além de sua fachada, o espaço em que as irmãs poderiam efetivar o tipo de ensino então considerado adequado para as pessoas do sexo feminino.

### 6.5.1 A narrativa imagética sobre o Colégio São José

As fotografias do Colégio São José, divulgadas na imprensa, constam de uma fotografia de fachada (publicada no Almanach de Pelotas de 1917 e no Álbum do Centenário de 1922) e de quatro fotografias de partes internas do prédio (Capela, uma sala de convivência, o refeitório e o dormitório; todas publicadas no Álbum do Centenário de 1922). Deve-se ter em conta que as imagens selecionadas para constar no Álbum do Centenário de 1922 representavam o que a cidade tinha de melhor e a escolha das imagens que ali deveriam ser reproduzidas fez parte de um processo de traçado de uma narrativa imagética no qual estava posto aquilo que cada instituição queria apresentar de si mesma e de seu posicionamento no âmbito municipal.

Com relação à narrativa imagética selecionada para representar o Colégio São José, um ponto destaca-se inicialmente: a ausência da fotografia de uma sala de aula. Como pode ser observado, esse estabelecimento de ensino apresentou vários aspectos de sua estrutura interna sem representar o que seria o elemento fundamental de uma instituição de ensino: a sala de aula.



Figura 64 – “Vista geral do Collegio São José”  
Fonte: Álbum do Centenário de 1922

A primeira fotografia apresentada no Álbum de 1922 sobre a instituição tinha por legenda “Vista geral do Collegio São José” (figura 64). Como mencionado anteriormente, a fotografia da fachada do Colégio São José já havia sido publicada no Almanach de Pelotas de 1917, com a legenda “Os estabelecimentos de instrução em Pelotas - Edifício do "Collegio S. José"”. Pode-se dizer que na fotografia vê-se retratado o prédio próprio da instituição, o qual, de acordo com o Álbum do Centenário de 1922 encontrava-se em local bem central e possuía características modernas, bem como um prédio sólido. Além disso, o impresso ressaltava que o colégio era iluminado por luz elétrica e possuía amplas e confortáveis acomodações, além de evidenciar os preceitos de higiene.

A preocupação com a arquitetura escolar encontrava-se presente inclusive nas instituições particulares. Ao vislumbrar-se a figura 62, pode-se perceber que o prédio do Colégio São José tratava-se de uma construção de dois pavimentos sobre um porão, acrescida de um sótão. Sua arquitetura eclética contava com menos elementos neoclássicos do que os costumeiros. Pode-se perceber que o prédio não contava com platibandas balaustradas e tampouco com um frontão, características bastante comuns especialmente nos prédios de estabelecimentos de ensino, notadamente públicos. Por outro lado, o prédio era decorado com pinhas.

Pode-se perceber, ainda, que a instituição possuía um número elevado de aberturas, o que lhe conferia os atributos necessários para ventilação e higiene. As janelas do primeiro pavimento são, em sua maioria, ornamentadas por arcos arredondados e, algumas delas, encontravam-se agrupadas. Havia duas portas de entrada e uma porta lateral. Uma escadaria levava às portas da fachada principal. Observa-se que a instituição era murada, o que garantia a separação dos jovens estudantes, notadamente das internas, do mundo externo e dos perigos que a cidade poderia conferir à sua formação. O muro, entretanto, permitia-lhes visualizar o mundo externo, pois era feito parte de concreto e parte de ferro.

Frente ao prédio, o fotógrafo que se dedicava a reproduzir a fachada principal e a lateral do prédio, como era costumeiro, captou três transeuntes que se deixaram retratar. As pessoas que passavam serviram de referência para demonstrar as dimensões do prédio, o qual se elevava em relação ao seu entorno. Destaca-se, ainda, que ao analisar as fotografias publicadas nas décadas de 1910 e 1920 não é possível perceber, tendo em vista a qualidade da imagem, se o prédio já era recoberto por cimento penteado. Acredita-se que não, pois essa prática foi usual em

Pelotas a partir da década de 1950<sup>75</sup>. Além disso, o prédio sofreu uma série de reformas e teve novos pavimentos construídos, bem como uma nova Capela, logo, é provável que essa alteração tenha ocorrido durante uma dessas reformas.



Figura 65 – “A Capela do Colégio São José”  
Fonte: Álbum do Centenário de 1922

Depois da fotografia da parte externa do prédio, a primeira imagem referia-se à Capela. Pode-se perceber, na figura 65, que, a primeira vista, o espaço parece tratar-se de um lugar singelo e despojado. Contudo, ao lançar-se um olhar mais atento, percebe-se que a Capela do Colégio São José contava com vários ornamentos e detalhes decorativos que enriqueciam o lugar. A fotografia foi produzida de um ângulo frontal ao altar. Nesse, encontra-se ao centro a imagem do Sagrado Coração de Jesus. Em um nível mais baixo, constavam dois vasos de flores, os quais ladeavam a base da imagem. Além disso, percebe-se a presença de cinco castiçais individuais, dispostos ordenadamente, de forma simétrica. Quatro vasos sobre colunas foram colocados ao lado do altar. Esses estavam intercalados em relação às figuras de Nossa Senhora e São José, uma de cada lado do altar principal. Essas estátuas encontravam-se fixadas por um pedestal à parede. Ressalta-se que o conjunto das imagens e dos vasos estava disposto em forma triangular, sendo que a imagem do Sagrado Coração de Jesus constituía-se no

---

<sup>75</sup> Sobre o assunto ver GONÇALVES, Margarete R. F.; LEITE Cristiano P.; DIEFENBACH Samantha S.; DIAS, Allan R. P. (2005).

ponto mais alto. Os outros pontos estão nos vasos ao lado das imagens de Nossa Senhora e São José. Ao lado do altar, encontravam-se duas portas com cortinas de renda, que se dividiam em duas partes.

O lustre central e duas lâmpadas, também davam continuidade ao espaço simétrico que ali se desenvolvia. Em uma das paredes laterais havia uma série de janelas. Na outra, duas portas e o confessionário. Além disso, as paredes laterais estavam decoradas com quadros que discorriam sobre a Via Sacra. Verifica-se, ainda, a presença dos bancos, em maior número do lado das janelas e em menor número do lado do confessionário. Embora os bancos estejam em primeiro plano, o ponto de fuga é a imagem do Sagrado Coração de Jesus, que se encontra no centro da fotografia. O teto e o roda forro eram trabalhados, não excessivamente, como na arquitetura barroca, mas continham detalhes elegantes, o que evidencia a singeleza e não o despojamento do espaço. Ressalta-se que, assim como a Capela do Gymnasio Gonzaga, a Capela do Colégio São José não era tão requintada como a Capela do Asylo de Órphãs N. S. da Conceição, cuja decoração provavelmente estava com a eternização da elite benemérita que ali procurava ressaltar a sua filantropia.

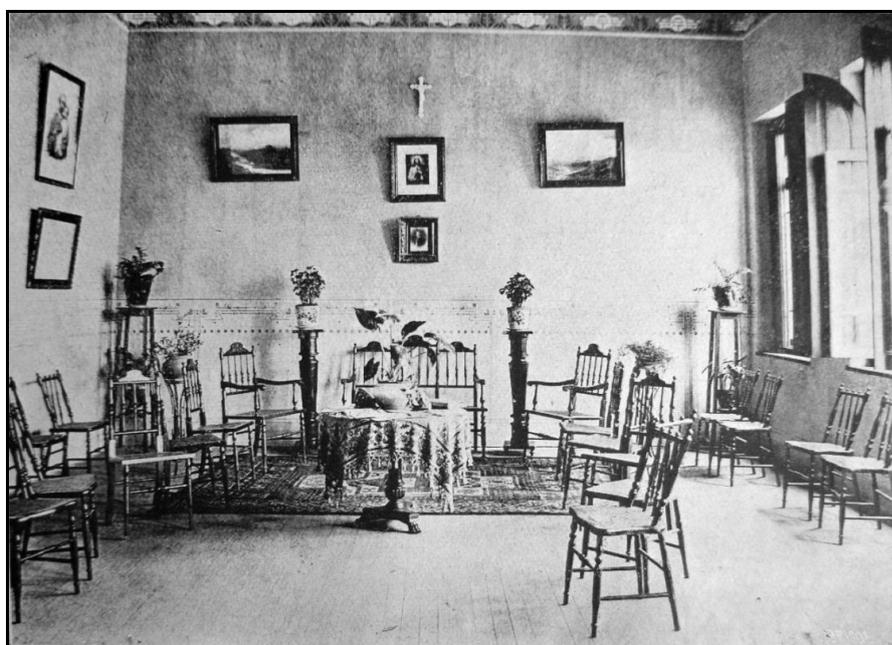


Figura 66 – “Vista geral do Collegio São José”  
Fonte: Álbum do Centenário de 1922

A fotografia seguinte (figura 66) tinha como legenda “Uma das bellas salas do Collegio São José”. Como mencionado anteriormente, não se trata de uma sala de aula, mas de um espaço de convivência, o qual contava com uma mesa redonda

pequena, com toalha de mesa estampada e ornamentada com um vaso de flores. Vê-se, ainda, outros quatro vasos sobre colunas, dispostos simetricamente próximos à parede frontal. Bem como três vasos, em colunas mais baixas. O lugar contava com dezenove cadeiras de madeira. E o chão, provavelmente de tábua corrida, foi decorado com um tapete. As paredes estavam ornamentadas com um crucifixo e quadros de motivos religiosos (Sagrado Coração de Jesus e São José) e de natureza morta. A parte inferior das paredes era ornamentada, possivelmente por escariólas, muito usuais em Pelotas nesse período. O roda forro também era ornamentado por pinturas. Em uma das paredes laterais havia grandes janelas que deixavam adentrar a luz do dia.

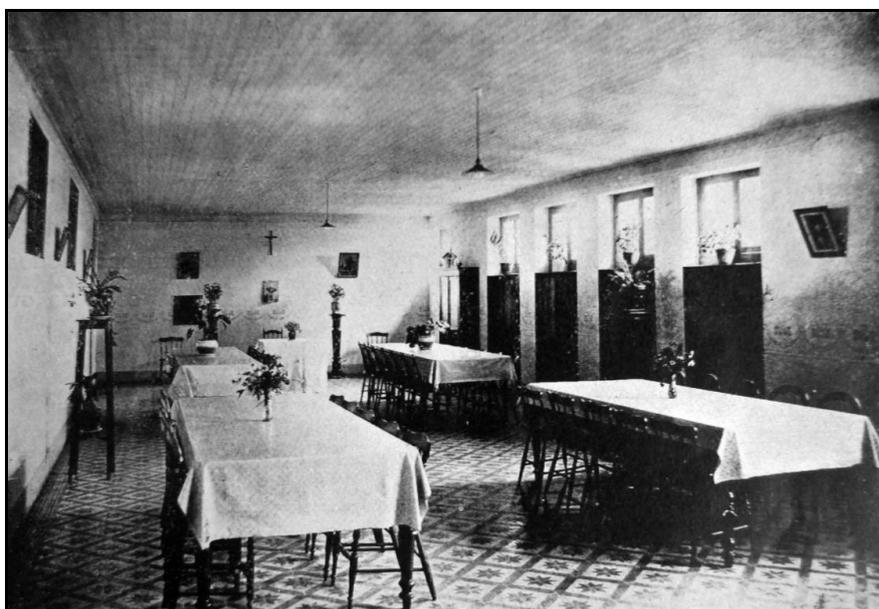


Figura 67 – “O refeitório do Collegio São José”  
Fonte: Álbum do Centenário de 1922

Já a figura 67, refere-se ao refeitório da instituição. Ao contrário das outras imagens que foram produzidas de um ângulo reto, essa foi realizada de um ângulo oblíquo. O fotógrafo provavelmente posicionou-se na porta de entrada e utilizou esse recurso como meio de demonstrar a amplitude da sala retratada. Nessa sala, verifica-se a presença de cinco mesas, sendo que quatro tinham grandes dimensões. Todas elas estão ladeadas por cadeiras e cobertas para tolas claras, possivelmente brancas. Ao contrário das outras peças que contavam com teto de gesso, o refeitório contava com forro de madeira. O chão era de tijolelas decoradas e as paredes também apresentavam escariólas. Além disso, também contavam com quadros (possivelmente com motivos religiosos) e um crucifixo. A imagem contém, ainda, cinco armários, sendo que um deles é maior do que os outros. Havia três

vasos de flores sobre colunas e um vaso sobre cada mesa e armário. O lugar apresentava duas luminárias.

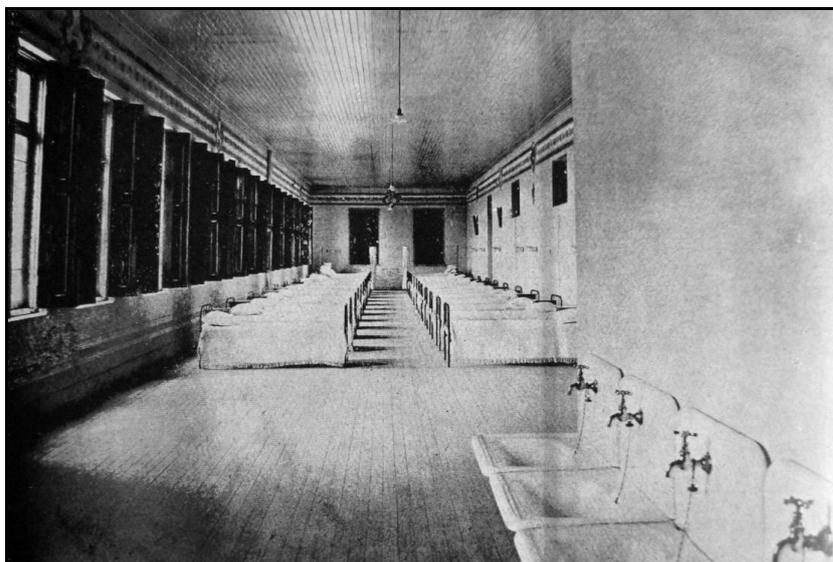


Figura 68 – “O dormitório do Collegio São José”  
Fonte: Álbum do Centenário de 1922

A última imagem (figura 68) refere-se ao dormitório. Nessa imagem, o fotógrafo utilizou o ângulo reto, o qual serviu bem ao propósito de apresentar o cumprimento da sala em formato retangular. Esse espaço de grandes dimensões era, definitivamente, o mais despojado da instituição. Embora o seu teto de forro de madeira tivesse roda forro ornamentado, o chão fosse de tábua corrida e as paredes provavelmente fossem decoradas com escariólas, as camas de ferro enfileiradas com a cabeceira para a parede, cobertas por uma colcha branca finalizada com franjas relegam um visual mais austero. Percebe-se, ainda, uma fileira de pias de porcelana branca, enfileiradas, as quais se encontram em primeiro plano na imagem. Além disso, o espaço contava com várias janelas em tamanho grande.

A narrativa imagética do Colégio São José deixa transparecer o tipo de instituição que se tratava. Primeiramente, os espaços estão prenhes de símbolos religiosos, o que contribuía para a formação cristã das jovens que ali ingressavam. Os cuidados com a decoração e o grande número de vasos de flores constituem-se em elementos femininos e também possuem função pedagógica, tendo em vista que, embora atendesse filhas da elite econômica da cidade, essas meninas seriam formadas para se dedicarem ao lar.

É possível, ainda, traçar comparações com o Asylo de Órphãs. Na narrativa imagética dessa instituição, ainda que os espaços abertos ao público fossem

deveras luxuosos, os espaços dedicados às órfãs eram, em sua maioria, despojados e austeros. No Colégio São José, ao contrário, por atender jovens oriundas de classes sociais mais elevadas, dentre as quais várias utilizavam o internato por virem de cidades do entorno, os espaços de convivência apresentam certa preocupação com a decoração. Destaca-se que havia uma proposta de educação feminina semelhante, a qual visava à formação para o lar e para o casamento, no entanto, os públicos eram distintos socialmente, por isso tais diferenças. Destaca-se o que menciona Maciel (2004), a qual afirma que as escolas femininas que visavam formar as meninas da elite, preparavam às jovens para representar a sua classe na sociedade, ou seja, a elite pelotense e das cidades vizinhas. Logo, acrescido ao currículo comum às instituições educacionais para mulheres, as jovens das classes altas tinham instrumentalizadas práticas educativas que visavam a distinção social, como o estudo de uma língua estrangeira, notadamente o francês, de um instrumento, entre outros elementos. A autora ressalta que, as jovens órfãs, ao contrário, aprendiam a costurar, cozinhar, engomar, ou seja, atividades que preparavam para o lar ou para uma futura profissionalização.

## **6.6 O ensino superior e profissional em Pelotas: as instituições educacionais e sua representação na imprensa e nos Relatórios Intendenciais**

Como já mencionado anteriormente, decidiu-se por analisar em um mesmo subtítulo as fotografias de uma instituição de ensino superior e de duas instituições de educação profissional. Essa opção deve-se ao fato de esses estabelecimentos de ensino configurarem-se em diferentes facetas de uma mesma conjuntura. Como já foi dito, a Escola de Agronomia e Veterinária ofertava ensino agrícola, ao mesmo tempo em que o Patronato Agrícola Visconde da Graça atuava na mesma área. A diferenciação entre os dois encontra-se no público-alvo: a primeira, enquanto instituição de ensino superior, visava atender às classes mais abastadas, enquanto o segundo, às camadas populares. Já a relação existente entre o Patronato Agrícola e a Escola de Artes e Ofícios é o seu caráter de educação profissional, ambos voltados para as classes menos privilegiadas. Contudo, um dedicava-se à zona rural e outro, à zona urbana.

### **6.6.1 O Ensino de Agronomia e Veterinária: da Imperial Escola de Medicina Veterinária e de Agricultura Prática à Escola de Agronomia Eliseu Maciel**

Ao vislumbrar o espaço dedicado às instituições de ensino nos Relatórios Intendenciários de Pelotas, durante a Primeira República, é possível perceber que a Escola de Agronomia e Veterinária, independente da denominação que recebia era, na maior parte das vezes, o centro das preocupações governamentais no que tange à educação. Deve-se ter em conta, que a motivação de tamanha preocupação pode estar relacionada ao fato de que essa instituição vivenciou muitas dificuldades em seus primeiros anos de funcionamento.

De acordo com Osório (1998), a criação da Escola de Agronomia e Veterinária está ligada à família Antunes Maciel. Deve-se ter em conta que Eliseu Antunes Maciel morreu em 1881 e um de seus filhos, Leopoldo Antunes Maciel, era vereador na cidade e, em nome da família, solicitou à Câmara Municipal, no mesmo ano, um pedido de licença para a construção de uma escola municipal em memória de seu pai. Segundo Jantzen (1990), outro de seus filhos, Francisco Antunes Maciel, alcançou destaque político em âmbito nacional, afirmando-se como líder da maioria liberal do Gabinete Lafayette. Embora o prédio tenha sido concluído em 1883, as aulas não iniciaram pela completa falta de professores. Nesse mesmo ano, o prédio foi solicitado para abrigar os cursos superiores de Agronomia e Veterinária, o que foi concedido pela Câmara.

Contudo, a implementação de cursos superiores na área de agricultura no Brasil não foi uma tarefa fácil. De acordo com Capdeville (1991), no século XIX a atividade agrícola era considerada um ofício para o qual não era necessário treinamento. As iniciativas do governo imperial deveram-se, segundo o autor, à inspiração nos ideais iluministas, logo, o governo imperial propôs a criação de Escolas de Agronomia, sendo a primeira, a da Bahia e a segunda a de Pelotas. Porém, o desenvolvimento de um ensino superior agrícola no Brasil não se fez sem grandes dificuldades:

A escola da Bahia levou 17 anos para passar de ideal à realidade e, quando o fez, não foi sem tropeços. A primeira turma de formados, em 1880, foi de dez alunos, mas nos cinco anos seguintes a média de formados foi de 4,5 por ano. Ao apagar das luzes do século XIX, a matrícula caiu praticamente para zero e, no início do século XX (1902), a escola foi fechada, (CAPDEVILLE, 1991, p.231).

Com relação à Escola de Agronomia e Veterinária de Pelotas, a situação foi semelhante. Em 1885, o ministro da Agricultura transferiu os recursos das obras dessa instituição para a construção da Estação Agronômica de Campinas. Dessa forma, foi decretado o fechamento da instituição antes mesmo de sua inauguração.

De acordo com Jantzen (1990), mesmo com os apelos da Câmara Municipal à corte e à Assembleia da Província, foi fixada a data para um leilão de todo o material que havia sido colocado na escola para a fabricação de vacinas, os animais, etc. O Visconde da Graça (João Simões Lopes Filho, pai de Ildelfonso Simões Lopes e Augusto Simões Lopes) promoveu, por ordem do Estado do Rio Grande do Sul, o leilão, o qual foi boicotado por parte de alguns cidadãos locais e não foi concluído.

Jantzen (1990) afirma que, entre os presentes no leilão, foram arrecadados 352 mil réis, com o intuito de salvar o material da escola. Além disso, o autor aponta a sofisticação dos instrumentos como motivo do interesse na manutenção do material na escola. Logo, o boicote serviu para impedir que o material raro fosse transferido para outra cidade do Império e se perdesse.

De acordo com Pimentel, (1940), em 1888, o estabelecimento de ensino iniciou as suas atividades, subsidiado pelo governo municipal, tendo a primeira turma de formandos em 1895. Em 1889 a Escola ganhou novo regulamento e novo nome, passando a denominar-se Liceu Rio-Grandense de Agronomia e Veterinária.

No alvorecer do século XX, as considerações sobre a Escola não eram animadoras. No Relatório Intendencial de 1904, apresentado por José Barboza Gonçalves (p.13): “O curso d’este estabelecimento de instrução superior continúa funcionando com regularidade, sendo, entretanto, muito reduzido o numero de estudantes que o frequentam”. De acordo com as informações apresentadas pelo intendente, havia apenas três alunos matriculados, dois no segundo ano e um no terceiro. Foram suprimidas as cadeiras de agricultura, física, botânica, agrimensura e mecânica. E as palavras de Gonçalves, nesse relatório, continuam a demonstrar a preocupação com o futuro da instituição:

As constantes verbas despendidas, desde muitos annos, pelo governo do Estado e pelo Municipio, não tem sido correspondidas pelos resultados que eram esperados.

Julgo de grande conveniência que esse instituto seja completamente reorganizado, eliminando-se, por falta de freqüência compensadora, o cursos superior, que deve ser substituído por ensino primário completo e secundário com todo o desenvolvimento, facilitando a matricula das aulas para as diversas classes sociais, (RELATÓRIO Intendencial de 1904, p.13).

Pode-se perceber que o intendente, no intento de não fechar as portas da Escola de Agronomia e Veterinária, como havia ocorrido com a instituição da Bahia, propõe a substituição do ensino superior, pelo primário e secundário. Esses níveis de ensino teriam mais procura e, segundo Gonçalves, o seu acesso seria ainda mais

facilitado. O desinteresse no que tange à formação agrícola e a falta de estudantes para integrar os quadros da instituição eram ainda mais preocupantes pelo contexto financeiro. Em 1903, o balanço da instituição fechou com um déficit de 3:293\$871.

Essa situação, entretanto, não era um problema específico da região. Capdeville (1991) afirma que o desempenho inicial dessas escolas e cursos foi, em geral, muito ruim, sendo que a metade dos cursos acabou sendo extinta antes de 1910, e o número de profissionais formados era pequeno. Segundo dados apresentados pelo autor, somente três dessas instituições funcionavam em 1910: o de Pelotas, o de Piracicaba-SP e o de Lavras-MG.

Como acima mencionado, para a manutenção do funcionamento da instituição, foi realizada a definição de uma comissão, a qual iria atuar na busca de soluções. A proposta de Gonçalves para a reorganização da instituição teve continuidade no governo seguinte, de Cypriano Corrêa Barcellos. Em seu Relatório de 1905-1906, o intendente afirma que nomeou uma comissão para tal fim, a qual foi formada por: José Cypriano Nunes Vieira, Joaquim da Costa Leite e Manuel Serafim Gomes de Freitas. Além disso, no mesmo relatório, o intendente apresentou os resultados e propostas desses estudiosos, os quais propuseram a reformulação do currículo, propondo-se a inclusão de um ano de ensino no campo de experiências. A nova proposta curricular era a seguinte:

- 1.o anno- Noções geraes de mechanica. Agrimensura. Physica e meteorologia. Chimica mineral. Analyse innorganica. Botanica. Agricultura propriamente dita. Desenho.
- 2.o Anno.- Chimica orgânica. Analyse orgânica. Zoologia e Zootechnia. Chimica agrícola. Analyses de substancias agrícolas. Mineralogia e Geologia e Desenho.
- 3.o Anno.- Engenharia rural. Horticultura. Viticultura. Leitaria. Technologia agrícola. Economia rural e Desenho.

O ensino no campo, que, de acordo com o currículo acima descrito ocorreria no 3.º ano, passou a dar-se na granja “Assis Brasil”, em Pedras Altas, sob a direção do Professor Guilherme Minssen. Além das considerações sobre o currículo, a proposta incluía, ainda, a criação dos exames de admissão, que constariam das mesmas matérias exigidas como preparatórios para matrícula. E criava, também, a possibilidade de que os alunos interessados em realizar apenas os cursos práticos receberia um certificado de habilitação. Dessa forma, a comissão encontrou uma solução para manter o funcionamento do ensino superior agrícola no estabelecimento então denominado “Lyceu Rio-Grandense”.

Para solucionar o problema da receita, a comissão dedicou-se a encontrar fontes de renda que possibilitassem a manutenção da Escola de Agronomia e Veterinária sem depender das subvenções. No relatório da comissão foi proposto:

- A. Procurar obter do Governo Federal contracto afim de serem feitas nos laboratórios do Lyceu todas as analyses que por lei deviam ser feitas nas alfândegas do Rio-Grande e Pelotas.
- B. Conseguir do governo estadual a extensão para aqui da medida posta em praticar em Porto Alegre onde os productos de alimentação (pág. 20) não podem ser exportados sem exhibição de guia de analyse.
- C. Promover a analyse dos gêneros de alimentação consumidos no município a qual mediante módica taxa auxiliará o Lyceu prestando inestimável serviço hygienico.

Ao serem realizadas as referidas alterações, a matrícula subiu de três para seis alunos, sendo que cinco cursavam o primeiro ano e um, o segundo. Além disso, houve uma significativa mudança no que tange à receita, pois, ao contrário do ano de 1903, em que o estabelecimento de ensino fechou com um déficit, em 1906, a instituição tem saldos positivos, de 2:797\$539, no 2.º semestre, e 7:220\$849, no 1.º. Aparentemente a reforma institucional da Escola de Agronomia e Veterinária antecedeu o Decreto 8.319, de 20 de outubro de 1910, no qual, de acordo com Nagle (2001), foi criado o ensino agrônômico e aprovado seu regulamento, o qual constava de 591 artigos.

Em 1909, José Cypriano Nunes Vieira exonerou-se do cargo de diretor, o qual foi assumido por Manoel Luis Osório<sup>76</sup>. Nesse ano, a matrícula havia sofrido um incremento ainda maior, pois se achavam matriculados vinte e dois alunos. Em 1910, durante a direção de Manoel Luis Osório, o nome do Liceu foi mudado para Escola de Agronomia e Veterinária, e o curso foi modificado. De acordo com Jantzen (1990): “todas essas modificações, narradas de forma sumária nos textos sobre a Escola, mostram, apesar de tudo, que o curso e o estabelecimento eram reconhecidos também na sua dimensão política”, (JANTZEN, 1990, p.72). Dessa forma, o autor demonstra a relevância que a instituição, depois de passar por todas as dificuldades encontradas e efetivar o seu estabelecimento, tornou-se uma importante arma na disputa política em âmbito municipal.

A partir do Relatório Intendencial de 1910, apresentado por José Barboza Gonçalves, no qual se publicou o novo Regulamento da instituição, as preocupações com o futuro da instituição desaparecem, pois se apresentam dados como o

---

<sup>76</sup> Sobre o assunto da mudança de nome da instituição ver OLIVEIRA (2005).

crescimento dos saldos e das matrículas. Contudo, embora a instituição tenha apresentado um crescimento em relação aos seus anos iniciais de funcionamento, especialmente no século XIX e primeira década do século XX, o número de matriculados ainda é relativamente restrito. Porém, deve-se ter em conta que o ensino superior atendia quase que exclusivamente às elites durante a Primeira República, logo, o número de matrículas raramente seria expressivo se comparado aos dias atuais.

Embora as informações sobre a Escola de Agronomia e Veterinária parecessem mais animadoras, conforme Nagle (2001), o ensino agrônomo recebeu pouco estímulo oficial na Primeira República. Segundo o autor, esse período apresenta uma contradição, pois ao mesmo tempo em que ocorria a valorização das características agrícolas do país, ao considerar-se o Brasil um país eminentemente agrícola, ocorria um desestímulo do ensino agrônomo. Esse desestímulo pode ser percebido na leitura dos Relatórios Intendenciais, nos quais verifica-se que as subvenções e doações são oriundas de particulares, da Sociedade Brasileira para Animação da Agricultura, cuja sede era em Paris, da Sociedade Agrícola (Rio Grande do Sul) e do Município.

Durante o governo de Augusto Simões Lopes, a Escola foi dirigida por seu professor e ex-aluno Manoel Serafim Gomes de Freitas. Nesse período, o nome de Eliseu Maciel voltou a fazer parte da denominação da escola. Além disso, a instituição passou por uma nova remodelação, a qual, segundo o intendente visava possibilitar “uma feição mais pratica, dando o logar que compete ao ensino experimental, ainda incipiente”, (RELATÓRIO Intendencial, 1925, p.40). Mais tarde, durante o governo de Py Crespo, esse intendente buscou, por meio da bancada gaúcha liderada por Ildenfonso Simões Lopes (que já havia sido ministro da Agricultura), “[...] o aumento da verba de 20 contos, como que o Governo Federal, subsidia a Escola Eliseu Maciel”, (DIÁRIO Popular, 23 de junho de 1929). Essa mesma matéria assegurava que:

O sr. dr. Py Crespo já obteve do benemérito Governo do Estado a majoração do auxílio que este prestava ao mesmo instituto de ensino superior.

O aumento das duas verbas attinge a 60 contos, que, adicionados, as existentes, prefazem a importância de 100 contos.

O sr. dr. João Py Crespo, dando cumprimento ao seu programma administrativo, cooperará para que a Escola Elyseu Maciel entre em uma phase de maior desenvolvimento, (DIÁRIO Popular, 23 de junho de 1929).

Ressalta-se que essa matéria, realizada em 1929, demonstra a importância que a instituição continuava tendo no fim da década de 1920 para a municipalidade. Pode-se dizer que os já mencionados esforços da elite, transformaram a Escola de Agronomia em um símbolo do desenvolvimento educacional na cidade. Além disso, mesmo com o espaço restrito ao ensino agrônomo, o Rio Grande do Sul configurava-se, na Primeira República, como um estado eminentemente agrícola, especialmente a metade sul. Sendo assim, a profissão de agrônomo era valorizada pela elite local, vinculada, em sua maior parte, à agropecuária. O que explica a criação de uma seção de Veterinária dentro da Escola e a profissionalização do agrônomo para o conhecimento das enfermidades bovinas, como pode ser percebido na matéria de 15 de setembro de 1914, do jornal Diário Popular:

O agrônomo precisa ter conhecimento das doenças mais comuns do gado, para poder agir com critério na sua exploração, ora curando, ora tomando medidas preventivas para evitar a moléstia, como nas enfermidades microbianas.

#### **6.6.1.1 As imagens da Escola de Agronomia e Veterinária**

De acordo com Freund (2008, p.96): “Con la fotografía, se abre una ventana al mundo”. Ainda segundo a autora:

La mecanización de la reproducción, el invento de la placa seca al gelatinobromuro que permite el uso de placas preparadas de antemano (1871), el perfeccionamiento de los objetivos (los primeros anastigmáticos se construyeron en 1884), la película en rollos (1884), el perfeccionamiento de la transmisión de una imagen por telegrafía (1872) y más tarde por belinografía, abrieron el camino a la fotografía de prensa, (FREUND, 2008, p. 95).

Com todo o desenvolvimento tecnológico que possibilitou a utilização de fotografias pela imprensa, bem como por outros documentos que objetivavam confirmar com imagens aquilo que apresentava na escrita, a fotografia tornou-se importante ferramenta. O Relatório Intendencial de 1914, apresentando por Cypriano Corrêa Barcellos, foi o primeiro a dedicar espaço em suas páginas para fotografias. Doze foram as imagens ali apresentadas, as quais constavam na seguinte ordem: Intendencia Municipal, Salão principal da intendência municipal onde funciona o conselho, Trecho da Rua 15 de novembro, Trecho da Rua Marechal Floriano, Escola de Agronomia e Veterinária, Chafariz no centro dos jardins da Praça da República, Vista dos Jardins da Praça da República, Forno de incineração, Hospital da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas, O antigo Mercado, Um trecho do novo mercado frente leste, O novo mercado frente oeste.

Uma vez mais, salienta-se que fotografia é escolha, é seleção. Dessa forma, Pode-se perceber que as fotografias selecionadas são aquelas que representam o que a Intendência tinha de melhor para mostrar. A seleção de Cypriano Barcellos também apresenta a que o intendente pretendia dedicar a sua gestão. Deve-se ter em conta, como já mencionado anteriormente, que o governo de Barcellos caracterizou-se por promover a urbanização de Pelotas, o que explica a reprodução de fotografias de espaços urbanos. Além disso, deve-se ter em conta que a única instituição educacional representada no Relatório de 1914 foi a Escola de Agronomia e Veterinária<sup>77</sup>.

Outro ponto que deve ser salientado é o fato de que a fotografia que consta no Relatório Intendencial de 1914 é a mesma que fora publicada no Almanach de Pelotas de 1913, bem como no de 1915. Percebe-se que todas as vezes em que a imagem da Escola de Agronomia e Veterinária foi publicada na década de 1910, utilizou-se a mesma imagem. Tal prática pode ser decorrente dos custos para a produção de uma imagem, bem como pode ser um demonstrativo da relação político-partidária entre a direção do Almanach de Pelotas e a Intendência, ambos do PRR. Além disso, deve-se ressaltar que no decorrer deste capítulo constará a análise de apenas uma fotografia de fachada do prédio, para que não fique repetitivo. As outras imagens constam no anexo I, pois as únicas diferenças existentes entre a imagem publicada na década de 1910 e as publicadas nas décadas de 1920 e 1930 são o ângulo da fotografia e a presença da calçada ornamentada com pedras portuguesas que ficava entre a Escola e o Mercado (com relação à imagem publicada na década de 1930); e a presença de um carro e de uma pequena construção em madeira<sup>78</sup>, ao lado da fachada lateral (na fotografia da década de 1920).

---

<sup>77</sup> No Relatório de 1915, foram publicadas duas fotografias de escolas municipais.

<sup>78</sup> Provavelmente a construção em madeira servisse para armazenar produtos necessários para as atividades acadêmicas.

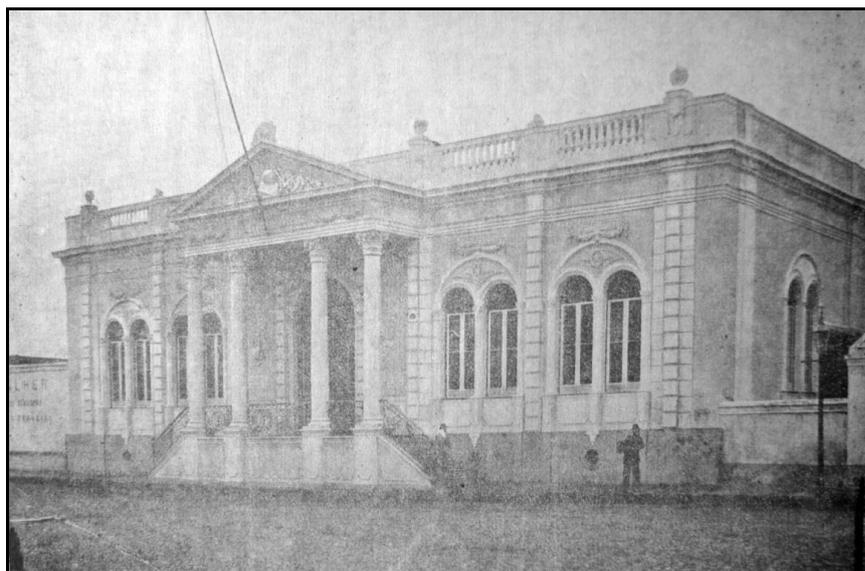


Figura 69 – “Escola de Agronomia e Veterinária”  
Fonte: Almanach de Pelotas de 1915

A imagem apresenta a fachada principal do prédio da Escola de Agronomia e Veterinária (figura 69). A fotografia é levemente assimétrica, apresentando-se um pouco da fachada lateral esquerda do prédio, que é mais simples que a principal, o que pode ser percebido pela ausência de ornamentos sobre a janela. Além disso, algumas pessoas foram retratadas na fotografia, o que pode ter sido uma coincidência, pois aparentemente os transeuntes não fazem parte da trama narrativa da imagem. Por outro lado, os pedestres que ali se encontravam podem ter sido utilizados como referência para demonstrar a grandiosidade da construção. Além disso, frente ao prédio, percebe-se a rua, de paralelepípedos.

Outra consideração que se deve fazer sobre a representação de modernidade presente nessa fotografia é justamente o seu caráter dúbio. Em primeiro lugar, ao representar o prédio, não se pode falar em uma modernidade republicana, pois, de acordo com Jantzen (1990), a construção foi oferecida pela família Antunes Maciel e ficou pronta em 1883, seguindo os padrões do ecletismo neoclássico da época. Essa escola arquitetônica, embora tenha sido extremamente difundida entre os Grupos Escolares em âmbito nacional, emergiu durante o século XIX.

De acordo com Pedone (2002), o ecletismo surgiu no contexto da Revolução Industrial, inspirado pelo Iluminismo. Esse estilo arquitetônico teria atuado no sentido de buscar referências históricas para representar os novos tempos. Entretanto, a autora apresenta uma discussão existente entre teóricos da arquitetura que defendem que, ao contrário da proposta inovadora que se pressupõe relacionada ao

ecletismo, existia uma fuga do presente, pela busca do passado. Os referidos teóricos afirmam o caráter tradicional presente nessa escola arquitetônica. Sendo assim, existem diferentes correntes sobre o fato de o ecletismo representar o pensamento progressista ou um retorno tradicional ao passado. Além disso, deve-se ter em conta que o ecletismo caracterizou-se por mais de uma fase. Para Santos (2007), entre 1870 e 1930, difundiu-se em Pelotas a escola do ecletismo historicista.

Para Ensslin (2005), a arquitetura eclética consta de determinados aspectos, entre eles: constitui-se em uma arquitetura simples, de volumes com faces retangulares, que se utiliza de rígidos esquemas compositivos, ou seja, as linhas mestras, os quais são reinterpretações da tradição clássica; buscava-se a qualidade estética, ou seja, o embelezamento externo; é uma arquitetura rica em elementos decorativos e que busca um sentido simbólico em suas construções, por meio de elementos que pertenciam a estilos arquitetônicos de períodos precedentes.

Dentre as características do estilo eclético que podem ser percebidas na fachada principal do prédio seu porão baixo, platibanda vazada balaustrada, bem como o frontão ornamentado e a escadaria que leva à porta de entrada. Além disso, quatro colunas com capitéis compósitos, que mesclam o estilo jônico e o coríntio, dispostas duas a duas, ladeiam a porta principal. Pode-se perceber, ainda, que a construção possui proporções simétricas, com quatro janelas, dispostas em dupla, assim como as colunatas, tendo a porta de entrada em espaço central. Sobre os elementos decorativos, pode-se dizer que Santos (2002) realizou uma análise sobre os estuques que adornam a fachada principal do prédio da Escola de Agronomia e Veterinária. Segundo o autor:

Na caixa mural do edifício da Escola de Agronomia Eliseu Maciel, erguida pelo francês Dominique Pineau entre os anos de 1881 e 1883, estão dispostos de cada lado da porta de entrada e no frontão, instrumentos das áreas do desenho, da arquitetura, da música, da pintura e da literatura, moldados em estuque (compassos, transferidores e régua “T”, paletas e pincéis, flautas e cornetas, capitéis compósitos e pergaminhos emoldurados por ramos de louro). Esses adornos remetem à vitória da educação e da cultura sobre o espírito dos jovens estudantes do educandário, reforçados pela inscrição em latim *Fiat Lux* sobre uma cartela, que se destaca no tímpano do frontão e, pela cabeça de uma musa de onde divergem múltiplos raios, associada à luz da sabedoria, (SANTOS, 2002, p.88).

Além disso, o autor ressalta que, além dos ornamentos presentes no frontão, destacam-se sobre as aberturas, as palavras: *litteratura*, *sciencias*, *industria* e *artes*, as quais estão enfeitadas com guirlandas e estrelas de cinco pontas. Essas estrelas também foram representadas nos capitéis compósitos das colunas do pórtico. O

autor acredita que tais representações estejam relacionadas com a doutrina positivista de que, por meio da educação, seria alcançada a ordem e o progresso. É possível dizer que a obra arquitetônica simboliza a representação social da instituição educacional na trama urbanística. Logo, o prédio eximamente ornamentado e preñado de símbolos de ordem, progresso e educação, era o oferecimento da família Antunes Macial, à memória de seu patrono, o qual ficaria cristalizado na história da cidade, por meio do estabelecimento de ensino e de seu prédio.

Pode-se supor, também, que a presença da imagem não tivesse a intenção apenas de representar o prédio escolar, mas a instituição como um todo. Uma vez mais, a representação de modernidade demonstra-se dúbia, pois a instituição foi criada no século XIX. Além disso, embora a Intendência Municipal e a Sociedade Agrícola Rio-Grandense estivessem dedicando esforços para a manutenção do ensino agrônomo, no Brasil, como já mencionado anteriormente, esse vivenciava um período de desestímulo pelo governo federal. Entretanto, a instituição representou os esforços da municipalidade e da elite agrícola pelotense em mantê-la. Provavelmente decorrente desses esforços, a instituição tornou-se o centro das preocupações da municipalidade, no que tange à educação, durante a década de 1910.

Na edição de 1927, o Almanach de Pelotas publicou um grupo de sete fotografias que retratava a Escola de Agronomia "Eliseu Maciel"<sup>79</sup>. Pode-se dizer que esse não foi o primeiro grupo de imagens que o periódico dedicou a uma instituição, pois, como foi tratado no capítulo V e neste capítulo deste estudo, em 1922, foram publicados grupos de imagens do Asylo N. Sra. da Conceição, do Gymnasio Gonzaga e do Colégio São José. No que tange ao grupo de fotografias da Escola de Agronomia, elas foram publicadas na seguinte ordem: fachada principal, Salão de Honra, "Gabinete de Physica "Dr. Arthur Brusque"", "Gabinete "Dr. F. R. de Araujo" - Zootechnia e Botanica", Gabinete de Engenharia Rural, "Sala de Chimica", "Gabinete de Chimica". Esse grupo de imagens foi produzido pelo estúdio Brisol. Com relação às imagens, pode-se dizer que, primeiramente, a fotografia da fachada principal se refere ao subtítulo anterior e não cabe a realização de sua análise neste subtítulo.

---

<sup>79</sup> Nesse ano, o nome de Eliseu Maciel já havia retornado à denominação da Escola. Sobre o assunto ver OLIVEIRA, 2005.

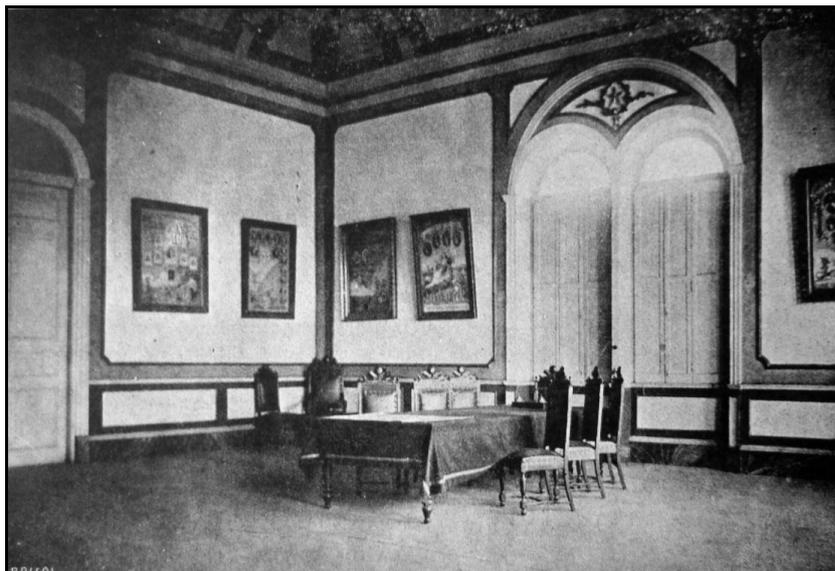


Figura 70 – “Escola de Agronomia "Eliseu Maciel" - Salão de Honra”  
 Fonte: Almanach de Pelotas de 1927

A primeira fotografia dedicada às partes internas do prédio refere-se ao Salão de Honra (figura 70). Tendo em vista o formato e os ornamentos encontrados na janela, percebe-se que essa sala é uma das peças da parte da frente da construção, o que é algo deveras costumeiro, ao levar-se em conta o papel dos salões de honra no espaço institucional. Entre os elementos que constam nessa sala, percebe-se que a janela estava dividida em duas partes, sobre as quais constavam arcos. Acima desses dois arcos, formava-se um terceiro maior, o qual se colocava sobre os dois anteriores. No centro desse terceiro arco, consta a figura da estrela de cinco pontas, mencionada por Santos (2002). Além das janelas, as paredes e o teto também são ornamentados com estuques. Esses elementos decorativos não estão presentes nas outras salas retratadas pelo Almanach de Pelotas de 1927. Dessa forma, essa se constituiu em uma sala, em que eram realizados encontros, solenidades em geral e, especialmente de colação de grau, logo deveria ser um dos espaços mais nobres do prédio. A utilização da sala para colação de grau pode ser confirmada pela matéria do jornal Diário Popular de 12 de dezembro de 1914:

Quando entraram os graduandos de 1914, acompanhados do paramnympho da turma, houve sensível movimento de ansiedade na multidão que ali se premia e em breve, no salão de honra, em roda da mesa destinada á congregação, o dr. Manuel Luis Osório, director, abria a sessão respectiva, declarando-lhe o objecto, (DIÁRIO POPULAR, 12 de dezembro de 1914).

Além dos elementos arquitetônicos, a sala conta com uma mesa, a qual está em primeiro plano na imagem, coberta por uma toalha de cor escura, decorada com uma listra, localizada há alguns centímetros de sua terminação e que se estende por

todo o cumprimento da toalha. A referida mesa era utilizada provavelmente para solenidades, como se pode perceber na mesma matéria do jornal Diário Popular: “Em torno a mesa tomaram assento o dr. intendente, o director, os lentes e convidados, vendo-se á esquerda, reunidos tendo ao meio o paranympo, os graduandos”, (DIÁRIO POPULAR, 12 de dezembro de 1914).

Pode-se dizer que a mesa é o móvel que confere simetria à imagem, pois, além de estar em primeiro plano, ela se constituía na figura central da imagem. A fotografia foi realizada de um ângulo oblíquo, possibilitando a ideia de profundidade e representando um dos cantos da sala. Além disso, a mesa retangular é ladeada por três cadeiras de cada lado e uma na cabeceira, que fica no sentido oposto ao que foi escolhido pelo fotógrafo. Além disso, afastadas da mesa, foram dispostas duas cadeiras em sentido oblíquo à parede de que estão próximas. Pode-se observar, ainda, uma parte da porta à esquerda, bem como cinco quadros de formatura que ornamentam a sala.

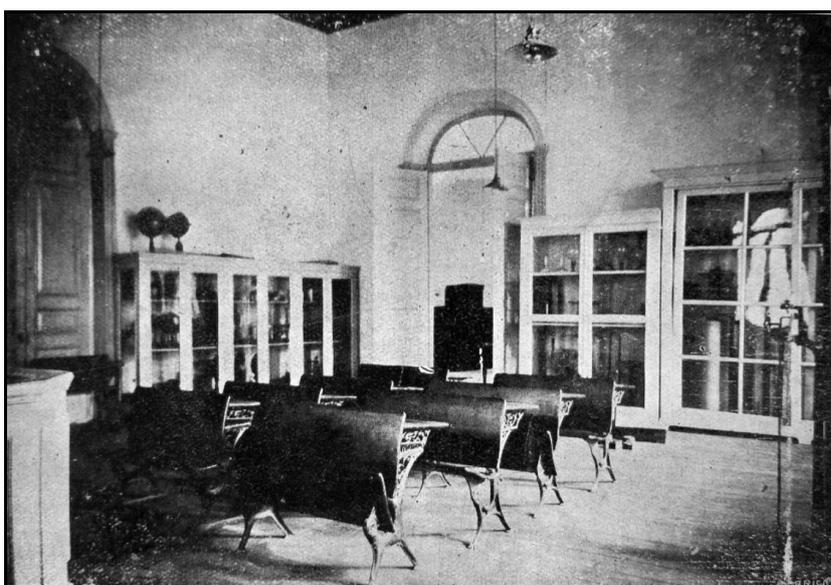


Figura 71 – “Escola de Agronomia "Eliseu Maciel" – Gabinete de Physica “Dr. Arthur Brusque””  
Fonte: Almanach de Pelotas de 1927

Na figura 71, de legenda ““Gabinete de Physica "Dr. Arthur Brusque””, pode-se perceber uma série de elementos dos quais se constituía o mobiliário escolar. Primeiramente, ressalta-se que a referida sala leva o nome de Arthur Brusque, que foi professor da disciplina de Física, nessa instituição e, segundo o Relatório Intendencial de 1905, reassumiu às suas funções como professor dessa disciplina naquele ano. Com relação à sala, segundo o Relatório de 1914, a Escola passou por uma remodelação de seus gabinetes, “principalmente o de physica, que possuía

instrumental deficiente e imprestável [...]”, (Relatório Intendencial de 1914, p.34). No ano seguinte constam mais aquisições realizadas para o referido gabinete, fornecidos pela casa Kohl de Chemnitz. De certa forma, o gabinete de física era considerado uma parte relevante da instituição, passível de ter espaço entre as fotografias da instituição no Almanach de Pelotas e de ser mencionado em matéria no jornal Diário Popular:

Para o ensino da physica possui a Escola um gabinete com os aparelhos indispensáveis para o estudo da gravidade, hydrostativa, gases, electricidade, magnetismo, acústica, óptica, noções astronômicas e climatericas, (DIÁRIO POPULAR, 12 de dezembro de 1914).

Nessa imagem (figura 71), vê-se um grupo de oito carteiras, três armários, os quais aparentemente armazenavam uma série de instrumentos, especialmente várias esferas de gerador de Van de Graaff. Pode-se dizer que o restrito número de bancos estava diretamente relacionado com o pequeno número de estudantes, que representava, ao mesmo tempo, a elitização do ensino superior e a pouca procura pelo ensino agrônômico. Em primeiro plano, à direita, percebe-se a presença de um Pêndulo de Foucault. Sobre um dos armários, vê-se dois globos, utilizados para astronomia, para verificar o posicionamento global, a incidência do sol sobre a terra, entre outras atividades. Pode-se visualizar, ainda, uma parte do que possivelmente era a mesa do professor. A sala conta com duas portas, bem como com duas lâmpadas. Dos armários, dois estão dispostos na parede em que estava a porta que se encontrava aberta e um na parede da porta que estava fechada.

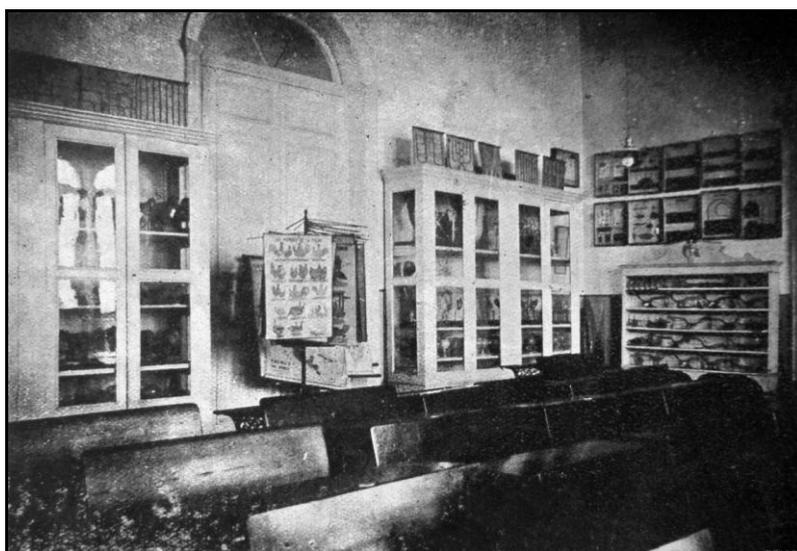


Figura 72 – “Escola de Agornomia "Eliseu Maciel" - Gabinete "Dr. F. R. de Araujo" - Zootechnia e Botanica”

Fonte: Almanach de Pelotas de 1927

Na fotografia cuja legenda era “Gabinete "Dr. F. R. de Araujo" - Zootechnia e Botanica” (figura 72), pode-se perceber a presença, assim como na imagem anterior, de carteiras e armários. Ressalta-se que o homenageado foi diretor do Gymnasio Pelotense por muitos anos e, como já abordado em outros casos, teve o seu nome eternizado nesse tipo de homenagem. Com relação aos aspectos físicos, a sala retratada conta com uma porta, na frente da qual estavam pendurados em um tripé vários pôsteres que identificavam animais e plantas. Além disso, sobre os armários também podem ser percebidas várias coleções botânicas enquadradas. Pode-se perceber, ainda, que todos os armários estão com suas prateleiras ocupadas.

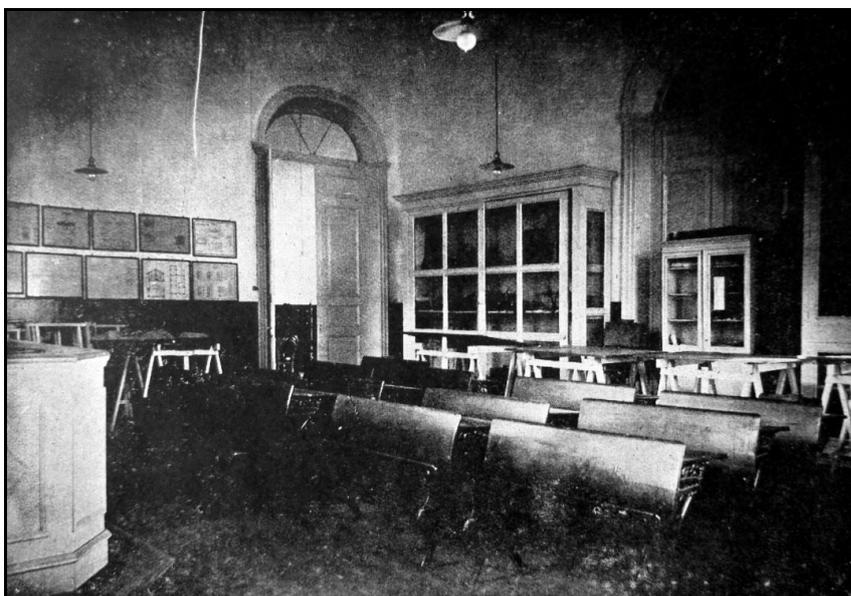


Figura 73 – “Escola de Agornomia "Eliseu Maciel" - Gabinete de Engenharia Rural”  
Fonte: Almanach de Pelotas de 1927

Assim como as imagens anteriores, a figura 73, referente ao Gabinete de Engenharia Rural, apresenta as mesmas características: carteiras, armários e, nesta imagem especificamente, pode-se ver um pouco mais detalhadamente a mesa do professor. Essa mesa, em cor clara, possui detalhes em alto relevo. A sala apresenta duas portas, no entanto uma estava coberta por um armário. A outra porta encontrava-se aberta, tendo, na sua parede lateral, uma série de estudos enquadrados. A sala possui três lâmpadas iguais às encontradas nas salas previamente retratadas.



Figura 74 – “Escola de Agronomia “Eliseu Maciel” – Sala de Chimica”  
Fonte: Almanach de Pelotas de 1927

A fotografia da “Sala de Chimica” (figura 74) apresenta, ao centro, uma mesa sobre a qual se encontram dois funis, um balão volumétrico, um recipiente de água destilada suporte de pipetas, bem como vários frascos com reagentes. Ao centro da mesa, pode-se verificar uma coluna, que possivelmente se tratasse de uma tubulação para gás. Em torno dessa coluna, prateleiras circulares sobre as quais estavam dispostos outros frascos de reagentes. É possível que, ao lado dessas prateleiras, tivesse um Bico de Bunsen, no entanto, a baixa qualidade da imagem não possibilita essa afirmação. Ao confirmar essa hipótese, seria seguro dizer que a coluna realmente se refere a uma tubulação de gás. Pela disposição que os instrumentos e alguns frascos de reagentes ou o laboratório foi utilizado antes da fotografia ou tratava-se de um desordenamento criado, para demonstrar o constante uso do laboratório.

Pode-se perceber, também, a presença, no canto direito da imagem, uma figura bastante semelhante a uma capela, que se trata de um espaço com exaustão, usado para segurança. O fato de esse grande objeto estar praticamente isolado é um indício de que realmente se trata de uma capela. Ainda no canto direito da imagem, no entanto em um plano mais próximo, encontra-se um objeto bastante semelhante a um botijão de gás. No canto esquerdo da fotografia, ao lado do armário, verifica-se a presença de quadros didáticos.

Ressalta-se, ainda, que a fotografia retrata um grande número de reagentes presente nas instalações, tendo em vista que o grande armário ao fundo, em cor

clara, provavelmente de madeira, encontrava-se totalmente ocupado por frascos desses. Esse grande número de reagentes pode representar o fato de a Escola estar capacitada para que os alunos promovessem vários experimentos, bem como afirmar que a instituição podia realmente realizar as análises laboratoriais que costumeiramente fazia e as quais auxiliavam no seu custeio. Como mencionado anteriormente, uma das medidas para manter o funcionamento dessa instituição foi solicitar ao Governo Federal que todas as análises que anteriormente eram realizadas nas alfândegas de Rio Grande e Pelotas. Ressalta-se, ainda, que as análises realizadas no laboratório de química eram tão relevantes para a instituição que constavam nos Relatórios Intendenciais, como exemplo, pode-se citar o caso de Relatório Intendencial de 1910:

O laboratório de chimica effectuou, no 2.o semestre, 7 analyses gratuitas de vinhos, á requisição da Delegacia de Hygiene, e 17 remuneradas: 13 de urinas, 2 de terras, 1 de sal de cosinha e 1 de matéria filamentosa.

O auxiliar destacado para a fiscalisação do leite procedeu a 13.310 analyses, condemnando 8 amostras.

No 1.o semestre as pesquisas gratuitas foram 4 para a Delegacia de Hygiene, sobre vinho, e 8 para a Muncipalidade: 3 de água, 3 de vinho, 1 de sangue secco e 1 de rocha desagregada.

As de leite foram em numero de 6.712, accusando as amostras deste Municipio, nos mezes de janeiro, fevereiro, março e abril, a densidade média de 1.033 e, nos de maio, junho e julho, a de 1.035, e as do Rio Grande, em janeiro e fevereiro, de 1.032 e, nos subseqüentes, de 1.034.

As fraudes reconhecidas nas daquelle Municipio attingiram a 15 e nas deste se elevaram a 22.

No semestre ultimo a renda das analyses foi de 266\$800, (RELATÓRIO Intendencial de 1910, p.18).

Pode-se perceber que era realizada uma gama variada de análises. Além disso, deve-se mencionar que Manoel Serafim Gomes de Freitas, o qual foi um dos integrantes da comissão que procedeu o desenvolvimento de um projeto de reformulação da instituição, era professor da cadeira de “Chimica mineral, orgânica e analytica”, bem como diretor do Laboratório de Análises. Além disso, Manoel Serafim Gomes de Freitas, além de graduado em 1904 pelo Lyceu, foi diretor dessa instituição durante a década de 1920.

Ainda com relação à citação anterior, pode-se dizer que, embora as subvenções do Estado e do Município fossem mais relevantes do que os lucros obtidos com as análises laboratoriais (respectivamente em 1910 20:000\$000 e 5:000\$000), o valor dessas era superior ao saldo obtido com as taxas de matrícula e certidões (naquele ano, o valor dessas consistiu em 62\$021).

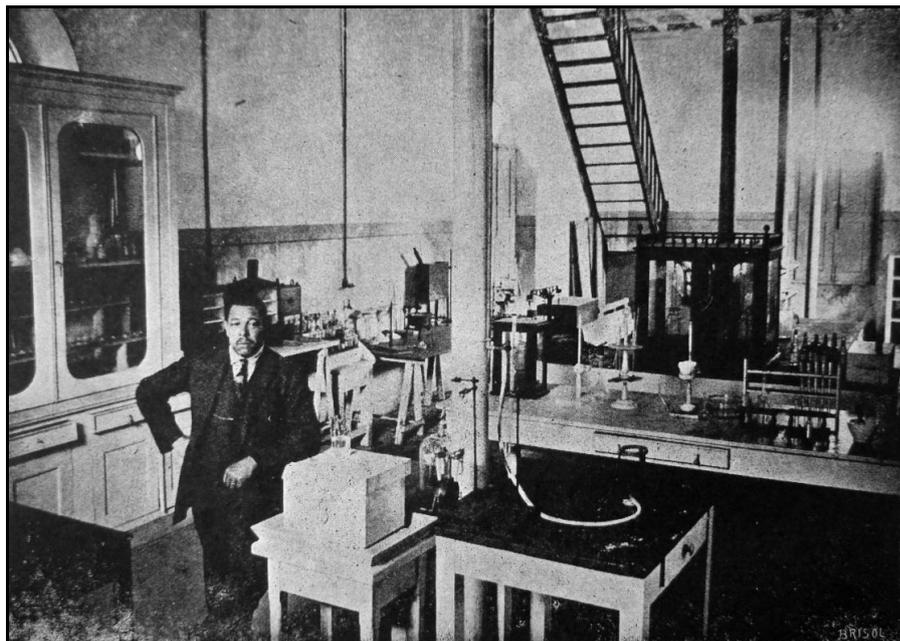


Figura 75 – “Escola de Agronomia "Eliseu Maciel" – Gabinete de Química”  
 Fonte: Almanach de Pelotas de 1927

Em complementação à “Sala de Química” encontra-se o “Gabinete de Química” (figura 75). Essa fotografia, aparentemente realizada de um ângulo superior, apresenta, além do mobiliário, uma pessoa. Embora essa figura esteja presente na imagem, a legenda aponta como tema principal a estrutura física ali retratada. Pode-se perceber que o espaço do gabinete era mais restrito e contava com um grande número de mesas, sobre as quais estavam dispostos vários instrumentos para a efetiva prática do estudo da Química. Mesmo com a baixa qualidade da imagem, o que impossibilita a identificação de alguns objetos, vê-se, em primeiro plano, duas mesas pequenas em volta de uma coluna. Sobre uma das mesas havia uma estufa, sobre a outra, um bico de Bunsen, ao qual estava ligada uma mangueira de gás que partia da coluna, a qual, nessa imagem, percebe-se claramente como uma tubulação de gás. Do lado esquerdo da imagem, verifica-se a presença de um armário que, diferentemente da maior parte dos armários anteriormente retratados, conta com gavetas e partes fechadas com portas de madeira, e não de vidro, o que pode denotar a presença de substâncias sensíveis ao sol. Ainda no lado esquerdo, encontravam-se mais mesas sobre as quais estavam estufas, entre outros objetos. Do lado direito da imagem, vê-se uma mesa retangular, maior do que as anteriores, sobre a qual se encontra um suporte de pipetas, com várias dessas; um suporte individual para pipetas e uma cápsula de porcelana, também agregada ao seu suporte. Tendo em vista as duas imagens

acima citadas, pode-se perceber que a sala e o gabinete de “Chimica” se complementavam, pois, enquanto nesse havia mais instrumentos de análise, naquele estavam armazenados os reagentes a serem utilizados.

Tendo em vista tudo o que foi apresentado anteriormente, pode-se dizer que a Escola de Agronomia e Veterinária foi uma instituição relevante na história da educação de Pelotas por representar intensamente o desejo da elite em demonstrar a manutenção de seu status e a do ideário de que Pelotas era uma cidade moderna e atualizada. Pode-se perceber que o ensino agrônômico vivenciou anos difíceis durante os primeiros anos de existência da República, no entanto, a partir de iniciativas particulares e do Município, a instituição manteve o seu funcionamento ininterrupto durante aqueles anos, enquanto outras que também se dedicavam ao ensino de agronomia fecharam as suas portas. Deve-se ressaltar, ainda, o papel do Estado e da Sociedade Agrícola do Rio Grande do Sul, os quais participaram desse processo de manutenção da instituição, notadamente por meio de subvenções (o valor que o estado do Rio Grande do Sul disponibilizava era maior do que o do Município).

Nas páginas dos jornais e dos relatórios, a Escola de Agronomia é costumeiramente exaltada e a situação de dificuldade era sequer mencionada, com exceção do Relatório de 1905, no qual se propôs à criação de uma comissão para a reestruturação da escola e cogitou-se o fechamento do ensino superior. Contudo, após a reestruturação, a instável situação do ensino agrônômico em esfera nacional e que lançava respingos na instituição pelotense, não foi novamente mencionada.

Ainda no âmbito da educação agrícola, o próximo tema a ser abordado refere-se ao Patronato Agrícola Visconde da Graça, instituição federal instalada na cidade de Pelotas na década de 1920.

### **6.6.2 O Patronato Agrícola Visconde da Graça: a formação dos desvalidos da fortuna**

A instalação de um patronato agrícola em Pelotas insere-se em um contexto de difusão dessas instituições pelo governo federal, as quais se encontravam em concordância com as preocupações educacionais das primeiras décadas do século XX, de civilizar os cidadãos, notadamente aqueles oriundos das classes mais populares. De acordo com Oliveira (2000), os patronatos voltavam-se para a formação de trabalhadores com base em concepções fundamentadas nos

conhecimentos científicos e objetivavam a intervenção sobre os setores mais pobres da sociedade, com o intuito de efetivar a modernização social e cultural. Embasado nos relatórios do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, o autor afirma:

Os patronatos agrícolas integrariam o suporte organizacional para implementação da vertente do ensino profissional, que contribuiria para tornar mais frutuosa a produção agropecuária. Paralelamente, concorrerá para estabelecer o equilíbrio entre a população das cidades e a população dos campos; dever do governo era contribuir para aumentar a população rural e formar o verdadeiro agricultor brasileiro, (OLIVEIRA, 2000, p.2).

Dessa forma, verifica-se que os patronatos consistiam em instituições de ensino profissional que visavam a preparação para o trabalho no campo, bem como a manutenção da população proveniente da zona rural em seus locais de origem. Além disso, de acordo com Vicente (2008), a população urbana atendida era, costumeiramente, formada por órfãos e crianças pobres, considerados desvalidos de sorte. Dessa forma, essa categoria social era controlada e regenerada, além de tornar-se preparada para trabalhar adequadamente no âmbito da sociedade que então se formava. Logo, por meio do decreto de n.º 12.893, de 28 de fevereiro de 1918, o presidente da República e o Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio autorizaram a criação de patronatos agrícolas, “para educação de menores desvalidos, nos postos zootécnicos, fazendas-modelo de criação, núcleos coloniais e outros estabelecimentos do Ministério”, (OLIVEIRA, 2000, p.4). Nesse sentido, Ciavatta (2009) afirma que o trabalho e o assistencialismo se constituíram em fundamentos da educação no Brasil para o atendimento às classes menos favorecidas. Segundo a autora, esse movimento respondia aos sentimentos morais e religiosos, bem como atendia às necessidades econômicas que então se colocavam. Dessa forma, percebe-se que a profissionalização da infância pobre constitui-se em uma ferramenta assistencialista que, ao mesmo tempo em que representa uma preocupação do governo em atender aos desfavorecidos, fornece mão-de-obra capacitada para os donos dos meios de produção.

O Patronato Agrícola Visconde da Graça foi criado pelo decreto 15.102, de 09 de novembro de 1921 e entrou em funcionamento em 12 de outubro de 1923. No Relatório Intendencial de 1922, o então intendente Pedro Luis Osório noticiava as tratativas sobre a implantação da referida instituição de ensino na cidade. O intendente afirmava:

Com a vinda a esta cidade do ilustre engenheiro dr. Pedro Martins, do serviço de Povoamento do solo, em comissão com o digno conterrâneo dr.

Álvaro Simões Lopes, ficou resolvido que o local para ser instalado o Patronato Agrícola, empreendimento a realizar-se entre nós, por determinação do nosso eminente contemporâneo dr. Ildefonso Simões Lopes, seria na Boa Vista, 2.º Districto, (RELATÓRIO Intendencial de 1922, p.14).

Tendo em vista às afirmações de Pedro Luis Osório, percebe-se que o fato de Pelotas ter recebido a instalação de um patronato agrícola deveu-se ao fato de que um pelotense ocupava o cargo de Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio durante o período de instalação. No entanto, Oliveira (2000) apresentou um quadro dos patronatos agrícolas criados durante a Primeira República e deve-se salientar que a maior parte deles localizava-se em cidades do interior dos estados, tendo sido apenas um instalado na capital de um estado, no caso em Porto Alegre, o Patronato Agrícola Pinheiro Machado. A interiorização do ensino demonstra-se bastante razoável no que tange aos objetivos desse tipo de instituição, que visava justamente afastar dos meios mais urbanizados, aqueles que poderiam se constituir em ameaça à ordem vigente.

Ressalta-se, ainda, que a criação do Patronato Agrícola em Pelotas deveu-se, também, ao fato de o governo municipal ter cedido um terreno de 200 hectares, no qual foi instalada a instituição. Além disso, foi sugerido pelo governo municipal que o Patronato levasse o nome de “Visconde da Graça”, pai de Ildefonso Simões Lopes. A partir de 1923, a instituição iniciou o seu funcionamento, ainda no governo de Pedro Luis Osório.

#### **6.6.2.1 O Patronato Agrícola em Imagens**

Todas as imagens que objetivavam retratar o prédio do Patronato Agrícola Visconde da Graça de que se dispõe nesta pesquisa são oriundas do Almanach de Pelotas. Uma delas foi extraída da edição de 1928 e as outras, da edição de 1934.

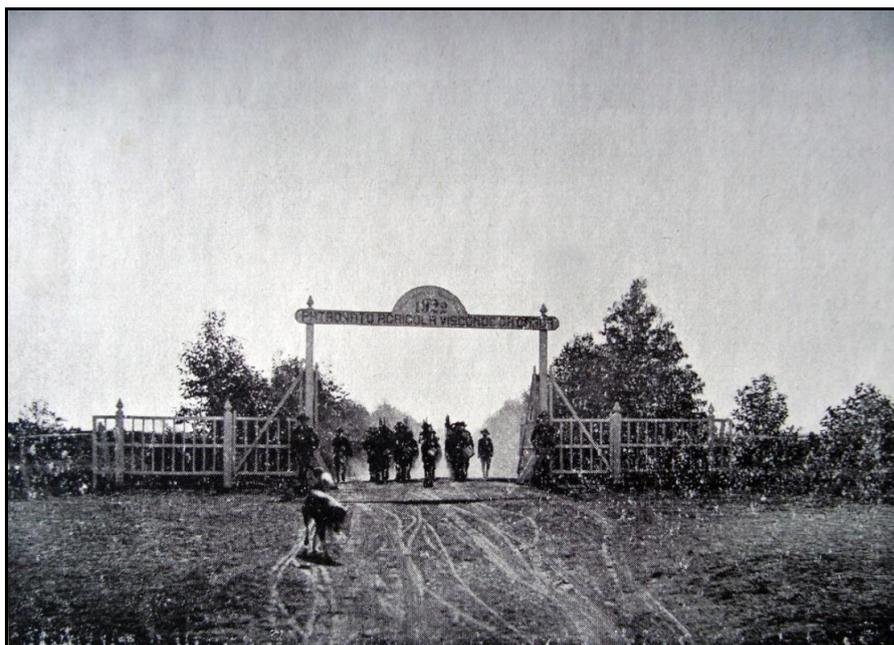


Figura 76 – “Portão de entrada do Patronato Agrícola Visconde da Graça”  
 Fonte: Almanach de Pelotas de 1928

A primeira imagem (figura 76), cuja legenda é “Portão de entrada do Patronato Agrícola Visconde da Graça”, apresenta a entrada da instituição. Deve-se ter em conta que, ao contrário da Escola de Agronomia e Veterinária, que atendia às classes mais elevadas da sociedade pelotense, o Patronato visava atender a infância pobre, o que pode ser percebido na simplicidade de seu portão de madeira, bastante semelhante a um portão de fazenda, no qual constava o nome da instituição e o ano de seu decreto de fundação (1922). Em ambos os lados do portão, que se encontrava no centro da imagem, encontravam-se cercas, também de madeira. Em ambos os lados, verificam-se várias árvores.

Embora os elementos arquitetônicos sejam aqueles apontados pela legenda, é possível perceber nessa fotografia, um grupo de estudantes utilizando uniformes de escoteiros e ordenadamente organizados. Os jovens retratados representam de forma eficaz o ideário de formação cívica presente nesse tipo de instituição. Além disso, ressalta-se que o Patronato, além de ser um internato, promoveu a criação de uma Escola de Escoteiros, que visava formar cívica e moralmente a infância da época. Dessa forma, é possível afirmar que essas instituições possuíam preocupações maiores do que apenas a formação profissional dos “desvalidos”, mas objetivavam civilizar aqueles que se encontravam à margem da sociedade.



Figura 77 – “Uma das salas de aula do Patronato Agrícola “Visconde da Graça””  
Fonte: Almanach de Pelotas de 1934

Em 1934, publicou-se a fotografia de uma sala de aula e de um dos dormitórios da instituição. A primeira imagem (figura 77), cuja legenda aponta, assim como a da fotografia anteriormente analisada, para os elementos arquitetônicos da instituição, representa uma sala de aula, de tamanho aparentemente grande, na qual se percebe a existência de uma grande porta de duas folhas, bem como uma grande janela. Salas de aula de grandes dimensões aparentemente foram uma constante na arquitetura escolar profissional. De acordo com Wolff (2010), a Escola Profissional Masculina do Brás contava com grandes salas de aula, iluminadas por grandes janelas e ladeadas por uma circulação aberta.

Nas paredes verifica-se uma série de mapas, que evidenciam a existência de uma formação propedêutica, além da profissional. Além disso, embora a qualidade da fotografia não permita uma análise aprofundada dos conteúdos dos mapas presentes nas paredes, pode-se dizer que as disciplinas de História e Geografia provavelmente se encontravam no currículo escolar desses estudantes. Ambas as disciplinas, nesse período, encontravam-se interligadas com o ideário de formação moral e cívica, especialmente no que tange à valorização da História e Geografia pátrias.

A presença dos alunos e do professor, embora não seja o foco da legenda da imagem, evidencia importantes elementos constituintes dessa instituição. Primeiramente, verifica-se que os alunos encontravam-se sentados em carteiras individuais, as quais estavam fixadas no chão. Na fotografia constavam cinco fileiras, de onze alunos cada uma, ou seja, a sala de aula contava com cinquenta e cinco estudantes. Ao centro, próximo da porta, posicionado em pé, encontrava-se o professor. Nessa imagem evidentemente posada, todos os estudantes e o professor olham para baixo, para suas atividades. Esse posicionamento demonstra o caráter disciplinador da instituição. Sobre a classe de cada aluno, percebe-se um livro aberto. O uniforme do professor possui características militares, enquanto o uniforme dos estudantes é extremamente simples, inclusive se comparado ao uniforme das escolas municipais, cujas imagens foram analisadas no capítulo III. A pose em que os estudantes se encontram, evidenciam a disciplina preconizada pela instituição. Segundo Oliveira (2000):

As finalidades atribuídas aos patronatos agrícolas conformam o perfil institucional entre dois modelos: o escolar – voltado para o ensino profissional, educando para o trabalho - e o correccional - regenerar através da vida no campo, com a predominância da reclusão e da ênfase nos aspectos disciplinares, (OLIVEIRA, 2000, p.4).

Além disso, o autor evidencia que tanto o trabalho como a educação foram incorporados às representações sociais sobre regeneração, que se vinculavam à proposta dos patronatos agrícolas. Por meio do trabalho, os jovens entrariam em contato com princípios educativos, que o governo acreditava estar ausente na formação prévia dos jovens que ali ingressavam, tendo em vista que a maior parte era formada por órfãos.



Figura 78 – “Um dos dormitórios do Patronato Agrícola “Visconde da Graça””  
 Fonte: Almanach de Pelotas de 1934

A figura 78 refere-se a um dos dormitórios do internato. Essa imagem, que possui tanto a identificação “Brisol”, como “Foto Studio Pelotas” demonstra que os dormitórios se tratavam de grandes salas, de arquitetura muito simples. A sala contava com pelo menos nove portas-janelas de duas folhas. Era bastante iluminada e ventilada, conforme os preceitos de higiene preconizados nesse período. Ao fundo percebe-se a presença de um quadro, no entanto, a qualidade da imagem não permite a sua identificação. Do lado direito da imagem, provavelmente situado entre quatro portas-janelas de cada lado, percebe-se uma antessala, a qual era fechada por grades de ferro. Há uma pessoa parada ao lado do gradil, o qual não atingia o teto, feito, provavelmente de madeira. Pode-se verificar quatro fileiras de pelo menos vinte camas, cada uma. Todas as camas encontravam-se arrumadas da mesma forma. Pode-se perceber que, ao contrário do Colégio São José que era dedicado para um público determinado (meninas da elite), o Patronato buscava atender ao maior número possível de meninos das classes desvalidas. Essa fotografia evidencia, uma vez mais, a atuação da instituição enquanto um internato, para atender e formar a infância desvalida. Conforme Oliveira (2000):

Educação, trabalho e as suas articulações presentes nos patronatos agrícolas concorrerem para fornecer aos menores a assistência, proteção e tutela moral demandadas pela situação na qual se encontravam. Assistência que era implementada com a inserção dos menores no regime de internato, que incorporava atendimento médico e odontológico. Proteção que incidia sobre a própria condição da infância, definida como de vulnerabilidade e dependente do adulto para garantir as condições plenas de vida em

sociedade. Assistência e proteção concorreriam para a tutela moral, (OLIVEIRA, 2000, p.5).

Tal afirmação corrobora o que diz Vicente (2010) com relação aos internatos:

Este tipo de regime surgia como alternativa àqueles que moravam em locais distantes das cidades e também àqueles que não tinham onde morar e nem tinham como ter acesso aos estudos. Além disso, serviam mais facilmente a formação do caráter normativo que tais instituições se destinavam, (VICENTE, 2010, p.126).

A formação moral da infância pobre foi uma das prerrogativas do Patronato. Para corroborar com essa meta institucional, foi instalada uma Escola de Escoteiros que atendia especificamente aos jovens que ali estudavam. Entre as notícias sobre o Patronato Agrícola Visconde da Graça, pode-se dizer que a maior parte tenha sido dedicada à sua Escola de Escoteiros<sup>80</sup>.

Assim como o Patronato Agrícola, na esfera rural, a Escola de Artes e Ofícios, foi criada com o intuito de formação da infância pobre, porém, em âmbito urbano. Sobre essa será dedicado o subtítulo a seguir.

### **6.6.3 A Escola de Artes e Ofícios: aspectos da educação profissional na esfera urbana de Pelotas**

A implantação da Escola de Artes e Ofícios<sup>81</sup> foi muito divulgada na imprensa pelotense, notadamente no jornal Opinião Pública. Em matéria do dia 25 de maio de 1918, o referido jornal noticiou a simpatia com que o município recebia a notícia da criação dessa instituição:

É com a mais accentuada sympathia que o povo pelotense assistirá amanhã ao lançamento da pedra fundamental da Escola de Artes e Ofícios. A preparação technica de um povo tem uma importância de tal ordem que se torna desnecessário insistir sobre esse assumpto. E a grandeza de uma nação não se faz unicamente nas escolas de medicina, de letras, de mathematicas, de especulações metaphysicas, de altos estudos, e sim, também, na cultura technica da população em geral, na educação do operariado manual, o concretizador dos fructos da intelligencia humana.

Pode-se perceber que estava presente na matéria acima mencionada, que, ao contrário do Patronato, a Escola de Artes e Ofícios tinha como objetivo atender a uma demanda de trabalhadores para atuar na indústria que começava a existir na região, notadamente no já mencionado polo Pelotas-Rio Grande. De acordo com Ciavatta (2009), a rede de escolas de aprendizes artífices criada em 1909, visava ao

<sup>80</sup> A análise da fotografia da Escola de Escoteiros encontra-se no capítulo dedicado às práticas escolares.

<sup>81</sup> Sobre essa instituição ver Meirelles (2002) e Krüger (2007).

atendimento das necessidades da indústria nascente, ao mesmo tempo em que se relacionava com iniciativas assistencialistas, bem como os Patronatos Agrícolas. Tanto uma como a outra, tinham por objetivo atender à infância pobre, o que se relaciona, inclusive, com o ideário existente no Brasil com relação à educação profissional. Conforme Santos (2003), a gênese do preconceito com relação ao trabalho manual encontra-se no tipo de inserção que os trabalhadores manuais tiveram na sociedade brasileira, ou seja, na relação entre o trabalho manual e a escravidão.

Por outro lado, no início do século XX, o discurso efusivo favorável à implantação de uma escola de artífices aprendizes encontrava-se inserida no âmbito do anseio pela ampliação do setor industrial na cidade, a qual se encontrava em consonância com o contexto nacional. Conforme Santos (2003):

O pensamento industrialista se converteu em medidas educacionais, pela iniciativa do presidente da República, Nilo Peçanha, que baixou o Decreto 7.566, de 23 de setembro de 1909, criando 19 Escolas de Aprendizes e Artífices, uma em cada capital de estado [...], (SANTOS, 2003, p.212).

Além disso, o autor afirma que esse novo sistema de educação profissional passou a ser mantido pelo Ministério da Agricultura, Comércio e Indústria, o qual visava oferecer à população ensino profissional primário e gratuito. Esse momento de crescimento industrial propiciou a elaboração de um discurso de valorização do trabalho, o qual se tornava uma possibilidade para a população pobre. Pode-se perceber que existe, em Pelotas, uma expectativa para a formação da elite econômica e cultural e uma expectativa para as populações oriundas das classes mais populares. Verifica-se um discurso de valorização do trabalho e da educação profissional nas seguintes palavras, extraídas de matéria do jornal Opinião Pública:

Os nossos homens, de uma capacidade artística invejável, reclamam apenas a fonte onde beber os ensinamentos primordiais para o seu perfeito desenvolvimento.

É um passo para a frente, que vamos dar com a criação da Escola de Artes e Offícios; é um serviço inestimável que a nova instituição vai prestar ao país.

Uma tenda onde se vai aprender a trabalhar, um verdadeiro templo erguido ao Trabalho, o mais formoso de todos os evangelhos, (OPINIÃO Pública, 25 de maio de 1918).

Torna-se evidente a divulgação do trabalho como elemento salvador para os necessitados, o que também pode ser percebido em matéria do jornal O Rebate: “Os mendigos, que arrastam na rua os seus andrajos, os vadios famintos e alcoólatras

que dormem nos albergues nocturnos, são o resultado doloroso da nossa educação”, (O REBATE, 18 de janeiro de 1918). E continua: “Só o trabalho nos pode trazer um dia á memória a voz abençoada do passado, e só pelo trabalho se poderá salvar a pátria, respeitar a família e louvar o direito”, (O REBATE, 18 de janeiro de 1918). O trabalho, enquanto possibilidade de moralização social, foi apresentado como solução por dois periódicos com vinculações políticas diferentes.

Além disso, em ambos, a valorização do trabalho encontrava-se relacionada com a educação profissional. No jornal O Rebate, sugere-se o estabelecimento de uma relação entre o ensino profissional e o ensino primário, a qual é colocada em oposição à formação das elites:

[...] Entretanto é bom notar que o fim destas escolas não se restrinja á educação, á cultura, ao aperfeiçoamento intellectual dos espíritos. Ai dos Estados que tivessem apenas homens intellectuaes e cultos! A profissão deve ter uma baze de cultura, mas é preciso que haja a profissão. Ahi está porque depois das aulas de A.B.C. deveriam seguir-se as aulas practicas [...], (O REBATE, 18 de janeiro de 1918).

Logo, percebe-se que ao mesmo tempo em que o periódico valoriza o trabalho manual e o trabalhador, demonstra que o ensino profissional deve atender a determinadas classes sociais. Apesar de todo o desprezo que a matéria apresenta com relação à intelectualidade, inclusive utilizando-se da expressão “diplomar a vaidade e doutorar a ignorância”, representa estar em concordância com o pensamento classista. A educação profissional consistiria em uma oportunidade para diminuir o número de pessoas que viriam a tornarem-se mendigos, ou seja, os pobres. Dessa forma, é possível afirmar que a criação de uma Escola de Artes e Offícios em Pelotas, esteve relacionada com a civilização e a regeneração de determinados grupos sociais que se encontravam alijados de uma educação superior. De acordo com Krüger (2007), assim como as outras escolas criadas no país, a escola de Pelotas já nasceu com o estigma de uma entidade assistencial, destinada a atender um segmento social determinado.

Após a cerimônia de lançamento da pedra fundamental, Krüger (2007) e Meirelles (2002) afirmam que foi realizada a arrecadação de fundos e materiais. O prédio foi erguido no mesmo terreno em que atualmente se encontra o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense – Campus Pelotas. No entanto, a instituição não entrou em funcionamento nesse período, o que causou manifestações na imprensa:

Confrange o coração dos pelotenses o descaso, o abandono, a que foi votada aquella futura instituição, em que se fundavam tantas esperanças. É criminosa a apathia dos que se tornaram responsáveis por aquelle empreendimento. Nada a poderá justificar aos olhos desta população em peso, que via naquelle tentamen (sic) uma das suas aspirações, das mais antigas e das mais acalentadoras, (OPINIÃO Pública, 5 de outubro de 1923).

A instituição só veio a entrar em funcionamento a partir de sua municipalização, pelo Decreto Municipal nº. 1.795, de 08 de março de 1930, quando passou a chamar-se Escola Technico-Profissional.

### 6.6.3.1 As fotografias da Escola de Artes e Officios

Mauad (2008), ao utilizar fotografias como fonte para as suas investigações, reitera uma importante questão que deve ser levada em consideração ao tomarem-se as fotografias como documento. Ao fazer-se essa opção, deve-se questionar o que as imagens revelam da história de seu tempo. Com relação à Escola de Artes e Officios foram publicadas duas fotografias de seu prédio, uma no Álbum do Centenário de 1922 e outra no Almanach de Pelotas de 1923. Ambas as imagens retratam a instituição de um mesmo ângulo.

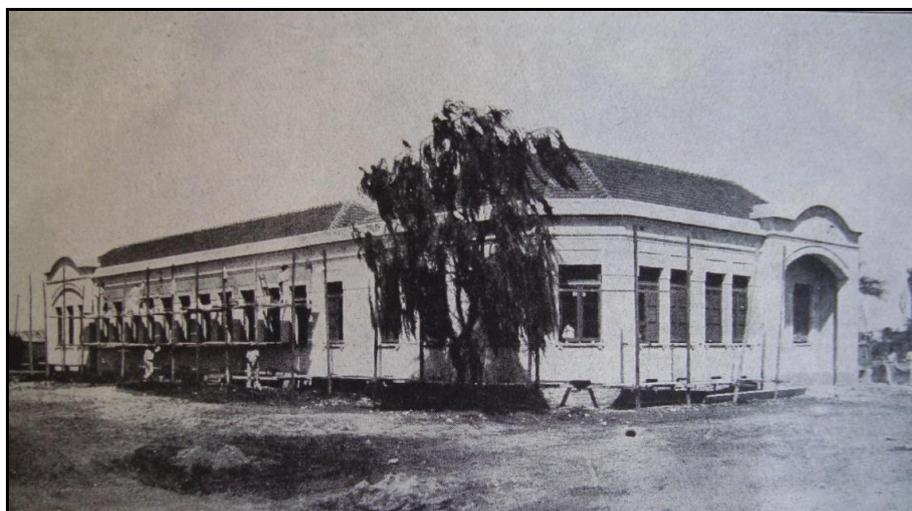


Figura 79 – “Edifício da Escola de Artes e Officios em construção”  
Fonte: Album de 1922

Na primeira (figura 79), cuja legenda é “Edifício da Escola de Artes e Officios em construção”, percebe-se a presença de andaimes que rodeavam o prédio. Além disso, quatro trabalhadores foram retratados: dois sobre os andaimes e dois posicionados no chão. Embora a qualidade da imagem não permita uma análise mais aprofundada desses personagens, é possível afirmar que três deles, ao verem-

se retratados, posaram para a fotografia. A sua presença nessa imagem é secundária, no entanto, provavelmente para esses trabalhadores oriundos de classes populares, essa se constituía em uma oportunidade única de serem retratados para uma publicação em um periódico.

Com relação ao prédio, a fotografia permite a visualização de sua fachada principal, bem como de uma das fachadas laterais. Embora o prédio não apresentasse uma arquitetura tão despojada como os pavilhões do Patronato Agrícola Visconde da Graça, tampouco sua arquitetura era rebuscada como a do Grupo Escolar Dr. Joaquim Assumpção<sup>82</sup>. A fachada principal era constituída de um frontão arredondado, abaixo do qual consta uma janela e uma porta (figura 76). Ao lado do frontão, dispunham-se quatro janelas. A fachada lateral contava com 18 janelas, seguindo os preceitos de higiene que os prédios escolares deveriam ter em conta quando da sua construção. De acordo com Wolff (2010), o Brasil buscou reproduzir as propostas educacionais, inclusive no que tange à arquitetura, existentes na Europa. Segundo a autora, a preocupação com a arquitetura escolar ganhou vulto no século XIX, sendo influenciada pelo positivismo. Propunha-se para os prédios escolares uma arquitetura funcional, na qual eram enfatizadas as questões de higiene e de distribuição ideal do espaço. Com relação aos estilos arquitetônicos, o ecletismo abarcou uma série de elementos, como neogóticos e neoclássicos.



Figura 80 – “Escola de Artes e Ofícios”  
Fonte: Almanach de Pelotas de 1923

<sup>82</sup> Sobre o assunto ver OLIVEIRA (2005).

Na figura 80, extraída do Almanach de Pelotas de 1923, pode-se perceber que o prédio, agora já finalizado, contava com porão. Além disso, alguns degraus levavam à porta de entrada. Com base na planta apresentada no Relatório Intendencial de 1924, o projeto previa um prédio de dimensões muito maiores do que as que se encontravam edificadas. As preocupações mais evidentes com o prédio da Escola de Artes e Offícios em detrimento do prédio do Patronato Agrícola Visconde da Graça podem estar relacionadas ao fato de o primeiro estar localizado em zona urbana, enquanto o segundo se encontrava na zona rural. A localização urbana possibilitava uma maior apreciação do prédio, o que se constituía em importante elemento de representação do ideário de modernidade que a elite propunha em relação à cidade. Contudo, a localização destinada ao prédio, mesmo em zona urbana, não era central, o que pode ser percebido nas figuras 76 e 77, ao verificar-se um amplo terreno e a ausência de prédios próximos.

Ao analisar-se as fotografias da Escola de Agronomia e Veterinária e das duas instituições de ensino profissional, percebe-se que existe uma clara diferenciação entre uma educação proposta para as elites e uma educação proposta para as classes populares. Embora todos os prédios levassem em consideração os princípios de higiene e iluminação, pode-se perceber que existe uma diferença entre a ornamentação do prédio da instituição de ensino superior em relação aos outros, construções mais despojadas. Essa diferenciação provavelmente não ocorreu em todos os lugares.

Segundo Wolff (2010) as escolas profissionais do Estado de São Paulo, cujos prédios foram especialmente construídos para esse fim, apresentavam em suas fachadas elementos que faziam referências às profissões e ao ensino nelas ministradas, abusando do uso de alegorias. Dessa forma, pode-se dizer que as fachadas despojadas das instituições de ensino profissional não foram uma constante em âmbito nacional. A sua ocorrência em Pelotas encontra-se vinculada ao caráter elitista do grupo de status da cidade, que valorizava uma educação para determinada classe social, em detrimento das outras. As preocupações com a formação das classes populares encontrava-se ligada à benemerência e ao status dessa proveniente.

Ao se analisar as fotografias das instituições de ensino secundário, verifica-se que realmente esse tipo de instrução era voltado para as elites. Percebe-se a existência de diferentes propostas educacionais, como, por exemplo, uma laica e

outra confessional, contudo, os estudantes que ingressavam nessas instituições pertenciam, em geral, às classes mais favorecidas. Ressalta-se que ingressar como estudante nas escolas ginasiais constituía-se em elemento de distinção, no sentido atribuído por Bourdieu (2011a). Segundo o autor:

As diferenças oficiais produzidas pelas classificações escolares tendem a produzir (ou fortalecer) diferenças reais ao produzirem, nos indivíduos classificados, a crença, reconhecida e defendida coletivamente, nas diferenças e ao produzirem, assim, as condutas destinadas a aproximar o ser real do ser oficial, (BOURDIEU, 2011a, p.29).

Entende-se, dessa forma, que o ingresso e a certificação obtida em uma escola voltada para a formação da elite tende a fortalecer a diferenciação existente entre o grupo de status e os outros. Além disso, o autor aponta para o fato de que essas diferenças acabam por ser aceitas socialmente. Essa distinção se deu em Pelotas ao perceber-se que a elite pelotense consolidou-se de tal forma que os seus títulos nobiliárquicos e a sua tradição e antiguidade foram considerados elementos válidos de diferenciação durante o período republicano. Esse procedimento mostrava-se contraditório ao novo sistema, na medida em que os títulos nobiliárquicos eram oriundos do período imperial e tendiam a perder a sua validade com a queda da monarquia.

Com relação aos espaços escolares retoma-se Frago (2001, p.106), com as mudanças ocorridas no espaço escolar, decorrente da transição de escola/sala de aula para escola/colégio: “a disposição e distribuição interna dos espaços nos edifícios escolares torna-se uma questão cada vez mais importante”. Para o autor, pela disposição dos espaços, é possível perceber a ordenamento institucional. Neste capítulo, analisou-se uma série de instituições, que visavam atender a públicos diferenciados, bem como se dedicavam a diferentes graus de ensino. Contudo, a preocupação com a disposição e organização do espaço escolar esteve presente em todas elas. Alguns desses estabelecimentos não tiveram seus prédios construídos para serem escolas, outros, porém, já foram construídos com essa finalidade.

Para Frago (2001), a disposição do mobiliário escolar representa, também, a relação entre professores e alunos, o que pode ser verificado nas fotografias de salas de aula. Mesmo nas imagens da Escola de Agronomia e Veterinária, o lugar destinado ao professor é diferenciado. A mesa do professor normalmente é ornamentada. Ele se colocava frente aos alunos e é o único com poder para

deslocar-se e dirigir-se aos estudantes. As carteiras fixas reduzem a mobilidade dos estudantes, principalmente as carteiras coletivas.

A austera sala de aula do Patronato Agrícola Visconde da Graça, representa o ordenamento militarizado que era proposto por aquele tipo de instituição que, conforme Oliveira (2000) e Vicente (2010), visava regenerar os jovens que se encontravam em situação de vulnerabilidade socioeconômica (“os desvalidos da fortuna”).

Ressalta-se, também, que o papel do professor na sociedade durante a Primeira República era de grande status social, mesmo que os rendimentos não fossem altos. Os professores eram figuras respeitadas. Além disso, vários membros da elite dedicavam parte do seu tempo à docência, principalmente nas instituições de ensino superior e no *Gymnasio Pelotense*, como Manoel Serafim Gomes de Freitas, Manoel Luís Osório, Alcides de Mendonça Lima, Bruno de Mendonça Lima, entre outros.

Com relação à arquitetura escolar é possível dizer que, em geral, os prédios mais ricos em detalhes arquitetônicos não foram oriundos da República, mas de seu período precedente, o Império. Deve-se ter em conta, ainda, que as preocupações com a ornamentação das fachadas dos prédios que abrigavam instituições de ensino estavam, na maior parte dos casos, relacionadas ao público a ser atendido pelo estabelecimento. Pode-se citar, por exemplo, a diferença existente entre o Patronato Agrícola Visconde da Graça, a Escola de Artes e Offícios e a Escola de Agronomia e Veterinária. Os primeiros, cuja arquitetura era despojada, visavam o atendimento de classes populares, enquanto o segundo, dedicava-se à educação das elites.

As primeiras décadas do século XX representaram um período de estagnação econômica e a valorização da educação e da cultura foi a maneira encontrada pela elite para demonstrar a sua manutenção nos meios de poder. No entanto, essa estratégia custou muitos esforços, como no caso da Escola de Agronomia e Veterinária, cujo período de criação e décadas iniciais de funcionamento corresponderam a um momento de desvalorização do ensino agrônomico. Entretanto, tal instituição foi mantida por ser a maior representante da elite local, cuja riqueza e produção estavam vinculadas à terra. Ressalta-se, também, que até a fundação da Faculdade de Direito, a Escola de Agronomia e Veterinária foi o espaço de ensino superior formador da elite pelotense por excelência.

Faz-se mister destacar, ainda, o fato da imortalização dos membros da elite por meio das homenagens, tema já abordado no capítulo anterior, no qual afirmou-se, com base em Bourdieu (2011a), que essas práticas constituem-se em ferramentas para a afirmação do poder social por meio da eternização de determinados indivíduos representados do grupo.

# **Considerações Finais**

Estudar diferentes instituições e práticas escolares, cuja relação se dá por meio de determinado grupo social e sua relação com a cidade, constitui-se em uma tarefa difícil. Este trabalho não objetiva esgotar os temas, ao contrário, propõe-se a abrir caminhos para futuros pesquisadores, os quais podem encontrar respaldo tanto nos referenciais teórico-metodológicos apresentados, como em temas analisados nesse estudo e que merecem uma pesquisa específica. A variedade de temas e instituições analisados exigiu um recorte que limitasse o seu estudo com base nas relações entre esses, a imprensa e a elite pelotense. Logo, foram analisadas apenas instituições e práticas escolares cujas imagens foram publicadas na imprensa pelotense. Percebe-se a possibilidade de trabalho com arquivos das instituições analisadas, o que não pode ocorrer neste estudo devido aos prazos e à amplitude do trabalho.

O presente estudo, como mencionado anteriormente, insere-se na esfera da Nova História Cultural e se utilizou da categoria representação para evidenciar o anseio de distinção do grupo de *status* a que se chamou de elite pelotense. No Capítulo I foram apresentadas as escolhas teórico-metodológicas que nortearam esta pesquisa, bem como se realizou um exaustivo estado da arte, cujo objetivo é apresentar um panorama das investigações em História da Educação que utilizam fotografias e imprensa como fontes, assim como as que se referem à história das instituições escolares e à cultura escolar. Acredita-se que essa abordagem geral possa ser útil para futuros pesquisadores, bem como serve para demonstrar o caminho percorrido pela pesquisadora.

Além dos referenciais teórico-metodológicos, foi necessária a realização de um estudo sobre o contexto educacional em nível nacional, regional e local, o qual possibilitou uma compreensão da relação entre a educação, a modernidade e a urbanização. Os referidos temas se encontravam estreitamente ligados durante as

primeiras décadas do século XX e, a compreensão de seu conjunto foi fundamental para o entendimento do papel da elite pelotense e de seu interesse de distinção, efetivado na divulgação de suas instituições e práticas.

As instituições educacionais e as práticas de ensino se constituem em elementos de representação de modernidade em Pelotas na medida em que a elite pelotense visava demonstrar a sua distinção em um período de estagnação econômica. Como mencionado anteriormente, a modernização urbana, ocorrida nas primeiras décadas do século XX, não foi um privilégio desta cidade, pois aconteceu em várias cidades brasileiras. Entretanto, a elite pelotense se utilizou da representação de modernidade como elemento de distinção em relação às outras camadas sociais e às classes análogas de outros municípios. Entretanto, o que serviu para a diferenciação desse grupo em relação aos outros, contribuiu para a afirmação do ideário de que Pelotas era uma cidade tradicional, cuja cultura e estilo de vida requintado era vivenciado por todos. Porém, o referido estilo de vida era privilégio de uma minoria, a qual acabou por estigmatizar a cidade.

Contudo, é necessário destacar a existência de uma hierarquia social, na qual as instituições educacionais eram destinadas a determinados públicos. Existia, em Pelotas, como em geral ocorria no Brasil, uma proposta educacional para as elites e uma para as camadas populares. As instituições de ensino secundário e superior possuíam um renome no âmbito municipal, pois estudar nesses estabelecimentos trazia certo *status*. Deve-se ter em conta que, em sua maioria, chegavam a esses níveis de ensino pessoas da mesma origem, pois o ensino secundário era sabidamente propedêutico e, o superior, se destinava a uma minoria das classes mais favorecidas. De acordo com Bourdieu (2011a), o capital escolar aumenta o peso da origem social no sistema explicativo das práticas e das preferências.

Ressalta-se que, como foi abordado anteriormente, a elite pelotense se configurava em um grupo de *status*, o qual possuía uma origem comum, pautada em títulos nobiliárquicos recebidos durante o período imperial. Tendo em vista que o Brasil não possui uma nobreza de sangue, esses títulos foram atribuídos mediante favores recebidos pelos monarcas. A manutenção do *status* oriundos desses títulos se deu por meio de uma distinção cultural. Essa classe buscou se manter pelo signo da diferenciação, pautada em uma tradição, uma antiguidade:

Diferentemente dos detentores de um capital cultural desprovido da certificação escolar que, a todo o momento, podem ser intimidados a apresentar seus comprovantes, por serem identificados apenas pelo que fazem, simples filhos de suas obras culturais, os detentores de títulos de nobreza cultural – neste aspecto, semelhantes aos detentores de títulos nobiliárquicos, cujo ser, definido pela fidelidade a um sangue, solo, raça, passado, pátria e tradição, é irredutível a um fazer, competência ou função – basta-lhes ser o que são porque todas as suas práticas valem o que vale o seu autor, sendo a afirmação e a perpetuação da essência em virtude da qual elas são realizadas (BOURDIEU, 2011a, p. 27-28).

A pretensa antiguidade e tradição se constituíam em ferramentas de distinção social, assim como os elementos culturais, pois esse grupo se destacava pelo seu estilo de vida requintado. Nesse sentido, é possível afirmar, ainda, que em seu anseio por se distinguir, a elite dessa cidade se inspirou na elite do Rio de Janeiro, o que lhe atribuiu mais semelhanças com esse grupo do que com outros que se diferenciavam na maior parte das cidades do Rio Grande do Sul. Como já mencionado, a formação acadêmica dos representantes políticos da cidade de Pelotas é um diferencial em relação às outras cidades, pois a maior parte dos representantes gaúchos possuía vínculo com atividades militares. Os pelotenses, a seu turno, normalmente eram bacharéis e, em sua maioria, graduados em Direito ou em Agronomia.

É necessário mencionar, ainda, que, ao lado da elite tradicional se desenvolveu uma elite emergente, oriunda do comércio e da indústria. A maior parte desse grupo aderiu ao estilo de vida da elite tradicional e se ligou à última por meio de casamentos. Deve-se destacar que o grupo emergente se formou a partir da imigração europeia para a região. O estudo das imagens do Collegio Allemão se refere a essa nova elite.

Ressalta-se, ainda, que o ideário de modernidade em Pelotas se encontrava estreitamente relacionado ao conceito que Benjamin (2000) verifica na obra de Boudelaire, a qual se encontra relacionada com a ideia de antiguidade. Várias cidades se preocuparam em divulgar a sua modernização, a qual, nas primeiras décadas do século XX, se relacionava, principalmente, aos processos de urbanização. Deve-se fazer referência ao trabalho de Oliveira, Velloso e Lins (2010) que se dedica ao estudo das representações de modernidade em revistas sobre a cidade do Rio de Janeiro. As autoras enfatizam que, durante o período republicano, a capital do país perdeu muito de sua importância, especialmente porque a cidade de São Paulo se encontrava em amplo desenvolvimento. Logo, ao mesmo tempo em

que a última se modernizava, a primeira precisava destacar os elementos de seu crescimento, principalmente relacionados à modernização urbana. A forma como isso ocorreu foi, especialmente, por meio das atividades da imprensa. Entende-se que o mesmo ocorreu em Pelotas, o que se justifica, notadamente, pelo fato de sua ligação, mais especificamente de sua elite, com a capital do país, que já foi referenciada anteriormente.

A exemplo do Rio de Janeiro e de outras cidades, nesse contexto de divulgação de modernidade e urbanização, foram selecionados, neste estudo, diversos aspectos que representariam a modernidade pelotense. Entre eles, constavam fotografias de instituições e de práticas de ensino. Com relação a esses elementos da cultura escolar, pode-se dizer que as atividades divulgadas na imprensa se constituem em elementos simbólicos que acabaram por instituir no imaginário local um ideário construído por determinado grupo e incorporado como se generalizado fosse.

Reafirma-se aqui a relação entre o conceito de representação e a ideia de poder simbólico proposto por Bourdieu (2006), o qual se refere a um poder de construção da realidade, o que explica o fato de que determinadas características de um grupo foram aceitas como algo global em uma sociedade deveras diferenciada. É possível dizer que a hierarquização foi socialmente aceita de tal forma que títulos nobiliárquicos recebidos no período imperial eram considerados válidos durante a República. Essa validação foi responsável por possibilitar a manutenção do grupo que se considerava como representante de uma nobreza cultural.

Deve-se ter em conta, também, que os espaços de divulgação na imprensa foram relevantes para evidenciar a distinção social do referido grupo. O objetivo de distinção era atingido de diferentes maneiras. Entre elas, pode-se dizer que em algumas ocasiões se eternizou como protagonista em uma instituição educacional, como o caso de Bruno de Mendonça Lima, ou por receber como homenagem o nome em uma instituição de ensino (Lyceu de Agronomia e Veterinária Eliseu Maciel, Patronato Agrícola Visconde da Graça, entre outros). A essa prática, Bourdieu (2011a) caracterizou como uma tentativa de conquistar o tempo e vencer a finitude dos membros do grupo. Outra prática análoga se refere à filantropia, que servia para evidenciar a distinção social do filantropo e possibilitar a sua inserção ou manutenção no grupo de *status*.

A importância de manter uma instituição de caridade se encontrava além dos atos de bondade, mas representava o poderio econômico e social daqueles que o faziam. O Asylo de Órfãos foi um exemplo de instituição mantida por determinados membros da elite. O seu rico prédio, semelhante a um palacete, pertencia, inicialmente, à Maçonaria, que o transformou em um orfanato. A imponência do prédio tendia a ser interpretada como proporcional à importância de seus filantropos. A visualidade se impunha como um signo de benemerência a ser vislumbrado pela população em geral e poderia garantir a distinção social das pessoas que mantinham financeiramente a instituição.

Com relação ao espaço físico do Asylo de Órfãos N. S. da Conceição, deve-se ter em conta que existia uma distinção entre os espaços públicos, como a Capela e o corredor, e os espaços privados, como os quartos e a sala de aula. Pode-se comparar, por exemplo, as Capelas do Asylo, do Colégio São José e do Gymnasio Gonzaga. Ao visualizá-las é notória a percepção de que a primeira era mais ornamentada. A sua decoração se devia, principalmente, ao fato de que aquele espaço era frequentado por pessoas que não pertenciam à instituição. Dessa forma, a sua rica decoração se constituía em um signo de distinção atribuído aos benfeitores.

Por outro lado, ao se analisar as fotografias de quartos, pode-se perceber que, tanto o Asylo como o Patronato Agrícola Visconde da Graça, contavam com um número de internos maior ao se verificar o número de camas por aposento. Essa característica provavelmente se encontra relacionada com os grupos sociais que eram atendidos. No caso do Asylo e do Patronato, ambos atendiam às camadas populares, enquanto o Colégio São José atendia às filhas da elite. Nesse sentido, ressalta-se, também, o grande número de alunos retratados na fotografia de sala de aula do Patronato Agrícola Visconde da Graça, cujo objetivo era atender àqueles que eram considerados desvalidos da fortuna.

Outra forma de evidenciar diferenciais de nobreza cultural era demonstrar o conhecimento de um instrumento musical. Os membros de determinados grupos, ao obter tal conhecimento demonstram, além de cultura, riqueza material, tendo em vista os custos envolvidos na aquisição de um instrumento (o piano, por exemplo). Nesse caso, o Conservatório de Música foi muito útil, sendo tão facilmente englobado à sociedade pelotense. Ressalta-se que, como já mencionado anteriormente, essa instituição foi criada em Pelotas no âmbito de um processo de

interiorização da cultura artística promovido por membros do Conservatório de Música de Porto Alegre. Logo, o Conservatório de Música não foi uma iniciativa da elite local.

Percebe-se, ainda, que o simples fato de se integrar a uma instituição por si só se constitui em um elemento de diferenciação, o qual não poderia ser alcançado por todas as pessoas da cidade, mas por aqueles que faziam parte de determinada classe, de determinado grupo. Ressalta-se, ainda, que a maior parte dos estudantes matriculados nessa instituição eram do sexo feminino, o que aponta para a estreita ligação entre a elite e a imagem da mulher pertencente a esse grupo.

Nesse sentido, destaca-se, também, que para as mulheres foi reservado um espaço determinado: o que era previsto para as mulheres da elite não era o mesmo que era destinado às mulheres das camadas populares. Essa diferenciação pode ser percebida no tipo de ensino que era determinado para cada grupo. Além das propostas educacionais, existiam diferentes finalidades. Pode-se citar, como exemplo, a disciplina de trabalhos manuais, a qual era ofertada tanto para as jovens das camadas populares como para as da elite, entretanto, a finalidade para cada grupo era diferenciada. As órfãs utilizaram os conhecimentos adquiridos de forma a atender o lar e o trabalho como cozinheiras, engomadeiras, costureiras; às meninas da elite, ainda que o âmbito do lar e do privado fosse o objetivo, essas jovens teriam de representar a sua classe na sociedade, por isso, requeria-se o conhecimento de francês, de um instrumento, solicitava-lhes cultura e refinamento.

Com relação às atividades relacionadas ao civismo, à educação física e ao nacionalismo, pode-se dizer que a formação moral e cívica era percebida como um preceito ligado ao higienismo. Ressalta-se que determinadas práticas foram introduzidas em Pelotas por membros da elite, os quais se utilizavam de sua representação enquanto elemento de atualidade e modernidade. Faz-se necessário observar que a criação de um grupo de escoteiros e a inserção das atividades físicas no currículo escolar não foram exclusivas do município de Pelotas e tampouco houve um pioneirismo local, o qual era erroneamente evidenciado pela imprensa. Como foi referenciado anteriormente, cidades como Rio de Janeiro e São Paulo já realizavam atividades semelhantes quase que com uma década de antecedência. Entretanto, a divulgação dessas imagens na imprensa se encontrava estreitamente relacionada com o grupo social que a promovia, especialmente Fernando Osório. É necessário destacar, ainda, que a prática da educação física, por ser considerada

algo atual na época, servia como meio de divulgação para determinadas instituições, como o *Gymnasio Brasileiro*.

O tema do civismo, da educação física e do escotismo se diferenciou de outras práticas escolares pelo espaço que ocupou na imprensa, encontrando-se, muitas vezes, na primeira página de alguns jornais. Ao abordar esse tema, deve-se ter em conta, também, que o contexto político mundial era propício para a divulgação da formação moral e cívica. Deve-se destacar que na década de 1910 ocorreu a Primeira Guerra Mundial que alcançou proporções até então não atingidas. Além disso, embora a Segunda Guerra Mundial usualmente seja mais citada do que a Primeira, as consequências desta foram sentidas não só na cidade de Pelotas, mas em todo o Brasil. Pode-se dizer que o período de guerra serviu para intensificar os resultados da cruzada cívica de Olavo Bilac, a qual gerou uma série de consequências em várias cidades, como a efetivação de um grupo de escoteiros em Pelotas. As imagens do escotismo e de aulas de educação física apresentam os jovens disciplinarizados, estandardizados e militarizados. Com relação às comemorações cívicas, pode-se perceber a importância que tinham em âmbito local e o público que atraíam, bem como a participação de determinadas pessoas que representavam a elite pelotense.

Além das consequências relacionadas à militarização da infância, pode-se dizer que a Primeira Guerra Mundial afetou uma importante parte da elite emergente: os alemães e os teuto-brasileiros. Durante as primeiras décadas do século XX, muitos imigrantes e seus descendentes se afirmavam como grandes comerciantes e industriais. Para a manutenção de sua cultura e idioma, foram fundadas escolas na zona rural e urbana. Pode-se dizer que as primeiras eram mais comuns e foram intensamente estudadas, entretanto, em algumas cidades como Porto Alegre, Rio Grande e Pelotas, foram criadas escolas que visavam manter as tradições de um grupo estrangeiro radicado na zona urbana e que se diferenciava economicamente da maior parte dos imigrantes instalados na zona rural.

Retomando-se as consequências da Primeira Guerra Mundial, pode-se relacionar a alteração do nome da instituição, ocorrido no início da década de 1920, para *Collegio Internacional*, o que minimizaria a relação da instituição com a Alemanha, país que recebeu críticas tanto na imprensa nacional como na Pelotense. Além disso, ressalta-se que o Brasil declarou guerra ao Império Alemão nesse período. Deve-se destacar, ainda, que o *Collegio Allemão* era misto e promovia a

coeducação. As fotografias divulgadas na Revista *Ilustração Pelotense* apresentavam informações insuficientes para a compreensão da festividade retratada, porém, pode-se verificar a participação das estudantes. Evidencia-se, também, a forma como a origem estrangeira estava presente nas festividades por meio das vestimentas utilizadas pelas jovens retratadas.

Com relação às instituições educacionais e aos aspectos a elas relacionados, pode-se retomar a temática da diferenciação existente entre o ensino para as camadas populares e o ensino para as elites. As escolas de ensino primário, tanto municipais como estaduais, possuíam prédios diferenciados conforme a sua localização. Determinadas instituições teriam por objetivo atender a determinados grupos, os quais nem sempre precisariam conviver. O ensino primário e as associações de benemerência eram o espaço dedicado às camadas populares, no qual esses receberiam a instrução necessária para integrar a sociedade conforme as demandas das classes dominantes.

Os elementos arquitetônicos dessas instituições representam ora a simplicidade do espaço em que a instituição se encontrava inserida, especialmente quando as edificações foram realizadas com o objetivo de serem escolas; ora a imponência da filantropia, cujos prédios já existiam e antes eram utilizados com outras finalidades, como é o caso do Asylo de Órfãs N. S. da Conceição. Deve-se mencionar que, tanto as escolas municipais como as estaduais, representavam o poder político e tinham a função de civilizar a população em geral, a qual se encontrava em fase de adaptação ao regime republicano.

Ao ensino primário, aberto a todos, verificava-se o ensino secundário, destinado a atender um público determinado. As preocupações com a última modalidade e a sua representatividade na teia urbana é muito maior. Pode-se dizer que às instituições de ensino secundário e à divulgação de suas práticas era atribuído um *status* maior. Observa-se, ainda, que existiam diferentes propostas educacionais, como por exemplo, as escolas confessionais e as escolas laicas. Todavia, os jovens que ingressavam no ensino ginasial eram oriundos das classes mais privilegiadas.

Nesses estabelecimentos, dava-se a formação dos jovens da elite, os quais futuramente adentrariam ao ensino superior e às meninas que iriam representar as famílias socialmente. Ressalta-se que o ingresso em determinadas escolas pode ser considerado como um elemento de distinção social e de afirmação das hierarquias

sociais. Os prédios que as instituições ocupavam também oferecem informações sobre a sua relevância social e o espaço que ocupavam na sociedade. O Gymnasio Pelotense ocupava um antigo casarão, assim como o Gymnasio Brasileiro, enquanto o Gymnasio Gonzaga e o Colégio São José foram instalados em prédios construídos para abrigá-los. Essas instituições estavam localizadas em zonas centrais da cidade, o que pode ser considerado mais um indício do público que visavam atender.

Faz-se mister destacar, ainda, que os docentes se tornaram representantes da relevância dos estabelecimentos de ensino da cidade de Pelotas. Reconhecidos e renomados, a elite se sentia interessada em disponibilizar aos seus filhos, educação com os melhores professores da localidade. Deve-se destacar, ainda, que tanto as fotografias de docentes como de discentes não representam, em sua maioria, o cotidiano escolar, mas o extraordinário, tratando-se de fotografias planejadas e posadas. Pode-se dizer, ainda, que as referidas fotografias deixam vislumbrar uma série de propostas: a educação militarizada, como por exemplo, os alunos do Gymnasio Pelotense, bem como a educação cívica, representada pelos alunos da 6ª Aula municipal e do Gymnasio Brasileiro; a representação social da mulher, como as fotografias das estudantes da Faculdade de Pharmacia e Odontologia atendendo apenas mulheres e crianças. Como exemplo do último, pode-se citar, ainda, a pequena participação das mulheres na docência no ensino secundário, como é o caso da fotografia de docentes do Gymnasio Pelotense.

Outro exemplo relevante no que tange aos projetos educacionais para as elites e para as classes populares é a dicotomia entre a educação profissional e o ensino superior. O primeiro, que além de formação profissional promovia o ensino primário, visava preparar as classes consideradas desvalidas para o mundo do trabalho, enquanto o segundo era o estágio mais alto de formação das classes mais elevadas. Imagens da Faculdade de Pharmacia e Odontologia e, principalmente, da Escola de Agronomia e Veterinária eram frequentes na imprensa. As fotografias divulgadas objetivavam demonstrar o espaço físico bem constituído com que as instituições contavam. Pode-se perceber principalmente no que tange à série de imagens sobre partes do prédio da Escola de Agronomia e Veterinária, como se pretendia demonstrar a atualidade e qualidade dos instrumentos e as condições das salas de aula e dos laboratórios. Esse estabelecimento de ensino, em especial, representa bem o contexto da cidade de Pelotas e, mais especificamente, de sua elite. Como mencionado no capítulo VI deste estudo, o ensino agrônômico passou

por uma fase conturbada entre o fim do século XIX e a metade do século XX. Entretanto, houve um esforço da elite pelotense em manter a instituição que formava os seus quadros para atuar na agropecuária, importante atividade da economia municipal e da região sul do estado do Rio Grande do Sul. O esforço para manter esse estabelecimento representa o empenho da própria elite em sustentar o seu papel social, o seu *status*.

No mesmo sentido da formação para o trabalho na zona rural, fundou-se o Patronato Agrícola Visconde da Graça, o qual atendia aos jovens de classe baixa. As fotografias dessa instituição representam tanto práticas escolares como o espaço físico institucional. Deve-se ter em conta que, com relação as primeiras, foi retratado o grupo de escoteiros dessa instituição. Pode-se dizer que o escotismo se encontrava em consonância com a proposta de disciplinarização das camadas populares, especialmente dos jovens órfãos que poderiam se tornar problemas sociais. O escotismo se propunha a promover a higiene física e moral, o que parecia útil no que tange à formação da juventude desvalida. Com relação ao espaço físico se pode dizer que, ao contrário do prédio ricamente decorado e ornamentado da Escola de Agronomia e Veterinária, o complexo do Patronato Agrícola se mostrava simples e despojado.

Justifica-se, então, a opção de se apresentar, no Capítulo VI, a análise das instituições de ensino profissional e superior em um mesmo espaço. Pode-se dizer que os três estabelecimentos analisados se referem a esferas diferentes de um mesmo contexto: o ensino agrícola, que relaciona a Escola de Agronomia e Veterinária e o Patronato Agrícola Visconde da Graça; o ensino profissional, que relaciona o Patronato Agrícola e a Escola de Artes e Ofícios. A última foi instalada na zona urbana e também objetivava atender às classes menos privilegiadas. Além da proposta educacional diferenciada, amplamente divulgada na imprensa, e o fato de que as vagas dessas instituições eram abertamente dirigidas às classes populares, as preocupações arquitetônicas afirmavam a distinção.

Pode-se dizer que, enquanto as instituições de ensino superior ocupavam prédios na zona central da cidade e, como já mencionado anteriormente, alguns prédios ricos em ornamentos, como o caso da Escola de Agronomia e Veterinária, as escolas de educação profissional foram instaladas em prédios despojados de ornamentação. Ainda com relação à arquitetura escolar é possível dizer que, em geral, os prédios mais ricos em detalhes arquitetônicos não foram oriundos da

República, mas de seu período precedente, o Império. Além disso, dentre as escolas públicas municipais, embora algumas tivessem sua construção pautada nas preocupações vigentes da arquitetura escolar, somente os grupos escolares criados no governo Simões Lopes possuíam o luxo do ecletismo.

Sendo assim, pode-se dizer que a modernidade e a modernização proposta pelos órgãos de imprensa, constituíam-se em uma ferramenta da elite para manter o seu *status* de atualização cultural. Alguns dos prédios mais rebuscados foram construídos durante o período imperial, bem como outras propostas de modernização não foram iniciativas da cidade, mas fizeram parte de uma rede, como foi o caso da instalação do Conservatório de Música em Pelotas.

Como já referenciado anteriormente, os elementos constantes na esfera da cultura escolar, ou seja, as práticas e as instituições educacionais, constituem-se em redes de significações, cuja representação está intrinsecamente relacionada com o ideário de diferenciação proposto pela elite pelotense. Pode-se dizer que o significado das instituições e de suas práticas se mesclava com as representações existentes sobre a própria cidade, as quais são oriundas do referido grupo social. Dessa forma, a cidade se torna o que acredita ser pelas instituições que ela possui, ao mesmo tempo em que essas instituições são o que almejavam ser por terem sido forjadas no âmbito de uma cidade em que privilégios econômicos e sociais eram distinguidos por meio da cultura.

# **Referências Bibliográficas**

ABDALA, Rachel Duarte. **A fotografia e a construção da imagem da Escola Normal na reforma de Fernando de Azevedo**. In: I CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, Rio de Janeiro, 2000.

\_\_\_\_\_. **Práticas Discursivas ao Olhar**: as reportagens fotográficas de Augusto Malta compondo imagens da Reforma de Fernando de Azevedo. In: Anais do II CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, Natal, 2002.

\_\_\_\_\_. **A fotografia além da ilustração**: Malta e Nicolas construindo imagens sobre a Reforma Educacional no Distrito Federal 1927-1930. 2003. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo.

\_\_\_\_\_. **Eterna presença**: a função e o papel da fotografia na Escola. In: Anais do V CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, Aracajú, 2008.

ABREU, Daniela Cristina Lopes de. **República, escola primária e negros**: um estudo com imagens fotográficas da cidade de Rio Claro. In: Anais do V CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, Aracajú, 2008.

ABREU, Ricardo Nascimento. **Os “Bacharéis Fardados” da Escola Militar da Praia Vermelha**: a formação da elite intelectual sergipana (1870-1889). In: Anais do III CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, Curitiba, 2004.

ALCÂNTARA, Wiara Rosa Rios. **A Escola Normal do Brás e sua especificidade na formação de professoras em São Paulo**. In: Anais do V CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, Aracaju, 2008.

ALMEIDA, Evelyn de; DANTAS, Orlando Maria José. **Impressos, catolicismo e educação**: uma trajetória de conformação do campo pedagógico. In: Anais do V CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, Aracajú, 2008.

- ALMEIDA, Jane Soares de. Mulheres na Educação: Missão, vocação e destino? A feminização do magistério ao longo do século XX. In: SAVIANI, Demerval. **O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas, SO: Autores Associados, 2004.
- ALVES, Nilda. **O Espaço Escolar e suas Marcas**: o espaço como dimensão material do currículo. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.
- ALVES, Jefferson Fernandes. **Fotografia**: revelando uma prática educativa do olhar. In: Anais do II CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, Natal, 2002.
- AMARAL, Giana Lange do. **Gymnasio Pelotense**: a consolidação de um ideal maçônico no campo educacional. 1998. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas. Pelotas.
- \_\_\_\_\_. **Gatos Pelados x Galinhas Gordas**: desdobramentos da educação laica e da educação católica na cidade de Pelotas (décadas de 1930 a 1960). 2003. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- \_\_\_\_\_. **O Gymnasio Pelotense e a Maçonaria**: uma face da história da educação em Pelotas. 2.ed. Pelotas: Seiva, 2005.
- \_\_\_\_\_. **As passeatas estudantis**: aspectos da cultura escolar e urbana. In: Anais da 29.<sup>a</sup> Reunião da ANPEd, Caxambu, 2006.
- \_\_\_\_\_. **Colégio Gonzaga**: pioneiro e difusor do ensino católico na cidade de Pelotas. Revista HISTEDBR On-line, v.37, p.151-168, 2010.
- AMATO, Rita de Cássia Fucci. **Pesquisa historiográfica em instituições educativo-musicais**: fundamentos e reflexões. Revista Brasileira de História da Educação, n.13, jan./abr. 2007, p.72-97.
- ANANIAS, Mauricéia. **O Ensino em Campinhas na segunda metade do século dezenove**: a Escola Corrêa de Mello. In: Anais da 24.<sup>a</sup> Reunião Anual da ANPEd, Caxambu, 2001.
- ANTONACCI, Maria Antonieta. **RS: as oposições & a revolução de 1923**. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1981.
- ANTONIO, Ricardo Carneiro. **A utilização de fontes fotográficas e artísticas na investigação de procedimentos no ensino da arte**. In: Anais do II CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, Natal, 2002.
- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação**. – 1.ed. – São Paulo: Moderna, 1989. p.199 a 280.

ARAÚJO, José Carlos Souza; GATTI JR., Décio (Orgs.). **Novos temas em história da educação brasileira. Instituições escolares e educação na imprensa.** Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: EDUFU, 2002.

ARAÚJO, José Carlos Souza. Um capítulo da veiculação da discussão educacional na imprensa do Triângulo Mineiro: a revista A Escola (1920 – 1921). In: ARAÚJO, J. C. S.; GATTI JR., D. (Orgs.). **Novos temas em história da educação brasileira. Instituições escolares e educação na imprensa.** Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: EDUFU, 2002, p.91-132.

ARAÚJO, José Carlos Souza; GATTI JR., Décio (Orgs.). **Novos temas em história da educação brasileira. Instituições escolares e educação na imprensa.** Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: EDUFU, 2002.

ARAÚJO, José Carlos Souza; GATTI JÚNIOR, Décio. **Novos Temas em História da Educação Brasileira: instituições escolares e educação na imprensa.** Uberlândia: EDUFU; Campinas: Autores Associados, 2002.

ARAÚJO, Sandra Regina Magalhães de. **Educação no Campo e desenvolvimento sustentável: um estudo do caso da Escola Família Agrícola de Angical – Bahia.** In: Anais do III CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, Curitiba, 2004.

ARRIADA, Eduardo. **A educação secundária na província de São Pedro do Rio Grande do Sul: a desoficialização do ensino público.** 2007. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

ASANO, Sandra Nui. **Colégio Nossa Senhora das Dores e a formação de piedosas filhas de Maria, dedicadas professoras e perfeitas esposas.** In: Anais do II CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, Natal, 2002.

AZEVEDO, Denilson Santos de. **A História da Escola Superior de Agricultura e Veterinária (ESAV) do Estado de Minas Gerais e as origens da Universidade Federal de Viçosa (UFV).** In: Anais do IV CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, Goiânia, 2006.

AZEVEDO, Fernando. **Novos Caminhos e Novos Fins: A Nova Política de Educação no Brasil.** São Paulo: Cia Editora Nacional, 1931.

AZEVEDO, Leny Cristina; PINHEIRO, Ana Regina. **Criação da Escola de Formação de Professores: imprensa e afirmação de uma cultura escolar**

(Campinhas, 1901 – 1903). Caderno CEDES, Campinas, v.31, n.83, p.17-33, jan./abr. 2011.

AZEVEDO, Leny Cristina Soares Souza; PEIXOTO, Maria Cristina dos Santos. **Jovens no Ensino Médio Normal**: apontamentos de trajetórias em formação. Caderno CEDES, Campinas, vol.31, n.84, p.295-303, maio/ago. 2011.

BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa**: Brasil – 1900-2000. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BARTHES, Roland. **A Câmara Clara**: nota sobre a fotografia. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

BARREIRA, Luiz Carlos. **Escola, periodismo e vida urbana**: imprensa operária e formação da classe trabalhadora em São Paulo (1888 – 1925). In: Anais do II CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, Natal, 2002.

BARROS, Fernanda; GONÇALVES NETO, Wenceslau. **História das Instituições Educacionais em Goiás**: Lyceu de Goyaz – 1930/1937. In: Anais do III CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, Curitiba, 2004.

BASTOS, Maria Helena Câmara. Espelho de papel: a imprensa e a história da educação. In: ARAÚJO, J. C. S.; GATTI JR., D. (Orgs). **Novos temas em história da educação brasileira. Instituições escolares e educação na imprensa**. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: EDUFU, 2002, p.151-174.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. São Paulo: Jorge Zahar Editora, 2001.

BAURET, Gabriel. **A Fotografia**: história, estilos, tendências e aplicações. Lisboa: Edições 70, 2000.

BARRA, Valdeniza Maria Lopes da. **Possíveis relações entre aspectos materiais (espaço, mobiliário e utensílios), modos de organização da escola e intervenções de ensino**. Revista Brasileira de História da Educação, n.14, maio/ago 2007, p.15-36.

BENCOSTTA, Marcus Levy Albino. **Cultura escolar e história eclesiástica**: Reflexões sobre a ação romanizadora pedagógica na formação de sacerdotes católicos e o Seminário Diocesano de Santa Maria (1915-1919). Cadernos CEDES, ano XX, n.52, Nov./2000, p.88 a 103.

\_\_\_\_\_. **Memória e Cultura Escolar**: a imagem fotográfica no estudo dos Grupos Escolares de Curitiba (1903 – 1971). In: Anais do II CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, Natal, 2002.

\_\_\_\_. **Memória e Cultura Escolar**: a imagem fotográfica no estudo dos Grupos Escolares de Curitiba (1903 – 1971). In: II CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, Natal, 2002.

\_\_\_\_. Arquitetura e espaço escolar: o exemplo dos primeiros grupos escolares de Curitiba (1903-1928). In: \_\_\_\_\_. **História da Educação, arquitetura e espaço escolar** - São Paulo: Cortez, 2005, p.95 - 40.

\_\_\_\_. **História da Educação, arquitetura e espaço escolar** - São Paulo: Cortez, 2005.

\_\_\_\_. Desafios da Arquitetura Escolar: construção de uma temática em História da Educação. In: OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda de. **Cinco estudos em História e Historiografia da Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

BENCOSTTA, Marcus Levy Albino; MEIRA, Antonia de. **Fotografias e culturas escolares**: universo digital e preservação da memória. In: Anais do III CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, Curitiba, 2004.

BENCOSTTA, Marcus Levy Albino; VIÑAO FRAGO, Antonio. Entre a multidisciplinariedade e a história: o espaço e a arquitetura escolares nas recentes historiografias educativas espanhola e brasileira. In: ARAÚJO, Marta Maria de. **História (s) comparada (s) da Educação**. Brasília: Liber Livro Editora Ltda, 2009.

BENJAMIN, Walter. **Magia e Técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura história da cultura. 7. Ed. – São Paulo: Brasiliense, 1994.

\_\_\_\_\_. **A Modernidade e os modernos**. 2. Ed. - Rio de Janeiro: Edições Tempos Brasileiros, 2000.

BERGER, Miguel André; SOUZA, Ilza Elaine de A. **O Colégio Nossa Senhora de Lourdes e a Formação da Elite Feminina**. In: Anais do II CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, Natal, 2002.

BERGER, Miguel André. **O ingresso da instrução pública na modernidade**: lendo os Arquivos do Grupo Escolar Dr. Manoel Luís. In: Anais do II CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, Natal, 2002.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BERTO, Rosianny Campos; SCHNEIDER, Omar. **Saúde, Higiene, Educação Física e Cultura Escolar**: um olhar sobre a infância a partir da Revista Educação Physica. In: IV CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, Goiânia, 2006.

- BEZERRA, Maria Cristina dos Santos. **Formação educacional do estado de São Paulo: escolas alemãs.** Revista HISTEDBR, n.11, 2003.
- BITTENCOURT, Luciana Aguiar. Algumas considerações sobre o uso da imagem fotográfica na pesquisa antropológica. In: FELDMAN-BIANCO, Bela; LEITE, Mirian L. Moreira (Orgs.). **Desafios da Imagem: fotografia, iconografia e vídeo nas ciências sociais.** Campinas, SP: Papirus, 1998.
- BLAY, Eva Alterman; CONCEIÇÃO, Rosana R. da. **A mulher como tema nas disciplinas da USP.** Cadernos de Pesquisa, n.76, fev., p.50-56, 1991.
- BONATO, Nailda Marinho da Costa. **Escola de Formação Profissional para o sexo feminino no Distrito Federal: a Escola Profissional Paulo de Frontin (1919).** In: Anais da 24ª Reunião Anual da ANPEd, Caxambu, 2001.
- BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Política.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 13.ed., 5ª reimpressão, 2010.
- BONOW, Stefan Chamorro. **As Listas Negras e a Grande Guerra: Repercussões sobre Capital e Trabalho Germânicos em Porto Alegre.** Revista Mundos do Trabalho, vol. 2, n. 4, agosto-dezembro de 2010, p. 280-304.
- \_\_\_\_\_. **A Primeira Guerra Mundial em Porto Alegre e o papel da religiosidade na definição da nacionalidade.** MNEME – Revista de Humanidades, 11(29), 2011 – Jan/jul.
- BONTEMPI JR., Bruno. **A incorporação do Instituto de Educação pela FFCL-USP: hipóteses para entender um campo cindido.** In: Anais da 30ª Reunião Anual da ANPEd, Caxambu, 2007.
- BORGES, Maria Eliza Linhares. **História & Fotografia.** Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- BOTO, Carlota. **A Cultura Escolar Portuguesa pelo Traçado Literário do Século XIX.** Revista de História da Educação, ASPHE, v.10, n.20, 2006, p.51-80.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** 9.ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- \_\_\_\_\_. **A Distinção: crítica social do julgamento.** 2.ed. Ver. – Porto Alegre, RS: Zouk, 2011a.
- \_\_\_\_\_. **A economia das trocas simbólicas.** 7.ed. – São Paulo: Perspectiva, 2011b.
- BRANDÃO, Isabel Cristina de Jesus. **Jornais: fonte de pesquisa da História da Educação da infância no século XIX.** In: Anais do VI CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, Vitória, 2011.

- BRASIL, Marcio. **A Escola da Società Italiana di Beneficenza di Santos (1897-1942)**. In: Anais do IV CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, Goiânia, 2006.
- BRAZ, Wenceslau; LEVY, Tereza Fachada. **A formação de professores na Escola Normal de Artes e Ofícios**. In: Anais do V CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, Aracaju, 2008.
- BRETAS, Silvana Aparecida. **A Federalização das Faculdades Sergipanas: os embates na construção de um projeto de Universidade (1950-1967)**. In: Anais da 33ª Reunião Anual da ANPEd, Caxambu, 2010.
- BUENO, Maria de Fátima Guimarães. **A história da educação: a cidade, a arquitetura escolar e o corpo**. Cadernos do CEOM, n. 28, 2008.
- BUFFA, Ester; **Ideologias em conflito: escola pública e escola privada**. São Paulo: Cortez; Moraes, 1979.
- \_\_\_\_\_. **Arquitetura e Educação: organização do Espaço e propostas pedagógicas dos grupos escolares paulistas, 1893-1971**. São Carlos: Brasília: EdUFSCar, INEP, 2002. p.17-56.
- BRITO, Paula Sônia de. **Docência e Culturas Escolares em estabelecimento católico de Caicó – RN, 1942 a 1946**. In: II CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, Natal, 2002.
- BURKE, Peter. **A Revolução Francesa da Historiografia: A Escola dos Annales (1929-1989)**. Tradução Nilo Odália. – São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1991.
- \_\_\_\_\_. **História e Teoria Social**. Tradução Klaus Brandini Gerhardt, Roneide Venâncio Majer. – São Paulo: Editora UNESP, 2002.
- \_\_\_\_\_. **Testemunha Ocular: História e Imagem**. Bauru, SP: EDUSC, 2004.
- \_\_\_\_\_. **O que é História Cultural?** 2.ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2008.
- \_\_\_\_\_. **A Escola dos Annales (1929 – 1989): a revolução francesa da historiografia**. 2.ed. – São Paulo: Editora da UNESP, 2010.
- \_\_\_\_\_. **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.
- BRESCIANI, Maria Stella. **Metrópoles: as faces do mostro urbano (as cidades no século XIX)**. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.5, n.8/9, set. 1984/abr.1985, p.35-68.

CAMPOS, Andreia da Silva Laucas de. **Fábio Luz, ação pedagógica e imprensa libertária no Rio de Janeiro – 1900/1920**. In: Anais do IV CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, Goiânia, 2006.

CAMPOS, Raquel Discini de. **Modernidade Paulista e imprensa matutina: o desafio da (re)construção da nação**. In: Anais do II CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, Natal, 2002.

\_\_\_\_. **Jornalismo e memória social: um estudo da imprensa de São José do Rio Preto nos anos de 1920**. In: Anais do III CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, Curitiba, 2004.

CÂNDIDO, Renata Marcílio. **Culturas da escola: as festas nas escolas públicas paulistas (1890-1930)**. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo.

CÂNDIDO, Renata Marcílio. **Culturas da Escola: as festas escolares em São Paulo (1890 – 1930)**. In: Anais da 30ª Reunião da ANPEd, Caxambu, 2007.

CAPELATO, Maria Helena. **Imprensa na República: uma instituição pública e privada**. IN: SILVA, Fernando Teixeira da et al (Org.). **República, Liberalismo e Cidadania**. Piracicaba: Ed. UNIMEP, 2003. P.139 a 150.

CARUSO, Marcelo. **Luchas por el orden ritual: inspección y cultura escolar en los protocolos de visitación**. Revista de História da Educação, ASPHE, v. 8, n. 16, setembro de 2004, p.7-24.

CARMINATI, Celso João; FASOLO, Camila Porto. **A contribuição de intelectuais-bacharéis na fundação da Faculdade Catarinense de Filosofia**. In: Anais do V CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, Aracaju, 2008.

CARVALHO, Cleide Fátima; SANTOS, Sônia Maria dos. **História, Memória e Instituição Escolar: a constituição da FAFI à FACED – UFU**. In: Anais do IV CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, Goiânia, 2006.

CARVALHO, Luciana Beatriz de Oliveira Bar de; INÁCIO FILHO, Geraldo. **Grupo Escolar Júlio Bueno Brandão: suas singularidades no processo de construção da cidadania (Uberabinha-MG, 1915-1929)**. In: Anais do II CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, Natal, 2002.

CARVALHO, Silvana Maura Batista de. **A formação do professor de História na UEPG sob a visão dos formadores de professores – 1950 a 1975**. In: Anais do V CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, Aracaju, 2008.

CARVALHO, Carlos Henrique de; GONÇALVES NETO, Wenceslau. **Imprensa e Pensamento Pedagógico na República Velha** (Uberabinha-MG 1907 – 1922). In: Anais do II CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, Natal, 2002.

CARVALHO, Carlos Henrique de; ARAUJO, José Carlos Souza; GONÇALVES NETO, Wenceslau. Discutindo a história da educação: a imprensa enquanto objeto de análise histórica (Uberlândia-MG, 1930-1950). In: ARAÚJO, J. C. S.; GATTI JR., D. (Orgs.). **Novos temas em história da educação brasileira. Instituições escolares e educação na imprensa**. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: EDUFU, 2002, p.67-89.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **Molde Nacional e Fôrma Cívica: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931)**. Bragança Paulista, SP: EDUSF, 1998.

CASTRO, Cesar Augusto; CASTELLANOS, Samuel Luis Velazquez. **A imprensa educacional licientas do Maranhão na Primeira República**. In: Anais do V CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, Aracajú, 2008.

CASTRO, César Augusto. **A Educação da Infância Desvalida no Maranhão Oitocentista: a Casa de Educandos Artífices**. In: Anais do IV CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, Goiânia, 2006.

CASTRO, Elizabeth Amorim de. **A arquitetura dos grupos escolares do Paraná na Primeira República**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v. 90, n. 224, p. 122-148, jan./abr. 2009.

CASTRO, Luciete Diniz. **História e memória do Instituto Teresa Valsé Salesianas (1959-1970)**. In: Anais do IV CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, Goiânia, 2006.

CASTRO, Raquel Xavier de Souza. **Da cadeira às carteiras escolares individuais: entre mudanças e permanências na Materialidade da Escola Primária Catarinense (1836- 1914)**. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis.

CASTRO, Regina Maria Jordão Cardoso de; NEPOMUCENO, Maria de Araújo. **Expansão da Educação Superior privada em Goiânia: a história da Faculdade Cambury**. In: Anais do IV CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, Goiânia, 2006.

- CASTRO, Rosane Michelli de. **A produção acadêmica sobre os institutos isolados de ensino superior do estado de São Paulo (1951-1964)**. Revista Brasileira de História da Educação, n.12, jul./dez. 2006, p.159-192.
- CATANI, Denice Bárbara; BASTOS, Maria Helena Câmara. **Educação em Revista: a imprensa periódica e a História da Educação**. São Paulo: Escrituras, 2002.
- CELESTE FILHO, Macioniro. **A Comissão Paritária da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de 1968 e a Reforma da Universidade de São Paulo**. In: Anais do IV CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, Goiânia, 2006.
- \_\_\_\_\_. **Os primórdios da Universidade de São Paulo**. Revista Brasileira de História da Educação, n.19, p.9-10, jan./abr. 2009, p.187-204.
- CHAINED, Eugenia. **Qué representa el ser maestra normal?** La visualización de un rol desde la vestimenta en la Argentina de entreguerras. In: Anais das XVI Jornadas Argentinas de Historia de la Educación, Paraná, Argentina, 2010.
- CHARTIER, Anne-Marie. Escola, cultura e saberes. In: NACIF XAVIER, Libânea (Org.) [ET AL]; **Escola, cultura e saberes**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005, p.9 a p.28.
- CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Tradução Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990. 245p.
- \_\_\_\_\_. A “Nova” História Cultural existe? In: LOPES, Antonio Herculano; VELLOSO, Monica Pimenta; PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e linguagens: texto, imagem, oralidade e representações**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006, p.29 a 43.
- CHÂTELET, A.-M. **La naissance de l’architecture scolaire**. Lês écoles élémentaires parisiennes de 1870-1914. Paris: Honoré Champion, 1999.
- CHÂTELET, Anne-Marie; BENCOSTTA, Marcus Levy Albino. **Ensaio de Historiografia I: a arquitetura das escolas no século XX**. Revista de História da Educação da Associação Sul-Rio-Grandense de Pesquisadores em História da Educação (ASPHE), v.10, n.20, set/.
- CHAVES, Miriam. **Um estudo sobre a cultura escolar no Rio de Janeiro dos anos de 1930 pelas lições de história**. Revista Brasileira de História da Educação, n.11, jan./jun. 2006, p.72-101.
- CHEVALIER, Ceres. **Vida e obra de José Isella: arquitetura em Pelotas na segunda metade do século XIX**. Pelotas: Livraria Mundial, 2002.
- CIAVATTA, Maria. **O mundo do trabalho em imagens: a fotografia como fonte histórica (Rio de Janeiro, 1900-1930)**. Rio e Janeiro: DP&A, 2002.

\_\_\_\_. **Mediações históricas de trabalho e educação:** gênese e disputas na formação dos trabalhadores (Rio de Janeiro, 1930-60). Rio de Janeiro: Lamparina, CNPq, Faperj, 2009.

CINTRA, Erica Piovam de Uihôa. **Mulheres e Educação Profissional em Curitiba:** a Escola Técnica de Comércio São José (1942 – 1955). In: Anais do III CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, Curitiba, 2004.

\_\_\_\_. **Do curso de datilografia aos cursos de Comércio (propedêutico e contador):** a criação do Instituto Comercial São José (Curitiba, 1942-1943). In: Anais do IV CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, Goiânia, 2006.

\_\_\_\_. **Escola Técnica de Comércio São José:** um colégio católico feminino no tempo da reorganização do ensino comercial. In: Anais da 31ª Reunião Anual da ANPEd, Caxambu, 2008.

CORDEIRO, Jaime Francisco P. As falas do novo e do tradicional na educação brasileira (anos 70 e 80): um estudo sobre o discurso pedagógico a partir da imprensa especializada. In: Anais do II CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, Natal, 2002.

CORDOVA, Tania. **Comemorações e Festas:** dimensões de uma cultura escolar no Grupo Vidal Ramos (Lages, Santa Catarina, 1904 – 1928). In: VI CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, Vitória, 2011.

CORRÊA, Rosa Lydia Teixeira. **Saberes escolares na formação de professores e cultura escolar.** In: IV CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, Goiânia, 2006.

CORRÊA, Rosa Lydia Teixeira. **O livro escolar como fonte de pesquisa em História da Educação.** Cadernos CEDES, ano XX, n.52, nov./2000, p.11 a 24.

CORREIA, Ana Paula Pupo. **História e Arquitetura Escolar:** em busca da construção de escolas “modernas” no Paraná (1943 – 1953). In: Anais do III CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, Curitiba, 2004.

\_\_\_\_. **Espaço Escolar:** o “Projeto-tipo” dos Grupos Escolares de Curitiba, na década de 1940. Anais do VI CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, Uberlândia, 2006.

CORSETTI, Berenice. **O poder em migalhas – a escola no Rio Grande do Sul na Primeira República.** Santa Maria, Universidade Federal de Santa Maria, 1997.

\_\_\_\_. **A Escola Pública no Rio Grande do Sul e o Projeto Político Republicano (1889/1930).** Anais do I CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA

EDUCAÇÃO: Educação no Brasil: História e Historiografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 6 a 9 de novembro de 2000.

\_\_\_\_\_. A Construção do Cidadão: Os Conteúdos Escolares nas Escolas Públicas do Rio Grande do Sul na Primeira República. **Revista História da Educação**, ASPHE, Fae, UFPel, Pelotas, n.8, p.175-192, set./2000.

\_\_\_\_\_. **Movimento Social e Escola no Rio Grande do Sul**: um estudo no campo da história das instituições educativas. In: Anais da 29ª Reunião Anual da ANPEd, Caxambu, 2006.

COSTA, Eremilda Vieira da. **A Cultura Escolar e a formação de meninas na Escola Normal Rural Santa Maria (Timbaúba, 1938 – 1950)**. In: II CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, Natal, 2002.

CORTEZ, Edilma da Silva; BARROS, Eva Cristini Arruda Câmara. **Imprensa periódica curraisnovense**: fonte privilegiada do ideário da modernidade (1920 – 1930). In: Anais do III CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, Curitiba, 2004.

CRESPO, Regina Márcia Gomes; LIMA, Valéria Maria Neto Crespo de Oliveira. **Patrimônio Educativo e materialidade da cultura escolar na historiografia do Instituto Superior de Educação Professor Aldo Muijart em Campos dos Goytacazes/RJ, 1954 – 2010**. In: VI CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, Vitória, 2011.

CUNHA, Beatriz da Costa e. **Assistência e profissionalização do exército**: elementos para uma história do Colégio Militar da Corte (1889-1906). In: Anais da 28ª Reunião Anual da ANPEd, Caxambu, 2005.

CUNHA, Beatriz Rietmann da Costa e. **A expansão do ensino secundário militar (1889-1919)**. In: Anais do VI CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, Vitória, 2011.

CUNHA JÚNIOR, Carlos Fernando Ferreira da. **A dimensão educativa dos espaços do Imperial Collegio de Pedro Segundo**. In: Anais da 31ª Reunião Anual da ANPEd, Caxambu, 2008.

CUNHA, Lídia Nunes. **O Documento Fotográfico**: um caminho a mais para o conhecimento da presença negra na escola pública brasileira. In: Anais da 23ª Reunião Anual da ANPEd, Caxambu, 2000.

- CUNHA, Luciana Bicalho da. **A imprensa periódica como fonte para a História da Educação do Corpo**. In: Anais do V CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, Aracajú, 2008.
- CURY, Carlos Roberto Jamil. **Ideologia e Educação Brasileira**. São Paulo: Cortez & Moraes, 1978.
- DALLABRIDA, Norberto. **Co-educação no Ginásio Lagunense nas décadas de 1930 e 1940: avanços e limitações**. In: Anais do III CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, Curitiba, 2004.
- \_\_\_\_\_. **Cultura Escolar e perfil do corpo docente no Colégio Estadual Dias Velho (1947 – 1964)**. In: VI CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, Vitória, 2011.
- DANTAS, Andréa Maria Lopes. **As falas do novo: a imprensa e a organização da educação do território do Acre (1930 – 1946)**. In: Anais do III CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, Curitiba, 2004.
- DANTAS, Eugênia Maria. **Imagem e Educação: arqueologizando o tempo, a memória e a fotografia**. In: Anais do III CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, Curitiba, 2004.
- DANTAS, Maria José. **Impressos e História da Educação: as contribuições da Revista “Cidade Nova” (1980 – 2005)**. In: Anais do VI CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, Vitória, 2011.
- DIEGOLI, Rogéria Rebello. **Colégio Santo Antônio: conquistando almas para Deus, formando cidadãos para a Pátria**. In: Anais do III CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, Curitiba, 2004.
- DIEZ, Carmen Lúcia Fornari; HONR, Geraldo Balduíno. **Catedrais de Cultura e de Arame em Curitiba: mito e metáfora**. In: Anais da 23ª Reunião Anual da ANPEd, Caxambu, 2000.
- DÓREA, Célia Rosângela Dantas. **Anísio Teixeira e a arquitetura escolar: planejando escolas, construindo sonhos**. Revista da FAEEBA, n.13, 2000.
- DUBOIS, Philippe. **O ato fotográfico e outros ensaios**. Campinas, SP: Papyrus, 1993.
- ECAR, Ariadne Lopes Ecar. **Formar homens de maior ou melhor capacidade de trabalho: um estudo da “missão” da Escola Normal de Niterói na Primeira República – 1893 – 1918**. In: Anais do VI CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, Vitória, 2011.

ESCOLANO BENITO, Augustín. **Tiempos y Espacios para la Escuela**. Madrid: Editorial Biblioteca Nueva. S. L., 2000.

\_\_\_\_\_. **Más allá del espasmo del presente**: la escuela como memória. Revista História da Educação, ASPHE, v.15, n.33, 2011, p.10-30.

ESCOLANO, Augustín; VIÑAO FRAGO, Antonio. **Currículo, espaço e subjetividade**: a arquitetura como programa. – 2.ed. – Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

ESSUS, Ana Maria Mauad de Souza Andrade. **Através da Imagem**: Possibilidades Teórico-metodológicas para a Análise de Fotografias como Fonte Histórica. In: Anais do SEMINÁRIO PEDAGOGIA DA IMAGEM, IMAGEM NA PEDAGOGIA. Niterói, RJ: Universidade Federal Fluminense, Faculdade de Educação. Departamento de Fundamentos Pedagógicos, 1996, p.21 a 31.

FABRIS, Annateresa (Org.). **Fotografia usos e funções no século XIX**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1991.

\_\_\_\_\_. A invenção da fotografia: repercussões sociais. In: FABRIS, Annateresa (Org.). **Fotografia usos e funções no século XIX**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1991, p. 11 – 38.

\_\_\_\_\_. O circuito social da fotografia: estudo de caso – I. In: FABRIS, Annateresa (Org.). **Fotografia usos e funções no século XIX**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1991, p.39 – 58.

FAGUNDES, Pedro Ernesto. **Escolas verdes**: as escolas da ação integralista brasileira (AIB) no estado do Rio de Janeiro (1933-1937). In: Anais do VI CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, Vitória, 2011.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **O espaço escolar como objeto da história da educação**: algumas reflexões. Rev. Fac. Educ., São Paulo, v. 24, n.1, jan./1998 .

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **Dos Pardieiros aos Palácios**: forma e cultura escolares em Belo Horizonte. São Paulo: USP, 1996.

\_\_\_\_\_. **Cultura e práticas escolares: escrita, aluno e corporeidade**. Cadernos de Pesquisa, n.103, 1998, p.136 a 149.

\_\_\_\_\_. Cultura escolar e cultura urbana: perspectivas de pesquisa em história da educação. In: NACIF XAVIER, Libânea (Org.) [ET AL]; **Escola, cultura e saberes**. Rio de Janeiro: FGV, 2005, p.29 a p.37.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; GONÇALVES, Irlen Antônio; VIDAL, Diana Gonçalves; PAULILO, André Luiz. A cultura escolar como categoria de análise e

como campo de investigação na história da educação brasileira. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.30, n.1, p.139-159, jan./abr. 2004.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VIDAL, Diana Gonçalves. **Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil**. Revista Brasileira de Educação, n.14, 2000, p.19-34.

FAUSTO, Bóris. **História do Brasil**. – 12.ed. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007. – (Didática, 1).

FEBVRE, Lucien. **Combates pela História**. Lisboa: Editorial Presença, 1989.

FERNANDES, José Ricardo Oriá. **As lições cívicas de vovô: Viriato Corrêa e a cultura histórica escolar (1921 – 1962)**. In: IV CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, Goiânia, 2006.

FERREIRA, Ana Emília Cordeiro Souto; CARVALHO, Carlos Henrique de. **Educação e infância: as práticas pedagógicas no âmbito do Grupo Escolar João Pinheiro de Ituiutaba, MG (1966-1988)**. In: Anais do IV CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, Goiânia, 2006.

FERREIRA, António Gomes Ferreira. **Instruir as elites em meados do século XIX: o Liceu de Coimbra e o Imperial Collegio de Pedro II**. In: Anais do III CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, Curitiba, 2004.

FERREIRA, Hedmar de Oliveira. **Colégio Dom Lustosa: História da Educação Católica Masculina em Patrocínio-MG (1927-1962)**. In: Anais do II CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, Natal, 2002.

FERREIRA, Márcia dos Santos Ferreira. **O Centro Regional de Pesquisas Educacionais de São Paulo (1956 – 1961)**. In: Anais da 24ª Reunião Anual da ANPEd, Caxambu, 2001.

FERREIRA, Rita de Cássia Oliveira. **A Escola Normal da Capital em Minas Gerais no início do século XX**. In: Anais do VI CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, Vitória, 2011.

FERREIRA, Suely; NEPOMUCENO, Maria de Araújo. **A expansão da Educação Superior privada em Goiânia: o caso da UNI Anhangüera em perspectiva histórica**. In: Anais do IV CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, Goiânia, 2006.

FISCARELLI, Rosilene Batista de Oliveira; SOUZA, Rosa Fátima de. **Símbolos da excelência escolar: história e memória da escola pública inscrita em troféus**. Revista Brasileira de História da Educação, n.14, maio/ago. 2007, p.95-116.

FLUSSER, Vilém. **Filosofia da caixa preta**: ensaio para uma futura filosofia da fotografia. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002 – (Conexões; 14).

FONSECA, Maria Angela Peter da. **Estratégias para a preservação do Germanismo (Deutschum)**: gênese e trajetória de um Collegio teuto-brasileiro urbano em Pelotas (1898 – 1942). 2007. 160f. Dissertação (Mestrado em Educação)- Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

FONSECA, Maria Angela Peter da; TAMBARA, Elomar Antonio Callegaro. **Primórdios de um colégio teuto-brasileiro urbano em Pelotas no final do século XIX**. Revista História da Educação - RHE Porto Alegre v. 16 n. 37 Maio/ago. 2012 p. 156-189

FONSECA, Sérgio César da. **Do abandonado ao menor**: o caso do Instituto Disciplinar em São Paulo (1903-1927). In: Anais da 30ª Reunião Anual da ANPEd, Caxambu, 2007.

FRAGA, Andréa Silva de. **O Estudo**: um exemplar da imprensa estudantil dos anos de 1920 e 1930. In: Anais do VI CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, Vitória, 2011.

FRAGO, Antonio Viñao. Do espaço escolar e da escola como lugar: propostas e questões. In: FRAGO, Antonio Viñao; ESCOLANO, Agustín. **Currículo, espaço e subjetividade**: a arquitetura como programa. 2.ed. – Rio de Janeiro: DP&A, 2001, p.59-136.

\_\_\_\_\_. **Tiempos Familiares, Tiempos Escolares** (Trabajo Infantil y Asistencia Escolar en España durante la segunda mitad Del Siglo XIX y El primer tercio del XX). Revista de História da Educação, ASPHE, v.9, n.17, 2005, p.33-50.

\_\_\_\_\_. **A história das disciplinas escolares**. Revista Brasileira de História da Educação, n.18, set./dez. 2008, p.173-216.

FREITAS, Danielle Gross de. **A educação das mulheres e a proposta da Escola Profissional Feminina de Curitiba**. In: Anais do VI CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, Vitória, 2011.

FREUND, Gisèle. **La fotografia como documento social**. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, SL, 2008.

FURTADO, Alessandra Cristina. **História e Memórias de um espaço escolar feminino**: o Colégio Nossa Senhora Auxiliadora de Ribeirão Preto/SP (1918-1960).

In: Anais do II CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, Natal, 2002.

\_\_\_\_\_. **O papel da “Escola Normal Livre Nossa Senhora Auxiliadora” e da “Escola Normal Oficial”, na formação dos quadros para o magistério primário em Ribeirão Preto/SP.** In: Anais do V CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, Aracaju, 2008.

GALLEGO, Rita de Cassia. **Tempo, temporalidades e ritmos nas escolas públicas em São Paulo e a construção da cultura escolar primária (1846 – 1890).** In: V CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, Aracaju, 2008.

GATTI JÚNIOR, Décio. **A pesquisa histórico-educacional sobre as instituições educacionais brasileiras: reflexões teórico-metodológicas.** In: Anais do I CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, Rio de Janeiro, 2000.

GATTI JÚNIOR, Décio; OLIVEIRA, Lúcia Helena Moreira de Medeiros. **O Colégio Santa Teresa de Ituiutaba (MG) e a ação educacional das irmãs scalabrinianas no Brasil.** In: Anais do II CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, Natal, 2002.

GATTI JÚNIOR, Décio; PESSANHA, Eurize Caldas. **Currículos, práticas e cotidiano escolar na formação educacional, moral e cívica de cidadãos no espaço luso-brasileiro.** Revista História da Educação, ASPHE, v.14, n.31, 2010, p.9-10.

GATTI JÚNIOR, Décio; PESSANHA, Eurize Caldas. **Currículos, práticas e cotidiano escolar: a importância dos arquivos escolares para a produção de conhecimento em História da Educação.** Revista História da Educação, ASPHE, v.14, n.31, 2010, p.155-194.

GATTI, Giseli Cristina do Vale; INÁCIO FILHO, Geraldo. **As práticas escolares e a formação cívico-patriótica no ginásio mineiro de Uberlândia, em Minas Gerais, Brasil (1920/1970).** Revista História da Educação, ASPHE, v.14, n.31, 2010, p.37-70.

GENRO, Tarso Fernando. RS, Tradição Jurídica e Relações Políticas: um estudo introdutório. In: **RS: cultura & ideologia** [por] Décio Freitas [ET AL.] (Org.). José H. Dacanal e Sergius Gonzaga. 2.ed. – Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996, p.89 a 112.

- GHIRALDELLI JR., Paulo. **História da Educação**. – 2.ed. – São Paulo: Cortez, 1992. p.15 a 35.
- GINZBURG, Carlo. **Mitos, Emblemas, Sinais: morfologia e história**. Tradução: Frederico Carotti. – São Paulo, Companhia das Letras, 1989.
- GOMES, Antonia Simone Coelho. **Cultura escolar revelada nos escritos de professores**. In: III CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, Curitiba, 2004.
- GOMES, Luiz Claudio Gonçalves. **Imagens e Memórias da Escola de Aprendizes Artífices de Campos**. In: Anais da 27ª Reunião Anual da ANPEd, Caxambu, 2004.
- GONÇALVES, Irlen Antônio. **Cultura escolar: práticas e produção dos grupos escolares em Minas Gerais (1891 – 1918)**. Belo Horizonte: Autêntica/FCH-FUMEC, 2006.
- GONDRA, José Gonçalves. **Higiene e cultura escolar**. In: II CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, Natal, 2002.
- GONÇALVES, Irlen Antônio. **A produção da cultura escolar em Minas Gerais: práticas de professoras e alunos da escola primária**. In: II CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, Natal, 2002.
- GONÇALVES, Margarete R. F.; LEITE Cristiano P.; DIEFENBACH Samantha S.; DIAS, Allan R. P. **Elaboração de uma metodologia de restauro a partir da caracterização química e física do revestimento cimento penteado**. In: Anais do XIV Congresso de Iniciação Científica da UFPel, Pelotas, 2005.
- GONÇALVES, Mauro Castilho. **Das escolas mistas industriais ao grupo escolar: a educação do operário viabilizada na Companhia Taubaté Industrial (CTI) e divulgada pelo CTI Jornal (1937-1941)**. Revista Brasileira de História da Educação, n.18, set./dez. 2008.
- GONÇALVES NETO, Wenceslau. **Imprensa, civilização e educação: Uberabinha (MG) no início do século XX**. In: ARAÚJO, J. C. S.; GATTI JR., D. (Orgs.). **Novos temas em história da educação brasileira. Instituições escolares e educação na imprensa**. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: EDUFU, 2002, p.197-225.
- GONÇALVES NETO, Wenceslau; CARVALHO, Carlos Henrique de. **Imprensa e representações de educação, disciplina e ordem social: Uberabinha (MG), 1907 – 1920**. In: Anais do II CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, Natal, 2002.

GRANGEIRO, Cândido Domingues. **As artes de um negócio: a febre photographica São Paulo (1862 – 1886)**. Campinas, SP: Mercado das Letras; São Paulo: Fapesp, 2000. Coleção Fotografia: texto e imagem.

GUALTIERI, Regina Cândida Ellero. **Leituras de formação**: raça, corpo e higiene em publicação pedagógica do início do século XX. Revista Brasileira de História da Educação, n.18, set./dez. 2008.

HERZOG, Vivian. Objetos biográficos: Um estudo sobre a fotografia na Revista Ilustração Pelotense. In: MICHELON, Francisca Ferreira; TAVARES, Francine Silveira (Orgs.). **Fotografia e Memória**: ensaios. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária da UFPel, 2008, p.89-108.

HILSDORF, Maria Lucia Spedo. **História da Educação Brasileira**: Leituras. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

HOFSTATTER, Carla Regina; TEIVE, Gladys Mary Ghizoni. **“Forma silenciosa de ensino”**: o espaço escolar no currículo do Centro Educacional Menino Jesus: produzindo subjetivações e identificações (1973 – 1997). In: Anais do VI CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, Vitória, 2011.

HUCH, Michele; TAMBARA, Elomar. **A Educação em Pelotas**: o entusiasmo republicano (1889 – 1920). In: Anais do XI ENCONTRO SUL-RIO-GRANDENSE DE PESQUISADORES EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: História da Educação na Formação do Educador e a Contribuição dos 10 anos da ASPHE. São Leopoldo, 29 a 31 de agosto de 2005.

HUNT, Lynn. **A nova história cultural**. 2.ed. – São Paulo: Martins Fontes, 2001.

INÁCIO, Marcilaine Soares; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; ROSA, Walquíria Miranda; SALES, Zeli Efigênia Santos de. **Escola, Política e Cultura**: a instrução elementar nos anos iniciais do Império Brasileiro. Belo Horizonte, MG: Argumentum, 2006.

JANTZEN, Sylvio Arnaldo Dick. **A ilustre Pelotense**: tradição e modernidade em conflito. Um estudo histórico da Universidade Federal de Pelotas e suas tentativas de racionalização. 1990. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

JULIA, Dominique. **A Cultura Escolar como objeto histórico**. Revista Brasileira de História da Educação, n.1, jan./jun. 2001, p.9-43.

KOSSOY, Boris. **Álbum de photographias de São Paulo 1892**: estudo crítico. São Paulo: Kosmos/CBPO, 1984.

\_\_\_\_\_. **São Paulo, 1900: Imagens de Guilherme Gaensly.** São Paulo: Kosmos/CBPO, 1988.

\_\_\_\_\_. **Fotografia e História.** São Paulo: Editora Ática, 1989.

\_\_\_\_\_. **Realidades e Ficções na Trama Fotográfica.** Cotia, SP: Ateliê Editorial, 1999.

KREUTZ, Lúcio. **Escolas comunitárias de imigrantes no Brasil:** instâncias de coordenação e estruturas de apoio. *Revista Brasileira de Educação*, n.º15, 2000.

KRÜGER, Edelbert. **Resgate histórico da função social da educação profissional brasileira, à luz do decreto 2.208/97:** um estudo do perfil socioeconômico do aluno do CEFET-RS. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas: RS, 2007.

KUHLMANN JR., Moysés. **Histórias da educação infantil brasileira.** *Revista Brasileira de Educação*, mai./jun./jul./ago. 2000, n.14, p.5-18.

\_\_\_\_\_. **Construção de bases de dados e análise historiográfica de propostas educacionais:** um estudo sobre o Parque Infantil Paulistano (1947-1957). In: *Anais da 31ª Reunião Anual da ANPEd*, Caxambu, 2008.

KUMAR, Krishan. **Da sociedade pós-industrial à pós-moderna:** novas teorias sobre o mundo contemporâneo. Tradução Ruy Jungmann, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

KUMMER, Virginia. **José María Torres:** las huellas de su pensamiento en la conformación del campo pedagógico normalista. 1.ed. Paraná: Universidad Nacional de Entre Rios. UNER, 2010.

LABEGALINI, Andréia Cristina Fregate Baraldi. **Uma instituição modelar para a formação de professores alfabetizadores:** os Institutos de Educação do Estado de São Paulo (1933-1975). In: *Anais do III CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO*, Curitiba, 2004.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória.** Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.

LEITE, Mirian Moreira. **Retratos de Família.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1993.

\_\_\_\_\_. **Texto Visual e Texto Verbal.** In: FELDMAN-BIANCO, Bela; LEITE, Mirian L. Moreira (Orgs.). **Desafios da Imagem:** fotografia, iconografia e vídeo nas ciências sociais. Campinas, SP: Papirus, 1998.

LEITE, Lilian Ianke. **Práticas Escolares e representações: o ensino profissionalizante no Instituto Politécnico Estadual.** In: Anais do III CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, Curitiba, 2004.

LEON, Adriana Duarte; AMARAL, Giana Lange do. **Apontamentos sobre duas associações docentes de Pelotas, nas décadas de 1930 e 1940.** In: Anais do V CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, Aracaju, 2008.

LEONARDI, Paula. **Três vidas, o mesmo colégio, diferentes olhares** (décadas de 1930 e 1940). In: Anais da 28ª Reunião Anual da ANPEd, Caxambu, 2005.

LEXIKON, Herder. **Dicionário dos Símbolos.** Círculo do Livro, São Paulo, 1990.

LIMA, Ana Paula dos Santos. **Imagens da Infância: a fotografia como fonte para a História da Educação.** In: Anais do V CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, Aracajú, 2008.

LIMA, Sandra Cristina Fagundes de. **Memória e História das Escolas Rurais em Uberlândia (1933-1959): a fotografia das instituições escolares como fonte para a História da Educação.** In: Anais do VI CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, Uberlândia, 2006.

LIMA, Solange Ferraz. O circuito social da fotografia: estudo de caso – II. In: FABRIS, Annateresa (Org.). **Fotografia usos e funções no século XIX.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1991, p.59-82.

LIMA, Solyane Silveira. **A primeira semana da criança em Sergipe: um relato a partir de notícias veiculadas na imprensa.** In: Anais do V CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, Aracajú, 2008.

LISBOA, Jakeline Duque de Moraes; CUNHA JÚNIOR, Carlos Fernando Ferreira da. **A história do Clube Ginástico de Juiz de Fora (1909-1979).** In: Anais do V CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, Aracaju, 2008.

LONER, Beatriz Ana. **Construção de Classe: operários de Pelotas e Rio Grande (1888 – 1930).** Universidade Federal de Pelotas. Ed. Universitária: Unitrabalho: Pelotas, 2001.

\_\_\_\_\_. Jornais Pelotenses Diários na República Velha. **Ecos Revista**, Pelotas, 2 (1), 5-34, abr./1998.

LOPES, Eliane Marta Teixeira; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. **História da Educação.** Rio de Janeiro: DP&A, 2005, 2.ed.

LOPES, Sonia de Castro. **Arquivos do Instituto de Educação**: Suporte de memória da educação nova no Distrito Federal (anos de 1930). Revista Brasileira de História da Educação, n.9, jan./jun. 2005, p.43-72.

\_\_\_\_\_. **Memórias em disputa**: Anísio Teixeira e Lourenço Filho no Instituto de Educação do Rio de Janeiro (1932-35). In: Anais da 29ª Reunião Anual da ANPEd, Caxambu, 2006.

\_\_\_\_\_. **Memórias em disputa**: Anísio Teixeira e Lourenço Filho no Instituto de Educação do Rio de Janeiro (1932-1935). Revista Brasileira de História da Educação, n.14, maio/ago. 2007, p.177-202.

LOPES, Sonia de Castro; MARTINEZ, Silvia Alicia. **A emergência de escolas normais no Rio de Janeiro do século XIX**: Escola Normal do Município da Corte e Escola Normal de Campos. Revista Brasileira de História da Educação, n.15, set./dez. 2007, p.53-78.

LOVE, Joseph L. **O regionalismo gaúcho e as origens da revolução de 1930**. São Paulo: Perspectiva, 1975.

LOURENÇO, Leila. **Escola Municipal Casemiro Stachurski**: uma prática político pedagógica oficial forjada na interdição da cultura de uma comunidade cricumense de origem polonesa. In: Anais do III CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, Curitiba, 2004.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

LUCENA, Maria de Lurdes Almeida e Silva. **Imprensa e Educação**: um estudo sobre a educação em Uberlândia através do jornal "A Tribuna" (1930 – 1942). In: Anais do V CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, Aracajú, 2008.

LUIZ, Marilda Cabreira Leão; SANTOS, Reinaldo dos. **A fotografia como fonte na História da Instituição Escolar**. In: Anais do VI CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, Vitória, 2011.

LUPORINI, Teresa Jussara. **Desafios para a pesquisa em História da Educação**: memória e fotografia. In: Anais do III CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, Curitiba, 2004.

LUSTOSA, Isabel. **O nascimento da imprensa brasileira**. – 2.ed. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004 il. – (Descobrimos o Brasil).

MACHADO, Maria Cristina Gomes; SILVA, Josie Agatha Parrilha da. **Imagens escolares da Reforma Educacional de Carneiro Leão no Rio de Janeiro (1922-1926)**. In: Anais do 16º CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL, Campinas, 2007.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. Breve apontamento para a História das Instituições Educativas. In: SANFELICE, José Luís; SAVIANI, Demerval; LOMBARDI, José Claudinei (Orgs.). **História da Educação: Perspectivas para um intercâmbio internacional**. Campinas, SP: Autores Associados; HISTEDBR, 1999 – (Coleção educação contemporânea), p.67-72.

MAGALHÃES, Mario Osório. **Pelotas toda prosa – 2.v. (1874 – 1925)**. Pelotas: Editora Armazém Literário, 2002.

\_\_\_\_\_. Diário da Manhã, Pelotas, 7 abr. 2009. Os Barões do Charque.

MACIEL, Patrícia Daniela. Formação **das meninas órfãs e da elite pelotense no século XIX**: similaridades e/ou diferenciações? In: Anais do X Encontro Sul-Rio-Grandense de Pesquisadores em História da Educação, Gramado, 2004, p.293-300.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. Breve apontamento para a História das Instituições Educativas. In: SANFELICE, José Luís; SAVIANI, Demerval; LOMBARDI, José Claudinei (Orgs.). **História da Educação: Perspectivas para um intercâmbio internacional**. Campinas, SP: Autores Associados; HISTEDBR, 1999 – (Coleção educação contemporânea), p.67-72.

MAGALHÃES, Mario Osório. Prefácio. In Nogueira, Isabel (Org.). **História Iconográfica do Conservatório de Música da UFPel**. Porto Alegre: Pallotti, 2005. p.14-17.

MANCINI, Ana Paula Gomes; MONARCHA, Carlos. **Escola Normal da Corte (1876-1889)**: contribuição para o estudo das instituições de formação de professores no Império. In: Anais do II CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, Natal, 2002.

MANCINI, Ana Paula Gomes; SILVA, Paula Nudmila Oliveira. **A Escola Normal Nossa Senhora da Conceição no Município de Dourados/MS (1940-1970)**: saberes escolarizados na formação de professores. In: Anais do V CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, Aracaju, 2008.

MANIERI, Thais M.. **A formação de professores na antiga Escola Normal da cidade de São Carlos (1911-1945)**. In: Anais do V CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, Aracaju, 2008.

MANSOS, Maria do Pilar. **O jornal A Campanha como meio orientador do processo de alfabetização de adultos em Portugal (1953 – 1956)**. In: Anais do II CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, Natal, 2002.

MARTINEZ, Silvia Alicia. **A Escola Normal de Campos**: trajetória de uma investigação. In: Anais da 28ª Reunião Anual da ANPEd, Caxambu, 2005.

MARINEZ, Silvia Alicia; BOYNARD, Maria Amélia de Almeida Pinto. **Atrás da Casa-grande**: memória, gênero e espaço escolar da Escola Normal de Campos (1895 – 1955). In: Anais do III CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, Curitiba, 2004.

MARTÍNEZ, Silvia Alícia. **O uso da fotografia na História da Educação**: leituras (possíveis) de um retrato de formatura. Anais do III SEMINÁRIO INTERNACIONAL AS REDES DE CONHECIMENTO E A TECNOLOGIA - professores e professoras: textos imagens e sons, Rio de Janeiro, 2005.

MARTÍNEZ, Silvia Alicia; BOYNARD, Maria Amelia de Almeida Pinto. **O Ensino Secundário no Império e na Primeira República no Brasil**: entre as ciências e as humanidades, o caso do Liceu de Humanidades de Campos/RJ (1880-1930). Revista História da Educação, ASPHE, v.14, n. 31, 2010, p.121-154.

MARTINS, José de Souza. **Sociologia da Fotografia e da Imagem**. São Paulo: Contexto, 2009.

MARTINS, Maria do Carmo; BEZERRA, Maria Cristina; CORRÊA, Priscila Kaufmann; ROCHA, Heloísa Helena Pimenta. **Fotografia e memória das práticas escolares**: um olhar sobre o acervo iconográfico do Colégio Progresso Campineiro. In: Anais do V SEMINÁRIO MEMÓRIA, CIÊNCIA E ARTE, Campinas, 2007.

MAUAD, Ana Maria. **O olhar engajado**: fotografia contemporânea e as dimensões políticas da cultura visual. ArtCultura (UFU), v. 10, p. 31-48, 2008.

MEDEIROS, Adriana Moreira Lins de; MEDEIROS, Cristiana Moreira Lins de. **O espaço escolar como tempo de civilização**: o ensino primário no Rio Grande do Norte (1889 – 1920). In: Anais do III CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, Curitiba, 2004.

MELO, Salânia Maria Barbosa. **A Escola Normal Oficial do Piauí e suas contribuições para a sacralização da memória cívica**. In: Anais do VI CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, Vitória, 2011.

- MELO, Victor Andrade de; NASCIMENTO, Randeantony C. **O Papel dos militares no desenvolvimento da formação profissional na educação física brasileira.** In: I CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 2000.
- MICHELON, Francisca Ferreira; SCHWONKE, Raquel Santos. **Retratos de uma cidade & catálogo de fotografias impressas 1913/1930.** Pelotas: Ed. e Gráfica Universitária, UFPel, 2008.
- MICHELON, Francisca. **Cidade de Papel: A modernidade nas fotografias impressas de Pelotas (1913-1930).** 2001. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- MONARCHA, Carlos. **Cultura Escolar Urbana: São Paulo – 1840 – 1940: repertório de fontes documentais.** In: II CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, Natal, 2002.
- MONTEIRO, Charles. **A Inscrição da Modernidade no Espaço Urbano de Porto Alegre.** 1992. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- MEIRELES, Ceres Mari da Silva. **Educação Profissional: Uma visão Histórica sobre o processo de criação, fins e princípios da Escola Técnica Federal que tornou Pelotas centro de referência (1942-1998).** Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas: RS, 2002.
- MORAIS, Maria Arisnete Câmara de. **História da Escola Normal de Natal: memórias da Professora Francisca Nolasco Fernandes (D. Chicuta 1908-1995).** In: Anais do II CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, Natal, 2002.
- MORAIS, Rosana Sant'Ana de. **A Literatura como fonte para pesquisas sobre escola e cultura escolar: possibilidade de análise em História da Educação.** In: VI CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, Vitória, 2011.
- MORTATTI, Maria do Rosário Longo. **Cartilha de alfabetização e cultura escolar: Um pacto secular.** Cadernos CEDES, ano XX, n. 52, nov./2000, p.41 a 54.
- MOURA, Carlos Eugênio Marcondes de (Org.); AMARAL, Aracy A.; LEMOS, Carlos A. C.; BERNADET, Jean-Claude. **Retratos quase inocentes.** São Paulo: Nobel, 1983.
- MULLER, Maria Lúcia Rodrigues. **Professores negros na Primeira República.** In: Anais da 29. Reunião da ANPEd, Caxambu, 2006.

MURASSE, Celina Midori. **Industrialização e educação**: a origem do Liceu de Artes e Ofícios. In: Anais do I CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, Rio de Janeiro, 2000.

NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República**. – 2.ed. – Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

NASCIMENTO, Adalson de Oliveira. **Educação e civismo**: movimento escoteiro em Minas Gerais (1926-1930). Revista Brasileira de História da Educação, n.7, jan./jun., 2004.

NASCIMENTO, Ana Maria Bezerra do. **Educação na imprensa**: o jornal como fonte para a história da educação operária no Piauí – 1889 a 1937. In: Anais do III CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, Curitiba, 2004.

NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. **Agricultura ou Pedagogia?** Agrônomos e Pedagogos no Colégio Agrícola Benjamin Constant (1967-1979). In: Anais do III CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, Curitiba, 2004.

NEVES, Dimas Santana Souza. **Cultura política e culturas escolares**: um estudo da província de Mato Grosso. In: Anais da 29ª Reunião da ANPEd, Caxambu, 2006.

\_\_\_\_\_. **Poder e cultura escolar na Primeira República em Mato Grosso**. Revista Brasileira de História da Educação, n.13, jan/abr. 2007, p.51-70.

NEVES, Helena de Araújo. **A alma do negócio**: aspectos da educação em Pelotas-RS na propaganda institucional (1875 – 1910). 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

\_\_\_\_\_. **Propagandas das instituições de ensino de Pelotas-RS**: visibilidade ao espaço escolar (1875-1910). In: Anais da 32ª Reunião Anual da ANPEd, Caxambu, 2009.

\_\_\_\_\_. **O Ensino privado em Pelotas-RS na Propaganda Impressa**: séculos XIX, XX, XXI. 2012. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

NEVES, Helena de Araujo; AMARAL, Giana Lange do. **Estabelecimentos de instrução**: desvelando aspectos sobre as instituições de ensino da cidade de Pelotas-RS por meio da propaganda institucional (1875-1910). In: Anais do IV CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, Goiânia, 2006.

NEVES, Helena de Araújo; TAMBARA, Elomar Antonio Callegaro; AMARAL, Giana Lange Do. **Os professores como um diferencial competitivo**: construção e

legitimação do espaço escolar privado de Pelotas-RS (1875-1910). Cadernos de História da Educação (*on-line*), v.11, p. 165-188, 2012.

NOBRE, Domingos. **Escola Indígena Guaraini Mbya: resistência e subordinação**. In: Anais da 29ª Reunião Anual da ANPEd, Caxambu, 2006.

NOGUEIRA, Isabel Porto. História do Conservatório de Música de Pelotas. In NOGUEIRA, Isabel (Org). **História Iconográfica do Conservatório de Música da UFPel**. Porto Alegre: Pallotti, 2005. p.77-123.

NOGUEIRA, Sonia Maria de Castro; GALVÃO, Fátima de Araújo Silva. **Escola Normal Livre do Município da Corte (1874-1875)**. In: Anais do V CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, Aracaju, 2008.

NÓVOA, António; BANDEIRA, Filomena; PAULO, João Carlos; TEIXEIRA, Vera. A Imprensa de Educação e Ensino: concepção e organização do repertório português. In: CATINAI, Denice Bárbara; BASTOS, Maria Helena Câmara. **Educação em Revista: A Imprensa Periódica e a História da Educação**. – São Paulo: Escrituras Editora, 2002, p.11 a 32.

NUNES, Clarice. **A Escola redescobre a Cidade** (Reinterpretação da modernidade pedagógica no espaço urbano carioca/1910-1935). Niterói, ESSE/UFF, 1993.

\_\_\_\_\_. **O “velho” e “bom” ensino secundário: momentos decisivos**. Revista Brasileira de Educação, n. 14, mai./jun./jul./ago. 2000.

NUNES, Iran de Maria Leitão. **Imprensa discente e cultura escolar: o “Labor” (1913 – 1917)**. In: III CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, Curitiba, 2004.

OLIVEIRA, Ana Carla Menezes de. **A Escola Agrotécnica Federal de São Cristovão através de uma retrospectiva histórica: passado e presente**. In: Anais do V CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, Aracaju, 2008.

OLIVEIRA, Antoniette Camargo de; CARVALHO, Carlos Henrique de. **Progresso, civilização, pátria e liberdade: o pensamento católico na imprensa de Patos de Minas (1905 – 1925)**. In: Anais do II CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, Natal, 2002.

OLIVEIRA, Cátia Regina Guidio Alves de; SOUZA, Rosa Fátima de. **As faces do livro de leitura**. Cadernos Cedes, ano XX, n.52, nov./2000, p.25 a 40.

OLIVEIRA, Cláudia de; VELLOSO, Mônica Pimenta; LINS, Vera. **O Moderno em revistas: representações do Rio de Janeiro de 1890 a 1930**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

OLIVEIRA, Flávio Couto e Silva de. **A música e a cultura escolar no alvorecer da República**. In: II CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, Natal, 2002.

OLIVEIRA, Maria Augusta Martiarena de; TAMBARA, Elomar Antonio Callegaro. **A imagem fotográfica como fonte para a pesquisa em História da Educação**. In: Anais do III CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, Curitiba, 2004.

OLIVEIRA, Maria Augusta Martiarena de. **A educação durante o governo de Augusto Simões Lopes (1924 – 1928)**. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

OLIVEIRA, Milton Ramon Pires de. **Educar e regenerar: os Patronatos Agrícolas e a Infância Pobre na Primeira República**. In: Anais do I CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, Rio de Janeiro, 2000.

OLIVEIRA, Nayara Alves de. **A Faculdade Católica de Fisiologia de Sergipe: antecedentes e origens**. In: Anais do V CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, Aracaju, 2008.

OLIVEIRA, Regina Tereza Cestari de; ROCHA, Marcelo Pereira. **As instituições escolares no sul do estado de Mato Grosso: implantação dos primeiros ginásios em Campo Grande (1920-1940)**. In: Anais do V CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, Aracaju, 2008.

OLIVEIRA, Valeska Fortes de. **Imagens na Pesquisa em História da Educação: O Oral e a Fotografia**. In: Anais do VIII ENCONTRO SUL-RIO-GRANDENSE DE PESQUISADORES EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: Iconografia e Pesquisa Histórica. Gramado, 29 e 30 de agosto de 2002, p.33 a 43.

OSÓRIO, Fernando. **A Cidade de Pelotas**. v.2, 3.ed., revista. Organização e notas de Mario Osório Magalhães, Pelotas, Editora Armazém Literário, 1998.

OSÓRIO, Helen. Estancieiros que plantam, lavradores que criam e comerciantes que charqueiam: Rio Grande de São Pedro, 1760-1825. In: GRIJÓ, Luiz Alberto; KUHN, Fábio; GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos; NEUMANN, Eduardo Santos. **Capítulos de História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004, p.75-90.

OTTO, Clarícia. **Cultura Escolar: prescrevendo regras de bom comportamento**. In: Anais da 32ª Reunião da ANPEd, Caxambu, 2009.

PADILHA, Lucia Mara de Lima; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. **Ideário Republicano nos Campos Gerais**: a criação do Grupo Escolar Conselheiro Jesuíno Marcondes (1907). In: Anais do VI CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, Vitória, 2011.

PASSOS, Laurizete Ferragut; PAVAN, Diva Otero. **Saberes escolares de uma escola primária paulista**: regras de civilidade e noções de moral, civismo e nacionalismo (1930 – 1980). Revista História da Educação, ASPHE, v.14, n.31, 2010, p.71-94.

PEDROSA, Larisse Dias. GONÇALVES NETO, Wenceslau. **(Des)caminhos para se compreender a criação da Faculdade de Engenharia em Uberlândia**: a imprensa enquanto objeto de análise (1950-1960). In: Anais do I CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, Rio de Janeiro, 2000.

PEINADO, Hugo Sefrian; CAVALCANTE, Tatyana Murer. **Entre as propostas pedagógicas e os espaços escolares**: do final do Império à República Velha. In: Anais do I Encontro de Pesquisa em Educação, Maringá, 2006.

PERES, Eliane Teresinha. **Templo de Luz**: os cursos noturnos masculinos de instrução primária da Biblioteca Pública Pelotense, 1875-1915. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1995.

PESSANHA, Eurize Caldas; DANIEL, Maria Emília Borges; MENEGAZZO, Maria Adélia. **Da história das disciplinas escolares à história da cultura escolar**: uma trajetória de pesquisa. Revista Brasileira de Educação, n.27, 2004, p.57-69.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História do Rio Grande do Sul** – 4.ed. – Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985. p.63 a 101.

\_\_\_\_\_. **História do Rio Grande do Sul**. – 8.ed. – Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

\_\_\_\_\_. **O imaginário da Cidade**: visões literárias do urbano – Paris – Rio de Janeiro – Porto Alegre. 2.ed.- Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 2002.

\_\_\_\_\_. **História e História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

PESSANHA, Eurize Caldas; SILVA, Fabiany de Cássia Tavares. **Uma sólida instrução fundamental para formar cidadãos**: história das orientações sobre as práticas curriculares de uma “Escola Exemplar” em Campo Grande-MT, ao final da década de 1930. Revista História da Educação, ASPHE, v.14, n.31, 2010, p.11-36.

PEZAT, Paulo Ricardo. **Augusto Comte e os fetichistas**: estudo sobre as relações entre a Igreja Positivista do Brasil, o Partido Republicano Rio-Grandense e a política indigenista na República Velha. 1997. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

PINHEIRO, Maria das Graças Sá Peixoto; PINTO, Heloíza Chaves. **A Escola Estadual “Vital de Mendonça”**: trajetória histórica e ensino profissional (1952-2000). In: Anais do V CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, Aracaju, 2008.

PIMENTEL, Carmen Regina de Carvalho. **Trabalho docente e a transmissão da cultura escolar**. In: V CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, Aracaju, 2008.

PIMENTEL, Fortunato. **Aspectos Gerais da cidade de Pelotas**. Porto Alegre: Tipografia Gundlach, 1940.

POSSAMAI, Zita. **Cidade Fotografada**: memória e esquecimento nos álbuns fotográficos – Porto Alegre, décadas de 1920 e 1930. 2005. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

\_\_\_\_\_. **A Cultura Fotográfica e a escola desejada**: considerações sobre imagens de edificações escolares – Porto Alegre (1919-1940). Anais do II ENCONTRO NACIONAL DE Estudos da Imagem, Londrina, 2009.

PROCHNOW, Denise de Paulo M.; AURAS, Gladys Mary Teive. **As lições dos Grupos Escolares: um estudo sobre a incorporação do método de ensino intuitivo na cultura escolar dos primeiros grupos escolares florianopolitanos (1911 – 1935)**. In: IV CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, Goiânia, 2006.

PROCHNOW, Denise de Paulo M.; MARY, Gladys. **Cultura escolar dos primeiros grupos escolares catarinenses sob Reforma Orestes Guimarães (1911 – 1935)**. In: V CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, Aracaju, 2008.

RANZI, Serlei Maria Fischer; SILVA, Maclovio Corrêa da. **A imprensa e a situação do ensino secundário no Paraná (1891 – 1925)**. In: Anais do II CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, Natal, 2002.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da Educação Brasileira**: a organização escolar. 11.ed. rev. e ampl. – São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1991. p.71 a 132.

RIBEIRO, Suzana Barreto. **Italianos do Brás (1920-1930): Imagens e memórias**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

ROCHA, Angélica Pinho Martins. **História da Educação Rural nas imagens**: Escola Cruzeiro dos Peixotos (Uberlândia/MG – 1933-1959). In: Anais do IV CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, Goiânia, 2006.

ROCHA, Ana Luiza Carvalho da; ECKERT, Cornélia. **O tempo e a cidade**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

ROCHA, Heloísa Helena Pimenta. **Prescrevendo regras de bem viver**: Cultura escolar e racionalidade científica. Cadernos CEDES, ano XX, n.52, nov./2000, p.55 a 73.

ROCHA, Heloisa Helena Pimenta. **Práticas discursivas do olhar**: a fotografia no Instituto de Hygiene de São Paulo. In: Anais do II CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, Natal, 2002.

ROCHA, José Fernando Teles da. **Do infantil ao secretariado**: o externato São José e a Educação Feminina na capital paulista (1880-1942). In: Anais do IV CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, Goiânia, 2006.

RODRIGUES, Andréa Gabriel F.; OLIVEIRA, Marlúcia Paiva de. **Escola Doméstica de Natal**: signo de modernidade educacional da sociedade norte-riograndense no século XX (1914-1945). In: Anais do II CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, Natal, 2002.

RODRIGUES, Aline Ferreira. **A História da Educação sob novas perspectivas**: os debates entre católicos e republicanos, através da imprensa, em Uberabinha (1907 – 1920). In: Anais do IV CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, Goiânia, 2006.

RODRIGUES, Maria Manuela P. F. **Festas Escolares**: as festas da árvore no Barreiro. Revista História da Educação, ASPHE, v.14, n.31, 2010, p.95-120.

ROIZ, Diogo da Silva. **Dos “discursos fundadores” à criação de uma “memória coletiva”**: formas de como se escrever a(s) história(s) da Universidade de São Paulo. Revista Brasileira de História da Educação, n.19, p.9-10, jan./abr. 2009, p.137-186.

- ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**. 8.ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes Ltda., 1986.
- ROSSI, Ednéia Regina. **Cultura Subalterna e Cultura Escolar**. In: II CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, Natal, 2002.
- ROSSI, Ednéia Regina. **Cultura e culturas escolares**: da informalização à institucionalização do ensinar e do aprender. In: V CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, Aracaju, 2008.
- SAMAIN, Etienne. Questões heurísticas em torno do uso das imagens nas Ciências Sociais. In: FELDMAN-BIANCO, Bela; LEITE, Mirian L. Moreira (Orgs.). **Desafios da Imagem**: fotografia, iconografia e vídeo nas ciências sociais. Campinas, SP: Papirus, 1998.
- SANDANO, Wilson. **A criação da Escola Normal Livre Municipal de Sorocaba**. In: Anais do V CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, Aracaju, 2008.
- SANFELICE, José Luiz. **História, Instituições Escolares e Gestores Educacionais**. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n. especial, p.20–27, ago. 2006.
- SANTOS, Ana Luiza. **Educação na imprensa católica**: as representações do jornal *A Defesa* sobre a formação da juventude. In: Anais do V CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, Aracajú, 2008.
- SANTOS, Ana Palmira Bittencourt; FERREIRA, Casimiro Laucimar Carvalho Souto. **Educação, História e Memória**: a trajetória das escolas sacramentistas. In: Anais do V CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, Aracaju, 2008.
- SANTOS, Carlos Alberto Ávila. **Espelhos, máscaras, vitrines**: estudo iconológico de fachadas arquitetônicas. Pelotas: 1870-1930. Pelotas: EDUCAT, 2002.
- \_\_\_\_\_. **Ecletismo na fronteira meridional do Brasil**: 1870-1931. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo – Área de Conservação e Restauro) Universidade Federal da Bahia, 2007.
- SANTOS, Elias Souza dos. **Uma análise da história do Conservatório de Música de Sergipe, do seu método de ensino e da evasão**. In: Anais do V CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, Aracaju, 2008.
- SANTOS, Geane Corrêa dos. **Impressos como fontes para História da Educação**. In: Anais do V CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, Aracajú, 2008.

SANTOS, Ivanete Batista dos. O jornal **A Província de São Paulo como uma fonte para a história do ensino de matemática no século XIX**. In: Anais do III CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, Curitiba, 2004.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. **Imagens da Modernidade: os Grupos Escolares aracajuanos nas fotografias**. In: Anais do V CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, Aracajú, 2008.

SANTOS, Rita de Cássia Grecco dos. **Como ser mulher no alvorecer do século XX em Pelotas: a veiculação de representações sociais de gênero do periódico Diário Popular (1909 – 1920)**. In: Anais do VI CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, Vitória, 2011.

SANTOS, Rita de Cássia Grecco; FERRARI, Letícia Schneider. **Educando meninas, moldando mulheres: impactos da cultura escolar produzida nos primeiros anos do Colégio São José de Pelotas, 1910-1920**. In: Anais do XVIII CIC e XI Enpos da UFPel, Pelotas, 2009.

SAVIANI, Demerval. O Legado Educacional do “Longo Século XX” Brasileiro. In: SAVIANI, Demerval. **O Legado Educacional do século XX no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004, p.9 a 58.

\_\_\_\_\_. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil**. 2.ed. rev. e ampl. – Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

SCHARAGRODSKY, Pablo Ariel. **Cuerpos “femeninos” en movimiento o acerca de los significados sobre la salud y la enfermedad a fines del siglo XIX en Argentina**. In: Anais do XVI Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte e do III Congresso Internacional de Ciências do Esporte, 2009.

SCHIMIDT, Leonete Luzia. **A cultura escolar catarinense na década de 1850: uma análise das escolas de primeiras letras**. In: V CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, Aracaju, 2008.

SCHUELER, Alessandra Frota M. de. **Culturas Escolares e experiências docentes na cidade do Rio de Janeiro (1854 – 1889): notas de pesquisa**. In: Anais da 28ª Reunião Anual da ANPEd, Caxambu, 2005.

\_\_\_\_\_. **Combates pelo ofício em uma escola moralizada e cívica: a experiência do professor Manoel José Pereira Frazão na Corte imperial (1870-1880)**. Revista Brasileira de História da Educação, n.9 jan./jun. 2005, p.109-138.

SCHWARTZ, Cleonara Maria. **“Tradicional Instituição” e “ensino de qualidade”**: representação e imagem da Escola Normal D. Pedro II nos anos de 1950 – Vitória

(ES). In: Anais do III CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, Curitiba, 2004.

SCOCUGLIA, Afonso Celso. **Liceu Paraibano**: histórias e memórias da década de 1960. In: Anais do II CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, Natal, 2002.

SEGAWA, Hugo. **Prelúdio da Metrópole**: arquitetura e urbanismo em São Paulo na passagem do século XIX ao XX. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2000.

\_\_\_\_\_. **Arquiteturas no Brasil (1900 – 1990)**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

SIMPLÍCIO NETO, Antonio. **Ensino de história e cultura escolar**: fontes e questões metodológicas. Revista Brasileira de História da Educação, n.22, jan/abril 2010, p.141-168.

SILVA, Ana Claudia da. **Infância e formação de professores**: concepções produzidas no Instituto de Educação de Florianópolis nas décadas de 1930 e 1940. In: Anais do III CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, Curitiba, 2004.

SILVA, Claudia Panizzolo Batista da Silva. **Imprensa Periódica Educacional: entre roteiros e compêndios** - um estudo sobre a revista Atualidades Pedagógicas (1950-1962). In: Anais do II CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, Natal, 2002.

SILVA, Elizabeth Figueredo de Sá Poubel e. **Leowigildo Martins de Mello e a organização da Escola Normal de Cuiabá**. Revista Brasileira de História da Educação, n.7, jan./jun. 2004, p.189-214.

SILVA, Francinaide de Lima. **O Grupo Escolar Augusto Severo, modernização pedagógica em Natal (1908-1920)**. In: Anais do V CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, Aracaju, 2008.

SILVA, Maria da Guia de Sousa. **O Espaço, o tempo e a cultura escolar na Escola Industrial de Natal (1942 – 1968)**. In: VI CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, Vitória, 2011.

SILVA, Ramsés Nunes e. **Signos do sagrado, signos do profano**: o periódico, a imprensa e os debates sobre a secularização instrucional na Parahyba do Norte (1897 – 1912). In: Anais do V CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, Aracajú, 2008.

SILVA, Silvana Cristina Hohmann Prestes da. **De órfãos da gripe a trabalhadores: O Asilo São Luiz de Curitiba, 1918-1937.** 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

SILVEIRA, Ana Cristina dos Santos Amaro da; AMARAL, Giana Lange do. **O Início da cidadania dos menores aprendizes da Agência de Treinamento Eraldo Giacobbe, SENAI/Pelotas, através de seu ensino industrial, nas décadas de 1970 e 1980.** In: Anais do IV CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, Goiânia, 2006.

SOARES, Norma Patrícia Lopes; FERRO, Maria do Amparo Borges. **A Escola Normal do Piauí: origem, consolidação e apogeu.** In: Anais da 26.<sup>a</sup> Reunião Anual da ANPEd, Caxambu, 2003.

SOARES, Norma Patrícia Lopes; FERRO, Maria do Amparo Borges. **Escola Normal no Piauí: uma História através da Memória.** In: Anais do IV CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, Goiânia, 2006.

\_\_\_\_\_. **Práticas e representações de uma escola de formação de professores.** In: Anais da 27.<sup>a</sup> Reunião Anual da ANPEd, Caxambu, 2004.

SOBRINHO, Vicente Batista de Moura; INÁCIO FILHO, Geraldo. **Educação e modernização social em Uberlândia-MG: a fala da imprensa acerca da massificação do ensino (1940 – 1960).** In: Anais do II CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, Natal, 2002.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil.** 2.ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1977.

SONTAG, Susan. **Sobre fotografia.** São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

SOUZA, Cíntia Maria Luz Pinho de. **Escola Normal de Nazaré (BA): espaço de ordem e transgressão – 1930-1970.** In: Anais do V CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, Aracaju, 2008.

SOUZA, Eustáquia Salvadora de; ALTMANN, Helena. **Meninos e meninas: Expectativas corporais e implicações na educação física escolar.** Cadernos CEDES, ano XIX, n.48, Ago./99, p. 53 a 68.

SOUZA, Gizele de. **Cultura escolar material na história da instrução pública primária no Paraná: Anotações de uma trajetória de pesquisa.** Revista Brasileira de História da Educação, n.14, maio/ago. 2007, p.37-68.

- SOUZA, Luciene Soares de. **Bibliotecas e Grupos Escolares**: práticas educativas na cultura escolar de São Paulo (1890 – 1920). In: V CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, Aracaju, 2008.
- SOUZA, Maria do Perpétuo Socorro Gomes de; FRANÇA, Avelino de; FRANÇA, Samara Avelino de Souza. **A educação de meninas órfãs e desvalidas no Colégio Nossa Senhora do Amparo (1860 – 1870)**. In: Anais do VI CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, Vitória, 2011.
- SOUZA, Maria Zélia Maia de. **A assistência pela profissionalização**: o caso de Instituto Profissional João Alfredo (1910 – 1933). In: Anais do VI CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, Vitória, 2011.
- SOUZA, Patricia Pereira de. **O CEFD-UFES em anos de chumbo**. In: Anais do II CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, Natal, 2002.
- SOUZA, Regina Maria Schimmelpfeng de. **Escola Alemã ou Colégio Progresso?** In: Anais do III CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, Curitiba, 2004.
- SOUZA, Regina Maria Schimmelpfeng de. **A cultura material escolar da Deutsche Schule**. Revista Brasileira de História da Educação, n.14, maio/ago. 2007, p.69-94.
- SOUZA, Rosa Fátima de. **Alicerces da Pátria**: escola primária e cultura escolar no estado de São Paulo (1890-1976). In: Anais do IV CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, Goiânia, 2006.
- SOUZA, Sauloéber Társio de. **Educação e imprensa**: o flagelo analfabetismo e as relações de domínio no interior paulista (década de 1960). In: Anais do V CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, Aracaju, 2008.
- SOUZA, Rita de Cássia de. **Cultura escolar e práticas educacionais na Reforma de Francisco Campos: a participação dos/as professores/as**. In: III CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, Curitiba, 2004.
- SOUZA, Rosa Fátima. **Templos de Civilização**: Um Estudo sobre a Implantação dos Grupos Escolares no Estado de São Paulo. São Paulo: USP, 1996.
- \_\_\_\_\_. A militarização da infância: Expressões do nacionalismo na cultura brasileira. **Cadernos Cedes**, ano XX, n.52, nov./2000.
- \_\_\_\_\_. Um itinerário de pesquisa sobre a cultura escolar. In: CUNHA, Marcus Vinícius da (Org.). **Ideário e Imagens da Educação Escolar**. Campinas, SP: Autores Associados; Araranguara, SP: Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP, 2000, p.3-28.

\_\_\_\_\_. Fotografias escolares: a leitura de imagens na história da escola primária. **Educar**, Curitiba, n.18, p.75-101. 2001. Editora da UFPR.

\_\_\_\_\_. Lições da Escola Primária. In: SAVIANI, Demerval. **O Legado Educacional do século XX no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004, p.109 a 162.

\_\_\_\_\_. **Inovação educacional no século XIX**: A construção do currículo da escola primária no Brasil. Cadernos CEDES, ano XX, n. 51, nov./2000, p.9 a 28.

\_\_\_\_\_. **A militarização da infância**: Expressões do nacionalismo na cultura brasileira. Cadernos CEDES, ano XX, n. 52, novembro/2000, p.104 a 121.

\_\_\_\_\_. **Tecnologias de Ordenação escolar no século XIX**: Currículo e método intuitivo nas escolas primárias norte-americanas (1860-1880). Revista Brasileira de História da Educação, n.9, jan./jun. 2005, p.9-42.

\_\_\_\_\_. **Vestígios da cultura material escolar**. Revista Brasileira de História da Educação, n.14, maio/ago. 2007, p.11-14.

SOUZA, Rosa Fátima; VALDEMARIN, Vera Teresa. **Apresentação Dossiê Cultura Escolar**. Cadernos CEDES, ano XX, n.52, nov./2000, p.5 a 9.

SPARVOLI, Rossana Marina Duro; GOLDBERG, Luiz Guilherme Duro. **O Conservatório de Música do Rio Grande no jornal O Tempo**. In: Anais do XVII Congresso de Iniciação Científica e X Encontro de Pós-Graduação da UFPel, 2008.

STEPHANOU, Maria. Discursos médicos e a educação sanitária na escola brasileira. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara (orgs.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**, vol.III: século XX. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2005, p.142-164.

STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara. História, memória e história da educação. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara (orgs.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**, vol.III: século XX. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2005, p.416 - 430.

STRANG, Bernadete de Lourdes Streisky. **Intelectuais na imprensa**: contrastes, ideologias e significações nas crônicas de educação de Cecília Meireles. In: Anais do IV CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, Goiânia, 2006.

TABORDA, Marcus Aurélio. **O pensamento de Edward Palmer Thompson como programa para a pesquisa em história da educação**: culturas escolares, currículo e educação do corpo. Revista Brasileira de História da Educação, n.16, jan./abr. 2008, p.147-170.

TAMBARA, Elomar. **Positivismo e Educação: a educação no Rio Grande do Sul sob o Castilhismo**. Pelotas: Ed. Universitária/UFPel, 1995.

\_\_\_\_\_. Positivismo e Educação no Rio Grande do Sul. In: GRAEBIN, Cleusa Maria Gomes. **Revisitando o Positivismo** – Canoas: La Salle, 1998, p.171 a 182.

TAMBARA, Elomar Callegaro; QUADROS, Claudemir; BASTOS, Maria Helena. A Educação (1930-80). In: GEERTZ, René; GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson. **República: da Revolução de 1930 à Ditadura Militar (1930 – 1985)** – Passo Fundo: Méritos, 2007. – v.4 – (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul).

TAVARES, Johelder Xavier; NANDOLPHO, Sandro. **A escola no parque: processos de institucionalização da Educação Infantil na cidade de Vitória (ES) na segunda metade do século XX**. In: Anais do VI CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, Vitória, 2011.

TEIXEIRA, Aleluia Heringer Lisboa. **Movimento de inserção da ginástica como constitutiva da cultura escolar do Ginásio Mineiro (internato e externato) – 1890 – 1916**. In: Anais da 30ª Reunião da ANPEd, Caxambu, 2007.

TEIXEIRA, Giselle Baptista; SCHUELER, Alessandra Frota de. **Livros para a escola primária carioca no século XIX: produção, circulação e adoção de textos escolares de professores**. Revista Brasileira de História da Educação, n.20, maio/ago. 2009, p.137-164.

TEIVE, Gladys Mary Ghizoni. **Grupo Escolar e produção do sujeito moderno: um estudo sobre o currículo e a cultura escolar dos primeiros grupos escolares catarinenses (1911 – 1935)**. Revista de História da Educação, ASPHE, v.13, n.29, 2009, p.57-78.

THOMÉ, Nilson. **Escotismo: história de uma prática educativa extra-escolar**. In: Anais do VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, Uberlândia, 2006.

TOMASCHEWSKI, Cláudia. **Caridade e filantropia na distribuição da assistência: a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas – RS (1847 – 1922)**. 2006. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

TRINDADE, Héglio. Aspectos políticos do sistema partidário republicano rio-grandense (1882-1937). In: **RS: Economia e política por Guilhermino César e outros**. (Org.) José Hildebrando Dacanal e Sergius Gonzaga. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1979. P.119 a 191.

VAGO, Tarcísio Mauro. **Início e fim do século XX: Maneiras de fazer educação física na escola.** Cadernos CEDES, ano XIX, n.48, ago./99, p.30 a 51.

\_\_\_\_\_. **Cultura escolar, cultivo de corpos:** a gymnastica como prática constitutiva de corpos de crianças no ensino público primário de Belo Horizonte (1906 – 1920). In: 23ª REUNIÃO ANUAL DA ANPED, Caxambu, 2000.

VALDEMARIN, Vera Teresa. **Lições de coisas:** Concepção científica e projeto modernizador para a sociedade. Cadernos CEDES, ano XX, n.52, nov./2000, p.74 a 87.

VALDEMARIN, Vera Teresa. **Vertentes interpretativas do método de ensino intuitivo:** unidade teórica, diversidade de procedimentos e modernização do ensino. In: Anais do I CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 2000.

\_\_\_\_\_. **O manual didático Práticas escolares:** um estudo sobre mudanças e permanências nas prescrições para a prática pedagógica. Revista Brasileira de História da Educação, n.17, maio/ago. 2008, p.13-40.

VANTI, Elisa dos Santos. **O fio da infância na trama da historia:** um estudo sobre significações de infância e de educação infantil em Pelotas (1875 - 1900). 1998. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

VAZ, Aline Choucair. **Festividades cívicas em Minas Gerais (1837 – 1945):** escola, culturas e práticas. In: Anais do IV CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, Goiânia, 2006.

VECHIA, Ariclê; LORENZ, Karl Michael. **O Collegio Pedro II:** centro de referência das ideias educacionais para o ensino secundário brasileiro no período imperial. In: Anais do Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, Uberlândia, 2006.

VEIGA, Cynthia Greive. Cidade e Educação, modernidade e modernismo. In: SOUZA, Cynthia Pereira; CATANI, Denice Barbara (Orgs.). **Práticas Educativas Culturas Escolares Profissão Docente.** São Paulo: Escrituras Editora, 1998, p.171 a 180.

\_\_\_\_\_. **Institucionalização das cadeiras de instrução elementar em Minas Gerais no século XIX e a produção da profissão docente.** In: II CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, Natal, 2002.

\_\_\_\_\_. **História da Educação.** São Paulo: Ática, 2007.

- VICENTE, Magda; AMARAL, Giana Lange do. **Instruir, educar, vigiar e punir: o Patronato Agrícola Visconde da Graça (1923 – 1934)**. In: X ENPOS, Pelotas, 2008.
- VICENTE, Magda; AMARAL, Giana Lange do. **Medidas higienistas adotadas no Patronato Agrícola Visconde da Graça (1923 – 34) – Pelotas/RS**. Revista HISTEDBR (*on-line*), Campinas, n.37, p.123-133, mar./2010.
- VIDAL, Diana Gonçalves. Escola Nova e processo educativo. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **500 anos de Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p.497-550.
- VIDAL, Diana Gonçalves (Org.). **Grupos Escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893 – 1971)**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2006.
- VIDAL, Diana Gonçalves; ABDALA, Rachel Duarte. A fotografia como fonte para a História da Educação: questões teórico-metodológicas e de pesquisa. **Revista do Centro de Educação**, Universidade Federal de Santa Maria, v.30, n.2, 2005 – Santa Maria, p.177 a 194.
- VIDAL, Diana Gonçalves; GVIRTZ, Silvina. **O ensino da escrita e a conformação da modernidade escolar**. Revista Brasileira de Educação, n.8, 1998, p.13-30.
- VIDAL, Valdevania Freitas dos Santos. **Impressos como fonte e objeto de investigação para estudos em História da Educação**. In: Anais do V CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, Aracajú, 2008.
- VIEIRA, Carlos Eduardo Vieira. Jornal diário como fonte e como tema para a pesquisa em História da Educação: um estudo da relação entre imprensa, intelectuais e modernidade nos anos de 1920. In: OLIVEIRA, Marcus Aurélio Tabora de. **Cinco estudos em História e Historiografia da Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.
- VIEIRA, Flávio César Freitas; CARVALHO, Carlos Henrique de. **Escola Normal e Imprensa: Uberabinha (1919 – 1927)**. In: Anais do II CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, Natal, 2002.
- VIEIRA, Marina Tucunduva Bittencourt Porto. **Associação Casa da Criança de Santos na Primeira República: concepções de infância**. In: Anais da 28ª Reunião Anual da ANPEd, Caxambu, 2005.
- \_\_\_\_\_. **Asilo de Órfãos de Santos: assistência à infância desvalida (1889 – 1914)**. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Católica de Santos, Santos.

VILAR, Walesca Ribeiro. **A Casa de Bruno Lima**: uma face da história da Faculdade de Direito de Pelotas. In: Anais do X Encontro Sul-Rio-Grandense de Pesquisadores em História da Educação, Gramado, 2004.

VILLELA, Heloisa de O S. **Práticas discursivas do olhar**: Aprendendo a Ensinar Através de Imagens na Escola Normal do Século XIX. In: Anais do II CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, Natal, 2002.

WERLE, Flávia Obino. História das Instituições Escolares: de que se fala? In: LOMBARDI, José Claudinei; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (Orgs.). **Fontes, história e historiografia da educação**. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR; Curitiba, PR: Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR); Palmas, PR: Centor Universitário Diocesano do Sudoeste do Paraná (UNICS); Ponta Grossa, PR: Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), 2004. – Coleção Memória da Educação), p.13-35.

\_\_\_\_\_. **Escola Normal Rural no Rio Grande do Sul**: história institucional - década de 1940. In: Anais do III CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, Curitiba, 2004.

\_\_\_\_\_. **Ancorando Quadros de Formatura na História Institucional**. In: Anais da 28ª Reunião Anual da ANPEd, Caxambu, 2005.

\_\_\_\_\_. **Escola Normal Rural no Sul do Brasil**. In: Anais da 30ª Reunião Anual da ANPEd, Caxambu, 2007.

WOLFF, Silvia Ferreira Santos. **A Arquitetura Escolar Documentada e Interpretada através de Imagens**. In: Anais do SEMINÁRIO PEDAGOGIA DA IMAGEM, IMAGEM DA PEDAGOGIA, Universidade Federal Fluminense, Faculdade de Educação, jun./1995.

\_\_\_\_\_. **Escolas para a República**: os primeiros passos da Arquitetura das Escolas Públicas Paulistas. São Paulo, SP: EDUSP, 2010.

XAVIER, Ana Paula da Silva; SÁ, Nicanor Palhares. **Um olhar sobre a leitura e a escrita na cultura escolar de Mato Grosso (1837 – 1889)**. In: IV CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, Goiânia, 2006.

YAZBECK, Dalva Carolina; ROCHA, Marlos Bessa Mendes da (Orgs.). **Cultura e História da Educação**: intelectuais, legislação, cultura escolar e imprensa. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2009.

ZARANKIN, Andrés. **Paredes que domesticam**: arqueologia da arquitetura escolar capitalista – o caso de Buenos Aires. 2001. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História da Unicamp, Campinas.

ZILLES, Urbano. **A significação dos símbolos cristãos**. Editora EDIPUCRS, Porto Alegre, 2006.